



NOTÍCIAS EM PORTUGAL

ESTUDOS SOBRE A IMPRENSA INFORMATIVA (SÉCULOS XVI-XX)

ALBERTO PENA RODRÍGUEZ

ANA TERESA PEIXINHO

ANDRÉ BELO

CARLA BAPTISTA

CARMINE CASSINO

HELENA LIMA

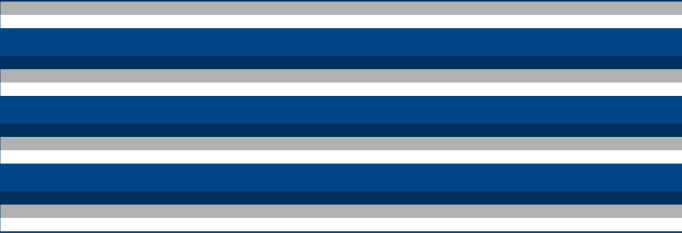
JOAQUIM FERNANDES

JORGE PEDRO SOUSA (ORG.)

MARCO GOMES

PATRÍCIA TEIXEIRA

PEDRO MARQUES GOMES



LIVROS
ICNOVA

ic NOVA INSTITUTO
DE COMUNICAÇÃO
DA NOVA

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Notícias em Portugal – Estudos sobre a imprensa informativa (séculos XVI-XX)

AUTOR

Jorge Pedro Sousa (Organizador)

COLEÇÃO

Livros ICNOVA

EDIÇÃO

ICNOVA – Instituto de Comunicação da Nova
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade NOVA de Lisboa
Av. Berna, 26
1069-061 Lisboa – Portugal
www.icnova.fcsh.unl.pt icnova@fcsh.unl.pt

DIREÇÃO

Francisco Rui Cádima
Maria Lucília Marques
Cláudia Madeira

ISBN

978-989-54285-3-3 (Digital)
978-989-54285-4-0 (Impresso)

DESIGN E PAGINAÇÃO

José Domingues | UNDO

DATA DE PUBLICAÇÃO

Dezembro 2018

APOIO



Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia



A edição deste livro é financiada por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto PTDC/COM-JOR/28144/2017 – Para uma história do jornalismo em Portugal.



O conteúdo desta obra está protegido por Lei. Qualquer forma de reprodução, distribuição, comunicação pública ou transformação da totalidade ou de parte desta obra carece de expressa autorização do editor e dos seus autores. Os artigos, bem como a autorização de publicação das imagens, são da exclusiva responsabilidade dos autores.

ÍNDICE

Prólogo JORGE PEDRO SOUSA	5
Antes do periodismo, as publicações ocasionais: <i>a Relação da Muito Notável Perda do Galeão Grande São João</i> JORGE PEDRO SOUSA	27
<i>Gazeta “da Restauração” (1641-1642)</i> – A introdução do periodismo noticioso em Portugal JORGE PEDRO SOUSA	51
Discurso e leitura política da <i>Gazeta de Lisboa</i> (1715-1760) ANDRÉ BELO	67
<i>Gazeta Literária</i> (1761-62) – reflexos e sombras de um jornal das “Luzes” JOAQUIM FERNANDES	81
O jornalismo político português em Oitocentos: notas biográficas e jornalísticas sobre António Rodrigues Sampaio JORGE PEDRO SOUSA	103
A República Romana e a unificação de Itália na imprensa portuguesa MARCO GOMES CARMINE CASSINO	141
Eduardo Coelho e a fundação do <i>Diário de Notícias</i> JORGE PEDRO SOUSA	163
O <i>Distrito de Évora</i> de Eça de Queirós entre o local e o internacional: Contributos para a história do jornalismo oitocentista ANA TERESA PEIXINHO	193

O jornalismo iconográfico em Portugal na viragem do século XIX para o XX: <i>O Ocidente</i> (1875-1915)	215
JORGE PEDRO SOUSA	
<i>O Jornal de Notícias</i>: tradição e evolução para o modelo de imprensa popular	239
HELENA LIMA	
<i>Repórter X</i> – Uma revista sob pseudónimo	253
JORGE PEDRO SOUSA	
PATRÍCIA TEIXEIRA	
“Sentinelas da Verdade” – <i>O Boletim da Legião Portuguesa</i> e outras publicações salazaristas no tempo da Guerra Civil de Espanha	281
ALBERTO PENA RODRÍGUEZ	
A mediatização do caso do Bispo do Porto nos jornais portugueses (1958-1969) – o poder do jornalismo em tempo de censura	301
CARLA BAPTISTA	
Estratégias noticiosas e enquadramentos discursivos da morte de Salazar na imprensa	313
HELENA LIMA	
“Por onde vamos, Portugal?”: a agitação revolucionária de 1975 nos semanários <i>Expresso</i>, <i>O Jornal e Tempo</i>	331
PEDRO MARQUES GOMES	

PRÓLOGO

JORGE PEDRO SOUSA

Universidade Fernando Pessoa e ICNOVA
jpsousa@ufp.edu.pt

Conhecer o jornalismo passa por compreender como, ao longo do tempo, se construiu e sedimentou o campo jornalístico no contexto social. E conhecer o jornalismo e o seu percurso ao longo da história é essencial para compreendermos o que foi e o que é a sociedade e como funciona.

* * *

O jornalismo é uma atividade de grande repercussão pública que convida ao conhecimento de singularidades da realidade material, conforme propuseram autores como Park (1940), Adelmo Genro Filho (1987) ou Eduardo Meditsch (1992). O jornalismo não produz conhecimento científico sobre a realidade, mas também se afasta do senso-comum. Nesse sentido, o jornalismo, enquanto prática social de produção de relatos voltada para o tempo presente (Franciscato, 2005), foi e é inultrapassável para o conhecimento de singularidades que concorrem para definir a percepção pública e pessoal daquele que é o horizonte de atualidade em cada momento da história. Mais ainda, conforme explicou Carlos Eduardo Franciscato (2005), o jornalismo concorre para a construção de uma vivência específica do presente, articulada em torno de cinco fenómenos temporais: instantaneidade, simultaneidade, periodicidade, novidade e revelação pública.

O jornalismo influenciou, pois, e continua a influenciar o conhecimento individual e coletivo e as percepções que se fazem da realidade num determinado momento. Enquanto prática social, o jornalismo, ao relatar singularidades do tempo presente, promove, também, formas específicas de sociabilidade, já que providencia aos indivíduos e à sociedade uma experiência compartilhada do tempo presente (Franciscato, 2005). Tem, ademais, o poder de providenciar algu-

mas das formas narrativas pelas quais se decreta que determinados factos são verdadeiros (Shudson, 1995). Ou seja, o jornalismo tem o poder de certificar que são verdadeiras as singularidades que relata em formatos e géneros específicos (os géneros jornalísticos), sobre as quais produz conhecimento e uma vivência específica do tempo presente.

Na verdade, apesar de vivermos um tempo dominado pela comunicação digital online, que permite aos interessados comunicarem diretamente com quem querem, o jornalismo continua a ser um intermediário de valor entre fontes e público, ainda que o modelo ideal de relacionamento entre o jornalismo e a sociedade, em democracia, seja ingénuo e simplista. Isto é, nem sempre o jornalismo informa adequada, clara e transparentemente; nem sempre o jornalismo providencia informação contrastada, verificada e validada; nem sempre os jornalistas evidenciam comportamentos ética e deontologicamente inatacáveis... O jornalismo pode, eventualmente, ser criticado por muita coisa: pelo viés com que lê a realidade e para ela propõe um sentido; pelo sensacionalismo; por falta de ética; pelos erros dos jornalistas; pela ausência de contrastação de pontos de vista e fontes; pela difusão – normalmente, involuntária – de notícias falsas; pela falta de verificação da informação... Na sua ação de mediação do mundo, nem sempre o jornalismo é paladino da liberdade, campeão da luta contra a corrupção ou vigilante incansável dos poderes estabelecidos... Mas também se tende a colocar o ónus da responsabilidade por uma sociedade mal informada no jornalismo. Ora, nem sempre os sujeitos que recebem informações pelos meios jornalísticos são capazes de processar e usar racionalmente essa informação para participarem, informadamente, por meio do voto ou de outras formas (manifestações, petições...), no processo decisório. Se esse conhecimento é adquirido, se empodera e se liberta depende da capacidade de processamento e uso das informações jornalísticas recebidas por cada cidadão.

Ainda assim, nas sociedades democráticas, o jornalismo é estimulante para a democracia e tem um importante papel na sociabilidade e, portanto, na coesão social (Carey, 1988; Franciscato, 2005). Conforme explicou James Carey (1988), o jornalismo contribui, ritualmente, para se formarem e sustentarem as comunidades que enformam a sociedade. Ou seja, repetimo-lo, o jornalismo pode gerar conhecimento sobre singularidades atuais e, ao propor referentes comuns aos indivíduos e comunidades que compõe uma determinada sociedade, pode estimular a sociabilidade, contribuindo para a integração social. Curiosamente, o processo implica que o jornalismo, se por um lado contribui para a integração social e para a afirmação identitária de uma sociedade ou de determinadas comunidades sociais, por outro, e em consequência, também pode desafiar a identi-

dade de determinadas comunidades, particularmente quando estas estão menos integradas no todo social.

* * *

O jornalismo vai buscar a sua origem mais remota aos tempos imemoriais em que os seres humanos começaram a transmitir informações e novidades e a contar histórias, quer por uma questão de necessidade (nenhuma sociedade, mesmo as mais primitivas, conseguiu sobreviver sem informação), quer por entretenimento, quer ainda para preservação da sua memória para gerações futuras (o que, simbolicamente, asseguraria a imortalidade). Mesmo as qualidades que dão peso noticioso a determinados factos e assuntos, por exemplo, são historicamente definidas. A definição do que é importante ou interessante num determinado horizonte de atualidade provém do passado. Modernamente, autores como Galtung e Ruge (1965) elaboraram listas dos atributos que dão relevância sociocultural e, consequentemente, jornalística, a determinados factos e assuntos notáveis. Mas as listas de valores-notícia e de critérios de noticiabilidade – neste último caso, já numa perspetiva normativa – resultam, em grande medida, do peso que histórica e culturalmente se foi dando a factos sociais (acontecimentos) e a outros assuntos cujas características os fazem ser socialmente notados.

Apesar de ser o resultado de um longo processo evolutivo cujas raízes mergulham no passado longínquo, há um momento histórico mais próximo do nosso tempo que, pelas inovações e mudanças que trouxe, se conota com mais propriedade com a ideia de nascimento do jornalismo. Efetivamente, o jornalismo, como hoje o vemos e entendemos, é, com as suas virtudes e defeitos, principalmente um fenómeno da Modernidade ocidental, embora as suas raízes sejam historicamente remotas.

Com clareza, pode afirmar-se que foi na Europa da Modernidade, entre o meio do século XVI e meados do século XVII, que surgiram as primeiras publicações impressas que, servindo de suporte à difusão pública de novidades e de ideias, se assemelham a dispositivos jornalísticos, na forma, no conteúdo, no processo produtivo e, mais tarde, após ganharem periodicidade (as primeiras dessas publicações eram ocasionais), na cadência do seu aparecimento.

Entre essas publicações nascidas na Modernidade europeia, podem destacar-se as que se tornaram conhecidas por gazetas. Os primeiros periódicos portugueses tiveram a palavra *gazeta* no seu título – a *Gazeta* de 1641-1642 e a *Gazeta de Novas Fora do Reino*, de 1642-1647.

As gazetas – independentemente de possuírem, ou não, essa palavra no respetivo título – tinham uma preocupação marcadamente informativa e, mais precisamente, noticiosa. Mesmo quando possuíam, igualmente, uma feição propagandística, publicavam, essencialmente, notícias e algumas peças mais longas que podem ser consideradas como embriões de reportagens. Mantinham, além disso, um título unificador e identificador ao longo do tempo. Assim, assemelhavam-se aos jornais contemporâneos. A própria profissão de jornalista começou, nesse momento, a ser definida como a atividade de recolha, processamento e difusão de notícias. Ainda que não fossem jornalistas, tendo em conta o viés sociológico com que, hoje em dia, se tende a olhar para uma profissão, os *gazeteiros*, por ofício e ocupação, exerciam tarefas que se poderiam classificar como jornalísticas, cultivando saberes e competências específicos que passaram às gerações futuras.

Tal como veremos ao longo deste livro, o jornalismo alargou desde a Modernidade a esfera do noticiável e aperfeiçoou e adaptou os formatos enunciativos às nobres finalidades da difusão de informação útil e socialmente relevante e da promoção geral do conhecimento por meio de diferentes meios de comunicação. Incorporou, ainda, múltiplas inovações, sendo particularmente relevantes as que ocorreram no contexto das revoluções industriais – a de meados do século XIX; a do final do século XIX e início do século XX – e a atual, a revolução digital. Mas provém do passado a definição do que é essencial e estrutural no jornalismo – em especial a sua função de servir um público por meio da difusão de informações novas, coletadas e processadas pelos intérpretes desta atividade social, os jornalistas.

Os suportes da informação jornalística, os conteúdos (temas e discursos das matérias informativas), os formatos (estruturas textuais, estilos) e os géneros jornalísticos (notícias, entrevistas, reportagens, crónicas, editoriais e outros) têm, pois, memória. A profissão de jornalista tem uma memória. O jornalismo como um todo tem uma memória. É sobre o desvelamento dessa memória, num espaço nacional específico – Portugal – que este livro se ocupa.

* * *

Difundindo informações e ideias novas, produzindo conhecimento sobre singularidades relevantes da atualidade, o jornalismo tornou-se um dos agentes enformadores das sociedades ocidentais modernas e contemporâneas, um dos principais campos – um campo disputado – de produção e consumo de bens culturais, como diria Pierre Bourdieu (cf. Bourdieu, 1983). Em grande medida, foi por meio do jornalismo que circularam as ideias fervilhantes da Modernidade;

que a sociedade reinventou os seus valores, os seus referentes e o seu imaginário coletivo; e que a democracia e a liberdade de pensamento e expressão se solidificaram nos estados de direito ocidentais, relevando valores como o laicismo e a tolerância. O jornalismo é, assim, incontornável na hora de explicar, entre outros, fenómenos como a democratização da cultura e o consumo generalizado de produtos culturais; as reformas sociais, económicas e políticas; o fim da escravatura; a consolidação da ideia da existência de direitos humanos e a generalização do respeito pelos mesmos; a emancipação da mulher e a sua participação na vida pública; o reconhecimento do direito à diferença e dos direitos das minorias e dos animais; e, principalmente, o acesso coletivo e generalizado à informação e ao conhecimento.

O jornalismo e a democratização da cultura (por isso mal denominada “cultura de massas”) não são, pois, meras imposições do sistema capitalista, instrumentos de domínio ideológico e social ou mesmo apêndices do aparelho ideológico do estado. Nas sociedades livres, laicas e democráticas ocidentais, o jornalismo “de massas” foi, antes de mais, um dos instrumentos que promoveu a integração social dos indivíduos mais desfavorecidos e o seu acesso a bens culturais e materiais que, até então, pertenciam em exclusivo às elites. Repisando as palavras, nas sociedades democráticas ocidentais o jornalismo “de massas” foi, antes de tudo, um dos frutos do desejo de emancipação social, política, económica, social e cultural dos indivíduos, principalmente ao longo dos séculos XIX e XX, desejo esse que foi, felizmente, compreendido por vários empresários com visão para o negócio informativo (recorde-se, aliás, que já em 1690 Tobias Peucer destacou que a busca do lucro era um dos fatores que impulsionava o aparecimento de periódicos).

O jornalismo informativo moderno e contemporâneo foi assim, e no essencial, uma feliz invenção capitalista da Modernidade, acarinhada, mais tarde, pelos sistemas liberais-democráticos que se instituíram, principalmente, ao longo do século XIX, assentes em princípios como a laicidade, a tolerância, a liberdade, o progresso individual, a educação, a livre iniciativa e a competição. A livre iniciativa, o laicismo, as liberdades de pensamento e expressão, bem como a alfabetização e a educação encontram-se entre os fatores que estiveram por trás da maravilhosa aventura que conduziu o jornalismo e o Ocidente àquilo que hoje são.

Não negamos que o jornalismo de difusão massiva de mensagens informativas possa ter efeitos ideológicos e sociais e que entre esses efeitos esteja o fortalecimento dos valores, das ideias e das estruturas sociais que favorecem a manutenção do *statu quo*. Não negamos que o controlo da informação e da comunicação

seja, de alguma forma, vital para o controlo do poder – mesmo ponderando, para o bem e para o mal, o fenómeno das redes sociais e a facilidade com que são propagadas mentiras, vulgarmente conhecidas por *fake news* (mas de que verdadeiras notícias nada têm). O que negamos é que o jornalismo “de massas” tenha sido maquiavelicamente implementado para assegurar o *statu quo*. Aliás, com todos os seus defeitos e enviesamentos, nos estados democráticos de direito o jornalismo contemporâneo funciona, de algum modo, como uma arena pública, onde se polemiza e se compete por ideias e por enquadramentos interpretativos para os acontecimentos. Aliás, na sua essência, o jornalismo é uma representação discursiva de factos e ideias da vida do homem, construída para se contar ou mostrar a outrem. Por outras palavras, o jornalismo é uma representação da vida humana na sua diversidade de vivências e ideias.

O estudo da história do jornalismo fornece, portanto, pistas para se entender não apenas o que é o jornalismo nos dias de hoje, mas também a sociedade atual e as transformações que sofreu desde o despontar da Modernidade.

* * *

Dado o impacto pessoal, social e cultural que teve e tem, o jornalismo foi e é um objeto relevante da realidade histórica portuguesa. Daí que seja cientificamente relevante construir conhecimento sobre a história do jornalismo português. Uma ciência portuguesa que não se ocupe da investigação sobre as realidades do país nem dissemine os resultados dessa investigação em português – mesmo que o faça, igualmente, noutras línguas – é uma ciência cega. Na disseminação do conhecimento científico é mais importante o que é dito do que a língua em que é dito. Tal como é mais importante o que é dito do que o suporte que serve aquilo que é dito.

Este livro vale a pena e tem sentido. Nas humanidades e ciências sociais, e na ciência em geral, as obras coletivas temáticas e os livros monográficos são relevantes e encontram-se, normalmente, entre as obras mais consultadas, referidas e citadas, mesmo quando são, aberrantemente, desconsideradas na comparação com artigos publicados em revistas indexadas em certas bases de dados, modismo que resulta da confusão entre produção de conhecimento científico e competição por métricas de produtividade. Estamos em crer, contra a opinião dos defensores da avaliação da qualidade científica por simples métricas, acopladas, ou não, aos ditames da indexação e do impacto, que a relevância e o impacto científico e social de cada obra são independentes da forma que esta assume (artigo, capítulo ou livro monográfico).

O espírito que alimentou a ideia que presidiu à organização deste livro foi, pois, muito simples: produzir uma obra coletiva temática, escrita em língua portuguesa, que narrasse uma história do jornalismo português, por meio de estudos de caso, dispostos cronologicamente.

Obra necessariamente plural, cada autor construiu, livremente, quer o seu objeto, quer o seu referencial teórico e conceptual, quer, ainda, a sua metodologia de análise, procurando produzir conhecimento novo e original sobre a história do jornalismo português e sobre os seus intérpretes – os jornalistas. Os referenciais teóricos que moldaram os contextos de interpretação dos resultados são variados, até porque nos preocupámos, desde o início, por evitar que o livro padecesse da doença infantil da autorreferenciação, evidenciada, principalmente, pela ciência anglo-saxónica, até porque acreditamos que uma ciência autorreferencial é, por definição, uma ciência encapsulada.

* * *

Poucos objetos há tão sagrados para a cultura cívica e para a promoção da conversação pública sobre assuntos de relevância social como os jornais e as revistas jornalísticas. A forma que esses dispositivos hoje assumem, os conteúdos que disseminam e o impacto pessoal, social e cultural que têm resultaram de um processo longo. Daí que a história da imprensa sobressai entre as múltiplas perspetivas que se podem impor à narração de uma história do jornalismo.

Esta obra, especificamente, encerra uma proposta: olhar para a história do jornalismo português pela ótica do discurso da imprensa, ao longo de treze estudos, alguns deles inéditos, apresentados longitudinalmente, e que cobrem, grosso modo, cinco séculos, do século XVI ao século XX. É uma perspetiva similar àquela que Gonçalo Pereira Rosa (2015; 2017) explorou nos seus livros, embora mais dilatada no tempo e, infelizmente, sem a perspetiva bem-humorada que este autor deu aos seus textos.

São onze os autores que nos levam a viajar pela história da imprensa portuguesa. Os casos que aqui narram assinalam momentos de continuidades, ruturas e inovações jornalísticas em Portugal. Lendo-se, sucessivamente, os capítulos deste livro, percebe-se, efetivamente, quanto os regimes políticos, a expressão ideológica e normativa desses regimes na legislação reguladora da comunicação social, o ambiente cultural, a sociedade no seu conjunto, o conhecimento científico e os avanços tecnológicos transformaram ou condicionaram o jornalismo português. É uma história rica e multifacetada aquela que aqui é pluralmente apresentada. Na perspetiva do organizador da obra, essa história, não tendo, pro-

priamente, um fio condutor, pode ser encarada, contudo, como um processo. O processo histórico do jornalismo. O processo que contribuiu para fazer do jornalismo português aquilo que ele é hoje.

É, assim, da forma e do conteúdo do discurso jornalístico na imprensa portuguesa ao longo do tempo – um discurso, evidentemente, formulado por pessoas – que se ocupa este livro.

Várias perguntas podem ser colocadas quando se olha para a história do jornalismo e, concretamente, da imprensa, pelo viés do discurso que esta adotou, em vários casos. Como é que a imprensa periódica portuguesa narrou acontecimentos relevantes para o país e para o mundo? Quais foram os enquadramentos que emergiram do seu discurso? Que conhecimento sobre os acontecimentos e problemas promoveu? O que é que as notícias do passado revelam sobre a história do jornalismo impresso português e sobre as influências que este sofreu? Quais são os géneros jornalísticos que se detetam na imprensa portuguesa ao longo do tempo? Quais foram as fontes usadas na produção noticiosa? Quais são os dispositivos retóricos que se podem identificar nas notícias dos periódicos do passado? Como é que o contexto influenciou as notícias publicadas na imprensa periódica portuguesa, na forma e no conteúdo, ao longo do tempo? Quais foram as influências internas e externas que, no decorrer dos anos, formataram o jornalismo português? Onde se detetam essas influências no discurso dos periódicos?

Se responder a todas essas perguntas é difícil, pretende-se, pelo menos, que o conjunto dos capítulos inseridos neste livro lance luz sobre a evolução dos géneros, formatos e conteúdos e processos da imprensa portuguesa ao longo do tempo, respondendo a algumas das questões colocadas e a outras que sejam pertinentes.

O impulso para a organização deste livro partiu de um pressuposto cultivado pelo organizador. Esse pressuposto é o seguinte: a atividade de recolha, processamento e difusão pública de informações e ideias sobre a realidade que, atualmente, se designa por *jornalismo*, é o resultado de uma evolução cujas raízes se encontram num passado longínquo (cf. Peucer, 1690; Casasús e Ladevéze, 1991; López, 2003; Hernando Cuadrado, 2007; Sousa, coord. *et al*, 2007; Stephens, 2008; Sousa, 2008; Karam, 2009; Karam e Hauser, 2011; Sousa, coord. *et al*, 2011; Sousa, 2013; Teixeira e Sousa, 2015). Kevin Williams (2007) acusa mesmo os académicos que sustentam a ideia de que o que existia antes do jornalismo anglo-americano de Oitocentos “não era” jornalismo de negarem a pertença ao domínio do jornalismo de estilos e formatos anteriores e de outros pontos do mundo – nomeadamente, da Europa – que mereciam ser melhor analisados. Só o manifesto desconhecimento da retórica e da historiografia clássicas pode, por exemplo, como pretendem Chalabi (1996; 1998), Matheson (2000) ou, no caso português, Mateus

(2017), atribuir aos americanos e ingleses oitocentistas dispositivos, valores e formas de procedimento que, na verdade, provêm da Antiguidade e são o resultado de um processo evolutivo rico e complexo. A pirâmide invertida; o *lead* e as perguntas a que o enunciado noticioso deve responder; a ideia de que a factualidade e a clareza devem presidir ao enunciado informativo (esses princípios enformam a noção comum de “objetividade”, não reduzível, como defende o académico brasileiro Elias Machado, à condição de “ritual estratégico” – cf. Tuchman, 1972); o respeito pela verdade; o princípio da verificação da informação; e o princípio da contrastação e crítica de fontes são, efetivamente, dispositivos ou valores que provêm da Antiguidade e que se terão infiltrado no jornalismo pela retórica e pela historiografia, disciplinas dominadas pelos primeiros empreendedores que, ao longo dos séculos XVI e XVII, lançaram publicações que, do ponto de vista estrutural, podem ser encaradas como dispositivos jornalísticos arcaicos. Lendo-se Peucer (1690), por exemplo, percebe-se bem não só que a retórica clássica era bem estudada no seu tempo, sendo as suas regras do conhecimento geral dos letrados (Peucer mandava respeitar, no relato noticioso, as “circunstâncias já conhecidas que se costuma ter sempre em conta em uma ação tais como a pessoa, o objeto, o local, o tempo o modo e a causa”, ou seja, “quem?”, “o quê?”, “onde?”, “quando?”, “porquê?” e “como?” – ideia que, na realidade, ele vai buscar a Quintiliano e que poderá ter Cícero como autor ou sistematizador), como também que os primeiros gazeteiros se viam a si mesmo como historiógrafos, cultivando, portanto os valores de busca da verdade e de contrastação de fontes que Tucídides e outros antigos historiadores gregos deram à atividade.

Assim, as gazetas e outros periódicos seiscentistas – e, até certo ponto, mesmo as *Acta Diurnae* romanas – já possuíam características que se podem considerar jornalísticas (cf. Groth, 1960), pois publicitavam (no sentido de tornarem públicas) informações, apresentavam periodicidade, tinham carácter noticioso (o jornalismo nasceu noticioso e factual, mesmo quando se subordinava a um propósito propagandístico), publicavam um noticiário universal (no sentido de ser um noticiário generalista capaz de interessar a uma universalidade de destinatários); disponibilizavam informação de atualidade; e mantinham um título unificador, característica suscetível de conferir identidade a um jornal (Stephens, 1988: 150). Ainda que não fossem “profissionais”, os gazeteiros tinham um “ofício” que consistia, como hoje em dia acontece com os jornalistas, na recolha, processamento e difusão de notícias e informações. De forma simples, ganhavam a vida a vender as palavras que produziam (às quais, mais tarde, se adicionaram imagens), como os jornalistas de hoje. No século XVII, o jornalismo, na sua forma arcaica, já se encontrava, portanto, estruturalmente definido, mesmo em Portugal, como

a atividade de recolha, processamento e difusão pública periódica e regular de notícias e informações que é hoje. E assim perdurou até à atualidade. Por isso, já pode apelidar-se de jornalismo – ainda que arcaico – a atividade seiscentista de recolha, processamento e difusão pública e massiva de informações – notícias – e ideias por meio de dispositivos adequados à comunicação pública. Com alguma ousadia, ampliando-se o conceito, podem considerar-se jornalistas os indivíduos que, para difundirem notícias ou ideias, colaboravam, assiduamente, com a imprensa nascente. Antes de ser profissão legalmente instituída e sociologicamente identificável, o jornalismo foi ofício e ocupação de muitos sujeitos, que desta atividade obtinham rendimentos regulares e, quando não os obtinham, alcançavam outros ganhos relevantes, como reconhecimento político e influência. No século XIX, aliás, muitos desses literatos e políticos que colaboravam assiduamente com a imprensa viam-se a si mesmos como jornalistas e encaravam o jornalismo como oratória e literatura. Assim, sintomaticamente, a primeira organização portuguesa a agrupar jornalistas por ofício e ocupação designou-se Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses, datando de 1880.

De alguns dos textos reunidos nesta obra coletiva parece emergir, pois, a noção de que o jornalismo português deve muito aos modelos narrativos e formais provenientes da Antiguidade e fixados nos séculos XVI e XVII. É o que se deduz, particularmente, do primeiro texto inserido no livro, sobre uma publicação ocasional quinhentista, a *Relação da Muito Notável Perda do Galeão Grande São João*. Tal como outras das primeiras publicações ocasionais portuguesas, a *Relação da Perda do Galeão São João* narrava, em jeito de reportagem, ainda que com laivos de crónica medieva, um naufrágio na costa africana e os acontecimentos subsequentes, num tom informativo, mas também dramático e moralista, com o objetivo central de dar a conhecer o que se passou, por meio da auscultação (“entrevista”) de uma fonte (referida no início da narrativa), a quem não teve experiência direta do acontecimento.

O segundo capítulo debruça-se sobre a *Gazeta* “da Restauração”, primeiro periódico português, assim alcunhado por ter aparecido no quadro da luta pela Restauração da Independência de Portugal. É de realçar que o autor considera que a *Gazeta* de 1641-1642 é uma publicação distinta da *Gazeta de Novas Fora do Reino* de 1642-1647.

A inclusão de um capítulo sobre a *Gazeta* de 1641-1642 neste livro evoca, simbolicamente, o salto da ocasionalidade para a periodicidade, fundamental para a posterior evolução do jornalismo. A *Gazeta* sedimentou, além disso, uma linha editorial predominantemente informativa e, especificamente, noticiosa, embora de viés propagandístico, que seria prosseguida pelos pioneiros *Mercúrio Português*

e *Gazeta de Lisboa* e por vários periódicos subsequentes. O jornalismo português nasceu, pois, noticioso e com ambição historiográfica, ainda que tenha sido contaminado pelo moralismo e pela propaganda da Restauração da Independência. Por outra parte, terá surgido, igualmente, para gerar lucro para os empreendedores – no caso da *Gazeta* de 1641-1642, para Manuel de Galhegos.

No terceiro capítulo, André Belo evoca a primeira fase da publicação da *Gazeta de Lisboa* (1715-1760), que introduz em Portugal, embora tardiamente, o periodismo semanal. Enfatiza o autor que esse periódico – caro e lento na divulgação do que havia de novo – deteve o monopólio da informação política no país, já que não teve concorrência, reimpressões locais ou mesmo contrafações. Curiosamente, apesar de a *Gazeta de Lisboa* se associar à coroa, quer por referência ao privilégio real, quer pela inclusão simbólica do brasão real na primeira página, o autor sustenta que este periódico não era nem um órgão oficial da Monarquia, nem uma mera correia de transmissão do discurso propagandístico e oficial régio, até porque era dominado por notícias do estrangeiro, relativas à esfera do “político” – relações internacionais, guerra, paz. Ao privilegiar a informação internacional, a *Gazeta de Lisboa* prosseguiu uma linha editorial que se manifestava desde o surgimento do periodismo em Portugal¹, graças às práticas de publicação de notícias chegadas por carta ou transmitidas por viajantes e de inserção de matérias recolhidas nas publicações estrangeiras, que, por sua vez, incluíam notícias transcritas e traduzidas (por vezes com alterações e adulterações significativas) de publicações congêneres de outros países, num circuito que se manteve por séculos.

O privilégio noticioso da *Gazeta de Lisboa* às notícias do estrangeiro, embora contribuisse para aumentar a sua penetração social, motivando, inclusivamente, a edição semanal, durante dez anos, de um *Suplemento à Gazeta de Lisboa*, tornava o periódico mais lento no acompanhamento da atualidade – já que havia que traduzir e editar os textos, normalmente provenientes da imprensa estrangeira. A censura, intensificada após o atentado de 1758 contra o rei, contribuía para emperrar o processo produtivo e para afastar do discurso qualquer antagonismo à hierarquia social.

No século XVIII, em linha com o que se passava noutros países europeus, a imprensa portuguesa segmentou-se. Foi essa a grande novidade setecentista na paisagem periodística portuguesa.

Durante esse século percebeu-se, efetivamente, que uma das melhores formas de agrupar as pessoas que cultivavam interesses comuns ou se juntavam em

¹ Os conteúdos da *Gazeta de Novas Fora do Reino* (1642-1647), por exemplo, eram, maioritariamente, traduções da *Gazette* francesa (Teixeira e Sousa, 2015).

determinadas organizações era publicar um periódico em que elas se revissem. Um periódico possibilitava, igualmente, que se satisfizessem a curiosidade e as necessidades específicas de informação que certos segmentos da população denotavam. Por essa razão surgiram jornais ligados a academias científicas, periódicos enciclopédicos, literários e filosóficos, jornais especializados em comércio e economia, periódicos femininos, publicações jocosas e de crítica social e outros que, em conjunto, diversificaram a paisagem da imprensa portuguesa. Consequentemente, tornaram-se familiares às elites da época os periódicos que faziam circular algumas das novas ideias setecentistas e noticiavam as descobertas e invenções mais recentes, como a *Gazeta Literária* e o *Jornal Enciclopédico*. Embora vigiadas e controladas, publicações como essas mudaram as expectativas do público que se ia formando em torno do consumo de periódicos e abriram caminho à imprensa política do século seguinte e à consequente solidificação do espaço público, ou, mais precisamente, de espaços públicos, em Portugal. A atividade editorial deu, pois, mais expressão, no século XVIII, ao embrião de espaço público que, então, se ia desenhando, estruturado em torno das publicações, da corte, da vida mercantil e das redes de correspondentes. Mas esse espaço público emergente ainda não tinha por contraponto uma esfera privada, a qual, verdadeiramente, só se afirmará com o liberalismo oitocentista, inclusivamente como reação à ampliação da esfera pública trazida por periódicos com tiragens e circulação cada vez maiores.

É nesse enquadramento que surge o quarto capítulo deste livro. Escrito por Joaquim Fernandes, trata-se de um estudo sobre a *Gazeta Literária* (1761-1762), um periódico iluminista. O texto sugere que apesar do contributo da *Gazeta Literária* para que os portugueses letrados fossem tomando conhecimento das novas ideias que se iam difundindo pela Europa, este periódico não hostilizou os governantes nem desafiou os dogmas católicos, conforme o seu editor, Bernardo de Lima, prometeu na apresentação da publicação. Das temáticas que tratou, assume especial relevância a tríade Ciências Naturais-Literatura-Medicina, face à História, à Política e à Guerra. A maioria dos artigos resultava de recensões da imprensa congénere estrangeira.

O quinto capítulo, de carácter biográfico, já remete o leitor para um novo horizonte temporal – o do século XIX. Foi um tempo de intensificação da segmentação da imprensa portuguesa, dando continuidade a uma tendência desenhada no século anterior. A principal novidade trazida ao jornalismo português, nesse século, foi a aparição da imprensa política, durante o vintismo (ou mesmo antes, caso se considere a imprensa da primeira emigração liberal ou os periódicos antifranceses do tempo das invasões napoleónicas). Essa imprensa sustentou a afirmação e o alargamento da esfera pública. O debate público dos assuntos polí-

ticos deixou de estar circunscrito às elites (uma das críticas a alguns dos jornais vintistas era, precisamente, o de serem escritos por pessoas mal preparadas). Os jornais políticos vintistas aceleraram o debate político, mesmo antes de surgirem partidos políticos minimamente organizados em Portugal. Em contraponto, o espaço público desaguou na esfera simbólica dos jornais políticos, que se digladiavam uns com os outros. A expansão da esfera pública, estruturada em torno dos jornais e das revistas, e a politização da sociedade que a imprensa política doutrinária promoveu, geraram mecanismos de publicitação do poder que permitiram a um número crescente de cidadãos vigiar e criticar o poder político e a governação.

Os primeiros periódicos políticos, artesanais e obras de indivíduos isolados, deram, com o tempo, lugar aos jornais político-noticiosos de partido, mais organizados e sofisticados e dotados de estruturas empresariais. Um deles foi *A Revolução de Setembro*, jornal no qual sobressaiu António Rodrigues Sampaio, talvez o jornalista político, ou político jornalista, mais bem-sucedido no Portugal de Oitocentos e biografado no quinto capítulo desta obra coletiva. Com esses periódicos partidários, cada vez mais sofisticado à medida que o século progredia, a imprensa política afastou-se do carácter eminentemente panfletário que tinha tido durante o vintismo, metamorfoseando-se num modelo híbrido político-noticioso. Os jornais políticos e partidários do tempo da Regeneração podiam fazer uma leitura política da atualidade e da governação, mas também davam notícias e inseriam anúncios publicitários que aumentavam o interesse da população em geral pela imprensa e mitigavam algumas das necessidades de financiamento das empresas jornalísticas. Notava-se, além do mais, que os portugueses, num século em que a vida – particularmente nas grandes cidades – enfrentou profundas transformações, queriam e necessitavam de informações. Ou seja, queriam notícias e necessitavam delas. E a imprensa, mesmo que de cariz político, teve de acolher a informação, indo ao encontro das novas necessidades socialmente evidentes.

É nesse mesmo contexto que, no sexto capítulo, Marco Gomes e Carmine Casino evocam a cobertura da República Romana (1849) e do processo de unificação de Itália (1860) pela imprensa portuguesa, dando especial atenção à luta pela supremacia simbólica de enquadramentos opostos entre jornais políticos polarizados, concretamente *A Revolução de Setembro*, da esquerda liberal; e *A Nação*, católico e legitimista. Trata-se de um capítulo que mostra como os jornais políticos oitocentistas portugueses operavam. Os onnipresentes e hegemónicos periódicos políticos desse tempo – ou, mais concretamente, para se evitar a sinédoque, os seus redatores – faziam leituras políticas dos acontecimentos e problemas da atualidade. Expandiam, em consequência, o espaço público para além das fron-

teiras do Parlamento. Digladiavam-se na praça pública pelo triunfo dos seus pontos de vista, marcadamente ideológicos, sobre os acontecimentos e problemas da atualidade.

O sétimo capítulo é dedicado à fundação e aos primeiros tempos de vida do diário que inaugurou, em Portugal, um modelo industrializado de jornalismo – o *Diário de Notícias* – em 1864 (números-programa)/1865 (publicação regular). Centrado na figura do seu ideólogo, promotor e primeiro diretor, Eduardo Coelho, o texto evoca a rutura corporizada pelo DN com o modelo de jornalismo então dominante, centrado no jornalismo político de doutrinação e partido, dominado pela retórica argumentativa e opinativa. Enfatiza o texto que o *Diário de Notícias* recuperou a matriz noticiosa original do jornalismo, impondo um modelo discursivo no qual a notícia se tornou central. A notícia, arredada para segundo plano na imprensa política, tornou-se protagonista do discurso do DN. Cultivando a notícia e, mais tarde, a reportagem, o jornalismo nacional tornou-se, crescentemente, interclassista, já que a informação noticiosa interessava, transversalmente, à sociedade, coisa que não se podia dizer da retórica partidária expressa na imprensa política. Além disso, o DN cultivou um novo modelo de negócio. Ao optar pela centralidade da notícia, o jornal teve ganhos crescentes de tiragem e circulação, tornando-se um apelativo suporte publicitário. Afluíram, então, ao *Diário de Notícias* milhares de anúncios publicitários, muitos deles breves e orientados para as transações entre particulares. Isso aumentou a atratividade do jornal – quem queria comprar alguma coisa, beneficiar de um serviço ou encontrar emprego passou a ter de ler o jornal e quem queria vender alguma coisa, propor um serviço ou contratar alguém passou a ter de inserir anúncios no periódico. Assim, o *Diário de Notícias* pôde praticar um preço reduzido em comparação com aquele que era praticado pelos jornais políticos. Sendo mais interessante, mais apelativo, mais interclassista e mais barato do que a imprensa política doutrinária, o *Diário de Notícias* impôs-se, apesar das críticas que enfrentou, no panorama jornalístico nacional. Periódicos posteriores já nasceram dentro desse novo modelo jornalístico e alguns periódicos políticos partidários, para subsistirem, foram forçados a dar um espaço relevante à informação noticiosa.

Diga-se, no entanto, que, durante o século XIX, o grau de desenvolvimento socioeconómico e cultural e o crescente grau de politização dos cidadãos (em especial dos cidadãos urbanos) detonaram um movimento imparável de surgimento de novos periódicos de géneros diversos em todo o país. Por exemplo, no Porto, a cidade que se ia afirmando como segunda cidade portuguesa, fundaram-se diários importantes e longevos como *O Comércio do Porto*, *O Primeiro de Janeiro* e *o Jornal de Notícias*. Mas a imprensa regional também adquiriu enorme importân-

cia na paisagem mediática portuguesa, principalmente depois da Regeneração. É assim que um estudo do *Distrito de Évora*, periódico dirigido e quase integralmente redigido por Eça de Queirós, em 1867, ocupa o oitavo capítulo. É esse capítulo o retrato de um tempo em que algum jornalismo português – em especial no interior do país – ainda vivia, ou podia viver, da labuta constante de um só homem, ainda que recolhendo colaborações pontuais de correspondentes e outros personagens. Eça tinha, no periódico, “a responsabilidade multifuncional de um ‘verdadeiro jornalista’: escreve textos de opinião, crónicas, folhetins, pequenas ‘notícias’; organiza as secções do jornal; gere a rede de correspondentes; assume, enfim, toda a responsabilidade editorial”, afirma a autora do estudo, Ana Teresa Peixinho. E Eça ainda vai teorizando sobre jornalismo, pontualmente, ao longo do tempo em que redigiu o *Distrito de Évora*, considerando que ao jornalismo caberia, nomeadamente, dar a conhecer os assuntos públicos, vigiar, controlar e ajudar a moralizar o poder, lutar pelo progresso, pela justiça e pela lei e velar pelos mais pobres, ensinando “ao povo os seus direitos e as garantias da sua segurança”.

O estudo de Peixinho dissectiona, efetivamente, em profundidade, esse bissemanário político regional, sempre evocado por causa do destaque que Eça veio a adquirir nas Letras nacionais. O jornal foi, assegura Peixinho, um espaço de génese da escrita queirosiana. Foi o espaço onde o escritor ensaiou estilos e géneros, experimentou fórmulas literárias, criou histórias e “aprendeu a ler o mundo e dele colher matéria-prima”. Evidenciam-se, pois, no estudo de Peixinho, as interações quase incestuosas que literatura e jornalismo mantinham no século XIX – e que o jornalismo literário e a grande reportagem continuam a cultivar na atualidade. O jornalismo de hoje é, assim o defendemos, o resultado de um longo processo histórico que casos como o d’*O Distrito de Évora* sedimentam.

O papel jornalístico das revistas ilustradas da transição do século XIX para o XX é tema do nono capítulo desta obra coletiva, centrado na história e discurso da *Ocidente* (1875-1915) e no seu contributo ao desenvolvimento do fotojornalismo em Portugal. A vida da publicação documenta, efetivamente, não apenas o processo de substituição da gravura pela fotografia como instrumento preferencial de cobertura visual da atualidade, mas também a progressiva atenção à cobertura gráfica da atualidade, protagonizada, inicialmente, pelas revistas ilustradas, mas que acabaria por contaminar a restante imprensa – diários e semanários.

Quando surgiu, *Ocidente* era, efetivamente, uma revista ilustrada alinhada com o padrão editorial de outras revistas do seu tempo, possuindo uma natureza que, essencialmente, misturava cultura e entretenimento e onde a gravura tinha presença relevante. Mas, com o tempo, a cobertura gráfica dos assuntos e acontecimentos da atualidade coeva passou a constituir um dos elementos estrutu-

rantes dos conteúdos revista. Além disso, esta foi introduzindo, paulatinamente, a fotografia como dispositivo preferencial de cobertura visual do mundo e, em particular, da atualidade (ainda que não necessariamente dos *acontecimentos* da atualidade). Pelas páginas d'O *Ocidente* desfilaram, pois, iconograficamente representados, personagens, momentos e espaços que ajudam a construir uma imagem do Portugal no último quartel do século XIX e na alvorada do século XX. Na revista pode observar-se, igualmente, conforme se escreve na conclusão do capítulo, a afirmação da reportagem gráfica, com gravuras de madeira e, depois, o progressivo abandono da gravura de madeira perante a afirmação do desenho fotográfico e, principalmente, do fotojornalismo. Novos protagonistas da produção iconográfica entraram em cena, sendo notório o papel do repórter fotográfico, ou seja, do fotojornalista. Os fotojornalistas foram, lentamente, afastando das revistas ilustradas os gravadores e desenhadores, os quais, em breve, se tornariam, no mundo do jornalismo, apenas uma memória de um passado em que *havia tempo* para se produzirem belas estampas gravadas pacientemente em madeira. A fotografia, na alvorada do século XX, caía melhor não apenas na ideologia desenvolvimentista que trespassava a sociedade portuguesa, mas também nos novos padrões estéticos que anunciavam o Modernismo, satisfazendo, ainda, os requisitos de rapidez na execução e de iconicidade na representação gráfica do real que, crescentemente, se constituíam como matrizes do jornalismo visual.

O capítulo seguinte, da autoria de Helena Lima, evoca o nascimento, em 1888, e o desenvolvimento, até aos anos 20 (do século XX), do *Jornal de Notícias*, o mais importante e longevo diário do Porto. Trata-se de um texto que enquadra o jornalismo tardo-oitocentista português no contexto da época, marcado pelo surgimento do *Diário de Notícias* e pelos reflexos que a aparição deste diário, que mais não fez do que seguir as tendências internacionais de industrialização da atividade jornalística, teve em Portugal.

Relembra Helena Lima que, ao tempo, era difícil manter um jornal, apesar do espaço citadino ser favorável às iniciativas empresariais jornalísticas – o Porto atravessava mesmo, quando o JN foi lançado, um período de crescimento, de industrialização e de melhorias urbanas. Os diários dependiam muito das assinaturas e eram lidos por poucos – até porque o analfabetismo, à época, atingia mais de 70% da população (embora os jornais, sendo lidos em voz alta, alargassem a sua influência). O anúncio publicitário ia afluindo aos periódicos, mas nem sempre na quantidade necessária para sustentar projetos jornalísticos empresariais. A difusão era complicada – os diários dependiam muito dos correios – e a sustentabilidade dos negócios jornalísticos era difícil. As redações, cheias de jornalistas literatos, defensores de causas, só muito lentamente se iam abrindo a redatores

contratados para escreverem notícias e reportagens sobre os temas que a urbanização e modernização do país motivavam: dramas passionais, acidentes, naufrágios, incêndios, cheias, crimes. Ora, apesar de ser um jornal lançado por uma sociedade ligada ao Partido Regenerador, o *Jornal de Notícias* diferenciou-se no panorama mediático da cidade, conquistando um público crescente, pela oferta de notícias de “interesse humano” sobre esses pequenos dramas quotidianos que a imprensa política tendia a desprezar e por cultivar uma linha editorial mais moderna, materializada num estilo popular e acessível, por vezes sensacionalista, dramático e até mórbido, e pelo culto das novas tendências do design editorial, mais apelativas, já que combinavam recursos gráficos como títulos, manchetes, ilustrações e fotografias. Enfatiza Helena Lima que os protagonistas dos acontecimentos eram, por vezes, retratados como heróis de aventuras pelo *Jornal de Notícias* e algumas histórias então publicadas no JN eram construídas com muitos detalhes, tratados em continuidade em vários números, à maneira do *follow-up* introduzido por Pulitzer nos Estados Unidos, na última década de Oitocentos. O referencial teórico da autora constrói-se, assim, em grande medida, ao redor do conceito de tabloidização, que poderá ser aplicado, segundo Lima, à deriva editorial popular protagonizada pelo *Notícias* nos primeiros decénios da sua existência.

É já no início do Estado Novo que se situa, temporalmente, o objeto do capítulo seguinte. Da autoria de Alberto Pena Rodríguez, o texto incide sobre o *Boletim da Legião Portuguesa* e outras publicações salazaristas publicadas ao tempo da Guerra Civil de Espanha, como a *Alma Nacional* e a *Ação – Semanário Português para os Portugueses*. O autor realça o papel ideológico e político dessas publicações, financiadas pelas estruturas do regime e destinadas à propaganda e controlo ideológico da população. Nacionalismo e anticomunismo cruzaram-se nessas publicações, sistematicamente enaltecidas dos feitos dos rebeldes franquistas – com cujas publicações, por vezes, mantinham intercâmbio – durante o conflito espanhol e denegridoras do lado republicano. A República Espanhola era apresentada como um perigo potencial à independência de Portugal e garante de expansão do indesejado comunismo soviético, enquanto o desejo triunfo nacionalista era apresentado como uma garantia de paz e estabilidade.

Ao longo do Estado Novo, apesar do controlo a que foi sujeita, a imprensa conseguiu, aqui e ali, pela força do noticiário, corroer os alicerces do regime. Uma dessas ocasiões ocorreu em 1969, graças à enorme mediatização que teve o regresso a Portugal do bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, um crítico do regime, ligado ao catolicismo progressista. D. António, recorde-se, tinha sido obrigado a abandonar Portugal, uma década antes, por causa de uma carta crítica que escreveu a Salazar e que circulou clandestinamente no país. Carla Baptista

recorda o caso, iniciado com a notícia do regresso do bispo ao Porto, publicada a 20 de junho de 1969, no *Diário de Lisboa*, por ação do jornalista Raul Rego. Outros jornais, em especial os do Porto, acompanharam esse diário da capital e D. António Ferreira Gomes tornou-se a personagem mediática do momento. Esse episódio constituiu, segundo Carla Baptista, “um acontecimento marcante para a história do jornalismo português durante o Estado Novo, um dos raros episódios em que a mediatização foi decisiva para vencer as tibiezas do governo que apostava no regresso discreto do bispo e mobilizar a opinião pública”, sendo “um episódio ilustrativo da força que o jornalismo pode ter num contexto de rarefação e controle de informação”.

Em 1970, Salazar morreu, na sequência de uma queda que deu em 1968. Durante quase dois anos, o ditador foi resguardado e toda uma encenação foi montada para o levar a acreditar que ainda governava o país. A imprensa portuguesa noticiou a morte do ditador por meio de um discurso que o sacralizava, glorificava e mitificava, justificando, assim, as homenagens intermináveis que lhe foram feitas em nome de uma nação agradecida. É este o tema do capítulo subsequente, subscrito por Helena Lima. A autora cruza os conceitos de valor-notícia e de enquadramento para justificar o tom adotado por cinco dos diários portugueses então publicados para falar da morte de Salazar, mas tendo como pano de fundo a censura, que necessariamente contribuiu para configurar a forma como as notícias narraram o acontecimento. Concluindo, escreve Helena Lima: “Os diários portugueses destacam o enquadramento do grande estadista e salvador da pátria e, como resultado, surge outro elemento discursivo, que é o da orfandade, dor e perda, o que de alguma forma a transpõe para o domínio da esfera pública. As representações da emoção individual ou coletiva estão presentes em todos os jornais, sendo mais uma vez o DN a utilizar a emoção em diferentes figuras narrativas, inclusivamente no discurso pessoal. A dimensão da homenagem ao estadista é dada em diferentes peças, abrangências geográficas e reconhecimento da elite governativa internacional. Este enquadramento é complementado pelas inúmeras biografias que retratam a obra do ditador. Pontualmente, o discurso dos jornais reconhece que Salazar tinha detratores, mas não há publicação de notícias críticas, o que denota o discurso condicionado.”

O último capítulo deste livro, da autoria de Pedro Marques Gomes, evoca os tempos da agitação revolucionária no pós-25 de Abril, em especial durante o “Verão Quente” de 1975, e as suas consequências no palco mediático. Baseando-se no conceito de “jornal como ator político”, Marques Gomes analisou a postura discursiva de três semanários conotados com o campo ideológico que defendia a evolução de Portugal para um modelo de democracia europeia – *Expresso*, *O*

Jornal e Tempo. Segundo o autor, os três jornais deram protagonismo ao Partido Socialista e ao seu líder, Mário Soares, e criticaram, direta ou veladamente, o Partido Comunista Português e o polo ideológico oposto, mas, dos três, o *Expresso* e o *Tempo* foram os mais veementes na crítica. O artigo constitui, pois, uma reevocação de um tempo em que a imprensa, ao dar voz pública e expandir determinadas ideias políticas e posições sobre o futuro do país, teve grande influência em Portugal.

O conjunto de textos aqui reunidos permite-nos, pois, olhar, com prazer, para a evolução dos meios impressos em Portugal. Lendo cada um dos textos, viajamos pela história e acompanhamos as transformações que foram introduzidas na imprensa. Das primeiras gazetas e publicações ocasionais parecidas com livros, passamos pelas páginas sobrepovoadas de assuntos dos jornais tardooitocentistas, de grande dimensão, mas também pelas páginas mais repoussantes e cheias de imagens das revistas desse século. Mais tarde, chegamos aos meios jornalísticos impressos contemporâneos, organizados e racionalizados e nos quais a infografia – dispositivo símbolo da racionalidade e síntese informativas – é uma das estrelas.

O livro acompanha, igualmente, a evolução mercadológica da imprensa. O periódico noticioso para as elites, propriedade de uma tipografia ou, a maioria das vezes, de um indivíduo que, frequentemente, era também seu redator e promotor, teve a companhia, no século XVIII, em pleno Iluminismo, de periódicos culturais e económicos. No século XIX, os periódicos políticos, inicialmente individuais, depois de partidos, tornaram-se relevantes na paisagem jornalística. Esse foi também o século que viu nascer, em Portugal, o jornalismo industrializado, empresarialmente organizado, tendencialmente noticioso e que tinha o lucro por objetivo. Acompanhando esta redescoberta do valor da informação noticiosa não acompanhada por uma leitura política e partidária, novos géneros jornalísticos – em alguns casos já admitindo texto e imagem – vieram juntar-se às notícias, aos artigos, aos *sueños* e às crónicas. Entre esses novos géneros estavam a reportagem e a entrevista. As reportagens fizeram emergir o repórter, figura importante para o processo de profissionalização do jornalismo e dos jornalistas que ocorreu, em Portugal, entre o final do século XIX (criação das primeiras organizações de classe) e 1934, ano em que, com a fundação do Sindicato Nacional dos Jornalistas, se começou a emitir a carteira profissional de jornalista, documento central – e, ao tempo, algo polémico – que distinguia os que faziam do jornalismo uma profissão dos políticos, literatos e outros que, por colaborarem com a imprensa, também se consideravam jornalistas.

BIBLIOGRAFIA

- Barnhurst, K. G. & Nerone, J. (2001). *The form of news*. London/New York: The Guilford Press.
- Bourdieu, P. (1983). *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero.
- Broersma, M. (2007). Form, style and journalistic strategies. An introduction. In: M. Broersma, M. (ed.), *Form and style in Journalism. European newspaper and the representation of news, 1880-2005* (ix-xxix). Leuven: Peters.
- Carey, J. W. (1988). *Communication as culture: Essays on media and society*. Boston: Unwin Hyman.
- Casasús, J. M. & Ladevéze, L. N. (1991). *Estilo y géneros periodísticos*. Barcelona: Ariel.
- Chalaby, J. K. (1996). Journalism as an Anglo-American invention – a comparison of the developments of French and Anglo-American Journalism, 1830s-1920s. *European Journal of Communication*, 11 (3): 303-326.
- Chalaby, J. K. (1998). *The invention of journalism*. London: Palgrave Macmillan.
- Filho, A. G. (1987). *O segredo da pirâmide. Para uma teoria Marxista do jornalismo*. Porto Alegre: Tchê.
- Franciscato, C. E. (2005). *A fabricação do presente – Como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais*. São Cristóvão: Editora da Universidade Federal de Sergipe.
- Galtung, J. & Ruge, M. H. (1965). The structure of foreign news. The presentation of the Congo, Cuba and Cyprus Crises in Four Norwegian newspapers. *Journal of Peace Research* (2) 1: 64-91.
- Groth, O. (1960). *Die unerkannte kulturmacht: grundlegung der zeitungswissenschaft (periodik)*. 7 vols. Berlin: Walter de Gruyter.
- Hernando Cuadrado, L. A. (2007). *Los Acta Divina y el registro periodístico*. Madrid: Dykinson.
- Karam, F. J. C. (2009). Retórica, Grécia e Roma antigas: vestígios da futura linguagem jornalística. *Alceu*, 10 (19), jul./dez. 2009: 109-117.
- Karam, F. J. C. e Hauser, V. (2011). Retórica e dialética: o tributo do jornalismo aos greco-romanos. *Estudos em Comunicação*, 10: 261-278.
- López Eire, A. (2002). *Poéticas y retóricas griegas*. Madrid: Síntesis.
- López, X. (2003). Retórica del hipertexto periodístico. In: J. Díaz Noci & R. Salaverria Aliaga, R. (eds.). *Manual de redacción ciberperiodística* (385-422). Barcelona: Ariel.
- Mateus, S. (2017). O desenvolvimento do discurso jornalístico em Portugal – Estudo de caso da imprensa regional madeirense de inícios do séc. XX. *Comunicação Pública*, 12 (22) [Online]. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cp/1398>. Consultado a 29 de abril de 2018.
- Matheson, D. (2000). The birth of news discourse: changes in news language in British newspapers, 1880-1930. *Media, Culture & Society*, 22 (5): 557-573.
- Meditsch, E. (1992). *O conhecimento do jornalismo*. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina.
- Park, R. (1972). A notícia como conhecimento: um capítulo da sociologia do jornalismo. In: C. Steinberg (org.), *Meios de comunicação de massa*. São Paulo: Cultrix. [Original de 1940.]
- Peucer, T. (2000). Os relatos jornalísticos. *Comunicação e Sociedade*, 33: 199-214. (Tradução de *De Relationibus Novellis*, Leipzig: Tese (Doutorado em Periodística) – Universidade de Leipzig, 1690.)
- Rosa, G. P. (2015). *Parem as máquinas! Glórias, peripécias e embustes do jornalismo português*. Lisboa: Parsifal.
- ROSA, G. P. (2017). *O inspetor da Pide que morreu duas vezes e outras gaffes, triunfos e episódios memoráveis do século XX da imprensa portuguesa*. Lisboa: Planeta.
- Schudson, M. (1995). *The power of news*. Cambridge/London: Harvard University Press.

- Sousa, J. P., (coord.) et al. (2007). *A génese do jornalismo lusófono e as Relações de Manuel Severim de Faria (1626-1628)*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Sousa, J. P. (2008). Uma história breve do jornalismo no Ocidente. In: J. P. Sousa (org.), *Jornalismo: história, teoria e metodologia da pesquisa* (12-93). Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Sousa, J. P., coord. et al. (2011). *A Gazeta “da Restauração”, primeiro periódico português: uma análise do discurso*. Covilhã: Livros LabCom/Universidade da Beira Interior.
- Sousa, J. P. (2013). *Jornalismo em Portugal no alvorecer da modernidade*. Porto: Media XXI.
- Stephens, M. (1988). *A history of news*. New York: Penguin Books.
- Teixeira, P. & SOUSA, J. P. (2015). *Contar o mundo no século XVII. O discurso dos dois primeiros jornais portugueses: A Gazeta “da Restauração” (1641-1647) e o Mercúrio Português (1663-1667)*. Porto: Media XXI.
- Tuchman, G. (1972). Objectivity as strategic ritual: An examination of newsmen's notions of objectivity. *American Journal of Sociology*, 77, (4), jan. 1972: 660-679.
- Williams, K. (2007). Anglo-American journalism: the historical development of practice, style and form. In: M. Broesma (ed.), *Form and style in journalism. European newspapers and the representation of news, 1880-2005* (1-26). Leuven: Peters.

ANTES DO PERIODISMO, AS PUBLICAÇÕES OCASIONAIS: A RELAÇÃO DA MUITO NOTÁVEL PERDA DO GALEÃO GRANDE SÃO JOÃO

JORGE PEDRO SOUSA¹

Universidade Fernando Pessoa e ICNOVA
jpsousa@ufp.edu.pt

INTRODUÇÃO

As folhas ocasionais, ou folhas volantes, noticiosas surgiram no século XV, na Europa, estando na génese do jornalismo moderno e contemporâneo. Legais ou clandestinas, por vezes revolucionárias, elas perduraram até ao aparecimento do jornalismo industrial no século XIX e mesmo até à atualidade, se considerarmos os *livros-reportagem*.

As folhas ocasionais terão surgido em Itália, concretamente em Veneza e em Génova, mas espalharam-se rapidamente por toda a Europa, sendo vendidas em feiras e lugares concorridos. Frequentemente, as pessoas, maioritariamente analfabetas, juntavam-se para escutarem a leitura pública dessas publicações.

As folhas ocasionais, normalmente chamadas *relações* em Portugal (no sentido de serem um relato), habitualmente eram constituídas por uma única folha de pequena dimensão (cerca de 15 × 20 cm) e apenas inseriam uma única “notícia”, ou um único “relato”, “com grandes minudências, mas nem sempre com muita verdade” (Tengarrinha, 1989: 29). Em alguns casos, eram juntas duas ou três

¹ Jorge Pedro Sousa, doutor em Ciências da Comunicação, é professor catedrático e pesquisador da Universidade Fernando Pessoa (Portugal), membro do ICNOVA (Portugal) e autor de vários livros e artigos sobre jornalismo e comunicação.

folhas, agrafadas umas às outras. Normalmente, não ultrapassavam oito folhas (Tengarrinha, 1989: 29), mas outras havia que se publicavam como livros e opúsculos, devido à sua extensão (mais de 20 páginas, podendo atingir mais de uma centena). Tengarrinha (1989: 29), por exemplo, afirma que as relações portuguesas apresentavam o aspeto de um pequeno livro, possuindo frontispício.

Os temas das relações eram variados. Política, comércio, fenómenos insólitos e curiosos, acontecimentos sociais, crimes e criminosos, calamidades, batalhas, lugares, etc. são exemplos de alguns dos muitos temas que serviram de pretexto para a elaboração dessas folhas (Tengarrinha, 1989: 29). Pode dizer-se, assim, que as notícias das relações já obedeciam a critérios de noticiabilidade idênticos aos contemporâneos, o que acentua a natureza cultural e histórica dos valores-notícia (negatividade, referência a fenómenos insólitos, novidade, referência a pessoas de elite, utilidade prática das informações, etc.).

O hábito de juntar notícias de várias folhas ocasionais (de vários países) publicadas ao longo de um determinado período de tempo para fabricar uma publicação noticiosa (um *livro noticioso*), esteve na origem dos jornais periódicos e do jornalismo como hoje o concebemos. De facto, se inicialmente se juntavam notícias publicadas ao longo de um semestre, passaram a juntar-se notícias publicadas ao longo de um mês, e começaram-se também a juntar notícias de produção própria a essas publicações. Abriram-se, assim, as portas ao aparecimento das primeiras gazetas periódicas, mensais, semanais e, por fim, diárias, antepassadas dos jornais modernos e contemporâneos.

Embora o termo *relações* tenha perdurado, essencialmente, para referenciar jornais, folhas e livros noticiosos com várias notícias², é de realçar que algumas das folhas ocasionais com uma única “notícia” também se denominaram *relações*, no sentido, como atrás se disse, de serem um relato de um acontecimento. A *Relação [História]³ da Muito Notável Perda do Galeão Grande São João em que se Recontam os Casos Desvairados que Aconteceram ao Capitão Manuel de Sousa de Sepúlveda, e o Lamentável Fim que Ele e Sua Mulher e Filhos e Toda a Mais Gente Houveram, o Qual Se*

2 É o caso da *Relação Universal do que Sucedeu em Portugal e Mais Províncias do Ocidente e Oriente, desde o mês de Março de [1]625 até todo Setembro de [1]626*, redigida por Manuel Severim de Faria, que apareceu em 1626, em Lisboa, e que seria reimpressa em 1627, havendo um segundo número dessa *Relação*, compreendendo notícias do período de Março de 1626 a Agosto de 1627, que foi impresso em 1628. Existem exemplares do primeiro número da *Relação*, de 1626, e do segundo número da *Relação*, de 1628, na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, e existe um exemplar da reimpressão bracarense do primeiro número da *Relação* na Biblioteca Nacional.

3 Manteve-se a designação *Relação*, conforme surge na *História Trágico-Marítima*, mas Lanciani (1979) usa a designação *História*, original.

Perdeu no Ano de 1552, a 24 de Junho, na Terra do Natal, objeto deste trabalho, é um desses casos.

As sucessivas edições, reedições⁴ e mesmo contrafações das relações levadas a cabo até ao século XVIII provam o sucesso que elas tiveram e documentam a avidez do público por “reportagens”. O decréscimo da procura das relações portuguesas que se nota a partir do final do século XVIII coincide, aliás, com a consolidação do jornalismo periódico português, que acabou por retirar às folhas noticiosas ocasionais uma grande dose de interesse⁵.

Lanciani (1979: 4-5) sustenta que os problemas principais postos pelas relações quinhentistas e seiscentistas são a cronologia das edições existentes, a distinção entre as edições fiéis e infiéis ao original e mesmo a definição da autoria. Mas, para os estudos jornalísticos, interessa, nomeadamente, determinar qual o seu contributo para a génese do jornalismo e para a fixação de normas expressivas de reportagem de acontecimentos.

Tendo em conta a conjuntura atrás exposta, este trabalho tem por objetivo descrever a estrutura narrativa da *Relação da Muito Notável Perda do Galeão Grande São João em que se Recontam os Casos Desvairados que Aconteceram ao Capitão Manuel de Sousa de Sepúlveda, e o Lamentável Fim que Ele e Sua Mulher e Filhos e Toda a Mais Gente Houveram, o Qual Se Perdeu no Ano de 1552, a 24 de Junho, na Terra do Natal* e identificar as pontes que se possam estabelecer entre este relato e a reportagem jornalística contemporânea. Para esse efeito, recorreu-se a uma análise histórico-cultural do discurso, mas somente a um nível heurístico e não linguístico, tendo-se prestado especial atenção à estrutura do relato e às semelhanças desta estrutura com as estruturas adotadas em géneros de relato anteriores (designadamente, com as crónicas medievais) e posteriores (designadamente, com as reportagens).

4 O investimento em reedições, em alternativa a uma nova obra, tinha a vantagem de evitar os complicados trâmites burocráticos da censura prévia e da obtenção de licença de impressão.

5 Ainda assim, no século XIX encontram-se exemplos tardios de “reportagens” de naufrágios difundidas como folhas volantes. Por exemplo, em Portugal fizeram-se três edições do relato do naufrágio do *Porto*, um dos navios que fazia a carreira Porto-Lisboa, na traiçoeira Foz do Douro (Porto, Portugal), a 29 de Março de 1852. É de realçar, aliás, que nunca se perdeu a ideia de lançar reportagens em livro, que está na base do sucesso das folhas noticiosas volantes. Pelo contrário, continuam a lançar-se anualmente vários livros-reportagem sobre determinados acontecimentos de grande envergadura, alguns deles escritos em tom pessoal.

1. A RELAÇÃO DA PERDA DO GALEÃO GRANDE SÃO JOÃO E O CONTEXTO DA ÉPOCA

Quando a *Relação da Perda do Galeão Grande São João* foi escrita e editada, na viragem da primeira para a segunda metade do século XVI, Portugal começava a atravessar uma crise política, económica e social de vastas proporções, que contrastava com os anos de glória do início da epopeia dos Descobrimentos.

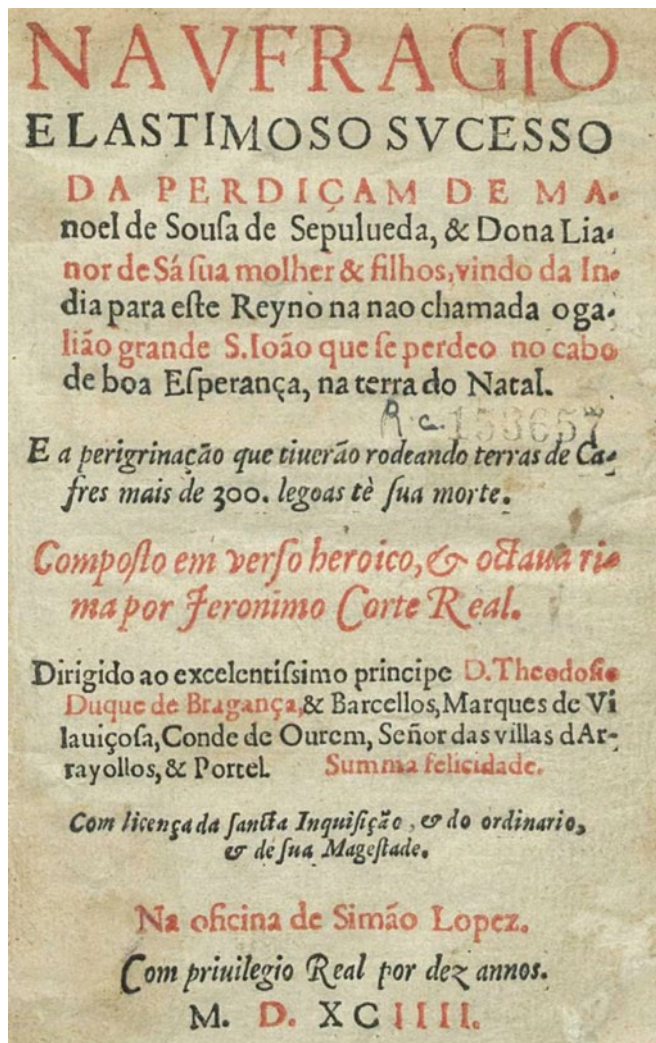


FIG. 1 – A relação do naufrágio da nau São João poderá ter sido o primeiro relato de um acontecimento impresso em Portugal. Composta sob a forma de livro de formato *in quarto* (cerca de 14 × 20cm), com centenas de páginas e possivelmente editada, pela primeira vez, entre 1554 e 1556, seria reeditada posteriormente, sempre com intuítos comerciais. Na imagem surge uma reedição de 1594, de 422 páginas, que tem a particularidade de ter sido reescrita em verso por Jerónimo Corte-Real.

De facto, ao longo do século XVI, em particular a partir da segunda metade desse século, foram-se desvanecendo os fatores que tinham lançado Portugal na grande aventura da expansão marítima e do comércio global, como a argúcia dos governantes (a começar pelo Infante Dom Henrique, mentor primeiro dos Descobrimientos), que permitiu, por exemplo, a brilhante manobra de reconversão da Ordem do Templo em Ordem de Cristo, possibilitando a manutenção das riquezas, pessoas e conhecimentos dos Templários em Portugal; a clareza na estratégia nacional a seguir; a abertura a novas técnicas, saberes e ideias, independentemente da sua proveniência; e ainda a tolerância, manifesta, em particular, na aceitação dos judeus, que com o seu dinamismo, sagacidade e dinheiro estimulavam a economia, o comércio e as explorações.

São, assim, várias as causas que provocaram o lento declínio de Portugal e o fim da preponderância do país no comércio internacional a partir de meados do século XVI. Podemos apontar, por exemplo, as crises de sucessão no trono; a concorrência de outros países na exploração e no comércio intercontinental; a vontade de rápido enriquecimento, que conduziu os negociantes quer a desinvestir na manutenção e no equipamento das naus, para diminuir o montante do investimento e aumentar as margens de lucro, quer a alterar as condições das naus, para lhes carregar mais mercadoria, o que afetava as condições de navegabilidade; o aumento da influência obscurantista e intolerante da Igreja Católica, materializada, principalmente, na instituição da Inquisição, em 1547; e ainda a expulsão de Portugal dos judeus e mouros que recusaram a conversão ao Cristianismo, em 1496⁶, seguida por várias perseguições a judeus e cristãos-novos⁷, o que afetou o comércio e a economia.

A expulsão dos judeus foi determinada pelo rei D. Manuel, em grande medida por influência da sua noiva, mais tarde mulher, D. Isabel de Castela, que isso lhe exigiu para casar com ele. Mas esse ato representou um duro golpe para a econo-

6 Na realidade, D. Manuel I, interessado em manter os judeus em Portugal, obrigou todos os judeus a serem batizados, mesmo à força, pelo que, de um dia para o outro, pôde dizer que já não havia judeus em Portugal. No entanto, grande parte dos judeus continuou a professar secretamente a sua religião. O facto de serem judeus, aliás, trouxe-lhes o ódio de uma população cristã fanática e fundamentalista que via neles a fonte de muitos males, pelo que as perseguições continuaram e provocaram o exílio de muitos judeus, com a consequente fuga de investimentos e capitais.

7 Nome por que eram designados os judeus que publicamente abraçaram o Cristianismo, embora muitos deles, secretamente, continuassem a professar o Judaísmo. Um dos maiores massacres de judeus (como cristãos-novos) ocorreu em Lisboa, Portugal, em Abril de 1506. Durante três dias, 4000 homens, mulheres, crianças e bebês judeus foram mortos por todos os meios (fogueiras, espancamentos, violações sucessivas...) num dos episódios mais negros da história de Portugal, perante a indiferença do rei D. Manuel I, que só mandou intervir as tropas quando um dos seus lugares-tenentes judeu foi assassinado pela população, fanatizada por dois frades dominicanos.

mia e para a sociedade portuguesa. Portugal perdeu o conhecimento acumulado pelos judeus, o seu espírito empreendedor e comercial e o seu dinheiro. Tornou-se também mais permeável à intolerante influência da Igreja Católica, tolerada por D. Manuel, que acalentava sonhos de unir a Península Ibérica sob uma única coroa e sob um rei português. O seu filho Dom João III, que ascendeu ao trono em 1521, inclusivamente pediu ao papa a instituição da Inquisição Portuguesa, segundo o modelo da Inquisição Espanhola, tendo recebido a autorização papal em 1547. A perseguição às pessoas, às novas ideias e ao conhecimento promovida pela Inquisição Católica afastou Portugal do progresso, apesar do comércio intercontinental, ainda liderado por Portugal durante a primeira metade do século XVI, e da exploração do Brasil e das possessões coloniais terem disfarçado a crise. De qualquer modo, na viragem da primeira para a segunda metade do século XVI, Portugal já enfrentava a fuga de cérebros e navegantes experientes, a falta de capital, a ameaça constante dos corsários de outros países europeus (ingleses, franceses, holandeses...) e, como se disse, a concorrência de outros países europeus na exploração do mundo e no comércio intercontinental. O reinado de D. Sebastião, neto e sucessor de D. João III (falecido em 1557), agudizou a crise. O jovem rei, mais uma vez devido à influência da Igreja Católica, empreendeu várias expedições guerreiras no Norte de África unicamente por espírito de cruzada, pois essas terras já não interessavam estrategicamente a Portugal. A economia, as explorações e o comércio intercontinental, que tinham feito a riqueza do país, foram descurados pela Coroa. Em 1578, o jovem rei acabou mesmo por ser morto, sem herdeiro direto, na batalha de Alcácer Quibir, em Marrocos. A crise dinástica que se seguiu, apesar do breve reinado do cardeal D. Henrique e, à morte deste, em 1580, da aclamação como rei de D. António, Prior do Crato, acabou por conduzir à invasão de Portugal pelo exército espanhol, em 1580, e à aceitação da reivindicação, por laços de sangue, da ascensão de D. Filipe II de Espanha (D. Filipe I de Portugal) ao trono português, embora sob o princípio da Monarquia dual (dois reinos, um rei). O domínio dos Filipes, até 1640 (Restauração da Independência), subordinou os interesses de Portugal aos interesses de Espanha; intensificou a obscurantista influência da Igreja Católica e da Inquisição e a perseguição a pessoas e ideias; finalmente, tornou os inimigos de Espanha em inimigos de Portugal e as guerras de Espanha em guerras de Portugal. A crise económica e social agudizou-se. Os dois países ibéricos, depois dos anos esplendurosos em que, beneficiando da intrepidez inicial dos portugueses, globalizaram o mundo e o comércio, entraram num processo de declínio do qual só saíam no final do século XX, processo esse apenas mitigado e disfarçado pela exploração colonial.

As relações portuguesas sobre naufrágios, como a *Relação da Muito Notável Perda do Galeão Grande São João*, podem ser vistas, simultaneamente, como um indício e uma metáfora da situação de crise que Portugal atravessava. Enquanto as grandes crónicas de Damião de Góis ou João de Barros glorificavam a empresa dos Descobrimentos⁸, a *Relação da Muito Notável Perda do Galeão Grande São João*, num tom mais jornalístico e verdadeiro, mostra a falta de preparação técnica dos navegantes, a fragilidade das naus, negligentemente preparadas e equipadas, e a cupidez dos comerciantes e funcionários, apostados num rápido enriquecimento, sem pesar as possíveis, e funestas, consequências.

2. A EVENTUAL PRIMAZIA CRONOLÓGICA DA RELAÇÃO DO GALEÃO GRANDE SÃO JOÃO ENTRE AS RELAÇÕES PORTUGUESAS

Não se sabe bem qual foi a primeira folha volante noticiosa editada em Portugal. Tengarrinha (1989: 29) afirma que foi a *Relação do Lastimoso Naufrágio da Nau Conceição Chamada Algaravia a Nova de que Era Capitão Francisco Nobre a Qual Perdeu nos Baixos de Pêro dos Banhos em 22 de Agosto de 1555*, hipoteticamente impressa em Lisboa, em 1556. Esta folha noticiosa tinha 23 páginas de 15 × 20 cm e foi escrita, presumivelmente, por Manuel Rangel. Giulia Lanciani (1979) explica, porém, que essa *Relação* poderá ser apenas de cerca de 1620, pois nela são referidas obras de 1613 (*Crónica de Dom João III*, de Francisco de Andrade) e de 1616 (*Década VII*, de Diogo do Couto). Lanciani (1979: 11) indica, também, que a primeira edição da *Relação da Muito Notável Perda do Galeão Grande São João em que se Recontam os Casos Desvairados que Aconteceram ao Capitão Manuel de Sousa de Sepúlveda, e o Lamentável Fim que Ele e Sua Mulher e Filhos e Toda a Mais Gente Houveram, o Qual Se Perdeu no Ano de 1552, a 24 de Junho, na Terra do Natal*, poderá ter sido impressa entre 1555 e 1556⁹, o que a tornaria, documentadamente, a primeira folha volante noticiosa publicada em Portugal. Dessa folha, aliás, conserva-se uma segunda edição, de 1564, e edições posteriores, de 1592, 1614 e 1633, tendo sido, finalmente, incluída na *História Trágico-Marítima*, de Bernardo Gomes de Brito, em 1735. Há que realçar, no entanto, que Carlos Passos (1928) refere folhas volantes portuguesas de

⁸ O que já não acontecia, por exemplo, em *Soldado Prático*, de Diogo do Couto, o outro grande cronista português da época.

⁹ O frontispício da primeira edição, embora sem inclusão da data de edição, está reproduzido no *Dicionário Bibliográfico Português*, de Silva, Brito e Brito. Por outro lado, o autor diz no texto que a história lhe foi contada em Moçambique, em 1554, pelo que a edição da *Relação da Perda do Galeão São João* não deve ter ocorrido muito mais tarde.

1527 e talvez mesmo anteriores, sobre o naufrágio de várias naus (São Pedro, São Sebastião, Santo António e Conceição). De qualquer modo, tendo em conta a análise de Lanciani e os registos documentais existentes, parece que deverá ser atribuída à *Relação da Muito Notável Perda do Galeão Grande São João* a qualidade de mais antiga relação portuguesa, entre todas aquelas de que se conservam registos documentais.

Não se sabe quem foi o autor da *Relação da Muito Notável Perda do Galeão Grande São João*. Essa relação terá sido originalmente publicada sob a forma de um pequeno livro noticioso, com cerca de 20 páginas de 15 × 20 cm, dados que se podem inferir pela extensão do relato, pela tradição portuguesa de impressão e ainda pela reprodução do frontispício feita no *Dicionário Bibliográfico Português* de Silva, Brito e Brito (cuja edição original é de 1735/1736).

A *Relação da Muito Notável Perda do Galeão Grande São João* chegou-nos até nós presumivelmente sem grandes alterações ao relato original, já que entre a primeira edição, possivelmente publicada, como se disse, em 1555 ou 1556, e a segunda edição, que se conserva e que foi publicada em 1564, terão passado menos de dez anos. Outras relações houve que sofreram várias alterações no texto, sobretudo aquando da sua inclusão na *História Trágico-Marítima*, de Bernardo Gomes de Brito (1735/1736).

3. ESTRUTURA NARRATIVA DA RELAÇÃO DA MUITO NOTÁVEL PERDA DO GALEÃO GRANDE SÃO JOÃO

A *Relação da Muito Notável Perda do Galeão Grande São João* é um dos vários textos quinhentistas e seiscentistas conhecidos que se pode considerar como exemplo do jornalismo emergente. Elaborada ao jeito das crónicas medievais (Lanciani, 1979), também elas quase-reportagens, a *Relação da Perda do Galeão São João* é, efetivamente, uma espécie de reportagem sobre um acontecimento notável, recente e dramático, elaborada para ampla difusão pública. São várias as características do relato que nos permitem avaliá-lo como uma reportagem. Em primeiro lugar, a *Relação*, como quase todas as reportagens, descreve um acontecimento em profundidade, mais extensiva do que compreensivamente, explorando as suas causas e consequências. Em segundo lugar, o autor tem algumas liberdades narrativas, destinadas a intensificar e a enquadrar (religiosamente) o relato, mas tenta permanecer fiel aos factos. Em terceiro lugar, e como derradeira marca da reportagem contemporânea partilhada pela *Relação da Perda do Galeão São João*, o autor, com frequência, interveio no relato, para analisar, enquadrar e mesmo dar conta

da sua vivência dos factos, como quando revela as circunstâncias em que ouviu (e citou) a fonte da história.

O acontecimento narrado na obra, como o título da *Relação* indica, foi o naufrágio da nau São João, navio da Carreira das Índias, embora o relato se focalize naquilo que aconteceu aos sobreviventes, em especial nos padecimentos e morte de alguns deles, nomeadamente os protagonistas da história. A *Relação da Perda do Galeão São João* obedece, assim, a vários critérios de valor-notícia. A novidade talvez tivesse passado quando a *Relação* foi editada (possivelmente, as pessoas já sabiam do naufrágio), mas estão presentes a morte e a negatividade, a referência a pessoas de elite, bem como a possibilidade de dramatização e de personalização da história do acontecimento.

O texto da *Relação da Perda do Galeão São João* é, essencialmente, narrativo. A ideia primeira do autor é contar aos leitores uma história verídica, não ficcional. Mas, como veremos, o autor mergulha na narrativa, para formular juízos ou fazer reflexões, seguindo uma das modalidades de relato um pouco afastada das práticas dominantes do jornalismo atual, mas perfeitamente em consonância com a cultura da época e os cânones da crónica tardo-medieval. De facto, a *Relação da Perda do Galeão São João* conta, antes de mais, uma história com fundo moral. A história de um comerciante que, por avidez e egoísmo, perdeu a família, os empregados e os bens. A história de uma dama aristocrata que morreu por vergonha da nudez a que tinha sido obrigada. Mas o juízo moral é apenas dirigido ao indivíduo, a punição é vista como o resultado direto dos seus atos, como a consequência das ações desencadeadas pela sua cupidez. Não belisca a hierarquia social nem atribui aos governantes a sua quota-parte de responsabilidade pelo estado da situação. A acusação é “individual”, a responsabilidade pelo que sucede é pessoal, não do sistema. No entanto, a crise portuguesa ecoa indiretamente no relato. Manuel de Sousa de Sepúlveda é a metáfora do comerciante português da época, empreendedor mas egoísta e cobiçoso, apostado no rápido enriquecimento a qualquer custo, tanto quanto a negligenciada nau é a metáfora de um país em crise e o relato do naufrágio simboliza, de certa forma, um inconsciente coletivo povoado de medos e incertezas.

Numa época em que pontificavam em Portugal cronistas extraordinários como Damião de Góis, Diogo do Couto¹⁰ e João de Barros, é natural que as crónicas, incluindo as crónicas medievais, tivessem servido de modelo para as relações

¹⁰ Uma das relações seiscentistas de naufrágios é precisamente da autoria de Diogo do Couto. Trata-se da *Relação do Naufrágio da Nau São Tomé da Terra dos Fumos no Ano de 1589 e dos Grandes Trabalhos que Passou Dom Paulo de Lima nas Terras da Cafraria até à Sua Morte. Escrita por Diogo do Couto, Guarda-Mor da Torre do Tombo. A Roga da Senhora D. Ana de Lima, Irmã do Dito Paulo de Lima, no Ano de 1611.*

quinhentistas e seiscentistas (Lanciani, 1979). A *Relação da Muito Notável Perda do Galeão Grande São João* vai buscar vários elementos às crónicas, das quais se pode considerar uma manifestação popular, menos erudita, menos prolixa, mais sensacionalista e dramática, destinada a emocionar, a moralizar e a *ser consumida o mais massivamente possível*¹¹, para dar lucro ao autor e ao editor. É, na sua essência, uma mistura de jornalismo com literatura popular, que evidencia a existência prévia de algumas das condições que vieram a permitir o êxito do jornalismo industrial popular e sensacionalista no século XIX.

3.1 O título

O título da *Relação da Muito Notável Perda do Galeão Grande São João em que se Recontam os Casos Desvairados que Aconteceram ao Capitão Manuel de Sousa de Sepúlveda, e o Lamentável Fim que Ele e Sua Mulher e Filhos e Toda a Mais Gente Houveram, o Qual Se Perdeu no Ano de 1552, a 24 de Junho, na Terra do Natal* tem um tom atual, no sentido de que antecipa o mais importante da informação, tal e qual os manuais de jornalismo contemporâneos aconselham a fazer. Não tem a brevidade e o carácter incisivo e seletivo dos títulos jornalísticos contemporâneos, mas o essencial está lá: o galeão São João naufragou e desse acontecimento resultou a morte do capitão e da sua família, momento que será, de resto, várias vezes antecipado ao longo do texto. Aliás, a extensão desse título permite-lhe funcionar como *lead*, ou entrada, já que informa o leitor não apenas sobre *o que aconteceu* e *os sujeitos da ação*, mas também sobre *quando aconteceu* e *onde aconteceu*, seguindo, aliás, também aqui os cânones da retórica clássica, que, como recordava Tobias Peucer (1690) na primeira tese doutoral sobre jornalismo, mandava que as notícias mencionassem as circunstâncias de sujeito, objeto, lugar e tempo, além de modo e causa (a que não há referências no título da *Relação*).

3.2 A estrutura textual

A estrutura textual da *Relação* do naufrágio da nau São João também segue os cânones retóricos da época, já patentes nas crónicas medievais: *exordium*, *proposito*, *narratio*, *conclusio*.

¹¹ Algumas das folhas ocasionais tiravam mais de mil exemplares por edição, numa época em que a tiragem média de livros na Europa andava pelos 300 exemplares.

3.2.1 Exordium e propositio

O *exordium* dessa *Relação* mescla-se com o *proposito*. O autor, introdutoriamente, anuncia que o relato que se segue se destina a ensinar os homens a “temerem os castigos do Senhor e serem bons cristãos, trazendo o temor de Deus diante dos olhos, para não quebrar seus mandamentos”. Acrescenta que redigiu o texto por lhe parecer que a história “da morte deste fidalgo, e de toda a sua companhia” serviria de “exemplo a todos (...) para que os homens que andam pelo mar se encomendem continuamente a Deus, e a Nossa Senhora que rogue por todos. Amem.”. Na ótica do autor, a intervenção divina no mundo profano é real e constante. O naufrágio do galeão São João e as desventuras do fidalgo Manuel de Sousa de Sepúlveda e da sua família, segundo o enquadramento dado pelo relator, são casos exemplares de castigo divino, devido ao pecado da cupidez.

É também no *exordium/proposito* que o autor aguça, habilmente, o apetite do leitor para a história que lhe vai contar, personalizando e dramatizando a narrativa, tal e qual mandam os manuais contemporâneos de jornalismo. A personalização é, aliás, reforçada pelo facto de a figura central ser um nobre, uma pessoa da elite da época, piedosa e devota: “Porque Manuel de Sousa era um fidalgo mui nobre (...) e na Índia gastou em seu tempo mais de cinquenta mil cruzados em dar de comer a muita gente, em boas obras que fez (...); por derradeiro foi acabar sua vida, e de sua mulher e filhos, em tanta lástima e necessidade, entre os cafres, faltando-lhe o comer e beber e vestir”. É interessante, neste ponto, a referência aos negros, os cafres, expostos, estereotipadamente, ao longo da narrativa, como seres inferiores, em contraponto ao carácter civilizado e superior dos portugueses. Se morrer era um infortúnio, morrer afastado de Portugal, *na terra dos cafres*, seria, para os portugueses da época, um infortúnio ainda maior.

Um outro aspeto interessante do dispositivo introdutório é a referência à fonte da história, referenciado totalmente de acordo com as regras mais comuns de citação do jornalismo contemporâneo: é referido o nome e a qualidade da fonte, bem como o local onde fonte e o “jornalista” negociaram a história, o que ajuda a credibilizar o relato. O autor da *Relação* pode, de facto, ter-se perdido no anonimato, como acontece com muitos jornalistas, mas não a fonte da “notícia”: “Álvaro Fernandes, guardião do galeão, que me contou isto (...) [e] que por acerto encontrei aqui em Moçambique no ano de mil quinhentos e cinquenta e quatro”. A menção à fonte atesta a veracidade da história, remetendo para o valor jornalístico da verdade.

3.2.2 Narratio e conclusio

Na narrativa (*narratio*), parte mais extensa da obra, é contada a história do naufrágio, suas causas e consequências. O enquadramento da história é profundamente

religioso: mostra-se o pecado (cupidez de Manuel de Sousa de Sepúlveda), o castigo divino (naufrágio), o arrependimento e a jornada para a obtenção do perdão (a peregrinação). Mas o perdão só é concedido a alguns, os que se salvam, não aos infelizes protagonistas da história.

A estrutura da narrativa da *Relação da Perda do Galeão São João* é similar ao de outras relações de naufrágios da mesma época, que evocam, por sua vez, a própria estrutura narrativa de alguma literatura medieval (Lanciani, 1979), podendo dividir-se nos seguintes segmentos narrativos: 1) Antecedentes e partida; 2) Tempestade; 3) Naufrágio e Arribação; 4) Peregrinação; 5) Retorno e salvação (de alguns). É de salientar, no entanto, que a estrutura apresenta alguma elasticidade. Por exemplo, o deplorável estado das velas não é referido nos antecedentes, mas só depois da partida, quase surpreendendo o leitor.

A organização cronológica da narrativa empresta uma sensação de ordem ao texto, sendo, por isso, uma das modalidades estruturais que se mantêm na reportagem jornalística (Fernández Parrat, 2001).

3.2.2.1 Antecedentes e partida

Nos antecedentes, apresenta-se o contexto da viagem, abordam-se os motivos das personagens, relembram-se os acontecimentos precedentes, descreve-se o carregamento e a preparação da nau e refere-se o tipo de carga. Porém, em tom de “profeta da desgraça”, o autor antecipa algumas das causas do naufrágio posterior: “Partiu neste galeão Manuel de Sousa, que Deus perdoe, para fazer esta desventurada viagem, de Cochim, a três de Fevereiro do ano de cinquenta e dois [1552]. E partiu tão tarde por ir carregar a Coulão (...) e ainda que a nau levasse pouca pimenta, nem por isso deixou de ir muito carregada de outras mercadorias, no que se havia de ter muito cuidado pelo grande risco que correm as naus muito carregadas”.

Trata-se, demonstra o excerto, de um relato “jornalístico” que apresenta uma contemporânea vontade analítica. O autor relembra, por um lado, que a nau partiu tarde demais para poder beneficiar do bom tempo de verão na dobragem do cabo da Boa Esperança, algo que deveria ser do conhecimento comum da época; por outro lado, o autor esclarece que o navio ia muito carregado. Omnipresentes estão as conceções culturais da época, particularmente evidentes no enquadramento religioso do relato: “Manuel de Sousa, que Deus perdoe (...)”. E o perdão de Deus é necessário, intui-se das palavras do autor, porque foi a cupidez de Manuel de Sousa, que quis trazer mais mercadorias do que podia e fazer a viagem para Lisboa a qualquer custo, fora das datas aconselháveis, que provocou o fatídico desenlace.

3.2.2.2 Tempestade

O segundo momento crucial e intensificador da ação é a tempestade. Depois de uma navegação que se supõe tranquila, pois a ela não há referências de maior, começam os contratempos, agravados pelo atraso em chegar ao cabo da Boa Esperança, provocado quer pela partida tardia da Índia, quer pela insistência de Manuel de Sousa de Sepúlveda junto do piloto em “ver a Terra do Natal”. A tempestade rompe a bonança. A nau revelar-se-á muito carregada, mal preparada e ainda pior equipada, conforme se evidencia nesta citação:

O capitão chamou o mestre e piloto e lhes perguntou que deviam fazer com aquele tempo (...) e todos responderam que era bom conselho arribar. As razões que davam (...) foram que a nau era muito grande e muito comprida e ia muito carregada (...) e não traziam já outras velas senão as que traziam nas vergas (...) e estas eram rotas, que se não fiavam nelas.

O autor revela ainda, quanto às velas, que o mestre e o piloto, ironicamente, disseram a Manuel de Sousa que “tanto tempo punham em as remendar, como em navegar. E uma das coisas por que não tinham dobrado o Cabo (...) foi pelo tempo que gastavam em as amainar para coserem”. Aliás, o autor enfatiza, analiticamente, que “as ruins velas que traziam” foram “uma das causas, e a principal” do “perdimento” do galeão.

A nau ruma, então, a terra, para arribar, mas a tempestade intensifica-se, levantando-se ventos contrários. O autor tem, então, a credibilizadora preocupação de localizar rigorosamente o local e o tempo da ação: “eram os ventos tais que, se um dia ventava Levante, outro se levantava Poente. E sendo já em 1 de Março, eram Nordeste-Sudoeste com o Cabo da Boa Esperança, vinte e cinco léguas ao mar, ali lhe deu o vento Oeste e Oeste-Noroeste, com muitos fuzis.”

É durante a narração da tempestade que se antecipa a tragédia, aproveitando-se, mais uma vez, para esclarecer, analiticamente, que entre as razões para o naufrágio se salienta a falta de equipamento adequado e a péssima manutenção do existente: “e ficou o mar tão grande, e trabalhou tanto a nau, que perdeu três machos do leme, em que está toda a perdição ou salvação de uma nau”. Mais tarde, “por o leme ser podre, um mar que então deu lho quebrou pelo meio”. Por isso, com o recrudescer da tempestade, a nau, por fim, ficou, ironicamente, “sem leme, sem mastro, sem velas”.

O perigo aguça o engenho. O autor narra que a tripulação tentou fazer velas a partir das fazendas que levavam como mercadoria e que tentou, também, fazer um novo leme, mas sem sucesso. Sem governo, a nau aproximou-se, então, de terra.

3.2.2.3 Naufrágio e arribação

A nau é propositadamente encalhada perto de uma praia. O leitor é preparado para isso pela frase: “era bom conselho deixarem-se ir assim até serem em dez braças, e como achassem o dito fundo surgissem para lançar o batel fora para sua desembarcação”.

O autor abre espaço para relatar com pormenor os comportamentos individuais dos protagonistas da história e as ações-chave do episódio. Manuel de Sousa de Sepúlveda, por exemplo, revela-se principalmente preocupado com a sua salvação, a da sua família e, cavalheirescamente, com a das mulheres e crianças que iam a bordo: “E vendo Manuel de Sousa como o galeão se lhe ia ao fundo sem nenhum remédio, chamou ao mestre e piloto e disse-lhes que a primeira coisa que fizessem fosse pô-lo em terra com sua mulher e filhos, com vinte homens que estivessem em sua guarda.” Essa situação, aliás, parece merecer a concordância geral, incluindo do autor da *Relação*, indiciando a hierarquização social da sociedade portuguesa da época. O capitão, as mulheres, as crianças e os “guarda-costas” foram, assim, os primeiros a chegar a terra. A chalupa conseguiu fazer ainda duas outras viagens para deixar pessoas proeminentes na praia, mas a seguir foi destruída pelo mar.

Um batel liderado pelo mestre da embarcação, com vários portugueses, também conseguiu chegar a terra, apesar de ter ficado quase completamente demolido pelas ondas, mas na nau permaneciam ainda “quinhentas pessoas (...), duzentos portugueses e os demais escravos”. Finalmente, o mar aniquilou o galeão e as pessoas tiveram de se lançar ao mar.

O relato dos pormenores mais intensos e horríveis da ação é feito com alguma contenção, poupando-se pormenores macabros ao leitor, mas omnipresente continua o sentido da intervenção divina: “A gente que estava na nau se lançou sobre a caixaria e madeira à terra. Morreram, em se lançando, mais de quarenta portugueses e setenta escravos; a mais gente veio à terra por cima do mar, e alguns por baixo, como a Nosso Senhor aprouve, e muita dela ferida dos pregos e madeira”.

A ordem de salvamento narrada na *Relação* revela, como dissemos, a estrutura social e a ética da convivência da época: primeiro, fidalgos, mulheres e crianças; mestre, piloto, demais pessoas proeminentes e navegantes portugueses, depois; cidadãos portugueses em geral, a seguir; finalmente, os escravos. Aliás, as únicas vítimas nomeadas pelo nome são as “personalidades de elite”. As restantes são diluídas nos epítetos “portugueses”, ou “escravos”, entre outros.

Em terra, as pessoas começaram a organizar-se para assegurarem a sua sobrevivência e o regresso à civilização: “Assentaram que deviam estar naquela praia (...) alguns dias, pois ali tinham água, até convalescerem os doentes. Então fizeram

suas tranqueiras de algumas arcas e pipas, e estiveram ali doze dias”. O autor, como qualquer jornalista contemporâneo, presta atenção aos pormenores suscetíveis de emocionar o leitor (todo o jornalismo, como diz o professor luso-brasileiro Manuel Carlos Chaparro, tem que ter algum sensacionalismo à mistura, para cativar o leitor): “O capitão (...) andava na praia esforçando os homens e dando a mão aos que podia os levava ao fogo que tinha feito, porque o frio era grande”.

A vontade de falar do diferente e do exótico, de desvelar o desconhecido, é notória em várias passagens da *Relação*. Afinal, ontem como hoje noticiar é essencialmente *apresentar o novo* ou, pelo menos, *vestir o velho com novas roupagens*, reforçando o conhecimento comum. Daí a atenção, por exemplo, aos encontros e desencontros entre negros e brancos. A este respeito, em várias das passagens é interessante notar a visão estereotipada e preconceituosa que os portugueses tinham dos negros africanos. É o que acontece quando Manuel de Sousa e a elite da sua tripulação acordam em que não valia a pena salvar as fazendas e outras mercadorias, “por causa dos cafres, que os haviam de roubar”. Aliás, o encontro entre negros do Sul de África e portugueses brancos era dominado pelo medo e pela perplexidade de parte a parte, como se observa nos seguintes excertos sobre a exploração inicial do espaço onde os náufragos tinham arribado: “estiveram ali doze dias, e em todos eles não lhes veio falar nenhum negro da terra; somente aos três primeiros apareceram nove cafres em um outeiro, e ali estariam duas horas, sem terem nenhuma fala (...) e como espantados se tornaram a ir.” Numa nova exploração, não acharam “pessoa viva, senão algumas casas despovoadas, por onde entenderam que os negros fugiram com medo”. Mais tarde, “lhes apareceram em um outeiro sete ou oito cafres com uma vaca”, que os portugueses quiseram trocar por pregos. No entanto, “apareceram cinco cafres em outro outeiro e começaram a bradar (...) que não dessem a vaca. (...) E o capitão lhes não quis tomar a vaca.”

3.2.2.4 Peregrinação

Após os dias de recobro, os náufragos iniciam uma jornada para chegar a terras civilizadas, preferencialmente habitadas por portugueses. A maior parte da *Relação* descreve essa jornada. O autor prepara o leitor com uma citação direta do discurso do capitão Manuel de Sousa aos náufragos, como acontecia, aliás, desde os primórdios da literatura¹². Esse discurso revela o peso do Cristianismo na atri-

¹² São vários os exemplos na literatura antiga e medieval. No Antigo Testamento, por exemplo, revelam-se os discursos dos líderes e profetas judaicos antes das batalhas; noutro exemplo, na *Guerra das Gálias* Júlio César descreve os discursos que fazia às tropas antes de as lançar contra os gauleses e germanos.

buição de sentido para o mundo e para a vida humana entre os portugueses de Quinhentos:

Amigos e senhores: Bem vedes o estado a que por nossos pecados somos chegados (...); mas é Nosso Senhor tão piedoso, que ainda nos fez tamanha mercê, que nos não fossemos ao fundo naquela nau (...); prazerá a Ele que, pois foi servido de nos levar a terra de cristãos, os que nesta demanda acabarem com tantos trabalhos haverá por bem que seja para salvação de suas almas (...); e portanto vos ajuntei aqui para assentarmos que caminho havemos de tomar para remédio de nossa salvação (...). Uma mercê vos quero pedir, a qual é que me não desampareis nem deixeis (...) por causa de minha mulher e filhos. E assim todos juntos quererá Nosso Senhor pela sua misericórdia ajudar-nos.

A jornada de regresso assume, assim, o cariz de uma peregrinação rumo à salvação do corpo e da alma, reforçada pela configuração da marcha como uma procissão, culturalmente encabeçada pelas elites:

Começaram a caminhar com esta ordem que se segue: Manuel de Sousa com sua mulher e filhos com oitenta portugueses e com escravos; e André Vaz, o piloto, na sua companhia com uma bandeira com um crucifixo erguido caminhava na vanguarda; e D. Leonor, sua mulher, levavam-na escravos em um andor. Logo atrás vinha o mestre do galeão com a gente do mar e com as escravas. Na retaguarda caminhava Pantaleão de Sá com o resto dos portugueses e escravos.

Durante a extenuante jornada, que se prolonga por centenas de léguas e vários meses, pessoas e bens são constantemente ameaçados pelos elementos, pela fome, pela sede, pelas doenças, pelas feras e pelos nativos, que travam várias escaramuças com os náufragos. Bastantes morrem, enquanto outros se aproveitaram cobiçosamente da situação, por vezes com pouco sentido da realidade:

Era tanto o trabalho assim na vigia como da fome e caminho, que cada dia desfalecia mais a gente, e não havia dia que não ficasse uma ou duas pessoas por essas praias e pelos matos, por não poderem caminhar; e logo eram comidos dos tigres e serpentes (...). E além disto passavam grandes fomes, e davam muito dinheiro por qualquer peixe que se achava na praia ou por qualquer animal do monte (...). Havia já muitos dias que se não mantinham

senão de frutas que acaso achavam e de ossos torrados. E aconteceu muitas vezes vender-se no arraial uma pele de cobra por quinze cruzados: e ainda que fosse seca, a lançavam na água e assim comiam. (...) Aconteceu muitas vezes (...) vender-se um púcaro de água de um quartilho por dez cruzados; e em um caldeirão (...) se fazia cem cruzados.

O autor presta uma atenção particular aos comportamentos individuais e coletivos e às tragédias, em tom emotivo e dramático, embora poupando o leitor à descrição detalhada dos horrores da situação. Os que tombam são deixados para trás, alguns com emoção: “só um filho bastardo de Manuel de Sousa, de dez ou onze anos, que vindo já muito fraco da fome, ele e um escravo que o trazia às costas deixaram-se ficar atrás (...) e (...) o perdeu assim (...). E assim se poderá ver quantos trabalhos foram os deste fidalgo antes da sua morte.”

A narração entrecruza-se com pequenas descrições dos espaços percorridos, evocando a geomorfologia africana e dando ao leitor espaço para exercitar a sua imaginação: “ora se metiam no sertão a buscar de comer e a passar rios e se tornavam ao longo do mar subindo serras muito altas, e descendo outras de grandessíssimo perigo”.

Durante a jornada, os náufragos encontraram um rei africano que os acolheu e que lhes pediu para não continuarem caminho, pois encontrariam um outro rei que os roubaria. Os portugueses, para lhe agradecerem a hospitalidade, aceitaram combater contra um outro rei, inimigo do primeiro rei, e tomar-lhe o gado. Depois, partiram do local, desavisadamente, julgando não estar onde afinal já estavam: num dos cursos que forma o rio que procuravam: “e assentaram que deviam caminhar e buscar o rio de Lourenço Marques, e não sabiam que estavam nele (...) e sem embargo de verem ali uma gota vermelha, que era sinal de virem já ali portugueses, os cegou a sua fortuna, que não quiseram senão caminhar avante”.

Os náufragos continuaram, pois, a sua jornada, cheios de fome e sede, passando por vários encontros e recontros com os nativos. A mulher de Manuel de Sousa, D. Leonor, “era uma das que caminhavam a pé; e sendo uma mulher fidalga, delicada e moça, vinha por aqueles ásperos caminhos tão trabalhosos como qualquer robusto homem do campo”.

Os náufragos encontraram, então, negros que os levaram ao seu rei, o tal contra quem o primeiro rei os tinha advertido. Esse segundo rei conseguiu separar o grupo, com o argumento de que era para melhor conseguir alimentar as pessoas, e convenceu os portugueses a separarem-se das espingardas, dizendo que ele e os seus tinham medo delas, contra os avisos de D. Leonor, citada diretamente pelo autor: “Vós entregais as armas; agora me dou como perdida com toda esta gente”.

Estando os náufragos dispersos e desarmados, os nativos acabaram por, em duas ocasiões, roubar-lhes tudo, incluindo as roupas, apesar de D. Leonor se ter defendido corajosamente e ter sido apenas por intervenção do marido, temeroso de que os negros matassem ou ferissem a mulher, que ela acedeu a despir-se e ficar nua.

Os náufragos voltaram, assim, à condição primordial: nus, esfomeados, sedentos, perdidos. “Um dos grandes trabalhos que sentiam, era verem dois meninos pequenos seus filhos, diante de si chorando, pedindo de comer, sem lhes poderem valer”. A situação acaba por transtornar todos e o desenlace fatal adivinha-se: “E vendo-se D. Leonor despida, lançou-se logo no chão e cobriu-se toda com os seus cabelos (...), fazendo uma cova na areia, onde se meteu até à cintura sem mais se erguer dali”. Nesta altura da narrativa, o próprio autor emociona-se e pretende, igualmente, emocionar o leitor: “Em verdade, que não sei quem por isto passe sem grande lástima e tristeza. Ver uma mulher tão nobre, filha e mulher de fidalgos tão honrados, tão maltratada e com tão pouca cortesia.”

D. Leonor é novamente citada, quando se dirige aos restantes portugueses: “Bem vedes como estamos e que já não podemos passar daqui e que havemos de acabar por nossos pecados; ide-vos (...) embora, fazei por vos salvar e encomendai-vos a Deus; e se fordes à Índia e a Portugal (...), dizei como deixaste a Manuel de Sousa e a mim com meus filhos”. Diga-se que, citando D. Leonor, o autor acaba também por justificar a *Relação*, que se torna uma celebração da memória de duas personalidades de elite desaparecidas. Nos dias seguintes, efetivamente, morrerão, por ordem, um dos filhos de Manuel de Sousa, que este enterra na areia; e D. Leonor e o segundo filho. Sobre a reação de Manuel de Sousa, o autor não tem certezas, daí que inicie a narração do que sucedeu com “dizem”: “Dizem que ele não fez mais, quando a viu falecida, que apartar as escravas dali e assentar-se perto dela, com o rosto posto sobre uma mão, por espaço de meia hora, sem chorar nem dizer coisa alguma; estando assim com os olhos postos nela, e no menino fez pouca conta.” Posto isto, enterrou a mulher e o filho e internou-se no mato “e nunca mais o viram”, pressupondo-se que teria sido “comido por tigres e leões”. O autor remata a narrativa da “peregrinação” com a seguinte frase: “Assim acabaram sua vida mulher e marido, havendo seis meses que caminhavam por terras de cafres com tantos trabalhos”.

3.2.2.5 Retorno e salvação

O retorno e salvação de alguns portugueses ocupam poucas páginas da *Relação*. O autor conta-nos, brevemente, que um navio português que comerciava marfim, sabendo da existência de portugueses na zona, resgatou os sobreviventes, não mais do que duas dezenas entre as centenas que tinham iniciado a “peregrina-

ção”. Os sobreviventes, informa-nos também o autor, chegaram a Moçambique a 25 de Maio de 1553.

O autor aproveita este momento da narrativa (“retorno e salvação”) para narrar a curiosa aventura de um dos sobreviventes, Pantaleão de Sá, que andou “vagabundeando muito tempo pelas terras dos cafres”, até que deu com um povoado. Fingindo que era médico, curou uma ferida que o rei desse povoado tinha com nada mais do que lama. Por isso, ironicamente, os nativos:

puseram a Pantaleão de Sá em um altar e venerando-o como divindade, lhe pediu o rei que ficasse ao seu serviço, oferecendo-lhe metade do seu reino (...). Recusou Pantaleão de Sá a oferta, afirmando-lhe que era preciso voltar para os seus. E mandando o rei fazer uma grande quantia de ouro e pedraria, o premiou grandemente, mandando aos seus que o acompanhassem até Moçambique.

Desta forma bem-humorada, que contrasta com o dramatismo de tudo o que aconteceu anteriormente, encerra-se a *Relação da Perda do Galeão São João*.

4. A RELAÇÃO DA PERDA DO GALEÃO SÃO JOÃO COMO HISTÓRIA JORNALÍSTICA

A *Relação da Perda do Galeão São João* é uma notícia e uma história, uma narrativa. Melhor dizendo, como toda a notícia, a *Relação* é uma história. Mais, ela é, como vimos, uma história cuja forma reflete a história das maneiras de narrar e cujos enquadramentos indiciam os valores culturais da época em que foi escrita. Como argumentaria Schudson (1995), o seu conteúdo foi encaixado numa estrutura narrativa pré-existente, como acontece com toda a notícia.

Um dos primeiros autores a enfatizar a ideia de que as notícias são histórias com história e produzidas numa determinada cultura foi Robert Darnton (1975). Para ele, as notícias são eternas, no sentido de serem sobre o que sempre foi notícia: política, desastres, pessoas famosas, etc. Factos e histórias são constituídos em interação: em jornalismo, os factos são sempre uma *história dos factos*. As histórias jornalísticas, ou seja, as notícias, baseiam-se em factos e os factos necessitam das histórias, ou seja, de notícias, para “existirem”. Mais do que isso: as notícias, ou histórias jornalísticas, são montadas a partir de factos disponíveis e relevantes. O jornalista demonstra a sua capacidade sabendo como encontrar os factos mais relevantes e interessantes e sabendo como montar a notícia, como

uma história, a partir deles. Em suma, o jornalista demonstra a sua capacidade reconhecendo quando está perante uma boa história e sabendo narrá-la. O autor da *Relação* descobriu essa boa história e teve a capacidade de narrá-la como uma boa história para conquistar o leitor e conseguiu usar os enquadramentos do mundo próprios da época para incrementar o interesse do leitor. Uma história bem contada é uma história bem contada...

Elisabeth Bird e Robert Dardenne (1988) falam, igualmente, das notícias como sendo histórias construídas no seio de uma gramática da cultura. São, assim, histórias representativas dessa cultura e ajudam a compreender os seus valores e símbolos. Enquanto narrativas, as notícias possuem códigos simbólicos reconhecidos pela audiência, que, inclusivamente, balizam as fronteiras do aceitável e do inaceitável. Ettema e Glasser (1998) acrescentam, por seu turno, que o reportório cultural determina a notícia, pois, segundo os autores, são as linhas de força de cada história, pré-existentes numa determinada cultura, que ajudam a construir os factos. Brown (1979) vai mais longe, sugerindo que as histórias que as notícias são refletem as preocupações sociais em cada momento, sendo essa uma das características que lhes confere êxito social. A *Relação* ilustra bem as ideias destes diferentes autores, quer como um dispositivo discursivo de natureza cultural, quer como um artefacto que indicia as omnipresentes preocupações quinhentistas com os destinos dos navios da Carreira da Índia, quer ainda como um balizador das fronteiras do aceitável e do inaceitável, como transparece ao longo da narrativa no olhar simultaneamente crítico e compadecido do autor sobre os comportamentos das personagens.

Por seu turno, Phillips (1976) mostra que o jornalismo privilegia o concreto e particular e não o estrutural. O jornalismo favorece, assim, familiaridade acerca das coisas e não conhecimentos profundos sobre elas. A *Relação* é um exemplo antigo do que diz Phillips: reporta um caso singular que traz ao leitor um certo tipo de familiaridade quer com o acontecimento quer com os riscos da navegação quinhentista, uma familiaridade, aliás, bastante afastada do conhecimento estrutural, como certamente concluiria a autora.

Phillips (1976) explica, também, que as notícias são repetitivas porque os acontecimentos noticiados têm previamente de fazer sentido como acontecimentos dignos de serem notícia. Os acontecimentos, por inesperados que sejam, devem ser “esperados”. As várias relações de naufrágios publicadas em Portugal entre os séculos XVI e XIX, das quais a *Relação da Perda do Galeão São João* será, hipoteticamente, o mais antigo exemplo conservado, documentam, precisamente, a explicação de Phillips.

Acentuando as explicações culturais para as notícias, Michael Schudson (1988) diz que estas podem ser vistas na perspetiva dos géneros literários,

assemelhando-se a romances, tragédias, comédias e sátiras. A *Relação* foi construída como uma tragédia, mas em algumas das suas páginas parece, pontualmente, metamorfosear-se em sátira, o que ajuda a conferir-lhe interesse como reportagem e narrativa. A *Relação da Perda do Galeão São João* teve êxito editorial, como o comprovam as sucessivas reedições, precisamente porque, como tragédia, é uma boa história e foi muito bem contada. Mistura drama, morte, exotismo, revelação de um mundo desconhecido que os Descobrimentos e o comércio global desvelavam, episódios da vida de personagens reais da elite aristocrática e burguesa de Portugal, tudo enquadrado pela omnipresente religião. Obedece, pois, a vários critérios de noticiabilidade, tal e qual as notícias sempre obedeceram. Estimula a imaginação. Faz o leitor viajar por lugares longínquos, revivendo aventuras e tragédias e comovendo-se com o destino dos naufragos. Permite a personalização do relato. Contribui para o leitor viver a aventura por interposta pessoa; conhecer lugares distantes pela pena do “jornalista”; participar, indiretamente, numa tragédia da epopeia dos Descobrimentos; e compreender os riscos do comércio ultramarino, cujos finais eram, muitas vezes funestos, como advertia o Velho do Restelo n’*Os Lusíadas*, de Camões.

Parte do êxito da *Relação* deve-se, também, ao facto de ela satisfazer a *curiosidade humana*. Ela satisfaz o interesse pelos novos mundos que os Descobrimentos abriam ao mundo, o interesse pelas viagens marítimas e as condições em que decorriam, o interesse pelos povos e culturas distantes. Mas ela também satisfaz, particularmente, esse interesse desmesurado pela vida dos outros, em particular quando os outros são pessoas mais ou menos famosas, cujas referências nos são familiares, como ainda hoje nos provam as *Holas*, as *Caras* e outras revistas “de celebridades”. As vicissitudes dos “famosos” parecem calar mais junto do público, emocionar mais as pessoas, quicá porque os tornam mais humanos. Quando a tragédia bate à porta dessas pessoas, também pode bater à porta dos demais. Consome-se essa informação, porventura, para exorcizar medos e fantasmas, para se evitar o que pode dificultar a vida e mesmo colocar em risco a sobrevivência, para se pensar na realidade da vida e no que esta poderia ser ou poderia ter sido. O fundo moral da *Relação do São João* tem a ver com essa conjuntura.

Uma outra causa para o êxito da *Relação* diz respeito à *proximidade com os eventos*. Proximidade temporal mas também afetiva, já que, segundo Vitorino Magalhães Godinho (1963), cerca de um quinto (em certas ocasiões um quarto) da população portuguesa, entre os séculos XVII e XVIII, esteve direta ou indiretamente envolvida nos Descobrimentos.

O êxito editorial da *Relação da Perda do Galeão São João* deveu-se, também, ao contraponto que ela faz às gloriosas crónicas oficiais. Ao contrário destas, a *Relação*

da *Perda do Galeão São João* mostra as tragédias e sofrimentos, atenta nos pequenos factos do quotidiano, muitos deles próximos da vida das pessoas, mostra que por detrás dos Descobrimentos e do início da Globalização contemporânea esteve a obtenção de lucro, a intenção comercial, pois foi a perspectiva de enriquecimento, ou de maior enriquecimento, que estimulou o poder político a encetar e apoiar os Descobrimentos, a colonização e o comércio marítimo intercontinental e que colocou nas naus homens e mulheres, velhos e novos, ricos e pobres.

Shoemaker e Reese (1996: 114) dizem que as histórias jornalísticas, para serem atraentes, tendem a integrar os mitos mais proeminentes numa determinada cultura. A história narrada na *Relação da Perda do Galeão São João* também é uma narrativa mítica sobre Portugal e a sua missão no mundo, onde o espírito de cruzada se cruza com o espírito dos Descobrimentos, onde se manifesta o desejo de reforço da fé cristã e se dá sentido à ideia da missão civilizadora de Portugal. No entanto, pode também identificar-se na *Relação* uma dimensão ideológica, na medida em que ela não belisca a hierarquia social nem o sistema e se centra na vida, ação e citação de comerciantes e navegantes de alta linhagem, que têm tanto de aventureiro como de avidez. O jornalismo de ontem, e o de hoje, mesmo que não fosse, nem seja, monolítico, tendeu, e tende, a preservar o *statu quo*.

Finalmente, a *Relação* ensina também os perigos a evitar nas empresas marítimas, contribuindo para edificar conhecimento comum. Ela teve efeitos cognitivos, para além dos efeitos afetivos que produziu ao narrar as desventuras dos protagonistas.

CONCLUSÕES

A primeira e mais importante conclusão que podemos extrair do trabalho é a de que, ao contrário das grandes crónicas, a *Relação da Perda do Galeão São João* dá conta de uma conjuntura desfavorável ao Portugal quinhentista, depois de muitos anos de omnipresença do país no comércio intercontinental, graças à feliz epopeia dos Descobrimentos.

A *Relação da Perda do Galeão São João* foi escrita, pois, quando Portugal começava já a entrar numa crise económica e social profunda. Essa *Relação* é, pois, uma metáfora relativa a um país adiado e de incerto futuro, em que o temor habitava o inconsciente coletivo. As possessões portuguesas eram atacadas; agudizava-se a concorrência no comércio intercontinental; as naus portuguesas, mal armadas e mal conservadas, eram presas apetecidas de corsários e piratas; os pilotos e navegantes experientes rumavam a outras paragens, sendo os seus postos ocupados

por pessoas inexperientes; a conservação dos navios era descuidada; as melhores rotas eram desprezadas (inclusive porque também eram as mais percorridas pelos corsários); e os períodos mais favoráveis para navegar eram desprezados por causa da cobiça de comerciantes apostados no lucro antes de todas as coisas. Pode, assim, afirmar-se que os relatos jornalísticos, ontem como hoje, são histórias que indiciam o mundo real e as circunstâncias de cada época, por vezes atentando mais no particular do que no geral, naquelas pequenas coisas que afetam direta e quotidianamente as pessoas do que nos grandes temas, mais abstratos. O jornalismo tem, afinal, uma história e essa história revela-se nas formas e nos conteúdos das notícias. O jornalismo é, pois, uma história do mundo continuada, é um *curriculum* da humanidade. As notícias de hoje acrescentam novidade às antigas, mas como os critérios de noticiabilidade são, de certa forma, intemporais, parece que há novidade sem verdadeira mudança, como disse Phillips (1976).

A segunda conclusão a tirar é a de que se os conteúdos jornalísticos têm uma história, as formas de relatar também as têm, sendo que os conteúdos se adaptam à forma. A *Relação da Perda do Galeão São João* segue, como provou Lanciani (1979), a estrutura de contos e relatos medievais e obedece a regras da retórica clássica, cujas bases remontam ao Mundo Antigo. A este propósito, é preciso também realçar que se nota na referida obra uma tendência do autor para a análise das situações, o que aproxima o relato da enunciação jornalística contemporânea. Aliás, é possível afirmar, também, que o sucesso dos relatos de naufrágios antecipa, de certa maneira, o sucesso do jornalismo de reportagem, do jornalismo de viagens e do jornalismo popular.

Finalmente, como terceira grande conclusão, pode dizer-se que, ao contrário do que argumenta Tengarrinha (1989: 29), parece emanar da *Relação da Perda do Galeão Grande São João* o apego do seu autor à verdade e aos factos, ainda que dramatizados, seguindo, aliás, a tradição da historiografia iniciada por autores como Tucídides na Grécia Antiga. O valor jornalístico da verdade no relato é, assim, notoriamente, um valor historicamente consolidado, que transcende, inclusive, as fronteiras do jornalismo.

BIBLIOGRAFIA

- Bird, E. & Dardenne, R. (1988): Myth, chronicle, and story: Exploring the narrative qualities of news. In: J. W. Carey, J. W. (Ed.), *Media, myths and narratives*. Newbury Park: Sage.
- Brito, B. G. (1942). *História trágico-marítima*. Barcelos: Editora do Minho, 1942 [Edições originais de 1735/1736, respetivamente 1.º e 2.º volumes].

- Brown, R. M. (1979). The gatekeeper reassessed: A return to Lewin. *Journalism Quarterly*, 56 (3): 595-679.
- Darnton, R. (1975). Writing news and telling stories. *Deadalus*. 104: 175-194.
- Ettema, J. & Glasser, T. (1998). *Custodians of conscience: investigative journalism and public virtue*. New York: Columbia University Press.
- Fernández Parratt, S. (2001). *A reportaxe de prensa en Galicia*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade de Santiago de Compostela.
- Godinho, V. M. (1963). *Os descobrimentos e a economia mundial*. Lisboa: Arcádia.
- Lanciani, G. (1979). *Os relatos de naufrágios na literatura portuguesa dos séculos XVI e XVII*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa da Secretaria de Estado da Cultura.
- Muñoz-Torres, J. R. (2002). *Por qué interesan las noticias*. Barcelona: Herder.
- Passos, C. (1928). *Navegação portuguesa dos séculos XVI e XVII*. Naufrágio Inéditos. Novos subsidios para a história trágico-marítima de Portugal, *Biblos*, IV.
- Peucer, T. (2000): Os relatos jornalísticos. *Comunicação e Sociedade*, 33: 199-214. [Tradução de *De relationibus novellis*, Leipzig: Tese (Doutorado em Periodística) – Universidade de Leipzig, 1690.]
- Phillips, E. B. (1976): What is news? Novelty without change? *Journal of Communication*. 26 (4): 87-92.
- Schudson, M. (1988). Por que as notícias são como são. *Comunicação e Linguagens*, 8: 17-27.
- Schudson, M. (1995). *The power of news*. Cambridge: Harvard University Press.
- Silva, I. F. S.; Aranha, B. & Brito, J. J. G. (1987): *Dicionário bibliográfico português*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda [reedição fac-similada].
- Tengarrinha, J. (1989). *História da imprensa periódica portuguesa*. 2.^a edição revista e ampliada. Lisboa: Caminho.

GAZETA “DA RESTAURAÇÃO” (1641-1642) – A INTRODUÇÃO DO PERIODISMO NOTICIOSO EM PORTUGAL

JORGE PEDRO SOUSA¹

INTRODUÇÃO: A GAZETA (1641-1642)

O periodismo noticioso chegou a Portugal no século XVII, repercutindo no país o movimento periodístico notado noutros pontos da Europa.

Aquela que é considerada por diversos autores (Cunha, 1941; Tengarrinha, 1989; Dias, 2006; Sousa, coord. *et al.*, 2011) a primeira publicação noticiosa periódica portuguesa, a *Gazeta* alcunhada “da Restauração”², surgiu, provavelmente, em novembro 1641. O primeiro número conhecido, único que apresentou frontispício, teve um título extenso: *Gazeta em Que Se Relatam as Novas Todas Que Houve Nesta Corte e Que Vieram de Várias Partes no Mês de Novembro de 1641*. De periodicidade mensal, até julho de 1642, a *Gazeta* passou a denominar-se, simplesmente, *Gazeta do Mês de X de 164X*.

Nesse mês de julho de 1642, a *Gazeta* acabou³, por força de uma lei promulgada a 19 de agosto deste ano, que proibia as gazetas “com notícias do reino ou de fora,

¹ Jorge Pedro Sousa, doutor em Ciências da Comunicação, é professor catedrático e pesquisador da Universidade Fernando Pessoa (Portugal), membro do ICNOVA (Portugal) e autor de vários livros e artigos sobre jornalismo e comunicação. jpsousa@ufp.edu.pt

² Recebeu esta alcunha por ter sido publicada no contexto do processo que conduziu à reconquista da independência de Portugal, após 60 anos de monarquia dual com Espanha (1580-1640, denominado Restauração da Independência).

³ Defende-se nesta investigação, conforme se verá, que a *Gazeta de Novas de Fora do Reino*, que começou a circular em outubro de 1642, é outra publicação.



FIG. 1 – O primeiro e o último número da primeira Gazeta “da Restauração”, publicada, tudo o indica, mensalmente, entre novembro de 1641 e julho de 1642. O primeiro número conhecido, de novembro de 1641, é o único com frontispício.

em razão da pouca verdade de muitas e do mau estilo de todas elas”. Não se sabe, dado o teor da lei, se no ano da interdição da publicação da *Gazeta* “da Restauração” eram impressas outras gazetas periódicas em Portugal ou se o legislador apenas quis referir-se às publicações ocasionais que então proliferavam, denominando-as, igualmente, “gazetas”. José Manuel Tengarrinha (1989: 31) é de opinião que essa lei “visava também as ‘notícias avulsas’, visto que então só havia uma gazeta”, mas, na realidade, ninguém pode afirmar, com absoluta certeza, a inexistência de outras publicações periódicas regulares portuguesas para além da *Gazeta* nesse ano de 1642. De qualquer modo, o alvará⁴ atribuído a Manuel de Galhegos para publicar a *Gazeta* explicita que só a ele ou a terceiro que ele nomeasse era concedida autorização para editar uma publicação desta índole.

Uma vez que a licença régia para a edição da *Gazeta* foi concedida, a 4 de novembro de 1641, ao clérigo e poeta Manuel de Galhegos, propagandista da causa da Restauração da Independência e homem de confiança do novo poder

4 “Eu El-Rei faço saber aos que este alvará virem que, havendo respeito do que na petição atrás escrita diz Manuel de Galegos, e vistas as coisas que alega, tive por bem e me apraz que impressor, livreiro ou outra pessoa de qualquer qualidade que seja não possa imprimir nem vender em todos estes reinos e senhorios as gazetas das novas deste reino, de que na dita petição faz menção, senão o suplicante ou a pessoa que para isso nomear como pede, etc. Lisboa, 14 de novembro de 1641” (Grafia adaptada ao português contemporâneo).

régio⁵, deverá ter sido ele a redigir a publicação, no todo ou em parte⁶, pelo menos até ao número de julho de 1642, o que o elevaria, em termos cronológicos, à condição de primeiro “jornalista” português (ainda que por ofício e não por profissão).

Em outubro de 1642 surgiu uma publicação semelhante à *Gazeta* que publicava notícias quase na totalidade transcritas e traduzidas da *Gazette* francesa⁷, inclusivamente, o que é curioso, mesmo quando as notícias se referiam a Portugal (Teixeira e Sousa, 2015). Essa publicação denominou-se *Gazeta (...) de Novas Fora do Reino*, porque o seu foco foi, inevitavelmente, o estrangeiro, particularmente a França. Em outubro e novembro de 1642, essa nova publicação teve, inclusivamente, periodicidade quinzenal, com a denominação *Gazeta [Primeira ou Segunda] do Mês de X de Novas Fora do Reino*, mas retomou a periodicidade mensal em dezembro⁸. Depois, em especial a partir de 1644, a periodicidade tornou-se, tanto quanto os números existentes (sobreviventes?) permitem entender, mais

5 Manuel de Galhegos (ou Galegos, na grafia da época) nasceu em Lisboa, em 1597, e faleceu na mesma cidade, no dia 9 de junho de 1665. Tornou-se religioso após a morte da mulher. Distinguiu-se como poeta e, durante o tempo em que viveu em Madrid, ainda no período da Monarquia Dual, fez-se amigo de Lope da Vega. Aderiu, porém, à causa da Restauração da Independência, tendo sido um dos seus propagandistas. Neste quadro, terá redigido, por exemplo, a *Relação do que Se Passou na Felice Aclamação do Mui Alto & Mui Poderoso Rey D. Joam IV* (Lisboa, 1641), embora a autoria desta obra também seja atribuída ao padre Nicolau da Maia. Graças a essa fidelidade à causa Restauracionista, foi escolhido, ou teve autorização, para editar a *Gazeta* pelo menos até julho de 1642. Não se sabe, no entanto, se continuou a colaborar com a *Gazeta de Novas de Fora do Reino* (que durará de outubro de 1642 a setembro de 1647), já que o privilégio real para editar esta publicação (em concreto, para traduzir e publicar as relações e gazetas de França) foi atribuído a João Franco Barreto. Pode conjecturar-se, assim, que os conteúdos da *Gazeta* (em especial dos números de junho e de julho de 1642) não agradaram ao poder régio. É de dizer que o verbete sobre Galhegos no tomo III da *Biblioteca Lusitana*, de Diogo Barbosa Machado (1752), é omissivo em lhe atribuir qualquer responsabilidade na redação da *Gazeta*.

6 Tengarrinha (2013: 51) sustenta que Galhegos terá encarregue Miguel de Mascaranhas de Azevedo da função de redator. Cunha (1941: 56-57) também pondera a hipótese de Galhegos ter encarregue outra pessoa de redigir a publicação, pois considera os seus dotes literários superiores àqueles que sobressaíam na publicação. Porém, também não excluiu a hipótese: “de que não fora ele [Galhegos] o seu redator, visto que, escrevendo bem, não provocaria a censura quanto ao estilo, e sendo pessoa muito dedicada ao rei, e por este muito estimada, também não é provável que mercedessem os seus escritos a acusação de faltarem à verdade, por forma que desagradasse ao monarca, [mas] pode conjecturar-se, sem absurdo, que, autorizado pela Alvará de concessão, houvesse transferido este para outrem (...)”. Por seu lado, Heitor Martins (1964) defende que foi Manuel de Galhegos que redigiu a *Gazeta*. Na realidade, o seu nome é o que consta no alvará que foi passado, a 4 de novembro de 1641, autorizando a impressão da *Gazeta*, embora o alvará também seja explícito na autorização dada a Galhegos para incumbir terceira pessoa da redação do periódico.

7 Não se trata somente de uma imitação do modelo introduzido pela *Gazette* de França, como, por exemplo, sustenta Tengarrinha (1989: 38). Trata-se, especificamente, de tradução e transcrição dos conteúdos da publicação francesa.

8 O número denominou-se *Gazeta Primeira e Segunda do Mês de Dezembro de Novas Fora do Reino*.

irregular. A partir do número de abril de 1643, a *Gazeta de Novas Fora do Reino* passou a incluir junto ao título da publicação uma espécie de manchete⁹.

Foi já outra pessoa, João Franco Barreto, a obter o privilégio real para traduzir e imprimir as relações de França e suas gazetas, em julho de 1642, passando, em consequência, a publicar a *Gazeta de Novas Fora do Reino*, a partir deste mês. É possível que Manuel de Galhegos não tenha sequer ter estado envolvido na publicação da *Gazeta de Novas Fora do Reino*.

Uma questão merece, pois, ser equacionada. Entre novembro de 1641 e (pelo menos¹⁰) setembro de 1647 houve uma publicação periódica denominada *Gazeta*, pertencendo todos os números conhecidos ao mesmo periódico, conforme, de forma geral, tem sido assumido? Ou a *Gazeta de Novas Fora do Reino* deve ser considerado outro periódico – diferente no título, no foco, no processo editorial (a produção própria de informação sobre Portugal rareia na *Gazeta de Novas Fora do Reino*), no editor, talvez mesmo nos redatores da *Gazeta* publicada entre novembro de 1641 e julho de 1642? São, pois, publicações diferentes, “jornais” diferenciados¹¹, ou trata-se de uma espécie de duas séries de um mesmo “jornal”, decorrendo a primeira série entre novembro de 1641 e julho de 1642 e a segunda série de outubro de 1642 a setembro de 1647?

Assume-se, nesta investigação, que a *Gazeta* publicada entre novembro de 1641 e julho de 1642 é, pelas questões apontadas, uma publicação diferente da *Gazeta de Novas de Fora do Reino* e que, apesar do encadeamento aparente, estes títulos não correspondem, sequer, a duas séries da mesma publicação. As duas publicações, em conjunto, podem ser consideradas as “gazetas da Restauração”. Mas a primeira *Gazeta* portuguesa, primeiro periódico noticioso nacional, é somente aquela que foi publicada, ao que tudo indica, entre novembro de 1641 e julho de 1642.

⁹ Por exemplo: *Gazeta do Mês de Abril de 1643 de Novas Fora do Reino Com o Protesto Que Fez a Sua Santidade o Bispo de Lamego, Embaixador deste Reino de Portugal Quando Saiu de Roma*.

¹⁰ Eurico Gomes Dias (2006: xxiv) considera que da série da *Gazeta* faz parte a *Relação da Famosa Vitória Que Alcançou em 20 de Agosto deste ano de 1648... e Gazeta de Novas e Sucessos de Fora do Reino em que Se Dá Conta das Coisas de Nápoles (...)*, de 1648.

¹¹ Cunha (1941), primeiro autor a produzir em profundidade conhecimento sobre a *Gazeta*, refere-se à publicação no plural: *Gazetas*. Tengarrinha (1989), que se baseia, predominantemente, nas descobertas e propostas de Alfredo da Cunha (1941), faz o mesmo. Autores subsequentes repetem-nos, como Dias (2006). Mas o sentido que dão à utilização da terminologia “*Gazetas da Restauração*” não se refere a esta dúvida aqui e agora levantada. Ora, tratando-se da mesma publicação, deverá ser denominada no singular: a *Gazeta*. Tratando-se de publicações diferentes, a *Gazeta* e a *Gazeta de Novas Fora do Reino* poderão denominar-se no plural, como *gazetas*, podendo ser alcunhadas “*gazetas da Restauração*”, mas não faz sentido serem grafadas como *Gazetas da Restauração*, como se se tratasse de uma publicação com esse título.

Tendo em conta os exemplares sobreviventes, a *Gazeta* teve periodicidade mensal (cf. tabela 1). Apresentava-se num formato *in quarto* (13,5 x 19 cm), sensivelmente o atual formato A5, e cada número tinha, habitualmente, 12 páginas, o que obrigava ao pagamento de uma taxa de 6 réis (cf. tabela 1). Os dois primeiros números poderão ter sido impressos por Lourenço de Anvers¹², na oficina herdada de Pedro Craesbeeck, célebre impressor flamengo radicado em Portugal. Os restantes números cujo impressor está identificado foram impressos na tipografia de Domingos Lopes. O número de junho de 1642 não inclui a identificação do impressor, caso raro, já que era obrigatório possuir licença de impressão para a publicação de periódicos. No entanto, as autoridades certamente conheciam onde a *Gazeta* era impressa, pelo que essa omissão não terá gerado grandes sobressaltos. A menos que a omissão do impressor possa já ter decorrido de problemas com o eventual descontentamento do poder régio em relação à *Gazeta*, que ditaria o fim da publicação.

A *Gazeta* apresentava encadeamento, uniformidade e interdependência entre os números (Cunha, 1941: 43) e possuía um objetivo informativo (Tengarrinha, 1989: 35), embora, na verdade, ao contaminar a ambição informativa com a propaganda da Restauração da Independência e da Casa de Bragança, a finalidade da publicação tenha sido *infopropagandística* (Teixeira e Sousa, 2015). Eurico Gomes Dias (2006: XXIII e XXIV) sustenta, ademais, que o objetivo da *Gazeta* foi “veicular todo um volumoso processo de informação e de contrainformação”. O autor destaca, em consequência, que a publicação, além de censurada, era instrumentalizada para se ajustar “à realidade que Portugal ia vivendo” e às circunstâncias concretas da restauração da independência do país e à ascensão ao trono da dinastia de Bragança, ilegítima à luz do direito da época. Assim, as notícias da *Gazeta* devem entender-se “no quadro de uma ampla perspectiva política, militar e diplomática das estratégias nacionais desenvolvidas após o 1.º de dezembro de 1640.” Contudo, o facto de esse mensário ter visto a sua publicação suspensa

¹² Acerca do flamengo Lourenço de Anvers, Inocêncio, no tomo V, p. 196, do seu *Dicionário Bibliográfico*, sugere que se tratará de Lourenço Craesbeeck, nome que surge noutras obras impressas no mesmo período e que pertencia a uma das mais conhecidas famílias de impressores que atuavam em Portugal no século XVII. De notar, ainda, que apesar de os primeiros números da *Gazeta* ostentarem a indicação de que foram impressos por Lourenço de Anvers, não é claro que assim tivesse ocorrido. Na realidade, Lourenço de Anvers (eventualmente, Lourenço Craesbeeck), poderia ser irmão de Paulo Craesbeeck e ambos pertenceriam, assim, à família Craesbeeck, que Dias (1996) apelida de “dinastia de impressores”. Poderia, em consequência, ter sido Paulo, e não Lourenço, a imprimir os primeiros números da *Gazeta*, pois Paulo, residente em Lisboa, imprimia livros em nome do irmão, já que as regras corporativas lhe impediam o exercício simultâneo dos ofícios de impressor e livreiro. Lourenço Craesbeeck, inclusivamente, residiria em Coimbra, onde estava estabelecido como impressor. Porém, não é claro se já residia em Coimbra ao tempo da publicação dos primeiros números da *Gazeta* ou se apenas foi viver para Coimbra em 1643.

TABELA 1 – *Gazeta* – Números publicados

Título	Data em que correu	Impressor	Número de páginas	Taxa (em réis)
<i>Gazeta em Que Se Relatam as Novas Todas Que Houve Nesta Corte e Que Vieram de Várias Partes no Mês de Novembro de 1641</i>	3 de dezembro de 1641	Lourenço de Anvers	12	6
<i>Gazeta do Mês de Dezembro de 1641</i>	11 de janeiro de 1642	Lourenço de Anvers	16	10
<i>Gazeta do Mês de Janeiro de 1642</i>	11 de fevereiro de 1642	Domingos Lopes Rosa	10	6
<i>Gazeta do Mês de Fevereiro de 1642</i>	[8 de março de 1642]	Domingos Lopes Rosa	12	6
<i>Gazeta do Mês de Março de 1642</i>	[10 de abril de 1642]	Domingos Lopes Rosa	12	6
<i>Gazeta do Mês de Abril de 1642</i>	[9 de maio de 1642]	Domingos Lopes Rosa	12	6
<i>Gazeta do Mês de Maio de 1642</i>	[14 de junho de 1642]	Domingos Lopes Rosa	12	6
<i>Gazeta do Mês de Junho de 1642</i>	15 de julho de 1642	[Omisso]	12	6
<i>Gazeta do Mês de Julho de 1642</i>	19 de agosto de 1642	Domingos Lopes Rosa	12	6

em julho de 1642 demonstra que não era um órgão oficial do novo poder régio, mesmo que este possa ter acolhido, acarinhado, incentivado e até subvencionado a publicação. A coroa não deverá ter sido, portanto, a promotora da *Gazeta*. O seu nascimento, provavelmente, terá resultado, sobretudo, do empreendedorismo de Manuel de Galhegos, inspirado pelas publicações congêneres que circulavam na Europa.

Revisitando pesquisas anteriores (Sousa, coord. *et al.*, 2011; Teixeira e Sousa, 2015), esta investigação procurará, pois, à luz das investigações já realizadas, relembrar e caracterizar o discurso da *Gazeta* incidindo em todos os números publicados entre novembro de 1641 e julho de 1642.

A abordagem pode inserir-se dentro da esfera da análise do discurso qualitativa, com um enfoque histórico-cultural, no sentido de que se procuraram interpretar os factos discursivos à luz da conjuntura histórica do século xvii e do que então se entendia por “jornalismo” antes mesmo de se falar com propriedade em jornalismo. Em concreto, procurar-se-á desvelar a estrutura temática demonstrar a ambição informativa as demais características discursivas da *Gazeta* que a identificam com o jornalismo.

Os exemplos escolhidos para ilustrarem as tendências detetadas na *Gazeta* foram selecionados arbitrariamente, após leitura sistemática e integral do *corpus* (constituído por todas as matérias de todos os números do periódico), por constituírem “exemplos-padrão” (Sousa, 2006a: 303-304; Scheufele, 2008a: 969). À análise qualitativa do discurso foi, no entanto, adicionada uma análise quantitativa (análise de conteúdo), com categorias definidas *a priori*, para emprestar mais sistematicidade à investigação. Não se ignoraram, portanto, os contributos positivos que as técnicas quantitativas de análise de um discurso podem oferecer à solidez de uma pesquisa, já que oferecem possibilidades de dedução de conclusões a partir de séries extensas de dados tratados estatisticamente (Scheufele, 2008b: 972-977). Porém, a matriz da investigação realizada é predominantemente qualitativa e, portanto, baseada na indução.

1. O DISCURSO DA GAZETA: ELEMENTOS ESTRUTURAIS

Que tipo de conteúdos ofereceu a *Gazeta* aos seus leitores? Usando dados levantados e apresentados em estudos anteriores (cf. Sousa, coord. *et al.*, 2011; Teixeira e Sousa, 2015), a tabela 2 permite perceber, antes de mais, que ao longo dos seus nove números publicados mensalmente entre novembro de 1641 e julho de 1642 a *Gazeta* publicou 357 peças, atingindo uma média de quase 40 peças por número, tendo cada uma, em média, quase 8 linhas. Portanto, as matérias da *Gazeta* não eram muito longas, provavelmente porque era necessário colocar muitas informações num número reduzido de páginas, e porque o aumento do número de páginas encarecia o custo do periódico e o valor das taxas a pagar.

TABELA 2 – Número de matérias e de linhas na *Gazeta* “da Restauração”

Número de matérias	Número de linhas com informação
357 (média: 39,7 notícias/número)	2774 (média: 319,3 linhas/número)
Média de 7,8 linhas por matéria.	

A tabela 3 mostra, por seu turno, que a *Gazeta* publicou, essencialmente (91% das peças), notícias factuais, categorizadas como sendo os enunciados em que se nararam factos sem serem feitos comentários ou análises aos mesmos, e notícias com comentários (9%). O periodismo português nasceu com uma natureza essencialmente noticiosa, ainda que as notícias da *Gazeta* estivessem, frequentemente, ao serviço da propaganda régia e da causa da Restauração da Independência.

TABELA 3 – Géneros jornalísticos na *Gazeta* "da Restauração"

Notícias factuais		Notícias comentadas		Outros géneros	
N.º	%	N.º	%	N.º	%
325	91	32	9	1	[0]

O levantamento de dados quantitativos sobre a estrutura temática da *Gazeta* efectuado anteriormente no âmbito de um estudo onde se descreve a metodologia empregue e as categorias estipuladas (Sousa. coord. *et al*, 2011: 288-344) demonstrou, por seu turno, que a guerra foi o tópico mais abordado, mas outros assuntos também mereceram a atenção dos redatores (cf. tabela 4)

TABELA 4 – Temário da *Gazeta* (em percentagem)

Temas	%
Guerra e outros assuntos militares (inclui necrologia decorrente das guerras)	47
Administração, política, diplomacia e assuntos internacionais (exclui guerra, inclui tratados)	17
Sociedade e cultura (eventos sociais, eventos religiosos, temas sociais não incluídos noutras categorias, novos livros...)	23
Economia (finanças, comércio, movimentos das frotas coloniais, constituição de companhias de comércio e manufaturas...)	2
Doenças, fome e catástrofes naturais (inclui necrologia decorrente de doenças)	3
Crimes e justiça	3
Acontecimentos insólitos	2
Outros assuntos	3

De facto, a *Gazeta* tem uma narrativa estrutural, quase folhetinesca, por detrás da apresentação desordenada e caótica de notícias sobre diferentes factos – a narrativa da Guerra da Restauração da Independência de Portugal. Uma narrativa, diga-se, consistente, periódica e continuamente destinada a assinalar a vontade, a garra e os triunfos dos portugueses na sua luta pela independência face a Espanha (cf. Sousa, coord. *et al*, 2011; Teixeira e Sousa, 2015).

2. A INTENÇÃO PRIMEIRA DA GAZETA: NOTICIAR

Embora pudesse fazer propaganda quer da Restauração quer do Catolicismo, de forma clara ou dissimulada, embora pudesse fantasiar em certas notícias ou mesmo falar de acontecimentos inventados e falsos (talvez mais por causa da

credulidade dos redatores do que por mentira intencional), a primeira intenção da *Gazeta* foi a de dar informação, muita dela de produção própria, produzida a partir da observação direta do que se passava, de cartas de correspondentes e do correio diplomático, de relatos orais dos viajantes e de outras fontes.

Na verdade, o propósito principal de um jornal informativo é *noticiar*, responder à pergunta “o que há de novo?”, de maneira a que os leitores se sintonzem com o mundo e obtenham informações que podem vir a ser relevantes para a sua vida, para a sua ação e sobrevivência, bem como para a vida, ação e sobrevivência da sua descendência. Dentro das limitações enfrentadas por um jornal seiscenista e tendo em consideração a conjuntura da época, a *Gazeta* “da Restauração” não se afasta desse propósito predominante, nele se concretizando o seu *contrato de leitura* com o leitor, conforme se pode observar na generalidade das notícias, entre as quais as seguintes:

Foi Sua Majestade visitar os armazéns e a Armada Real.

D. Fernando Teles de Faro foi nomeado capitão-mor da vila de Campo Maior. Morreu o conde de Odemira.

Da cidade de Elvas fugiu um soldado estrangeiro cavaleiro. Foram no seu alcance e colheram-no escondido num mato, perto do caminho de Badajoz. Trouxeram-no outra vez para o corpo de guarda e (...) o enforcaram. (dezembro de 1641)

O conde da Vidigueira que vai por embaixador a França está para sair com o primeiro tempo.

O Monteiro-mor do Reino foi para as fronteiras do Alentejo como general de cavalaria.

Rui de Moura Teles vai por governador de Mazagão. (março de 1642)

A *Gazeta* é, assim, um registo sumariado e seletivo de vários acontecimentos ocorridos em Portugal, na Europa e, por vezes, noutros pontos do mundo. Esses acontecimentos foram noticiados em sucessão, sem grandes preocupações de ordem ou hierarquização. Entre muitos outros exemplos que poderiam ser dados, observem-se os seguintes:

Vieram algumas naus de França, as quais trouxeram muitos soldados portugueses que militavam por El-Rei Dom Filipe nas praças da Catalunha.

O General Martim Afonso de Melo mandou algumas tropas de gente sobre a Codiceira vila de Castela, na qual entraram. E depois de fazerem recolher

o inimigo com grandíssimo dano, foram saqueando o lugar e se pôs fogo à maior parte dele.

Estão declarados os capitães da armada Real que se vai aprestando para sair este Verão, que consta de famosos galeões do Estado. (maio de 1642)

Algumas “notícias” da *Gazeta* são descaradamente fantasiosas, mas é possível que esta situação se deva mais a uma hipotética credulidade dos redatores seiscenistas naquilo que ouviam e liam do que a uma intencional difusão de mentiras. Na realidade, emana da generalidade das notícias da *Gazeta* uma *intenção de verdade*, alicerçada num *ânimo de factualidade*. Por exemplo, logo na primeira notícia do primeiro número relata-se um combate naval entre castelhanos e holandeses, mas não se escamoteia que os holandeses, aliados dos portugueses, tiveram “algum dano”, o que fez os seus navios “recolherem-se” ao porto. Entre muitos outros exemplos que poderiam ser dados, na quarta notícia do primeiro número são relatados atos de indisciplina entre os marinheiros do galeão Santa Margarida, opção jornalística que não dava boa imagem do poder real e do estado da frota portuguesa. Até certo ponto, a *Gazeta* mostrava-se, assim, algo incômoda para o poder, devido, precisamente, à sua *intenção de verdade* e à sua ambição de noticiar (“todos”) os acontecimentos com valor jornalístico, o que terá motivado, inclusivamente, a suspensão da sua publicação, em 1642.

A *Gazeta* funcionava, ainda, como uma espécie de *registo historiográfico* do quotidiano, um *registo seletivo*, é certo, distinto da construção da História pelos historiadores mas, paradoxalmente, *fonte* para essa mesma História. A *Gazeta* é, portanto, acima de tudo, um *periódico de novidades*. Não é, nem os seus redatores certamente pretenderam que o fosse, um mero instrumento de propaganda ao serviço da causa brigantina e independentista, embora se detetem intenções propagandísticas da Restauração, como no caso da segunda notícia do primeiro número (novembro de 1641), em que o Rei é apresentado como possuindo “natural benignidade”.

Mesmo as notícias sobre os atos da administração real, que podem parecer propagandísticas, tal como é sugerido pela generalidade dos autores que se debruçaram sobre a *Gazeta*, podem ser encaradas como as notícias contemporâneas sobre os atos de governo:

Despachou El-Rei Nosso Senhor ao Conde da Vidigueira por embaixador em França, para assistir na Corte de Paris.

Dom Antão de Almada (que foi por embaixador extraordinário a Inglaterra) fica assistente para tratar dos negócios do Reino.

(...)

Estão nomeados mestres de campo Cristóvão de Mello, filho do monteiro-mor do Reino, e Dom Sancho Manuel. (novembro de 1641)

Efetivamente, ao contrário de leituras mais apressadas, as notícias sobre a governação de D. João IV, em que o soberano e outros governantes surgem *exercendo o poder*, o que reforçava e contribuía para legitimar a sua posição, não devem ser vistas como mera propaganda, mas sim como matérias de interesse público, pois permitiam conectar os cidadãos com a realidade política do país. Ao dar conta dos atos dos governantes que poderiam ter repercussão direta na vida do país e dos seus habitantes, a *Gazeta* não fazia, em consequência, mais do que a sua “*obrigação jornalística*”, tal e qual como faz qualquer periódico generalista contemporâneo.

3. MODERNIDADE “JORNALÍSTICA” DA GAZETA “DA RESTAURAÇÃO”

A primeira consideração que deve ser feita sobre o jornalismo português seiscentista é o de que ele se aproxima no estilo do jornalismo contemporâneo. Longe ficavam, nomeadamente, as *Relações* de Manuel Severim de Faria, que começavam e acabavam como cartas (cf. Sousa, coord. *et al.*, 2006b). Na *Gazeta*, não só se vai direto às notícias como também estas são claras e, frequentemente, concisas:

A Armada Real de Castela anda dividida em duas esquadras, uma no cabo de São Vicente e outra na barra de Cádiz, esperando a frota. É general o duque de Maqueda. (novembro de 1641)

Morreu o conde de Odemira. (dezembro de 1641)

Um segundo aspeto relevante que deve ser considerado relaciona-se com as respostas que se procuravam dar ao leitor no enunciado jornalístico. Responder às perguntas tradicionais do enunciado noticioso (Quem? O quê? Quando? Onde? Como? Porquê?) não é uma invenção contemporânea, mas sim uma invenção da retórica clássica, muito bem recuperada pelo jornalismo. Por isso, cientes dos princípios estabelecidos pela retórica clássica, que Peucer, inclusivamente, referiu na sua tese doutoral de 1690 (a primeira tese mundial sobre jornalismo e comunicação), também os redatores da *Gazeta* procuraram, nas notícias, explicitar as circunstâncias de sujeito (quem?), objeto (o quê?), lugar (onde?), tempo (quando?) e, por vezes, também de modo (como?) e causa (porquê?):

De Entre-Douro e Minho [onde?], no primeiro sábado deste mês [quando], veio uma carta em que se avisa que um capitão de infantaria francês, tenente-coronel [quem?], enfadado da suspensão das armas e do grande ódio em que os soldados estavam na cidade de Braga, por causa do Inverno [porquê?], deliberou sair em campanha e entrar pelas terras dos inimigos (...) [o quê?]. (março de 1642)

Quarta-feira de Cinzas à tarde [quando?] saiu da cidade de Elvas [onde?] Gaspar Pinto Pestana, comandante de cavalaria, com 700 cavaleiros [quem?], e foi alojar-se a Campo Maior [onde?]. Logo foram duas companhias reconhecer o campo e encontraram num posto [como?], a que chamam o Cabeço da Cerva, junto ao rio de Abrilongo [onde?], um clérigo castelhano, que chamam o licenciado Gordito, com 25 cavalgaduras e alguns soldados de escolta [quem?]. Deram neles, mataram-lhes seis homens, renderam os restantes, tomaram as cavalgaduras e deram uma ao clérigo para que se fosse [o quê e como?] (...). (março de 1642)

As notícias seiscentistas eram, tendencialmente, factuais. Mesmo as mais longas eram construídas com base no mesmo entrelaçado de factos a que Tuchman (1978) se referiu como a *teia de facticidade*, sendo que o desenvolvimento da ação assentava num modelo diacrónico ou cronológico. Observe-se como a notícia anterior continua:

Quarta-feira de Cinzas à tarde saiu da cidade de Elvas Gaspar Pinto Pestana, comandante de cavalaria, com 700 cavaleiros, e foi alojar-se a Campo Maior. [Facto 1]

Logo foram duas companhias reconhecer o campo e encontraram num posto, a que chamam o Cabeço da Cerva, junto ao rio de Abrilongo, um clérigo castelhano, que chamam o licenciado Gordito, com 25 cavalgaduras e alguns soldados de escolta. [Facto 2]

Deram neles, mataram-lhes seis homens, renderam os restantes, tomaram as cavalgaduras e deram uma ao clérigo para que se fosse. [Facto 3]

No dia seguinte, saiu de Campo Maior o comissário com a cavalaria e com 500 mosqueteiros. [Facto 4]

Correu à campanha e deixando os mosqueteiros de emboscada num posto que chamam Nossa Senhora da Botouva (que é na passagem para Badajoz) [Facto 6]

escalou os campos de Vilar del Rei, deu volta ao lugar e seus contornos [Facto 7]

E chegou-se tanto que dentro das trincheiras mataram dois cavaleiros [Facto 8]

Mas os nossos tiraram a vida a trinta castelhanos e aprisionaram 24. [Facto 9]

E não houve em todo aquele circuito herdade, moinho, quinta, seara, defesa ou olival que não alcançasse o destroço deste assalto. Depois de não ter o que destruir, retirou-se o comissário com grande número de vacas, porcos, ovelhas, cabras, cavalgaduras e muitas cargas de roupa branca. [Facto 10] (março de 1642)

Pode-se ver ainda que os redatores da *Gazeta* já evidenciavam preocupações jornalísticas de tom contemporâneo, mostrando que os valores jornalísticos e as constantes norteadoras do profissionalismo jornalístico têm raízes históricas que recuam ao século XVII ou, para sermos mais precisos, recuam aos tempos clássicos em que gregos como Tucídides, Xenofonte e mesmo, até certo ponto, Heráclito começaram a escrever história animados da dupla intenção da verdade e da facticidade. Observam-se na *Gazeta*, nomeadamente:

- 1) Preocupações de credibilizar a informação pela referência às fontes, ou mesmo pela crítica dessas mesmas fontes:

As mais destas novas são colhidas de cartas e pessoas dignas de crédito, que vieram de várias partes. E o que se diz do bispo de Lamego se sabe por via da nau de Inglaterra que veio no mês passado. E de Itália, havia já aqui carta em que se diz que ficava em Leorne, de onde se vai a Roma em pouco mais de três dias. (dezembro de 1641)

- 2) Intenção de verdade, traduzida, por exemplo, pela correção de informações:

No que se diz na Gazeta de Dezembro acerca de São Tomé se advirta que o governador Manuel Quaresma era já morto. (fevereiro de 1642)

- 3) Citações, mecanismo de defesa do jornalista e de credibilização da informação que também empresta vivacidade ao relato:

Neste ponto olhou o cura para os nossos, que estavam perto, e defronte dele, e começou a dizer em altos gritos: "Senhores portugueses, aqui está um castelhano vivo entre estes mortos, acudam vossas mercês e levem-no, que eu não trago comissão para retirar vivos e não quero enganar a ninguém, que sou cristão e temo a Deus". [aspas nossas] (janeiro de 1642)

4) Preocupação em datar e localizar as notícias:

A nova da Ilha Terceira, de que se fala (...) na gazeta do mês de março, veio aos oito do mês de abril no navio Sol Dourado. (abril 1942)

5) Notícias de última hora:

No mesmo ponto em que se acabou de imprimir este papel, veio da ilha Terceira Jorge de Mesquita e trouxe aviso de que a fortaleza se havia rendido e estava já por El-Rei Nosso Senhor. Por ser nova de grande alegria para este Reino, se pôs nesta Gazeta, não obstante pertencer à do mês de Abril. (março de 1642)

Ainda do ponto de vista jornalístico, e interessante notar que a *Gazeta* segue os assuntos que noticia. Há notícias em desenvolvimento e desenvolvimentos das notícias anteriores. O caso das notícias das guerras é o mais visível, mas outras matérias também cabem no exemplo, como as notícias sobre o destino de hipotéticos conspiradores:

O conde de Castanheira, que estava preso numa torre de Setúbal, pediu a El-Rei nosso Senhor que lhe mudasse a prisão porque estava indisposto e El-Rei nosso Senhor (...) o mandou trazer para o castelo de Lisboa" (novembro de 1641).

O conde de Castanheira, o conde de Vale de Rei e Gonçalo Pires de Carvalho estão já em suas casas. (dezembro de 1641)

É, finalmente, de salientar que, à semelhança dos jornais contemporâneos, também a *Gazeta* possuía "secções", pois as notícias eram segmentadas entre as do reino e as de fora do reino (o "internacional").

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A *Gazeta* ofereceu ao público notícias sobre uma grande variedade de assuntos, cumprindo uma função noticiosa, mas também historiográfica, constituindo um indício da forma peculiar de se verem a si mesmas e de olhar para o mundo das elites pró-independência do Portugal Restaurado. O noticiário da *Gazeta* é diversificado, ainda que desequilibrado, já que se centra nos conflitos bélicos, devido quer ao interesse estratégico dos portugueses nos mesmos, quer ao misto de atração e temor que as guerras suscitam.

Assim, num tom algo *laico e seco*, a *Gazetas* contribuiu, como acontece com os jornais atuais, para levar os seus leitores a construir referências compartilhadas, mais ou menos indiciáticas, sobre o mundo, integrando e categorizando o particular no geral; embora ao mostrar e evidenciar algo, inevitavelmente também tenha ocultado algo, a *Gazeta* concorreu para edificar conhecimento comum sobre o mundo, para arquitetar um acervo social de conhecimento. Um conhecimento não estrutural, é certo, mas um conhecimento – o conhecimento jornalístico, que, em grande medida, depende dos enquadramentos impostos aos acontecimentos. A *Gazeta* produziu, conseqüentemente, efeitos cognitivos no público.

BIBLIOGRAFIA

- Cunha, A. da. (1941). *Elementos para a história da imprensa periódica portuguesa (1641-1821)*. Separata das Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, classe Letras, 4. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- Dias, E. G. (2006). *As Gazetas da Restauração: [1641-1648]. Uma revisão das estratégias diplomático-militares portuguesas [edição Transcrita]*. Lisboa: Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- [Herculano, A.] (1838). *Gazetas. Origem das Gazetas em Portugal. Panorama*. II (48), 31 de março de 1838: 101-102.
- Martins, H. (1964). *Manuel de Galhegos. Um poeta entre a Monarquia Dual e a Restauração*. Anadia: Tipografia Cisial.
- Peucer, T. (2000). Os relatos jornalísticos. *Comunicação e Sociedade*, 33: 199-214. (Tradução de De relationibus novellis. Leipzig: Tese de Doutorado em Periodística – Universidade de Leipzig, 1690.)
- Scheufele, B. (2008a). Content analysis, qualitative. In: W. Donsbach, (ed.), *The International Encyclopedia of Communication*, vol. III (967-972). Oxford: Blackwell Publishing.
- Scheufele, B. (2008b). Content analysis, quantitative. In: W. Donsbach, (ed.), *The International Encyclopedia of Communication*, vol. III (972-978). Oxford: Blackwell Publishing.
- Sousa, J. P. (2006a). *Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media*. 2.^a edição revista e ampliada. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Sousa, J. P. (coord.) et al. (2006b). *A génese do jornalismo lusófono e as Relações de Manuel Severim de Faria*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Sousa, J. P. (coord.) et al. (2011). *A Gazeta “da Restauração”, primeiro periódico português: uma análise do discurso*. Covilhã: Livros LabCom/Universidade da Beira Interior.
- Teixeira, P. & Sousa, J. P. (2015). *Contar o Mundo no século XVII. O discurso dos dois primeiros jornais portugueses: a Gazeta “da Restauração (1641-1647)” e o Mercúrio Português (1663-1667)*. Lisboa: Media XXI.
- Tengarrinha, J. (1989). *História da imprensa periódica portuguesa*. 2.^a edição revista e aumentada. Lisboa: Caminho.
- Tengarrinha, J. (2013). *Nova história da imprensa portuguesa. Das Origens a 1865*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Tuchman, G. (1978). *Making news: a study in the construction of reality*. New York: MacMillan.

DISCURSO E LEITURA POLÍTICA DA GAZETA DE LISBOA (1715-1760)¹

ANDRÉ BELO²

Universidade de Rennes 2
andre.belo@univ-rennes2.fr

Numa perspetiva comparada, dois traços parecem definir a *Gazeta de Lisboa* na sua primeira fase de publicação em Portugal, aqui considerada. Em primeiro lugar, o carácter relativamente tardio do aparecimento de um periódico impresso semanal em língua portuguesa, se comparado com os seus congéneres que apareceram ao longo do século XVII em língua alemã, francesa, inglesa, italiana ou castelhana; tardio, também, se tivermos presente o exemplo, sem continuidade para as últimas décadas daquele século, das gazetas e mercúrios das “guerras da restauração”. De facto, depois destes dois periódicos, durante quase cinco décadas não existiram no Reino empresas de impressão regular de notícias em língua portuguesa. Como segunda característica, saliente-se, após 1715, a eficácia do monopólio da informação de carácter político detido pelos proprietários da *Gazeta*, com ausência de uma concorrência duradoura, assim como de reimpressões locais ou de contrafações. Em janeiro de 1740, um observador bem colocado, o padre Luís Montês Matoso, correspondente do redator da *Gazeta de Lisboa*, José Freire de Montarroio Mascarenhas, e ele próprio redator de um manuscrito noticioso de difusão sema-

¹ Este capítulo constitui uma tradução de um artigo publicado anteriormente em castelhano, modificado para se adequar aos objetivos deste livro (BELO, 2012: 245-262).

² Historiador, professor auxiliar (“maître de conférences”) na Universidade de Rennes 2, em França. Trabalhou sobre a informação impressa e manuscrita em Portugal durante o período joanino e pombalino. Atualmente investiga sobre identidade social e cultural na Monarquia Católica, em torno do primeiro sebastianismo.

nal, caracterizava o periódico impresso como caro e lento, atribuindo a responsabilidade para tal aos gastos com a impressão³. Mais de duas décadas depois, em 1763, um livreiro francês que viajou por Lisboa e por Cádiz, Antoine Boudet, qualificava o periódico português como pouco instrutivo e demasiado controlado politicamente por um governo despótico⁴. Assinale-se porém que estes testemunhos devem ser matizados quando nos referimos ao período mais interessante da história do periódico, a década entre 1742 e 1752, em que a *Gazeta de Lisboa* passou a bissemanal e conheceu o seu momento de maior difusão⁵. No que toca ao controlo político, e apesar de ele ter sido sempre forte, as afirmações do livreiro francês parecem mais adaptadas ao período pombalino – que em 1760 colocou a publicação nas mãos de um órgão da coroa e pouco depois a suprimiu – do que ao período joanino.

A ideia de que a *Gazeta de Lisboa* era um periódico oficial também merece ser problematizada. Tratava-se evidentemente de um objeto impresso associado ao poder do rei através de instrumentos legais como o privilégio de impressão e formas de controlo político como a censura prévia, de que os leitores tinham consciência e sobre o conteúdo da qual, como veremos adiante, chegavam a trocar informações. A associação à coroa era enfatizada pelo próprio periódico, que ostentava a referência ao privilégio real em cada número, acompanhada a partir de 1718 de uma gravura com o brasão da monarquia, na metade superior da primeira página. O periódico afetava implicitamente ser oriundo da corte ao intitular-se, também a partir de 1718, *Gazeta de Lisboa Ocidental*, divisão urbana a que então pertencia o Paço da Ribeira. No entanto, sobretudo até à década de 1750, penso que devemos pressupor a existência de uma distância relativa entre os gabinetes do poder e a administração e redação da *Gazeta*. Ela não era nesta época um órgão oficial da monarquia, se por tal entendermos um veículo de propaganda e oficialização das decisões régias. Se existia uma associação política à Corte, tal não se traduzia, nos anos aqui considerados, nem numa administração direta por parte da coroa – o periódico foi gerido por privados até 1760 – nem numa utilização política da *Gazeta* como mera correia de transmissão de um discurso.

³ Assim escreveu no primeiro número do seu periódico manuscrito *Folheto de Lisboa*: «O uso das Gazetas entre as Nações estrangeiras é tão vulgar que no dia em que se publica se vê até nas mãos dos aguadeiros das Cortes para saberem as notícias do mundo a troco de um limitado custo, incomparavelmente diminuto ao que se dá pela deste Reino, por causa dos gastos das impressões dele», “Antiloquio” de *Folheto de Lisboa*, Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL), Reservados, Cod. 8065, n.º 1, 2 de janeiro de 1740.

⁴ Carta a Mr. de Bombarde, existente nos manuscritos da Biblioteca Nacional de França (Ms. Français, 22130, f. 266 e seguintes), transcrita por GUINARD, P. 1957.

⁵ Para os detalhes relativos à administração do periódico ao longo deste período, ver a minha dissertação de doutoramento, *Nouvelles d'Ancien Régime* (BELO, 2005: 58-79).

1. NOTÍCIAS “DE FORA” E NOTÍCIAS “DA CORTE”

A gazeta portuguesa integrava-se num género intertextual que era transnacional e, deste ponto de vista, é possível generalizar sobre algumas das suas características discursivas. Politicamente, era estrutural ao género “gazeta” a divisão entre as notícias emanadas do local da redação do periódico e as notícias chegadas do exterior. Se é certo que todo o texto era submetido a uma censura prévia, atenta a cada detalhe do discurso produzido e tão periódica como o próprio periódico, há que ver para além desta, e constatar a fundamental diferença entre o teor e a extensão dos capítulos noticiosos dedicados aos diferentes reinos ou estados europeus e as notícias da corte portuguesa. Tal diferença discursiva correspondia a uma redução deliberada aos assuntos internacionais da esfera do político que era objeto dos relatos. As gazetas do século XVIII eram com efeito identificadas como papéis “políticos”, mas nesta definição compreendia-se essencialmente o âmbito das relações externas, de guerra, paz e diplomacia entre os diferentes estados. Este era o objeto noticioso principal do periódico – e também o nervo do seu negócio – e isso traduzia-se numa economia textual dominada pelas notícias do estrangeiro. Há que acrescentar também que a esta exigência política de base correspondiam constrangimentos de ordem tipográfica, de relação com o tempo e o espaço disponíveis para o fabrico do periódico. A publicação em dias pré-determinados e o tempo necessário para a tradução e edição de textos, e depois para a censura e a impressão da gazeta, dificultavam a conciliação entre a atualidade e a publicação de textos mais extensos. Numa definição que foi proposta há já várias décadas na historiografia francesa e norte-americana sobre as gazetas europeias, a periodicidade curta era, em si mesma, um constrangimento para os redatores de periódicos, a somar à vigilância censória (Labrosse, 1979: 16-17; Popkin, 1989). Não se trata aqui de relativizar o peso da censura sobre as notícias, da Corte ou de fora; mas de sugerir que a censura engendrava e se relacionava com condicionalismos, de ordem técnica e editorial, de relação com o tempo curto.

A política, com os seus conflitos e grupos antagónicos, estava em todo o caso praticamente ausente das notícias sobre a corte. Não apenas a política em sentido estrito, mas de um modo geral tudo o que fosse suscetível de ser lido como indício de desordem no corpo social. Conflitos diplomáticos, lutas por precedências ou por nomeações para cargos e rendas, política matrimonial da alta nobreza, agravos de vária ordem, protestos populares, crimes e processos judiciais importantes, tudo isto era o que *não se lia* na secção de notícias da Corte – mas se podia eventualmente saber por outras vias, quer através de carta e outros textos

manuscritos quer através da incessante transmissão oral de notícias sobre o que acontecia na cidade e em torno do Paço. Na *Gazeta* reproduziam-se outros relatos, marcados pelo que podemos chamar de “tempo cíclico cortesão” (aniversários, festas religiosas, deslocações da família real, batismos, matrimónios e óbitos de membros da nobreza, assim como óbitos de outras pessoas consideradas dignas de memória, como membros de academias ou de comunidades religiosas). Nestes relatos, mais importante do que a notícia – que não era já notícia para muitos leitores quando circulava impressa – era a correta representação no reduzido texto impresso da *Gazeta* de uma hierarquia social cortesã. Tratava-se de um discurso que devia prolongar a ordem social da monarquia e em que, apesar de os eventos extraordinários fazerem parte do seu âmbito, se reproduzia, por via textual, um certo “horror” pelo carácter disruptivo dos acontecimentos, fossem eles sociais ou de ordem natural⁶.

2. A CENSURA

O que sabemos em concreto sobre a censura do periódico, incluindo as suas rotinas de revisão prévia do texto e o envio direto de instruções políticas ao redator, mostra a importância atribuída pelo monarca ao controlo das formas de designação social. Duas preocupações principais parecem ter orientado a censura régia no que toca aos parágrafos sobre a Corte e sobre o Reino de Portugal nos anos de 1730 e 1740: por um lado, tratou-se de impedir que a *Gazeta* concorresse com a publicação oficial pela chancelaria de novos títulos ou nomeações⁷. Outro tipo de instruções que chegou ao redator era relativo à limitação do leque social que devia figurar nos relatos. Numa carta de 25 de fevereiro de 1741, o redator escreveu a um correspondente que tinha ordens expressas do rei para não incluir na *Gazeta* matrimónios e batizados de fidalgos de fora da corte⁸. A restrição à publicação de atos em que interviesse uma nobreza de província, ainda que limitada a certo tipo de eventos, é assim, pelo menos nos anos de 1740, uma característica das notícias portuguesas. Também de acordo com o que a correspondência do

⁶ Para um desenvolvimento destas considerações a partir do tratamento dado ao terramoto de 1755, veja-se o meu artigo “A *Gazeta* de Lisboa e o terramoto de 1755: a margem do não escrito” (BELO, 2000).

⁷ Veja-se um indício disso mesmo na compilação noticiosa *Diário das novidades q. socedem em Lisboa...*, relatando a censura ao relato destinado à *gazeta*, antes da redação da carta régia, da nomeação do Duque de Banhos como Duque de Aveiro (BNL, reservados, cod., 10745, f. 4v, diário de 6 de maio de 1732).

⁸ “Cartas originais de José Freire Montarroio Mascarenhas para o Dr. Rodrigo Xavier Pereira de Faria (1741-1749)”, Biblioteca Pública de Évora, cod. CVIII/1-4, f. 7.

redator permite perceber, a partir do início de 1745 verificou-se um controlo mais estrito da informação sobre a Corte. Alegando-se com o descontentamento do rei com a publicação de uma notícia sobre uma doação régia, o redator recebeu instruções para não publicar mais notícias relativas ao palácio real sem expresse aviso de lá. Ainda que não saibamos com que rigor se aplicou esta diretiva nos anos seguintes, temos aqui um princípio de mudança no que anteriormente teria sido uma prática regular: o recurso pelo periódico a uma pluralidade de informadores e correspondentes sobre o que sucedia na Corte. São testemunhos como este que convidam a pressupor uma distância política entre os círculos do Paço e a redação do periódico: o descontentamento que obrigou a um aperto da censura é revelador de uma anterior separação relativa entre as duas esferas.

As críticas ao texto da *Gazeta* não provinham apenas do Paço. Na verdade, o discurso do periódico estava sujeito a uma pluralidade de pressões. Uma parte dos leitores tinha uma chave de leitura análoga à dos censores, valorizando a dignidade social das figuras citadas nos relatos e criticando por vezes o redator por dar visibilidade e uma forma de grandeza a famílias que não as mereceriam. No próprio entender do redator, a seleção das notícias devia obedecer a uma ética nobiliárquica, associada a ideias de serviço e de honra, embora esses critérios pudessem não coincidir com os do Paço. Também o condicionavam pressões várias, exercidas por embaixadores, e laços de fidelidade e submissão a membros da nobreza titular, como por exemplo os que o ligavam à casa nobre dos condes da Ericeira⁹. Mas o controlo social às aparições na *Gazeta* revela como esta, ainda que de modo limitado, tinha de facto um papel intermediário na publicação da reputação social. A título de exemplo, durante as décadas aqui consideradas, a *Gazeta* publicou regularmente notícias das pequenas academias de província, dando notoriedade a eruditos locais através da publicação na *Gazeta* do seu nome. Tratava-se de uma forma de retribuição pelo envio de informação de vária ordem, nomeadamente genealógica, que o redator do periódico utilizava para os serviços que, à margem do trabalho com a *Gazeta*, prestava como genealogista.

Outro testemunho relacionado com a censura permite concluir sobre este ponto. Confirmando o que vimos anteriormente sobre o silenciamento habitual dos conflitos sociais nos relatos de gazetas, um volume manuscrito de anedotas sobre diversas personalidades contém uma referência ao facto de o redator da

⁹ O 4.º conde da Ericeira, Francisco Xavier de Meneses, académico e patrono literário, manteve uma longa atividade de difusão de notícias manuscritas desde pelo menos os tempos da participação portuguesa na guerra da sucessão de Espanha até ao final dos anos de 1730. Foi correspondente regular de Montarroio Mascarenhas, enviando-lhe notícias da Corte e da sua casa. Sobre a sua atividade como redator de notícias, veja-se MIRANDA, 2005: 35-42.

Gazeta ter sido advertido, no ano de 1730, que não devia falar no periódico de um levantamento de carpinteiros do arsenal de Lisboa, descontentes com o seu salário. A esta informação sobre as instruções censórias dadas ao redator acrescenta-se uma anedota sobre a ignorância diligente do censor de turno do periódico, o confessor do rei e padre oratoriano Martinho de Barros. Levando demasiado à letra as instruções de censura sobre “levantamentos”, o censor teria mandado cortar uma notícia de levantamento (no sentido de recrutamento) de tropas num Principado do Norte da Europa (Lisboa *et al.*, 2002: 68, n. 34). Mais do que a verdade do conteúdo da anedota, que não temos modo de verificar totalmente, notemos a posição retórica em que se coloca o compilador do manuscrito, um oficial do exército. Retrata o censor como alguém incapaz de fazer distinções semânticas básicas e, por conseguinte, incapaz também de perceber a diferente relevância política das notícias que devia censurar; enquanto ele próprio – censor do censor – se coloca na posição de bom conhecedor dos critérios da censura e sabedor da incompetência, quase proverbial, do padre censor. Notemos, por fim, recordando a escassez noticiosa da *Gazeta* sobre matérias de estado, o grau de informação detalhada de que este compilador dispõe: notícias sobre a insatisfação de um corpo social, sobre as instruções políticas que chegavam ao redator, sobre a identidade do censor de turno e sobre a sua incompetência como letrado.

A circulação de notícias manuscritas a propósito da vida interna do periódico, com origem possível na própria redação, não era casual. Como sucedia com outras gazetas europeias, o periódico português, apesar das restrições políticas, era uma agência, primeiro, de recolha de novas sobre a Corte, o Reino e o estrangeiro e, depois, de transmissão dessas novas, por canais diferenciados, adequando a sensibilidade maior ou menor das notícias à qualidade desses canais. Calar no periódico impresso certa informação não significava que não se pudesse falar por outras vias, desde logo pela interação quotidiana da oralidade, e depois pela via também discreta da carta ou da folha manuscrita. A existência de diversos canais, valores e ritmos de troca de notícias permitia, aos que formavam parte de redes de intercâmbio de informação, conciliar a curiosidade pela atualidade com o respeito por um dos valores associados ao texto impresso, o “sossego público” e a hostilidade à proliferação descontrolada das novidades.

Na historiografia portuguesa das duas últimas décadas desenvolveu-se um interesse particular pelas redes de informação manuscrita e pelo caráter complementar destas notícias relativamente à *Gazeta de Lisboa*: diários, cartas, folhas periódicas intituladas “folhetos”, “mercúrios” ou “adições à gazeta” foram publicados e constituem fontes preciosas para a reconstituição dum sistema informativo sem o qual é difícil perceber-se o discurso do próprio periódico impresso (Lisboa

et al.: 2002-2011). A leitura das notícias manuscritas revela-nos toda uma narrativa pormenorizada sobre os sucessos da Corte, cheia de detalhes políticos e sociais significativos, incluindo o relato de conflitos simbólicos em torno do prestígio cortesão, muitas vezes cristalizados em querelas de precedências. Por aqui se manifesta, como escreveu João Luís Lisboa, «a forma como as famílias exprimem o seu poder na Corte e como fazem valer as suas relações. Os sinais que as notícias fazem passar fornecem imagens da importância política dos vários atores e de como usam a informação social para fazer valer as suas posições» (Lisboa, 2002: 38).

3. INCIDÊNCIA POLÍTICO-DIPLOMÁTICA DAS NOTÍCIAS INTERNACIONAIS

Era possível, não obstante o que ficou dito, ler nas notícias impressas sobre a Corte referências tardias ou descontextualizadas a situações conflituais que, por outras vias de informação, eram públicas e notórias. Por exemplo, no final de janeiro de 1725 Portugal e França romperam relações diplomáticas depois de um conflito de alguns meses sobre protocolo entre o embaixador francês recém-chegado a Lisboa, o abade de Livry, e o Secretário de Estado português, Diogo de Mendonça de Corte Real. Livry acabou por abandonar a Corte portuguesa, e a *Gazeta de Lisboa* publicou duas curtas linhas sobre o assunto (GL, n.º 5 de 1725, de 1 de fevereiro), relatando apenas que o embaixador tinha partido e omitindo todo o contexto político que a envolvia, um contexto a propósito do qual se propagou de imediato bastante informação por via manuscrita e oral e sobre o qual os leitores portugueses que tinham acesso a periódicos estrangeiros sabiam também que iriam dispôr de relatos noutras línguas.

Um desses relatos aparece num registo de acontecimentos do tempo presente feito por Tristão da Cunha de Ataíde, conde de Povolide (Vasconcelos de Saldanha *et al.*, 1990: 374). No contexto da tensão diplomática envolvendo o embaixador francês, este último terá mandado chamar o impressor da *Gazeta*, solicitando-lhe explicações sobre uma notícia impressa no periódico em que se dizia que a frota francesa estava enfraquecida, com falta de navios. O impressor desresponsabilizou-se da autoria do texto, tendo remetido o embaixador para o redator, que por sua vez se justificou dizendo que se tinha limitado a traduzir uma gazeta inglesa. O embaixador não obteve satisfação para os seus protestos, mas este interessante episódio revela-nos, novamente, uma circulação abundante de informações, por via da oralidade e do manuscrito, sobre um contexto político delicado, esse mesmo contexto que o periódico impresso omitia das suas notícias da Corte.

Por outro lado, ao dar-nos detalhes sobre a leitura crítica feita pelo embaixador francês, o relato do manuscrito do conde de Povolide permite-nos abordar o tema da sensibilidade diplomática das notícias publicadas na secção internacional das gazetas. Em contraste com as notícias impressas sobre a Corte, nas notícias internacionais publicadas na *Gazeta*, traduzidas de periódicos de língua inglesa, holandesa, francesa ou italiana, a narrativa político-diplomática tinha um aspeto bem diferente, e de certo modo mais próximo das notícias manuscritas. Ao discurso da ordem que era característico do capítulo de Lisboa podemos contrapor o da desordem, ou pelo menos do conflito, presente nas cartas e despachos enviados de outras cidades europeias. Semana após semana, estes continham relatos pormenorizados de batalhas, intrigas diplomáticas, manifestos de reis e potências em conflito, especulação sobre assuntos de estado, incluindo por vezes os rumores que corriam e as críticas explícitas que eram feitas a certas orientações políticas.

A relação entre o teor destes relatos e a diplomacia é conhecida. Embaixadores, cônsules, núncios e outros representantes diplomáticos nas diferentes cortes tentavam inserir artigos ou controlar os relatos publicados sobre os estados que representavam. Não tanto pelo facto de tais artigos revelarem segredos particulares, mas porque podiam pôr em causa a reputação desses estados, dando azo a rumores e a “murmurações” indesejadas. A celebridade e o crédito de repúblicas e dinastias, refletidos nos periódicos, eram pois uma questão de negócios estrangeiros. E, dado o carácter internacional da circulação das gazetas e da tradução de notícias, pouco importava a cidade ou língua do periódico em questão. Isto mesmo nos aparece confirmado nas cartas do rei português D. João V ao Cardeal da Mota: em 1736, no contexto dos conflitos entre Portugal e Espanha na região do rio da Prata, o rei exprime a sua preocupação com artigos da gazeta de Mântua desfavoráveis aos interesses portugueses. E vê claramente por trás deles a mão dos representantes do rei de Espanha na cúria romana (Brazão, 1945: 117-119).

Alinhados, por um lado, com a política externa da Coroa e obrigados, por outro, a não descontentar os ministros estrangeiros estabelecidos na Corte, os responsáveis pela *Gazeta* tinham uma margem de atuação particularmente estreita. O posicionamento do periódico português relativamente aos conflitos diplomáticos em que a monarquia participava fazia-se discretamente e de modo indireto. Reencontramos aqui de certo modo a questão da *Gazeta* como órgão “oficial”. Mais do que na tomada de posições explícitas, era na forma como eram selecionadas e organizadas as notícias internacionais que se liam, muitas vezes nas entrelinhas, os alinhamentos políticos oficiais da Corte portuguesa. Ao manter implícitas estas escolhas, o periódico satisfazia o seu alinhamento político corte-

são, ao mesmo tempo que se defendia de eventuais críticas, como a que vimos do embaixador de França. Tentemos explicar melhor esta ideia, que se prende com o dispositivo narrativo presente neste tipo de publicações.

Ao concederem a maioria do seu espaço tipográfico às notícias do estrangeiro, que organizavam em “capítulos” geográficos, os periódicos do género gazeta respeitavam retoricamente a “voz” epistolar de cada relato que inseriam nas suas páginas. Numa estrutura aparentemente polifónica, publicavam despachos informativos com a data e o local de origem das notícias, apresentando o ponto de vista das diferentes cortes e chancelarias. Tal dispositivo, ao mesmo tempo que pretendia dar autenticidade aos relatos, mantinha um respeito pela fonte, que protegia os periódicos em caso de difusão indevida de rumores ou de notícias que o tempo revelaria falsas. Por esta via, garantia-se a sua “sinceridade” ou imparcialidade. Mas, em termos políticos, esta imparcialidade não era mais do que um efeito de superfície que o leitor “discreto” facilmente observava.

Na realidade, o periódico tomava posições claras em matéria de política internacional, por exemplo através da supressão programada da secção em proveniência de uma cidade identificada com a diplomacia rival. Foi o que sucedeu com a secção de Madrid no ano de 1735, depois de incidentes diplomáticos com o embaixador português na Corte castelhana. O mesmo ocorreu com o capítulo de Roma entre 1728 e 1731. Como referi, tal não impedia – pelo contrário, evidenciava-a – uma leitura política das notícias internacionais. Os leitores bem familiarizados com a leitura de gazetas, habituados a cruzá-las com outras fontes de informação, eram capazes de fazer falar estes silêncios significativos. Era o caso de um correspondente sevilhano de Monterroio Mascarenhas, o padre jesuíta Andrés de Sá Ávila y Gomez: depois de, em carta de outubro de 1731, ter transmitido notícias ao redator da *Gazeta* que faziam prever o fim do conflito diplomático português com a Santa Sé, declarava a sua expectativa por ver de novo um capítulo de Roma publicado regularmente no periódico¹⁰.

4. UM PERIÓDICO PRÓ-AUSTRÍACO E ANTIFRANCÊS

O periódico também tomou posição clara nas principais guerras que atravessaram a Europa. Na Guerra de Sucessão Austríaca (1740-1748), a *Gazeta de Lisboa* alinhou sistematicamente com a casa de Áustria, representada nas pretensões ao trono imperial de Maria Teresa, rainha da Hungria, contra o eleitor da Baviera e o

¹⁰ BNL, Reservados, Pombalina, n.º 672, f. 100-100a. Carta de Sevilha de 23 de outubro de 1731.

“partido francês” que o apoiava. Tal como no exemplo anterior, este alinhamento encontrava-se dissimulado por trás de uma imparcialidade narrativa aparente. O leitor habitual do periódico, conhecedor do seu discurso, identificava facilmente aquilo que, na realidade, constituía uma longa litania favorável aos aliados de Maria Teresa, e antifrancesa.

Retoricamente, tratava-se de organizar a narrativa do periódico de forma a permitir que, para o leitor, o sentido dos acontecimentos se apresentasse como evidente e dispensasse o redator de julgamentos de valor explícitos. Como ficou escrito no primeiro número da *Gazeta* do ano de 1743, após uma referência às dificuldades militares da França, os acontecimentos “são tão públicos [que] parecem supérfluas as reflexões”. Duas técnicas principais foram utilizadas para se obter esse efeito. Em primeiro lugar, utilizar a secção dedicada ao inimigo identificado como principal – a França – para evidenciar as dificuldades sentidas por este, algo que, como vimos, está também presente no exemplo do embaixador Livry. A forma retórica que toma esta técnica é o golpe autoinfligido: a melhor forma de desarmar o adversário é fazer voltar contra ele uma notícia apresentada como oriunda do seu próprio campo. Uma nova que sai da própria boca do inimigo é uma confissão implícita.

A outra estratégia utilizada para criar um sentido dos acontecimentos favorável ao partido da rainha da Hungria, e talvez a mais eficaz, constituía na articulação entre a escolha de um ponto de vista e a disposição das notícias. O caso do cerco e assalto a Praga pelo exército austríaco, um dos momentos importantes da guerra no ano de 1742, iniciado em 9 de agosto e narrado nos *Suplementos à Gazeta* a partir de 20 de setembro, serve-nos de exemplo. O periódico português adota o ponto de vista austríaco ao dar sistematicamente prioridade ao relato feito a partir do seu quartel-general. Na forma de um diário do exército atacante, o narrador anónimo utiliza um “nós” que coincide com a posição do assaltante. Saídas, tiros de artilharia, movimentos dos desertores permitem ao narrador retirar deduções sobre a capacidade dos sitiados, sublinhando as suas perdas. Na secção seguinte, com despachos oriundos de Francoforte, sede da Dieta imperial, o periódico muda de ponto de vista para dar voz às cartas ali recebidas de Praga. Mas estas, que sublinham os bons preparativos da cidade em vista do ataque iminente, são anteriores ao início do assalto. Os factos narrados são menos atuais e são também de segunda mão, enviados de Praga a Francoforte, contrastando com a impressão deixada pelos despachos oriundos diretamente do campo de batalha. Assim, ao ler uma descrição dos preparativos para a defesa de Praga, o leitor da *Gazeta* já tinha lido previamente, no mesmo número do periódico, um relato mais atual e de primeira mão descrevendo os

rombos provocados pelo assalto austríaco a essa mesma defesa. Os primeiros relatos anulam o efeito dos segundos, tornando-os menos atuais, remetendo-os para o passado. O mesmo efeito é induzido pela descrição do avanço do reforço militar francês em direção a Praga. Apesar da velocidade aparente deste avanço, é patente a impressão de atraso que ressalta da leitura – o assalto está já em curso, como se pode ler no mesmo número do periódico. Enquanto no presente da redação do despacho, a marcha do exército francês parece favorável a este partido, no presente da leitura do periódico, este exército parece bem longe de poder socorrer uma Praga cujo assalto estava já a decorrer. O mesmo dispositivo está presente nos números seguintes, de setembro e outubro de 1742. Por trás de uma apresentação de aparência relativista e polifônica, com a existência de diferentes pontos de vista noticiosos, encontra-se a “verdadeira” narrativa do periódico, identificado com o diário do campo austríaco. Trata-se dos despachos que aparecem primeiro aos olhos do leitor e que são também os mais recentes e detalhados. A adoção de um ponto de vista “francês” está sempre subordinada a esta hierarquia narrativa, que faz pender sistematicamente a vitória para o outro campo.

5. A POLITIZAÇÃO DOS LEITORES

Dispomos de numerosos testemunhos de como, através dos relatos publicados pela *Gazeta* e também dos que apareciam nas redes de notícias manuscritas, as questões de política externa transbordavam para fora dos circuitos áulicos. Na verdade, ainda que geograficamente distantes, os conflitos europeus traduziam-se para os leitores portugueses em oposições políticas locais. A receção das notícias das guerras europeias estruturava-se em fações ou parcialidades que correspondiam a um prolongamento, na percepção do leitorado, das clivagens político-diplomáticas que existiam na Corte e no Conselho de Estado. Tais clivagens vinham certamente de trás, remontando pelo menos à Guerra de Sucessão espanhola, momento muito importante na definição do alinhamento diplomático da monarquia portuguesa com a casa imperial dos Áustrias e as potências marítimas, em oposição ao eixo franco-espanhol da casa Bourbon (Monteiro: 2001 e 2003).

Esta politização dos leitores em partidos opostos ter-se-á prolongado ao longo do século XVIII, sendo reativada, por vezes sob nomes diferentes, a cada guerra europeia. Uma fonte interessante para o entender é um pequeno texto teatral, um entremês intitulado «Notícias da Gazeta do Mundo da Guerra da Europa do Ano

de 1734» – a guerra em questão era a da Sucessão da Polónia¹¹. Representa-se neste texto uma situação de leitura de uma gazeta. Duas personagens, um estudante e um sapateiro, discutem sobre as notícias do periódico. Lançam-se mutuamente acusações e identificam-se reciprocamente com campos opostos nos conflitos militares do momento – o estudante aparece como pró-francês e o sapateiro como pró-alemão. Censuram um no outro a parcialidade e a incompetência para comentar notícias de gazetas. Das recriminações pessoais passam a criticar a *Gazeta* e o gazeteiro – acusados de mentira e de venalidade – e logo voltam ao ataque recíproco, seja contra o que representam os franceses e os alemães, seja contra a condição social de um e outro. No momento em que o estudante começa a ler a *Gazeta* em voz alta, o sapateiro acusa-o de deturpar deliberadamente o texto ao oralizá-lo, com o objetivo de ridicularizar a posição do exército alemão. Por fim, a escalada verbal leva-os a passar à violência física – e é nesse momento que um sacristão entra em cena para cumprir a função moralizadora que o diálogo anterior fazia prever desde o início. No fim, com umas bastonadas e um pouco de sermão, o sacristão remete cada um para o seu lugar, o estudante para os seus livros de estudo e o sapateiro para o seu ofício manual. Na sua sociologia estereotipada, este texto teatral exprime, em meu entender, a angústia de uma parte dos leitores do periódico, que rejeitavam o alargamento do seu leitorado. Tratava-se de um fenómeno sociológico real e que os anos seguintes iriam confirmar.

De facto, o interesse dos leitores pelas notícias internacionais permitiu o aumento da circulação comercial do periódico, para o qual dispomos de indícios certos a partir da década de 1740. Foi a já referida Guerra de Sucessão Austríaca que motivou o incremento de periodicidade e na tiragem da *Gazeta de Lisboa*, a partir de 1742. Tal deveu-se a uma estratégia editorial dos administradores do periódico – uma família lisboeta de impressores de pequena dimensão. A partir de setembro de 1742, quando as notícias sobre o cerco de Praga começaram a chegar a Lisboa, começou a ser publicado às quintas-feiras o *Suplemento à Gazeta de Lisboa*, que saiu sem interrupção durante 10 anos, alternando com o número ordinário da *Gazeta* publicado às terças. No primeiro número desse *Suplemento* um pequeno texto de cariz editorial explicava ao leitor as razões para a passagem a bissemanário: era o aumento no ritmo dos acontecimentos militares na Europa que exigia mais espaço tipográfico por semana para as notícias; associada a esta razão se contavam os pedidos de leitores “desejosos” de notícias em maior ritmo

¹¹ O texto chegou-nos por uma cópia tardia, datada de 1779, numa compilação de António Correia Viana: «Obras de Félix da Silva Freire ourives que foi de profissão, e natural da vila de Santarém... 3.ª parte», p. 137-171. Biblioteca da Ajuda, 50-I-18.

e quantidade: “as instâncias de muitas pessoas, desejosas de se instruir inteiramente nos sucessos do Mundo” (13-9-1742).

Há que ler esta referência a um aparentemente inocente desejo de instrução do público como uma justificação para a novidade que representava a criação de um segundo folheto semanal. Ele não deveria, segundo o editorial, durar mais do que o exigido pela conjuntura militar do momento. No entanto, os suplementos resistiram ao final das hostilidades militares, não sem conflitos internos no periódico nem reações hostis de leitores (Belo, 2002: 59-75). Só deixaram de circular a partir de 1752, depois de a propriedade do privilégio de impressão passar para Monterroio Mascarenhas, e com instruções explícitas para limitar o espaço noticioso a uma folha de imprensa por semana (equivalendo a 8 páginas *in quarto*). Voltavam a ser maiores os constrangimentos à publicação detalhada de atualidade internacional, mantendo-se no entanto as características discursivas do periódico que procurámos identificar aqui, com a fundamental divisão no teor político de notícias da Corte e notícias internacionais.

* * *

Novas mudanças no discurso político sobre a Corte se tornam evidentes a partir do atentado fracassado contra o rei de 3 de setembro de 1758, que deu o sinal para a brutal repressão da oposição aristocrática e jesuítica comandada por Sebastião de Carvalho e Melo. Deixamos de encontrar, neste caso, a informação lacónica, fragmentada e politicamente descontextualizada da época joanina. Após o atentado e de uma breve e eufemística referência à “queda” que o rei teria sofrido, seguiu-se um silêncio programado de vários meses. Tal resultou, presumivelmente de uma nova política de controlo estrito da difusão de notícias impressas, que obrigava a *Gazeta* a submeter-se rigidamente aos tempos e conteúdos políticos desejados pela coroa. Conhecida e executada a sentença do “processo dos Távoras”, a 13 de janeiro de 1759, a *Gazeta* pôde finalmente terminar o seu silêncio, publicando largos relatos sobre o atentado, a sentença e execução, relatos marcados pelo *pathos* político e pela adesão cerimonial das diferentes localidades portuguesas à ideologia regalista que caracterizava o novo governo.

BIBLIOGRAFIA

Belo, A. (2000). A *Gazeta de Lisboa* e o terramoto de 1755: a margem do não escrito. *Análise Social*, 151-152, 619-637. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/41011375?seq=1#page_scan_tab_contents

- Belo, A. (2002). As gazetas dos impressores: a estratégia de vulgarização da *Gazeta de Lisboa* entre 1742 e 1752. In Lisboa, J. L. (ed.), *Gazetas. A informação política nos finais do Antigo Regime. Cadernos de Cultura*. 4 (pp. 59-75).
- Belo, A. (2005). *Nouvelles d'Ancien Régime. La Gazette de Lisboa et l'information manuscrite au Portugal (1715-1760)*. (Tese de doutoramento não publicada). Paris, E.H.E.S.S. Disponível em: https://perso.univ-rennes2.fr/system/files/users/belo_a/Nouvelles%20d%27Ancien%20Re%CC%81gime.pdf
- Belo, A. (2012). Hablar o callar: la gaceta tardobarroca. In Chartier, R. e Espejo, C. (eds.), *La aparición del periodismo en Europa. Comunicación y Propaganda en el Barroco*. Madrid: Marcial Pons.
- Brazão, E. (1945). *D. João V. Subsídios para a história do seu reinado*. Porto: Portucalense editora.
- Guinard, P. (1957). Situação da imprensa e da livraria em Portugal nos meados do século XVIII. *Bulletin Hispanique*. Vol. LIX, 2., 176-198.
- Labrosse, C. (1979). Le récit des gazettes. In Rétat, P. (ed.), *L'attentat de Damiens: discours sur l'événement au XVIIIe siècle*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon.
- Lisboa, J. L.; Miranda, T. R.; Olival, F. (2002-2011). *Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora*. 3 vols. Lisboa: Colibri.
- Lisboa, J. L. (2002). Gazetas feitas à mão, In Lisboa, J. L.; Miranda, T. R.; Olival, F., *Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora*. Vol. 1 (pp. 13-42). Lisboa: Colibri.
- Miranda, T. R. (2005). Proveniência, autoria e difusão, In LISBOA, J. L.; Miranda, T. R.; Olival, F., *Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora*. Vol. 2 (pp. 13-42). Lisboa: Colibri.
- Monteiro, N. G. (2001). Identificação da política setecentista. Notas sobre Portugal no início do período joanino. *Análise Social*, 157, 961-987.
- Monteiro, N. G. (2003). Portugal, a Guerra de Sucessão de Espanha e Methuen: algumas considerações gerais. In Cardoso, J. L. et. al., *O Tratado de Methuen (1703). Diplomacia, guerra, política e economia* (pp. 97-110). Lisboa: Horizonte.
- Popkin J. (1989). *News and politics in the age of revolution. Jean Luzac's Gazette de Leyde*. Ithaca: Cornell University Press.
- Vasconcelos de Saldanha, A. e Radulet, C.M. (1990). *Portugal, Lisboa e a Corte nos Reinados de D. Pedro II e D. João V. Memórias históricas de Tristão da Cunha e Ataíde 1º Conde de Povolide*. Lisboa: Chaves Ferreira.

GAZETA LITERÁRIA (1761-62) – REFLEXOS E SOMBRAS DE UM JORNAL DAS “LUZES”

JOAQUIM FERNANDES

Universidade Fernando Pessoa

INTRODUÇÃO

A vida efémera da *Gazeta Literária* (1761-1762) foi o ponto de partida para um conjunto de reflexões: a leitura das suas páginas suscitam dúvidas, pistas e informações plurais numa soma de ambiguidades próprias de qualquer época de grandes sobressaltos culturais e políticos. As observações que aqui procuramos recensear visaram esclarecer, se possível, três grandes áreas de questões: a posição de “*intelligentzia*” portuguesa perante a torrente de propostas de inovação científica de meados do século XVIII; o quadro de adesão de potenciais leitores e respectiva representatividade em termos sociais coevos; a especificidade da publicação periódica perante o programa de política cultural do poder vigente – o despotismo josefino-pombalino – procurando aferir afinidades da mensagem publicada com as estratégias desses mesmos “tutores de boa vontade”, no dizer de Kant.

Para o primeiro grupo de questões começámos por investigar as personalidades do único redactor da “Gazeta”, Francisco Bernardo de Lima e do seu patrono ou protector, João de Almada e Mello; agrupámos áreas de conhecimento ou disciplinas, abordadas na publicação e respectivas origens geográficas. Na segunda ordem de preocupações buscámos o esboço de um universo sociológico dos leitores enquanto assinantes do periódico, na tipificação do chamado “Antigo Regime”, classificando-os por critérios de natureza sócio-profissional contidos na listagem que a publicação, ela mesma, inseriu em 1761. À terceira interrogação procuramos responder instituindo, como referentes, os pontos capitais da

legislação pombalina no tocante à reforma universitária, elegendo também como contraponto a obra de Luis António Verney, *O Verdadeiro Método de Estudar*. O presente texto constitui uma súmula de um trabalho mais vasto, feito no âmbito curricular da Faculdade de Letras do Porto.

O século XVIII torna-se numa vitrina prolífera de gazetas, jornais e livros que amplificaram, em novos territórios, as sementes de transformações bem conhecidas. Daí, as reuniões científicas onde se analisam todas estas produções periódicas¹. Não é difícil conjecturar acerca da importância das gazetas literárias e científicas na formação daquilo que hoje se chama “opinião pública”.

A *Gazeta Literária* surge na prática jornalística portuguesa como algo diverso dos seus antecessores. O projecto corresponde, com mais de meio século de atraso, à busca de um meio de comunicação cosmopolita que “fosse verdadeiramente europeu”, como assinala Paul Hazard.

Este fluxo heterodoxo vai incorporar um crescente dinamismo da leitura, da troca epistolar e da comunicação académica entre sociedades eruditas europeias. Os dirigentes políticos não perdem tempo: “Os escritores contratados tinham como tarefa das aos príncipes da Alemanha as primícias dos produtos de Paris”, enquanto “os jornais eram invadidos pela apreciação dos livros de além-mar (*Biblioteca Inglesa, Biblioteca Germânica, Jornal Estrangeiro*, etc.), e outros ainda, no título, invocam o seu carácter europeu: *A Europa Erudita, Biblioteca Universale o Gran giornale d'Europa, Correo General Histórico, Literario y Economico de la Europa*”².

No repertório destes jornais as traduções apontam novidades, outros modos de ser, de pensar. Mas também uma grande soma de equívocos, como sublinha o mesmo autor: “Traduções onde se inscreve, em contrassensos, em enormidades, a ignorância dos intrépidos que não conheciam nem a língua estrangeira nem a sua...”³. Todavia, é por esses novos acessos, ainda que incipientes e de alcance reduzido em termos sociais, que “por intermédio da França, os italianos, os espanhóis, os portugueses e, pelo menos, até meio século, os alemães, conheceram a literatura inglesa”⁴.

Desta acção dos publicistas, sob orientação dos poderes constituídos, ou interpostos patronos, ou ainda de discretos grupos de pressão – para usar uma

1 Cf. os estudos de Roger Chartier e Daniel Roche, p. ex., sobre esta problemática apresentados sob os auspícios da SIEDE – Sociedade Internacional de Estudos sobre o século XVIII – desde 1963. No presente caso seguimos o inventário do periódico portuense feito por Giuseppe Carlo Rossi, *La Gazeta del Padre Francisco Bernardo de Lima (1761 – 1762)*, Nápoles, Instituto Universitario Orientale.

2 Hazard, Paul, *O Pensamento Europeu no Século XVIII*, Lisboa, Editorial Presença, 1983, p. 403.

3 Ibidem, p. 403.

4 Ibidem, p. 412.

terminologia actual – resulta um evidente *feedback* da informação emitida regularmente pelos vários quadrantes europeus. Neste sumário retrato da imprensa das “Luzes”, importa reter que uma “opinião pública” era já tributária das gazetas e periódicos de matizes vários, como veremos no caso da *Gazeta Literária*. Certamente norteadas por intenções polemistas, com a sua dose de diletantismo e academismo de “capela”, as intervenções dos seus leitores correspondem, em paralelo, à relativamente estreita faixa social que acedia a este género de comunicação.

1. A PUBLICAÇÃO

1.1 O Redactor e o Patrono

A produção integral da *Gazeta Literária* ficou a dever-se a um único redactor: Francisco Bernardo de Lima, cônego secular de S. João Evangelista, nascido na cidade do Porto em 1727 e falecido em 1764, segundo a *Biblioteca Cirúrgica*, ou em 1770 conforme a *Descrição do Porto*, de Agostinho Rebelo da Costa. De acordo com Inocêncio da Silva, “a maneira por que são redigidas (as “gazetas”) dá claro testemunho da universalidade de conhecimentos e erudição do autor. Contém, afora outros artigos, muitos juízos críticos e bem ajustados de várias obras portuguesas saídas por aquele tempo”⁵.

Algo mais nos diz Manuel de Sá Matos, familiar do Santo Ofício, cirurgião-mor de Infancia, partidista da Câmara e saúde pública”, do Porto, quando biografa Bernardo de Lima e o define como “sábio que, professando muito mais elevado hábito do que o de médico, anatómico ou cirúrgico, honrou positivamente estas artes de uma maneira pouco exemplar”⁶.

Temos, pois, um membro do clero que recebia rasgados encómios pela sua estatura de sábio ao apoiar a emancipação dos cirurgiões da sua pátria. Exclusiva dedicação às ciências do corpo? Parece que não. Na opinião de José Manuel Tengarrinha, o redactor da G. L. (passaremos a designar o periódico pela abreviatura) destaca-se por ser considerado “o primeiro folhetinista e primeiro crítico teatral português”⁷.

⁵ Silva, Inocêncio Francisco da, Dicionário Bibliográfico Português, Lisboa, Imprensa Nacional, 1859, pp. 352-353.

⁶ Mattos, Manuel de Sá, Bibliotheca Elementar Chirurgico-Anatómica, Porto, oficina de António Alvarez Ribeiro, 1788, pp. 145-147.

⁷ In D. H. P., dir. Joel Serrão, Porto, Livraria Figueirinhas, 1985, tomo III, p. 248.

Não será motivo de espanto algum a iniciativa de Bernardo de Lima, numa tarefa que à sociedade laica portuguesa seria mais difícil de empreender. Isto porque, conforme observa Norman Hampson, “o clero, sobretudo na Europa católica, desempenhava um papel intelectual quase tão importante como o da nobreza já que a sua receptividade às novas ideias é maior do que se pensa”⁸.

Associado à figura do redactor aparece-nos com evidente destaque gráfico no “rosto” do primeiro número da G. L. – na produção do “corpo” do título principal! – o nome de João de Almada e Mello. Esta personagem, ao tempo, acumulava diversos cargos militares de responsabilidade: “sargento-mor de batalha, governador-general da província e da cidade do Porto, do seu partido e de toda a marinha da Beira Baixa, brigadeiro do exército e de Sua Majestade”. Sabe-se que faleceu no Porto em 16 de Outubro de 1786 e por sua iniciativa se deve a introdução do teatro lírico no burgo portuense, no velho edifício do Corpo de Guarda, inaugurado a 15 de Maio de 1762 com a ópera *Il Transcurato*, atribuída a Pergholese.

Posta nestes termos, clássicos e grandiloquentes, a gratidão da sua memória, entende-se que este mecenas militar, cativado pelas “Ciências e Belas Artes”, fosse o protector escolhido para o lançamento e continuidade da nova publicação. Num relance pela “Dedicatória” de Bernardo de Lima a João de Almada e Mello obtém-se a justificação: “A nobreza de elevada ascendência de V. Excelência, o luzimento dos seus brilhantes títulos, a gloriosa eleição que dos seus talentos fez um *Rei iluminado* para o êxito de empresas críticas e difíceis, condecoram e não menos honram esta Obra, conseguindo ela aos olhos populares uma *protecção* famosa e segura” (itálicos nossos)⁹. A cortesia do redactor é total, aliás, quando se subcreve, na mesma “Dedicatória”, “o mais obsequioso e reverente criado, Francisco Bernardo de Lima”.

1.2 Modelo gráfico e programa editorial-cultural

Para Silva Pereira, a “G. L. foi o periódico que verdadeiramente iniciou o *jornalismo literário* em Portugal”, após as tentativas de *O Anónimo* e *O Oculto Instruído*, tendo recebido os elogios de Camilo Castelo Branco¹⁰.

No plano gráfico, os espécimes constituem um produto melhorado em relação aos seus predecessores, seguindo o natural refinamento da técnica: melhor

⁸ Hampson, Norman, *Histoire de la Pensée Européene. Le Siècle des Lumières*. Tomo 4. Paris, Editions du Seuil, 1972, p. 113.

⁹ *Gazeta Literária*, Janeiro 1762.

¹⁰ Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, Lisboa, 1969, vol. IX, pp. 272-273.

correção de provas, caracteres mais nítidos, formatos mais cómodos; entre o formato minúsculo dos libelos e o in-folio que não se consegue manusear o in-octavo e in-quarto são o autêntico livro moderno”, tais as virtudes assinaladas por Pierre Chaunu, o qual indica a fase de 1720-40 como típica deste progresso¹¹.

A *Gazeta Literária* ou notícia exacta dos principais escritos modernos, conforme a análise que deles fazem os melhores críticos e diaristas da Europa assume já essa actualização gráfica correspondente à afirmação do livro estandardizado. Os dois volumes da publicação, relativos a 1761 e 1762 foram editados no formato in-quarto.

O “rosto” dessas edições mensais é simplificado: omite-se a referência ao protector João de Almada e Mello – embora fazendo-se dele menção na “Dedicatória” de Janeiro de 1762 – mantendo-se, como subtítulo, no genérico, a frase “ou notícia exacta dos principais escritos modernos”.

O periódico dirigido por Bernardo de Lima começou por ser impresso, em 1761, no Porto, na oficina de Francisco Mendes Lima e, no ano seguinte, passou para o prelo de Lisboa, na oficina de Miguel Rodrigues (“impressor do Eminentíssimo Senhor Cardeal Patriarca”). Esta opção tanto poderá significar dificuldades de edição no burgo portuense, ou procura de aprovação ao mais alto nível religioso. Ou ambas as coisas.

O certo é que, com obstáculos ou sem eles, a distribuição da gazeta melhora bastante, no tocante a postos de venda, de um ano para o outro. O que nos parece sintomático do ponto de vista de aceitação social na venda directa. Em 1761, Bernardo de Lima dispõe de três postos distribuidores, um em cada das cidades do Porto, Lisboa e Coimbra. No ano seguinte, o periódico já pode ser encontrado em quatro postos em Lisboa, três no Porto – dois na rua das Flores e um na rua dos Mercadores – e um em Coimbra.

Na ausência de uma “lei de Imprensa”, equivalente à dos nossos dias, a autorização “administrativa” do conteúdo da publicação era regulada pela concessão das habituais e conhecidas “licenças”. Três, no total: do Santo Ofício, do Ordinário e do Paço, esta última curiosamente concedida com o parecer do abade Diogo Barbosa Machado, da Academia Real, que observa (4/6/1761): “o Autor desta obra é merecedor de aplauso universal pela defesa que faz dos nossos autores, acusados pela petulante mordacidade de alguns modernos Aristarcos”. Aduz o mesmo clérigo tratar-se do “primeiro que neste género de estudos saiu em Portugal” sendo o autor “igualmente perito nas línguas mais polidas da Europa”.

Aparentemente, pois, o projecto do periódico granjeava, à partida, as graças das élites governativas quer na vertente civil quer na religiosa. Reconhece J. M.

¹¹ Chaunu, Pierre, *A Civilização da Europa das Luzes*, Lisboa, Editorial Estampa, 1985, vol. 1, p. 231.

Tengarrinha que “durante quase todo o século XVIII a influência da imprensa é ainda muito restricta (...) “tendo-se tornado um “mero instrumento dócil ao serviço dos poderes constituídos ou, pelo menos, não os hostilizando”, resultando numa escassa influência ou capacidade de intervenção, ao invés do que ocorria em países com a Inglaterra, Países Baixos ou França. É, aliás, o período em análise – a segunda metade do século XVII – que é definido como o “mais pobre” no tocante à imprensa periódica, mormente na administração de D. José (1750-1777) durante a qual apenas se criaram 10 ou 11 jornais entre os 37 fundados neste século) que pouca influência tiveram”¹².

A não hostilidade inicial, e mesmo a colaboração com o Poder temporal e espiritual dominante, através de interposto protector, espécie de caução – sintetiza, desde logo, um programa – por necessidade ou convicção – enunciado por Bernardo de Lima nas páginas da G. L. São objectivos que transparecem, sem rodeios, no “Discurso preliminar” no n.º 1, de Julho de 1761, contando para tal com a “racional tolerância dos soberanos e governos sábios a respeito de todo o género de produções literárias, *as que não tendem a destruir os dogmas e máximas estabelecidas da Religião e do Estado* (sublinhado nosso) para o que requer igualmente “o patrocínio e o favor dos grandes reis para os homens sábios” num momento em que “aparecem novos descobrimentos nas ciências e artes de pura utilidade”, e nas “de gosto pretende-se emular as inimitáveis belezas da antiga Grécia e Roma”.

Com estes pressupostos editoriais, Bernardo de Lima apostava fazer “utilmente estudiosa aquela classe de povo que geralmente nos países menos civilizados se condenam a uma total ignorância por falta de livros adaptados à sua compreensão”, insistindo ainda no “conhecimento perfeito das línguas em que estão escritas as diferentes obras”.

Evidentemente que o estímulo e razão de ser deste projecto são oriundos de toda uma agitação que abala a Europa, via academias, sociedades mais ou menos discretas ou indiscretas – a legada filiação maçónica de Pombal é assunto que tem apaixonado “fiéis” e “descrentes”¹³ – enquanto Portugal jazia adormecido, de costas voltadas para o movimento geral do pensamento.

Como avaliar o peso específico do perfil editorial exposto por Bernardo de Lima e os consequentes conteúdos preferenciais? Quando o redactor fala em “gosto pelas artes e ciências que neste século se tem felizmente propagado por

¹² D. H. P., tomo III, artigo “Imprensa”, passim.

¹³ Oliveira Marques, A. H. de, “Ensaio de Maçonaria”, Lisboa, Quetzal Editores, 1988, pp. 18-19. Este autor e João J. Alves Dias sustentam, por um lado, a filiação de Pombal na Maçonaria, tese contestada, entre outros, por José A. Ferrer Benimeli, da Universidade de Saragoça (cf. Pombal Revisitado, Lisboa, Editorial Estampa, 1948, vol. I, pp. 61-95).

todas as nações civilizadas (que) produz tal variedade de novas ideias (...) qual o nível de identificação com o cenário global dos luminares das “Luzes”, quer na sua apropriação político/institucional, quer na configuração dos “philosophes” enciclopedistas? Em que corrente(s) navega Bernardo de Lima e quais os vectores que orientam, na essência, o seu discurso editorial ao longo de um ano de edições?

Optámos por uma tentativa de elucidação do que chamamos “valores ou unidades de sentido” contidos no já citado “Discurso preliminar do periódico. A metodologia ensaiada, com todos os riscos e limites de uma tentativa deste tipo, consistiu na observação e análise de 228 vocábulos que pudessem materializar pistas de estrita definição, i.e., conceitos operatórios que orientam uma visão do mundo. Trata-se daquilo a que Lucien Febvre designou por “utensilagem mental” (*Le Probleme de l'Incroyance...*), noções e representações comuns, modelos educativos e os comportamentos geralmente designados pela expressão “géneros de vida”. De acordo com o mesmo autor, a análise das utensilagens mentais” pressupõe uma exploração das linguagens e, em primeiro lugar, vocabulário”¹⁴.

Nessa tentativa de decodificação ou “grelha” dos “valores ou unidades de sentido”, agrupámos os 228 vocábulos referidos em sete grandes grupos, procurando afinidades e complementaridades, quer semânticas quer ideológicas. Composto este glossário referencial distribuímos-lo pelas seguintes “unidades de sentido”: *estético-filosófico*; *literário-ético*; *político-social*; *moral-social*; *epistemológico*; *científico-artístico*. Observando a tabela 3, reparar-se-á no equilíbrio percentual (com 51 vocábulos) dos grupos *literários-ético* – noções de “república das Letras”, “homens sábios”, “bibliotecas”, etc. – e *estético-filosófico* – noções de “bom gosto”, “juízo crítico”, “razão sólida”, etc. Ao invés, o menos conotado é o *moral-social* onde as noções de “civilizar”, “liberdade”, “humanidade”, etc., não abundam. No confronto, perdem ainda peso relativo as opções *científico-artístico* (“artes e ciências”, “enciclopédico”, “belas-artes”), *técnico-literário* (“notícias”, “obras periódicas”, “volumes”) *político-social* (“soberanos”, “classe do povo”, “estado”), *epistemológico* (“dogmas”, “novos pensamentos”, “regras”).

Correndo o risco de subjectividade entendemos mesmo assim que esta “dissecção” do “Discurso preliminar” não será despicienda: as diferentes vertentes de oração de Bernardo de Lima não deverão ser avaliadas isoladamente como à primeira vista poderíamos indiciar. A ênfase nos valores intelectuais, éticos, estéticos, etc., não significam opções exclusivistas na selecção das matérias abordadas na publicação. Antes preenchem um discurso editorial que, se não abandona

14 Mandrou, R., “A história das mentalidades”, in *História e historicidade*, Lisboa, Gradiva, 1988, pp. 67-75.

os elementos formais de cariz neo-clássico, não deixa de admitir dar “luz pública” às novas pistas do experimentalismo, essencialmente em ciências naturais e medicina.

Bernardo de Lima deixa transparecer nas suas proposições um programa sin-crético e eclético, cuja nota mais evidente parece ser um indecifrável distanciamento, ou omissão, das áreas de inovação/reflexão filosófica no que concerne à construção epistemológica e na sua separação da metafísica. Do mesmo modo, o redactor da gazeta não se afirma como um filósofo social “militante” à laia de um Voltaire ou Diderot, mas tal não invalida que o não possamos ver dotado de preocupações típicas do século da “Enciclopédia”: a ambição de uma reflexão global. No essencial, o conteúdo programático da G. L. não está longe do modelo educativo perfilhado pelo reformismo pombalino, instituído em 1759, ou seja, dois anos antes do lançamento da publicação. No exterior do seu comprometimento político-religioso o plano de Bernardo de Lima transporta motivações reformadoras que bastem, mormente no plano da observação nas ciências naturais, primado da razão, promoção das “novas virtudes”, por exemplo, conquanto se mantenha firme na manutenção dos dogmas balizadores, não permitindo hostilização nas páginas periódicas.

Dois exemplos apenas ilustram esta reverência face ao sistema vigente. O primeiro, na notícia do acto público de ensino do Grego, ocorrido no Porto, no colégio de São Lourenço, em 20 de Agosto de 1761, acontecimento esse que, para o redactor, é “uma espécie de milagre devido ao Rei Nosso Senhor cujo reinado há-de ser comparado pelos vindouros aos de Augusto e Luís XIV”. O segundo testemunho colhemo-lo na ampla “reportagem” da assembleia pública da Academia Real de Cirurgia do Porto durante a qual o orador inaugural, Manuel Gomes de Lima refere o “poderoso auxílio do seu augusto Protector com o favor do seu preclaríssimo Mecenas, o sr. Sebastião José de Carvalho e Melo, conde de Oeiras, ministro e secretário de Estado “nos progressos da academia ainda nascente (Agosto de 1761)¹⁵. O mesmo ocorre com outros guias inspiradores do despotismo, casos de Frederico II e Pedro, o Grande por diversas vezes referidos nas páginas da “G. L.” com exaltação encomiástica.

Mas o futuro é feito de rupturas, sobressaltos e aquilo que constituía a profissão de fé nos propósitos de Bernardo de Lima transformar-se-ia numa confissão desencantada, quase em surdina, ao manifestar-se contra a censura prévia das obras literárias.

¹⁵ *Gazeta Literária*, 1761, pp. 283-304, *passim*.

2. OS LEITORES: UNIVERSO SOCIOLÓGICO

Após o enunciado do modelo externo e interno da “G. L.” interessará identificar quem procurava e usufruía das informações nela contidas e em que medida se poderá reconstruir o universo leitor do periódico. Logo no número 1 do volume de 1762 encontramos uma oportuna listagem de assinantes da publicação, condição inovadora que revela o crescente grau de adesão à leitura por parte de grupos sociais mais atentos e cultos. O leitor-assinante surge como figura integrante desta tipologia de periódicos, um hábito que se iria repetir entre nós, mais tarde, por exemplo com o *Jornal Enciclopédico* (Lisboa, 1788-93). Assume este tipo de leitor uma quase militância no suporte e garantia de continuidade da publicação, como ocorre no caso da “G. L.” cujas assinaturas podiam ser feitas nos locais de venda já enunciados.

A identificação dos assinantes da referida lista – 197 no total – deixa de fora apenas “dois anónimos”. Dos restantes 197 dispomos dos respectivos nomes e qualificação sócio-económica, à excepção de 11 não descritos quanto ao seu estatuto.

Face aos dados disponíveis distribuímos os assinantes por quatro grandes “classes” ou extractos típicos do “Antigo Regime”: o *Clero* – secular, regular, hierarquia, ordens religiosas – ; a *Nobreza* – aristocracia de sangue, nobilitados, fidalgos de corte ou funcionários régios; os *Letrados* – lentes, médicos, advogados; a *Burguesia* – comerciantes e não nomeados ou indiscriminados com a aposição do termo “Sr”.

A tabela 4 representa esse universo de leitores-assinantes, dos quais 170 são nacionais (86,3%) e 27 estrangeiros (13,7%): em termos numéricos decrescentes o destaque vai para a *Burguesia* (83), seguido do *Clero* (40), da *Nobreza* (38) e dos *Letrados* (36). Este escalonamento merece algumas observações: a participação maioritária dos chamados “fidalgos da Casa Real” no grupo da *Nobreza* – o que confirmaria uma certa sintonia com o modelo político-cultural preconizado e interpretado pelas elites intermédias da administração do Estado absolutista – destacando-se ainda as figuras do Cônsul de França e fidalgos ao serviço do Rei Cristianíssimo, do visconde de Vila Nova de Cerveira, do filho do marquês de Marialva e de bastantes titulados “cavaleiros da Ordem de Cristo”; por outro lado, no grupo da *Burguesia* estão incluídos quase todos os estrangeiros, à excepção de quatro titulares de assinaturas. Em função dos nomes registados parece-nos não ser difícil de concluir que os cidadãos britânicos são claramente dominantes neste painel: James Archbold, Edwards William Allen, John Lewin of Leicester, Richard Tremlet of Exon – assíduo correspondente de Bernardo de

Lima – Thomas Statford, entre outros, seriam na sua generalidade elementos da crescente comunidade inglesa investida em funções comerciais relacionadas, fundamentalmente, com o vinho do Porto. Relativamente aos portugueses apenas dois deste grupo são identificados como “homem de negócios do Porto” e um “secretário da Companhia do Alto Douro”.

– a predominância de médicos (7) no grupo dos *Letrados*, juntamente com alguns lentes (Teologia, Moral e Leis) da Universidade de Coimbra e dos colégios da mesma cidade, magistrados e docentes de línguas clássicas. Nominalmente, colhemos o nome de Luís António Roberto Correia Garção, suposto familiar do árcade.

– a pluralidade de representantes das diferentes ordens e congregações religiosas é algo que vai ao encontro do que se disse sobre a integração e protagonismo destas instituições clericais no movimento da época. Veja-se: no cômputo 15 assinantes são membros de ordens seculares com destaque para os Jerónimos (3), Beneditinos (2), Evangelistas (3) – de B. de Lima –, Dominicanos (3), da Santíssima Trindade (2), Franciscanos (1) e de Jesuítas (1), este último o conhecido Frei Manuel do Cenáculo e ainda Manuel Marques de Azevedo, presidente da Inquisição de Goa...

Ainda como curiosidade, anote-se que a listagem refere, com asterisco, a indicação dos subscritores que contribuem, para além do montante da assinatura: num total de 90 “militantes”, 26 dos 27 estrangeiros – quase 100% – revelam-se sobremodo generosos, ao passo que os nacionais nessas condições se reduzem a 64 (37,6%).

O que parece ter acontecido no Porto, assumindo-se como centro comercial exportador e dinamizador de uma burguesia mercantil activa, não será desajustado do que se passa no exterior em metrópoles dotadas de grandes portos “centros culturais e intelectuais” – casos dos Países Baixos, Grã-Bretanha, França, Alemanha do Norte – onde “encontramos um corpo de ricos negociantes, activo e evoluído”, o qual não tem pejo em se encontrar nas lojas maçónicas, por exemplo, com “nobres provinciais, alto clero, profissões liberais, agentes reais e gente mais modesta”, como lembra Norman Hampson¹⁶. Não vemos quadro mais unânime quando fazemos o corte “estratigráfico” do universo dos leitores da G. L. E se este espectro não significa, necessariamente, a existência de uma “sucursal” no Porto dessa internacional de pensamento universalista, não deixa de ser razoável

¹⁶ Hampson, Norman, *op. cit.*, p. 119.

que se intui estarem criadas todas as condições para a existência dessa “sensibilidade” num tempo em que, segundo Oliveira Marques, os poderes “fecham os olhos à expansão da Maçonaria: a presença inglesa e dos militares em redor do Conde de Lippe constituem, para o referido historiador, fortes suspeitas para esse desenvolvimento do associativismo maçónico¹⁷.

Esta representatividade social, transcrita do grupo de assinantes da gazeta, traduz modos de adesão a ideias, pela leitura e colóquio, que atravessam horizontalmente o corpo social, por certo o mais informado, economicamente capaz e interventivo na administração. Como salienta J. Borges de Macedo, a imobilidade e o dinamismo no seio de grupos da área militar, do funcionalismo, da intelectualidade e da nobreza provincial é um fenómeno que se acentua, a partir de 1730, sob o impulso de Sebastião José de Carvalho e Melo, nomeadamente com o reforço das estruturas castrenses.

Restará inquirir se o número de assinantes da G. L. é, no plano quantitativo, espelho do que ocorria por essa época, no exterior, no que toca à vida dos periódicos locais. Sabe-se que, em Inglaterra, o *Spectator* duplica a sua triagem entre 1753 e 1755, e na França o *Mercure* vende-se já em 26 cidades, em 1748. No vizinho ibérico – informa-nos Norman Hampson – a revista mais importante, *Espiritu de los mayores diarios*, tem 765 assinantes, em 1788, cifra que, comparativamente ao transcurso temporal e espacial, não obscurece os méritos da gazeta portuense. Efectivamente, o fenómeno leitura vai substituindo a informação oral, a memória popular rotineira¹⁸.

3. OS TEXTOS

3.1 Áreas de conhecimento

No recenseamento das matérias ou temas abordados na “G. L.” distinguimos dos tipos de análise: “recensão crítica” e “registos/notícias”, o primeiro com 12 áreas e o segundo com 10. As excepções, pela ausência, neste segundo grupo são a Religião e a Guerra, esta merecendo comentários exaustivos por parte do redactor e ocupando o quinto lugar no escalonamento quantitativo representado.

Uma simples observação permite-nos verificar o peso relativo de duas áreas – Ciências Naturais e Literatura – face a outras participações das quais

¹⁷ Oliveira, Marques, A. H. de, op. cit., passim.

¹⁸ Hampson, Norman, p. 120.

avultam a História, a Política e a Medicina. Se voltarmos os olhos para o gráfico 4, de novo se evidencia a superioridade temática das ciências da Natureza e da Medicina, graças à larga representação das “memórias” e “anais” das sociedades e academias europeias no grupo dos “registos/notícias. Um pouco distante, mas destacada face às demais, avulta novamente a Medicina, confirmando-se o pendor mais informativo, ausente de crítica que a novidade impunha” para satisfação do que prometemos ao comum dos nossos leitores”¹⁹. ‘

Feito o somatório dos dois tipos de informação não é difícil aceitar que a tríade Ciências Naturais-Literatura- Medicina leva alguma vantagem face à História, à Política e à Guerra escalonadas com curtos intervalos.

A tabela 1 procura figurar o contributo global de cada país para a constituição desta amostragem disciplinar, permitindo além disso, a projecção geográfica da mesma análise com a prestação específica de cada país. Assim, vemos a Política % nas mãos da Irlanda, o mesmo sucedendo com a Medicina na Prússia; o contingente de 35% da Literatura fornecido por Portugal e os 100% de Ciências Naturais pela Rússia; o quase absolutismo das Ciências Naturais – 96% – provenientes da Suécia e a divisão meridiana entre as mesmas ciências e a Literatura no exemplo da Suíça; a repartição equilibrada das diferentes matérias nas representações dos países reformados, acompanhados pela Itália.

Isto é: se se desenham hegemonias disciplinares num ou noutro país, de igual modo há uma distribuição equânime das áreas abordadas na maior parte das intervenções nacionais. Seria necessário cruzar esta imagem com a de outros espécimes, por forma a inventariar opções científicas e correspondentes veículos impressos (livros, gazetas, memórias, etc.) em termos diacrónicos mais representativos.

Se regressarmos aos nossos gráficos reconheceremos neles alguns dos traços da evolução dos homólogos franceses da G. L., mormente no que toca ao ímpeto das Ciências da Natureza – onde integramos a Física, a Química, a Botânica, a Biologia, etc. – da Medicina, da História, por exemplo. Permanece na publicação portuguesa, especialmente na área da intervenção crítica, a ênfase na Literatura (englobando Poesia, Gramática, Retórica, etc.) ao passo que, no registo passivo, a nota dominante continua a ser das Ciências Naturais e da Medicina.

Por outro lado, no capítulo das Artes Mecânicas, por exemplo, ressurte-se a gazeta portuguesa da síndrome que afecta as relações entre a ciência e progresso técnico, na maior parte do século XVIII. Esse divórcio vive-se fundamentalmente ao nível das Academias onde os sábios não visam a aplicação pática das suas pro-

¹⁹ Gazeta Literária, Maio 1762, p. 24.

postas. Assim, “as invenções vêm o mais frequentemente de amadores e práticos”, recorda Albert Soboul que cita o facto de Denis Papin ter visto rejeitada a sua máquina em 1708 e de, somente em 1761 – curiosa coincidência – ter sido publicado pela Academia das Ciências francesa o volume *Descrição das Artes e Ofícios*²⁰. De resto, será na Inglaterra que, a reboque dos meios industriais, se irá fazendo a conciliação entre a teoria e a prática, ciência e tecnologia, desiderato que a “Enciclopédia”, em França, ainda não concretizara. Da liderança britânica nos dá conta Bernardo de Lima, em breve e indirecta alusão, ao reproduzir a síntese do volume n.º 51, de 1759, das *Philosophical Transactions*, editadas pela Royal Society londrina. Aí se sublinha que à referida sociedade “se deve um grande número de descobrimentos sobre todas as ciências e artes úteis”²¹. De qualquer forma, os estatismos vão-se diluindo e a década de 60 do século XVIII irá assistir à multiplicação dos inventos, mesmo em França, destacando-se como grande difusor e consumidor o exército, com destaque para a artilharia e para a engenharia que se autonomiza. Nestes moldes, a breve existência da G. L. insere-se num tempo de charneira, de acontecimentos marcantes.

O retrato da gazeta portuense será aqui análogo ao de uma “imagem” fugaz como que contraposta a um “filme” de média duração – o do “Journal” e das “Mémoires” referidas por P. Chaunu. Será mais um ponto de chegada de um mesmo percurso, marcado pela interrogação que já colocámos: a de uma reacção, em diferido, da intelectualidade portuguesa face às novas solicitações do conhecimento e que se traduz na eleição de algumas áreas em conflito e na resistência, entre flutuações, de outras.

1.2 As ideias: linhas de força no espaço e no tempo português e europeu

Aludimos, antes, à identidade entre o programa editorial de Bernardo Lima e o das reformas do ensino elaboradas no consulado pombalino. Não era novidade, na Europa “iluminada” a existência destes laços que prolongavam, ao nível dos veículos escritos, a ligação umbilical entre alguns soberanos e filósofos, aproximação essa que, relativamente a luminares como Frederico II, Montesquieu, Voltaire, por exemplo, se fazia sob os auspícios da Maçonaria. O tema não é pacífico já que também envolve os próprios fundamentos da *Enciclopédia*, aceitando alguns autores que a fraternidade maçónica tivesse surgido no século XVIII como

²⁰ Soboul, A., op. cit., pp. 499-500.

²¹ Gazeta Literária., 1764, pp. 19-28.

“uma associação de espírito racionalista e de inspiração humanitária, igualmente herdeira de um espírito místico cristão primitivo, plasmado em certos ritos...”²².

Nesta confluência situa-se, pois, o dirigismo intelectual que se afirmara nos vários quadrantes europeus: em França, com Luís XIV, o mecenato real passara a privado quando os grandes aristocratas e burgueses se interessaram pelas Letras. Se há males que vêm por bem, este será um deles: pela sua pena, os escritores asseguram a sobrevivência pessoal e social, assumindo, em simultâneo, as funções de publicistas ou novelistas, com uma missão exclusiva – publicar. “O homem de letras é um guia, um educador do gosto, intérprete do pensamento” – regista A. Soboul²³.

Assim transformados, eleitos à categoria de formadores de opinião, “as gentes do espírito governam porque a longo prazo eles formam a opinião pública que, mais tarde ou mais cedo, subjuga ou reinverte toda a espécie de despotismo”, observava, com optimismo, o visionário Duclos nas suas *Considerations*, slogan repetido por Argenon no seu jornal de 1752: “a opinião governa o mundo”²⁴. As elites dominantes não se teriam ainda apercebido das potencialidades deste “quarto poder” – em gestação?

Repare-se como as querelas religiosas do “grande século” esgrimem já com o arsenal da comunicação escrita. O caso das *Nouvelles Eclésiastiques*, periódico francês fundado em 1728, constitui um exemplo de combatividade durante os 75 anos em que foi, semana a semana, o órgão do partido jansenista: “dispunha de uma rede de correspondentes e vendia-se nas províncias mais afastadas e até em países estrangeiros, tendo conseguido ganhar adeptos em todos os extractos populacionais”, apesar da oposição tenaz que lhe foi movida, desde meados do mesmo século, pelas *Mémoires de Trévoux* em prol da apologética católica²⁵.

No caso da G. L., todavia, a sua função de “tribuna” não serve para potencializar uma opinião colectiva, invocadora de direitos de participação no plano civil, nem proselitismo confessional, mobilizador de consciências, já anunciados nas referidas gazetas francesas. Antes, confina-se a uma opinião circunloquial, típica dos cenáculos literários coevos. Desta epistolografia, dois dos três correspondentes são ingleses, assinantes da gazeta e o restante um autor, o padre António Álvares, da Congregação do Oratório. É assim uma voz forjada no interior do círculo de acção da gazeta, maioritariamente por obra daqueles estrangeiros e estrangei-

²² Benimeli, José A. Ferrer, “El francmason: hombre de la Ilustracion?”, in *Revista da História das Ideias*, Coimbra, Instituto de História das Ideias, vol. 9, p. 397 e seg.

²³ Soboul, A., op. cit., pág. 400.

²⁴ Idem.

²⁵ Soboul, A., op. cit., p. 419.

rados que, de acordo com Silva Dias, interpretam “a luta intensa entre o elemento, cosmopolita e o elemento sedentário da nação”²⁶.

Uma resenha destas “opiniões de leitores”, introduzidas na publicação a descontento dos detractores de Bernardo de Lima, como veremos, assinala esse espírito de “ilustração” epistolar. Richard Tremlet, escreve de Exeter, na Inglaterra, e oferece os seus préstimos ao redactor, visando “poder servir de lustre para desterrar o falso carácter que quase todas as nações formam da literatura portuguesa e da vossa nação em geral”. Repudia aquele assinante, ao cabo de uma viagem pela Europa, que “Portugal não é, ao invés do que pensam os estrangeiros, a verdadeira habitação Superstição e da Ignorância”. Reconhece, porém, Tremlet que a culpa seria dos “escritores compatriotas” de Lima, que “por falta de Luzes suficientes” contribuíram para o demérito que pesava na opinião externa sobre o nosso país.

Por seu turno, Thomas Delany, professor régio de língua grega, preocupa-se com os modelos clássicos da eloquência e oratória religiosas, além da poesia, contra o que designa por “estilo português, jejuno, trivial, subtil peculiar”. Invoca Cícero e Demóstenes para sublinhar os cuidados a ter com a arte da retórica, já que a “aplicação artificiosa e figurativa das palavras (...) apenas leva a insinuar ideias erróneas, comover paixões e desviar o juízo (...)”. Mas, “graças ao nosso Augusto Mecenas com as demais nações não estará Portugal encasquetado com tão despropositada opinião”²⁷.

Finalmente, a intervenção lusa a cargo do oratoriano António Álvares que solicita a Bernardo de Lima a descoberta de “outros defeitos e erros” na sua prosa. Quanto a nós, este é o momento capital que pesará no futuro da publicação, ao menos nas suas condicionantes internas, porque nesta sequência epistolar – réplica e tréplica – podemos vislumbrar, nas entrelinhas, uma acusação ao poder soberano que tudo orienta e determina.

Foi como se o responsável pela gazeta portuense tivesse descoberto que o patrocínio régio, a sobrevivência no nosso pequeno mundo cultural, já não era compensação bastante. Essa “rebelião/descanto” nada tem de revolucionário, todavia: já o redactor o afirmara antes lembrando que “nunca as guerras literárias fizeram revoluções em Estado algum do mundo”²⁸. António Álvares pede-lhe a crítica e oferece o desagravo: “não admira que V.^a Ver.^a tenha experimentado os perniciosos efeitos de um gosto estragado e de um juízo destituído de sólidos princípios” – escreve aquele autor, augurando que Bernardo de Lima continue a

²⁶ Dias, J. Silva, op. cit., p. 118.

²⁷ *Gazeta Literária*, Janeiro, 1762, pp. 7-20.

²⁸ *Ibidem*, Junho, 1762, p. 148.

alcançar “a protecção de nosso Soberano que tanto se desvela na utilidade dos seus vassallos e do conde ministro que tanto trabalha em cultivar e aperfeiçoar os portugueses”²⁹. De facto, a resposta do redactor revela um desalento, ainda que circunscrito ao reino das Letras e aos malefícios, que imputava à censura prévia das obras candidatas ao prelo. Assim, sustenta que pretendia distinguir-se de “alguns dos nossos portugueses que levados de um génio ardente e altivo (por não dizer outra coisa) que os domina, não sofrem que lhes mostrem os seus erros e descuidos ainda os mais crassos e palpáveis e, muito menos, se atrevem a confessá-los”³⁰.

Parece-nos óbvio que a ruptura estava consumada e os visados reconheceriam facilmente o divórcio iminente: à insubmissão do redactor juntar-se-iam circunstâncias menos favoráveis à expressão das correntes dominantes na G. L. – caso dos oratorianos, p. ex. – e a conflitualidade latente entre sociedades literárias da época. Se a gazeta do cónego evangelista não sofreu, como outras congéneres, a erosão do embate entre a “opinião pública” e o sistema dominante, não teve, de igual modo, o conforto solidário de um movimento social de cariz transformador. Afinal, cairia “por dentro”.

1.3 Oratorianos v. Jesuítas

Uma das referências obrigatórias na publicação do cónego evangelista é a Congregação do Oratório. Procurando identificar o papel desempenhado por este grupo eclesiástico no movimento reformador da cultura setecentista, seguimos Silva Dias que nos esclarece “não ser o Oratório uma ordem mas uma sociedade de padres directamente sujeita ao Ordinário diocesano e sem compromisso de voto solene”. Nas suas fileiras incorporavam-se, geralmente, elementos oriundos da classe média que “tentam fazer uma ponte entre as altas especulações da teologia mística e a ascética da burguesia”. O mesmo investigador define-os como “o principal concorrente dos Jesuítas na educação da juventude”, conciliando o conservadorismo das ordens religiosas com as novas correntes do pensamento: cartesianismo na filosofia, classicismo na arte, jansenismo na religião, criticismismo em quase tudo”³¹. Recuando de Malebranche orientou decisivamente o comportamento cultural dos oratorianos. P. Chaunu classifica-os como uma espécie de “direita cartesiana”, (a “esquerda” seria espinosista) cuja expressão religiosa, o

²⁹ Ibidem, Junho, 1762, p. 159.

³⁰ Ibidem.

³¹ Dias, J. Silva, op. cit., p. 137 e seg.

jansenismo, concretizaria “o mais válido do pensamento católico do século xvii”, centrado na Revelação, apoiado sobretudo em Santo Agostinho. O produto final seria uma síntese de cosmologia e teologia “unidos por princípios e pelo método geométrico que instruíra sem discutir”.

Por seu turno, Rupert Hall lembra na sua obra *A Revolução na Ciência (1500-1750)* o papel destes neo-agotinianos teocêntricos na aplicação dos princípios matemáticos às formulações geométricas de Newton, graças ao qual se dissolveram as resistências do cartesianismo francês face ao autor dos *Principia*³².

Assim, não é difícil estabelecer uma evidente sintonia ideológica, um “triângulo” perfeito, dir-se-ia, entre o espírito concorrencial oratoriano, as orientações de Verney – cujo *Método*, no dizer de Silva Dias, “arruinou o dispositivo inaciano” – e a abertura de Bernardo de Lima e da sua gazeta aos ventos inovadores. No entanto, como destaca aquele autor, “a oposição dos Congregados interessa mais pela mentalidade que revelam do que propriamente pelas doutrinas que ensinaram”, tudo isso “sem perderem de vista a essência do aristotelismo e os imperativos da ortodoxia religiosa”³³.

O redactor da G. L. privilegia, de facto, com guias quase absolutos, os mestres do Oratório, no que toca à confrontação comentada de maior expressão nas páginas do periódico. Nelas se alude a nomes como Manuel Álvares, com a sua *História da Criação do Mundo* em que Moisés e os filósofos são referências equivalentes e na qual o autor pretende erigir “um sistema alternativo ao de Newton, fundado no movimento rápido de rotação que o Criador deu àquela massa informe e rude que criou no princípio do tempo”³⁴; o já citado António Álvares, autor da *Ortografia da Língua Latina*, cujas cartas ao editor da gazeta despertaram o sentido da independência de Bernardo de Lima; finalmente, porventura o mais cotado oratoriano da época, Teodoro de Almeida.

A participação dos oratorianos no conteúdo da G. L. não se reduz à recensão das obras de que são autores. De igual modo, há obras estrangeiras que chegam às mãos do redactor por envio directo dos padres congregados, ou recebem ainda o seu elogioso “imprimatur”. É o caso da *Colecção Académica Composta de Memórias...* cujo 4.º volume, relativo a 1755, resenha um alargado leque de actas científicas traduzidas em francês “por uma sociedade de homens de letras”: Lima escreve, a

32 Hall, Rupert, *A Revolução na Ciência (1500-1750)*, Lisboa, Edições 70, 1988, p. 478.

33 Dias, J. Silva, op. cit., p. 155.

34 *Gazeta Literária*, Junho, 1762, p. 72.

propósito, que “a obra nos foi mandada pelo padre Manuel Álvares, da Congregação do Oratório, do Porto”³⁵.

O mesmo ocorre com a apresentação de uma obra do cirurgião Francisco José Brandão sobre a circulação do sangue, destinada a “principiantes” e que recebe os elogios do padre Prepósito, oratoriano portuense, “cujo voto, decisivo em matérias de literatura, deu a esta Instrução...”, assinala o redactor³⁶.

De um modo geral, os mestres do Oratório são ecléticos: por exemplo, João Baptista não pertence ainda à escola newtoniana mas, para Silva Dias, foi “o primeiro português a ligar conscientemente a física à matemática”, ao aproximar-se de Leibniz e valorizando a experiência e a observação. Pedro Correia Garção, a quem Pombal olhava como “parcial dos padres congregados”, observou que “fizeram amanhecer estes grandes homens em Portugal a primeira luz da Filosofia e nos ensinaram os nomes de Halley, Boyle, Locke, Cartésio³⁷. Todavia, acrescenta o referido árcade, para “muitos ignorantes e cegos de paixões esta filosofia (oratoriana) era herética e nela se ensinaram cousas contra a nossa Santa Fé Católica Romana”³⁸.

Vale a pena recordar que o esforço dos oratorianos, em prol da actualização científica, extravasa as fronteiras do país e acolhe-se à sombra das prestigiadas *Philosophical Transactions*. Rómulo de Carvalho dedicou-se ao exame da colaboração portuguesa no órgão da Royal Society e aporta dados curiosos. Assim, desde a data da fundação daquela sociedade, e até aos finais do século XVIII, contam-se 18 nomes portugueses nos seus registos, metade dos quais se referem a personalidades que desempenharam funções diplomáticas em Inglaterra. Deste modo, ao lado de Sebastião José de Carvalho e Melo, vemos Jacob de Castro Sarmiento, introdutor das concepções de Newton entre nós, José Correia da Serra, João Chevalier e Teodoro de Almeida, estes dois últimos do Oratório.

CONCLUSÃO

O fim da gazeta portuense, pode dizer-se, foi dramático. Inesperadamente, Bernardo de Lima reage com veemência a detractores anónimos, acoberto de uma

³⁵ Ibidem, Abril, 1762, p. 42 e seg.

³⁶ Ibidem, Maio, 1762, p. 20.

³⁷ Dias, J. Silva, op. cit., p. 151. Entre as obras que pertenceram à Congregação do Oratório descritas no catálogo existente na Biblioteca da Ajuda, refere o autor as seguintes: De l'Éducation des Enfants, 1721, de Locke; Traité de Morale, 1697, de Malebranche; Essai de Physique, 1730, de Muschembroeck; De Mundi Sistemate, 1731, de Newton (notas N, p. 272, op. cit.).

³⁸ Ibidem, cit. por J. Silva Dias, p. 156, nota 3.

“sociedade composta de pessoas de diversas profissões, cujo chefe parece andar procurando meios de se desacreditar a si próprio com calúnias e censuras”.

Reunido em assembleia, diz-nos o redactor, esse grupo acusara a G. L. de “erros capitais”. Na sua breve resposta a essa sociedade, Bernardo de Lima refuta as alegações que apontavam o facto de a gazeta “não referir todas as obras que se instruem”, do essencial da publicação consistir nas traduções dos diários estrangeiros e que “quase tudo o que dizíamos” estava em dois ou três jornais. E, para provar o contrário, o redactor enuncia todos os títulos de órgãos congéneres que alimentavam a sua recensão periódica (cf. tabela 2). Por ele registamos a profusão de fontes literárias e científicas e a reiterada acuidade do cónego “azul” na eleição das novidades. Selecção que, como vimos, teve os seus limites óbvios. Mas não se pode dizer que, à sua maneira e no conforto da sua condição, o redactor não se esforçasse por dar alguma “luz” aos seus compatriotas. Quando os membros da dita sociedade criticam Bernardo de Lima pelo facto deste publicar cartas de leitores de que duvidam a existência, o redactor exalta-se e contesta que os “diaristas da Europa inserem nos seus diários as cartas que se lhes escrevem sobre assuntos literários. Que lei há que nos proíba o usarmos do mesmo privilégio?”³⁹.

A identificação dos detractores resta por fazer. Não faltarão candidatos, desde a Arcádia Lusitana aos Anónimos Ilustrados, dos Esquecidos aos Ocultos, entre tantas outras academias que proliferaram em Portugal desde o início do século XVIII. Contudo, parece não haver dúvidas que, num tempo de contenção/explosão, a G. L. foi alvo de pressões combinadas, numa conjuntura hostil, desvanecidos os apoios que inicialmente invocara ao abrigo das “luzes” portuguesas, a cujo programa faltou – nas palavras de A. Coimbra Martins – a marca da tolerância⁴⁰.

Retemos, para concluir, o desabafo do publicista e crítico evangelista, crivado pelas acusações que reputava de injustas: “em lugar de fazer do tempo das Letras o da maledicência e da inveja, deviam louvar-nos o termos executado o que prometemos”.

³⁹ Ibidem, pp. 172-173.

⁴⁰ D. H. P., tomo V, pp. 87-105.

TABELA 1 – Áreas de conhecimento

Países	Geografia	Literatura	C. Natureza	História	Medicina	Astronomia	Direito	Religião	Educação	Guerra	Filosofia	Política
INGLATERRA	6%	39%	22%		11%		11%	11%				
FRANÇA	2%	4%	32%	8%	44%		4%		4%	2%		
ITÁLIA		14%	14%	29%			14%		14%		14%	
ALEMANHA	10%	30%	20%	10%					10%	20%		
HOLANDA			38%		31%		8%	8%	8%	8%		
DINAMARCA	13%	13%	31%	6%	6%	19%	6%		6%			
SUÉCIA				96%								4%
RÚSSIA				100%								
ESPANHA	33%			33%			33%					
PORTUGAL		35%	11%	5%	14%	3%		14%	8%	3%		5%
SUIÇA		58%	58%									
PRÚSSIA					100%							
IRLANDA										100%		

TABELA 2 – Fontes bibliográficas da Gazeta Literária

1 – Revista do Mês
2 – Revista Crítica
3 – Revista Imparcial
4 – Memórias Fiéis dos Livros Novos
5 – Registo Anual
6 – Diário de Verdun
7 – Mercúrio Galante
8 – Ano Literário
9 – Cartas Hebdomanárias de Berlim
10 – Diário dos Doutos
11 – Memórias de Tervoux
12 – Diário do Comércio
13 – Diário Económico
14 – Diário de Vandermond
15 – História Literária de Itália
16 – Ensaio Crítico da Literatura Estrangeira
17 – Médico ou Efemérides da Medicina
18 – Diário Estrangeiro de Arnaud
19 – Diário Enciclopédico de Copenhaga
20 – Diário Dinamarquês de Busching
21 – Magazine Sueco de Klein
22 – Mercúrio Literário da Dinamarca
23 – Diário Estrangeiro de Berna
24 – Biblioteca Filosófica de Windhern
25 – Diário dos Doutos de Hamburgo
26 – Cartas sobre os Escritos Modernos
27 – Anais Tipográficos
28 – Biblioteca Germânica
29 – Observador Literário
30 – Magazine de Hamburgo
31 – Extractos das Obras Modernas
32 – Journal des Savants
33 – Actas Literárias de Leipzig
34 – Diário da Sociedade Real das Ciências De Goettingen

TABELA 3 – Valores/unidades de sentido no preâmbulo da *Gazeta Literária*

Estético/ filosófico	Político/ social	Técnico /literário	Literário/ ético	Moral/ social	Científico/ artístico	Epistemológico
22,4%	17,1%	11,4%	22,4%	4,4%	11%	11,4%

Total de vocábulos analisados: 228.

TABELA 4 – “Classes” sociais dos assinantes da *Gazeta Literária*

Letrados	Nobreza	Burguesia	Clero
18,3%	19,3%	42,1%	20,3%

Total: 197 assinantes.

TABELA 5 – Áreas de conhecimento – recensão crítica

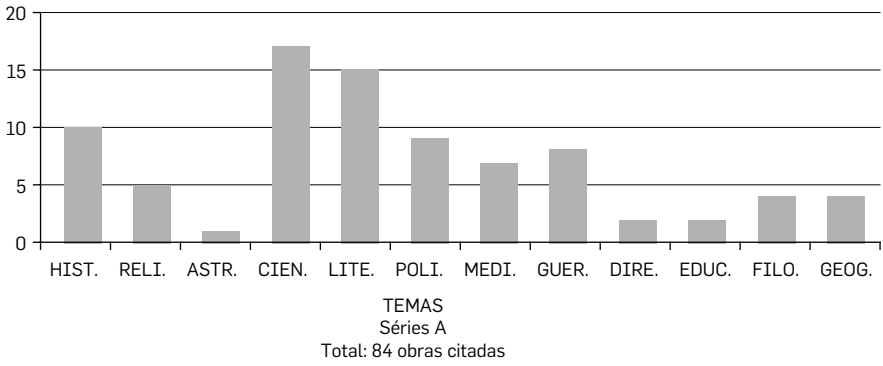
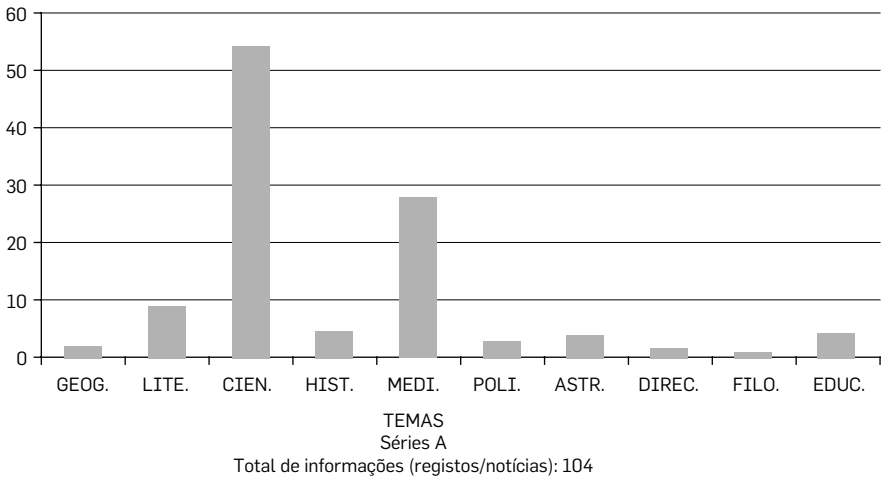


TABELA 6 – Áreas de conhecimento – informações



O JORNALISMO POLÍTICO PORTUGUÊS EM OITOCENTOS: NOTAS BIOGRÁFICAS E JORNALÍSTICAS SOBRE ANTÓNIO RODRIGUES SAMPAIO

JORGE PEDRO SOUSA¹

Universidade Fernando Pessoa e ICNOVA
jpsousa@ufp.edu.pt

INTRODUÇÃO

António Rodrigues Sampaio (1806-1882) foi um dos expoentes do jornalismo doutrinário e da política portuguesa no século XIX, podendo ser considerado o político jornalista, ou o jornalista político, de maior sucesso nessa época, até porque, embora por curto tempo, chegou a chefe do Governo.

Num tempo em que fazer política e fazer jornalismo se fundiam, António Rodrigues Sampaio foi mestre na arte de fazer do jornal uma tribuna para o orador político. O sucesso político de Sampaio deveu-se, efetivamente, ao seu sucesso jornalístico e à reputação que construiu como homem de lutas. Lutou contra os miguelistas e contra o cabralismo. Defrontou a censura, enfrentou a prisão e travou duelos para defender as suas convicções e o seu direito à publicitação da palavra por meio da imprensa. Durante a guerra civil da Patuleia (1846-1847), altura em que viveu clandestinamente em Lisboa, conseguiu publicar um jornal anticabralista clandestino, *O Espectro*, feito lendário na história da imprensa portuguesa. Esse feito muito contribuiu para a construção da sua imagem pública. Mas, a

¹ Jorge Pedro Sousa, doutor em Ciências da Comunicação, é professor catedrático e pesquisador da Universidade Fernando Pessoa (Portugal), membro do ICNOVA (Portugal) e autor de vários livros e artigos sobre jornalismo e comunicação.

partir de 1851, Rodrigues Sampaio moderou-se. Abraçou a causa da Regeneração, que, por algum tempo, pôs fim à instabilidade política e militar em favor de programas governativos destinados a promover o progresso material do país. Nesse ano, iniciou uma carreira parlamentar intermitente que, a par da jornalística, o guindou a membro do Tribunal de Contas e a ministro do Reino. Em 1881, alcançou a presidência do Ministério (equivalente ao cargo de primeiro-ministro), ponto culminante da sua vida cívica.

Se António Rodrigues Sampaio ficou ligado ao *Espetro*, também ficou indissociavelmente ligado ao jornal *A Revolução de Setembro* (1840-1901), do qual foi redator principal e à frente do qual travou a maioria das suas batalhas políticas, tornando-o o principal periódico político-noticioso português do seu tempo. Ficou mesmo conhecido pela alcunha *O Sampaio da Revolução*, como confirma o título que Teixeira de Vasconcelos deu, logo em 1859, à primeira biografia de Sampaio – *O Sampaio da Revolução de Setembro* – reforçada pelo que diz no corpo do mesmo livro:

Um dos jornalistas portugueses que mais exclusivamente tem vivido para a imprensa periódica desde 1834, que por ela adquiriu um nome insigne em Portugal e fora do reino, e que mais atribulado foi nas perseguições feitas à imprensa, é inquestionavelmente António Rodrigues Sampaio, geralmente conhecido pelo nome Sampaio da *Revolução de Setembro* (Teixeira de Vasconcelos, 1859: 30-31)

Que estilo cultivou Sampaio, que tanto sucesso lhe valeu? Responde o historiador José Manuel Tengarrinha (2006: 140):

Como jornalista, o seu estilo caracteriza-se por ser muito direto, vigoroso e tenso, mesmo por vezes com alguma brutalidade, na linha da tradição polemista do nosso jornalismo (tão diferente do britânico e francês), mas ao mesmo tempo com uma elegância onde está sempre presente a influência dos clássicos. De resto, os exemplos da história clássica e os pensamentos de autores gregos e latinos estão constantemente presentes nos seus escritos (...). Mas a força, impetuosidade e apaixonado arrebatamento do seu estilo em defesa de grandes causas (...) constituem (...) o traço profundo do nosso Primeiro Romantismo. No plano do jornalismo, deve ser considerado um dos maiores polemistas da nossa história. Mas, para além disso, o seu valor e projeção como homem de letras ultrapassa a transitoriedade jornalística para o situar (...) entre os primeiros escritores oitocentistas portugueses e o que melhor protagoniza o ideal romântico da nossa Imprensa.

A oratória política romântica, cujas bases aprendeu no seminário e que interiorizou e praticou pela leitura da imprensa e pela redação de artigos, era marcada pelo estilo tribunício, coloquial e declamatório, pelos constantes apelos à emoção, mais do que à razão e à ponderação (estas próprias do Classicismo), pelo empolamento da linguagem e pela exploração imaginativa da hipérbole e da metáfora. De algum modo, Sampaio procurava *convencer pela comoção*. Carlos Carrasco, Cecília Cunha e Joaquim Pintassilgo (1983: 66-67) explicam-no assim:

A nova ordem sociopolítica leva os parlamentares e jornalistas liberais a adotar uma oratória capaz de exaltar a liberdade, a justiça e a valorização do indivíduo, sem nunca conhecer regras e princípios taxativos: ao lado da linguagem empolada sobressaem as expressões familiares e agrestes que iam contra os costumes dos meios polidos da Corte. Por sua vez, a improvisação sobre um tema não preparado, ou a resposta imediata, tornavam inadmissível esse tipo de regras; à frieza e equilíbrio da retórica clássica, opunha-se o calor dos sentimentos em que a pujança da palavra exortava à ação, no desejo de transformar.

O estilo de Sampaio reflete, de resto, a consolidação do surto de oratória política que se desenvolveu, pela primeira vez, em Portugal, durante o vintismo, no Parlamento e nos jornais. Estes, tornados verdadeiro espaço de debate público, foram capazes de estender a um número elevado de pessoas as discussões que ocorriam nas Cortes. O jornalista, cultivando a palavra e tornando-a pública, tornou-se um intérprete ativo e influente.



FIG. 1 – Retratos de António Rodrigues Sampaio em duas fases da vida.

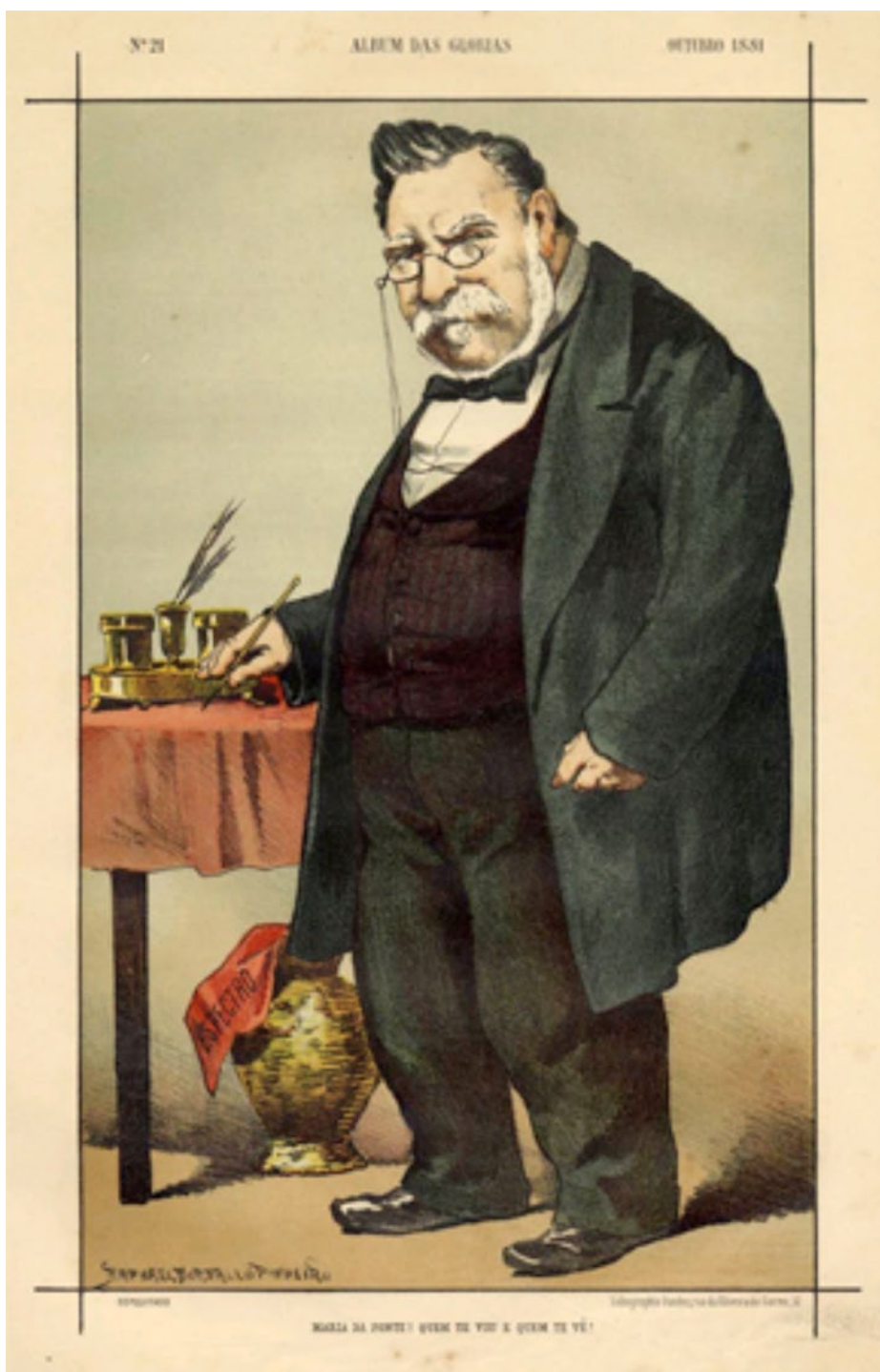


FIG. 2 – Caricatura de António Rodrigues Sampaio, já na fase final da vida, mas também no auge da sua carreira política.

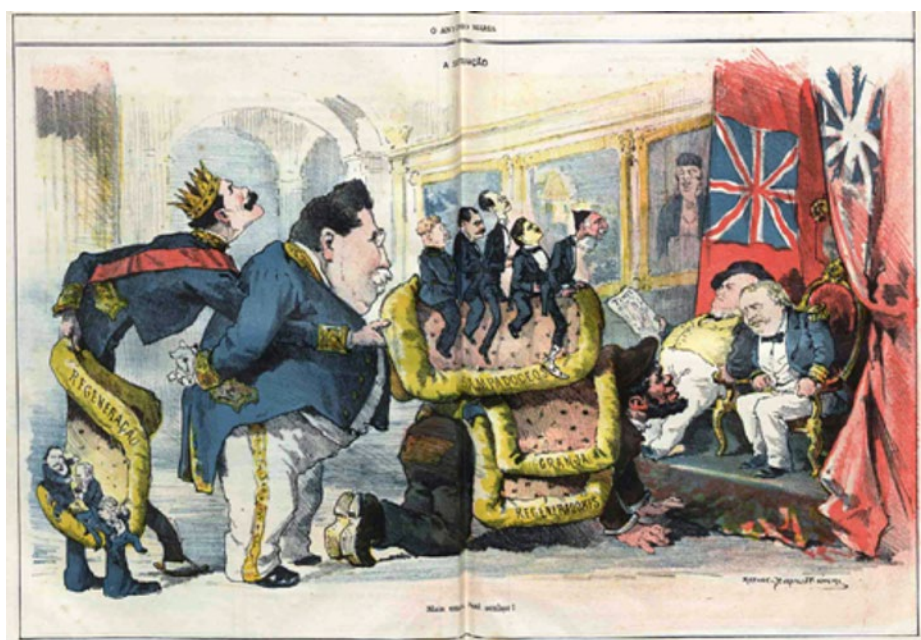


FIG. 3 – Caricaturas do Governo de António Rodrigues Sampaio. Na segunda, Fontes Pereira de Melo, verdadeiro líder, entrega ao rei a composição do elenco governativo.



FIG. 4 – Os dois jornais da vida de Rodrigues Sampaio: *A Revolução de Setembro* e o periódico clandestino do tempo da Patuleia *O Espectro*.

Rodrigues Sampaio foi, pois, pela sua ação política e jornalística, um dos fazedores do regime demoliberal, o qual, excluída a breve experiência vintista, só se instituiu verdadeiramente em Portugal após o triunfo dos liberais na Guerra Civil, em 1834. A partir desse ano, as diversas fações políticas, verdadeiros embriões dos futuros partidos políticos, tiveram de aprender a conviver com um regime que garantia liberdades cívicas e políticas, em especial às elites masculinas, alfabetizadas e endinheiradas que podiam exercer o direito de voto e se foram envolvendo nos negócios públicos. Mas o exercício dessas liberdades era novo. Era preciso aprender a viver em liberdade e interiorizar um certo grau de tolerância. A aprendizagem foi lenta. Durante o processo, o país viveu sobressaltado e politicamente instável. Durante cerca de dezassete anos, até à Regeneração (1851), os portugueses enfrentaram revoltas, uma guerra civil (Patuleia) e governos que encetaram desvios autoritários – como os de Costa Cabral. Mas entre 1851 e 1882, ano da morte de Rodrigues Sampaio, o regime liberal estabilizou-se, em parte devido ao rotativismo das principais fações políticas no exercício da governação (deixou de ser necessário pegar em armas para ascender ao poder – a oposição de hoje podia ser do Governo de amanhã, e vice-versa, exclusivamente por meio do

voto e por interferência do poder moderador do Rei). O desafio maior dos governos passou a ser o desenvolvimento material do país, embora, a breve trecho, o pagamento dos empréstimos necessários à construção de infraestruturas tenha colocado as finanças públicas sob pressão.

Este trabalho, sustentado em pesquisa hemerográfica e numa análise instrumental do discurso, baseada em textos escolhidos arbitrariamente (amostragem arbitrária intencional não probabilística), procurou relembrar a ação jornalística de António Rodrigues Sampaio enquanto paradigma do jornalismo político do seu tempo. Foi observada, em particular, a sua atuação liderante no jornal *A Revolução de Setembro* (1840-1901), principal diário político-noticioso português do século XIX. Colateralmente, o artigo procurou caracterizar o discurso que um periódico como *A Revolução de Setembro* poderia exprimir.

1. O SAMPAIO DA REVOLUÇÃO

Chegado a Lisboa, em 1840, António Rodrigues Sampaio foi recrutado por José Estêvão e Manuel José Mendes Leite para o diário *A Revolução de Setembro*, que estes tinham fundado, a 22 de junho desse ano, para defender a esquerda liberal, que tinha saído vitoriosa da revolução de setembro de 1836 e imposto uma nova constituição ao reino, em 1838. A Constituição setembrista não era, porém, pacífica. Muitos, entre os quais Costa Cabral, então ministro da Justiça e, talvez, a personalidade então mais influente na política no reino, desejavam o regresso à Carta Constitucional, conservadora, que tinha sido outorgada por D. Pedro IV ao país, em 1826.

Conforme repara Victor de Sá (1984: 29-30), quando foi recrutado para *A Revolução de Setembro*, em 1840, Sampaio era “o homem certo para o lugar certo”:

Não foi por títulos de nobreza nem por graus académicos – importa salientar – que o Sampaio da “Revolução” (...) ascendeu ao nível da consideração pública. Nem tão pouco por fortuna pessoal ou por força da hierarquia eclesiástica. Numa sociedade em profunda mutação, o vazio deixado pelos títulos impositivos foi preenchido a golpes de audácia por literatos e intelectuais da nova facção política dirigente. Sampaio afirmou-se pela sua capacidade literária de intervenção. Interpretando e exprimindo a opinião pública, modelando e alicerçando determinadas correntes dessa opinião, o jornalista d’*A Revolução de Setembro* impôs-se à consideração social que o candidataria a lugares cimeiros da vida política nacional. Isto só podia acontecer num

período em que ruíam as estruturas políticas e mentais da sociedade antiga e em que a nova sociedade, liberal e individualista, não instalara ainda os seus próprios quadros intelectuais.

No jornal *A Revolução de Setembro*, António Rodrigues Sampaio começou por tratar da secção de correspondência e traduzir notícias estrangeiras (Tengarrinha, 1963: 9 e 18), mas, em 1842, com José Estêvão e Mendes Leite fora de Lisboa, ter-se-á oferecido para escrever o artigo de fundo para o número seguinte, o que, de alguma forma, também revela o ambiente amadorístico, cheio de entusiasmo e de carolice, mas pouco profissional, que se vivia na altura nas redações dos jornais. De qualquer modo, a sua colaboração foi tão apreciada que, a partir daí, começou a escrever o artigo principal, alternando com José Estêvão. Gradualmente, este também começou a ceder a direção política do periódico a Sampaio. É, pelo menos, o que revela um episódio relatado pelo jornalista portuense Marques Gomes (1882: 61) num livro de homenagem que a imprensa portuense dedicou a Sampaio:

Estando um dia José Estêvão ausente de Lisboa, e tendo também de ausentar-se Mendes Leite, ofereceu-se Rodrigues Sampaio (...) para escrever o artigo para o dia seguinte. Aceite o oferecimento, Rodrigues Sampaio escreveu com efeito o artigo, que merecendo plena aprovação de José Estêvão, fez com que ele lhe entregasse desde logo a direção política do jornal.

N'A *Revolução de Setembro*, Sampaio escreveu, principalmente, sobre a atualidade política e económica do país. Condoía-o, principalmente, a sorte dos mais pobres e humildes, com quem se identificava e em nome de quem, frequentemente, se arvorou o direito de falar. Num artigo publicado a 26 de abril de 1843, por exemplo, denunciou a situação dos foreiros, que trabalhavam terras incultas de outrem, por concessão régia, a troco do pagamento de uma renda, entretanto suprimida por lei. Esses foreiros, que extraíam da terra o seu sustento, estavam, por causa de legislação cabralista, ameaçados de perderem as terras que cultivavam, precisamente por não terem pago rendas, apesar de não as terem pago de acordo com aquilo que prescrevia a anterior lei. De forma similar, prosseguindo a senda da defesa cristã dos humildes, a 21 de abril de 1843 impressiona, em tom de advertência aos candidatos à emigração, o relato das vicissitudes por que passavam os portugueses que emigravam para o Brasil, usando Sampaio como fonte uma carta do governador civil de Angra do Heroísmo, publicada no *Diário do Governo*:

A emigração do reino e das ilhas continua. A miséria que aflige os povos, a esperança de mudarem de condição (...), as promessas dos aliciadores que traficam em escravatura branca (...) concorrem para ela.

Os emigrados não têm encontrado na terra estranha mais ventura do que tiveram na sua. Em Portugal, eram desgraçados, mas pelo menos eram livres; nos países para onde foram, são vendidos como escravos (...) e (...) veem-se reduzidos à última miséria e obrigados a um serviço pesado para se livrarem da morte.

Uma carta de Pernambuco (...) faz uma resenha dos tratos que ali sofrem os portugueses que pode servir de guia aos que quiserem ir tentar fortuna àquele país (...): “(...) haverá oito dias chegou aqui um navio de São Miguel com cento e quarenta e tantos passageiros (...) os quais foram vendidos como aí se vende o gado e aqui os escravos (...); cinco desses infelizes foram para (...) um engenho (...) cortar cana com um feitor negro (...) a tomar conta deles; moças houve que foram vendidas (...) para satisfazerem os apetites brutais e lascivos de seus infames compradores (...), entre estas uma moça que se dizia virgem (...).”

Foi n’A *Revolução de Setembro* que Rodrigues Sampaio se distinguiu pela sua oposição à reintrodução da Carta Constitucional de 1826 pelo Governo de Costa Cabral, político que tinha liderado um pronunciamento militar vitorioso de orientação cartista que repôs em vigor a Carta Constitucional, em 1842, embora com algumas alterações. Não satisfeito com isso, Costa Cabral perseguiu um projeto de poder pessoal, prenhe de nepotismo e clientelismo, sustentado, principalmente, por funcionários públicos, pelas grandes clientelas interessadas nos negócios milionários das obras públicas e da alta finança, e por grandes aristocratas, incluindo a rainha – o cabralismo. O país, porém, estava exangue, e as sucessivas crises e conflitos deixavam temer o pior.

Por outro lado, a tomada do poder por Costa Cabral representou um duro golpe para o jornalismo doutrinário português. A liberdade de imprensa, protegida pela Constituição setembrista e por uma lei de 1834, começou a ser colocada em causa. A Carta Constitucional de 1842, embora, teoricamente, protegesse a liberdade de imprensa, dava ao Governo maior latitude de atuação para a cercar. Começou, então, uma ofensiva contra a liberdade de imprensa, efetivada, inicialmente, por meio de legislação restritiva, de medidas administrativas e da intimidação judiciária, com as querelas a sucederem-se em tribunais de júri. Mas a essas medidas rapidamente se seguiram outras, como as ações de confisco de material tipográfico, a apreensão de jornais, o controlo sobre a distribuição de

periódicos por correio e a introdução de impostos elevados sobre o papel de jornal e outras matérias-primas, quando não a repressão pura e simples, levada a cabo quer pela polícia, quer por simples arruaceiros.

Teixeira de Vasconcelos (1859: 70) explicou, do seguinte modo, as consequências que as querelas judiciais constantes tinham para os jornais: “Este sistema era terrível. O júri absolvía, o Supremo Tribunal de Justiça também, mas o jornal, obrigado a grandes despesas, ficava arruinado. Era desigual a luta entre a fortuna de uma empresa particular e o cofre do Estado.” Tengarrinha (1989: 162-164), por seu turno, salientou:

Entre as medidas repressivas então postas em prática pelas autoridades destacavam-se: impostos mais elevados (...); cauções; habilitações cada vez mais difíceis (...); frequentes pronunciamentos e multas em consequência de sucessivas querelas (...) (os processos eram propositadamente demorados e arrastavam-se nas secretarias para que as folhas, entretanto, continuassem suspensas). (...) Mas a intenção do Governo (...) não era apenas (...) prejudicar a vida dos jornais da oposição. O objetivo era mais fundo e ambicioso: criar dificuldades, sobretudo de ordem económica, a todos os jornais, o que os obrigaria a elevar os preços e, assim, serem lidos apenas pelas camadas mais abastadas da população, conservando-se as mais baixas à margem da informação, para lhes aumentar a ignorância e apatia política. Desta maneira, o Governo nem sequer via grande inconveniente na existência (...) de imprensa livre (...).

A ofensiva cabralista contra a liberdade de imprensa processou-se, efetivamente, não apenas por ações nos tribunais, mas também com medidas administrativas, como a proibição da expedição de jornais oposicionistas pelo correio; e, finalmente, pela repressão, incluindo a prisão de redatores, impressores e distribuidores, a selagem das instalações e mesmo a violência física, exercida contra os jornais oposicionistas, quer pela polícia, quer por grupos populares irregulares. Os tempos não eram fáceis:

O ano de 1840 fora apenas o início da ofensiva aberta. A perseguição à imprensa não afrouxa. A situação vai-se agravando incessantemente, até que a restauração da Carta por Costa Cabral (...) não vem mais do que confirmar uma situação que já existia de facto. Abre-se então para os jornais oposicionistas (...) um dos períodos mais duros e, porventura, mais gloriosos da história da nossa imprensa (...), de 1842 a 1851. (...) Na tentativa de limitar, no plano legal, o âmbito

de liberdade da imprensa, o Ministério propôs à (...) Câmara (...) de 1843 (...) uma proposta (...) para a modificação do regime de juizes e jurados em processos desta natureza. (...) Por outro lado, sucediam-se os arrestos e assaltos às tipografias (...). Os jornais oposicionistas mais duramente perseguidos foram, evidentemente, os de feição radical, os setembristas, pois representavam a classe – pequena burguesia – que maior temor infundia (...); e entre estes, foi o mais castigado *A Revolução de Setembro*. (Tengarrinha, 1989: 162)

Em 1843, por causa dos seus escritos n'A *Revolução*, António Rodrigues Sampaio foi provocado para um duelo, pelo tenente-coronel Joaquim Bento, mas houve acordo entre as partes e o confronto acabou por não ter lugar. Foi o primeiro de três duelos para os quais, segundo Teixeira de Vasconcelos (1859) e os seus restantes biógrafos, foi desafiado por causa da sua ação jornalística, num tempo em que a honra se lavava violentamente com armas.

Em 1844, os setembristas (esquerda liberal adepta da Constituição de 1822) intentaram um levantamento militar contra o regime de Costa Cabral, em Torres Novas. José Estêvão foi um dos líderes.

As garantias constitucionais à imprensa foram retiradas após a intentona de Torres Vedras e o jornal *Revolução de Setembro* foi administrativamente impedido de sair desde 6 de fevereiro até 24 de maio de 1844, dia em que os jornais recuperaram a sua primitiva liberdade. Nesse mesmo dia, Sampaio explicou n'A *Revolução de Setembro* por que razão não aderiu à revolta, dizendo que não queria derrubar Costa Cabral pela força das armas, embora reconhecesse que as revoluções são legítimas quando os governos são opressores.

Sufocada a rebelião, José Estêvão teve de se exilar, abrindo as portas do cargo de redator principal do periódico a António Rodrigues Sampaio. Foi assim que, numa conjuntura adversa, Sampaio se viu à frente do principal jornal setembrista do reino.

Apesar do insucesso do pronunciamento de Torres Vedras, o regime cabralista logo tratou de impor novas regras à imprensa e obrigou os jornais a renovarem as licenças para poderem continuar a publicar-se. Rodrigues Sampaio opôs-se à medida e não sujeitou *A Revolução de Setembro* ao novo regime de licenciamento. As perseguições ao *Revolução* e a outros periódicos da esquerda liberal, intensificaram-se de imediato. Explica Teixeira de Vasconcelos (1859: 75) a estratégia de Sampaio para recusar o novo regime de licenciamento:

sendo as habilitações feitas perante a justiça, o poder administrativo carecia de autoridade para as invalidar. Ele bem sabia que o periódico que dera à

revolta o seu chefe político, não podia contar com o favor do Governo. Porém, o que Sampaio desejava mais era dar ao seu partido um exemplo de resistência legal e obrigar o Governo a tomar medidas violentas, que indisputassem contra ele a opinião pública.

O jornal *A Revolução de Setembro* continuou, pois, a publicar-se sem habilitações novas, mas isso trouxe sobre si a ira das autoridades. Rodrigues Sampaio teve, assim, de começar uma feroz luta pela manutenção do periódico. Conta Teixeira de Vasconcelos (1859: 76) que “no dia seguinte, são presos os distribuidores, a imprensa é sequestrada, os compositores e os impressores vão dormir na cadeia, a oficina fecha-se, selam-se as portas e a polícia mete as chaves na algibeira”.

O Governo cabralista efetivamente mandou fechar a tipografia onde o jornal era impresso, selar as instalações da redação e prender os distribuidores conhecidos, mas um dia em que o cerco policial se apertava, segundo Tengarrinha (1963: 9 e 18), Sampaio fugiu com duas caixas com tipos e desde 22 de julho de 1844, apesar das investigações policiais e da repressão, o jornal *A Revolução de Setembro* passou a ser redigido, composto, impresso e distribuído clandestinamente por todo o reino. Durante meses, ninguém soube onde se encontrava Rodrigues Sampaio nem onde se imprimia o jornal, que aparecia por todo o país, apesar da proibição da sua expedição pelos correios²:

mas o periódico não cessa, os assinantes recebem-no, os curiosos encontram-no nos cafés, os próprios ministros deparam com ele em toda a parte. A polícia corre (...), mas não descobre onde durante 11 meses e 4 dias ele se imprime nem onde param os redatores. (...) O visconde de Castro, ministro dos Estrangeiros, proíbe o correio de expedir a *Revolução* para as províncias. É tempo perdido. Lá chega do mesmo modo. A nação é cúmplice de Sampaio. (Teixeira de Vasconcelos, 1859: 76)

Houve assim tempos em que, n'*A Revolução*, se trabalhava com as portas e janelas trancadas e as armas ao alcance da mão. Pedro Venceslau de Brito Aranha (1907: 67) relembra, da seguinte forma, esses tempos atribulados:

naquela época, graças ao regime cabralista de espionagem e terror, todos ali andavam receosos (...) e era vulgar perguntarmos uns aos outros (...) quando

² Neiva Soares (1982: XIX) acredita que o jornal, para ser expedido pelos correios, era metido dentro de outros.

seria assaltada a nossa casa ou quando entraríamos na cadeia (...), ou quando surgiria (...) a (...) polícia municipal (...). De uma vez (...) tivemos que pôr nas oficinas algumas espingardas carregadas com que contávamos, no primeiro assalto, repelir o ataque e a afronta.

Somente a 29 de abril de 1845 é que os tribunais decidiram a favor d'A *Revolução de Setembro*, que pôde, então, regressar à sua normal publicação. “Foi advogado da *Revolução* (...) Alberto Carlos Cerqueira de Faria. Estes acontecimentos aumentaram muito a reputação de Sampaio. Os artigos escritos por ele eram lidos com avidez e o Governo atormentava-se de o não poder obrigar a calar-se.” (Teixeira de Vasconcelos, 1859: 77)

Com essa vitória, António Rodrigues Sampaio viu crescer imenso o seu prestígio como jornalista, ou, talvez de forma mais rigorosa, como “político de jornal”. Em dezembro de 1845, foi, pela segunda vez, desafiado para um duelo, desta feita pelo capitão de infantaria Aires Gabriel Afflalo, por causa de um artigo sobre segurança pública, que Sampaio escrevera a 10 desse mês. A contenda foi, todavia, evitada por meio da cortês troca de cartas.

N'A *Revolução*, Sampaio lutou contra a política do Governo em textos que demonstram a sua argúcia analítica³ (paradoxalmente, em alguns casos combateu a política económica que, posteriormente, os governos que ele viria a integrar acabariam por seguir em alguns vetores): “O carro da prosperidade parou. O resultado da política económica está à vista, com a continuação dos empréstimos e a bancarrota a rebentar por todos os lados.” (*Revolução de Setembro*, 3 de abril de 1846); ou ainda: “Eis aí o efeito das vossas leis estultas sobre os tributos, efeito que todo o mundo previu, e que só o ignoravam os ministros. (...) O desgoverno finalizou sempre pela anarquia.” (*Revolução de Setembro*, 18 de abril de 1846).

Nos excertos desses artigos, nota-se a capacidade analítica e interpretativa de Sampaio, mas observa-se, também, que a opinião é lastrada pela análise de factos. Nem sempre as opiniões jornalísticas de Sampaio eram tecidas sobre questões abstratas e grandes princípios. Pelo contrário, ele procurava opinar sobre factos concretos – como, no caso, as medidas tributárias do Governo. Tratava-se de colocar em prática o princípio da leitura política e eminentemente partidária dos

3 Apesar dos artigos de fundo do *Revolução de Setembro*, nesta fase, não serem assinados (Sampaio só o começará a fazer em 1851), são, presumivelmente, da autoria de António Rodrigues Sampaio, redator principal do jornal. É com base nessa presunção, e também na avaliação que Franquelim Neiva Soares (1982) fez para a sua antologia de textos de Sampaio, que se elegeram os artigos do *Revolução de Setembro* referidos neste trabalho.

acontecimentos e problemas da atualidade seguida pela imprensa doutrinária do Romantismo.

Aprecia-se, igualmente, nos exemplos acima inseridos, a deriva económica da política. A linguagem da política começava, então, a adotar, em certas circunstâncias, o “economês”. Mas a situação justificava-o. Ontem como hoje, a despesa pública portuguesa subia vertiginosamente, graças à ambiciosa política de obras públicas que foi seguida por Costa Cabral, inflacionada pelas clientelas cabralistas da alta finança e da construção civil. O défice do orçamento do Estado avolumava-se e cresciam as dificuldades de honrar o serviço da dívida, externa e interna. O país aproximava-se da bancarrota e quem mais sofria eram os pobres e a classe média.

Em abril de 1846, o Governo decretou, novamente, a suspensão de garantias e *A Revolução de Setembro* viu a sua publicação interrompida durante um mês, tempo durante o qual o seu redator principal esteve preso. A 20 de abril de 1846, Sampaio, antevendo o que sucederia, escrevia o seguinte no seu jornal: “Esta é a vez derradeira que falamos ao país. Amanhã já o silêncio dos túmulos reinará. O país (...) está divorciado do Ministério.” Curiosamente, neste pequeno excerto de texto plasmam-se algumas das características da retórica romântica que Sampaio explorará ao longo da vida, em especial no *Eco de Santarém* e n’*O Espetro*, os jornais clandestinos que publicou durante a Patuleia. Notam-se, por exemplo, as metáforas e as evocações do sobrenatural (“o silêncio dos túmulos”) e a construção do discurso por oposição de ideias (hoje, fala-se – embora pela última vez; amanhã, só haverá silêncio).

Apesar de cada vez mais renomado, efetivamente Rodrigues Sampaio não evitou a prisão, por causa da sua contínua oposição aos cabralistas⁴. Porém, teve sorte. A 20 de maio desse ano de 1846, a revolução da Maria da Fonte⁵, deto-

4 É de dizer que Costa Cabral e a rainha, sua apoiente, foram vítimas de uma campanha suja através dos jornais oposicionistas e de panfletos, legais ou clandestinos, e na qual Sampaio participou. Acusaram Costa Cabral de ser ladrão, corrupto e, sobretudo, de alimentar “sentimentos imorais” (Casal Ribeiro, 1850) pela rainha, um boato que perdurou até à segunda e definitiva queda de Costa Cabral e que foi intensificado pelo fato de a soberana se hospedar um dia na sua casa, uma honra concedida aos súbditos mais fiéis. Na via pública corria efetivamente o boato de que a rainha era amante de Costa Cabral.

5 A Maria da Fonte, também conhecida por Revolução do Minho, é a designação da revolta popular anticabralista, mas de pendor conservador e reacionário, detonada, no Minho, pelo profundo descontentamento popular contra as novas leis do recrutamento militar, contra o agravamento da carga fiscal, contra a introdução da contribuição predial (o país precisava de receitas para financiar a ambiciosa política cabralista de obras públicas) e, sobretudo – causa próxima da rebelião – contra a proibição dos tradicionais enterros nos adros das igrejas (por motivos de saúde pública), que padres miguelistas exacerbados classificavam como obra do diabo e da maçonaria (Costa Cabral era publicamente conhecido como maçom, tendo sido grão-mestre do Grande Oriente Lusitano).

nada pela grave crise política, social e económica que o país – perto da bancarrota – atravessava, provocou a queda de Costa Cabral. Com a ascensão do duque de Palmela à chefia do Governo, António Rodrigues Sampaio foi libertado. A 22 de maio, já saudava a liberdade: “Raiou a liberdade porque o povo no-la deu!”. Porém, e como também nota, e muito bem, Victor de Sá (1984: 37), Sampaio apelidava de “calamidade” aquela que ele considerava ser a transferência do poder moderador da soberana para o povo, já que tinha sido este a derrubar Cabral e não a própria rainha. Aliás, no dia 23 de maio de 1846, escreveu, esclarecedoramente, no seu jornal: “aonde o poder não se mostra tutelar, é muito simples que esse povo se lance no campo das revoluções”, o que ele vê como um “grande mal” da responsabilidade dos governos discricionários, imorais e corruptos. Considera, aliás, que era então a “revolução” quem governava o país. E diz que quer “garantias para o povo”, para evitar as arbitrariedades dos governos, que ele considera conduzirem à anarquia. Mas de que povo fala Sampaio? É dos burgueses, tal como diz Victor de Sá (1984: 37):

Quando fala do povo, é à burguesia que se refere, o povo que paga as contribuições, o proprietário que recebe rendas. E para que o outro povo (...) não chegue a revoltar-se, é preciso que a burguesia seja hábil e comedida, que aqueles poucos que dispõem da governação não sejam tão sôfregos nem tão tontos que façam exasperar a população e a atirem para a revolta.

É, assim, na defesa da burguesia que Victor de Sá (1984, p. 38) encontra a razão para o sucesso de Sampaio: “A burguesia descontente passa a ver no Sampaio da *Revolução* o seu profeta. (...) A sua voz alcança nesta altura uma tal ressonância, que tão notória popularidade não pode mais passar indiferente aos governantes.”

A 6 de outubro de 1846, o golpe palaciano da Emboscada⁶ retirou o Governo ao duque de Palmela e repôs, com a cumplicidade do poder régio, os cabralistas no poder, chefiados pelo marechal Saldanha. A notícia da formação de um novo Governo cabralista, embora sem Cabrais, acabou por suscitar revoltas e gerou o clima propício à eclosão da guerra civil da Patuleia. A 9 de outubro, houve um pronunciamento anticabralista no Porto, seguindo-se-lhe, no dia seguinte, a formação, na Cidade Invicta, da Junta Provisória do Governo Supremo do Reino. Os setembristas e restantes forças anticabralistas, incluindo, a breve trecho, alguns

⁶ O golpe foi alcunhado pelos liberais setembristas como “Emboscada” para fazer passar a ideia de que a rainha tinha sido vítima de uma armadilha dos cabralistas mais do que corresponsável por ela.

dos miguelistas⁷, uniram-se em torno da junta governativa surgida no Porto. Entretanto, em Lisboa, o novo Governo cabralista ordenou a detenção de António Rodrigues Sampaio, mas este, antecipando a ação, tinha já entrado, novamente, na clandestinidade. Clandestinos, também, foram os periódicos anticabralistas que redigiu em Lisboa: o breve *O Eco de Santarém* e *O Espetro*, que durou de 16 de dezembro de 1846 a 3 de julho de 1847, num total de 63 números e nove suplementos.

O Espetro tornou-se lendário, graças ao mistério que acompanhava a sua publicação e circulação pela totalidade do território nacional. Por isso, ufano, Sampaio escrevia, ironicamente, no número de 13 de abril de 1847: “o *Espetro* (...) podia correr sem licença do Santo Ofício, e até apesar dele. (...) *O Espetro* vai às Necessidades, vai às secretarias de Estado, às estações da polícia, vai aos países estrangeiros, vai a toda a parte”. E no número de 23 de abril de 1847, acrescentava: “*O Espetro* vê tudo, e ninguém o vê a ele. Está em toda a parte, como Deus, porque é a emanação dele. Põe a mão sobre o coração do país e conta todas as suas palpitações”. Apesar das condições peculiares em que foi publicado, *O Espetro* conseguiu, pois, funcionar como o principal periódico oficioso dos revoltosos.

O fim da guerra civil permitiu a Rodrigues Sampaio retomar o seu lugar à frente d'*A Revolução de Setembro*, que só abandonaria ao falecer, apesar da sua nomeação para altos cargos políticos.

2. O SAMPAIO DA REGENERAÇÃO

Saído da clandestinidade com a normalização da situação política, António Rodrigues Sampaio regressou ao diário *A Revolução de Setembro*, cuja publicação foi retomada a 2 de agosto de 1847.

O regresso a uma certa normalidade, contudo, não apagou a mágoa, conforme se pode ler no artigo inserido na secção Interior nesse dia. Nele, ressabiado contra a intervenção estrangeira que conduziu ao fim da Patuleia, mas acomodado, Sampaio justificou o término da luta armada com o afastamento do Governo anterior:

Entramos numa quadra nova, e escrevemos para ela. Achamos o mesmo povo, mas não achamos os mesmos senhores. É outra a lei que nos rege, e será por isso também outra a norma das nossas ações.

⁷ O perigo de uma restauração miguelista, ou pelo menos o medo que gerava, acabaria, mais tarde, por dar fundamento à intervenção estrangeira no conflito português. A aliança contranatura entre setembristas e sectores miguelistas, aliás, nunca foi bem compreendida.

Se nos perguntarem donde vimos, responderemos que vimos da guerra; que pelejámos pela independência da Pátria; que arcámos corpo a corpo com o despotismo; que estivemos sobranceiros a ele; que lhe ditámos a lei; e que o vimos quase expirante. Diremos que a foice da morte cortou o fio da vida a muitos dos nossos irmãos; que se praticaram gentilezas de valor; que se castigaram, também, atos de infâmia; e que no momento da vitória mão inimiga nos privou de todos os frutos dela.

Se nos perguntarem quem somos, responderemos que pertencemos a essa nobre parte da Nação que abraçou a resistência popular, que achámos justa e legítima, que não provocámos a intervenção estrangeira, mas que lhe resistimos com a pena e com as armas. Diremos que defendemos a integridade do território, que considerámos um dos maiores crimes a violação dele; que protestámos contra ela; que selámos esse protesto com o nosso sangue; e que ficámos prisioneiros e escravos na nossa própria terra. (*Revolução de Setembro*, 2 de agosto de 1847)

A conjuntura não era, efetivamente, do agrado de António Rodrigues Sampaio, até porque as eleições de agosto de 1847 deram a vitória ao marechal Saldanha, que formou Governo a 22. A 2 de janeiro de 1848, as Cortes voltaram a reunir.

Entretanto, os bens encareciam, entre eles o papel, cujo preço constrangia fortemente as publicações jornalísticas. Por isso, não é de estranhar que no número de 6 de novembro de 1847 se encontre este “desabafo”: “A estreiteza da nossa folha, que o preço enorme do papel não nos deixa alargar, tem-nos privado de dar nela as correspondências das províncias.”

Apesar de todos os problemas, *A Revolução de Setembro*, sob a liderança de Sampaio, foi-se tornando, gradualmente, no mais importante periódico do país⁸.

Entretanto, Costa Cabral, já conde de Tomar, regressou ao país e voltou a formar Governo, em 1849. Esse foi, no entanto, o ano conhecido por “ano da caleche”, pois Rodrigues Sampaio, revelou, n’*A Revolução de Setembro*, que Cabral recebera uma caleche em troca da outorga de uma comenda. O jornalismo político interventivo entrava já numa fase de denúncia da corrupção, antecipando a imprensa popular idealizada por Pulitzer e Hearst no final de Oitocentos.

Em 1850, um novo escândalo irrompeu: o da nomeação em catadupa de indivíduos afetos a Costa Cabral para a Câmara dos Pares do reino. Com esse gesto,

⁸ Em 1870, de acordo com Tengarrinha (1989: 139), já tirava 23 mil exemplares, concorrendo pelo título de jornal português de maior tiragem e circulação com o independente, transclassista, noticioso e organizado de forma industrial *Diário de Notícias*, que surgiu em 1864, provocando, com o seu aparecimento, uma revolução no panorama jornalístico português.

a rainha, mais uma vez, concedeu ao seu primeiro-ministro o que ele lhe tinha pedido e, imiscuindo-se diretamente na política partidária, tal como a oposição a acusava, permitiu-lhe o controlo da câmara alta do Parlamento (53 pares cabralistas em cem).

No que ao jornalismo diz respeito, a publicitação de alguns escândalos já obrigava, inclusivamente, a cultivar fontes bem informadas e a assegurar-lhes proteção e anonimato, conforme se revela, por exemplo, no seguinte excerto de uma notícia publicada n'A *Revolução de Setembro* a 3 de junho de 1851, sobre um alegado desvio de dinheiro praticado pela Junta de Crédito Público: “Enquanto à venda das notas, o *nosso informador* [itálico nosso] deslindará esse negócio. (...) A Junta, pela sua complacência, e talvez mais alguma coisa do que complacência, é cúmplice nos desvios dos seus dinheiros”.

Em consequência das acusações propagadas pela imprensa oposicionista, que novamente o acusava abertamente de ser “ladrão” e “concussionário” (Bonifácio, 1997: 12), Costa Cabral apresentou, a 1 de fevereiro de 1850, um projeto-lei, quase imediatamente alcunhado de proposta de “Lei das Rolhas”, por prever um intenso sistema de controlo da imprensa⁹. Rodrigues Sampaio foi um dos que mais usou a pena para combater os propósitos governamentais e foi um dos subscritores, na companhia de homens como Alexandre Herculano, Almeida Garrett, José Estêvão, Fontes Pereira de Melo, Bulhão Pato, Lopes de Mendonça e Latino Coelho, de um documento de protesto, divulgado n'A *Revolução de Setembro*, a 21 de fevereiro de 1850 (embora tivesse a data de 18 de fevereiro). Esse documento expressava a ideia de que a lei, a ser aplicada, resultaria no perecimento da liberdade de expressão do pensamento. Foi, aliás, apenas o primeiro de vários documentos de protesto, subscritos pelos mais diversos indivíduos, publicados n'A *Revolução de Setembro* até ao início de junho. De facto, pode dizer-se, em consonância com Tengarrinha (2006: 139), que, entre 1849 e 1851, A *Revolução de Setembro* foi o jornal “que

⁹ A lei dava às Câmaras dos Pares e dos Deputados, sem possibilidade de recurso, o poder de julgar verbal e sumariamente as infrações que lhe dissessem respeito, o que as tornava juízes em causa própria. As penas aplicadas podiam ir de multas entre 150 mil e três milhões de réis até à prisão entre um e quatro meses. Os jornais poderiam ser suspensos se um editor cometesse duas infrações num ano. Em períodos de alteração da ordem pública, que na realidade estavam sempre a ocorrer, o Governo ficou com o poder de impedir a divulgação pública de toda a classe de impressos por um determinado prazo e ainda com o poder de nomear comissários dedicados à instrução de processos por abuso de liberdade de imprensa no Ministério Público. Criaram-se tribunais especiais para julgamento dos crimes de abuso de liberdade de imprensa, que substituíam os tribunais de júri. Foi proibido o recurso a coletas públicas para o pagamento de multas e indemnizações por abuso de liberdade de imprensa, prática até então comum. Para se poder fundar um jornal, tornou-se necessário efetuar um depósito substancial suscetível de garantir o pagamento de eventuais multas ou indemnizações. Os próprios vendedores de jornais ficaram restritos a apregoar as denominações dos que tinham para venda, não os conteúdos.

mais fortemente se bateu, sobretudo com os demolidores editoriais de Rodrigues Sampaio, que ocupavam quase toda a primeira página, contra as arbitrariedades e concussões do Governo de Costa Cabral”. Por isso, foi “o principal responsável pelas grandes campanhas que levantaram a opinião pública das maiores cidades”, contribuindo, ulteriormente, para a queda de Costa Cabral (Tengarrinha, 2006: 139).

A entrada em vigor da “Lei das Rolhas”, a 3 de agosto de 1850, obrigou os editores de jornais a prestarem uma fiança exorbitante para assegurar possíveis indemnizações caso fossem condenados por crimes de abuso de liberdade de imprensa. De acordo com Neiva Soares (1982: xxv), Sampaio declarou, então, que queria assumir pessoalmente a responsabilidade pelos seus artigos, passando a assiná-los e assumindo o lugar de editor, em substituição de José Miguel da Silva. O seu primeiro artigo assinado foi publicado a 20 de setembro de 1851, no número 2846 d’*A Revolução de Setembro*.

Os problemas para a imprensa estenderam-se ao serviço de correios. O número de 16 de junho de 1849 d’*A Revolução de Setembro*, aliás, já dava conta dos problemas de distribuição do jornal na província. Inclusivamente, a partir de meados de 1849, a introdução da franquía prévia da correspondência obrigou o jornal a incluir o aviso de que era necessário franquear a correspondência que lhe fosse dirigida. Esse aviso surgia logo na primeira página, a seguir ao título, junto das referências à localização do escritório, locais de venda do jornal e preço e pagamento de assinaturas e anúncios.

Entretanto, em 1850, agudizaram-se as divergências entre Costa Cabral e o marechal Saldanha. Quando, em janeiro desse ano, o conde de Lavradio acusou Costa Cabral, na Câmara dos Pares, de crime de lesa-majestade, o duque de Saldanha apoiou a acusação. Por isso, a 7 de fevereiro, com a conivência da rainha, o marechal foi demitido dos cargos de mordomo-mor da Casa Real, conselheiro de Estado, vogal do Supremo Tribunal de Justiça e ajudante de campo do rei consorte, D. Fernando.

A 29 de janeiro de 1851, entrou em vigor uma nova lei eleitoral que em tudo beneficiava Costa Cabral. Nesse mesmo mês, tinha rebentado o “caso do Alfeite” – a Casa Real foi acusada de arrendar ao chefe do Governo uma propriedade por valor irrisório, pelo prazo de 99 anos.

Face à degradação da situação, a 7 de abril de 1851, o marechal Saldanha promoveu uma revolta militar contra Costa Cabral. A 9 de abril, as Cortes foram adiadas (e só viriam a reabrir a 2 de junho). Apesar das vicissitudes da intentona, que pareceu votada ao fracasso, e da fuga de Saldanha para a Galiza, o movimento acabou vitorioso, até porque o poder real sentiu o descontentamento do povo.

Assim, a 29 de abril, o movimento anticabralista já controlava o Porto. Passos Manuel e Faria Guimarães, entre outros, encabeçaram, então, uma delegação que foi buscar Saldanha a Lobios, na Galiza, reconduzindo-o ao país. Ao mesmo tempo, as tropas governamentais, comandadas pelo rei consorte, D. Fernando, revoltaram-se em Coimbra. Costa Cabral, já sem capacidade de controlar a situação, abandonou a chefia do Governo e embarcou, então, para Vigo, reassumindo, a seguir, o cargo de embaixador em Madrid.

A fuga de Cabral permitiu a formação de um novo Governo, chefiado pelo duque da Terceira, mas este só durou seis dias. Logo após, o duque de Saldanha assumiu a presidência do Ministério, a 1 de maio, cargo que ocuparia até junho de 1856. Terminava, assim, o cabralismo, sem glória e com graves prejuízos para a imagem da soberana (que morreria em 1853) e, consequentemente, da própria monarquia. Entrava-se na Regeneração, que Rodrigues Sampaio, apoiou, juntando-se ao novo Partido Regenerador, pelo qual foi eleito deputado por várias vezes, a primeira das quais em novembro de 1851. A *Revolução de Setembro*, periódico cada vez mais moderado, tornou-se, por seu turno, uma espécie de órgão oficioso dos regeneradores. O programa do partido centrava-se nos melhoramentos materiais de Portugal à custa do investimento público (o que faria crescer o endividamento do país), em detrimento das quezílias partidárias sobre a Constituição e a organização política do Estado. Refletia, enfim, os ideais burgueses europeus, fundados no culto do progresso económico, social e político dos estados.

Na nova conjuntura da Regeneração, António Rodrigues Sampaio acomodou-se, até porque a natureza do regime o satisfaria. É essa, nomeadamente, a visão de Victor de Sá (1984: 46):

Era contra a ditadura política, mas não era pela democratização social, apenas pela democracia (...) parlamentar, quando só os possidentes eram eleitores ou elegíveis. Era pela descentralização dos poderes do Estado, mas não era pelo sufrágio universal. Era pela elevação do nível educacional das classes trabalhadoras, mas não era pelo reconhecimento da sua autonomia (...).

Tinha, assim, já o aspeto de um pequeno burguês conservador, conforme o descreve Rocha Martins (1941: 93): “espadaúdo e gordo, lento de andada, comia, bebia e pensava à antiga portuguesa (...), refugiava-se no trabalho como um monge”. Mas “era generosíssimo a ponto de nem sempre ter de seu alguns mil réis ao canto da gaveta”.

Recorde-se, inclusivamente, que devido à moderação de Sampaio, após a Regeneração, José Estêvão afastar-se-ia do jornal que havia fundado para “se demarcar” das posições do primeiro (Sá, 1984: 50).

Como era Sampaio na rotina diária? O jornalista seu contemporâneo Manuel Ferreira Ribeiro (1884: 5-6) relembra-o assim:

O jornalismo, na sua forma mais animada – a política – merecia-lhe atento cuidado. Lia com prazer os jornais do dia à hora da sua refeição matinal, separava aqueles cujos artigos mais o impressionavam, fazendo risonhas apreciações. De tarde, quase sempre depois do jantar, é que escrevia para a *Revolução de Setembro* os artigos (...) que (...) iluminavam o país (...). Profundo latinista, era-lhe fácil a língua de Vieira. (...) Era literato consumado e artista na verdadeira aceção da palavra.

Neiva Soares (1982: xxv-xxvi) diz que Rodrigues Sampaio era “provocador, sarcástico, verrinoso e quase injurioso, o que lhe acarretou (...) problemas, como os que teve de enfrentar várias vezes na Câmara dos Pares.” Porém, continua o mesmo autor, “Este seu fel era (...) de pouca dura, pois (...) ficava todos os dias à noite no tinteiro. No dia seguinte, a vida recomeçava-lhe (...) com a ordem para o criado: – Manuel, traz-me cá os venenos!” E explicava-lhe que “balas de papel”, como as réplicas saídas no *Português*, adversário do *Revolução*, não lhe faziam mal.

Embora mais cordato, Sampaio continuou a usar desassombradamente a pena n’A *Revolução de Setembro*. Isso valeu-lhe, inclusivamente, ter sido desafiado para um terceiro duelo, desta vez, com Sant’Anna de Vasconcelos, redator d’O *Português*, a 13 de setembro de 1854. Narrado por Teixeira de Vasconcelos (1859: 85) e Brito Aranha (1907:81), o confronto, ocorrido ao meio-dia, perto do Campo Grande, em Lisboa, à pistola, a uma distância de 24 passos, terminou com um ferimento de Sant’Anna. Mas houve muitos outros episódios que permitem imergir o leitor atual na atmosfera do jornalismo oitocentista português. Ramalho Ortigão, por exemplo, conta numa das suas *Farpas*, que um dia surgiu à frente de Sampaio um jovem que exigia a retificação de uma ofensa feita ao seu pai num artigo do jornalista. Retorquiou-lhe Sampaio:

– A exigência do meu jovem e denodado amigo é perfeitamente justificada e digna do meu respeito. Somente eu não posso satisfazê-lo dum modo cabal. Está completamente fora dos meus hábitos de jornalista retratar-me e quanto ao arrependimento do que escrevo, guardo-o para os casos em que

erro e não para este em que escrevi puramente a verdade, demonstrada e patente, não tendo sobre este ponto a dizer senão *quod scripsi, scripsi*. Mas se por um nobre sentimento de solidariedade filial, o meu amigo entende que deve proceder em desagravo da honra ofendida de seu pai, e não serei eu que o desaconselhe de fazê-lo, quatro caminhos (...) se lhe oferecem para me combater. Primeiro, escrever um artigo de contestação, para o que tem aqui papel e caneta e que lhe publicarei no jornal de amanhã. Segundo, chamar-me aos tribunais, onde eu comparecerei para ser descomposto pelo rábula escolhido para esse efeito. Terceiro, tomar um desforço pelas armas e ter a bondade de me mandar testemunhas e as suas condições, que eu aceitarei. Enfim, espancar-me em sítio público na cidade, o que é talvez o meio mais simpático para a opinião pública, porque o público gosta de ver levar para o tabaco os escritores agressivos e violentos como eu!

- Opto por este último expediente (...). Vou esperá-lo na rua. (...)
- Dez minutos apenas para concluir o artigo que estou fazendo e sou todo do meu nobre amigo (...).

O jovem foi, então, esperar o jornalista na calçada do Combro e deu-lhe uma bengalada, que Sampaio desviou com o braço. De seguida, o jornalista agarrou pela cintura o jovem desafiador e atirou-o para cima do balcão de uma loja próxima, explicando ao dono:

- Olhe que não é um malfeitor. É um bom rapaz. Trate-o bem. E se quando voltar a si perguntar por mim, mande-me chamar ali à *Revolução*, que eu cá virei abaixo outra vez.

António Rodrigues Sampaio viveu num tempo em que a troca de favores e o compadrio entre os poderosos era comum, e o próprio Sampaio a terá praticado, inclusivamente em favor de alguns dos seus antigos adversários, conforme, por exemplo, revela imprudentemente Francisco da Silva Figueira (1882: 19), que, ao querer elogiá-lo pelo seu carácter, conta a seguinte história:

Desavieram-se ele e outro colega de redação e, em jornais diversos, passaram a digladiar-se sem piedade. O amigo, tornado adversário, foi par, e passados bastantes anos precisou da proteção de Sampaio, então ministro, para um filho ser bem-sucedido em uma sua pretensão. Não se atrevendo a procurar o ministro (...), encarregou disso um conhecido de ambos. Sampaio estranhou que o não procurasse diretamente, e com confiança, o antigo amigo.

Veio, abraçaram-se com a efusão sincera de amigos (...) e o requerente foi completamente satisfeito na sua pretensão.

Apesar da crítica contundente dos seus adversários, em 1852, António Rodrigues Sampaio, aburguesado e crescentemente reputado, tornou-se grão-mestre da Confederação Maçónica. Em 1859, foi nomeado conselheiro do Tribunal de Contas, tendo, também, exercido, interinamente, a presidência deste órgão.

Após a normalização da situação política, criaram-se, novamente, condições para o florescimento dos jornais, até porque, entre 1851 e 1866, se desmantelou o edifício legislativo que condicionava a liberdade de imprensa¹⁰. Esse período de acalmia e estabilidade política, de relativa paz social e de rotativismo na governação impulsionou o crescimento económico, baseado na industrialização e numa revolução nos transportes, graças, principalmente, à ação de Fontes Pereira de Melo, como ministro e chefe do Governo (Fontismo).

Abraçando a política, Rodrigues Sampaio prosseguiu a sua intermitente carreira parlamentar (não foi eleito para todas as legislaturas) a par da jornalística. Conta Brito Aranha (1907: 92) que, em 1866, Joaquim António de Aguiar quis nomear Sampaio como ministro para o Governo que tentava formar, mas o rei opôs-se, lembrado dos tempos revolucionários de Sampaio e das críticas que este dirigira à rainha sua mãe. Tendo sabido da ocorrência, Sampaio escreveu a Joaquim António de Aguiar uma carta, amplamente publicitada, na qual, ironicamente, dizia: “A Pátria não perde nada e eu lucro. V. Ex..^a matava-me politicamente fazendo-me ministro. Sua Majestade salvou-me fazendo crer a todos que eu era incapaz de o ser.” Essa carta, de resto, foi publicada, postumamente, n’*A Revolução de Setembro*, a 17 de setembro de 1882.

Em 1867, Sampaio fez uma viagem pela Europa (Brito Aranha, 1907: 82), tendo enviado para *A Revolução de Setembro* várias cartas (“Notas de Viagem”) dando conta das suas experiências.

Em 1870, Sampaio recorreu, com outros companheiros, ao seu antigo adversário, Costa Cabral, retirado em Tomar, para este ir dirigir a legação portuguesa junto da Santa Sé, prova do valor político que, apesar de tudo, se reconhecia ao antigo chefe do Governo.

¹⁰ Logo em 1851, foram mandados arquivar os processos por abuso de liberdade de imprensa pendentes; em 1856, estabeleceu-se que as leis de liberdade de imprensa se observassem, também, no ultramar. Em 1862, amnistiaram-se os crimes de liberdade de imprensa em que o acusador era somente o Ministério Público. Em 1863, publicou-se uma lei sobre os direitos dos jornais. Finalmente, em 1866, aboliram-se, por lei, “todas as cauções e restrições estabelecidas para a imprensa periódica”.

Nesse mesmo ano, Rodrigues Sampaio foi eleito presidente da Câmara dos Deputados e exercia esse cargo quando, a 19 de maio, se deu mais um golpe de Estado promovido pelo marechal Saldanha. Foi Saldanha que lhe abriu as portas do Governo, pela primeira vez, com o cargo de ministro do Reino, equivalente, hoje, ao de ministro da Administração Interna (ou do Interior). Porém, Sampaio apenas se manteve em funções por doze dias. Abdicou delas em rutura com o marechal, que queria governar sozinho e autoritariamente, atrasando, tanto quanto possível a convocação de eleições. Francisco da Silva Figueira (1882: 17) assegura que Sampaio se demitiu porque “não devia governar em ditadura quem fora o mais valente atleta a liberdade”.

António Rodrigues Sampaio foi, novamente, eleito deputado nas eleições de 1870 e 1871, com o prestígio reforçado pela sua oposição aos propósitos autocráticos do marechal Saldanha. Em 1871, foi, então, pela segunda vez, chamado ao Governo, desta vez liderado por Fontes Pereira de Melo. Voltou a ocupar-se do Ministério do Reino, que ocupou até 1877. Dedicou-se, por exemplo, ao reforço do mutualismo – o que lhe valeu, inclusivamente, a presidência honorária do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laborais. Porém, conforme narram Ramalho Ortigão e Eça de Queirós nas *Farpas* de Setembro de 1871, logo nesse ano Sampaio terá pedido ao vice-presidente do Centro, onde se debatia o republicanismo, o internacionalismo e outras doutrinas incómodas para o poder, para que o organismo “não continuasse em discussões que nem estavam na permissão dos estatutos nem na sua dignidade de corporação”. Por isso, os membros retiraram o retrato de Sampaio da parede. Contam os autores, cheios de comicidade:

O Centro julgou-se tiranizado e protestou. Como? Fazendo um arranjo na sua sala. O retrato do Sr. A. R. Sampaio que estava na parede – está agora num armário. Oh grandes homens do Centro. Vós quisestes fazer uma alta justiça social. E o que fizestes? Uma alteração na mobília! Pretendíeis significar por esse facto que éreis os homens da dignidade austera, e todo o mundo vê que sois simplesmente os admiradores das paredes lisas. Dizei cá! A advertência do Sr. Sampaio, ministro, foi ou não opressiva do vosso direito? Não? Então, que homens sois vós que gratuitamente, caprichosamente, dais a desautorização a quem vos deu a associação? Foi opressiva? Então que homens sois vós que, por todo o desaforo do vosso direito violado, do vosso pensamento reprimido – não tendes mais iniciativa do que a de um criado tonto! A vossa justiça indigna-se – despregando pregos! (...) Ah! A vossa maneira de protestar é cómoda para os homens – mas terrível para a mobília!

Efetivamente, no Governo – e porque uma coisa é verbalizar e outra é fazer ou *poder fazer*, Rodrigues Sampaio não pôde concretizar a maioria das coisas por que sempre se bateu enquanto jornalista, o que lhe valeu a crítica feroz dos seus antigos correligionários mais exaltados, que o acusavam de trair os seus ideais, e dos conservadores, que não cessavam de lhe recordar não só que tinha pertencido à Comissão Revolucionária de Lisboa durante a Patuleia mas também os ataques à coroa e à Chefe de Estado, D. Maria II, que desferiu no *Espetro*¹¹. Essa contradição, a falta de etiqueta que sempre exibiu e o facto de se ter amancebado com uma freira após enviuvar, aos 38 anos, tornaram-no, inclusivamente, um dos alvos preferidos dos caricaturistas de então, nomeadamente de Rafael Bordalo Pinheiro. O seu temível adversário Luz Soriano (1854: 17-18), por exemplo, para além de o acusar de ter sido seduzido pelo dinheiro, vendendo a sua opinião a quem lhe pagava, escreve:

E repare-se bem que era este o exímio escritor, este o famoso apóstolo, que sem nada de ascético ter na fisionomia, e no ventre, tão severo nos pregava (com a pena, que não com o exemplo) (...). É que a moral do Sr. Sampaio é de funil, larga para os seus e estreita para os seus contrários. É que a barriga de Sua Ex.^a é grande e ele não a quer encher com as três avés da igreja ao meio-dia (...). E quer este fariseu (...) que eu o tome por mentor e que por ele regule as minhas ações e a minha política! Ser perverso e querer que os mais o sejam é o cúmulo da perversidade. (...)

Não se esqueça pois ninguém que era este Sr. Sampaio o que indo buscar (...) as mais exaltadas teorias republicanas (...), autor de periódicos clandestinos, vomitava no público (...) calúnias (...) contra a falecida rainha D. Maria II (...), torpissimamente (...) coberta (...) de impropérios por este mesmo homem, que não se pejou de lhe assacar crimes no mais recôndito da sua vida privada (...) nessa (...) *Revolução de Setembro*, pelourinho da (...) infâmia (...).

Membro influente da atual Câmara eletiva, (...) a Monarquia é hoje para ele o melhor dos governos possíveis, e por modo tal que já hoje os soalhos das régias salas gemem sobre o enorme peso deste grande colosso (...).

A crítica de Luz Soriano é, de certa forma, pertinente, até porque Rodrigues Sampaio, em 1871, na qualidade de ministro, lutou pela proibição das Conferências

¹¹ Diga-se, no entanto, que António Rodrigues Sampaio manteve até morrer um enorme orgulho no *Espetro*. Um dia, segundo conta Ramalho Ortigão nas *Farpas*, já na condição de ministro do Reino, acusado nas Cortes de ter sido um radical, lançou um volume encadernado do jornal para a mesa e declarou: “Se, depois de o ter examinado, a Câmara entender que há alguma espécie de incompatibilidade entre as ideias que aí se acham expostas e a minha presença nos conselhos da Coroa, retiro-me, porque prefiro a honra de ter escrito esse livro à glória de estar sentado nesta cadeira.”

do Casino Lisbonense¹² (Neiva Soares, 2006: 73), pretensamente por colocarem em causa dogmas da religião e do estado. Foi mais uma das contradições da sua vida: um dos homens que mais se bateu pela liberdade foi também um dos que não hesitou em censurar o debate, em Portugal, das novas ideias que agitavam a Europa. Inclusivamente, como contam Eça de Queirós e Ramalho Ortigão nas *Farpas* de Janeiro de 1872, pouco tempo depois de ser empossado do cargo de ministro dos Negócios do Reino, logo promulgou uma portaria que impedia as críticas e exames ao hospital de São José.

Noutro ato paradoxal, também em 1872, o ministro António Rodrigues Sampaio promulgou uma outra portaria que impedia que aos jornais fossem comunicadas as atribuições de mercês honoríficas pelo rei, o que se fazia sob proposta do Governo, obviamente para evitar as críticas da imprensa. Mais uma vez, Ramalho Ortigão e Eça de Queirós comentaram o assunto, nas *Farpas* de setembro a outubro desse ano:

O Sr. ministro do Reino acaba de praticar (...) um ato deliberativo que ficará na história (...). O Sr. ministro proibiu que pela sua secretaria se comunicasse aos jornais notícia das mercês honoríficas.

O Sr. ministro, vedando por este modo a publicidade da mercê honorífica, coloca tacitamente a mercê honorífica na categoria de ofensa à moral e do insulto ao pudor.

Doravante, o decreto de honras e mercês passará a ser secreto como o ato vergonhoso.

Quando o Sr. ministro sentir a necessidade urgente de fazer um comendador, S. Ex.^a pedirá licença aos circunstantes, recolher-se-á num pequeno quarto escuro, fechará a porta por dentro, e mudo, recolhido, aferroado, expelirá a comenda.

Em 1878, ano em que ganhou assento na câmara alta do parlamento com a dignidade de par do reino, Rodrigues Sampaio foi novamente empossado do cargo

¹² As conferências do Casino Lisbonense foram realizadas por impulso de Antero de Quental, Eça de Queirós, Oliveira Martins, Teófilo Braga e Manuel de Arriaga, entre outros, tendo-se nelas debatido questões literárias e das artes plásticas, como o Realismo, questões políticas, como a República e o Socialismo, e ainda questões científicas, como a aparição das ciências sociais, o darwinismo, etc. Por isso, eram corrosivas para o Portugal conservador e católico oitocentista. Segundo o manifesto paradoxalmente publicado no *Revolução de Setembro* de 18 de maio de 1871, as conferências pretendiam “Abrir uma tribuna onde tenham voz as ideias e os trabalhos que caracterizam este movimento do século, preocupando-nos sobretudo com a transformação social, moral e política dos povos; ligar Portugal com o movimento moderno, fazendo-o assim nutrir-se dos elementos vitais de que vive a sociedade civilizada, procurar adquirir a consciência dos factos que nos rodeiam na Europa; agitar na opinião pública as grandes questões da filosofia e da ciência modernas; estudar as condições da transformação política, económica e religiosa da sociedade portuguesa.”

de ministro, em novo Governo de Fontes Pereira de Melo, mantendo a tutela do Interior. O seu principal feito desta sua nova passagem pelo Governo foi a aprovação de um novo Código Administrativo, que constituiu, embora com alterações, a base do direito administrativo português até à reforma de 1935. Nesse mesmo ano, um decreto, redigido em termos extraordinariamente elogiosos por António Rodrigues Sampaio, elevou à categoria de marquês o conde de Tomar, Costa Cabral, seu histórico e figadal adversário.

Em 1879, o Governo caiu e Rodrigues Sampaio abandonou o Ministério do Reino, prosseguindo apenas a sua atividade na câmara alta do parlamento. Em 1880, envolvido nas comemorações do tricentenário da morte de Camões, foi eleito presidente honorário da Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses, grémio nacional de jornalistas¹³, que se fundou na sequência dessa celebração.

A 23 de Março de 1881, o Governo progressista deixou a cena. Fontes Pereira de Melo não quis chefiar um novo Governo. Coube essa tarefa a António Rodrigues Sampaio, que, já totalmente reconciliado com a Família Real, e cada vez mais pragmático e conservador, ocupou a presidência do Ministério (assim se chamava ao Governo) em acumulação com a pasta do Reino. Foi esse o ponto alto da sua vida pública, tendo, nomeadamente, promulgado uma importante lei de reforma da instrução primária. Porém, a 11 de novembro desse mesmo ano, foi substituído por Fontes Pereira de Melo.

Ainda em 1881, um antigo correligionário de Rodrigues Sampaio, o escritor António Duarte Gomes Leal, lançou, em livro, uma crítica feroz ao jornalista, redigida em verso, a última das que este receberia em vida. Foi causa direta do libelo a adoção de medidas de controlo da imprensa por parte do Governo de Rodrigues Sampaio, a despeito do que este sempre defendera como jornalista panfletário. Por um lado, o acesso às notícias de polícia, por exemplo, foi impedido por nova legislação publicada nesse mesmo ano, o que permitia à autoridade policial cometer arbitrariedades na investigação e repressão do crime¹⁴;

13 Era, porém, uma associação elitista que congregava, principalmente, “escritores de jornal” e “políticos de jornal”, não repórteres profissionais, então vistos como uma espécie de ralé do jornalismo nacional. Ser articulista, redator de artigos políticos, era visto, ainda, como o objetivo “elevado” de muitos dos que se envolviam na vida dos jornais.

14 A portaria “muda”, de 12 de Outubro de 1881, explicitava que “Tendo a experiência demonstrado graves inconvenientes na publicação das ocorrências policiais, não só pelo desfavor que se lança sobre as pessoas nelas envolvidas (muitas vezes sem justa causa, pela falta de tempo para apurar a verdade dos factos) mas também, e sobretudo, pelo muito que se prejudica a ação da autoridade policial na investigação dos crimes e na descoberta dos criminosos, os quais, advertidos pela imprensa periódica, não raras vezes iludem todos os propósitos dos agentes policiais e se subtraem, assim, à ação da justiça, há Sua Majestade El-Rei por bem ordenar (...) que, de agora em diante, não dê em notícias das ocorrências e factos policiais”.

por outro, os processos judiciais eram movidos à catadupa contra quem atacava o Governo ou o rei, o que limitava os direitos cívicos dos processados, como aconteceu a Gomes Leal, impedido de concorrer a cargos políticos por causa de um processo judicial que se arrastava nos tribunais. Por isso, Gomes Leal (1881: 20) apelidou Rodrigues Sampaio de “vendido”, “velho solitário (...)”, escória entre os velhos, refugio de traidor, (...) renegado hostil”. Foi esse tipo de ataques que terá levado, ainda antes disso, Sampaio (*cit. in* Teixeira de Vasconcelos, 1859: 90-91) a queixar-se a um amigo nos seguintes termos: “Se eu tivesse satisfeito todas as exigências de certos figurões, não teria respeitado trono nem altar (...), mas não o tendo feito (...) condenam-me (...). Queriam que eu derrubasse o poder para eles próprios subirem, impossibilitando-me eu próprio de o exercer.”

Coincidiu o lançamento do violento panfleto de Gomes Leal contra Rodrigues Sampaio com a demissão deste último da chefia do Governo e com a sua retirada da vida pública. Doente, acabou por falecer no dia 13 de setembro de 1882, em Sintra, depois de, segundo a lenda, rever por uma última vez as provas tipográficas d'*A Revolução de Setembro*.

3. O SAMPAIO DO JORNALISMO POLÍTICO

António Rodrigues Sampaio escreveu abundante e sobre os múltiplos assuntos que o quotidiano lhe sugeria ou a política exigia. Mas, durante a Regeneração António Rodrigues Sampaio escreveu já não sobre temas de rutura, mas sim, principalmente, sobre a atualidade política rotineira e normalizada da governação e do quotidiano. A sua verve tornou-se menos viperina. O seu discurso jornalístico tornou-se menos virulento e irónico, e às vezes até defensivo e justificador, à medida que o jornal *A Revolução de Setembro* começava a cumprir o papel de órgão oficioso do Partido Regenerador e era preciso defender o ponto de vista coletivo e as ações governamentais. Nessa altura, já eram poucos os vestígios do desregramento discursivo que exibia no passado, embora o seu discurso continuasse a ser matizado pela exploração dos recursos da retórica romântica, mais adequados a alimentar emoções do que a fomentar debates sérios e profundos. Assim, a 28 de maio de 1851, n'*A Revolução de Setembro*, António Rodrigues Sampaio já saudava a Regeneração: “Entramos em nova época. Os deveres da imprensa são outros. Já desapareceu de entre nós esse Governo devasso, com o qual não havia tréguas nem lei de combate. Acabou a luta encarniçada, o repto continuado, que nos teve em armas por tanto tempo.”

Verdadeiramente, com a Regeneração, Portugal entrou num período de acalmia e estabilidade, que só viria a ser interrompido com o movimento contestatário da Janeirinha, antitributário e municipalista, que eclodiu a 1 de janeiro de 1868, provocando uma reorganização do espetro partidário e o fim do rotativismo entre regeneradores e históricos no Governo.

No seu papel de defensor e militante do Partido Regenerador, António Rodrigues Sampaio, durante os primeiros anos da Regeneração, preocupou-se, principalmente, com os ataques políticos aos adversários do Partido Histórico. O excerto de texto seguinte, de um dos seus artigos, revela um caso sintomático. É possível observar no mesmo, além disso, os recursos retóricos que mobilizava, ilustrativos da oratória política do Romantismo:

Descobriu-se a felicidade pública (...). O remédio era simples (...). Quereis saber como tudo é simples? Ponde em próspero estado a marinha, o comércio, a indústria e a agricultura, acabai com os monopólios, cingi o sistema tributário às prescrições da Carta (entendeis?), acabai com o exército de oficiais e afilhados, aboli os vínculos e não deixeis morrer à míngua as colónias!

Votamos por tudo isso. E depois? *Fiat lux*? Mas fica tudo às escuras. Quando a voz que pronuncia a sentença é onipotente, a luz sabe das trevas, o mundo do nada, o homem da terra, a alma do espírito de Deus, mas quando a voz é do mezinheiro, o mais que acontece é alguma prestidigitação parva, ou algum charlatanismo ridículo. Se o doutor chamado para curar o doente (...) declarar que o melhor é ter ele saúde, o que se dirá? (...) Pois é o que hoje dizem ao país. Está mal? Esteja bem. Está pobre? Esteja rico. Carece de meios? Tenha meios. (*Revolução de Setembro*, 29 de Janeiro de 1856)

Note-se, no excerto de texto anterior, a exploração dos contrastes (luz/trevas) e o apelo constante ao sobrenatural (trevas) e ao divino, em frases sincopadas, onde se introduzem abundantes metáforas, comparações, exclamações e interrogações retóricas, num tom assumidamente irónico e, às vezes, de estreita cumplicidade com o leitor presumido, a quem interpela diretamente (“entendeis?” – pergunta ele a adversários e amigos leitores)

Para além de representativo da retórica de António Rodrigues Sampaio, o excerto de texto anterior tem um outro ponto de interesse: o autor, paradoxalmente, dirige-se aos adversários, presumindo que seria lido por estes e não apenas pelos correligionários que comprariam *A Revolução*.

Num outro artigo, António Rodrigues Sampaio descreve, comedida e pedagogicamente, o que ele entendia que devia ser o programa da Regeneração:

regenerar o País quer dizer mudar a sua condição material e moral, organizando todos os ramos do serviço público de acordo com aquele intento e fazer leis que o realizem. (...) Se o Governo transato era desperdiçado, este deve ser económico; se violava as leis, este deve acatá-las; se deprimia o espírito público, este deve exaltá-lo; se desprezava a instrução, este deve promovê-la; se abandonava as indústrias, este deve fomentá-las; se encarecia os capitais, este deve barateá-los; se se descuidava das comunicações, este deve solicitá-las; se exagerava o imposto, este deve reduzi-lo; se embrulhava o foro, este deve desenredá-lo. (*Revolução de Setembro*, 5 de junho de 1851)

Dentro da mesma linha, num artigo publicado n'A *Revolução de Setembro* de 18 de junho de 1851, cheio de metáforas, mas num tom extremamente atual, Rodrigues Sampaio resume aquelas que, em seu entender, deveriam ser as linhas metras da ação governativa: investimento em vias de comunicação, no sistema educativo... e preferencialmente tudo isso com menos impostos:

Não esperámos nunca que a Regeneração saísse repentina debaixo do bastão do marechal (...). O cancro era fundo e a espada só cortou a cabeça.

(...)

Estão em luta (...) interesses (...). Há muito quem lucre com a corrupção (...). Há muito quem tenha sofrido injustiças e as quer ver logo reparadas. Há (...) o espoliado que quer possuir. Há o amor-próprio do que se julga despeitado (...) por não poder salvar a Pátria (...). Há o interesse individual querendo prevalecer sobre o interesse público. Há, enfim, uma dúzia de pretendentes para cada cargo público, e não há dinheiro para pagar em dia a nenhum deles.

São estas as misérias da administração, e são elas as que complicam mais o Governo. Jaz aí um povo oprimido. Falta-lhe tudo, desde a instrução até às comunicações, esmagam-no com impostos sem lhe darem meios de trabalho, e ninguém, menos ele, se aflige com o seu mal.

(...)

Pois nós (...) pedimos também uma promoção, e não queremos para ela aumento de despesa. (...) Sejam todos oficiais militares, sejam barões ou sejam condes, mas o povo, vejam se o ensinam a ler, escrever e contar; vejam se lhe abrem alguma estrada, vejam se lhe diminuem algum tributo, e elevem assim a sua condição moral. (*Revolução de Setembro*, 18 de junho de 1851)

É interessante notar, também, no texto acima, um outro dos motes da prosa de Sampaio: a crítica social. De facto, trata com significativa ironia aqueles que almejavam, antes de tudo, um título de nobreza, desconsiderando os interesses mais pragmáticos dos humildes.

Nos textos de Sampaio, a informação é inevitavelmente enquadrada e interpretada. Normalmente, ele não escreve notícias puras. Quando dava informações – e dava-as amiúde – envolvia-as quase sempre num embrulho retórico e emotivo, enquadrado, semanticamente, pela sua mundividência. Os factos eram apresentados como sendo, antes de mais, *factos políticos*, no sentido de serem sujeitos a interpretação política e de terem conotações e consequências políticas. Eis um entre muitos exemplos:

A sessão de hoje na Câmara dos Deputados não ofereceu as vistosas peripécias e os diálogos animados que deram relevo parlamentar às hostilidades entre o Governo e o Banco de Portugal. A sessão de hoje foi mais modesta, mas não totalmente despida de curiosidade. Envolve com uma questão simplesmente administrativa, vieram, apesar da rigidez e austeridade regimental do presidente da Câmara, alguns debates importantes e preciosos comentários feitos pelo conde de Tomar à letra e ao espírito da Carta.

Tratava-se de um parecer da Comissão de Marinha, concedendo ao Governo uma plena autorização para criar um Conselho Ultramarino, de que dependam todos os futuros melhoramentos e reformas de que estão carecendo há tantos anos as desoladas e desditosas colónias portuguesas,

A criação do Conselho Ultramarino é uma das necessidades urgentes para essas colónias, se os ministros (...) quisessem que aqueles fertilíssimos territórios de além-mar sirvam para mais alguma coisa do que para ignóbeis presídios, ou para acomodar em sinecuras os apaniguados ministeriais, mandados às possessões ultramarinas a enriquecerem-se (...). (*Revolução de Setembro*, 18 de janeiro de 1851)

É de salientar que Sampaio narrava os meandros da política oitocentista a partir de dentro, como bom conhecedor, alguém que sabia o que se passava e que por isso assumia uma espécie de estilo narrativo onisciente, sem deixar de apoiar os seus correligionários e de criticar os adversários.

Profundamente democrata, Sampaio fez o elogio do rotativismo, considerando que só com a alternância dos partidos opostos no Governo era possível aferir quais eram as melhores receitas para o progresso do país: “A rotação dos partidos no poder é de grande vantagem social. Sabe-se, por ela, qual é o préstimo

e a utilidade das diversas teorias e conhece-se a capacidade dos apóstolos que as proclamam.” (*Revolução de Setembro*, 29 de setembro de 1869)

Talvez um dos melhores testemunhos da interiorização, por Rodrigues Sampaio, dos valores da moderação e da tolerância democrática se encontrem num artigo surgido n’A *Revolução de Setembro* de 24 de abril de 1858. Nele, a propósito de um ato eleitoral próximo, Sampaio expressou a sua fé numa democracia de gente cordata, em que as disputas se resolvessem pelo voto. Votar contra o Governo, para ele, não podia ser confundido com um ataque pessoal aos ministros, mas tão só uma forma de reprovação das políticas que esse mesmo Governo seguiu:

Eleitores!

Domingo 2 de maio abre-se a urna. Vamos a ela como quem vai certo do cumprimento de um dever, como quem não leva no coração nem o fel da injúria, nem o ressentimento do despeito, nem nenhuma paixão ruim.

A 2 de maio é a nossa desobriga política. Os ódios e os rancores não são próprios de uma grande causa, nem de ânimos generosos. A consciência é que dita o nosso proceder. Nem contra os adversários nos anima furor partidário, nem contra os vizinhos nos irrita a divergência de opinião. A lei pede-nos o nosso voto, damo-lo desinteressado.

Votamos contra o Governo, não contra as suas pessoas, mas contra os seus atos, (...) porque as necessidades públicas não são satisfeitas, a administração é descuidada, os melhoramentos (...) são esquecidos, a viação pública é abandonada, os operários das estradas são despedidos sem pagamento, as promessas de obras são reiteradas sem intenção de as fazer, a justiça fica desmoralizada depois de arguirem a necessidade de reforma, a fazenda pública complica-se anunciando nova bancarrota, os difamadores alcançam as graças do poder só pelo mérito da difamação e a liberdade da urna é atacada por atos de prepotência e de arbítrio.

Votamos contra o Governo porque dissipou o dinheiro das estradas (...).

Votamos contra o Governo porque não sabe governar (...).

Votamos contra o Governo porque despreza o voto parlamentar (...).

Votamos contra o Governo porque concede moratórias aos amigos (...).

Votamos, finalmente, contra o Governo porque faz das eleições um leilão (...) fazendo promessas falsas (...). (*Revolução de Setembro*, 24 de Abril de 1858)

Estilisticamente, no texto acima, é interessante notar a repetição martelada e rítmica da ideia principal (“votamos contra o Governo”), muito comum na prosa de Sampaio, e o apelo de abertura, direto, aos eleitores. A argumentação não é

particularmente profunda, muito menos contida. Não apela substantivamente à razão. Conforme se tornou comum em Sampaio, a prosa cedia à emoção do autor e à exposição superficial das suas razões.

Uma última consideração para a forma como o combate político se alargava, notoriamente, do Parlamento para o espaço simbólico e desmaterializado dos jornais:

A Imprensa e Lei não quer ter parte na farsa da *Estrela*. Não a tenha. Cuidávamos que, tendo mandado o programa para os *Pobres do Porto*, era interessada na função; mas se não o era, se aquele programa era brincadeira, e se foi por acaso que adivinhou, nós congratulamo-nos por haver na imprensa portuguesa quem assim prediz os acontecimentos, ignorando a combinação que os produz. Fica assim antes Bandarra do que conhecedora da farsa, se não é que o correspondente dos *Pobres* como palha para comprometer o partido. (*Revolução de Setembro*, 14 de dezembro de 1855)

O combate político de Sampaio desenrolava-se, pois, muitas vezes, nas páginas dos jornais, em adversidade constante com os seus opositores.

CONCLUSÕES

Centrada no exemplo paradigmático de António Rodrigues Sampaio, a pesquisa mostra como, no Portugal de Oitocentos, um indivíduo letrado se podia envolver na política e, por extensão, no jornalismo, tendo sucesso em ambas as atividades; e dá pistas, igualmente, para se compreender o jornalismo (político) que se praticava no país e o que significava ser jornalista nesse tempo.

António Rodrigues Sampaio foi, pois, um pequeno burguês, oriundo da pequena burguesia rural provinciana, que recebeu a sua educação num seminário, como acontecia, de resto, com grande parte dos poucos favorecidos pela possibilidade de se instruírem. O seu sucesso deveu-se a um misto de oportunidade, capacidade, competência, coragem e, principalmente, ao facto de, enquanto pequeno burguês, se ter identificado, nos seus textos corrosivos e moralistas, com as aspirações de muitos dos seus contemporâneos, num tempo em que, por oposição ao Antigo Regime, cada vez mais o reconhecimento resultava do mérito e do valor pessoal em detrimento da condição de nascimento. Mesmo quando ameaçado de censura e prisão, Sampaio teve a coragem de defender convicta e intransigentemente as suas convicções, em sintonia com a dos seus correligio-

nários, o que lhe permitiu assumir papéis de liderança. Nem sequer hesitou em viver clandestinamente e redigir jornais clandestinos em momentos de perigo. Teve a capacidade de usar a palavra como uma arma virulenta ao serviço dos seus ideais, o que lhe franqueou as portas do jornalismo doutrinário, hegemónico à época. Finalmente, aproveitou as oportunidades concedidas apenas nas maiores cidades do país, quando, ao migrar para o Porto e, depois, para a capital, lhe foi proposto tornar-se jornalista, ocupação que o alavancaria para a sua bem-sucedida, embora tardia, carreira política.

Pode ainda acrescentar-se que a vida de António Rodrigues Sampaio teve duas fases. A primeira, que durou até à Regeneração, foi marcada pela prática de um jornalismo inflamado e doutrinário; a segunda, após a Regeneração, foi marcada pelo comedimento pragmático político e jornalístico e pela sua fé no desenvolvimento do país, politicamente pacificado pelo rotativismo.

Foi ele uma personalidade típica do jornalismo romântico e burguês? De algum modo, sim. O seu exacerbamento discursivo, a sua permeabilidade à antinomia entre o bom e o mau, a evocação do sobrenatural (basta reparar no título do seu jornal clandestino na Patuleia – *O Espetro*), o seu individualismo, os seus constantes apelos à emoção e não à razão e à ponderação fizeram dele o fruto de uma época, o que não exclui a sua capacidade de moldar, pontualmente, a marcha dos tempos enquanto *sujeito* histórico. No entanto, Sampaio lançou muitas vezes pontes com a contemporaneidade ocidental, o que se observa, por exemplo, quando ele apregoava os valores da democracia, sem deixar de se ancorar, por vezes, também a valores do Portugal Velho, o que se constata, por exemplo, no facto de não ter hesitado em lavar a honra em duelos e no facto de ter apoiado a suspensão das conferências do Casino Lisbonense por motivos religiosos.

Como se envolveu António Rodrigues Sampaio no jornalismo? Esta é também uma pergunta cuja resposta transparece da investigação. Fê-lo com a naturalidade com que os políticos de então se envolviam na redação de periódicos, principal forma que tinham para transmitirem a sua mensagem a um público alargado, em especial aos seus correligionários, apoiantes e seguidores, para arregimentar partidários e animar as suas hostes.

De facto, num tempo e num espaço onde os factos não eram segregados do comentário, em que a liberdade de opinião, exacerbada, às vezes incluía o insulto e a truculência, fazer política e fazer jornalismo, no sentido de “escrever política em jornais”, eram quase sinónimos.

Dessa fusão entre o *fazer da política* e o *fazer do jornalismo*, a que se juntaria, depois, o *fazer da literatura* (emersão do fenómeno dos “escritores de jornal”),

resultaria, aliás, a discussão que, em Portugal, se prolongou até ao século xx, sobre a natureza do “verdadeiro” jornalismo – se arte liberal assente na produção de informação sob a forma de notícias, entrevistas e reportagens, e portanto passível de ser ensinada e aprendida, ou se capacidade inata assente na capacidade de persuasão e numa elevada erudição (cf. Sousa, 2008).

Ontem como hoje, portanto, os políticos orientam-se para a comunicação social, com a diferença de que, no século xix, fazer jornalismo e fazer política confundiam-se. No século xix português, pelo menos até à fase de industrialização da imprensa, após 1864/1865, não havia grande distinção entre ser-se político e ser-se jornalista, tal como não havia entre ser-se escritor e ser-se jornalista, até porque não existiam *repórteres* profissionais. Hoje, o *jornalista profissional* não é, por definição, um profissional da política e considera-se mesmo que os dois campos não se devem misturar, por muito que interajam, mas no Portugal dos primeiros três quartos do século xix não existia um campo da política separado de um campo do jornalismo, já que quase todos os jornais eram, essencialmente, um prolongamento impresso e público da política. Foi, portanto, Sampaio um jornalista? No contexto da época – e os factos históricos devem ser lidos em função do contexto de cada época – sem dúvida que o foi. Durante grande parte da sua vida, foi essa, aliás, a sua principal e remunerada profissão. Sampaio foi, de facto, um *profissional remunerado para escrever textos com informação interpretada e opinião para jornais* e mesmo quando se envolveu na política parlamentar e no Governo, continuou a dirigir *A Revolução de Setembro* e a receber remuneração pela tarefa. Era um repórter? Não. Mas tal como o jornalismo não se esgota na reportagem nem na notícia, também a figura do jornalista não se esgota no repórter e muito menos se esgotava no contexto oitocentista do exercício da atividade. Aliás, o conceito de *profissão* em jornalismo, mesmo à luz das leis atuais, passa muito pela dedicação ao ofício como ocupação profissional principal, permanente e remunerada.

A influência que Sampaio exerceu no seu tempo, primeiro por meio do jornalismo, depois por meio, também, da sua militância partidária, foi suficientemente grande no campo político para ter chegado a chefe do Governo, embora não tivesse sido inovadora no campo jornalístico, já que se limitou a seguir, embora com coragem e desassombro invulgaes, o tipo de jornalismo doutrinário e romântico que se fazia na época, ao qual subordinou a sua oratória jornalística.

Apesar de viver do jornalismo, não sendo, portanto, puramente um jornalista “por ocupação”, Sampaio foi, essencialmente, um “político de jornal”. Aliás, a sua

influência política pode, ainda, ser indiretamente aferida pelas homenagens de que foi alvo, em especial no final da sua vida.

As suas qualidades pessoais e de escrita panfletária, reconhecidas pelos seus pares, tê-lo-ão catapultado, pois, para posições de saliência e liderança no jornalismo, reveladas, por exemplo, em ter sido escolhido para primeiro presidente honorário da Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses. Foi o seu desassombrado posicionamento jornalístico e a sua lealdade ao Partido Regenerador que, por sua vez, lhe franquearam as portas da política. O exercício do parlamentarismo e da governação, e talvez também a experiência de vida que só vem com a idade, tornaram-no moderado e pragmático, talvez mesmo conservador, o que teve reflexos na sua ação jornalística, principalmente a partir de 1851, quando já tinha 45 anos.

BIBLIOGRAFIA

- Bonifácio, M. de F. (1997). Segunda ascensão e queda de Costa Cabral (1847-1851). *Análise Social*, XXXII (3): 537-556.
- Brito Aranha, [P. V.] (1907). *Factos e homens do meu tempo. Memórias de um jornalista*. Tomo I. Lisboa: Parceria António Maria Pereira Livraria Editora.
- Carrasco, C., Cunha, C. & Pintassilgo, J. (1983). O mais célebre jornal clandestino português. *História*, 56: 58-69.
- Casal Ribeiro, J. M. do (1850). *A imprensa e o Conde de Tomar*. Lisboa: Tipografia da Rua da Bica de Duarte Belo.
- Figueira, F. da S. (1882). *Discurso que nas solenes exéquias que o Partido Regenerador mandou celebrar na igreja paroquial de Santa Justa e Rufina em 13 de outubro de 1882 pela alma do insigne patriota António Rodrigues Sampaio*. Lisboa: Tipografia Universal.
- Gomes Leal, [A. D.] (1881). *O renegado. A António Rodrigues Sampaio. Carta ao velho panfletário sobre a perseguição da imprensa*. Lisboa: Tipografia do Largo dos Inglesinhos.
- Luz Soriano, S. J. (1854). *A quadrilha dos senhores António Rodrigues Sampaio, Francisco Tavares de Almeida, António Pedro de Carvalho e António dos Santos Monteiro ou duas cartas ao redator da Imprensa e Lei com uma introdução da defesa do deputado por Angola Simão José da Luz*. Lisboa: Tipografia da Rua dos Douradores n.º 31.
- Marques Gomes et al. (1882). *António Rodrigues Sampaio: homenagem prestada à sua memória pela Imprensa do Porto*. Porto: Real Tipografia Lusitana.
- Neiva Soares, F. (1982). *António Rodrigues de Sampaio. 1806-1882. Antologia*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Neiva Soares, F. (2006). *António Rodrigues Sampaio. Estudos dispersos no centenário da morte*. Braga: Edição do autor.
- Ortigão, R. & Queirós, E. de (1963). *As Farpas: o país e a sociedade portuguesa, com um estudo de Augusto de Castro*. Edição integral. Lisboa: Clássica Editora, 1963.
- Ribeiro, M. F. (1884). *Homenagem a António Rodrigues Sampaio, sócio fundador e presidente honorário da Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses*. Lisboa: Tipografia Lallemand Frères.
- Sá, V. de (1984). *O Sampaio da “Revolução” nas fraturas do século*. Porto: Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto.

- Sousa, J.P. (2008). Uma história do jornalismo em Portugal até ao 25 de Abril de 1974. In: J. P. Sousa (org.), *Jornalismo: história, teoria e metodologia da pesquisa* (93-118). Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Teixeira de Vasconcelos, A. A. (1859). *O Sampaio da Revolução de Setembro*. Paris: s/e.
- Tengarrinha, J. (1963). António Rodrigues Sampaio, desconhecido: A vida apaixonante do maior jornalista português. *Gazeta Literária*, X (5), janeiro/fevereiro de 1963: 9 e 18.
- Tengarrinha, J. (1989). *História da imprensa periódica portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- Tengarrinha, J. (2006). *Imprensa e opinião pública em Portugal*. Coimbra: MinervaCoimbra.

A REPÚBLICA ROMANA E A UNIFICAÇÃO DE ITÁLIA NA IMPRENSA PORTUGUESA

MARCO GOMES¹

Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX – Universidade de Coimbra (CEIS20)
gomes_marco78@hotmail.com

CARMINE CASSINO²

Centro de História – Universidade de Lisboa
carmine.cassino@campus.ul.pt

INTRODUÇÃO³

O surgimento das ideias liberais em Portugal assinala um esforço de renovação cultural que se estende até à crise da I República. Poder-se-á falar numa história das ideias e da cultura que seguiu o binário conflituoso entre o ideário da modernidade e o viés conservador. Políticos, filósofos, literatos, religiosos, historiadores e jornalistas conferiram substância à constante tensão entre o princípio

¹ Doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade de Coimbra (investigador visitante no Departamento de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Estudos de Milão, 2009-2013), é professor adjunto convidado do Instituto Politécnico de Leiria e do Instituto Politécnico de Coimbra. Tem realizado investigação no âmbito dos estudos italianos e das relações luso-italianas, de que é resultado a tese “*Dove va il Portogallo / A Revolução de Abril na imprensa italiana (1974-1976)*”.

² É doutor em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, tendo desenvolvido a tese “Portugal e a Itália: emigração, nação e memória (1800-1832)”. Os seus interesses de investigação são a história das identidades e a história das migrações. É professor de história e filosofia no Liceo Classico Vincenzo Gioberti, em Turim.

³ Este trabalho foi originalmente realizado para o número 6 da revista *Estudos Italianos em Portugal* (Nova Série), publicado em 2011 (pp. 131-140 / ISSN: 0870-8584), no âmbito da atividade do Instituto Italiano de Cultura de Lisboa. O presente capítulo mantém o essencial da versão inicial e introduz reformulações profundas, com novas informações, nas partes da introdução e das considerações finais, além de apresentar o ponto 2, relativo à unificação de Itália, traduzido para português – a primeira versão surge em italiano.

tendencialmente democrático da representatividade e do sufrágio e o princípio monárquico e tradicionalista. Mas o século XIX veio também redimensionar a medida de tempo na História Contemporânea. As reduzidas unidades de tempo, o alcance curto, assumiram cada vez mais importância para a explicação dos fenómenos históricos (Tengarrinha, 2006). Ganhou assim pertinência a utilização do jornal enquanto instrumento social que considera o ritmo, a textura e a temperatura da sociedade. A passagem ao formato diário do jornal em Portugal responde à necessidade de acompanhar a cadência dos factos sociais.

É no contexto da luta de ideias e da proeminência do jornal enquanto elemento nuclear para a divulgação de determinadas perceções da mundividência que se propõe uma leitura das repercussões de dois eventos internacionais na imprensa portuguesa: a constituição da República Romana de 1849 e a unificação de Itália. São acontecimentos que originaram inflamadas polémicas no âmbito dos círculos políticos oitocentistas, contrapondo e refletindo conceções ideológicas e práticas sociais opostas. Revisitar o impacto das réplicas oriundas da Península Itálica permite-nos, sobretudo, entrar no epicentro do combate político e cultural, das expectativas, e perspetivar o duplo esforço efetuado pelos periódicos portugueses junto da opinião pública: informar e formar clientelas políticas.

Porquê o caso italiano? Nos anos sessenta do século XIX, por altura do casamento de D. Luís de Bragança e D. Maria Pia de Saboia, um panfleto celebrativo de novos enlances reais observava o seguinte: “Se há dois países na Europa que devem considerar-se irmãos, tanto pelas tradições gloriosas de sua história, como pelos laços de simpatia nunca desmentida, são esses dois países a Itália e Portugal” (Ventura, s.d.: 55). Evidenciando as afinidades entre os dois povos, a sua índole e a sua natureza, o autor do texto acrescenta “que não há página gloriosa na história de um a que não corresponda página de igual fulgor na história do outro”⁴.

Embora dando uso a tons porventura enfáticos e retóricos, estas páginas recuperam a memória de uma relação antiga, secular, entre duas realidades que tantas vezes se cruzaram no curso da sua história política, social e económica. Esta relação marca um tempo histórico que se estende desde as mutações económicas da Idade Média⁵ até à contemporaneidade, passando por uma fase crucial como o século XIX, em que têm lugar eventos fundamentais para as questões nacionais dos dois países. No que respeita ao caso italiano, o século XIX é marcado pelo

⁴ Ibidem, p. 56.

⁵ Fernand Braudel (1974) lembra que a revolução de 1383-85 e o estabelecimento da dinastia dos Avis consagraram a vocação marítima de Lisboa, abrindo as suas portas à implantação de colónias de mercantes de origem italiana, cuja presença é tão importante que até é relatada por Fernão Lopes nas suas crónicas.

processo de formação de uma entidade estatal única no território da península, atrás do qual se desenvolve a importante questão da afirmação do princípio de nacionalidade, isto é, da construção e consagração de uma identidade transversal a todas as realidades políticas e culturais do heterogéneo panorama peninsular. Este movimento, de particular complexidade política e ideológica, é conhecido pelo nome de *Risorgimento*. E, na sua qualidade de fenómeno que extravasa os limites geográficos daquele que será o futuro Estado nacional italiano, assume os contornos de movimento europeu, estendendo as suas dinâmicas a grande parte das sociedades liberais da altura e chegando a ter projeções transatlânticas. Veículo desta extensão de ideias e homens é a dimensão da emigração política: graças a esta diáspora, o *Risorgimento* delinea-se como fenómeno claramente transnacional, que chega a influenciar, de forma significativa, também o espaço geopolítico português.

A historiografia recente tem sublinhado esta característica fundamental do movimento político italiano na primeira metade do século XIX, recuperando de forma rigorosa e estruturada a memória do grande espaço da migração política para fora da Península Itálica naquelas décadas de renovação ideológica e transformações institucionais. Os trabalhos de Francesca di Giuseppe (2010) e Grégoire Bron (2013) introduzem, neste sentido, novas perspetivas historiográficas na análise das relações luso-italianas num período de importantes transformações políticas nas duas realidades. As teses de doutoramento destes autores possuem o mérito de romper com uma tradição retórica e nacionalista da história do *Risorgimento* que trata o caso do exílio político em Portugal de forma superficial, não considerando todas as implicações que se abrem no contexto sociopolítico lusitano. Francesca di Giuseppe e Grégoire Bron recuperam, assim, a importância das relações luso-italianas na primeira metade do século XIX numa perspetiva transnacional, revelando a profundidade e complexidade das dinâmicas desenvolvidas entre essas dimensões geopolíticas. Os dois estudos relançam a ideia de centralidade de Portugal como lugar estratégico de exílio político, que não desempenha um papel secundário face a grandes centros europeus como Londres ou Paris.

A presença e a influência do *Risorgimento* italiano em Portugal apresentam, então, uma dimensão mais ampla, que muito precede a viagem de Carlos Alberto para o Porto em 1849, e – com a exceção da campanha liberal de 1832-34 – concentra-se essencialmente no centro-sul do país, para onde se dirige o grosso da emigração política italiana entre 1820 e 1850. A par desta emigração política existe uma dimensão que até ao momento tem sido de alguma forma desconsiderada ou esquecida: a emigração socioeconómica. De facto, na primeira

metade de Oitocentos existe um fluxo migratório que leva muitos italianos para Portugal, persistindo em determinadas regiões do país – e particularmente na capital – uma comunidade reconhecível, com algum relevo na esfera económica; uma comunidade que parece partilhar elementos culturais sensíveis (para além do religioso) e que é acompanhada por uma identificação geocultural (os “italianos”) bem definida e publicamente assumida (cfr Cassino, 2015).

Em termos metodológicos, *A Nação* (1847-1917) e *A Revolução de Setembro* (1840-1901) são os meios selecionados, não sendo alheio o facto de serem dois dos mais importantes jornais portugueses neste período e aqueles que apresentam maior longevidade no século XIX. O primeiro é um periódico católico, conservador e de tendência legitimista, enquanto o segundo segue a linha de esquerda liberal, infletindo, posteriormente, mais para o campo moderado (Lemos, 2006; Sardica, 1997). O estudo sobre a República Romana de 1849 recorre à análise dos editoriais, o género jornalístico que, segundo José dos Santos Alves (2009), foi inaugurado em Portugal por João da Rocha Loureiro através das *Cartas a Orestes*, na segunda década de Oitocentos, e que remete para a interpretação idiossincrática da realidade. Já a reflexão sobre a unificação de Itália privilegia outros espaços de informação e opinião⁶ que não apenas os editoriais. Considerando que os diários de Lisboa apresentam, nesta altura, diferenças ao nível do formato, da linguagem e das modalidades enunciativas, o esboço do esquema hermenêutico alarga, neste caso, a leitura aos telegramas noticiários e às narrativas elaboradas a partir de informação proveniente de outros jornais europeus.

A disseminação de determinadas perspetivas políticas e religiosas é aqui encarada como elemento constitutivo do conceito de cultura. Desse ideário antagónico decorre o condicionamento social das ideias. Como refere Edward Said (1994: xiii), a cultura transforma-se na moldura que diferencia *nós* e os *outros*, não sem um frequente grau de xenofobia. E, entendida como uma “fonte de identidade”, constitui um universo através do qual vários princípios, políticos e ideológicos, entram em relação uns com os outros, podendo mesmo “transformar-se num verdadeiro campo de batalha sobre o qual diversas causas se manifestam à luz do sol”⁷.

⁶ No caso de *A Nação* são objeto de análise as secções “Boletim Político” e “Despachos Telegráficos”, enquanto em *A Revolução de Setembro* merece atenção o “Boletim do Dia”.

⁷ As traduções de língua estrangeira para português são da nossa responsabilidade. Procurou-se, por outro lado, atualizar o português dos textos jornalísticos em análise, nomeadamente aqueles dos jornais *A Nação* e *A Revolução de Setembro*, mantendo-se, obviamente, o sentido dos enunciados veiculados no século XIX.

1. A REPÚBLICA ROMANA DE 1849

A Revolução Francesa inspirou profundas ruturas no quadro político e social europeu e lançou as sementes das convulsões que haveriam de explodir em meados de Oitocentos. Este viés temporal, definido por Hobsbawm (1978: 403) como “o mais revolucionário meio século da história até então registado”, alterou a textura do conhecimento humano e colocou em marcha movimentos que lutaram contra as autocracias e a falta de representação política dos cidadãos. De carácter liberal, democrático e nacionalista, os processos revolucionários adquiriram amplitude em 1848 e clamaram, no contexto de crise económica, por uma nova ordem que diminuísse iniquidades.

A República Romana de 1849 enquadra-se neste contexto. Inspirada pelas novas ideias liberais, a experiência democrática durou cinco meses (9 de fevereiro a 3 de julho de 1849) e assinalou uma “fratura decisiva entre o Papa enquanto Soberano temporal e os seus súbditos” (Curato, 1961: 691-692; cfr. Rosi, 1961). Os Estados Pontífices organizaram-se politicamente para viver sem o chefe do catolicismo⁸, adotando princípios como a independência do poder espiritual e a liberdade de culto. Apesar de forte oposição, Roma foi derrotada pelo exército francês. Áustria, Espanha e o Reino das Duas Sicílias⁹ juntaram-se à iniciativa beligerante que visava restituir a autoridade papal. Mazzini foi a grande inspiração política da República e Garibaldi o símbolo da resistência.

As mutações provocadas pelo meio século revolucionário incidiram igualmente sobre os domínios da ciência, cultura e comunicação. Portugal não passou à margem destas tendências comutáveis. O surgimento do Estado Liberal, do espírito romântico e a necessidade de participar na vida pública – o designado *espírito público* – influíram sobremaneira na atmosfera comunicacional. O auditório português, ainda restrito, também testemunhou a eclosão da nova etapa na relação entre a mensagem do jornal e o destinatário. A imprensa tornou-se um meio de sociabilização, instrumento de combate político e de formação ideológica¹⁰.

A pertinência da República Romana para os círculos políticos e jornalísticos portugueses justifica-se pelo envolvimento da autoridade máxima do mundo católico. Motivo pelo qual *A Nação*, defensor da Igreja Católica, direcionou redo-

⁸ Pio IX fugiu para Gaeta em Novembro de 1848. A República constituiu uma Assembleia Constituinte com base no contributo popular e aprovou várias medidas anticlericais. A Constituição romana figurava entre as mais avançadas da Europa, promovendo um estado laico, conferindo liberdade de culto e abolindo a pena de morte (Demarco, 1992).

⁹ A intervenção limitou-se aos Estados Pontífices. Apenas os franceses combateram Roma.

¹⁰ Sobre a importância da imprensa na formação da ideologia ver *Quaderni del carcere* de Antonio Gramsci (1975, p. 2257-2276).

brada atenção: “A questão romana não tem para nós o mesmo interesse que outra qualquer. Roma significa muito mais que Paris, Madrid ou Viena. (...) Roma é a sede da suprema direção do Papado, e esta questão interessa a todo o orbe católico” (*A Nação*, 1849, julho 20, p. 1). A interpretação dos factos longínquos revelou-se importante para cimentar a posição ideológica do periódico no plano interno, vinculando os interesses dos portugueses às ocorrências da Península Itálica: “Aqueles estados não pertencem ao Papa, são da cristandade. Ali não residem os interesses de um só povo, (...) contêm os interesses do mundo cristão”¹¹.

A insurreição romana anunciou, ainda, a vitalidade e afirmação das forças revolucionárias. Significou a vitória da liberdade e dos princípios democráticos que também enformaram, em Portugal, a Revolução de 1836, acontecimento que inspirou *A Revolução de Setembro* e ao qual foi buscar o nome. A constituição da República Romana conferiu ao periódico de António Rodrigues Sampaio¹² mais um argumento para a defesa das liberdades democráticas, das ideias humanitárias e da legitimidade revolucionária. Possibilitou a identificação de Portugal e Roma com os povos pequenos, unidos no combate contra os opressores e os inimigos estrangeiros.

Apresentando um posicionamento ideológico oposto, os dois órgãos de Lisboa vestiram a indumentária do testemunho político-partidário. Aliás, foi a partir da insurreição de 9 de setembro de 1836 que se assiste, mais consistentemente, ao alargamento da participação política das populações, ao maior interesse pelas questões do regime político, à existência de uma comunicação mais regular e diversificada que, extravasando as fronteiras da formalidade, coloca-se ao serviço da disseminação de ideias. Foram os jornais, como refere José Tengarrinha (2006: 157-158), que por esta altura mais contribuíram para cumprir essa missão; são “um dos principais fatores de abertura e dinamização do espaço público politizado” e elemento nuclear de organização da vida política, de supressão das carências afetadas aos grupos políticos.

O papel sempre mais ativo ao nível da promoção e organização das correntes de opinião, com os limites que esta eficácia comporta em meados de Oitocentos, permitiu à imprensa influenciar a agenda política dos governos e a temperatura da opinião pública. No entanto, seguindo as conceções de Almeida Garrett (1826/1991), esse esforço deveria privilegiar a formação e orientação de opiniões esclarecidas enquanto pilar basilar da sociedade liberal. Devido às suas características, os jornais estavam em melhor posição para desempenhar essa função.

¹¹ Idem, 1849, outubro 10, p. 1.

¹² António Rodrigues Sampaio assumiu o cargo de redator principal em 1844.

Cidadãos elucidados conferiam mais solidez ao sistema político. Garrett¹³ rejeitava ser levado pela “estupidez da massa ignorante, tão inábil para conceituar de um princípio, como para lhe calcular ou observar as consequências”; era na “porção ilustrada da população” que residia a legítima consciência da pátria, fundamental para o sistema de governo e administração¹⁴. A noção de classe média afigura-se indispensável para compreender o pensamento garrettiano.

O jornalismo português do século XIX atuou, como é óbvio, em conformidade com o indissociável axioma da história da imprensa: esteve sempre dialeticamente interligado com as variegadas formas de governação e ação política. A Revolução Francesa e as suas duradouras réplicas conferiram substância a esta regra de ouro do periodismo. E não é por acaso que a República Romana se preocupou rapidamente em publicar o seu jornal oficial, o *Monitore Romano*, cujo número inaugural saiu a 30 de janeiro. Concluído o ensaio democrático, os franceses logo trataram de substituí-lo pelo *Giornale di Roma*, estando o primeiro número datado de 6 de julho, três dias após a queda da República.

1.1. Entre a apologia à República de Mazzini e a condenação da “Roma francesa”

A partir da frequência e extensão dos editoriais, das notícias – comentadas – elaboradas com base em informação de jornais estrangeiros e da correspondência proveniente da Península Itálica, pode-se concluir ter sido bastante relevante o impacto dos eventos italianos na agenda de *A Nação* e *A Revolução de Setembro*. Os jornais convergiram, desde meados de abril, na crítica – muito enfatizada – à intervenção militar francesa, salientando o carácter ambíguo e contraditório das disposições de Luís Napoleão em relação ao futuro de Roma e ao restabelecimento da autoridade papal. O cenário de guerra que devastava, progressivamente, a Europa foi encarado como uma periclitante ameaça à estabilidade política e surgiu como referência transversal aos editoriais analisados.

¹³ Ibidem, p. 129.

¹⁴ Como nota José Tengarrinha (2006), importa enquadrar estas noções no tempo. Diferente do sentido atual, o vocábulo *democracia* era entendido, na altura, como a voz anárquica da multidão. Muitos correligionários de Garrett rejeitavam esta *democracia*, o que não quer dizer que não se empenhassem na democratização do regime liberal, tal como hoje entendemos a democracia. Garrett insistiu na promoção da consciência política dos cidadãos. Só assim era possível, segundo ele, criar uma opinião pública habilitada a interpretar as ideias veiculadas pelos grupos geradores de crença política. Os jornais constituíam a correia transmissora desses círculos políticos.

Individualizando as repercussões do conflito romano, é possível identificar vários planos de tendência na argumentação de cada um dos órgãos de informação. *A Revolução de Setembro* insistiu, naturalmente, em defender a legitimidade da República e a ação dos revolucionários. “Em Roma não há só um papa de menos, há também uma república de mais, e um governo que a quer sustentar. Por isso os bens que usufruía a Igreja reverterem ao estado a quem de direito pertencem (...)” (*A Revolução de Setembro*, 1849, março 20, p. 1), assim começou o editorial de 20 de março, ocupando duas colunas e meia das três disponíveis, na capa. O texto deu origem a uma intensa querela com *A Nação* em redor da questão da propriedade dos bens eclesiásticos, da administração do território e das liberdades públicas. Argumentava *A Revolução* que o governo dos Estados Pontífices havia sido “miserável”; os cardiais usavam “indecorosamente” as suas riquezas, os campos mantinham-se incultos e as cidades repletas de vadios; o catolicismo alimentava-se do esplendor das suas festas, pelo que o ruinoso estado das finanças apenas encontrava em Portugal um semelhante. Tudo isto havia apressado a revolta contra – sustentava o jornal – a omnipresença de um catolicismo que não precisava da servidão de nenhum povo¹⁵.

Mesmo na hora da capitulação, *A Revolução* não se coibiu de sublinhar a vitória moral de Roma: “A república romana é já uma epopeia. (...) A sua guarda é o anjo da democracia”. Criticou a intervenção estrangeira na península e os intentos desestabilizadores que a norteavam. Não restavam dúvidas, segundo o jornal, quanto à finalidade do jugo inimigo: impedir a independência de Itália¹⁶.

Sem deixar de reprovar a atuação de Pio IX e do clero romano em relação à utilização da religião enquanto instrumento político, o periódico impulsionado pelos ideais *setembristas* revelou-se bastante cáustico quando comentou a situação político-social em França e a sua política externa: o país vivia mergulhado em convulsões sociais e as pretensões monárquicas eram incompatíveis com a II República. Em relação a Roma: “A irmã matara a irmã. A mãe matara a filha”¹⁷. A ação beligerante – sublinhava *A Revolução* – havia provocado manifestações populares em Paris, inflamados debates no âmbito da política interna francesa e colocado os poderes públicos em conflito.

O jornal acusou, ainda, o executivo de Napoleão III de nunca esclarecer qual o verdadeiro objetivo da ação militar na capital dos Estados Pontífices, num sintoma da contradição da sua política que ficara bem patente quando a Assembleia

¹⁵ Ibidem.

¹⁶ Idem, 1849, maio 29, p. 1.

¹⁷ Idem, 1849, abril 29, p. 1.

Nacional francesa lançou um voto de censura ao governo – depois de tomar conhecimento do desaire do exército liderado pelo general Oudinot às portas de Roma, durante a primeira ofensiva. Segundo *A Revolução*, a iniciativa francesa estava envolta em neblina porque a sua finalidade primeva remetia para a salvaguarda das liberdades constitucionais em Itália, “a liberdade do povo romano [e] nenhuma influência na sua forma de governo. (...) A aproximação do exército era sempre para libertar o povo romano”¹⁸. Em Roma – escrevia – permanecia o sentimento de que a expedição respondia a uma missão de observação contra os austríacos. Por outro lado, os franceses haviam declarado explicitamente que não iam restaurar o papa¹⁹.

O resultado final foi, porém, totalmente contrário ao princípio que ditara a intervenção. Escrevia *A Revolução*: “O general Oudinot aclamara o papa contra o que tinha proclamado, e restabeleceu as jurisdições eclesiásticas contra o que tinham prometido na câmara os ministros da república”²⁰. Interpretando alguns despachos de Nicolas Oudinot, o jornal não hesitou em afirmar que as tropas francesas pelejavam o governo romano pelo mesmo princípio que combatiam os socialistas em Paris. O triunvirato de Mazzini – referia o general – era obra do partido vermelho. E, sendo inimigo do vermelho em França, o governo de Luís Napoleão só poderia declarar guerra à mesma cor em toda a parte²¹.

O periódico liderado por António Rodrigues Sampaio concluía que a França, movida por interesses políticos, deslocara-se a Itália para impedir que a Áustria resolvesse a questão sozinha. O espírito democrático – escrevia – estava destruído. Principalmente porque a Assembleia Nacional, apesar de reconhecer que a matriz inicial da expedição havia sido desvirtuada e as resoluções falsificadas, transmitira a confiança ao governo de Napoleão, permitindo que este saísse do imbróglio criado de cabeça erguida.

O papa regressou à *città eterna* apenas quando recebeu garantias de não interferência nos assuntos da Igreja. Até abril de 1850 julgou insuficientes as condições para exercer a atividade. Roma estava ocupada pelo exército francês. A moldura constitucional de restauração da jurisdição eclesiástica constituiu o último capítulo através do qual a imprensa esforçou-se para esclarecer a opinião pública portuguesa. Pio IX prometeu reformas, por *motu proprio*, em conformidade com as disposições emanadas pelo governo francês – amnistia geral, secularização

¹⁸ Idem, 1849, agosto 21, p. 1.

¹⁹ Ibidem.

²⁰ Ibidem.

²¹ Idem, 1849, maio 25, p. 2-3.

da administração, legislação francesa (Código Napoleónico) e um governo de tendência liberal. Não esquecendo a permanência da supressão da liberdade de imprensa e as deportações – “a Roma francesa é mais escrava que a Roma dos padres” –, *A Revolução de Setembro* logo levantou a voz contra as deliberações estrangeiras, corroborando das resistências do papa: “Se restabeleceram o seu poder temporal, é um absurdo querer torna-lo dependente. Se tem poder, deixem-no ser livre. Se querem pôr condições, ajustassem-nas primeiro”²². E quando escalpelizou o teor das exigências não teve dúvidas em afirmar que se tratava do restabelecimento da República de Roma. A pergunta era inevitável: “Para que derrubaste Mazzini?”²³.

1.2. A necessidade de combater a solidariedade revolucionária com a solidariedade salvadora

Sobre a questão que encerrou uma história destinada a perpetuar a influência francesa no coração da península italiana, *A Nação* não olhou aos valores católicos e desaprovou a atitude do papa em ceder às pretensões de Luís Napoleão: “Os antirrevolucionários não podem fiar-se num governo que ataca a independência dos governos legítimos de Itália e que quer ditar condições como se fosse o dono de Itália” (*A Nação*, 1849, setembro 21, p. 1). O diário matutino afirmou que o Sumo Pontífice caíra no erro de, por um lado, ceder às exigências e, por outro, desejar resistir às mesmas. E lembrou que, antes de espoletar a insurreição romana, já tinha levantado sérias dúvidas quanto aos intentos liberalizantes de Pio IX. O resultado – referia – veio pouco tempo depois com a demagogia e a intolerância revolucionária. Diante da hesitação do papa, *A Nação* apontou novo erro político com base na concessão ao espírito reacionário francês²⁴.

Efetivamente, poucas nuances em todo este processo foram do agrado do órgão sediado no Largo do Intendente, em Lisboa. Bateu-se, por isso, pelos seus ideais na convicção de representar a corrente de opiniões católica e legitimista. Como já se referiu, a expedição francesa foi consistentemente censurada desde o início. O conteúdo dos fundamentos aduzidos – ambiguidade, duplicidade política – não diferiu muito do discorrimento apresentado por *A Revolução de Setembro*. A reprovação avolumou-se quando o general tornado chefe anunciou liber-

²² Idem, 1849, agosto 21, p. 1.

²³ Idem, 1849, setembro 20, p. 1.

²⁴ Idem, 1849, outubro 10, p. 1.

dade para romanos, ocultando o nome do papa. Pouco depois, os republicanos, forasteiros, pregadores da liberdade tomavam Roma e destruíam a República. *A Nação* escreveu que era impossível estabelecer harmonia entre os mandatários franceses e o governo pontífice, uma vez que sempre havia defendido a legitimidade que a Áustria detinha para realizar a ação militar em Roma²⁵. Até porque era fundamental – salientava – um império austríaco forte para contrabalançar a influência francesa na Península Itálica.

O desagrado pelas posições de Pio IX em relação às ordenações de Paris não minimizou, porém, o empenho de *A Nação* na defesa e apologia do catolicismo e da autoridade papal. Reclamando maior atenção para os assuntos do clero português, reiterou os vínculos que uniam Portugal ao mundo cristão e atacou a leviandade – principalmente de *A Revolução de Setembro* – com que eram tratados os assuntos da Igreja: “Que significa um Papa de menos em Roma? É isto que *A Revolução* deveria ter pensado antes de escrever aquelas palavras, que são um verdadeiro escândalo”²⁶. O jornal elogiou, também, a recusa dos sacerdotes em votar na Assembleia Constituinte da República, definindo o gesto como um ato de coragem.

O tom mais efusivo, irónico e corrosivo dos enunciados esteve sempre presente quando a *questão romana* foi abordada. Três propósitos nortearam o esforço narrativo de *A Nação*: desqualificar a República e os protagonistas, vincular os seus leitores à luta antirrevolucionária que devastava os governos legítimos e a Europa e combater os pontos de vistas de outros órgãos de informação que disseminavam concepções ideológicas dissonantes. Sobre a experiência democrática impulsionada por Giuseppe Mazzini e seus correligionários recaíram aviltadas considerações: bando de facciosos despóticos, manipuladores da soberania popular; “punhado de ímpios, cruéis e ferozes demagogos de barrete vermelho” cuja finalidade, assente em desmesurada ambição, centrava-se no engrandecimento pessoal – “Subir é o grande princípio, não descer a primeira das necessidades”. (...) A opinião pública sabem eles traduzir sempre de modo de que nunca seja prejudicial ao seu interesse pessoal”²⁷.

A República Romana foi acusada, em suma, de estar preocupada em perpetuar impunemente todos os delitos, dos incêndios e roubos aos assassinios de sacerdotes e insultos aos bispos, da usurpação à corrupção e violência de correspondência particular. O jornal lembrou que os revolucionários saudavam a liberdade

²⁵ Idem, 1849, setembro 21, p. 1.

²⁶ Idem, 1849, janeiro 5, p. 1-2.

²⁷ Idem, 1849, janeiro 29, p. 1.

de imprensa e de pensamento ao mesmo tempo que não davam notícia de todas as atrocidades que iam realizando. O ataque aos bens eclesiásticos figurou no topo das preocupações de *A Nação*, notando que a propriedade era, para os romanos, sinónimo de espoliação e a delapidação o meio governativo. O editorial de 16 de março, a três colunas, comentou eloquentemente o decreto romano do Ministério da Fazenda: “Parece que as irrisoriamente denominadas ideias de *progresso* não podem coexistir com as ideias religiosas. (...) Ou se chamem *liberais* os seus apóstolos, ou se apelidam de *republicanos*, tudo o que lhes cheira a Igreja atrai a sua raiva, ou a sua fome”²⁸.

A voz do Partido Legitimista advogou que, em virtude das loucuras e dos crimes revolucionários, o problema romano tornava-se impossível de resolver sem o recurso às armas. Outra significativa formulação prendeu-se com necessidade de traçar o quadro evolutivo das forças revolucionárias e os perigos que estas representavam. Referia *A Nação* que a Europa atravessava uma fase gravíssima, sendo necessário opor a “solidariedade salvadora” à “solidariedade revolucionária”. Chamou, por outro lado, a atenção dos estadistas para que não pensassem que existiam revoluções que não o eram, ou ilegitimidades que serviam de apoio a legítimidades. E constatou que os governos legítimos haviam, por vezes, caído no erro de atribuir aos povos um carácter revolucionário. Ideia logo desmistificada: “Nenhum povo é revolucionário porque nenhum homem é suicida”²⁹. A avaliação global impunha, segundo *A Nação*, desconstruir as diversas máscaras com que a revolução não raras vezes se apresentava: religiosa, nacionalista, reacionária, republicana ou monárquica. Porém, no final, destacou que se tratava de um período transitório, efémero, e que era “necessário descer à arena e aceitar o duelo”³⁰.

2. 1860: PRÓS E CONTRAS DA UNIFICAÇÃO ITALIANA

“Dos caluniadores e falsários não fará menção a história; e Garibaldi é um nome, um vulto que pertence a ela” (*A Revolução de Setembro*, 1860, dezembro 29, p. 1).

“Pobre Itália! Chegou a tua vez. Agora saberás o que é a liberdade revolucionária” (*A Nação*, 1860, janeiro 10, p. 1).

²⁸ Idem, 1849, março 16, p. 1.

²⁹ Idem, 1849, julho 11, p. 1-2.

³⁰ Idem, 1849, agosto 24, p. 1-2.

O ano de 1860 é o momento seminal da unificação italiana, durante o qual se chegou à concretização factual de um longo percurso político e ideológico. A dinâmica das iniciativas diplomáticas e militares desenvolvidas permitiu ao parlamento piemontês proclamar o Reino e ao rei Victor Emanuel II assumir a liderança soberana em março de 1861. Este último ano assume, frequentemente, importância estratégica no imaginário coletivo do *Risorgimento*, embora represente, somente, a conclusão do árduo trabalho realizado até então³¹.

Mas qual o sentido da cobertura jornalística de *A Nação* e *A Revolução de Setembro* sobre o *Risorgimento*, cujos argumentos, nesta reflexão, são elevados a parâmetro fenotípico da opinião pública portuguesa oitocentista? Em 1860, *A Revolução*, apesar da constante atenção às questões do liberalismo europeu, parece privilegiar muito mais o debate sobre questões nacionais, ao contrário de *A Nação*, particularmente atento à evolução dos assuntos europeus (caso italiano e guerra hispano-marroquina). No entanto, é necessário considerar que, neste ano, Portugal enfrenta as eleições políticas³², o que explica a atenção esmagadora para os assuntos internos, interesse comum, aliás, para ambas as partes.

A convocação e o (quase imediato) cancelamento do Congresso Europeu para a Paz³³ foi o principal tema de análise levado a cabo pelos jornais no início do novo ano, após a conclusão de 1859 com a publicação de “O Papa e o Congresso”³⁴.

31 O ano de 1861 deve ser lembrado, sobretudo, pela explosão no sul da Itália daquele fenómeno de protesto contra uma unificação malfeita ou mal interpretada, conhecida como *brigantaggio*, uma mistura de protesto social e regurgitação lealista, e que obrigava o novo Estado italiano a um esforço militar muito superior ao que foi proferido em algumas das mais conhecidas batalhas do *Risorgimento*. Ao longo de muitos anos, uma historiografia oficial, tenazmente retórica na legitimação de um processo amiúde contraditório, tendeu a marginalizar o fenómeno e restituiu à consciência popular uma ideia de 1861 como ano da palingénese nacional.

32 As eleições ocorreram a 1 de janeiro de 1860, após a aprovação da lei eleitoral de 23 de novembro de 1859, que garante uma representação mais homogénea do território nacional (incluindo o Ultramar) na Câmara dos Deputados (cfr. Mattoso, 1994, p. 127). As consultas promoveram a afirmação do Partido Regenerador, que pôde contar com o apoio dos Cartistas. O último governo liderado pelo Duque da Terceira, António José Severim de Noronha, foi formado antes da sua morte, no mesmo ano.

33 Após a Segunda Guerra de Independência italiana (1859) e a consequente reorganização política e administrativa dos territórios do centro-norte da península (com exceção da região do Véneto), anexados ao Reino da Sardenha, a tensão entre estes e o Estado da Igreja sobe de intensidade. As agitações levadas a cabo nos domínios pontifícios nas regiões da Emília e da Romanha, ocupadas pelo exército piemontês, e o incerto acordo franco-austriaco sobre os destinos dos mesmos, empurraram as chancelarias europeias para a convocação de um congresso que pudesse resolver o impasse. A cimeira é desejada quer pela frente filo-papal, na esperança que o pontífice possa preservar a sua soberania sobre ditos territórios, quer pela frente liberal que, obviamente, visa a solução contrária.

34 *A Nação* dá a notícia pela primeira vez entre os *Despachos Telegráficos* de 29 de dezembro de 1859 (p. 1): “Paris, 23 [de dezembro, ndr.] – Apareceu um folheto com o título de ‘O Papa e o Congresso’ no qual se proclama a necessidade de que se conserve a S. Santidade no poder temporal, mas impondo restrições a Roma e ao património de São Pedro. Os periódicos ingleses aprovam o dito folheto e dizem que o seu conteúdo prova que a França e a Inglaterra estão de acordo para defender os direitos dos italianos”.

Trata-se do famoso folheto cuja autoria, na imprensa europeia, era atribuída a Napoleão III, que o teria escrito com a intenção de colocar o Papa sob pressão diante da opinião pública continental em relação à questão da nova reorganização da Itália central³⁵ e que Pio IX recusava reconhecer por via diplomática.

A Nação promoveu a campanha para convocar o Congresso Europeu³⁶ logo após a segunda guerra de independência italiana³⁷, que terminou com a batalha de Solferino e o armistício de Villafranca em julho de 1859. O “perigo revolucionário” é evocado continuamente. Assiste-se à defesa a todo o custo da dominação austríaca nos ducados da Itália central, juntamente com a condenação das sublevações pró-Piemonte que animam estes territórios. Ao mesmo tempo, são execradas as possíveis perspectivas de organização de plebiscitos para a confirmação da anexação, assim como o apoio europeu que esta operação possa obter (A Nação, 1859, dezembro 17, p. 1)³⁸.

No entanto, para o jornal católico a maior preocupação era representada pela situação nos territórios papais localizados ao norte da região da Lazio, para os quais perfilava-se uma iminente anexação ao Reino da Sardenha. Neste sentido, lançou uma petição de apoio ao Papa e ao Estado da Igreja, com um redivivo estilo neoguelfo³⁹. O pedido não constitui, de facto, a defesa de uma proposta política unitária que atribuisse ao pontífice uma síntese conciliadora ou um guia moral; pelo contrário, trata-se de uma peroração *tout court* do *status quo* territorial e temporal, assim como de uma manifestação de lealdade e respeito teimosamente conservadora. É uma chamada metafórica⁴⁰ aos braços do mundo católico por-

35 O Papa tinha que aceitar o novo quadro político nesta parte da Península Itálica, com a renúncia daqueles territórios (com exceção da região da Lazio) que eram parte integrante do Estado da Igreja. Neles, em seguida aos motins revolucionários promovidos pelos liberais, o governo piemontês tinha já organizado os plebiscitos que oficializaram a adesão ao reino de Sardenha (primeiro passo para a integração no vindouro reino de Itália).

36 “Aprovámos a ideia; mas com a condição de se discutirem nesse congresso os direitos de todos os povos. Não fique esquecida a Polónia, que tem um passado glorioso e digno de a fazer lembrada sempre no mundo com respeito, como nação independente e livre. Não se esqueça também este pequeno Portugal, cujas tradições não são de menor glória, e que tem direito a existir emancipado dessa tutela vergonhosa, que se adornou com o título de quádrupla aliança” (A Nação, 1859, agosto 27, p. 1).

37 O conflito desenvolve-se sob a oposição entre a Áustria e uma coligação franco-piemontesa, assim como definido no acordo estratégico de Plombières, estipulado secretamente entre o conde Camillo Benso di Cavour (primeiro ministro do reino de Sardenha) e Napoleão III, em julho de 1858.

38 “Uma correspondência de Londres dá como certo que os ministros darão todos a sua demissão, no caso da maioria do parlamento se mostrar desfavorável à anexação dos ducados ao Piemonte. Se efetivamente estão nesta resolução, terão que abandonar cedo, ou então há de sair a guerra, e não a paz do congresso; porque não se decidirão de certo por essa anexação as outras potências da Europa” (A Nação, 1859, dezembro 17, p. 1).

39 Idem, 1860, janeiro 10, p. 1.

40 “(...) Irão a Roma portugueses aos milhares, cavaleiros da Cruz, como nos tempos das antigas cruzadas, para resgatarem e defenderem o património da Igreja” (Ibidem).

tuguês⁴¹, que são convidados a juntar-se a outros jornais católicos do país⁴², promovendo a publicação de iniciativas similares em defesa da autoridade do Santo Padre, dos seus direitos e dos seus súbditos, uma vez que “a boa causa da Igreja é de todos os católicos; só os que não o são, só os inimigos da Igreja e da ordem social poderiam recusar-se a prestar esta homenagem ao Pai dos comuns fiéis”⁴³. O apelo permaneceu na primeira página ao longo de vários meses⁴⁴, obtendo um sucesso considerável, testemunhado pelo envio de numerosas cartas de apoio, publicadas pela redação juntamente com os nomes de milhares de pessoas que o assinavam⁴⁵.

A *Revolução de Setembro* alinhou-se, por seu lado, com as posições filo-francesas, chegando a publicar a carta escrita por Napoleão III e dirigida ao papa Pio IX, logo após a publicação do panfleto “O Papa e o Congresso”, que muito tinha perturbado o pontífice. A carta é importante porque nela se explicita muito claramente a preferência do imperador por uma solução favorável a Piemonte, na contenda com o Estado da Igreja:

“(…) Confesso, com sincero pesar, e ainda que seja sensível à solução, que o que me parece mais conforme aos verdadeiros interesses da Santa Sé seria fazer o sacrifício das províncias sublevadas. Se o Santo Padre, em obséquio à paz da Europa, renunciasse a estas províncias, que de cinquenta anos para cá suscitam tamanhos embaraços ao seu governo, e que em troca exigisse das potências que lhe garantissem a posse do restante, não duvido um instante de sua reação imediata à ordem” (*A Revolução de Setembro*, 1860, janeiro 19, p. 2).

A campanha ultramontanista de *A Nação* também passou pela publicação, em primeira página⁴⁶, da excomunhão promulgada pelo Papa contra os invasores dos domínios pontifícios na Itália central, infiéis, profanadores, usurpadores daquela autoridade que é manifestação da providência divina⁴⁷ (*A Nação*, 1860,

⁴¹ “A protestação que abaixo publicamos é de católicos: os que não sacrificam a Religião à política, não poderão deixar de acompanhar a voz que se eleva até Roma” (*Ibidem*).

⁴² Por exemplo: *A Atalaia Catholica* (Braga), *O Bem Público* (Lisboa), *O Catholico Terceirense* (Açores).

⁴³ *Ibidem*.

⁴⁴ Desaparece da publicação a partir de 15 de outubro de 1860.

⁴⁵ No sumário da primeira página de 13 de outubro de 1860, refere-se os seguintes dados: “Mais 205 assinaturas sobre 58,515 já publicadas”.

⁴⁶ A publicação do texto da bula é um facto tão importante que chega a obscurecer o relance da petição, que normalmente ficava em posição bem evidente e central na primeira página do jornal.

⁴⁷ “(…) Esse governo [o piemontês, ndr.] chegou a tais excessos de arrogância, que ousou, em prejuízo da Igreja universal, tomar posse do governo temporal, cuja direção foi entregue por Deus à Santa Sé

abril 20, p. 1). Já *A Revolução de Setembro* minimizou a notícia, sem publicar o texto e limitando-se a dar conta da mesma em poucas linhas. No entanto, revela-se interessante, no mesmo número, um comentário sobre a eventualidade de uma anexação piemontesa do Reino das Duas Sicílias:

“De Turim dizem (...) que ali houve uma reunião de emigrados napolitanos, na qual discutiram os meios de anexar o reino de Nápoles ao da Sardenha. Permita-se nós expender que este pensamento é quimérico; mas enfim, estamos na época do furor das anexações, que em outro tempo, e sob outras circunstâncias, se denominariam empolgações” (*A Revolução de Setembro*, 1860, abril 19, p. 1).

Na véspera da partida dos mil voluntários chefiados por Giuseppe Garibaldi, a iminente iniciativa militar é rodeada por incertezas⁴⁸. *A Nação* anunciou com algum atraso (1860, maio 12, p. 1)⁴⁹ a partida de Garibaldi – “o caudilho revolucionário” – e seus homens (partidos a 5 de maio do porto de Quarto, na região de Génova); a chegada deste grupo à ilha da Sicília, exatamente na cidade de Marsala, é noticiada a 21 de maio (p. 3) – dez dias depois do efetivo desembarque.

A Revolução de Setembro conseguiu antecipar a novidade, na edição de 20 de maio, uma vez que, ao contrário de *A Nação*, podia contar com a edição de domingo:

“Garibaldi e Bixio comandaram os dois navios em que se embarcaram os expedicionários. Desembarcaram em Talancina, confins da Toscana e dos Estados romanos; tornaram a embarcar, saltando definitivamente em terra em Marsala na Sicília” (*A Revolução de Setembro*, 1860, maio 20, p. 1).

O jornal católico questionou as motivações oficiais da expedição e atribuiu a Garibaldi uma “má vontade” que teria levado o aventureiro a desafiar a legítima independência de Nápoles contra a mesma vontade piemontesa, cujo ceticismo teria sido bem representado pelo conde de Cavour, preocupado pelas complica-

que, como anteriormente expusemos, tem a missão de sustentá-la e conservá-la” (*A Nação*, 1860, abril 20, p. 1).

48 Lê-se na edição de 9 de maio de 1860 (p. 1): “Em Paris não se acreditava que Garibaldi ousasse invadir a Sicília, nem que o governo piemontês lho permitisse. Todavia o modo, como as autoridades sardas se tem havido com relação às últimas desordens da Sicília não autorizaram a confiar demasiadamente nas boas intenções do governo piemontês. A despeito (...) um despacho telegráfico de recente data anuncia que Garibaldi e o respetivo estado maior se preparava a partir para a ilha da Sicília”.

49 “As últimas notícias dizem que Garibaldi (...) acabava de partir para a Sicília à frente de uma expedição armada” (*A Nação*, 1860, maio 12, p. 1).

ções diplomáticas que esta iniciativa podia trazer. É um *leitmotiv* que se repetiu na história, falsificando de alguma maneira a realidade dos factos, e que a mesma Nação logo deu crédito, com amarga ironia (*A Nação*, 1860, maio 16, p. 1)⁵⁰.

As notícias são poucas, confusas e de difícil gestão, chegando-se a publicar informações improváveis, tanto em relação ao número de participantes na expedição – para *A Revolução de Setembro* são 1400 (1860, maio 13, p. 1), para depois se tornarem 1800 (1860, maio 17, p. 1) –, como em referência à rota da mesma: “Corre que a expedição de Garibaldi fizera alguns pequenos desembarques na Romanha”⁵¹. Como referido anteriormente, ambos os jornais defenderam a tese de que o governo de Turim era contra a iniciativa de Garibaldi. Por exemplo, pode ler-se em *A Revolução*:

“(…) O governo Piemontês desaprova este procedimento, que não só é um ato de insubordinação, mas até de verdadeira traição”⁵²; “O governo Piemontês protestou como pôde contra este ato de Garibaldi, que dá azo a envolver o novo estado italiano em graves dificuldades”⁵³.

É bem conhecido o facto de que, inicialmente, o conde de Cavour desconfiava da expedição, considerada muito pretensiosa, tendo-lhe conferido uma leitura binária: se tivesse sido um falhanço, o conde ter-se-ia livrado definitivamente da incómoda figura de Garibaldi; em caso contrário, Piemonte teria sido capaz de lucrar com aquele sucesso (Wolf, 1981, p. 682-690), como viria a concretizar-se (o governo piemontês tentou, de facto, anexar a Sicília já em junho, pelo que apenas a posição tomada pelo movimento democrático ativo na ilha e pelo próprio Garibaldi, em relação à necessidade de um voto popular, sujeitou a anexação à realização de plebiscitos)⁵⁴.

A este respeito, seguindo as notícias que chegaram a Portugal mediante telegramas, os periódicos em apreço caíram na dúvida em relação à efetiva vontade dos Saboia: por exemplo, averiguada a notícia do desembarque de Garibaldi na região de Toscana, *A Revolução* questionou a posição histriónica do governo pie-

50 “Pretendem alguns crédulos que o governo de Piemonte estigmatize a ousada tentativa de Garibaldi; contudo em Turim abriu-se uma subscrição em favor da expedição que se dirigiu à Sicília, com o ‘humanitário’ fim de libertar os estados do rei de Nápoles do ‘ominoso’ jugo de Fernando II” (*Ibidem*).

51 *Idem*, 1860, maio 19, p. 1.

52 *Idem*, 1860, maio 12, p. 1.

53 *Idem*, 1860, maio 15, p. 1.

54 *Ibidem*

montês que tanto condena e manifesta a sua oposição à expedição de Garibaldi, como disponibiliza os portos dos seus domínios⁵⁵ para lhe permitir o fornecimento de navios:

“Segundo as participações de Turim (...) corria ali que os navios da expedição de Garibaldi tinham arribado à Toscana para completarem o seu aviamento, e que em seguida partiam. Se esta notícia é verdadeira (e nós temos toda a razão de desconfiar a cada passo da veracidade dos telegramas) o governo Piemontês seria cego quanto aos movimentos de Garibaldi, apesar das suas providenciais que parecem contrariá-lo” (*A Revolução de Setembro*, 1860, maio 17, p. 1).

A desconfiança a respeito da conduta piemontesa acompanhou todos os acontecimentos desse verão, que redefinem o destino do sul da Península Itálica até à sua conquista, formalizada pela tomada de Nápoles em setembro⁵⁶ (*A Nação*, 1860, setembro 6, p.1). A chegada de Garibaldi à cidade e o triunfo substancial⁵⁷ da sua missão militar provocaram o desânimo de *A Nação*, que é projetado em presságios nefastos sobre o destino do novo rei de Itália, denominado *usurpador* dos governantes legítimos:

“(...) Victor Emanuel reinará por muito tempo? Está ao serviço da Revolução, não podem ser nem longos, nem prósperos os seus dias; ou há de ceder a todas as exigências desta, ou não; no primeiro caso não será rei senão no nome, e nem esse mesmo nome conservará por muito tempo, no segundo

⁵⁵ Em maio de 1860, a Toscana já fazia parte do Reino da Sardenha, cuja anexação fora formalizada com os plebiscitos de 11 e 12 de março. O *jogo duplo* de Cavour com os governos europeus e com o comando democrático é confirmado pelas memórias do voluntário *garibaldino* Giuseppe Guerzoni (Carducci, 1961, p. 458).

⁵⁶ “As ambições piemontesas propõem-se a tirar toda a vantagem de um estado de coisas por elas criado em proveito próprio, (...) vêm-se os estados romanos incomodados por todos os lados por bandos de invasores. E Piemonte não é estranho a estas invasões: apesar dos protestos de mr. Cavour, é notório onde elas se têm preparado” (*A Nação*, 1860, setembro 6, p. 1).

⁵⁷ A fuga de Francisco II de Nápoles e a entrada de Garibaldi na cidade (de comboio e não a cavalo, como evidenciado pela estátua do herói italiano na homónima praça da cidade partenopeia, um raro caso de simbologia *não equestre* de Garibaldi) não marcaram, na verdade, a rendição oficial das antigas instituições. A batalha continuou por vários meses na área do rio Volturno e da cidade de Gaeta (em cuja fortaleza se refugiara o deposto soberano Bourbon), palco de um cerco longo e exaustivo. A conclusão das hostilidades ocorreu apenas em fevereiro de 1861, com a derrota definitiva do exército napolitano e a transferência (num barco francês) da família real de Bourbon para Roma, sob a proteção do pontífice Pio IX.

pagará às mãos dos revolucionários o modo desleal como se portou para com os outros monarcas de Itália”⁵⁸.

O jornal liberal, contrariamente, parece perguntar apenas uma questão (retórica): “Têm os absolutistas que apresentar muitos exemplos em paralelo com Garibaldi?” (*A Revolução de Setembro*, maio 16, p.1). O ano desliza nas crónicas do cerco piemontês de Gaeta (o último baluarte da defesa das tropas napolitanas e da família real de Bourbon) entre dúvidas e incertezas em relação ao resultado político de toda a operação que ambos os jornais, embora partindo de dois pontos de vista diferentes, não conseguem definir. Mas os dados estão lançados, o ano de 1860 relega a sua história nos arquivos da memória e, sem dúvida, é a advertência de *A Nação* a oferecer o epílogo mais significativo: “(...) É preciso confessar que o ano de 1860 mais de que algum outro deu provas do que a revolução é, do que são os revolucionários” (*A Nação*, 1860, dezembro 31, p.1).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões sobre a interação entre o campo dos *media* e o poder político fundaram uma área de estudo de relevante interesse cujos contributos apresentam uma matriz interdisciplinar. Este edifício teórico foi reforçando a centralidade dos meios de comunicação e nunca deixou de perspectivá-los, nomeadamente a partir das experiências do século passado, ora enquanto testemunhas do pulsar das sociedades, ora enquanto coprotagonistas das grandes crises/ inovações político-sociais ou mesmo agentes desses processos de mudança (Mazzoleni, 1992).

O jornalismo impresso manteve sempre uma relação próxima com a cena política. As páginas dos periódicos foram-se transformando na instância que acolhe o acontecimento político, o lugar da ação, passando a integrá-lo e conferindo-lhe visibilidade. A notícia, neste sentido, equivale à realidade e o comentário torna-se uma extensão desse mundo social. Na verdade, não é possível dissociar a história da imprensa das variegadas formas de governação dos Estados. Desde o tempo em que o espírito do Renascimento e da Reforma dinamizou as exigências da liberdade individual que os jornais e, posteriormente, o jornalismo rapidamente estabeleceram um encadeamento dialético com a ação política.

Essa ligação xifópaga entre poder e imprensa foi transversal tanto ao modelo autoritário como ao modelo liberal, o primeiro desenvolvido pelas monarquias

58 Idem, 1860, setembro 1, p. 1.

absolutas e baseado na vigilância preventiva exercitada pelo Estado sobre os periódicos, o segundo direcionado para enquadrar a atividade jornalística nos guarda-chuvas da jurisdição ordinária – contemplando o regime de taxas e subsídios definidos pelos governos – e das regras de mercado (Gozzini, 2011). Mas foi, de facto, devido ao alcance das convulsões político-sociais desencadeadas a partir da segunda metade de Setecentos, da independência dos Estados Unidos aos sulcos revolucionários inspirados pela Revolução Francesa, que se assistiu ao surgimento da esfera pública e à emergência do jornalista enquanto profissão (Cornu, 1999; Ferenczi, 1993).

A eclosão do Estado Liberal, do espírito romântico, e a necessidade de alargar a participação na vida pública – o designado espírito público – influíram sobremaneira na atmosfera comunicacional. São fatores que potenciaram o interesse pelas questões políticas e a existência de uma comunicação mais regular e diversificada que, extravasando as fronteiras da formalidade, colocou-se ao serviço da disseminação de ideias.

Ainda longe dos postulados deontológicos associados à imprensa independente ou de informação, *A Nação* e *A Revolução de Setembro* cumpriram a tarefa de transmitir a mensagem dos grupos políticos que lhes serviam de referência. Os textos analisados privilegiaram a eficácia da ação política e o exercício da autoridade institucional, legitimando estratégias e orientando a formação da opinião. Em consonância com as noções de Almeida Garrett (1991), os jornais procuraram *publicitar* determinadas ideias políticas e empregaram uma linguagem caracterizada pela prosa oratória, irónica, violenta, metafórica, triunfalista, de tom panfletário e impregnada de chavões doutrinários. É este o quadro normativo que regia, no período estudado, a atividade da imprensa e do jornalismo, pelo que deve ser interpretado à luz do seu tempo e não como um esforço para restringir as subjetividades expressas.

A adesão do auditório aos fundamentos invocados constitui a finalidade nuclear do exercício persuasivo. A comunicação argumentativa visa, por um lado, conservar e conquistar o assentimento intelectual e, por outro, instigar à ação. Ou, em última análise, criar uma tendência para a ação (Parelsman, 1999). Os periódicos em apreço seguiram a dimensão *ilocutória* dos atos de fala (Austin, 1978), expondo valores, anunciando soluções e determinando arquétipos de interpretação que enformam a realidade apreendida. Mas todo o processo de persuasão implica partilha e reconhecimento dos códigos dos enunciados. Coloca-se então a questão, em meados de Oitocentos, da penetração da mensagem, frequentemente hermética devido à, ainda, limitada politização do espaço público e exiguidade do auditório. É esta o enquadramento que deve nortear uma leitura

do espaço público português, mesmo tendo em conta os notáveis progressos e transformações que se verificaram nos centros urbanos a partir, sobretudo, da terceira década do século XIX, passando os jornais a representar “o centro da vida política e social” em redor dos quais se agrupavam os leitores de acordo com as preferências ideológicas (Tengarrinha, 1989). O que nos leva a concluir que a *oratória escrita* evoluiu numa espécie de areópago restrito e que o debate em torno da República Romana e da unificação de Itália, não obstante o empenho de *A Nação* e *A Revolução de Setembro*, circunscreveu-se, de certa forma, à assembleia dos próceres ou aos cidadãos mais aptos para interpretar e redimensionar as mensagens.

BIBLIOGRAFIA

- Alves, J. S. (2002). Almeida Garrett e a opinião pública em Portugal na terceira década do século XIX. *Cultura – Revista de História e Teoria das Ideias*, vol. 14, 2.^a série, pp. 203-217.
- Alves, J. S. & Rocha, J. B. (2009). *Nas origens do periodismo moderno. Cartas a Orestes* (organização, introdução e notas de José Santos Alves). Coimbra: MinervaCoimbra.
- Austin, J. (1978). *How to do Things with Words*. London: Oxford University.
- Braudel, F. (1974). L'Italia fuori d'Italia. Due secoli e tre Italie. In Romano, R. & Vivanti, C. (coord.) *Storia d'Italia. Dalla caduta dell'Impero Romano al secolo XVIII* (vol. 2). Torino: Einaudi.
- Bron, G. (2013). *Révolution et nation entre le Portugal et l'Italie: les relations politiques luso-italiennes des lumières à l'Internationale libérale de 1830* [Tese de doutoramento – III tomos]. Paris-Lisboa: École Pratique des Hautes Études – ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.
- Carducci, G. (1961/org.). *Lettura del Risorgimento 1794-1870*. Bologna: Zanichelli.
- Cassino, C. (2015). *Portugal e a Itália: emigração, nação e memória: 1800-1832* [Tese de doutoramento]. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Cornu, D. (1999). *Jornalismo e Verdade. Para Uma Ética da Informação*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Curato, F. (1961). Il 1848 italiano ed europeo. In AAVV. *Nuove questioni di storia del Risorgimento e dell'Unità d'Italia* (vol. 1). Milano: Marzorati.
- Demarco, D. (1992). *Una rivoluzione sociale: la Repubblica romana del 1849 (16 novembre 1848-3 luglio 1849)*. Napoli: Edizioni scientifiche italiane.
- Di Giuseppe, F. (2010). *Portogallo, Italia e questione iberica (1821-1869)* [Tese de doutoramento]. Napoli: Università degli Studi di Napoli “Federico II”.
- Ferenczi, T. (1993). *L'invention du journalisme en France: naissance de la presse moderne à la fin du XIXe siècle*. Paris: Plon.
- Garrett, J. B. L. A. (1991). *Obra Política. Doutrinação da Sociedade Liberal: 1824-1827* (vol. 7). In J. B. L. A. Garrett (eds.), *Obras Completas*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Gozzini, G. (2011). *Storia del giornalismo*. Milano: Bruno Mondadori.
- Gramsci, A. (1975). *Quaderni del carcere*. Torino: Einaudi.
- Hobsbawm, E. (1978). *A era das revoluções: 1789-1848*. Lisboa: Presença.
- Lemos, M. M. (2006). *Jornais Diários Portugueses do Século XX: Um Dicionário* (introdução de Isabel Nobre Vargues). Coimbra: Adriane.
- Mattoso, J. (1994). *História de Portugal* (vol. 5). Lisboa: Editorial Estampa.
- Mazzoleni, G. (1992). *Comunicazione e potere: mass media e politica in Italia*. Napoli: Liguori.
- Pareman, C. (1999). *O império retórico: retórica e argumentação*. Lisboa: Ed. ASA.

- Rosi, M. (1992). *Dizionario del Risorgimento nazionale: dalle origini a Roma capitale. Fatti e Persone*, vol. I. Milano: Vallardi.
- Rossi, P. (1972). *Storia d'Italia dal 1815 al 1914*. Milano: Mursia.
- Said, E. W. (1993). *Culture and Imperialism*. New York: Vintage Books.
- Salvatorelli, L. (1963). *Pensiero e azione del Risorgimento*. Torino: Einaudi.
- Salvemini, G. (1961). *Scritti sul Risorgimento*, vol. II. Milano: Feltrinelli.
- Sardica, J. M. (1997). A vida partidária portuguesa nos primeiros anos da Regeneração. *Análise Social*, vol. 32 (1.º), n.º 140, pp. 747-777.
- Tengarrinha, J. (1989). *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- (2006). *Imprensa e opinião pública em Portugal*. Coimbra: MinervaCoimbra.
- Ventura, J. M. (s.d.). *Portugal e Itália ou enlace da Dynastia de Bragança com a Dynastia de Saboya*. Lisboa: Editores – Silva Junior&Comp.
- Woolf, S. J. (1981). *Il Risorgimento. Dalla Restaurazione all'Unità*, vol. II. Torino: Einaudi.

FONTES PRIMÁRIAS

A Revolução de Setembro, ed. resp. J. F. S. Castro, Lisboa, Typ. J.B. da A. Gouveia.

Ano 1849

2104 (março 20) – 2135 (abril 28) – 2157 (maio 25) – 2160 (maio 29) – 2227 (agosto 21) – 2253 (setembro 20)

Ano 1860

5301 (janeiro 01) – 5305 (janeiro 06) – 5309 (janeiro 12) – 5315 (janeiro 19) – 5320 (janeiro 25) – 5330 (fevereiro 07) – 5339 (fevereiro 17) – 5389 (abril 19) – 5409 (maio 12) – 5411 (maio 15) – 5413 (maio 17) – 5414 (maio 19) – 5415 (maio 20) – 5512 (setembro 16) – 5598 (dezembro 29)

A Nação, ed. A. M. C. Lacerda Coronel, Lisboa, I.H.C. Semmedo.

Ano 1849

388 (janeiro 05) – 406 (janeiro 29) – 444 (março 16) – 536 (julho 11) – 544 (julho 20) – 573 (agosto 24) – 597 (setembro 21) – 613 (outubro 10)

Ano 1859

3528 (agosto 27) – 3622 (dezembro 17) – 3631 (dezembro 29)

Ano 1860

3640 (janeiro 10) – 3722 (abril 20) – 3738 (maio 09) – 3741 (maio 12) – 3744 (maio 16) – 3747 (maio 21) – 3835 (setembro 06) – 3841 (setembro 09) – 3867 (outubro 13) – 3868 (outubro 15) – 3930 (dezembro 31).

EDUARDO COELHO E A FUNDAÇÃO DO *DIÁRIO DE NOTÍCIAS*

JORGE PEDRO SOUSA¹

Universidade Fernando Pessoa e ICNOVA
jpsousa@ufp.edu.pt

INTRODUÇÃO

O século XIX foi um período de intensas transformações no jornalismo (Emery e Emery, 1978; Alvarez, 1987; García González, 1999; Sousa, 2008a). Surgiram, nos Estados Unidos e, depois, noutros países, a partir da terceira e quarta décadas de oitocentos, jornais que, perante um cenário onde pontificava a imprensa política, elitista, propuseram ao público um jornalismo alternativo. Este “novo jornalismo” procurava: (1) retomar o espírito noticioso inicial do jornalismo, temperando as notícias com uma linguagem emotiva, sensacionalista e simples; (2) explorar temas sensacionais, embora nem sempre verdadeiros; e ainda (3) defender causas pretensamente “coletivas”, em favor do progresso social, como o fim do trabalho infantil ou o combate ao desemprego. Mantinham, portanto, uma ação política, publicamente apresentada como sendo independente e apartidária e exercida em nome do “povo” e do “bem-comum”. Contudo, a ação política desses jornais muitas vezes ia, sobretudo, ao encontro das intenções políticas dos respectivos donos e mentores.

Com frequência, esses jornais orquestravam campanhas de solidariedade para com as crianças e os mais desfavorecidos. Noticiando-as, revertiam o bem-

¹ Jorge Pedro Sousa, doutor em Ciências da Comunicação, é professor catedrático e pesquisador da Universidade Fernando Pessoa (Portugal), membro do ICNOVA (Portugal) e autor de vários livros e artigos sobre jornalismo e comunicação.

-fazer em favor do aumento das tiragens e da circulação. Dirigiam-se a todos os públicos, e não apenas às elites, pelo que, como escreve Schudson (1978: 22-23), alargaram as representações do mundo aos pequenos factos da vida social quotidiana (crimes, incêndios, casos pessoais, competições desportivas, etc.). Também diminuíram o preço por exemplar, apostando em grandes tiragens e na captação de publicidade.

Publicando cada vez menos artigos, ou apenas um artigo de fundo, esses jornais davam mais espaço às notícias e ao cultivo de novos géneros jornalísticos, como a entrevista parafraseada (Nilsson, 1971: 708; Erbolato, 1978: 138). A reportagem também foi ganhando protagonismo nesses jornais, roubando espaço à opinião, a reboque da tentativa de dar *interesse humano* às notícias e *emotividade sensacional* à linguagem (Stephens, 1993: 505-604).

Essa primeira geração da imprensa popular roubou leitores e receitas publicitárias à imprensa consolidada, que falava, essencialmente, de política, economia e relações internacionais, normalmente sob a forma de artigos, num estilo que podia ir do grave e sério ao panfletário e insultuoso e que era cara, elitista e partidarizada.

O novo e popular modelo de imprensa chegou rapidamente à Europa. Um dos primeiros jornais europeus a enveredar, simultaneamente, pelo estilo noticioso e pela estratégia comercial da primeira geração da imprensa popular norte-americana (primeira geração da *penny press*) foi *La Presse*, surgido em França, em 1836, por iniciativa de Émile de Girardin.

Embora não tenha sido o único jornal europeu a seguir um modelo noticioso-comercial, *La Presse* foi o primeiro jornal europeu-continental independente e direccionado para a satisfação de um público massivo e não para o contentamento de uma elite (o britânico *Times*, por exemplo, converteu-se em representante das classes médias e superiores, conservadoras e instruídas). O jornal francês *Le Figaro*, contemporâneo do *La Presse*, procurou tornar ainda mais leve a informação e mesclá-la com notícias de sociedade, crónicas e folhetins. Foi um caso de sucesso. O modelo do *Figaro*, aliás, foi repetido em grande parte da imprensa de Oitocentos, aglomerando notícias, entretenimento literário (folhetins), opinião e mesmo uma incipiente informação de serviços.

Em França, em 1863, foi fundado por Moïse Polydore Millaud o quotidiano *Le Petit Journal*, que, junto com o jornal noticioso conservador *La Correspondencia de España* (fundado em 1859), serviria de modelo ao *Diário de Notícias*, conforme o reconhece o próprio Eduardo Coelho (*cit. in* Cunha, 1891: 54). O *Petit Journal* teve um enorme êxito ao misturar notícias com reportagens e folhetins, ao lançar um suplemento semanal ilustrado e, ainda, ao organizar competições automobilís-

ticas e ciclistas, que depois cobria em exclusivo. Vinte anos depois do seu lançamento, já tirava um milhão de exemplares diários.

Pode dizer-se que o demoliberalismo político, a alfabetização, a publicidade, a urbanização, os progressos técnicos, a aparição das agências de notícias, a abolição das taxas e de outros entraves ao desenvolvimento da imprensa noticiosa comercial e popular tornou a atividade jornalística num negócio industrial apetecível em toda a Europa, embora os avultados investimentos necessários para pôr um grande jornal a funcionar propiciassem o seu controlo pelos grandes potentes empresariais (cf. García González, 1999; Sousa, 2008a, 2008b).

Em Portugal, pesem embora as tentativas anteriores de edição de jornais baratos, a implementação consequente de um modelo industrial e popular de jornalismo só ocorreu a partir do final de 1864 e princípio de 1865, graças ao lançamento do *Diário de Notícias*, pela mão do jornalista e empresário Eduardo Coelho e do seu sócio Tomás Quintino, empresário de tipografia.

Nesta investigação, metodologicamente assente em pesquisa bibliográfica, documental e hemerográfica, procurar-se-á apresentar a vida e obra de Eduardo Coelho, com especial ênfase na fundação do *Diário de Notícias* e nas reações que este provocou. Pretende-se, por essa via, relembrar a transformação que o jornalismo português sofreu com a chegada do *Diário de Notícias* e caracterizar o discurso deste periódico, realçando o seu carácter noticioso e os seus contornos temáticos e estilísticos.

1. A CONJUNTURA

Quando o *Diário de Notícias* surgiu, Portugal gozava de um período de acalmia e estabilidade política, de relativa paz social e de rotativismo na governação, conhecido por Regeneração. Essa conjuntura favorável impulsionou o crescimento económico, baseado na industrialização e na construção de infraestruturas de transportes e comunicações, nomeadamente no caminho-de-ferro. A Revolução Industrial chegou ao país e isso repercutiu-se no jornalismo, como prova o aparecimento do DN, em 1864-1865.

Nessa altura, se bem que a imprensa doutrinária e combativa, partidária, continuasse a ter um lugar relevante no campo jornalístico português, por causa do rotativismo dos principais partidos no governo (os jornais da oposição, que queria ser governo, combatiam os jornais do partido de governo e vice-versa), alguns empresários portugueses aperceberam-se do lucrativo negócio que constituía a imprensa popular noticiosa, politicamente independente, de

baixo preço e difusão massiva já existente noutros países. Por mão da iniciativa privada, Portugal viu, assim, transfigurar-se o cenário jornalístico. Começaram, então, a reaparecer em Portugal jornais populares noticiosos, direcionados para toda a sociedade, com meios técnicos e financeiros que propiciavam grandes tiragens (à escala do Portugal de então), baixo preço por exemplar (custos sustentados pela publicidade), linguagem clara e acessível, que normalmente não discutiam nem polemizavam, que não seguiam qualquer linha política definida, antes procuravam, principalmente, relatar factos importantes ou simplesmente interessantes, com a verdade e a objetividade possíveis e, por vezes, com sensação à mistura. Com esses jornais, de que o *Diário de Notícias* é o primeiro expoente, inaugurou-se, em Portugal, a fase do jornalismo industrial. A imprensa começou a ser vista, prioritariamente, como um negócio, como uma *indústria* semelhante às demais. Esse modelo foi a matriz para os tempos vindouros.

Com o advento da imprensa industrial, o trabalho nas redações alterou-se substancialmente. As redações “artesaniais” de dois ou três elementos, onde políticos metamorfoseados em “jornalistas” escreviam, maioritariamente, artigos políticos, deram, gradualmente, lugar a redações com várias dezenas de profissionais, nas quais o *repórter* adquiriu importância crescente em contraponto ao “escritor de jornal”. Como *noticiar* era a principal incumbência dos jornais industriais, então as técnicas de redação rapidamente foram contaminadas pela busca da factualidade, pela separação entre informação e opinião, pelo predomínio do objeto sobre os sujeitos que o enunciam (objetividade). Essa opção editorial foi incrementada quer pela omnipresença do telégrafo, que incitava à manutenção de um estilo factual, simples e sintético, quer pela actividade das agências noticiosas, que davam, então, os primeiros passos.

2. EDUARDO COELHO

Foi no ambiente politicamente conturbado, mas jornalisticamente rico, do século XIX, que Eduardo Coelho viveu. O seu percurso de vida, reconstruído por Alfredo da Cunha (1891; 1914) a partir de memórias escritas pelo próprio biografado, é ilustrativo da forma como muitos portugueses ingressaram no jornalismo (e *fizeram* jornalismo) durante o século XIX. Para uns, como vários políticos que se metamorfoseavam em articulistas e “escritores de jornal” e se intitulavam de jornalistas, o jornalismo era mera ocupação; mas outros, como foi o caso de Eduardo Coelho, tiveram no jornalismo o seu ganha-pão, a sua *profissão*. Uma profissão

sem os contornos legais e deontológicos que hoje possui, mas que já demandava saberes e competências específicos.

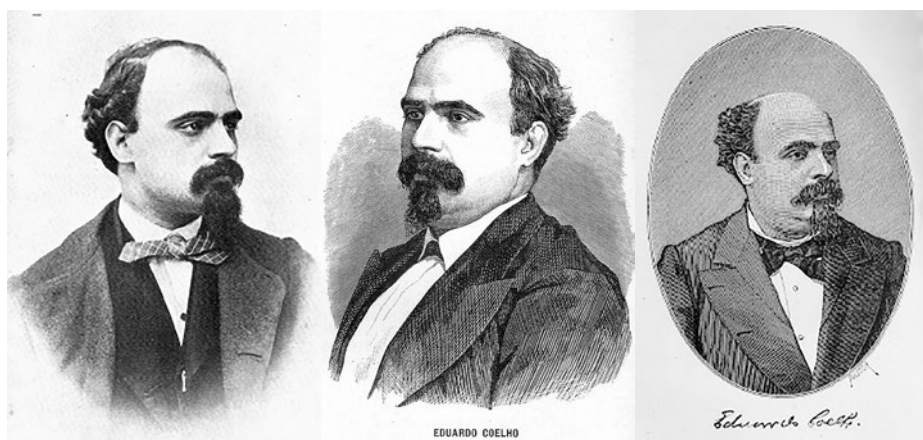


FIG. 1 – Eduardo Coelho em diversas fases da sua vida.

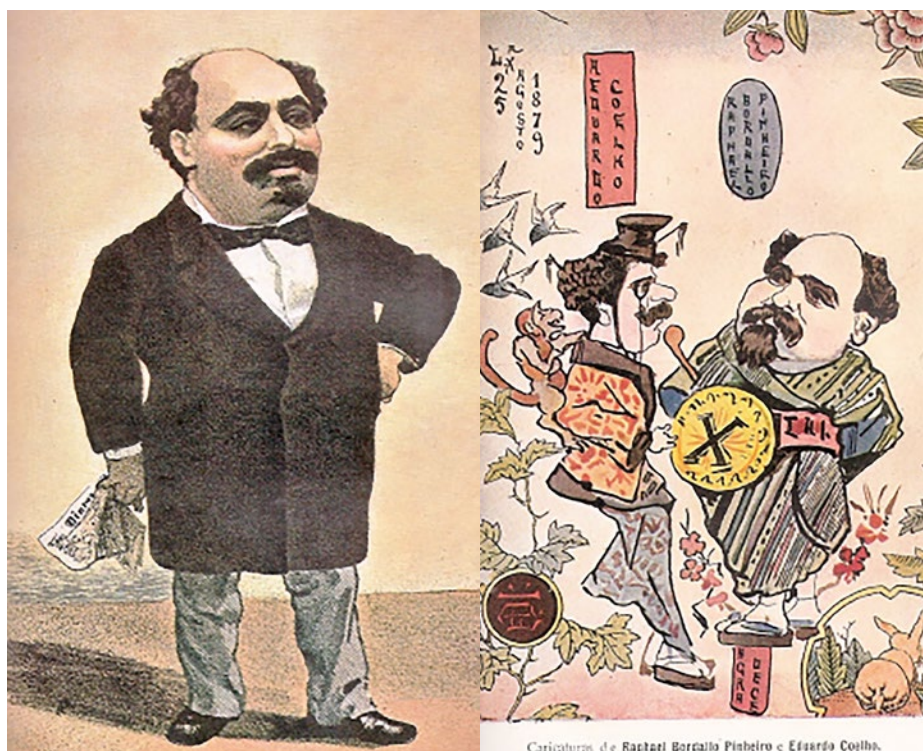


FIG. 2 – Caricaturas de Eduardo Coelho.

Filho de um tipógrafo e industrial de tipografia, aquele que com Tomás Quintino Antunes viria a fundar o *Diário de Notícias* e sido seu primeiro diretor nasceu em Coimbra, a 23 de abril de 1835.

Muitos tipógrafos, na época, eram pessoas cultas e instruídas, autodidatas, politicamente doutrinadas e activas. Seguindo uma tradição que já vinha do tempo dos primeiros editores de gazetas, vários deles igualmente tipógrafos e donos de tipografias, alguns dos tipógrafos oitocentistas faziam intervenção política, redigiam textos para jornais e, não raro, aventuravam-se mesmo pelo mundo das belas letras. Inclusivamente, alguns acabaram por abandonar a tipografia para abraçarem a profissão de jornalistas. O percurso de Eduardo Coelho é um caso típico. Foi a tipografia que o levou a conviver com jornalistas (ou “escritores de jornal”), políticos, escritores e folhetinistas. Aliás, bastantes dos homens de letras e políticos de então colaboravam em jornais, quando não eram, eles mesmos, a sua alma e os seus fundadores. Em última instância, terá sido esse contacto, do qual resultaram, por exemplo, estreitas amizades com o escritor Eça de Queirós e com os políticos Pinheiro Chagas e António Augusto Aguiar, que instigou Eduardo Coelho a fazer carreira como jornalista e escritor. Tinha, no entanto, também exemplos de “jornalistas” na família próxima. A sua queda para o jornalismo e para as letras seria, portanto, genética. Na verdade, Eduardo Coelho habituou-se cedo ao contacto com políticos e jornalistas, ocupações que normalmente se cruzavam. O seu pai, João Gaspar Coelho, amigo do político Casal Ribeiro e do jornalista e escritor Joaquim Martins de Carvalho (do *Conimbricense*), fundou, em 1844, uma tipografia, em Coimbra, a partir da qual lançou o jornal *A Oposição Nacional*, adversário do chefe do governo, Costa Cabral. Nesse jornal, colaborou o escritor e político António Augusto Teixeira de Vasconcelos. Por seu turno, o irmão mais velho de Eduardo Coelho, Adriano Gaspar Coelho, fundou, no Brasil, o jornal *O Cisne* e colaborou em vários periódicos brasileiros. Regressado do Brasil, em 1867, ingressou no DN, como secretário da redação. Também no Brasil, outro irmão de Eduardo Coelho, Abel Maria Coelho, foi, durante catorze anos, redator e proprietário do jornal *O Guarani*, de Uruguaiana, localidade onde também fundou *O Noticioso*.

Órfão de pai aos 13 anos, consumida a pequena fortuna paterna nas lutas políticas em que o progenitor se envolveu, Eduardo Coelho foi mandado para Lisboa, para trabalhar no comércio, pela própria mãe, que não conseguia sustentar sozinha uma prole de onze filhos. Como empregado comercial, publicou, em 1852, uma colecção de quadras de cunho reivindicativo e denunciante, que intitulou *Livrinho dos Caixeiros*. Em 1854, pagou pela publicação do romance bucólico *O Pastor da Floresta* no periódico *Jardim Literário*. Despediu-se, então, do comércio e

passou tempos difíceis. Foi aprendendo a arte da tipografia ajudando a compor, gratuitamente, o jornal *Jardim Literário*, o que lhe permitiu continuar a publicar textos neste periódico. Obteve, enfim, emprego como tipógrafo.

Numa das tipografias em que trabalhou imprimia-se o jornal conservador *O Parlamento*, que vivia, essencialmente, de duas personagens: Luís de Vasconcelos Azevedo e Silva e José de Lacerda. Ocasionalmente, segundo Eduardo Coelho narra nas suas memórias, recolhidas e trabalhadas por Alfredo da Cunha (1891: 33), Lacerda, observada a queda de Coelho para o jornalismo, propunha-lhe a redação de notícias e artigos. Num deles, Coelho defendeu uma reforma impopular do ministro José Maria Eugénio de Almeida, o que levantou alguma animosidade contra si, mas que também lhe trouxe o agradecimento do governante. Assim, a colaboração de Eduardo Coelho com o jornal tornou-se regular e alargou-se das notícias e dos artigos aos folhetins. Em 1857, concorreu a um lugar de tipógrafo na Imprensa Nacional e obteve a vaga, mas abandonaria o lugar menos de um ano depois, em 1858. Nesse mesmo ano, segundo revela nas memórias recolhidas por Alfredo da Cunha (1891, p. 35), e decerto inspirado nos jornais estrangeiros que conhecia e ainda nos jornais populares portugueses (de dez réis ou cinco réis), Eduardo Coelho congeminou, pela primeira vez, à noite, no seu pequeno quarto arrendado, o lançamento de um jornal noticioso, que se intitularia *Boletim Noticioso*, “jornal de notícias e anúncios a dez réis”. O projecto tornou-se a sua “monomania”, conforme o próprio relata (Coelho, *cit. in* Cunha, 1891: 54).

A partir de 1858, Eduardo Coelho subsistiu, principalmente, do jornalismo, colaborando, como noticiarista, editor de correspondência dos leitores e de matérias de correspondentes da província e ainda como crítico de teatro, com jornais como *O Conservador*, *A Gazeta de Portugal* e *A Revolução de Setembro*. Algum rendimento foi também buscar à literatura, como escritor de peças teatrais, romances e folhetins. E ainda obtinha remunerações da assessoria política. Foi, nomeadamente, secretário dos políticos José Estêvão e António Feliciano de Castilho.

Em 1859, Eduardo Coelho tornou-se diretor e redator principal do *Jornal para Todos*, uma pequena revista ilustrada, mas manteve a colaboração com outras publicações, como a *Crónica dos Teatros* e *O Monitor Português*. Foi nessa altura que contractou com o jornal *Correspondencia Española*, que reconheceu ter sido um dos modelos para o DN (Coelho, *cit. in* Cunha, 1891: 54).

Em 1861, convidado por António Xavier Brederode, proprietário da *Revista Contemporânea*, com a qual também colaborava, pôde abandonar o país pela primeira vez. Rumou a Paris, para exercer o cargo de secretário do jornalista e escritor António Augusto Teixeira de Vasconcelos, tendo sido lá que, em 1863, travou conhecimento directo com o funcionamento do *Petit Journal*.

Nesse mesmo ano, Eduardo Coelho regressou a Portugal. Continuou a sua colaboração remunerada em vários periódicos, tendo, nomeadamente, sido nomeado responsável pelo noticiário d'A *Revolução de Setembro*, cargo em que se manteve durante três anos e que muito traquejo lhe terá dado enquanto noticiarista. Registe-se, aliás, que o director do *Revolução de Setembro*, o político e jornalista António Rodrigues Sampaio, nem sequer depois da fundação do DN quis exonerar Eduardo Coelho do cargo de noticiarista do jornal. Por isso, durante algum tempo Eduardo Coelho, já como director do *Diário de Notícias*, viu-se obrigado a acumular os dois cargos, embora contrafeito, conforme relembra nas suas memórias, recolhidas por Cunha (1891: 45).

Mergulhado intensamente no mundo do jornalismo e da política, Eduardo Coelho permaneceu, contudo, partidariamente neutral. Escrevia, essencialmente, notícias ou críticas de teatro, para além de folhetins, e não artigos de fundo.

Em 1864, chegava, enfim, a vez do *Diário de Notícias*. Com pouco capital, Eduardo Coelho conseguiu cativar para o seu projecto o dono de uma tipografia, opção que se revelou de fundamental importância para dar sustentabilidade à empresa nos primeiros tempos. O eleito, que se tornou sócio de Coelho e co-fundador do DN, foi Tomás Quintino, dono da Tipografia Universal, local onde o jornal foi impresso durante vários anos.

Relembra Alfredo da Cunha (1891: 53):

Tendo-se familiarizado com os trabalhos jornalísticos, na assidua colaboração com as folhas periódicas (...), Eduardo Coelho foi quem, em Portugal, primeiro e mais perspicazmente do que qualquer outro, previu o largo futuro de uma empresa de índole inteiramente nova entre nós, como seria a de um jornal noticioso, genuinamente imparcial e independente, cujo preço estivesse ao alcance de todas as bolsas e cujo programa e cujos processos se assemelhassem aos de alguns periódicos estrangeiros de sua particular predileção.

Eduardo Coelho conseguiu dar bases sólidas ao novo jornal, tendo sido seu director até à morte, que sobreveio a 14 de maio de 1889, dia em que também publicou o último artigo no diário que tinha fundado. Antes disso, ainda foi o principal impulsor da fundação da Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses, primeiro e elitista grémio de “escritores de jornal” que existiu em Portugal, constituída a partir da comissão que organizou as comemorações do tricentenário de Camões, em 1880, e da qual Eduardo Coelho fazia parte e seria mentor e

credor. Essa primeira associação de “jornalistas” portugueses, apesar dos esforços de Coelho, finou-se passados seis anos.

3. O DIÁRIO DE NOTÍCIAS

O primeiro número do *Diário de Notícias* surgiu a 29 de dezembro de 1864 (número de apresentação). Era um jornal diferente dos restantes jornais portugueses de então, nos conteúdos (noticiosos), no estilo (claro, conciso, preciso e simples), na forma, nomeadamente no aspeto (paginação a quatro colunas e não a duas ou mesmo a uma, conforme era habitual), na dimensão (que já era *de jornal*, portanto sensivelmente semelhante aos actuais tablóides, e não mais de panfleto ou livro, como era norma na época) e ainda no preço (dez reis por exemplar, menor quando vendido por assinatura). A sua conceção era empresarial, buscando lucro nas vendas e na publicidade (logo no primeiro número, o jornal anunciava que recebia anúncios a vinte réis a linha). Esta renovada e contemporânea perspectiva do jornalismo noticioso e informativo, generalista, que se propunha ser neutro, ético (separando o público do privado), independente e o mais verdadeiro possível (consciência dos limites), dirigido a toda a população, encarado, essencialmente, como negócio, era, de resto, clara aos olhos dos investidores no projeto, que, na primeira página do primeiro número, anunciavam “Ao Público”:

O *Diário de Notícias* – o seu título o está dizendo – será uma compilação cuidadosa de todas as notícias do dia, de todos os países, e de todas as especialidades, um noticiário universal. Em estilo fácil, e com a maior concisão, informará o leitor de todas as ocorrências interessantes, assim de Portugal como das demais nações, reproduzindo à última hora todas as novidades políticas, científicas, artísticas, literárias, comerciais, industriais, agrícolas, criminais e estatísticas, etc. Eliminando o artigo de fundo, não discute política, nem sustenta polémica. Regista com a possível verdade todos os acontecimentos, deixando ao leitor, quaisquer que sejam os seus princípios e opiniões, o comentá-los a seu sabor. Escrito em linguagem decente e urbana, as suas colunas são absolutamente vedadas à exposição dos atos da vida particular dos cidadãos, às injúrias, às alusões desonestas e reconvenções insidiosas. É pois um jornal de todos e para todos – para pobres e ricos de ambos os sexos e de todas as condições, classes e partidos.

Todos os países ilustrados possuem publicações deste género, e nomeadamente a Inglaterra, a França, a Bélgica, e ainda a nossa vizinha Espanha, publicações que têm atraído considerável número de simpatias, leitores e subscritores.

A ideia não é pois original nossa, senão imitada ou traduzida, como melhor quiserem, para preencher uma notável lacuna do nosso jornalismo. E os meios de publicação que a empresa do *Diário de Notícias* adopta, embora pareçam singulares, são também uma cópia fiel do que se usa nesses países onde se compreendem e exploram todos os meios de publicidade.

Eliminando o artigo de fundo, que definia o posicionamento político de um jornal; não sustentando polémicas nem discutindo política; eliminando a linguagem quente e, por vezes, ofensiva, suscitada pelas paixões políticas, em favor de uma atitude neutral, cordata, urbana, contida e politicamente independente; procurando registar os acontecimentos factualmente e “com a possível verdade”; oferecendo, com concisão, informações e notícias sobre os quais todos podiam tecer opiniões, em vez de (raramente...) disponibilizar teorias e opiniões prontas a consumir, o *Diário de Notícias* tinha encontrado a fórmula certa para se fincar com sólidas raízes na paisagem jornalística portuguesa.

Alfredo da Cunha (1891: 56), no final do século XIX, já reconhecia no programa do DN uma intenção revolucionária para o jornalismo português, a exemplo do que tinha sucedido em França com a aparição de *La Presse*, de Girardin:

Este programa, simples como agora parece, importava, contudo, por si só, uma completa renovação de princípios na imprensa portuguesa.

Estávamos, na verdade (...), pouco mais adiantados do que se estava em França, no tempo da Restauração, no tempo do jornalismo essencialmente doutrinário, em que eram tão grandes os artigos como pequenas eram as tiragens. Porque ainda efetivamente não havia chegado Girardin, o grande revolucionário da imprensa francesa, e com ele o período em que a literatura e as notícias deviam começar a preponderar nos periódicos, cedendo a política, a pouco e pouco, o passo à reportagem e à crónica.

Que notícias publicava o DN? Notícias sobre um variadíssimo número de acontecimentos (e até de não-acontecimentos) do quotidiano de *todos* os portugueses, particularmente dos lisboetas, e também notícias internacionais, abarcando a

PREÇOS DA ASSIGNATURA LISBOA Por um mês..... 200 rs. Três meses..... 700 rs. Assigna-se no escritório do jornal Temerária Universal, Rua dos Calafates, 110 As assignaturas de Lisboa só se recebem por um ou por três meses O seu pagamento é adiantado Recorre-se ao agenciado a 50 rs. a linha	CADA NUMERO 40 RÉIS DIÁRIO DE NOTÍCIAS NOTICIÁRIO UNIVERSAL PUBLICADO TODAS AS MANHÃS Proprietários — <i>Thomas Quintino Antunes, e Eduardo Coelho, Redactores</i>	PREÇOS DA ASSIGNATURA PROVÍNCIAS (Com estampilha) Três meses..... 1075 rs. A importância das assignaturas das províncias deve ser nominada em valor da cotação ao Administrador do Diário de Notícias, na Tipographia Universal, rua dos Calafates, 110, onde deve ser dirigida toda a correspondência, litteraria, e etc. Nas terras onde houver difficuldade na remessa pelo correio, fac-se-lhe em estampilha
--	--	---

N. 1, PROGRAMMA **QUINTA FEIRA 29 DE DEZEMBRO** **4864**

EXPEDIENTE

Acceptam-se e agradecem-se informações verazes ou escriptas sobre quaisquer acontecimentos interessantes da vida publica; occorências tristes ou alegres; obras notaveis; descobertas uteis; curiosidades litterarias, artisticas, scientificas, commerciaes ou industriaes; estabelecimentos novos de qualquer genero; tudo, enfim, que possa interessar ao publico em geral, ou as classes em particular, uma vez que as pessoas que com ellas obsequiarem a empresa lhe assegurem a verdade dessas informações. A empresa aceita e agradece enfim quaisquer indicações que os srs. assignantes julguem uteis ao publico, e à prosperidade do jornal.

Ao Publico

A publicação que hoje empreendemos, convencidos da sua necessidade e utilidade, visa a um unico fim: — interessar a todas as classes, ser accessivel a todas as bolsas, e comprehensivel a todas as intelligencias.

O DIÁRIO DE NOTÍCIAS — o seu titulo o está dizendo — será uma compilação cuidadosa de todas as noticias do dia, de todos os paizes, e de todas as especialidades, um noticiário universal. Em estilo facil, e com a maior concisão informará o leitor de todas as occorências interessantes, assim de Portugal como das demais nações, reproduzindo a ultima hora todas as novidades politicas, scientificas, artisticas, litterarias, commerciaes, industriaes, agricolas, criminaes e estatisticas, etc. Eliminando o artigo de fundo, não discute politica, nem sustenta polemica. Registra com a possível verdade todos os acontecimentos, deixando ao leitor, quaisquer que sejam os seus principios e opinões, o commentar a seu sabor. Escripção em linguagem decente e urbana, as suas columnas são absolutamente vedadas a exposição dos actos da vida particular dos cidadãos, ás injurias, ás allusões deshonestas e reconvenções insidiosas. É pois um jornal de todos e para todos — para pobres e ricos de ambos os sexos e de todas as condições, classes e partidos. Todos os paizes illustres possuem publicações d'este genero, e nomeadamente a Inglaterra, a França, a Belgica, e ainda a nossa vizinha Hespanha, publicações que tem atrahido consideravel numero de sympathias, leitores

e subscriptores. Aída não é pois original nossa, senão imitada ou traduzida, como melhor quizerem, para preencher uma notavel lacuna do nosso jornalismo. E os meios de publicação que a empresa do DIÁRIO DE NOTÍCIAS adopta, embora pareçam singulares, são tambem uma copia fiel do que se usa n'esses paizes onde se comprehendem e exploram todos os meios de publicação.

O programma do DIÁRIO DE NOTÍCIAS está posto em acção no seu primeiro numero. A empresa não faz senão uma promessa, e é, que buscará corresponder á confiança publica, e ser grata ao favor com que espera ver acolhida a sua idéa, operando gradualmente todos os melhoramentos que a experiencia lhe fór aconselhando.

Suas Magestades e Alianças passam sem novidade em suas importantes saudes.

S. Thomaz, arcebispo de Cantuaria. Rito semiduplex. Parnamento de cor vermelha. Começa a novena de Nossa Senhora de Jesus.

Lausperenne na igreja dos Ingleses que tem a invocação de S. Pedro e S. Paulo.

Risar da aurora ás 5 horas e 38 minutos. Nascimento do sol ás 7 horas e 17 minutos. Ocaso do sol ás 4 horas e 44 minutos. Primeira maré: preamar ás 6 minutos da manhã; baixamar ás 6 horas e 48 minutos da manhã. Segunda maré: preamar ás 30 minutos da tarde; baixamar ás 6 horas, e 42 minutos da tarde.

S. Thomaz, arcebispo de Cantuaria, nasceu em Londres. Foram seus paes Gilberto Belret e Mathilde, pessoas distintas por virtude e sangue. Mas por vontade propria, do que por conselhos de outros, se fez familiar da Theobaldo, arcebispo de Cantuaria, em cuja privança tanta consideração mereceu, que por suas mãos corriam os negocios mais importantes da curia archiepiscopal. Elevado ao throno de Inglaterra o duque de Normandia e Aquitania, Henrique, o arcebispo o propoz para chanceler d'el-rei, lugar que desempenhou tanto a contento que por morte de Theobaldo, e sob proposta regia, foi eleito arcebispo de Cantuaria. Nimiamente empenhado na defesa das immuniidades da igreja, houve de soffrer o odio dos grandes na gerarchia tanto ecclesiastica como civil. D'aqui, a lucta, que, prolongando-se por espaço de seis annos o obrigou a estar outros tantos exilado. Feita a paz por intermedio do papa Alexandre 3.º, o arcebispoahi foi recebido victoriosamente. O rei, que não havia sido estranho ás suas vistas ambiciosas. Resistiu o prelado, até que um dia, — foi a 29

de dezembro de 1174, ha 690 annos, — é procurado por quatro cavalleiros, os quaes sendo expulsos do papa, invadem a igreja onde o arcebispo se refugiara, e ahi o assassinam cortando-lhe a cabeça. A igreja commemora hoje o martyrio do sancto prelado que em vida tanto se distinguia na pratica das virtudes christãs.

No dia 29 de dezembro de 1855 falleceu na ilha Deserta no convento de Bessorá o veneravel fr. Basilio, natural da villa de Santarem. Era homem de muita piedade, e muito esclarecido. Havendo sido do reino foi a Italia receber o habito de carmelita descalço, e d'alli se partiu para a Persia a pregar o Evangelho. Edificou ahi o convento de Bessorá, onde celebrou missa e ensinou os dogmas christãos em tres idiomas — o persico, o arabico, e o turquesco.

Começaram no dia 24 do corrente as ferias do Natal nos tribunales judiciais, e acabam no dia 7 de janeiro. D'esse dia em diante daremos aos nossos leitores conta de todos os julgamentos correctionaes, e criminaes interessantes, para isso collaborador especial.

O conselho municipal de Chalón-sur-Saône (de França) acaba de votar um subsidio de 120,000 francos (24,000,000 réis) para a construção do caminho de ferro departamental de Chalón á linha de Sous-le-Saulnier a Bourg. Para a mesma linha ferrea votaram os conselhos municipaes de Loubans e Châteauneuf-Renaud, o primeiro a somma de 60,000 francos (12,000,000 réis), e o segundo a de 10,000 (2,000,000 réis).

A Moisidade de Mirabeau, delicada produção do illustre auctor dramatico francez o sr. Aylie Langla, que tão applaudida tem sido no theatro do Vaudeville, de Paris, acaba de ser representada com brilhante exito no theatro Scribe, de Turim. A segunda representação diz a Italia, assistiu a melhor sociedade d'aquelle capital. Os artistas foram muito victoriosos.

O illustre professor o sr. Joaquim Theotónio da Silva participou ha pouco á sociedade das sciencias medicas de Lisboa o caso curiosissimo de uma doença a que os homens da sciencia chamam ataxia locomotriz, e que foi pela primeira vez observada entre nós.

Era o doente um rapaz de 19 annos vindo do Rio de Janeiro a Lisboa, no principio desta semestrel, de proposito para tratar-se. Este infeliz começou a entregar-se desde muito creança com descommunal excessos aos prazeres sensuaes, e attribue-se a isso a origem do seu mal. Os principios symptomaticos deste são: Quando quer andar vacilla, e custalhe a conservar-se em equilibrio. Dado o primeiro passo, anda lançando os pés e as pernas para um e outro lado. Se na casa onde passava estão senhoras ainda lhe custa mais a mover-se. Se não ha luz, ou lhe tapam os olhos, cõe se o não segurarem. Custa-lhe muito a coordenar todos os movimentos voluntarios. Com um tratamento rigoroso, a medicina não desespere de o salvar.

Uma maravilha da industria humana existe neste momento em poder do rei de Wurtemberg. É um cavallo automatico que executa todos os movimentos que podem exigir-se a um cavallo verdadeiro. Montam-no governam-no, e presta-se a todas as phantasias da equitação. Esta precisão só funciona diante de pessoas de grande intelligência do rei. Era de um bicho de dentes que preloca o laborador desta folha para fazer as suas excursões diarias.

Em a noite de 18 do corrente, diz o periodico *Franch-Comté*, deu-se, junto a Vercel, uma tentativa de assassinio, acompanhada de roubo: Philippe Jeaner, antigo magistrado de Ecorrote, agente geral da companhia de seguros, a França, que, como portador de uns 5 a 6,000 francos (12,000,000 réis) se dirigia a Vercel, — foi assaltado, no bosque de Chamois, por tres individuos de feia catadura, os quaes, arrojando-o ao chão, lhe comprimiram fortemente as gueltas, e o despojarão de tudo que consigo levava. Chagado a Vercel, Jeaner referiu o caso á justiça, e esta não colheu ainda, que o sabamos, resultado algum das suas pesquisas.

Vae pôr-se á venda a melhor, a mais rica e a mais completa de todas as galerias particulares do França — a celebre galeria Poutalès. — Todos os objectos de arte da melhor curiosidade, todos os quadros antigos e modernos, tudo, até as medalhas, se vai pôr em hasta publica, em razão de haver fallecido o seu possuidor o sr. Poutalès-Gorgier. É esta uma nova que alguma senção deve produzir na Europa artistica, e que deve chamar a Paris muitos amadores.

Progridem as obras do palacio de crystal, do Porto. No dia 24 do corrente concluíram-se as arcarias: ao fechar do ultimo arco, os operarios collocaram-lhe em cima a bandeira nacional.

A ex.^{ma} sr.^a D. commendadeira do real theatro de Nossa Senhora da Encarnação da ordem militar de S. Bento de Aviz, que se achava gravemente enferma, está já convalecente, e começa a experimentar progressivas melhoras. Fazemos votos pelo completo restabelecimento de s.^a ex.^a

Na communa de Chevrières (França), uma rapariga de 28 annos deu a luz, em 13 do corrente, uma creança de monstruosas configuração. — Esta creança era composta de dois corpos diferentes, mas unidos pelo ventre e pelo peito, tendo quatro braços e quatro pernas perfeitamente desenvolvidas, uma só cabeça, duas caras: uma perfeita, e outra completamente transformada, tendo, todavia, um só olho com duas palpebras. No logar do nariz, tinha um orificio parecido com bocca; as orelhas, que eram perfuradas, estavam pegadas ás faces, mas por baixo dos queijos.

Um dos corpos d'esta creança tinha os orgaos masculinos; no outro os orgaos femininos. Os dois corpos pareciam ter feminhos. O parto foi muito laborioso, e a elle assistiu o facultativo. A creança morreu antes de ser dada ao mundo.

FIG. 3 — O primeiro número do Diário de Notícias.

política e a economia, como era hábito da época, mas igualmente o crime, a sociedade, a vida cultural, etc.

As notícias no DN sucediam-se umas às outras, sem grandes preocupações de ordem ou hierarquia. A primeira notícia do primeiro número-programa dizia respeito à chefia do estado: “Suas Majestades e Altezas passam sem novidade em suas importantes saúdes”. Um não-acontecimento, portanto. Nesta notícia, que se resume a um parágrafo-*lead* (como muitas outras), evidencia-se a mais-valia noticiosa que constitui a referência a pessoas de elite, valor esse que é quase intemporal na cultura ocidental, como o provam as *Atas Diurnas* ou mesmo textos anteriores (Sousa, 2008a: 21-24).

A intenção noticiosa do DN evidenciava-se, também, em várias outras notícias publicadas logo nos primeiros números (e reproduzidas a seguir), algumas de conteúdo administrativo e social, outras de conteúdo económico (é de notar os floreados na linguagem e a polidez com que se tratavam as pessoas, gentilezas perdidas historicamente em favor da noção da “verdade nua e crua dos factos”), mas todas breves e escritas numa linguagem acessível, onde é notória a noção de *lead*. Em algumas delas, dão-se pistas para entender o fluxo nacional e internacional de notícias, como naquelas em que se indicia a consulta da folha oficial e de jornais estrangeiros (citados), o que revela iniciativa dos jornalistas; noutras, repara-se na iniciativa de fontes interessadas, embora, para o caso, não oficiais, que procuram usar o jornal em seu benefício (por exemplo, a queixa de um leitor relativa ao lixo acumulado); e noutras ainda, constata-se a iniciativa de colaboradores do próprio jornal. É interessante observar, igualmente, que em algumas dessas notícias se notam vestígios do género epistolar, que constitui um dos alicerces do género noticioso, como acontece, por exemplo, quando o jornal interpela, directamente, os protagonistas das notícias, para os elogiar, desejar melhoras, etc. Finalmente, é de registar que, mesmo noticioso, o jornal não se coíbe de fazer “intervenção social”, como quando apela à resolução de problemas por parte das autoridades. Vejam-se, então, os seguintes exemplos de notícias, extraídas de vários números do DN (1864-1867):

Em a noite de 16 do corrente [Dezembro de 1864], diz o periódico *Franchise-Comté*, deu-se, junto a Vercel, uma tentativa de assassinio, acompanhada de roubo: Filippe Jeanner, antigo magistrado de Ecourotte, agente geral da companhia de seguros, a *França*, que como portador de uns 5 a 6 000 francos (12000\$000 réis) se dirigia a Vercel, foi assaltado, no bosque de Chamois, por três indivíduos de feia catadura, os quais, arrojando-o ao chão, lhe comprimiram fortemente as goelas e o despojaram de tudo que consigo levava. Che-

gado a Vercel, Jeanner referiu o caso à justiça e esta não colheu ainda, que o saibamos, resultado algum das suas pesquisas.

A *Mocidade de Mirabeau*, delicada produção do ilustre autor dramático francês o sr. Aylie Langié, que tão aplaudida tem sido no teatro do Vaudeville, de Paris, acaba de ser representada com brilhante êxito no teatro Scribe, de Turim. À segunda representação, diz a *Italia*, assistiu a melhor sociedade daquela capital. Os artistas foram muito vitoriados.

Queixa-se um morador da rua do Mirante que num canto dela se junta toda a imundice resultante do despejo de um beco próximo, exalando miasmas tão asfíxiantes que é impossível passar por ali sem sofrer náuseas horríveis. Prevenimos disto a autoridade respetiva.

A Ex.^{ma} Sr.^a D. comendadeira do real mosteiro de Nossa Senhora da Encarnação, da ordem militar de S. Bento de Aviz, que se achava gravemente enferma, está já convalescente, e começa a experimentar progressivas melhoras. Fazemos votos pelo completo restabelecimento de S. Ex.^a.

Contém hoje a folha oficial alguns decretos de nomeação de empregados das alfândegas. O Sr. Conselheiro Palmeiro Pinto é promovido ao lugar de inspetor das alfândegas e encarregado de continuar a direção da alfândega grande. O Sr. Barão de Vila Cova é promovido ao lugar de inspetor das alfândegas e encarregado de continuar a dirigir a alfândega municipal.

O Sr. José Cândido d'Assumpção, cavalheiro muito ilustrado, foi promovido ao lugar de contador geral da contadoria da Junta do Crédito Público com um decreto muito honroso.

Chegou ao Porto, vindo de Baião, o Sr. general Lobo d'Ávila, irmão do Sr. ministro da Fazenda, e do qual a imprensa tem-se ocupado ultimamente.

A cultura do algodão na Itália aumenta e desenvolve-se a olhos vistos. No ano de 1863 elevou-se a sua receita à enorme cifra de 10 800 contos de reis e a produção da colheita de 1864 calcula-se em 27 mil contos de reis.

Acaba de organizar-se, em Lisboa, uma comissão mista de cavalheiros portugueses e espanhóis para promover os meios de acudir às vítimas da grande inundação que há pouco houve na cidade de Valência (Espanha).

Apesar da ambição noticiosa, também se nota no DN, na tradição do enciclopedismo iluminista e dos almanaques, a vontade de prover à “instrução pública”, mesmo que por detrás estivessem, também, intenções de entretenimento, para cativar o público, incluindo as mulheres. Veja-se, por exemplo, o seguinte texto (que, no jornal, aparecia misturado com as notícias), extraído logo do primeiro número do DN, no qual se evoca, enciclopedicamente, a vida de São Tomás, devido à celebração da sua morte (celebração essa que serve de *cabide e pretexto* para a matéria em causa):

S. Tomás, arcebispo de Cantuária, nasceu em Londres. Foram seus pais Gilberto Belret e Mathilde, pessoas distintas por virtude e sangue. Mais por vontade própria, do que por conselhos de outrem, se fez familiar de Teobaldo, arcebispo de Cantuária, em cuja privança tanta consideração mereceu, que por suas mãos corriam os negócios mais importantes da cúria arcepiscopal. Elevado ao trono de Inglaterra o duque da Normandia e Aquitânia, Henrique, o arcebispo o propôs para chanceler do rei, lugar que desempenhou tanto a contento que por morte de Teobaldo, e sob proposta régia, foi eleito arcebispo de Cantuária. Nimiamente empenhado na defesa das imunidades da Igreja, houve de sofrer o ódio dos grandes da hierarquia tanto eclesiástica como civil. (...) Resiste o prelado, até que um dia – foi a 29 de dezembro de 1174, há 690 anos – é procurado por quatro cavaleiros, os quais sendo expulsos do paço, invadem a Igreja onde o arcebispo se refugiara e aí o assassinam cortando-lhe a cabeça. A Igreja comemora hoje o martírio do santo prelado que em vida tanto se distinguiu na prática das virtudes cristãs.

Apresentando, na realidade, uma proposta de jornalismo com interesse interclassista, sendo assinado e lido pela Família Real mas também pelo povo comum, o sucesso do DN foi enorme, tanto assim que, com uma tiragem inicial de cinco mil exemplares, passados cinco anos já tirava 17 mil, cerca de um terço dos 50 mil exemplares de jornais que todos os dias saíam para a rua em Lisboa (Cunha, 1891: 57-58). Em 1885, tirava já 26 mil exemplares diários e apresentava-se perante o público com mais conteúdos (aumento dos números de letras e linhas)

e mais anúncios, conforme se pode observar pelo quadro seguinte (adaptado dos dados de Cunha, 1891: 58):

	1865	1885
Tiragem diária média	7 300	26 000
Tiragem mínima diária	5 000	26 000
Tiragem máxima diária	9 600	26 000
Número máximo de colunas	16	44
Número máximo de linhas	1 520	11 220
Número máximo de letras	40 000	260 000
Número de anúncios durante o ano	14 402	178 078
Média de anúncios por número	48	490
Mínimo de anúncios por número	4	201
Máximo de anúncios por número	141	686
Números publicados durante o ano	297	362

O quadro anterior revela, em acréscimo, que o aumento da tiragem e, portanto, da circulação, gerou, também, mais anúncios. Estes, por sua vez, trouxeram mais proventos e mais leitores, numa espécie de *círculo venturoso*. A empresa do Diário de Notícias tornou-se sólida e próspera. Consequentemente, tanto despertou invejas e críticas como inspirou imitadores. Cunha (1891: 56-57) reconhece, assim, que o *Diário de Notícias* não foi bem recebido por todos:

É certo que nem todos reconhecem nesta revolução um verdadeiro progresso, e que, bem ao contrário, muitos lhe atribuem o que vulgarmente se chama “a crescente decadência do jornalismo”; mas não é menos certo também (...) que outros filiam essa mesma decadência, por um lado, na exploração da imprensa pelo desenfreado *affarismo* da política e da finança, que a escravizam a interesses pessoais, nem sempre escrupulosos, e por outro, no desbocamento das polémicas jornalísticas (...).

É facto, porém, que do mesmo modo que no jornalismo político e de combate, em Portugal, se perpetuou um nome – António Rodrigues Sampaio – ligado a duas folhas notabilíssimas – *O Espetro* e a *Revolução de Setembro*; do mesmo modo que, no jornalismo literário, avulta a memória do escritor que entre nós o criou (...) – António Augusto Teixeira de Vasconcelos; assim também do jornalismo popular e noticioso, imparcial e morigerado, inofensivo na propaganda e incolor em política, há de ficar (...) um modelo (...) – o *Diário de Notícias* – e um nome – o de Eduardo Coelho (...).

Na verdade, algumas elites viam no jornalismo não uma forma de providenciar informação isenta e independente ao público nem um negócio legítimo, mas sim um veículo de *fazer política* e um *prolongamento dos partidos*. Ora, quando um jornal diferente chegava a todos e lhes roubava a audiência; quando esse jornal falava, com independência, do que lhes era inconveniente; quando ouvia todos por igual e não apenas um determinado partido; quando, mais do que emitir uma opinião sobre um tema, procurava apresentar as diversas posições que existiam sobre ele; quando se tornava, por vezes, uma voz pública, livre e autónoma dos partidos, que, procurando não ofender, mas arrogando-se o direito de representar os cidadãos fora do parlamento, chamava a atenção para os problemas do povo (como a falta de salubridade) e exigia a adoção de medidas², em editoriais³ inseridos na rubrica “Assuntos do Dia” e não em artigos de fundo (o primeiro editorial surge em 10 de setembro de 1868, na rubrica “Assuntos do Dia”, com a assinatura do diretor, e manifesta-se contra a ideia de união ibérica⁴), naturalmente essas elites fizeram sentir o seu ressentimento.

Efetivamente, o *Diário de Notícias*, revelava-se, por vezes, incómodo. Apesar de independente e genericamente noticioso, também procurava, pontualmente, influenciar as políticas governamentais, arvorando-se em “voz dos governados”, tal como aconteceu com a generalidade da imprensa do final de Oitocentos e princípios de Novecentos. Neste exemplo extraído do número de 11 de janeiro de 1904, o jornal exigia mais investimento na marinha de guerra e a reforma do Arsenal:

Na última crónica (...) apelámos para o discurso da Coroa, pois talvez ele nos desse algumas esperanças de regeneração da marinha de guerra (...). [Mas] Da marinha de guerra o que promete não nos anima, com pesar o dizemos.

2 Alfredo da Cunha (1891: 66), que foi diretor do DN, precisa que a neutralidade e a independência política reveladas pelo periódico não o impediam de se posicionar como voz pública “nas questões de princípios, de ordem pública ou de utilidade geral”. Dá os exemplos da defesa da liberdade individual e de imprensa; do respeito pela inviolabilidade das pessoas; da defesa da independência e autonomia do país; da defesa de obras e iniciativas de interesse público, etc.

3 A denominação já é empregue por Alfredo da Cunha (1891). Interessantemente, o autor também já usa a palavra *medium* para se referir a meio de comunicação (Cunha, 1891: 103-104).

4 “É necessário acordar o patriotismo popular adormecido, para que o povo desperte os poderes públicos, porque cada dia parece mais evidente que a pátria corre perigo e que não só a cobiça de estranhos a ameaça e pretende usurpar, mas até alguns degenerados filhos buscam pô-la em almoeda.” A 13 de setembro de 1868, novo editorial contra a união ibérica: “Sigamos, pois os passos aos apóstolos, aos agentes, aos caudilhos do iberismo. E entretanto vamo-nos preparando para as eventualidades. Se os poderes públicos dormirem, não dormirá o povo. Não queremos ser ibéricos, é o grito que anda nos lábios, no coração e na consciência dele”. E ainda, a 13 de fevereiro de 1869, reagindo a um decreto que validava os diplomas do ensino superior portugueses em Espanha, escrevia-se, intervindo o jornal como voz pública: “Amizade franca e sincera, fraternidade íntima entre os dois povos da península, cordiais relações internacionais, protecção mútua ao comércio, à indústria, às ciências e artes dos dois países, para promover conjuntamente a prosperidade de ambos, mas dois reis, dois governos, duas bandeiras, duas histórias, duas famílias, duas nacionalidades, duas autonomias distintas e separadas pela fronteira do direito.”

A reforma do Arsenal é, sem dúvida, necessária, pois que, nos tempos modernos, ainda mais do que nos antigos tempos, é impossível haver esquadras sem haver onde elas se façam e refaçam (...). Conservando-se o Arsenal onde está, nunca ele poderá desenvolver-se como deve e como convém a um Arsenal marítimo moderno (...). Não podemos, nem devemos, ficar sempre à mercê do estrangeiro para as grandes obras.

(...)

Se nos é lícito, lembraremos que a nossa divisão de reserva deveria sair em abril ou maio, ir até ao Mediterrâneo, ou aos portos de Inglaterra, de França e da Alemanha, com o fim de dar ensejo aos oficiais de se ilustrarem pela vista e pelo estudo das marinhas e arsenais estrangeiros.

Não se oponha a ideia de que os navios são pequenos para se apresentarem ante os grandes couraçados daquelas nações. Mostrem-se os nossos navios condignamente, mostrem-se as suas guarnições bem disciplinadas e irrepreensíveis no seu porte, que para o caso é secundário tudo o mais.

A política fugia, assim, cada vez mais, ao espaço “racional” das instituições políticas criadas pelos estados liberais, em especial do parlamento, para se instalar na imprensa, transfigurada em novo espaço público. Consequentemente, ao mesmo tempo que a “nação” se convertia em objecto discursivo, a integração de mais cidadãos, menos cultos, no espaço público e, portanto, nas discussões políticas, devido à força da imprensa, foi prejudicando a coerência e elevação do discurso político (Habermas, 1984).

Face a esse cenário, as elites clamaram, então, conforme muito bem dá conta Alfredo da Cunha (1891: 56), contra a “decadência do jornalismo” que o DN protagonizaria, ao prestar atenção ao crime, a trivialidades sociais e a outros assuntos do quotidiano das pessoas e ao encarar a notícia como mercadoria e o jornalismo como negócio, afastando-se do temário da alta política e da alta finança, mais próprio dos jornais doutrinários consumidos pelas elites.

De qualquer modo, face ao triunfo do modelo do *Diário de Notícias*, relembra Alfredo da Cunha (1891: 59) que logo um mês e meio depois da fundação deste periódico um jornal de Lisboa adotava o subtítulo de *Jornal de Notícias* e procurava imitar o DN. E isso não foi o pior:

Simultaneamente, propalavam-se contra o *Diário* falsidades de toda a ordem (...) e a perseguição chegou a ponto de se pensar em constituir uma liga de todas as administrações dos principais periódicos de Lisboa, com o fim de publicarem uma folha igual ao *Diário de Notícias*, destinada a distribuição

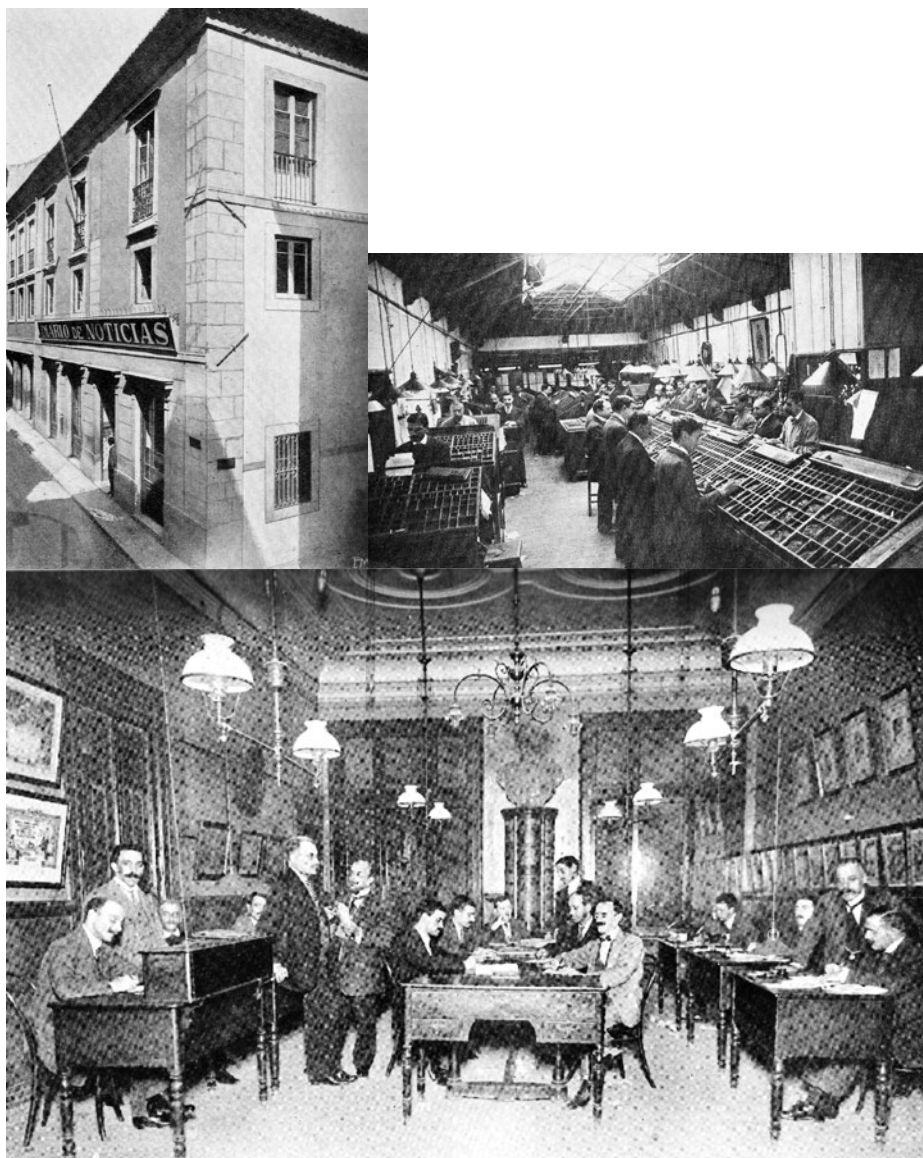


FIG. 4 – Instalações do *Diário de Notícias* no final do século XIX (sede, sala da composição e sala da redação).

gratuita e cujo fim seria aniquilá-lo de vez. Malogrou-se o plano, denunciado pelo correspondente em Lisboa do *Diário Mercantil* do Porto (...), legitimamente classificado de “injusta falta de camaradagem”.

Em 27 de Março de 1866, a empresa preveniu os seus leitores do aparecimento de uma folha (*As Notícias*) “da mesma índole e de título que, pela semelhança, parecia escolhido para se confundir com o do *Diário*, e no dia seguinte noticiava que não só diversas pessoas haviam sido enganadas, mas

até lhe haviam faltado vendedores, que a empresa do outro periódico conseguira assalar, para irem dar morras ao *Diário de Notícias* em frente das janelas dos escritórios. (Cunha, 1891: 60).

Apesar de tudo, era a questão do noticiário que mais irritava as elites, habituadas à polémica destemperada ou, pelo contrário, à séria gravidade do jornalismo doutrinário, que não prestava atenção a temas fora da política, da finança e das relações internacionais. Assim, por exemplo, quando o DN, no seu número 92, anunciava:

Sendo às vezes em extremo doloroso para alguns cidadãos o verem os seus nomes reproduzidos por extenso em notícias de casos policiais, resultado muitas vezes de incidentes inevitáveis, a redação do *Diário de Notícias* resolveu, de agora em diante, pôr apenas as iniciais dos indivíduos que figurarem em casos de mínima importância, e nisto introduz no jornalismo português mais um ilustrado uso seguido há muito pelas principais folhas estrangeiras. A publicação era muitas vezes estímulo e corretivo, mas outras dava um resultado muito diverso e precário.

Uns “condenaram a inovação, “com o argumento de que “dizia de menos”, enquanto outros atacaram o *Diário* com “fundamento na publicidade que dava aos factos, que entendiam não dever chegar, por tal via, ao conhecimento do público” (Cunha, 1891: 91).

Em sua defesa, o *Diário de Notícias* respondia da seguinte maneira aos que o acusavam de dar informação a menos:

Conhecemos uma folha barata que foi muito agredida por ter adoptado o sistema de designar apenas por iniciais, como se faz nas folhas estrangeiras, os operários e pessoas do povo presos por insignificantes delitos, a fim de não ficarem prejudicados (...). Chamaram por isso à tal folha uma folha que defende os *malandros* porque para certas pessoas (...) um pobre é (...) um homem de maus costumes. (cit. in Cunha, 1891: 91-92)

Por outro lado, aos que o acusavam de dar informação a mais, o DN recordava:

Nos Estados Unidos, na Inglaterra, em França, na Itália e até na Alemanha, os jornais fazem registo diário, e muitas vezes aparatoso, de todos os crimes (...). A publicidade, disse um pensador, é o juiz (...) de todos os erros e crimes,

de todas as ideias falsas e de todas as acções condenáveis. (...) Esconder as podridões, os vícios e as infâmias não é remediá-las. (...) A publicidade é a verdade, a luz e a instrução. (...) Thévenard escreveu (...): “um dia virá em que a publicidade será o único e o mais cruel castigo das más ações e das más doutrinas. (cit. in Cunha, 1891: 92)

Outra novidade introduzida pelo DN em Portugal foi a implementação de um sistema organizado de recolha de informações para o noticiário, através de uma rede de informadores que se estendia a vários correspondentes espalhados pelo país. Contemporâneo do telégrafo, das agências noticiosas, dos caminhos-de-ferro, o DN, efetivamente, chegava a todo o lado e de todo o lado lhe enviavam informações (tinha correspondentes em várias cidades portuguesas, no Brasil e em Espanha), o que não obstava a que também manifestasse iniciativa ao fabricar informação nova de produção própria. É assim que, por exemplo, se encontra no número do *Diário de Notícias* de 22 de outubro de 1881 um texto que, simultaneamente, se pode classificar como sendo uma reportagem incipiente e uma análise sobre a indústria tabaqueira (aos olhos atuais, politicamente muito pouco correcta, dado o vigor com que defende o tabaco), na rubrica “Assuntos do Dia”:

Inquérito industrial / Fábricas de tabaco

No pouco tempo que resta à delegação de Lisboa para inquirir do estado das indústrias, ela não quis deixar de inquirir este importante ramo de trabalho que em Lisboa dá ocupação a mais de 3000 pessoas, e que, pelo elevadíssimo direito de entrada, contribui com uma verba avultadíssima para as receitas do estado.

Esta indústria é classificada entre as indústrias agrícolas, porque procede da agricultura a folha que serve a sua fabricação, a qual antes de ser transformada em charutos, cigarrilhas, cigarros, tabaco picado e rapés é submetida a uma série de manipulações sem as quais a erva santa de Nicot não teria as qualidades de sabor e de perfume que enamoram o olfato e tornam grato o seu fumo ao paladar.

O fabrico é quase todo manual, fazendo só a excepção algumas máquinas e aparelhos auxiliares, como se depreenderá da enumeração desses aparelhos e máquinas especiais.

Como dissemos, uma fábrica visitada foi a da Companhia Nacional de Tabacos, em Xabregas. Mas possuindo também essa companhia a fábrica de Santa Apolónia, que tem de ser inquirida separadamente, reservamos para depois a breve resenha de ambas, que será como são em geral estas indica-

ções, que de dia a dia temos feito, uma mera indicação da importância desses estabelecimentos.

O visitado ontem foi a Companhia da Fábrica do Tabaco nas barreiras de Xabregas. Este estabelecimento pertence a uma sociedade anónima de responsabilidade limitada e foi fundado em 1875, tendo um capital inicial de 100 contos de réis, sendo 68 capital fixo, além de 180 contos de outra proveniência. O diretor gerente e técnico da fábrica, e que é a alma desta empresa, é o Sr. Joaquim Pedro dos Reis, que foi quem acompanhado de alguns dos seus empregados recebeu a delegação e lhe prestou todos os esclarecimentos que ela pediu dando muitos pormenores interessantes que ficaram arquivados no livro do inquérito.

Deles faremos uso depois de publicados oficialmente com as reflexões que alguns naturalmente suscitam.

O tabaco para esta manipulação vem na sua máxima parte da ilha de Cuba, de vários estados da América do Norte, alguns da Holanda, da Hungria, do Palatinado, etc., podendo algumas qualidades que já se cultivam nas nossas colónias africanas ser aproveitadas com vantagens quando as saibam preparar melhor. Entre as outras matérias-primas para o empacotamento e embalagem há algumas nacionais.

O direito do tabaco que orça com os adicionais por 1\$740 cada quilo sobrecarrega este género com cerca de 6000.0 do seu valor.

A fábrica emprega 2 motores de vapor, 1 da força de três cavalos e outro de 11. São alimentados por 2 caldeiras que representam maior capacidade, tem uma na cuia de fabricar cigarros, aparelho muito engenhoso, mas que não funciona, porque apesar da delicadeza do seu conjunto, estas máquinas ainda não chegaram a resultados concretos; uma máquina para cortar papel, 2 engenhos de picar o tabaco, 2 laminadores para diferentes usos, uma mó, uma galga, uma ciranda, dois secadores, 2 máquinas de fazer pregos, 1 polidor, uma serra mecânica, uma litografia mecânica e outra manual com grande número de pedras litográficas, duas máquinas de fazer molhinhos para charutos, mas que agora não funcionam porque o trabalho dos charutos como o dos cigarros também é tudo feito à mão, 1202 formas para charutos, uma bomba hidráulica e uma oficina de serralharia completa, dirigida como o trabalho mecânico por um hábil artista, Sr. José de Maria de Almeida Ferreira Pinto, que aprendeu nas primeiras oficinas de Lisboa e esteve algum tempo estabelecido em Coimbra.

O Sr. Pinto mostrou ali à delegação uma interessante máquina motora a vapor dupla, horizontal, em miniatura formada por peças delicadíssimas,

perfeitamente montada, funcionando muito bem e que não tem em volume mais de 40 centímetros.

A fábrica emprega hoje 77 operários. Já empregou muitos mais, mas reduziu o número, escolhendo os actuais entre os mais habilitados e que melhor produzem. Os salários dos homens orçam pela média de 400 réis e o das mulheres por 280 réis. Há algumas mulheres que tiram férias de 400 réis e homens que as têm de 600 a 800 réis. Tem um fiscal, o Sr. José Cardoso de Andrade, e oito mestres diferentes, que são, por via da regra, saídos dos operários mais inteligentes e mais instruídos.

As férias totais orçam por cerca de 12 contos de réis e as vendas elevam-se a uns 150 contos. Não há nenhuma instituição operária especial, nem de socorro ou previdência.

A fábrica ainda está, pode dizer-se, no seu período de evolução e progresso e a direção conta realizar no seu material melhoramentos compatíveis com os seus recursos.

Além de revelar aspectos interessantes da sociedade portuguesa oitocentista (veja-se, por exemplo, o sexismo salarial), o texto acima evidencia vários aspectos relevantes do jornalismo português do último quartel do século XIX:

- 1) Já havia uma espécie de “jornalismo de investigação” incipiente, sendo de reconhecer a iniciativa jornalística de levar por diante um inquérito à indústria;
- 2) Os temas económicos tinham espaço nos jornais generalistas;
- 3) Embora não seja possível falar da existência de reportagem no sentido atual do termo, é visível que algumas das características da reportagem já se encontram plasmadas nesse texto, como a inserção do relato da vivência do jornalista no próprio corpo do texto, o embelezamento estilístico e a finalidade informativa, pelo que se pode considerar a matéria em causa um exemplo de artigo-reportagem;
- 4) A busca da factualidade informativa (“Este estabelecimento (...) [tem] um capital social de 100 contos de réis”...) casa com a procura de um estilo que satisfizesse e cativasse a audiência (“a erva santa de Nicot não teria as qualidades de sabor e de perfume que enamoram o olfato e tornam grato o seu fumo ao paladar”...), características que o jornalismo conserva;
- 5) Em relação ao jornalismo atual, estranha-se, sobretudo, a incapacidade de sistematização e ordenação da informação, sendo que o jornalista parece

passar de um para outro assunto sem grandes preocupações de seriação e organização interna dos dados.

Muito para além de todas as diferenças e semelhanças entre o que acontece nos dias de hoje e o que sucedia antigamente, é, apesar de tudo, importante realçar que a introdução da reportagem no jornalismo diário português muito deve ao *Diário de Notícias* (as primeiras foram sobre incêndios). O jornal também cultivou espaços virados para o leitor (curiosidades, artigos de instrução pública, como o texto atrás inserido sobre São Tomás, etc.) e publicou números especiais (e não meros suplementos). O primeiro saiu em 1870 e debruçava-se sobre a guerra franco-prussiana.

Deve-se igualmente ao DN a fuga ao grafismo tradicional no jornalismo português. Foi o DN o primeiro jornal a fazer páginas intensamente ilustradas, de que é exemplo a primeira página dedicada ao Carnaval, da autoria do artista Rafael Bordalo Pinheiro, publicada a 26 de fevereiro de 1895.

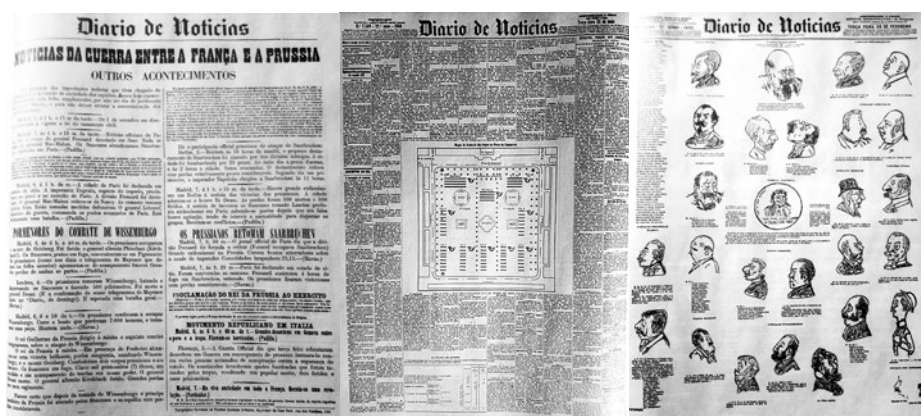


FIG. X – Sempre aberto à inovação, o *Diário de Notícias*, no último quartel do século XIX, publicou suplementos especiais com notícias de última hora, recorreu a infográficos e não hesitou em ilustrar uma primeira página com caricaturas.

Os folhetins também cedo fizeram a sua aparição no DN. Logo em 1870, entre 24 de julho e 27 de setembro, começou a ser publicado no jornal, sob a forma de cartas anónimas, *O Mistério da Estrada de Sintra*, da autoria de Eça de Queirós e Ramalho Ortigão. Esse folhetim, primeiro romance policial da literatura portuguesa, teve um sucesso extraordinário e contribuiu para o sucesso do jornal, tanto quanto a introdução de rubricas de entretenimento e ilustração e de moda e assuntos femininos. O DN ia conquistando todos os públicos, incluindo as

mulheres e os jovens, ao contrário do que sucedia com a imprensa doutrinária, que quase somente suscitava o interesse da elite masculina politizada e de alguns operários, que adquiriam, gradualmente, consciência de classe.

A derradeira novidade introduzida pelo DN foi, porém, a da criação de uma secção de anúncios a baixo preço. Esses anúncios apresentavam-se mais ou menos organizados tematicamente (publicações, vendas, leilões...), o que facilitava a vida ao leitor, e possuíam títulos, que os sinalizavam. Essa opção teve popularidade instantânea. O lucro gerado pela publicidade crescente permitiu, depois, contratar mais colaboradores e adquirir novas rotativas e outros equipamentos que possibilitaram o constante aumento da tiragem. A publicidade tornava-se, finalmente, em Portugal, a fonte prioritária de rendimento de um periódico, o que permitia reduzir o preço por exemplar.

De facto, até ao surgimento do DN, os anúncios, em Portugal, eram poucos e caros e, por vezes, até era preciso alguém que recomendasse o anunciante ao editor de um periódico para que este publicasse um determinado anúncio. Para Alfredo da Cunha (1891: 97), o lançamento do DN marcou uma viragem, “o começo do desenvolvimento do anúncio como intermediário (...) dos negócios e condição indispensável para o bom êxito da maior parte das empresas”. À custa da popularização dos anúncios, criaram-se, inclusivamente, agências de anúncios, embriões das agências publicitárias atuais, como a Agência Primitiva de Anúncios, de Luís Maria Pereira de Braun Peixoto, mais conhecido por Peixoto dos Anúncios. Só no primeiro ano, o DN publicou 14402 anúncios, uma média de 48 por número, sendo que vinte anos depois, em 1865, já inseria 180 mil por ano, o que, inclusivamente, obrigou a aumentar as dimensões do periódico (Cunha, 1891: 100).

Obviamente, ontem como hoje, o DN foi criticado por causa da sua dependência da publicidade e por, alegadamente, ser um “elemento de decadência” por viver “do interesse do reclame e do anúncio” (Cunha, 1891: 101). Mas a acusação não ficou sem resposta. Por exemplo, no número de 28 de setembro de 1878 escrevia-se no DN que os jornais baratos apenas “alargaram os domínios da publicidade”, já que os anúncios existiam antes deles. Ironicamente, interrogava-se o DN se seriam perniciosos os anúncios “das modistas, dos médicos, dos fabricantes de elixires” que publicava. E acrescentava que, em todo o caso, ao publicar anúncios o *Diário de Notícias* estaria em boa companhia: na do *New York Herald*, do *Times*, do *Daily Telegraph*, do *Figaro*, do *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, e outros. Para o DN, não seriam, assim, os anúncios, encarados como “instrumentos industriais”, que “escravizam, abatem e agrilhoam a imprensa”. Mais, “Se são exagerados e falsos, têm sempre o grande correctivo do escrutínio público”. Em acréscimo, Alfredo da Cunha (1891: 102) revela que o DN não autorizava a publica-

ção de anúncios da “vida particular” nem “publicações infamantes” e “perseguiu sem tréguas os autores de anúncios falsos”.

Assim, o DN vingou e prosperou. Graças ao baixo preço a que era vendido, deu, inclusivamente, origem a uma explosão do número de ardinhas (Cunha, 1891: 79-85), “moços dos jornais” que andavam pelas ruas propagandeando as notícias e vendendo periódicos, escapando a uma vida de mendicância e de extrema pobreza.

4. AS REPERCUSSÕES DO DIÁRIO DE NOTÍCIAS E AS TRANSFORMAÇÕES NO JORNALISMO PORTUGUÊS

Após a aparição do *Diário de Notícias*, a intenção comercial (o jornalismo voltado para o *negócio* e não para a política) e a ambição informativa da imprensa alastraram-se. O público estava ávido de notícias relevantes e interessantes, como prova a fundação ou reconversão editorial de vários jornais dentro da mesma linha editorial noticiosa, como o *Diário Popular* (Lisboa, 1866) e o *Jornal de Notícias* (Porto, 1866).

O sucesso dos jornais noticiosos generalistas “industriais” obrigou alguma imprensa a adaptar-se à nova situação, reorientando a sua linha editorial. Dois casos sintomáticos ocorreram no Porto. O *Comércio do Porto*, que tinha nascido, em 1854, essencialmente para veiculação de informação comercial e industrial, abriu-se a novos conteúdos noticiosos, transformando-se, gradualmente, num jornal de informação geral. Por seu turno, O *Primeiro de Janeiro*, fundado em 1869, cujo título evoca a Revolta da Janeirinha, no Porto (1 de janeiro de 1868), contra o imposto de consumo decretado pelo governo, nasceu como órgão simultaneamente político e noticioso, mas também evoluiu para um diário generalista comercial e, já no século xx, tornou-se o grande jornal de referência do Norte do país.

Outros jornais nascidos no final do século xix adotaram a mesma filosofia do *Diário de Notícias*, com destaque para O *Século*, fundado, em 1881, por um grupo de republicanos. Dando grande espaço à informação, embora sem abandonar as suas preocupações e posições políticas, com um grafismo inovador e praticando receitas copiadas da imprensa estrangeira, como o lançamento de edições ilustradas e a promoção de concursos, O *Século* tornou-se, no século xx, o jornal mais lido do país, com uma tiragem diária de 80 mil exemplares, suplantando o paradigmático *Diário de Notícias*, que se ficava pelos 70 mil (Carvalho, Cardoso e Figueiredo, 2005: 22). Para o sucesso d'O *Século* terão também contribuído os

folhetins que publicava e os números especiais ilustrados de oito páginas publicados aos domingos (Tengarrinha, 1989: 237).

A rápida expansão do jornalismo noticioso independente originou, ainda, várias outras consequências, como sejam:

- 1) A rápida expansão do número de jornalistas (noticiaristas e repórteres) profissionais, de perfil técnico, apesar do mais elevado estatuto que continuavam a ter os jornalistas “eruditos”, muitos deles também engajados no combate político ou, pelo menos, ligados a determinados partidos (casos de Emídio Navarro, António Enes, Mariano de Carvalho, Barbosa Colen, Eduardo Noronha, Cunha e Costa, António Rodrigues Sampaio, José d’Alpoim, etc.) e do trunfo que, ontem como hoje, consistia a colaboração dos grandes nomes das Letras, Artes, Ciências e Humanidades num determinado jornal;
- 2) A divisão de trabalho nas redações e a fixação de uma hierarquia profissional (diretor; editor – co-responsável pelo conteúdo à luz da Lei de Liberdade de Imprensa; secretário de redação; redatores; repórteres; informadores);
- 3) A fixação do vocabulário específico e das competências e conhecimentos técnicos associados à profissão, o que origina frequentes apelos à formação específica – e até superior – dos jornalistas (ver, por exemplo: Aranha *et al.*, 1894);
- 4) A diferenciação entre o “estilo literário, erudito ou persuasivo” e o “estilo jornalístico”, apesar da grande consideração pública que tiveram publicistas e jornalistas formados na escola do jornalismo combativo e partidário, como França Borges, Raul Proença, Brito Camacho, Trindade Coelho, João Chagas e outros;
- 5) A fundação de organizações de classe, como as associações de jornalistas de Lisboa e do Porto, que seriam o embrião do sindicalismo jornalístico;
- 6) A mobilidade dos jornalistas entre os órgãos de comunicação social, para ascenderem profissionalmente, por motivos salariais ou ainda porque, num país pobre e analfabeto como era Portugal, era comum os projectos jornalísticos ruírem com facilidade.

No entanto, o aumento do número de noticiaristas e a diminuição proporcional do número dos restantes colaboradores dos periódicos fez decair o prestígio da profissão de jornalista, crescentemente encarada como uma profissão técnica, apesar da mais-valia que para o jornalismo representou, ao longo de todo o século XIX, a colaboração de vários nomes ilustres das Letras e das Humani-

dades portuguesas com os jornais, como comentadores políticos, cronistas, ou mesmo autores de folhetins. Entre os vultos da cultura portuguesa oitocentista que colaboraram com jornais contabilizam-se, por exemplo, Oliveira Martins, Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Alexandre Herculano e Almeida Garrett, entre muitos outros.

Enquanto os altos vultos da cultura e da política portuguesa tinham por missão persuadir eruditamente o público ou então entretê-lo, adornando estilisticamente os periódicos com crónicas e folhetins, os noticiaristas tinham, como se referiu, atribuições essencialmente técnicas, nomeadamente elaborar notícias e reportagens sobre a vida quotidiana e traduzir notícias relevantes publicadas na imprensa estrangeira ou que (mais tarde) chegavam pelas agências. Assim, enquanto os altos vultos da cultura e da política praticavam, normalmente, um estilo profundo e complexo, por vezes de difícil apreensão, ou até quando praticavam um estilo destemperado, os noticiaristas, pelo contrário, cada vez mais se assumiam como os “verdadeiros” jornalistas, já uma espécie de classe profissional autónoma, com um conjunto de competências, conhecimentos e atribuições sociais específicas. Os noticiaristas consolidavam-se, assim, como um corpo de redatores técnicos, capazes de procurar, seleccionar, processar e difundir ágil, rápida e eficazmente informações úteis e socialmente relevantes, em textos simples, urbanos e acessíveis. Eram autênticos *profissionais da comunicabilidade dos acontecimentos*. Eram, enfim, repórteres.

A industrialização da imprensa e a profissionalização dos jornalistas também provocou mudanças no tecido empresarial da imprensa e na organização social do trabalho dentro dos órgãos de comunicação. O lançamento de novos periódicos passou, gradualmente, a ser da responsabilidade de grupos de indivíduos que, por motivos de negócio ou por comungarem das mesmas ideias políticas, constituíam sociedades por acções para o lançamento de jornais e revistas. O jornal lançado romanticamente pelo indivíduo isolado que nele fazia quase tudo, ou por pequenos grupos, deixava, passo a passo, de ter condições para competir e subsistir. As redações alargaram-se para albergar os noticiaristas, passando a necessitar, além do editor ou diretor, de um coordenador (o chefe de redação), a quem Tengarrinha (1989: 190) atribui o papel de alma do jornal português do final de Oitocentos. Normalmente, havia também nas redações um folhetinista, quase sempre uma personagem prestigiada das Letras, que elaborava os folhetins e redigia crónicas de literatura, artes e espectáculos. A redação completava-se com os colaboradores, incluindo os informadores, cuja missão era essencialmente o de informar do que acontecia. O crescimento das redações provocou, mais tarde, a sua divisão em secções.

A orientação lucrativa das novas empresas jornalísticas “industriais” oitocentistas também obrigou os periódicos a terem crescentemente em conta os interesses e necessidades informativas dos leitores. O jornal já não era feito apenas para quem escrevia e seus mais próximos correligionários, mas sim para a generalidade dos cidadãos. Assim, o leitor passou a figurar na lista de preocupações dos jornalistas e dos jornais, sendo sintomática a crescente apetência dos periódicos para a publicação de notícias enviadas pelo público e para a abertura de espaço editorial dedicado às “cartas dos leitores”. Cada periódico estabelecia uma espécie de contrato de leitura com o seu público, para que também o público fosse fiel ao “seu” jornal.

CONCLUSÕES

No terceiro quartel de Oitocentos, o jornalismo português era ainda um meio “pequeno” e diletante, marcado pelo jornalismo doutrinário e literário, cujos protagonistas transitavam da política para o jornalismo e do jornalismo para a literatura, e vice-versa. Fazer jornalismo confundia-se com o *fazer política* ou com o *fazer literatura*. Os “jornalistas” eram, sobretudo, “escritores de jornal” e políticos que faziam da colaboração com periódicos uma ocupação *amadora* e não uma profissão.

Nesse meio pequeno e claustrofóbico, todos se conheciam e comungavam da vida boémia dos teatros e botequins, conforme o próprio Eduardo Coelho revela nas memórias de que se serviu Alfredo da Cunha (1891) para elaborar a sua biografia. Opunham-se uns aos outros, ou apoiavam-se uns aos outros, por vezes sem vestígios de cordialidade e urbanidade, mas sim de forma destemperada e insultuosa.

Fundado por Eduardo Coelho e Tomás Quintino, a partir de um modelo idealizado pelo primeiro, o *Diário de Notícias* veio mudar esse estado de coisas. Adivinhava-se o seu surgimento, devido aos exemplos do estrangeiro mas também devido às publicações que, anteriormente, tinham procurado conquistar as franjas populares da sociedade para o consumo regular de jornais. Mas o DN foi mais longe, propondo-se ser – e tornando-se, na realidade – um jornal independente e interclassista, lido pelas elites e pelas pessoas comuns, por homens e mulheres, por jovens adultos e por idosos, graças à enorme variedade de conteúdos que publicava sobre os mais diferentes assuntos. No DN, pontificavam as *notícias*, de *todo* o Portugal e do estrangeiro. O seu noticiário, muitas vezes criticado pelas elites por dar atenção ao crime e a trivialidades, ocupava a maior parte

da mancha gráfica, enquanto os periódicos doutrinários o reduziam a duas ou três colunas numa página.

Graças a essas características, o DN teve êxito imediato e, em vinte anos, quadruplicou a tiragem e intensificou a sua circulação, o que lhe permitiu tornar-se uma voz pública activa e poderosa, mas, por vezes, também incómoda, e que, principalmente, se substituiu à representação parlamentar, pois arvorava-se o direito de representar os portugueses.

O modelo jornalístico do *Diário de Notícias*, financiado pelo crescente afluxo de publicidade, que, ademais, dava bom retorno aos investidores, foi imitado e o seu sucesso contribuiu para o desaparecimento de muitos pequenos jornais doutrinários, que lhes viram fugir assinantes, compradores e anúncios publicitários. O DN transfigurou, assim, a imprensa portuguesa, tendo sido o grande responsável pela reconversão modernizadora do jornalismo em Portugal, que, com ele, para o bem e para o mal, entrou na sua fase industrial e profissionalizada. E todo esse modelo teve um idealizador: Eduardo Coelho.

BIBLIOGRAFIA

- Álvarez, J. T. (1987). *Historia y modelos de la comunicación en el siglo XX*. Barcelona: Ariel.
- Brito Aranha, [P. V. de] et al. (1894). *Rapport de la section portugaise au 1er Congrès International de la Presse, en Anvers*. Lisboa: Imprensa Universal.
- Cunha, A. da. (1891). *Eduardo Coelho. A sua vida e a sua obra. Alguns factos para a história do jornalismo português contemporâneo*. Lisboa: Diário de Notícias/Tipografia Universal.
- Cunha, A. da. (1914). *O Diário de Notícias. A sua fundação e os seus fundadores. Alguns factos para a história do jornalismo português*. Lisboa: Diário de Notícias/Tipografia Universal.
- Emery, M. e Emery, E. (1978). *The press and America. An interpretive history of the mass media*. Englewood Cliffs: Prentice Hall.
- Erbolato, M. (1978). *Técnicas de codificação em jornalismo*. 4.^a edição. Petrópolis: Vozes.
- Folkerts, J. e Teeter, D. (1989). *Voices of a Nation. A history of the media in the United States*. New York: MacMillan.
- García González, G. (1999). La conformación de la moderna prensa informativa (1848-1914). In: J. L. Gómez Mompart, J. L. & E. Marín Otto (eds.), *Historia del periodismo universal*. Madrid: Síntesis.
- Habermas, J. (1984). *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Nilsson, N. G. (1971). *The origin of the interview*. *Jornalism Quarterly*, 48 (4): 707-713.
- Schudson, M. (1978). *Discovering the news. A social history of American newspapers*. New York: Basic Books.
- Sousa, J. P. (2008a). Uma história breve do jornalismo no Ocidente. In: J. P. Sousa (coord.), *Jornalismo: história, teoria e metodologia da pesquisa* (12-93). Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Sousa, J. P. (2008b). Uma história breve do jornalismo em Portugal até ao 25 de Abril de 1974. In: J. P. Sousa (coord.), *Jornalismo: história, teoria e metodologia da pesquisa* (93-118). Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.

Stephens, M. (1993). *História das comunicações. Do tantã ao satélite*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Tengarrinha, J. M. (1989). *História da imprensa periódica portuguesa*. 2.^a edição revista e ampliada. Lisboa: Caminho.

O DISTRITO DE ÉVORA DE EÇA DE QUEIRÓS ENTRE O LOCAL E O INTERNACIONAL: CONTRIBUTOS PARA A HISTÓRIA DO JORNALISMO OITOCENTISTA¹

ANA TERESA PEIXINHO²

Universidade de Coimbra / CEIS20 / CLP
apeixinho71@gmail.com

INTRODUÇÃO

O século XIX é muito possivelmente um dos períodos mais desafiantes da história do jornalismo português. Embora longe ainda das grandes revoluções tecnológicas que possibilitaram o advento dos meios audiovisuais – como a rádio, a televisão e, mais tarde, a internet – que marcaram todo o século XX, a centúria de oitocentos é fascinante para quem pretender compreender a complexidade cultural e sociodiscursiva do jornalismo, como atividade pública e como profissão autónoma, pois é ela que vê nascer o jornal como bem de consumo com indelével impacto na vida pública e privada e no desenvolvimento do espaço público.

¹ Este capítulo resulta de uma adaptação e síntese da introdução que escrevemos para a edição crítica de *Textos de Imprensa II – Distrito de Évora*, no âmbito da Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós, com chancela da Imprensa Nacional Casa da Moeda, a vir a lume no decurso de 2019.

² Professora auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde leciona na licenciatura e no mestrado em Jornalismo e Comunicação e no doutoramento de Ciências da Comunicação. É investigadora-colaboradora do Centro de Literatura Portuguesa, onde integra o projeto “Figuras da Ficção” e a equipa da Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós, tendo já coeditado o volume de *Textos de Imprensa I*, com o Professor Doutor Carlos Reis (2004), e editado o volume de *Cartas Públicas* (2009). É ainda investigadora do CEIS20 (Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX), onde integra o grupo Comunicação, Jornalismo e Espaço Público.

A quantidade de títulos que apareceram neste século XIX português³, a variedade da tipologia de publicações, as revoluções materiais e tecnológicas e, por arrastamento, as transformações sociais são aspetos que tornam a história deste período um exercício desafiante e dificilmente sistematizável, embora conheça já trabalhos de grande relevo, dos quais se destacam o de José Tengarrinha (1989 e 2013) e o de Luís Augusto Costa Dias (1014^a, 2014b, 2016, 2017).

Neste capítulo, pretende-se contribuir para a construção dessa história através do estudo, assumidamente parcelar, de um jornal regional, de curta longevidade, cujo lugar na história decorre essencialmente do facto de ter sido escrito e dirigido por um dos vultos maiores da nossa Literatura. Trata-se do jornal *Distrito de Évora*⁴, de índole política, dirigido, composto e, em grande parte, escrito por Eça de Queirós, entre janeiro e agosto de 1867. Do ponto de vista da história da imprensa, este poderia ser somente apenas mais um periódico entre as centenas de jornais, a maioria de existência muito fugaz, que irrompiam na agitada vida política portuguesa de oitocentos. Contudo, o prestígio e a craveira que o seu redator viria a adquirir na vida cultural e literária portuguesas, nas décadas seguintes, impediram que o *D.E.* caísse no esquecimento e ficasse contido no silêncio dos arquivos e hemerotecas⁵.

Embora, no âmbito da obra de Eça de Queirós, o *DE* ocupe um lugar modesto e de certa forma marginal, obscurecido pelas grandes ficções do escritor, foi já suficientemente explicitado pela crítica que, do ponto de vista da génese da escrita queirosiana, este jornal constitui um importante momento de exercício e de experimentação, no qual o então jovem escritor ensaiou estilos, experimentou géneros, esboçou pequenas histórias, criou personagens, aprendeu a ler o mundo e dele colher matéria-prima de criação (Castro, 1981; Serrão, 1985; Peixinho, 2010).

Não obstante, para o horizonte deste texto, parece importante olhar este jornal de uma outra perspetiva, pois a riqueza das suas páginas consente a problematização de algumas questões da imprensa da época, permitindo algumas ilações interessantes sobre o jornalismo local em meados de oitocentos, nomeadamente numa época politicamente efervescente em que o panorama do jornalismo começava a sofrer metamorfoses várias. Recorde-se que, em dezembro de 1864, dois anos antes da ida de Eça para Évora, era lançado o *Diário de Notícias*, cuja histó-

3 Veja-se a este respeito Rafael e Santos, 2001.

4 A partir de agora, utilizar-se-á a sigla *D.E.* para referir o nome do jornal e todas as citações serão feitas diretamente a partir do jornal. Embora existam algumas edições em livro do *Distrito de Évora*, optou-se por citar a partir do texto-base.

5 Existem apenas duas coleções completas deste jornal: uma na Biblioteca Municipal de Évora, outra na Biblioteca Nacional.

ria, como já suficientemente demonstrado, representa um importante momento charneira na modernização da imprensa portuguesa (Cunha, 1914; Tengarrinha, 1989; 2013; Correia, 1998; Miranda, 2002; Sousa, 2006).

Com o *D.E.*, Eça de Queirós inaugura uma experiência singular na cultura portuguesa do seu tempo – ser o redator único de um jornal – e fá-lo com um brio e uma assiduidade notáveis: durante os sete meses em que esteve à frente da publicação, nunca falhou uma edição, fazendo com que o jornal saísse religiosamente todas as quintas-feiras e domingos. Sendo uma novidade no panorama português, este conceito do *one-man newspaper* não é estranho à imprensa europeia da época: os jornais e revistas, entre o fim do século XVII e meados do século XIX, eram muitas vezes produtos de iniciativa individual, fabricados, concebidos e escritos por um só homem, geralmente político, intelectual ou escritor⁶.

Apesar de ser um jornal de âmbito local, como o próprio título deixa subentender, a qualidade e a abrangência dos assuntos que cobre permitem afirmar que se trata de uma publicação que transcende o âmbito tipicamente provincial. É um jornal político, de oposição, que obrigou o ainda muito jovem Eça a olhar atentamente para o mundo que o rodeava, polemizando com outros jornais congéneres e assumindo um empenhamento político que até à data lhe era estranho. De facto, o jovem redator desdobra-se para conseguir abranger todos os campos da realidade sociopolítica: as ‘notícias’ locais, as polémicas medidas de política nacional e a complexa conjuntura internacional. Para mais, do ponto de vista histórico, o *D.E.* vem a lume num período particularmente conturbado da política portuguesa: um tempo de grande instabilidade governativa, de grave crise financeira e de permanente ebulição popular, que viria a culminar com a Janeirinha de 1868.

Será, portanto, num período exaltado e de crises várias que este jornal assoma no espaço público eborense, acompanhando de perto o desenrolar dos acontecimentos políticos nacionais, bem como a conjuntura internacional e tentando, sobretudo, cumprir os desígnios para que havia sido criado, ou seja, fazer oposição clara ao governo de fusão liderado por Joaquim António de Aguiar⁷.

6 “Le *one-man newspaper* illustre bien cette époque: le journal était non seulement fabriqué et financé, mais également conçu, écrit et réalisé par un seul homme.” (Balle, 1997: 74).

7 O governo, liderado por Joaquim António de Aguiar, era o resultado de um governo de fusão, que juntava históricos e progressistas e, como explica Manuela Tavares Ribeiro, “perante a reforma fiscal que o governo “fusionista” procurou consolidar, nova onda de contestação emerge em 1867, atinge o seu ponto alto com a revolta conhecida pelo nome de Janeirinha, que ocorre no Porto em 1868, e provoca a demissão do executivo governamental. (...) Fontes Pereira de Melo, ministro da Guerra a partir de 1866, entendeu ser absolutamente necessário o investimento no sector militar, prioridade política que se sobrepôs às questões económicas e sociais. Não admira, portanto, que a ação governamental tenha

Para além do seu inestimável valor cultural e literário no âmbito da obra queirosiana, acredita-se que a análise das suas páginas permite também compreender certas propriedades do jornalismo português da época: desde questões de genologia – entre as quais a organização do próprio jornal –, até ao funcionamento da rede de correspondentes, passando pelo diálogo com a imprensa europeia. Embora o *D.E.* tenha tido um alcance regional e uma vida efémera (pouco mais de sete meses), parece conter material suficiente para que dele se deduza um conjunto de características relevantes sobre os modos de funcionamento, os géneros, a linguagem e o discurso da imprensa local em meados de oitocentos.

O DISTRITO DE ÉVORA

O *D.E.* era uma publicação bissemanal, que saía às quintas-feiras e domingos⁸, composta por quatro páginas formato *in-folio*⁹, de grafismo simples e sóbrio¹⁰, como era comum nos jornais da época. A sua mancha gráfica não obedecia ainda a quaisquer critérios estéticos, pois tratava-se de acomodar nas quatro páginas a maior quantidade de texto possível, arrumado nas quatro colunas que convidavam a uma leitura vertical¹¹. Nem sequer existia ainda a noção de hierarquização da informação, já que o olhar do leitor era conduzido a percorrer verticalmente as suas quatro colunas, sem encontrar nenhum signo gráfico que o orientasse ou distraísse, o que era uma apresentação comum nos jornais da primeira metade de oitocentos. Para isso contribui também a monotonia dos tipos de fonte utilizados,

sido alvo de acesas polémicas na imprensa. A opinião pública reage, fomentada pelos diversos meios de informação, estimulados por um clima de liberdade de imprensa.” (Ribeiro, 1993: 128-129).

8 Como se disse, durante os sete meses que passa à frente do *D.E.* nunca Eça de Queirós falhou um número, cumprindo escrupulosamente a cadência da publicação.

9 O século XIX assiste à alteração da apresentação gráfica dos jornais e é nesta época que “o formato dos jornais evolui do pequeno formato (*in-4.º*, como os livros da época) para um tamanho maior (*in-folio*), permitindo a divisão em várias colunas, e seguindo o tradicional processo do «chouriço».” (Crato, 1992: 38).

10 A primeira página apresenta apenas, no seu cabeçalho, o título do jornal, a data e o número da edição, bem como o nome do proprietário e responsável – Francisco da Cunha Bravo (homem ligado à imprensa e tipógrafo – aliás, nos “Anúncios” é frequente publicidade à sua tipografia (cf. por exemplo, *D.E.*, N.º 58, p. 4) – proprietário e futuro responsável por dois outros periódicos locais: *O Correio Alentejano*, publicado entre 1 de maio de 1888 e 20 de abril de 1890, e o *Manuelinho de Évora*, publicado entre 1 de dezembro de 1880 e 14 de dezembro de 1932.

11 Esta disposição gráfica é alterada somente em duas ocasiões: na última página do jornal, preenchida maioritariamente com publicidade (“Anúncios”), esbatem-se as colunas e a sua composição é muito variável, em função do número e formato dos anúncios publicados; outra exceção diz respeito à presença do folhetim, que ocupa o rodapé da primeira e da segunda páginas, a que Eça deu o título de “Leituras Modernas”.

exceção feita ao título do jornal, que ocupa longitudinalmente o cabeçalho da primeira página e é impresso em caracteres de caixa alta¹², mas sem nenhum embelezamento ou efeito gráfico, longe ainda dos góticos que viriam a usar-se posteriormente. Cotejando a mancha do *D. E.* com o aspeto das primeiras páginas de um jornal de referência como o *Diário de Notícias*, fundado dois anos antes, detetam-se estas mesmas características gráficas: “singularidade da composição”, “elegância das vinhetas separadoras”, “letras sem serifas”, divisão em quatro colunas de texto (*Diário de Notícias*, n.º 50000, 20 de fevereiro de 2006)¹³.

A primeira página do primeiro número do *D.E.* apresenta apenas, no seu cabeçalho, o título do jornal, o nome do proprietário e responsável – Francisco da Cunha Bravo – e a data e número da edição. As informações relativas ao preço da assinatura e do número avulso, bem como a morada da Redação são remetidas para o cabeçalho da quarta e última página, geralmente reservada aos anúncios: o número avulso do jornal custava 40 réis e uma assinatura anual, para Évora, era de 4\$000 réis, sendo que, para qualquer outra parte do país, ficava em 4\$480 réis; o preço de cada linha de anúncio era de 20 réis.

Relativamente às rubricas que compunham o jornal, não existe sistematicidade nem rigor, o que se explica por questões contextuais e circunstanciais. Na imprensa do século XIX, nomeadamente na da primeira metade do século, rubrica e género jornalísticos eram conceitos afetados por grande indeterminação e flutuação terminológica, em virtude da escassa consciência genológica no campo da imprensa, ainda em processo de afirmação e autonomização institucional. Além do mais, talvez seja prudente relativizar-se esta questão, uma vez que se trata, no caso em apreço, de um jornal regional cuja duração não excedeu os oito meses.

O primeiro número do *D.E.*, saído a 6 de janeiro de 1867, está organizado em nove secções, com título e separadas por filetes¹⁴: “Revista Crítica dos Jornais”, “Política Estrangeira”, “Leituras Modernas”, publicadas na primeira página; “Correspondência do Reino”, “Crónica”, “Crítica de literatura e arte”, “Agricultura, Comércio e Indústria” e “Interesse Provincial”, nas segunda e terceira páginas;

¹² “Nome que os tipógrafos deram às letras maiúsculas, por guardarem os tipos móveis destes caracteres na parte superior de um tabuleiro, a caixa do tipógrafo, que estava dividido em compartimentos – os caixotins.” (Ferrand e Bicker, 2000: 22).

¹³ À época, este *layout* era comum aos jornais nacionais e europeus: num estudo ao grafismo de um jornal como *La Presse*, saído no ano de 1836 em França, Alain Vaillant e Marie-Ève Thérénty mostram como Emile de Girardin também optou por esta disposição e pela sobriedade de composição (Thérénty e Vaillant, 2001: 60-78).

¹⁴ “Antigamente a paginação dos jornais seguia o processo do “chouriço”: as notícias juntavam-se umas às outras, sem títulos, separadas apenas por um pequeno traço – “filete” ou “bigode”.” (Crato, 1992: 147).

na última página, os “Anúncios”¹⁵. Para além das secções tituladas, a maioria dos números abre com textos de longa dimensão, que geralmente ocupam duas colunas, sem título, que desempenhariam as funções do que hoje se pode enquadrar no artigo de fundo. Todas estas secções eram escritas por Eça, à exceção de comunicados, manifestos ou cartas recebidas na redação. Contudo, uma leitura cuidada dos 59 números do jornal¹⁶ permitiu verificar que nenhum deles apresenta a mesma estruturação temática, embora certas rubricas revelem maior estabilidade e sistematicidade. Por exemplo, o espaço do folhetim, no *D.E.* chamado de “Leituras Modernas”, a rubrica “Correspondência do Reino” e a “Crónica” são as secções mais regulares, embora nem sempre sejam editadas. Já as rubricas “Revista Crítica dos Jornais”, “Política Estrangeira” e “Interesse Provincial”, embora integrem os primeiros quinze números do jornal, tornam-se muito irregulares nas edições subsequentes. Quanto às restantes secções que aparecem no primeiro número, são descontinuadas, como é o caso da “Crítica de Literatura e Arte”, “Agricultura Comércio e Indústria”, sendo substituídas por outras também sem regularidade alguma – “Ciências Sociais e Políticas”, presente em apenas dois números, “Ciências Históricas”, “Mercados”, “Revista Interna”, com apenas uma ocorrência. Também se verifica, porém, o processo inverso: o aparecimento de rubricas como “Crimes e Delitos” e “Obituário”, ausentes do primeiro número do *D.E.*, mas que se mantém de uma forma mais ou menos constante até ao final; bem como a existência de secções pontuais como é o caso de “Obras Municipais”, “Administração”, “Interesse Oficial”, “Ciências Económicas”, “Charadas” e “Acidentes e Sinistros”.

JORNALISMO POLÍTICO

Em janeiro de 1867, acabado de sair da Universidade de Coimbra, Eça de Queirós é convidado a dirigir o *D.E.*, atividade que o manteria durante sete meses na capital alentejana. O convite terá partido de um amigo do pai, José Maria Eugénio de Almeida, abastado proprietário agrícola da região e opositor ao governo de Fusão, que era diretamente afetado pelas medidas fiscais do executivo, nomeadamente pelo imposto do consumo e pela contribuição predial. Interessava-lhe, assim, ter

15 Um estudo interessante e que, segundo se sabe, está ainda por fazer, será uma análise cuidada dos conteúdos publicitários dos anúncios que ocupam a última página, em que se encontra refletida boa parte da vida da cidade e do distrito de há 150 anos: desde informações sobre a vida cultural da cidade, a feiras da região ou a estabelecimentos comerciais e produtos.

16 Embora o *D.E.* tenha mais edições, tendo terminado em 25 de agosto no número 66, consideram-se aqui apenas os 59 números feitos por Eça de Queirós, que se iniciam a 6 de janeiro de 1867 e terminam a 1 de agosto do mesmo ano.

um modo eficaz de combate: o jornalismo era esse instrumento (Sardica, 2005: 148)¹⁷ e Eça, recém bacharel em Leis ainda sem ocupação definida, com habilidade para a escrita, a pessoa ideal para o concretizar.

Era assim nesses meados de oitocentos: dificilmente se distinguiram os campos jornalístico do político ou do literário, uma vez que os atores ou eram coincidentes ou circulavam entre essas áreas com relativa facilidade. A sobreposição destes planos – jornalismo, literatura e política – foi determinante para o caminho que a imprensa portuguesa viria a traçar, não sendo, como se sabe, apanágio exclusivamente nacional. São hoje sobejamente conhecidas da história cultural as ligações próximas entre jornais, tribunas políticas e homens de letras durante toda a centúria. Ao longo de todo o século XIX, desde a geração dos escritores romântico-liberais, aos elementos da afamada Geração de 70, os homens de letras participaram ativamente na elaboração e direção de muitos periódicos. A título de exemplo, recorde-se que Ramalho Ortigão se revela, desde muito jovem, um ativo colaborador em jornais e revistas, tendo escrito para *O Jornal do Porto*, para a *Gazeta Literária*, para a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro e para a *Revista Contemporânea* e continua a publicar, mesmo depois de Eça de Queirós abandonar o projeto em 1872, as suas *Farpas*. Oliveira Martins colabora com *A Revolução de Setembro* e com *O Jornal do Comércio* desde finais da década de sessenta, dirige, com Antero e Batalha Reis, a *Revista Ocidental*, em 1875, e funda dois jornais nos anos oitenta: *A Província do Porto* e *O Repórter de Lisboa*. Também Teófilo Braga, outro membro da Geração de 70, prestou uma intensa colaboração em variados jornais: *O Instituto*, *A Grinalda*, *O Ocidente* e a *Revista de Portugal*. Batalha Reis escreve para *O Repórter* e para a *Gazeta de Notícias*, entre 1888 e 1896, um conjunto de crónicas sob o título “Revista Inglesa” e colabora em variados periódicos: *A Ilustração*, *Diário de Notícias*, *A Luta*. Christian Delporte, reportando-se à realidade francesa, considera mesmo a imprensa como “a antecâmara da literatura, do poder ou da administração” (Delporte, 1995: 17) e Thomas Ferenczi refere-se ao jornalismo como uma “via de acesso” a outros cargos e outras carreiras (Ferenczi, 1993). Numa análise às nossas elites intelectuais da primeira metade de oitocentos, Maria de Lourdes Lima dos Santos constata precisamente que “fazer jornalismo (e particularmente jornalismo político) significava enveredar por uma via promocional que, nos novos tempos, exercia sobre os jovens desfavorecidos um poder de atração comparável ao da carreira eclesiástica no antigo regime” (Santos, 1985: 332).

¹⁷ Estas informações foram complementadas pela palestra de Rui Carreteiro, “Práticas de escrita no século XIX: de José Maria “a” Eça de Queirós”, proferida no colóquio *150 Anos de Eça em Évora*, a 17 de março de 2017.

Ora, o percurso de Eça de Queirós é eloquente quanto a esta relação umbilical entre imprensa, política e literatura: desde que se estreia como folhetinista da *Gazeta de Portugal*, em 1866, até ao final da sua vida, sempre sustentou uma estreita colaboração com revistas e jornais nacionais e brasileiros. Essa relação adquiriu, ao longo dos anos, perfis de diferente natureza: nuns casos, o jornal cedeu a Eça, como aliás era comum no jornalismo da época, espaço de publicação e divulgação de algumas das suas obras; noutros, serviu de meio à afirmação pública de determinados posicionamentos políticos, ideológicos ou estéticos, como o prova o elenco de suas cartas públicas (Queirós, 2009); finalmente, o jornalismo oitocentista enriqueceu-se com uma vastíssima colaboração cronística de Eça como correspondente exterior, como o demonstram as *Cartas de Londres*, publicadas no final da década de setenta no jornal *Atualidade* do Porto e o grande conjunto de textos com que o autor alimentou as páginas da *Gazeta de Notícias*¹⁸ do Rio de Janeiro, entre 1880 e 1897, atualmente editados pela INCM (Queirós, 2002).

Porém, a experiência no D.E. é, neste âmbito, totalmente diversa, pois só aqui tem a responsabilidade multifuncional de um ‘verdadeiro jornalista’: escreve textos de opinião, crónicas, folhetins, pequenas ‘notícias’; organiza as secções do jornal; gere a rede de correspondentes; assume, enfim, toda a responsabilidade editorial. E, embora seja difícil aferir o impacto do jornal no panorama local da época¹⁹, a avaliar pela polémica que travou com o principal jornal pró-governo da cidade, a *Folha do Sul*²⁰, dirigido por Manuel da Rocha Viana (Sardica, 2005: 148)

18 A *Gazeta de Notícias* era, na altura, um dos mais importantes jornais brasileiros, fundado em 1875 por Ferreira de Araújo, Elísio Mendes e Manuel Carneiro e tinha como característica distintiva o facto de albergar, entre os seus colaboradores, um escol de intelectuais, escritores e artistas, promovendo e publicitando as suas obras e autoprestigiando-se, simultaneamente, por acolher nas suas páginas textos de nomes afamados das letras nacionais e internacionais. Esta é, aliás, uma marca incontornável da *Gazeta* de Ferreira de Araújo: autores como Machado de Assis, Aloísio de Azevedo e Olavo Bilac, do lado brasileiro, Oliveira Martins, Ramalho Ortigão e Eça de Queirós são alguns dos ilustres nomes que passaram pela *Gazeta* (Asperti, 2005). A presença de Eça de Queirós nas páginas da *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro vem, de algum modo, confirmar a importância que o jornalismo brasileiro começou a dar, a partir de determinada época, à presença do homem de letras no seu campo. Como demonstra a análise de Lavínia Ribeiro, no caso específico do Brasil, o jornalismo político antecedeu o jornalismo literário que só começou a afirmar-se com a progressiva heterogeneização do espaço público, no momento em que os jornais, desvinculando-se do peso partidário, se diversificam, quer em termos de géneros, quer ao nível dos conteúdos (Ribeiro, 2004: 118-122).

19 Neste âmbito, há que ter em consideração o peso da população leitora em Évora: Num censo publicado em 1878, mas que reportará a meados da década, 16,0% dos indivíduos do distrito de Évora tinha capacidade de ler (discriminam-se neste censo os que sabem ler e escrever e os que apenas sabem ler), sendo 18,6% de homens e 13,1% de mulheres, quando, nos distritos de Lisboa e Porto, eram, respetivamente, de 29,3% e 23,9% os indivíduos com capacidade de leitura; e, numa comparação regional, o distrito de Beja tinha 12,9% de indivíduos com capacidade de leitura (Dias, 2017: 9; A.A. 1877-1925).

20 Sobre a *Folha do Sul*, Celestino David explica: “A *Folha do Sul*, jornal de bom formato, era o outro jornal de Évora, semanário, continuador da *Voz da Infância* e do qual era proprietário e editor António

e que contava com Augusto Filipe Simões – bibliotecário da Biblioteca Pública de Évora entre 1863 e 1872 –, como redator principal, o D.E. causou pelo menos alguma perturbação no restrito espaço público da capital alentejana, agitando o ‘universo jornalístico’ provincial.

Ao longo de toda a polémica que trava com a *Folha do Sul*, o mais importante periódico regional eborense, – consubstanciada nos textos que publica na rubrica “Revista Crítica dos jornais do Alentejo” – Eça constantemente critica a vacuidade de ideias dos jornais governamentais, a sua parcialidade e dependência, a sua incapacidade de sustentar uma discussão em termos elevados: “Correm-se os jornais do ministério, nem se encontram ideias, nem discussões, nem sistemas, nem entusiasmos, nem vida.” (D.E., N.º 27, 11/04/1867). Há que ter em consideração, naturalmente, que tais críticas eram sobretudo motivadas pelo facto de a *Folha do Sul* ser o jornal do regime, como tal, Eça de Queirós tinha de criticar e desacreditar esse órgão, não só para se defender dos ataques de que era alvo o seu jornal, mas sobretudo para cumprir as funções de que tinha sido investido. Não se trata tanto de uma reflexão ou crítica estruturadas sobre o jornalismo, enquanto prática, mas antes de um conjunto de ‘farpas’ que visavam destruir a reputação do jornal concorrente e da facção da opinião que o suportava.

Cumpriu, sobretudo, o objetivo para que fora criado: fazer oposição cerrada ao governo de fusão. Era um jornal político fundado e patrocinado por alguém que tinha interesses económicos na região e a quem interessava fazer oposição a um governo cujas medidas fiscais e financeiras estavam longe de ser consensuais e em muito prejudicavam o investimento. A experiência de Eça no D.E. foi efémera: no número 60, saído no dia 4 de agosto de 1867, pode ler-se, em lugar de destaque na primeira página, o anúncio da sua resignação, embora o jornal tenha ainda sido publicado até fim de agosto desse ano²¹:

José Maria d’Eça de Queirós declara que desde o dia 1.º de agosto deixou de ser o redator e diretor político do jornal “Distrito de Évora”, e, desligado da empresa fundadora, dá como terminada a sua responsabilidade material, moral, política e literária. (D.E., n.º 60).

Maria Batista Tavares; mas foi cedido depois ao Dr. Manuel da Rocha Viana, cujo nome passou a figurar no alto da sua primeira página, como diretor, ao lado do nome do Dr. Augusto Felipe Simões, que se indicava como redator. Tinha a redação na Rua do Imaginário n.º 4, e a sua atitude política era a de um órgão do governo, embora se considerasse independente.” (David, 1945: 93).

²¹ O jornal D.E. ainda foi publicado até setembro de 1867, tendo sido posteriormente substituído pelo jornal *A Perseverança* (Pereira, 1897).

A imprensa regional expandiu-se, sobretudo, no período da Regeneração, beneficiando essencialmente, como explica José Tengarrinha, quer da maior fluidez das comunicações, quer do alargamento do espaço público subsequente ao fim do Cabralismo, que se concretizou pelo recrudescimento do debate político e pela disseminação de núcleos políticos locais. Ainda de acordo com o mesmo autor, entre 1851 e 1864, contavam-se, em todo o país, 86 jornais de imprensa regional e, nos primeiros anos da Regeneração, a imprensa política dominava o universo dos jornais nacionais (36%) (Tengarrinha, 2013: 793, 846).

Neste contexto, o *D.E.* surge como mais um jornal respaldado no círculo político eborense de oposição ao governo, num momento em que o país vivia sob pressão e em crise social, financeira e política; tinha, por isso, um posicionamento e objetivos bem definidos, que Eça de Queirós tentou cumprir com aparente empenho e zelo. O convite dirigido ao jovem Eça para assumir este projeto pressupunha precisamente esse combate, compromisso que foi honrado, com fulgor: as páginas do seu jornal, sobretudo as reservadas à política nacional, são autênticos libelos políticos:

Ora, o *Distrito de Évora* era contra o Governo. Tratava-se, portanto, de bater no Governo, de apontar os malefícios, a estupidez, o ridículo dos homens do Governo. O jovem anarquizante estava, pois, nas suas quintas. Podia demolir à vontade – teoricamente, bem entendido – a velha carcaça do poder, apontar-lhe as podridões e, sobretudo, crivá-la de ridículo (...) (Brasil, 1945: 512)²².

Longe vinham ainda os tempos do jornalismo industrial, massificado e informativo que caracterizaria a nova fase da imprensa nacional: as páginas do *D.E.* são páginas de denúncia, de crítica acérrima, de combate político, de polémica, glorificando a retórica do jornalismo opinativo da primeira metade do século. Eça não se poupou a esforços para construir um negro quadro sobre o estado da nação, denunciando todos os vícios governamentais, desde as simples questiúnculas de bastidores, até a problemas de fundo: a corrupção política, a falência das finanças

²² Também Aníbal Pinto de Castro, na introdução a *Páginas de Jornalismo*, sublinha precisamente esta atitude exaltada com que o jovem Eça abordou as questões políticas internacionais e nacionais e explica-as sobretudo por questões de dever profissional e de juventude: “(...) não poderá deixar-se de levar em linha de conta a situação em que então se encontrava – profissionalmente tinha o dever de dar voz a uma oposição, cujos fundamentos e pressupostos político-ideológicos eram naturalmente contrários aos do Governo (...)”, explicando adiante que “a crítica serena que o tempo havia de trazer consigo, permitindo-lhe (...) uma análise mais objetiva dos factos, explica a duração efémera das suas afirmações mais radicais.” (Castro, 1981: xvii).

públicas, a polémica criação do imposto do consumo – que como se sabe levaria à queda do governo de Fusão em janeiro de 1868 –, a decadência da qualidade de vida do povo português, o despesismo inútil, a ‘política-espetáculo’, o enfeudamento da imprensa, etc. Cumpre, portanto, os objetivos assumidos no texto inaugural da rubrica “Revista Crítica dos Jornais do Alentejo” e honra o compromisso tacitamente assumido por quem lhe pagava o salário:

A atividade do jornalismo nunca deve abrandar, a sua consciência deve ter sempre o mesmo vigor, a sua pena o mesmo colorido, o seu sentimento a mesma justa intensidade (*D.E.*, n.º 1).

Um dos textos que melhor traduzem a substância combativa deste jornalismo é o célebre “Manifesto” do povo de Évora, publicado a 17 de março, no n.º 20 do jornal, e subscrito por 673 cidadãos. Trata-se de um autêntico manifesto político, idêntico a muitos que à época surgiram em diversas capitais de distrito do país, que ocupa toda a extensão da primeira página, e em que Eça assume a voz do descontentamento popular contra as medidas do governo: o imposto do consumo, que havia sido promulgado no dia anterior, a reforma administrativa, a criação da guarda civil:

O povo de Évora vem depor nas mãos da Câmara o seu protesto de severa oposição ao governo. O povo de Évora rejeita o imposto de consumo, a reforma da administração e a criação da guarda civil.

Neste concílio tremendo das cidades e das vilas, donde sai sonora e forte a voz das oposições populares, o povo de Évora vem dar o seu voto justo e incorruptível, fazer sentir a palpação do seu coração, para que o não julguem prostrado e morto, e o não atirem à vala da miséria (*D.E.*, n.º 20, 17 de março).

Ao longo do *D.E.*, sobretudo em duas das suas secções – “Crónica” e “Revista Crítica dos Jornais do Alentejo” – Eça vai tecendo considerações sobre o jornalismo, que podem consubstanciar aquilo a que Elza Miné chama de “a sua teoria do jornalismo” (Miné, 2000: 16)²³. A visão que transparece desses textos é fundamentalmente utópica e romântica, mas cauciona a prática ensaiada por Eça nas páginas

²³ Em trabalho anterior, procedeu-se a uma leitura crítica desta teoria fragmentária do jornalismo presente nos textos de Eça de Queirós (Peixinho, 2010: 133-160).

do D.E. Logo no primeiro número do jornal, a 6 de janeiro de 1867, escreve Eça de forma entusiástica e num tom apoloético:

É o grande dever do jornalismo fazer conhecer o estado das cousas públicas, ensinar ao povo os seus direitos e as garantias da sua segurança, estar atento às atitudes que toma a política estrangeira, protestar com justa violência contra os atos culposos, frouxos, nocivos, velar pelo poder interior da Pátria, pela grandeza moral, intelectual e material em presença das outras nações, pelo progresso que fazem os espíritos, pela conservação da justiça, pelo respeito do direito, da família, do trabalho, pelo melhoramento das classes infelizes (D.E., n.º 1, 6/01/1867).

O jornal é visto como um meio civilizador, como um serviço público, com elevadas responsabilidades em todos os setores da vida social: *fazer conhecer, ensinar, protestar, velar* são verbos fortemente performativos que veiculam um ideal de jornalismo de ação, interventivo e politicamente empenhado, realizado em função do interesse público. Um jornalismo, portanto, muito semelhante àquele por que os nossos escritores liberais pugnavam, para quem o jornal era um “instrumento privilegiado para compensar as carências de uma escolaridade insuficiente ou irregular, permitindo uma distribuição democratizante de conhecimentos” (Santos, 1985: 165). Para o então jovem Eça, o jornalismo, apesar da sua efemeridade, mais do que um meio de informação ou uma mediação da realidade e da atualidade, tinha uma função mobilizadora, comprometida e projetiva:

O jornalismo não deve ser sempre a expressão mais ou menos real das ideias recebidas; ele não é somente o arquivo da opinião moderna: a repercussão duma impressão geral; ele é o motor dos espíritos, descobre novas e fecundas relações sociais entre os povos dum mesmo continente; ele consagra e robustece a solidariedade moral que liga os homens, a fraternidade que os rende; o jornalismo ensina, professa, alumia sobretudo; ele é o grande construidor [sic] do futuro; não é só o facto de hoje que o prende – isso é o menos – é o facto que o futuro contém (...)” (D.E., n.º 1, 6/01/1867).

Ao longo de alguns textos do jornal, vai deixando breves comentários sobre o papel da imprensa, tendo sempre como denominador comum o seu papel civilizador e politicamente comprometido. Numa das crónicas de política nacional, do dia 4 de abril, elogiando o progressivo empenhamento do povo na vida social

e política do reino, Eça comenta o decisivo papel da imprensa na formação dessa consciência popular:

À imprensa se deve esse despertar fecundo e salutar. (...) Mais que nunca o seu direito é ser respeitada pelo Governo, mais que nunca o seu dever é esclarecer o povo (D.E., n.º 25, 4/04/1867).

Trata-se de uma visão que denuncia ainda uma clara influência dos princípios que regiam a imprensa romântica, nomeadamente a liberal, em que o ‘jornalista’, à semelhança do escritor, era entendido como um vate, condutor das massas que, de forma apaixonada e empenhada, defendia e lutava por ideais, educando e formando o leitor, intervindo na sociedade e assumindo um poder de repercussão no espaço público.

Com pouca ou nenhuma experiência profissional, recém-bacharel e jovem, não deixa de ser notável o modo tão empenhado e credível como mergulha na política nacional e internacional, simulando um conhecimento e uma experiência que estava longe de possuir. Quando, em 1943, Lopes de Oliveira sugere a Câmara Reis a publicação de alguns dos textos do D.E. em livro, sublinha a singularidade desta empresa:

Não há na nossa literatura – e julgo que em nenhuma outra – coisa igual a esta: um moço de 21 anos, formado há pouco em Direito, apenas conhecido por algumas páginas com intenções de arte, que toma conta dum bissemanário de província, e durante sete meses, tratando os mais variados assuntos, o redige todo, desde o artigo de fundo até aos anúncios! (Reys e Oliveira, 1944: 9).

Recorde-se que os poucos textos que até à data havia publicado, na *Gazeta de Portugal*, eram folhetins literários, eivados de um certo tipo de lirismo romântico e, na sua maioria, totalmente apartados do contexto real da sociedade e do país²⁴. Em manifesto contraste, as crónicas, os artigos, as “reportagens” e as cartas do jornal eborense, salvo raras exceções, são textos ancorados em realidades precisas – locais, nacionais ou internacionais – que Eça se esforçou por conhecer ou fingir que conhecia bem. Vejam-se dois exemplos que ilustram este empenhamento. Depois da publicação do “Manifesto do Povo de Évora”, os líderes da

²⁴ Trata-se do macrotexto póstumo *Prosas Bárbaras*, publicado em 1905 por Luís de Magalhães, que hoje se encontra reeditado na Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós em: *Textos de Imprensa I, Contos I e Cartas Públicas*.

oposição, entre os quais se contava José Maria Eugénio de Almeida, prosseguiram o combate parlamentar em Lisboa, defendendo a necessidade de publicação integral das representações populares que se multiplicavam um pouco por todo o país; ora, “o desfecho deste incidente parlamentar scandalizou Eça de Queirós, e deu-lhe o mote para um violento editorial no *Distrito de Évora*” (Sardica, 2005: 151), o que evidencia da parte do jovem redator uma atenção empenhada ao que ia ocorrendo politicamente no país. De outra natureza, mas também reveladora do modo como Eça se esforçava por assumir as suas funções de ‘jornalista’ com seriedade, é a espantosa descrição da Exposição Universal de Paris, que faz questão de reportar – no espaço da “Crónica” ou em alguns textos dispersos – e que é modelar quanto à tentativa de simular um conhecimento profundo dos acontecimentos da atualidade. Um leitor desprevenido, que desconheça o seu percurso à data, pode facilmente cair na ilusão de que o então jovem Eça havia sido um enviado especial ao referido evento, tal é a vivacidade do relato, o visualismo, os pormenores descritivos, certamente inspirado na leitura de imprensa internacional e nacional, que, por vezes, chegava a parafrasear.

Apesar de o verdadeiro interesse do autor se ter focado na política nacional, à qual consagra grande parte das colunas do periódico, Eça não deixou de passar em revista as principais questões europeias e mundiais, narrando-as, descrevendo-as e comentando-as, a partir dos jornais que vinham do estrangeiro, nomeadamente de Espanha, Inglaterra e França.

Percebendo o momento conturbado vivido pela Europa, pressuposto com que inaugura precisamente a rubrica de política internacional – “Política Estrangeira” –, o jovem ‘jornalista’, ao longo dos vinte e três artigos desta secção, vai enunciando os principais acontecimentos que redesenhavam o mapa geopolítico europeu, acompanhando essa abordagem de um misto claro de informação e opinião: o fortíssimo poder clerical em Roma; a absorção da Polónia pela Rússia; a agitação irlandesa devido à afirmação crescente do Fenianismo, que inquietava a Inglaterra; a política do imperador francês.

Nestas páginas, Eça revela-se um analista político, opinando sempre sobre os acontecimentos dessa Europa em convulsão, desde a visita do Czar russo a Paris, à questão do Oriente ou à reforma do sistema eleitoral inglês. A escolha dos assuntos e a perspetiva adotada no seu tratamento eram inspiradas pelos telegramas e pela imprensa estrangeira que lia seguramente em quantidade e variedade, e nos quais a política externa também ocupava um lugar significativo: as dificuldades de afirmação e legitimação do Presidente norte-americano e, claro está, um caso que o apaixonou, a queda do regime imperialista no México. Este tema ocupa uma boa parte das páginas da secção “Política Estrangeira”, bem como

algumas crónicas, constituindo uma narrativa serial que se vai construindo, acompanhando a evolução dos acontecimentos. A atenção dada a este assunto compagina-se com duas características dos textos de política internacional do *D.E.*: por um lado, a preocupação em manter os leitores atualizados sobre assuntos políticos de outras geografias, procurando temas que permitissem a expressão dos ideais “revolucionários” que o entusiasmavam à época, indubitavelmente influenciado pela leitura de Proudhon e pelo magistério de Antero do Quental (Castro, 1981: vii); por outro lado, a narrativização deste acontecimento evidencia uma tendência – que prenunciava já a germinação do futuro romancista – para a construção de histórias de maior fôlego, nas quais pudesse, com alguma liberdade, construir figuras, desenhar ambientes e esboçar enredos, mesmo que, para tal, se obrigasse a sacrificar o rigor informativo, preocupação profissional ainda muito esbatida nesse remoto século XIX.

A REDE DE CORRESPONDENTES

Grande parte da matéria de interesse do *D.E.* escapa, de facto, à lógica da proximidade local que seria expectável num jornal regional, centrando-se nos problemas nacionais e internacionais, sem, contudo, nunca perder de vista o público a quem diretamente se dirigia. Se o interesse de Eça pelos assuntos locais era mínimo, a ver pela quantidade de textos sobre a cidade e a região da sua autoria, parece que o *D.E.* privilegiou os temas de política nacional, embora contemplasse, quando da sua fundação, uma rubrica de “Interesse Provincial”, reservada exclusivamente às notícias sobre problemas locais.

Esta, porém, só é publicada em apenas seis números do jornal²⁵ e é maioritariamente da responsabilidade de correspondentes exteriores. Estes textos versam sobre questões da região: a criação do Banco Agrícola ligado à Misericórdia de Évora, o problema da falta de cemitério numa aldeia do limite do Concelho, as novas técnicas de fertilização da terra e a necessidade de instrução dos agricultores da Cartuxa.

A partir da edição n.º 9, a secção de “Interesse Provincial” é descontinuada, embora o foco de proximidade e a abordagem às questões de interesse local se mantenha através da publicação de inúmeras cartas e comunicados, provenientes de algumas vilas alentejanas – Grândola, Montemor-o-Novo, Alter do Chão.

²⁵ De facto, esta rubrica apenas é publicada nos números 1, 2, 5, 6, 7 e 9 dos dias 6, 10, 20, 24 e 27 de janeiro e 7 de fevereiro, respetivamente.

Alguns desses textos, dispersos pelas colunas do jornal, são anónimos, apresentando assinaturas metafóricas como “o defensor da Nação”, “um filho do povo”, ou simplesmente sem assinatura. No entanto, encontram-se também artigos vários apenas assinados por diversos correspondentes fixos do jornal que integravam uma rede de correspondentes, essencialmente constituída por assinantes do periódico, que Eça habilmente utilizou para dar conta das problemáticas locais, o que lhe terá permitido focar a sua atenção fundamentalmente nas questões de política nacional e internacional, e nas secções que lhe dariam mais prazer. É, aliás, este o apelo plasmado no texto de abertura da secção “Interesse Provincial”, o único desta rubrica da autoria de Eça:

Esta secção foi reservada para os interesses que afetem a terra do Alentejo. A empresa tem sempre francas e amigáveis as páginas deste jornal, para todos os homens ricos ou pobres, humildes ou influentes, das cidades, das vilas, dos campos, de todo o Alentejo, que queiram vir falar dos interesses da sua localidade, revelar-lhe as necessidades, apontar-lhe os melhoramentos precisos ou acusar os abusos que aí se cometam. Esta secção ficará assim como um honroso arquivo, em que se foram notando e discutindo, dia por dia, as necessidades desta província trabalhadora. Os que governam poderão não atender; no entanto, à empresa fica a consciência de ter dado, pela publicação, o seu modesto apoio moral a todas as reclamações justas, a todas as exigências dignas e honrosas (*D.E.*, n.º 1, 6/01/1867).

Esta estratégia pode explicar-se mediante algumas ordens de razões: em primeiro lugar, muito provavelmente, a vida local provinciana talvez não fornecesse a Eça material suficiente, em quantidade e em interesse, para que o pudesse explorar e com ele compor, totalmente sozinho, as quatro páginas de um jornal bissemanal; além do mais, acabado de chegar da capital, os enredos da vida eborense, mais do que as tramas políticas nacionais, ainda escapavam ao conhecimento do jovem ‘jornalista’, daí a necessidade de apelar à colaboração de correspondentes exteriores; um terceiro aspeto que merece aqui especial atenção prende-se com questões de obrigatoriedade profissional – Eça veio para Évora fundar um jornal oposicionista e, como tal, o seu objetivo primordial era fazer oposição ao governo do reino, combatendo as suas medidas e projetos de âmbito nacional; finalmente, é também relevante o facto de ser dada voz a um conjunto de homens – quer cidadãos da região, quer de outras capitais de distrito do reino – que, integrando as elites das suas cidades, ecoavam as ideias políticas defendidas no *D.E.*, reforçando e caucionando a linha oposicionista da publicação.

Não obstante, é na secção “Crónica” que Eça de Queirós ‘noticia’ a atualidade local: a falta de policiamento da cidade e o crescente ambiente de insegurança, apoiado pelo relato de alguns *fait divers* de pequenos delitos; a deficiente iluminação das ruas; a falta de condições sanitárias do mercado local; o andamento de algumas obras da cidade; a realização de feiras, mercados e festas populares; a degradação do património, etc. Trata-se da secção mais maleável e polivalente do jornal, absorvendo um conjunto de discursos muito diversificado, de dimensões, formas e conteúdos heterogêneos, facto aliás consonante com a célebre definição do género, inscrita nas páginas do *DE*:

A crónica é como que a conversa íntima, indolente desleixada, do jornal com os que o leem: conta mil coisas, sem sistema, sem nexos; espalha-se livremente pela natureza, pela vida, pela literatura, pela cidade; (...) (*D.E.*, n.º 1, 6/01/1867).

Esta é uma peculiaridade da crónica queirosiana²⁶ deste período, bem distinta do caminho que o género fará anos mais tarde: a “Crónica” no *D.E.* era fragmentária, polifónica e indefinida, evidenciando uma forte dimensão informativa e uma propensão noticiaria, deixando-se fecundar por outros géneros do jornal. Em alguns casos, a secção de “Crimes e Delitos”, um conjunto de breves, dando conta da pequena criminalidade do distrito, pequenas notícias de furtos, infrações e desavenças, chega a integrar o corpo textual da “Crónica”.

Uma das secções mais conhecidas do *D.E.*, a que o biógrafo de Eça de Queirós, João Gaspar Simões, chamou “a rubrica nobre da folha” (Simões, 1980: 145), é a “Correspondência do Reino”. Trata-se de um conjunto de cartas, datadas de Lisboa, em que dois correspondentes imaginários narram diversos aspetos da vida da capital aos leitores de província. Um desses correspondentes assina, como é sabido, com as iniciais A.Z.²⁷, e é apresentado como o “correspondente literário” do jornal; o outro, o correspondente político, não assina nenhuma das cartas.

A criação destes dois correspondentes é, talvez, dos aspetos mais instigantes da rede de correspondentes do *D.E.*: dois anos antes da criação coletiva de Carlos Fradique Mendes²⁸, já Eça de Queirós ensaia aqui, nas páginas do *D.E.*, uma tentativa de desdobramento, neste contexto favorecida pelo veículo jornalístico que

²⁶ Sobre a crónica queirosiana do *D.E.* veja-se Rita, 1998.

²⁷ Segundo Guerra da Cal (1975: 592) um anagrama das letras finais do nome do escritor.

²⁸ Trata-se da criação coletiva, da responsabilidade de Antero de Quental, Eça de Queirós e Jaime Batalha Reis, do poeta satânico Carlos Fradique Mendes, que é apresentado nas páginas d’*A Revolução de Setembro* em 1869, através de um conjunto de poemas e de algumas notas biográficas (Reis, 1999).

a suporta. Distante da capital e “exilado” no interior alentejano, sabia que deveria dar aos seus leitores testemunhos creíveis sobre a vida política e social da capital do reino, comentando as notícias de Lisboa: inaugurava virtualmente, portanto, o papel que lhe estaria reservado de correspondente de imprensa, quando, alguns anos mais tarde, já na carreira diplomática, escreveria periodicamente para jornais nacionais e estrangeiros²⁹.

A criação destas duas ‘figuras’ permitiu a Eça incorporar, nas páginas do seu periódico, discursos alternativos que lhe proporcionavam, simultaneamente, um espaço de crítica humorística à vida da capital. Com as cartas de “Correspondência do Reino”, tratava-se de olhar para Lisboa de fora, com o distanciamento que o exílio alentejano lhe proporcionava, mas fazê-lo como se nunca de lá tivesse saído, contando ao leitor de província os segredos da vida na capital e desmitificando a imagem idealizada que dela pudesse fazer. Talvez esta seja uma marca da idiossincrasia de Eça: mais tarde, nas décadas de 80 e 90, será a ausência de Portugal, ditada pela carreira diplomática, que o levará a olhar o país de uma outra perspetiva, diversa daquela que teria se aqui vivesse. De facto, tanto A.Z. como o correspondente político são figuras forjadas para credibilizar o ponto de vista e as opiniões do jovem Eça sobre a vida lisboeta. Esta credibilização é reforçada pela forma como ambos reclamam uma independência e autonomia ideológicas, tanto em relação à vida político-partidária, como relativamente ao próprio posicionamento do jornal para onde escrevem.

CONCLUSÕES

O exposto, que apresenta de modo sumário o jornal *Distrito de Évora*, permite tirar duas ilações prévias: a primeira, mais relevante para o estudo que agora se apresenta, prende-se com o facto de este jornal poder ilustrar algumas das práticas da imprensa de meados de oitocentos em Portugal, nomeadamente da imprensa regional, contribuindo, assim se espera, para a História do Jornalismo Português, mais concretamente para aquele que foi o seu período de ouro; a segunda diz respeito ao valor desta publicação na obra de Eça Queirós, pois ela permite antever algumas das tendências que marcariam a sua escrita literária futura.

Trata-se, de facto, como se explicou, de um jornal de âmbito regional da responsabilidade de um jovem que desconhecia por completo o território em que

²⁹ Sobre as suas colaborações com o jornal *A Atualidade* do Porto, no fim da década de setenta, e com a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, nas duas últimas décadas do século, veja-se Peixinho, 2010.

trabalhava, mas que habilmente soube contornar esse obstáculo. Eça acabara o seu curso em Coimbra pouco tempo antes de partir para Évora e, nos poucos meses que passara em Lisboa, não se lhe conhece nenhuma atividade relevante. Este aparente paradoxo – ter sido confiado a Eça de Queirós, recém-bacharel, sem qualquer experiência profissional ou política, salvo a habilidade para a escrita, a empresa de redigir, compor e manter um jornal local de um espaço sociocultural que lhe era estranho – tem consequências interessantes que fazem do *D.E.* um objeto de estudo estimulante.

A primeira dessas consequências é o ensaio por parte de Eça de uma atitude de “fingimento”, que, como se sabe, terá frutuozos efeitos na sua obra em devir. Eça simula, nas páginas do *D.E.*, não só um conhecimento da realidade que estava longe de possuir, mas também um profissionalismo que à data não poderia ter. É precisamente esta atitude que permite oferecer as vívidas ‘reportagens’ da Exposição de Paris ou as cartas dos dois correspondentes da capital da “Correspondência do Reino”. O jovem ‘jornalista’ tinha, porém, a perfeita noção do quanto desconhecia do território de atuação do seu periódico, dificuldade que ultrapassa ao acolher nas páginas do *D.E.* um conjunto significativo de correspondentes de diversas partes do reino, sobretudo da região do Alentejo. É nesta rede de correspondentes, facilitada por inovações tecnológicas e infraestruturais – caminhos de ferro, correios –, que Eça se apoia para enfrentar a empresa de preencher as quatro páginas de um jornal bissemanal, sem falhar uma única edição nos sete meses em que assume funções, mas também para cultivar a lógica de proximidade que preside necessariamente a um projeto desta natureza, essencial para a criação de elos identitários simbólicos com o público. Será precisamente Eça que, três décadas mais tarde, publica na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, uma crónica sobre a influência da proximidade na gestão das emoções, texto que tem sido glosado por todos quantos pretendem compreender e explicar a lógica de proximidade que preside a projetos de jornalismo local³⁰:

Dois mil javaneses sepultados no terramoto, a Hungria inundada, soldados matando crianças, um comboio esmigalhado numa ponte, fomes, pestes e guerras, tudo desaparecera – era sombra ligeira e remota. Mas o pé desmanchado da Luísa Carneiro esmagava os nossos corações... Pudera! Todos nós conhecíamos a Luisinha – e ela morava adiante, no começo da Bela Vista,

³⁰ Trata-se da última crónica que envia para a *Gazeta*, publicada nos dias 20 e 21 de setembro de 1897, na secção “Bilhetes de Paris”, na qual o cronista, depois de narrar um conjunto de acontecimentos de política internacional, se interroga sobre o impacto que tais acontecimentos teriam sobre o seu leitor, ou seja, até que ponto os seus critérios de importância coincidiriam com os do seu público.

naquela casa onde a grande mimosa se debruçava do muro dando à rua sombra e perfume (Queirós, 2002: 655).

O D. E. fala aos cidadãos de Évora numa voz plural que agrega algumas das elites da cidade e da região. Fá-lo através dos diversos comunicados e cartas de correspondentes, de teor essencialmente político, mas também através do conjunto de artigos que versam sobre práticas económicas ligadas a atividades da região, como a agricultura ou a pecuária.

Trata-se, portanto, de um jornal de natureza política, que serve os interesses de um círculo político de oposição ao governo de Fusão, mas que não dispensa uma dimensão de utilidade informativa e cultural, na linha do que era, nesse século, a “party press”³¹. Como outros congéneres, o D.E. é financiado por um grande empresário com interesses na região, José Maria António de Almeida, e está ao serviço da oposição. Esta matriz reflete-se a diversos níveis na organização do jornal e no próprio estilo: o protagonismo dado aos temas de política, nomeadamente nos artigos de fundo da autoria de Eça; a polémica com a *Folha do Sul*; a publicação de manifestos e comunicados populares; a cedência de espaço às sínteses das reuniões da Câmara dos Pares; a transcrição de grandes discursos de alguns políticos de renome que serviam a causa da oposição como Lobo d’Ávila.

O D.E. foi mais um entre os muitos jornais locais que surgiram na época, como veículos de afirmação de núcleos políticos locais. Distingue-se dos outros pela fortuna literária e cultural que o seu redator e editor granjeou nas décadas seguintes, mas também pelo vigor, interesse e qualidade de muitos dos seus textos, o que, como já se disse, explica, em parte, a atenção que ainda hoje lhe é dedicada.

BIBLIOGRAFIA

- A.A. (1877-1925). *Anuário Estatístico*. Lisboa: Imprensa Nacional.
 ANDRADE, A. G. (1999). *Dicionário de Pseudónimos e Iniciais de Escritores Portugueses*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
 ASPERTI, C. M. (2005). A vida carioca nos jornais: Gazeta de Notícias e a defesa da crónica. *Contemporânea*, N.º 7, 45-55.
 BALLE, F. (1997). *Médias et Sociétés. De Gutenberg à Internet*. 8.ª ed. Paris: Monchrétien.

³¹ O século XIX foi, também, como se disse, um século de expansão das ideias liberais e do espírito burguês, a que se associa a ideia da liberdade de imprensa. Esse fenómeno levou ao florescimento da imprensa política (que, entre outras designações, também pode ser denominada opinativa, combativa ou “de partido” – “party press”), apesar de, frequentemente, essa imprensa ser simultaneamente noticiosa, literária e divulgadora de ideias e descobertas. Era uma imprensa de elites e para as elites alfabetizadas e envolvidas no combate político e ideológico, uma imprensa cara, inacessível aos cidadãos comuns. (Sousa, 2008: 105).

- BAPTISTA, J. (1993). Eça jornalista. In: A. Campos Matos (Org.). *Dicionário de Eça de Queiroz* (pp. 320-327). 2.^a ed. Lisboa: Caminho.
- BRASIL, J. (1945). Eça de Queiroz, jornalista. In: L. M. Pereira e C. Reis (Orgs.). *Livro do Centenário de Eça de Queiroz* (pp. 509-520). Lisboa: Livros do Brasil.
- CARREITEIRO, R. (2017). Práticas de escrita no século XIX: de José Maria “a” Eça de Queirós. Conferência proferida no Colóquio 150 Anos de Eça em Évora, a 17 de março de 2017, organizada pela Câmara Municipal de Évora e pela Universidade de Évora.
- CASTRO, A. P. (1981). “Nota Introdutória” a *Páginas de Jornalismo «O Distrito de Évora»* (1867) (pp. v a xxxvi). Porto: Lello & Irmão – Editores.
- CORREIA, J. C. (1998). *Jornalismo e Espaço Público*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- CUNHA, A. (1914). *Diário de Notícias. A sua fundação e os seus fundadores. Alguns factos para a história do jornalismo português*. Edição Comemorativa do Cinquentenário do Diário de Notícias, 29/XII/1914.
- DELPORTE, C. (1995). *Histoire du Journalisme et des Journalistes en France (du XVIIe siècle à nos jours)*. Paris: P.U.F., Col. «Que sais-je?».
- DIAS, L. A. C. (2017). Do claro busto de Minerva à dupla face de Jano, ou os anos dourados da imprensa. In C. Gouveia (coord.). *Roque Gameiro na Imprensa* (pp. 7-17). Amadora: Casa Roque Gameiro.
- DIAS, L. A. C. (2016). Traição dos ‘Intelectuais portugueses’. *Os Intelectuais Portugueses e a Guerra. 1914-1918. Catálogo de exposição*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 17-42.
- DIAS, L. A. C. (2014b). Jornalismo moderno. In M. F. Rollo (dir.). *Dicionário de História da I República e do Republicanismo* (pp. 539-541). Vol. II. Lisboa: Assembleia da República.
- DIAS, L. A. C. (2014a). Imprensa e espaço público. In Rollo, M. F. Rollo (dir.). *Dicionário de História da I República e do Republicanismo* (pp. 370-373). Vol. II. Lisboa: Assembleia da República.
- FERENCZI, T. (1993). *L'invention du journalisme en France. Naissance de la presse moderne à la fin du XIXe siècle*. Paris: Plon.
- FERRAND, M.; BICKER, J. (2000). *A Forma das Letras*. Coimbra: Almedina.
- GUERRA DA CAL, E. (1975). *Lengua y Estilo de Eça de Queiroz – Apêndice Bibliografia Queiroziana sistemática y anotada e iconografia artística del hombre y la obra*, Tomo 1.º Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- MIRANDA, P. C. G. M. (2002). *As Origens da Imprensa de Massas em Portugal: o Diário de Notícias (1864-1889)*. Dissertação de Mestrado em Estudos Históricos Europeus. Évora, (texto fotocopiado).
- PEIXINHO, A. T. (2010). *A Epistolaridade nos Textos de Imprensa de Eça de Queirós*. Lisboa: FCG/FCT.
- PEREIRA, A. X. S. (1897). *Os jornais portugueses sua filiação e metamorfoses. Notícia suplementar alfabética de todos os periódicos mencionados na Resenha Cronológica do Jornalismo Português*. Lisboa: Imprensa Libanio da Silva.
- QUEIRÓS, E. de (1995). *Textos de Imprensa VI (da Revista de Portugal)*. Edição Crítica de Helena Santana. Lisboa: I.N.C.M.
- QUEIRÓS, E. de (2002). *Textos de Imprensa IV (da Gazeta de Notícias)*. Edição Crítica de Elza Miné e Neuma Cavalcante. Lisboa: I.N.C.M.
- QUEIRÓS, E. de (2004). *Textos de Imprensa I – Da Gazeta de Portugal*. Edição Crítica de Carlos Reis e Ana Teresa Peixinho. Lisboa: INCM.
- QUEIRÓS, E. de (2009). *Cartas Públicas*. Edição Crítica de Ana Teresa Peixinho. Lisboa: INCM.
- RAFEL, G. G. e SANTOS, M. (2001). *Jornais e Revistas Portugueses do Séc. XIX*. Vol. I. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- RIBEIRO, L. M. (2004). *Imprensa e Espaço público. A Institucionalização do Jornalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: e-papers.

- RIBEIRO, M. M. T. (1993). A Regeneração e o seu significado. In: J. Mattoso (Dir.). *História de Portugal* (pp. 121-129) Quinto Volume («O Liberalismo»). Lisboa: Círculo de Leitores.
- SANTOS, M. L. L. (1985). *Intelectuais Portugueses na primeira metade de oitocentos*. Lisboa: Editorial Presença.
- SARDICA, J. M. (2005). *José Maria Eugénio de Almeida. Negócios, política e sociedade no século XIX*. Lisboa: Quimera.
- SERRÃO, J. (1985). *O Primeiro Fradique Mendes*. Lisboa: Livros Horizonte.
- SILVA, I. F.; ARANHA, B. (2001). *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Vol. 1 a 23. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa: Ophir.
- SIMÕES, J. G. (1980). *Vida e Obra de Eça de Queirós*. 3.^a ed. Lisboa: Bertrand.
- SOUSA, J. P. (2006). *Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media*. 2.^a ed. revista e ampliada. Porto: Ed. Universidade Fernando Pessoa.
- SOUSA, J. P. (2008). *Uma história breve do jornalismo no ocidente*. Covilhã: BOCC <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-breve-do-jornalismo-no-ocidente.pdf> (consultado a 2 de dezembro de 2017).
- TENGARRINHA, J. (1989). *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. 2.^a ed. Lisboa: Caminho.
- TENGARRINHA, J. (2013). *Nova História da Imprensa Portuguesa das Origens a 1865*. Lisboa: Temas e Debates.
- THERENTY, M.-E.; VAILLANT, A. (dirs.) (2001). 1836. *L'An I de l'ère médiatique. Analyse littéraire et historique de La Presse de Girardin*. Paris: Nouveau Monde Editions.

O JORNALISMO ICONOGRÁFICO EM PORTUGAL NA VIRAGEM DO SÉCULO XIX PARA O XX: *O OCIDENTE (1875-1915)*

JORGE PEDRO SOUSA¹

Universidade Fernando Pessoa e ICNOVA
jpsousa@ufp.edu.pt

INTRODUÇÃO

Na alvorada do século XIX, as revistas foram pioneiras na incorporação de iconografia à informação pela palavra escrita. Surgiu um novo segmento de imprensa: as revistas ilustradas. Nelas, as imagens – sob a forma de litografias e xilografuras, primeiro, e fotografias, depois – constituíram-se como um elemento central de veiculação de informação.

O jornalismo apercebeu-se cedo da importância informativa, explicativa e até simplesmente ilustrativa da imagem. A imprensa ilustrada permitia “ver” um mundo em violenta transformação. Mas a mirada sobre a realidade proporcionada pela incorporação da ilustração na imprensa era problemática: “quem vivia no tempo da rainha Vitória estava fascinado pelo ato de ver, pela questão da confiabilidade (...) no olho humano e pelos problemas da interpretação do que se via”² (Flint, 2000: 1).

¹ Jorge Pedro Sousa, doutor em Ciências da Comunicação, é professor catedrático e pesquisador da Universidade Fernando Pessoa (Portugal), membro do ICNOVA (Portugal) e autor de vários livros e artigos sobre jornalismo e comunicação.

² No original: “Victorians were fascinated with the act of seeing, with the question of the reliability (...) of the human eye, and with the problems of interpreting what they see.”

Parte do êxito alcançado pelas revistas ilustradas ter-se-á devido ao facto de darem um aspeto lúdico à informação, que se contrapunha à seriedade autoritária do texto formal dos artigos (Martin, 2006: 47). Essas publicações converteram-se num dos meios de comunicação mais influentes do seu tempo, providenciando aos artistas-gravadores, primeiro, e aos fotógrafos, depois, uma enorme audiência (Hogart, 1967: 12).

As ilustrações, elemento distintivo e identitário dessas publicações, contribuíram para a “transformação da imprensa num produto de consumo guiado pela competição”³ (Martin, 2006: 43) e imprimiram “mensagens específicas na memória dos seus leitores”⁴ (Martin, 2006: 47).

Por volta de 1870, a imprensa ilustrada tornou-se uma parte muito importante da indústria da imprensa ao informar semanalmente os europeus sobre os assuntos da atualidade. Periódicos e ilustrações tinham existido em separado durante centenas de anos, mas começaram a ser conjugados regularmente desde os anos 1830. Contudo, foi só a partir dos anos 1840 que se encontram revistas ilustradas que distribuíam massivamente imagens de acontecimentos da atualidade. Essas publicações contrataram vários tipos de artistas e permitiram-lhes construir uma vida.⁵ (Martin, 2006: 71)

No campo da comunicação social, até ao final dos anos 40 do século xx, as revistas ilustradas exerceram um domínio avassalador na difusão massiva de imagens sobre a realidade. Esse domínio só mais tarde foi desafiado pelos jornais e, ainda mais tarde, pelos filmes noticiosos e documentais (estes a partir do final do século xix). Aliás, as revistas ilustradas só foram destronadas do papel principal na difusão social de imagens pela televisão, já nos anos Cinquenta do século xx. Possivelmente, o domínio que exerceram deveu-se à sensação de verdade visual que emanava das ilustrações que cobriam a superfície das primeiras revistas ilustradas antes mesmo de a fotografia ter irrompido em força pelas suas páginas:

3 No original: “illustrations were part of the transformation of the press into a consumer product driven by competition”.

4 No original: “They were (...) means of imprinting specific messages in their readers’ memory”.

5 No original: “By 1870-1, the illustrated press had become a very important part of the press industry as a weekly means of informing Europeans about current affairs. Periodicals and illustrations had existed separately for centuries, but had been put together on a regular basis only since the 1830s. It is only in the 1840s that we begin to find widely distributed illustrated newspapers spreading images of current events. These papers hired various types of artists and allowed them to make a living.”

A produção de ilustrações jornalísticas (...) sempre envolveu uma tentativa de criação de *images vérité* (imagens da realidade). Apesar de ser do conhecimento vulgar que as imagens não são um espelho da realidade, antes são mediadas pelos seus produtores, existem técnicas que podem ser usadas para tornar as representações mais realistas. De facto, parte do processo político de criação de representações visuais baseia-se na redução da heterogeneidade dos temas ilustrados em favor da sua homogeneização (...), silenciando significados alternativos. Um repórter artista “falava” em nome de sujeitos que permaneciam em silêncio (...). Isto corresponde, sem dúvida, a um ato político (...). As tecnologias da representação são políticas, quer intrinsecamente, quer na prática.⁶ (Martin, 2006: 43-44)

Curiosamente, o *efeito-verdade* das estampas publicadas nas revistas ilustradas ocultava, de algum modo, o seu complexo processo de produção, no qual participavam, por vezes, vários agentes – um ou vários desenhadores, um fotógrafo e um ou vários gravadores, além do impressor:

Na gravura de reprodução, para se chegar à estampa impressa, por vezes temos o pintor (...), o desenhista que traduz os valores pictóricos em valores tonais do desenho monocromático, o gravador que cava esse desenho no taco para o trabalho em xilo ou no metal (...). Acrescentamos ainda o impressor, que é artesão de especialidade independente. (...) Geralmente (...) [a ilustração] tem indicado (...) o nome do artista criador e do gravador que cortou a matriz (...) [e] essas informações passam a figurar, gravadas, junto com a estampa figurativa. (Dasilva, 1976:17)

A melhoria nas artes gráficas, os avanços na litografia, na gravura de madeira e, depois, nas técnicas de reprodução tipográfica de desenhos e fotografias, o ambiente político, social e económico e os progressos na educação e no próprio jornalismo propiciaram o surgimento e desenvolvimento, em Portugal, desse importante segmento da imprensa constituído pelas revistas ilustradas. Os

⁶ No original: “The production of journalistic illustrations (...) always involves an attempt at creating *images vérité* (images of reality). Though it is common knowledge that images are no mirror of reality, but are rather mediated by their producers, there are techniques that can be used in order to make the representations more realistic. Indeed, part of the political process of creating visual representations is to reduce the heterogeneity of the illustrated subjects into homogeneity (...), thereby silencing other meanings. An artist reporter ‘speaks’ on behalf of a subject who remains in silent (...). This is undoubtedly a political act (...). Thus technologies of representation are political in character and in practice.”

periódicos ilustrados portugueses beneficiaram, ainda, da liberdade de imprensa e do espírito liberal, sedento de formar cidadãos ilustrados capazes de intervirem politicamente, satisfazendo o princípio constitucional da “soberania da nação”. Esses periódicos passaram a contar-se, pois, entre os principais instrumentos de dinamização e de expansão da esfera pública em Portugal, tendo sido fulcrais para a popularização de novos e “úteis” conhecimentos e para a transmissão de novas ideias, por vezes agitadoras.

Entendia-se que a ilustração não só embelezava o texto, tornando-o mais atrativo, mas também ajudava à sua compreensão, identificando melhor o leitor com o facto descrito. Essa necessidade tornou-se (...) mais evidente com a larga divulgação dos chamados “jornais populares”, para público mais amplo (...), e nos periódicos de modas. Reconhecia-se, pois, que a imprensa muito ilustrada de carácter popular permitia mais facilmente transmitir mensagens aos menos letrados (...).

Um outro marco importante foi a introdução da fotografia na imprensa (...) a partir dos fins do século XIX (...), resolvidas certas dificuldades técnicas e a uniformização da qualidade do papel (...). (Tengarrinha, 2013: 865-866)

Investigação anterior confirmou⁷ que as revistas ilustradas portuguesas replicaram, na periodização e nos modelos, a história e o tipo de discurso da imprensa ilustrada dos países pioneiros neste segmento de imprensa, Inglaterra e França (cf. Bacot, 2005), que, historicamente, são países próximos e influentes em Portugal, tendo tido três gerações, entre 1835 e 1935:

1. Uma primeira geração constituída pelas revistas enciclopédicas ilustradas, sucessoras dos periódicos culturais e científicos iluministas do século XVIII, caracterizadas pelo seu carácter cultural generalista, e que se propunham, mormente por meio de artigos ilustrados e não ilustrados, “derramar conhecimentos” sobre os leitores;
2. Uma segunda geração na qual as revistas, sem abandonarem o seu carácter cultural generalista, se propuseram abordar, também, a atualidade, nomeadamente os acontecimentos da atualidade, por meio de notícias ilustradas, que já apontam para o conceito de jornalismo gráfico;

⁷ SOUSA, J. P. (2017): *Veja! Nas Origens do Jornalismo Iconográfico em Portugal: Um Contributo para uma História das Revistas Ilustradas Portuguesas (1835-1935)*. Lisboa: Media XXI.

3. Uma terceira geração, na qual se torna relevante e, muitas vezes, preponderante a cobertura da atualidade, por meio de notícias e reportagens ilustradas com gravuras, primeiro, e, depois, com fotografias, sendo nelas que se começa a desenvolver o fotojornalismo.

Com a presente investigação, pretendeu contribuir-se para a elaboração da história da mais representativa revista ilustrada portuguesa publicada entre o último quartel do século XIX e a primeira fase da I República, *O Ocidente*, categorizando-a, por hipótese, na última das gerações das revistas ilustradas periodizadas por Bacot (2005). Procurou-se, ainda, contribuir para o delineamento do papel das revistas ilustradas na transformação do discurso jornalístico em Portugal na transição do século XIX para o XX, realçando o pioneirismo de *O Ocidente* na junção de informação visual ao texto verbal. Buscou-se aclarar, finalmente, as mudanças registadas na informação gráfica nesse período, centrando a atenção na adoção da fotografia como meio dileto para a cobertura gráfica dos acontecimentos e no consequente nascimento do fotojornalismo no país.

A metodologia cruzou a pesquisa hemerográfica com a análise documental e com a análise do discurso iconográfico. Para o estudo da iconografia patente n' *O Ocidente*, recolheram-se exemplos-padrão (amostra não probabilística intencional) que permitissem caracterizar a tipologia e a evolução do discurso visual das publicações selecionadas.

O OCIDENTE: REVISTA ILUSTRADA DE PORTUGAL E DO ESTRANGEIRO (1878-1915)

A revista *O Ocidente* surgiu em Lisboa, no dia 1 de janeiro de 1878, por iniciativa de um antigo gravador do *Arquivo Pitoresco*, Caetano Alberto da Silva⁸, proprietário de uma oficina de xilogravura, que forneceu o capital; do pintor, cenógrafo e conservador de museus Manuel de Macedo (de seu nome completo Manuel Maria de Macedo Pereira Coutinho Vasques da Cunha Portugal e Menezes), que se encarregou, com Caetano Alberto, da direção artística do novo periódico; do jornalista e poeta Guilherme Avelino Chaves de Azevedo⁹, o cronista de serviço nos primei-

⁸ Caetano Alberto tinha aberto um estúdio de gravura de madeira, em 1866, do qual saíram vários dos gravadores que trabalharam para *O Ocidente*. Confessou ter sido ele a pensar em “fundar o *Ocidente*” num artigo inserido nesta mesma revista (1903, n.º 888, p. 190).

⁹ Terá sido ele a sugerir o título para a revista, conforme se confessa em artigo biográfico e memorialístico publicado na *Ocidente* no 22.º aniversário da sua morte: “Em setembro de 1887 reunia-

ros anos da revista *Ocidente*, responsável pela rubrica “Crónica Ocidental”; e por Jacinto Inácio de Brito Rebelo, um engenheiro militar e “jornalista por ocupação” que, na qualidade de redator principal do novo periódico, terá tido a seu cargo a coordenação e edição da componente escrita d’*Ocidente*. A administração foi confiada a Francisco António das Mercês. O tipógrafo Adolfo Lallemant, da tipografia Lallemant Frères, foi um dos responsáveis pela alta qualidade de impressão das gravuras nas páginas da publicação.

A revista foi quinzenal, entre 1878 e 1880, e trimensal, entre 1881 e 1915. A assinatura anual custava, inicialmente, 2600 réis e o número avulso 120 réis. Cada número tinha, inicialmente, oito páginas, com dimensões aproximadas de X x 35 cm, paginadas a duas colunas, passando, depois, a 12 páginas, paginadas a três colunas, e regressando às oito páginas. Teve correspondentes no Rio de Janeiro, Paris e Madrid, entre outras localidades estrangeiras, e colaboradores espalhados por todo o território nacional.



FIG. 1 – Sala da redação e administração d’*Ocidente*. O ambiente era despojado. Ao centro, o mentor e cofundador da revista, o gravador Caetano Alberto da Silva. (N.º 829, 10 e 20 de janeiro de 1902, p. 11)

Caetano Alberto, no seu *atelier* de gravura da rua do Loreto, 43, Manuel de Macedo e Brito Rebelo, para tratar da fundação de uma revista ilustrada. Era preciso, porém, um cronista e, para isso, foi lembrado Guilherme d’Azevedo. (...) Ele aceitou o carto e batizou a nascente revista com o nome de *Ocidente* (...).” (*O Ocidente*, vol. xxvii, n.º 913, 10 de maio de 1904, p. 97)

No número prospeto¹⁰, não datado (será, todavia, do final de 1877), impresso no mesmo papel que a revista iria usar, os responsáveis pela iniciativa apresentaram ao público o que queriam da nova publicação:

(...) uma publicação ilustrada que exprima (...) o estado da arte em Portugal e seja exclusivamente nossa; que caracterize o espírito público nacional e corresponda à necessidade que têm hoje todos os povos de afirmar a sua individualidade moral e o seu modo de ser no concerto da civilização (...), um dever (...) de interesse público. (...)

O Ocidente servirá a ideia civilizadora de trazer para a evidência da luz a vida nacional que palpita no mundo obscuro do esquecimento público.

Assim, reproduzirá pela gravura os monumentos nacionais, as curiosidades arqueológicas, todo o velho mundo (...) onde se debateu a epopeia gigante da nossa civilização. Todos os grandes homens do passado e os contemporâneos dignos da homenagem nacional; todos os que por qualquer facto extraordinário e flagrante despertem num dado momento o interesse público, tanto nacionais como estrangeiros (...). A indústria agrícola e manufatureira; a navegação, o comércio, a guerra, a religião, os costumes, as invenções, as viagens, enfim, toda a multidão de factos (...) de que o mundo moderno é teatro serão comentados com o lápis e com a pena na galeria pitoresca e multiforme desta publicação.

Merecer-nos-á um cuidado especial a exploração portuguesa (...) da África. A gravura completará (...) a narração da viagem. Toda a importância científica e todo o aspeto pitoresco (...) serão comemorados n'*O Ocidente* (...).

O Ocidente reproduzirá pela gravura os quadros e as estátuas mais notáveis (...). A escrita completará o desenho (...) e se a nossa publicação não pode nem pretende rivalizar em magnificência com as publicações estrangeiras do mesmo género, deseja, todavia, ser portuguesa pelas forças que a hão de produzir (...).

Portanto, os promotores d'*O Ocidente* consideravam que a nova revista, mesmo que não pudesse vir a ombrear com as principais revistas ilustradas estrangeiras: (1) deveria ter uma qualidade gráfica que refletisse o estágio de desenvolvimento das artes gráficas em Portugal, incluindo-se aqui, naturalmente, a gravura e a fotografia; (2) deveria ter um carácter nacional, ou seja, deveria privilegiar a produção própria e nacional de informação, pela palavra e pela imagem, e, no que

¹⁰ Nas páginas interiores, 2 e 3, reproduziam-se duas gravuras de Caetano Alberto da Silva, a primeira de uma catarata em São Tomé, elaborada a partir de uma fotografia, e a segunda de uma aldeia dos arredores de Coimbra, elaborada a partir de um desenho original de Manuel de Macedo.

toca aos conteúdos, favorecer a realidade nacional; (3) deveria contribuir para o reconhecimento de Portugal e dos interesses do país no concerto das nações (ocidentais, nomeadamente europeias, subentenda-se); e (4) teria conteúdos multifacetados, prometendo-se um cuidado particular no estabelecimento de uma relação de complementaridade entre texto e imagem. Portanto, fazer a revista, com essas características, seria “um dever de interesse público”.

O *Ocidente* foi, pela sua longevidade e consistência (mas menos pela sua tiragem), a primeira publicação a revolucionar o setor das revistas ilustradas em Portugal, no final do século XIX. Por um lado, as suas páginas testemunham a passagem da gravura de madeira (xilogravura) à gravura fotomecânica em Portugal (fotogravura: fotografação tramada, ou *halftone*; fotoquimiografia; e fotozincografia). Por outro lado, foi n' *Ocidente* que a iconografia de reportagem assentou arraiais em definitivo, nos primeiros tempos apenas sob a forma de ilustração, depois também em fotografia. A iconografia de acontecimentos atuais juntou-se à iconografia de retrato e à iconografia geográfica, já comuns, para enriquecer a informação visual ofertada pela publicação.



FIG. 2 – O *Ocidente* foi a primeira revista ilustrada portuguesa importante a tentar focalizar-se na atualidade gráfica, puxando-a, algumas vezes, para a primeira página (na qual, apesar de tudo, dominavam os retratos). Na imagem, duas primeiras páginas da revista, uma delas com uma gravura referente a inundações em Espanha (11 de outubro de 1891) e a outra com uma fotografia de uma vista de Manila, para ilustrar uma peça referente à Guerra Hispano-Americana (30 de julho de 1898).

Enquanto revista generalista, *O Ocidente* abordou iconograficamente uma grande variedade de temas, inicialmente apenas sob a forma de gravuras e, depois, recorrendo, amiúde, à fotografia. Mas foi a gravura a dominar o discurso iconográfico d'*O Ocidente*, até já bem entrado o século XX. Nos seus primeiros anos, a revista publicava cerca de cinco gravuras, em média, por número.

Afirmando-se *O Ocidente* como uma revista generalista, os temas mais representados no seu discurso iconográfico foram os edifícios, paisagens e outros espaços, as cenas etnográficas e os retratos de personalidades diversas, obras de arte e – claro – os acontecimentos da atualidade coeva (FIGS. 3, 4, 5 E 6).



CONVENTO DE CRISTO EM THOMAR CLAUSTRO DO CEMITÉRIO (Segundo uma photographia)

FIG. 3 – Gravura de Caetano Alberto da Silva sobre um desenho de Manuel de Macedo realizado a partir de uma fotografia do claustro do cemitério do Convento de Cristo, em Tomar. O processo de produção de gravuras para a imprensa ilustrada exigia, por vezes, a intervenção de vários produtores iconográficos, em sequência. Na imagem, note-se a inclusão de uma moça, em pose natural, para humanizar a cena.

A valorização dos monumentos nacionais e a defesa do património edificado foram constantes na imprensa ilustrada desde as intervenções de Alexandre Herculano n'*O Panorama*. Era o necessário contraponto à ideologia desenvolvimentista que desprezava o património em favor de uma ideia de progresso material (equipamentos, fábricas, caminhos-de-ferro, estradas, portos...) a todo o custo. (Vol. I, n.º 18, 15 de setembro de 1878, p. 137)



FIG. 4 – Retrato coletivo de famintos na Índia Inglesa. A composição – artificial – é intrigante. Em plano de conjunto, os sujeitos posam para a fotografia. Foram, possivelmente, colocados nas posições que ostentam pelo fotógrafo, para a obtenção de um efeito estético. Terão sido pagos para isso? Terão sido obrigados a posar para o fotógrafo? Terão apenas aceite a autoridade do médico que fez a fotografia?

A realidade colonial também podia agredir os olhos dos leitores.

Fotografia do médico e cirurgião Manuel Maria Prostres Bordalo Pinheiro, filho de Manuel Maria Bordalo Pinheiro, transcrita para desenho por Manuel de Macedo, a partir do qual Caetano Alberto da Silva executou a gravura. (Vol. I, n.º 13, 1 de julho de 1878, p. 100)

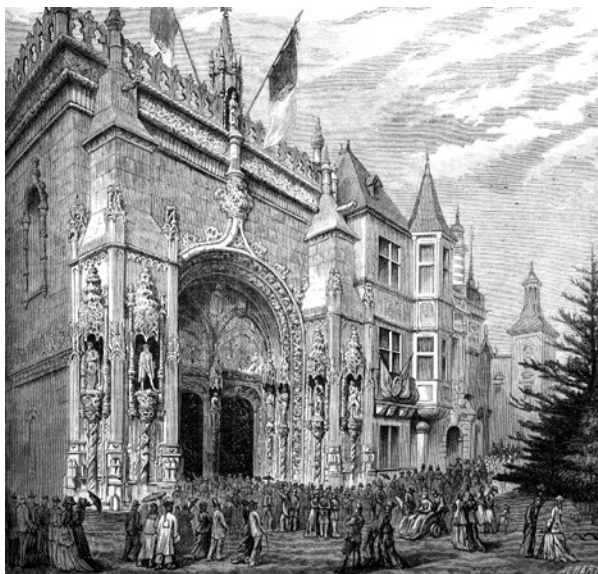


FIG. 5 – O pavilhão de Portugal na Exposição Universal de Paris, em 1878. Gravura de Caetano Alberto da Silva “segundo uma fotografia enviada de Paris”, conforme rezava a legenda. As imagens de lugares – por vezes humanizadas com a inclusão de pormenores como os transeuntes – também serviam para ilustrar informação de atualidade. De qualquer modo, na ausência da fotografia original, torna-se difícil saber se houve mesmo tal afluência de público ao pavilhão português ou se a “multidão” resultou exclusivamente da imaginação do gravador. (Vol. I, n.º 13, 1 de julho de 1878, p. 97)



FIG. 6 – Gravura de Caetano Alberto da Silva sobre um desenho de Manuel de Macedo executado a partir de uma fotografia de L. F. Oliveira, representando o rei D. Luís I.
NAS revistas ilustradas abundavam os retratos das personalidades notáveis. A Família Real, nomeadamente o rei, foram presença constante nas suas páginas. Durante o século XIX, por intermédio da imagem de retrato disseminada pela imprensa, tornou-se massivamente conhecido e reconhecido o aspeto dessas personagens.

Um dos temas que mais terá cativado os leitores d'*O Ocidente* terá sido o das expedições portuguesas em África, protagonizadas por Capelo e Ivens (FIG. 7), Paiva Andrade, Serpa Pinto, Henrique de Carvalho e outros, que alimentavam a imaginação ao mesmo tempo que animavam os leitores, cujo orgulho nacional tinha sido beliscado pelo Ultimato inglês de 1890.



CAPELLO E IVENS, NA SUA PRIMEIRA VIAGEM DE EXPLORAÇÃO EM AFRICA, EM 1877

FIG. 7 – Os exploradores de África Capelo e Ivens em 1877, numa gravura de Caetano Alberto sobre desenho de Manuel de Macedo. A cobertura iconográfica da exploração de África alimentou o imaginário dos leitores das revistas ilustradas e cativou novos públicos.

O Brasil gerava enorme fascínio em Portugal e, por isso, o país-irmão sul-americano foi, com frequência, objeto de cobertura n' *O Ocidente*, que, ademais, era vendido em Terras de Vera Cruz. A Exposição Portuguesa no Rio de Janeiro, em 1879, foi, por exemplo, devidamente noticiada, já que punha em relevo os laços que ligavam portugueses e brasileiros (FIG. 8).



FIG. 8 – Sala dos Braganças na Exposição Portuguesa no Rio de Janeiro, em 1879. Gravura de Caetano Alberto a partir de uma fotografia de Marc Ferrez. Os laços históricos entre o Brasil, onde residia um vasto número de portugueses, e Portugal, que procurava reforçar as ligações com o grande país sul-americano, alimentavam uma enorme curiosidade pelo que se passava do outro lado do Atlântico.

AS artes plásticas sempre estiveram na agenda das revistas ilustradas, na senda dos caminhos da Ilustração seguidos pelo enciclopédismo periódico. (Vol. II, n.º 44, 15 de outubro de 1879, p. 153)

O funeral de Camilo Castelo Branco, por seu turno, foi ilustrado por Luciano Freire para *O Ocidente*, no número de 11 de junho de 1890 (FIG. 9). A morte de vultos da política, da cultura e da sociedade, normalmente, era noticiada, ainda que nem sempre por meio de ilustrações.

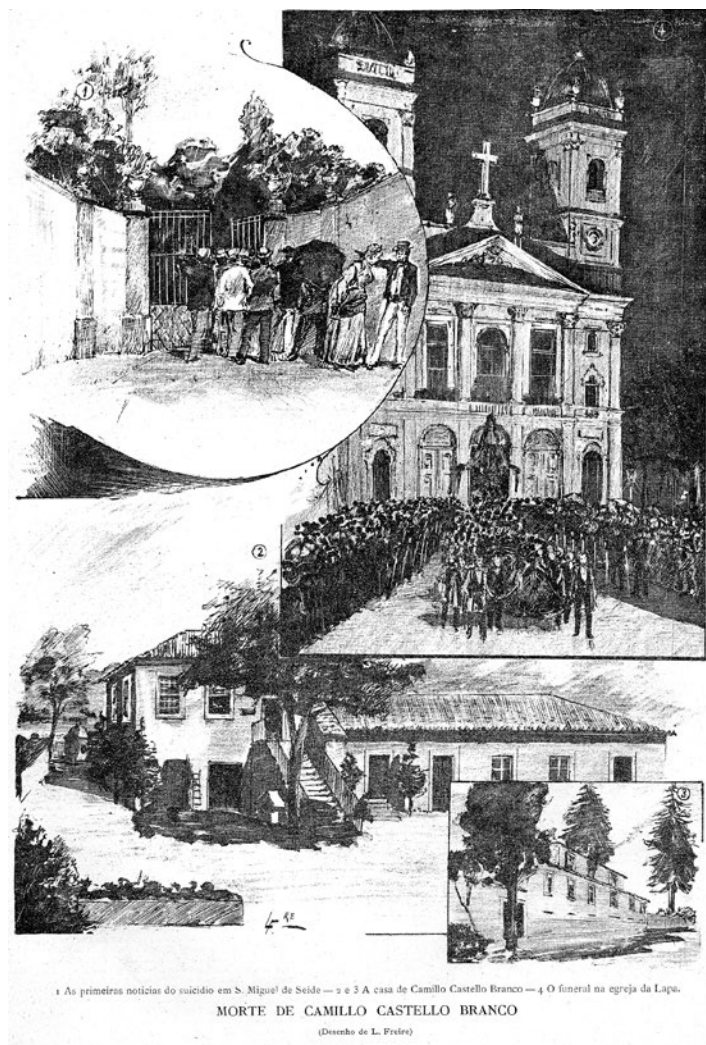
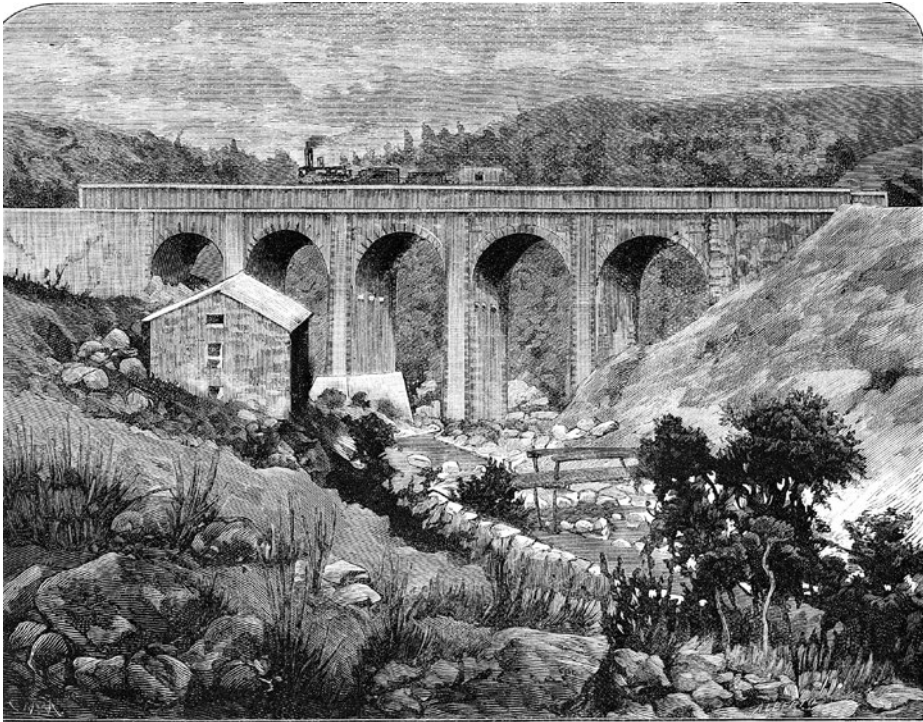


FIG. 9 – Reportagem gráfica narrativa sobre o funeral de Camilo Castelo Branco. A morte de determinadas personalidades constituiu um tema de atualidade recorrente n'O Ocidente e noutras revistas ilustradas, já que atendia a vários critérios de noticiabilidade, como sejam a negatividade, a morte e a referência a pessoas famosas. Ilustrações de Luciano Freire. (Vol. XII, n.º 413, 11 de junho de 1890, p. 132)

O progresso também foi documentado e enaltecido iconograficamente nas páginas d'O Ocidente. Fotografias de Emílio Biel, por exemplo, foram aproveitadas para realçar a importância dos caminhos-de-ferro para o desenvolvimento do país (FIG. 10). Realce para o facto de n'O Ocidente, como noutras revistas ilustradas, algumas gravuras serem elaboradas a partir de fotografias, o que lhes dava credibilidade.



CAMINHOS DE FERRO PORTUGUEZES — PONTE DE PEDRA DO NOEMI, NO CAMINHO DE FERRO DA BEIRA-ÁLTA

Segundo uma photographia de E. Biel

FIG. 10 - Uma ideologia social desenvolvimentista que endeusava as conquistas técnicas insinuou-se nas páginas das revistas ilustradas portuguesas da transição do século XIX para o XX. *O Ocidente* refletiu essa ideologia através, por exemplo, da iconografia (e de textos) sobre os caminhos-de-ferro portugueses. Na imagem, uma gravura elaborada a partir de uma fotografia de Emilio Biel. (Vol. V, n.º 139, 1 de novembro de 1882, p. 244)

Apesar de se poder considerar a publicação um exemplo de uma revista ilustrada de atualidades, há que dizer que este estatuto só pode ser conferido a *O Ocidente* pela sua evolução. Efetivamente, nos primeiros anos da publicação, a atualidade “quente” raramente chegava à revista sob a forma de iconografia. No entanto, quando tinha oportunidade de cobrir iconograficamente a atualidade, *O Ocidente* não deixava de o fazer, como prova a publicação de um desenho de Cristino da Silva, gravado por José Augusto de Oliveira, alusivo ao incêndio do teatro Baquet, no Porto, publicado na capa do n.º 334 da revista, datado de 1 de abril de 1888 (FIG. 11).



FIG. 11 – O incêndio do teatro Baquet, no Porto, que causou dezenas de mortos, fez a capa do n.º 334 d’*O Ocidente* (1 de abril de 1888). A atualidade gráfica rompia, ainda que sob a forma de desenho reduzido a gravura, a monotonia das primeiras páginas de retratos, monumentos e cenas etnográficas.

Apesar das dificuldades sentidas na abordagem iconográfica da atualidade, alguns dos principais acontecimentos ocorridos em Portugal foram noticiados n’*O Ocidente* e objetos de cobertura iconográfica. Gravuras da revolta militar republicana de 31 de janeiro de 1891, por exemplo, acompanharam a crónica do acontecimento publicada na revista, segundo desenhos fornecidos pelo pintor Luciano Freire e uma ilustração da rua de 31 de Janeiro, então denominada de rua de Santo António, da autoria do pintor Isaías Newton. As imagens foram publicadas no número de 11 de fevereiro de 1891, onze dias depois do acontecimento (**FIG. 12**). O “horizonte de atualidade” era significativamente vasto numa revista quinzenal como *O Ocidente*. Mas o importante era a reportagem gráfica viva e fluída, feita a partir de esboços desenhados no calor da refrega. A narrativa visual de um acontecimento tornava-se tão ou mais importante do que as palavras escritas para se compreender o que se passou.

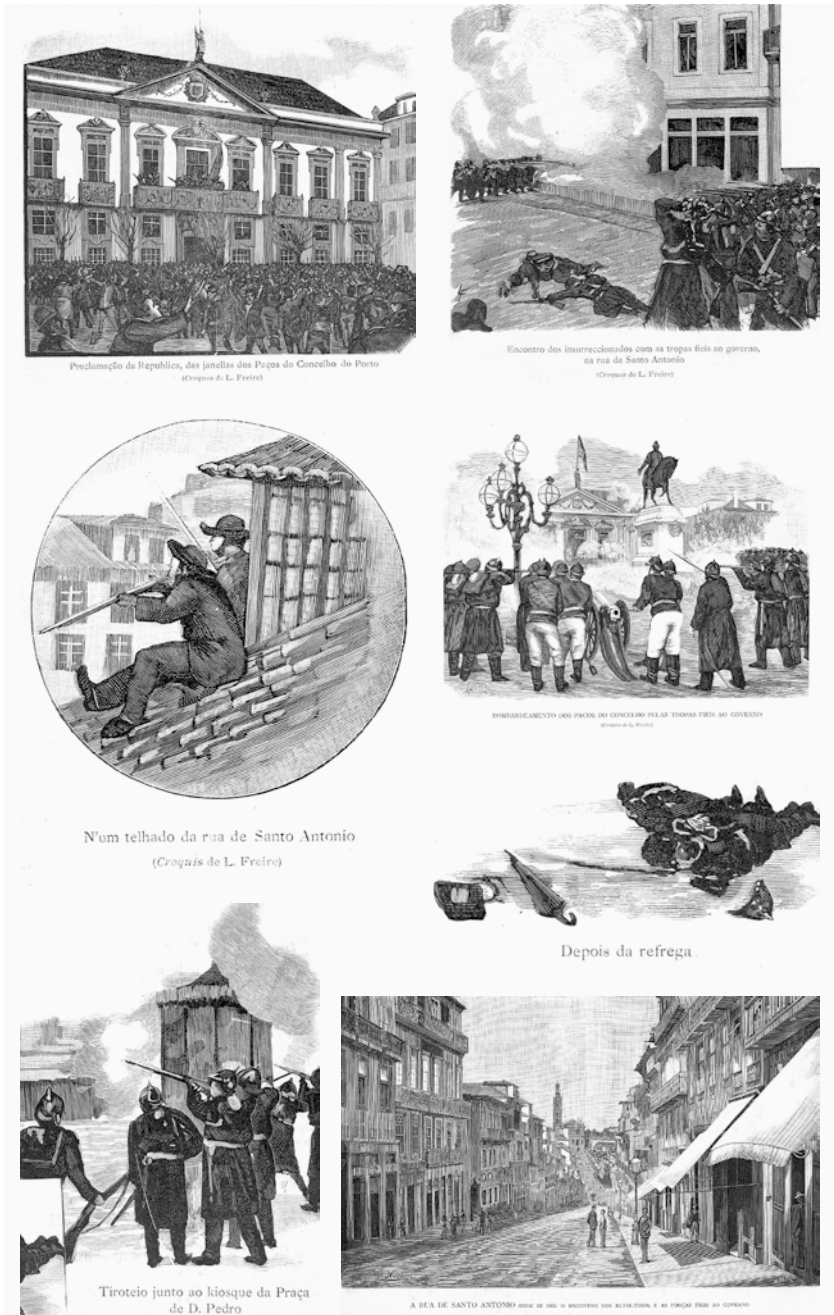


FIG. 12 – A cobertura iconográfica da revolta militar republicana de 31 de janeiro de 1891, no Porto, nas páginas de *O Ocidente*. Gravuras de Caetano Alberto a partir de desenhos de Luciano Freire (revolta) e de Isaías Newton (rua de Santo António). As gravuras do acontecimento foram, conforme salienta a revista, elaboradas a partir de simples “croquis” desenhados no calor do evento. Mas o desenho evocativo de Isaías Newton da rua de Santo António, onde a guarda municipal monárquica, com o apoio de um contingente de infantaria, derrotou os revoltosos, foi realizado antes ou depois do acontecimento, possuindo, por isso, melhor qualidade gráfica. (Vol. XIV, n.º 437, 11 de fevereiro de 1891, pp. 33, 36-37 e 40)

Alguns dos principais acontecimentos ocorridos em Portugal, contudo, não foram cobertos iconograficamente pelo *Ocidente*, ao contrário do que fizeram revistas como a *Ilustração Portuguesa* (graças a reconstituições desenhadas). Esse facto ajuda a explicar o declínio da primeira, que desapareceria em 1915. Do regicídio de 1 de fevereiro de 1908, por exemplo, *O Ocidente* apenas publicou uma fotografia do Terreiro do Paço (FIG. 13), onde o atentado que vitimou D. Carlos e D. Luís Filipe ocorreu, justificando-se do seguinte modo:

Da trágica cena que se passou na Praça do Comércio, não podemos apresentar nenhum desenho a nossos leitores pela razão, facilmente compreensível, do imprevisto do caso e não estar ali na ocasião nenhum fotógrafo ou desenhador. Apenas se poderia fazer alguma composição imaginada pelo artista, sem contudo se poder reputar documento autêntico em harmonia com a importância do acontecimento. (N.º 1048, 10 de fevereiro de 1908, p. 26)



FIG. 13 – Fotografia de Rocchini da Praça do Comércio, em Lisboa, que serviu para evocar o regicídio nas páginas d'*Ocidente*. A revista explicava que usar desenhos de reconstituição dos eventos, como fez a *Ilustração Portuguesa*, seria, de algum modo, lesivo dos interesses dos leitores, já que não se revestiriam de um carácter “autêntico”. Emergiria uma ética jornalística assente no valor da verdade ou seria apenas uma desculpa d'*Ocidente* por defraudar as naturais expectativas dos seus leitores? (Vol. xxxi, n.º 1048, 10 de fevereiro de 1908, p. 32)

O *Ocidente* foi uma das primeiras publicações portuguesas devotadas à atualidade a reconhecer a importância da fotografia simultaneamente como veículo de informação e meio de expressão artística (FIG. 14).



FIG. 14 – A primeira fotografia diretamente reproduzida n’*O Ocidente* foi publicada no número 524, de 11 de julho de 1893. Trata-se de uma fotogravura realizada a partir de uma fotografia de João Francisco Camacho do quadro “Heitor e Leandro”, do pintor Adolfo Rodrigues. A execução deveu-se a José Pires Marinho, introdutor da técnica de reprodução fotoquímica de fotografias em Portugal, que desenvolvia experiências semelhantes na imprensa pelo menos desde 1890 (a 15 de outubro de 1890 reproduziu diretamente uma fotografia por meios fotoquímicos para a *Revista Ilustrada*). Tal como no primeiro caso, o executor da técnica escolheu a fotografia de um quadro. Não se tratava apenas de um gesto de valorização da arte, mas de reivindicação, para a fotografia, da condição de arte que reproduz perfeitamente o real.

A fotografia assumiu, efetivamente, um lugar central n’*O Ocidente*. Na sua rubrica “Publicações”, *O Ocidente* referiu-se, amiúde, a obras e periódicos sobre fotografia, nacionais e estrangeiros, especialmente depois 1900. A partir de 10 de janeiro de 1901, *O Ocidente* publicou mesmo, pela mão de António A. O. Machado, várias “Lições de Fotografia”, cuja publicação perdurou até 1907. Eis como a revista justificava a devoção à fotografia, no número de 20 de junho de 1900, num texto que alude a várias revistas e catálogos estrangeiros sobre este meio visual:

É notável (...) o desenvolvimento que tem tomado a fotografia em todo o mundo civilizado. Graças a aparelhos muito simples e a uma propaganda

ativíssima, o emprego da fotografia constitui hoje um ramo do sport (...). Na verdade, a fotografia, ora considerada como arte, ora como simples distração, (...) reúne o útil ao agradável. A posse de um grande número de fotografias é um prazer, em que sobressaem as pequenas lembranças, indeléveis (...), de uma afeição, de um passeio, dos maiores ou menores sucessos da nossa existência, que assim podemos rever a todo o momento, suscitando emoções e alegrias, forçosamente passageiras. Graças, pois, à enorme perfeição atinvida pelos aparelhos e à simplicidade dos processos, o sport da fotografia aumenta sem cessar e há hoje um grande número de amadores que excedem muitos profissionais na sua habilidade. (N.º 773, 20 de junho de 1900, p. 140)

É interessante observar, graças ao texto anterior, como uma revista ilustrada como *O Ocidente* mirava a fotografia na alvorada do século xx: seria uma manifestação desportiva capaz de conciliar arte e distração, mas seria também meio útil para a fixação “indelével” de momentos, coisas e pessoas, “para mais tarde recordar” com emoção e alegria, ainda que “passageiras”.

Monumentos, paisagens e retratos de personalidades variadas do mundo da política, da arte, do teatro e da sociedade foram os temas fotográficos mais comuns até ao início do século xx nas páginas d'*O Ocidente*. O elogio fúnebre do fotógrafo João Francisco Camacho, publicado no número de 20 de novembro de 1898, assim o demonstra, já que o fotógrafo era celebrado por “fotografar um monumento, uma paisagem, uma figura com arte e fino gosto”.

Em 1906, decerto desejosa de publicar fotografias que substituíssem a gravura como meio dileto do discurso iconográfico e renovassem a publicação, a revista anunciava aceitar, sob a forma de colaborações espontâneas, “fotografias de todos os assuntos de interesse e de atualidade, tanto de Portugal como do estrangeiro, as quais serão publicadas, vindo acompanhadas das indicações para o respetivo artigo” (N.º 975, 30 de janeiro de 1906, p. 24)

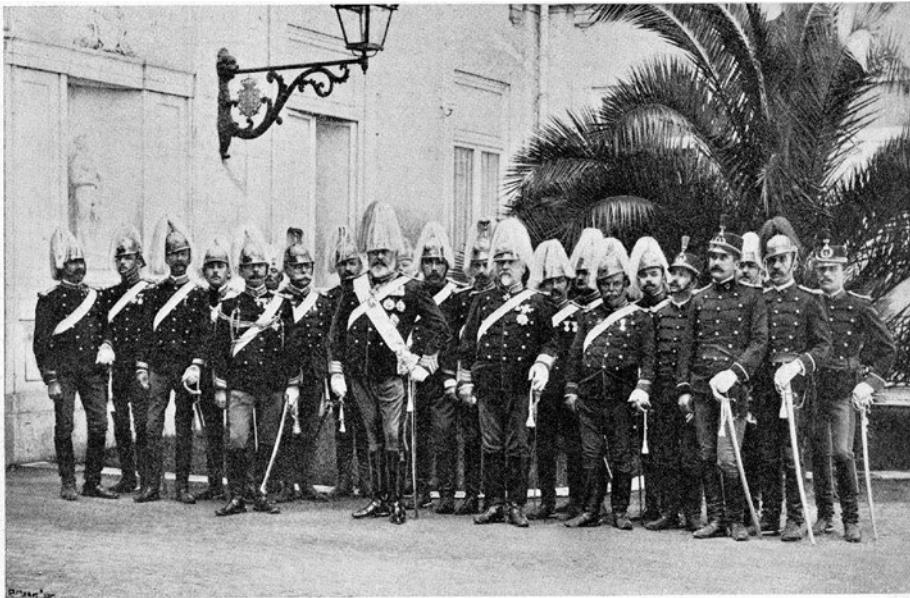
Só na alvorada de Novecentos, porém, a atualidade fotografada entrou em força nas páginas d'*O Ocidente*. É sintomática, sob esse ponto de vista, a cobertura fotográfica da visita do rei Eduardo VII, a Lisboa, em abril de 1903 (FIG. 15).



CHEGADA DO BERGANTIM REAL AO CAES DAS COLUMNAS E DESEMBARQUE DE S. M. EDUARDO VII
(Photographia do sr. J. M. Silva)



S. M. M. EDUARDO VII E D. CARLOS I SAINDO DO PAVILHÃO
DA PRAÇA DO COMMERCIO
(Photographia do Sr. Henri Dupuis)



Alfredo A. J. Albuquerque S. M. Eduardo VII Antonio Duarte e Silva
Tenente coronel Coronel honorário Coronel commandante

Capitão João L. Ramos — Alferes D. José Ignacio de Castello Branco (Marquez de Bellas) — Major Fernando d'Albuquerque do Amaral Cardoso — Alferes José de Figueiredo Zuzarte Mascarenhas — Tenente Antonio Maria da Costa — Capitão José Julio Pessoa — Tenente Francisco Pereira de Magalhães — Alferes Antonio Mendes Serra — Capitão Manuel Beichor Nunes — Tenente José Maria Pereira da Silva — Capitão Francisco Joaquim Alberto — Tenente Victorino Augusto da Silva Salema — Tenente Henrique Augusto — Tenente Antonio Mario de Figueiredo Campos — Tenente da Administração Militar João Evangelista da Costa Roxo — Alferes Medico Antonio Mauricio Sarmiento de Macedo — Tenente Luiz Estellita Freitas — Alferes Pictador José de Sousa e Mello — Alferes Veterinario Joaquim Paulo do Carmo.

GRUPO DOS OFFICIAES DO REGIMENTO DE CAVALLARIA 3

(Photographia do sr. Antonio Novaes)

FIG. 15 - Fotografias da autoria de J. M. Silva, Henri Dupuis e António Novaes da visita do rei Eduardo VII a Portugal, publicadas n'O Ocidente, a 10 e 30 de abril de 1903. A atualidade era acolhida nas páginas da revista sob a forma gráfica.

A atualidade graficamente coberta, ao irromper pelas páginas d'*O Ocidente* por vezes trazia sobressaltos ao ritmo e às rotinas da revista. Por exemplo, a revolta dos marinheiros do cruzador D. Carlos, sucedida a 8 de abril, à noite, obrigou ao adiamento por um dia da saída da publicação, para que pudesse albergar a notícia, devidamente ilustrada com fotografias de Joshua Benoliel, fotogravadas no ateliê de Pires Marinho (**fig. 16**).



FIG. 16 - Insubordinação a bordo do cruzador D. Carlos. Marinheiros revoltosos do navio, aprisionados depois de controlado o motim. Fotografia de Joshua Benoliel e fotogravura do atelier de P. Marinho. Escrevia-se n'*O Ocidente* que "O caso da insubordinação dos marinheiros do cruzador D. Carlos, ocorrido quase à hora desta revista entrar na máquina, obrigou-nos a atrasar 24 horas a publicação deste número, a fim de darmos aos nossos leitores uma rápida notícia de tão importante (...) acontecimento, acompanhando-a com os (...) instantâneos (...) tirados pelo nosso colaborador (...) Sr. Benoliel e reproduzidos em poucas horas nos ateliers de fotogravura do Sr. P. Marinho" (Vol. XXIX, n.º 982, 10 de abril de 1906, pp. 79-80).

A revista *O Ocidente* é, pois, um excelente exemplo das transformações que a imprensa portuguesa sofreu na viragem do século XIX para o XX, e particularmente no importante segmento da imprensa ilustrada. De revista cultural e de entretenimento, *O Ocidente* foi-se convertendo, em parte por força da concorrência, em parte pelo exemplo estrangeiro e pelas demandas do mercado, numa

revista matizada pela atenção gráfica aos assuntos e acontecimentos da atualidade coeva. As suas páginas testemunham, por outra parte, a ultrapassagem da gravura de madeira pelo desenho fotogravado e, finalmente, pela fotografia, graças ao advento de novas técnicas de impressão, como a fotoquimiografia ou fotogravura e o *halftone* (meio-tom), gradualmente adotadas em Portugal. Mais rápida, mais barata, exigindo menos recursos materiais e humanos, mais icónica, a cobertura fotográfica da atualidade guindou-se a uma posição hegemónica, destronando a xilogravura. Com isso detonou o desenvolvimento do fotojornalismo no país.

CONCLUSÕES

O Ocidente foi uma revista ilustrada relevante na transição do século XIX para o XX. Não foi uma pura revista gráfica de atualidades. Quando surgiu, *O Ocidente* era uma revista ilustrada alinhada com o padrão editorial de outras revistas do seu tempo, possuindo uma natureza que, essencialmente, misturava cultura e entretenimento. Mas, com o tempo, a cobertura gráfica dos assuntos e acontecimentos da atualidade coeva passou a constituir um dos elementos estruturantes da revista, razão pela qual pode ser categorizada como revista ilustrada de atualidades.

Ainda que não tenha tido uma tiragem exuberante, ficando muito atrás da *Ilustração Portuguesa*, o papel de *O Ocidente* na história do jornalismo português e na construção do imaginário referencial e histórico nacional merece destaque. Pelas suas páginas desfilaram, iconograficamente, personagens, momentos e espaços que ajudam a construir uma imagem do Portugal no último quartel do século XIX e na alvorada do século XX. Nela pode observar-se, igualmente, a afirmação da reportagem gráfica, com gravuras de madeira e, depois, o progressivo abandono da gravura de madeira perante a afirmação do desenho fotogravado e, principalmente, do fotojornalismo. Novos protagonistas da produção iconográfica entraram em cena, sendo notório o papel do repórter fotográfico, ou seja, do fotojornalista. Os fotojornalistas foram, lentamente, afastando das revistas ilustradas os gravadores e desenhadores, os quais, em breve, se tornariam, no mundo do jornalismo, apenas uma memória de um passado em que *havia tempo* para se produzirem belas estampas gravadas pacientemente em madeira. A fotografia, na alvorada do século XX, caía melhor não apenas na ideologia desenvolvimentista que trespassava a sociedade portuguesa, mas também nos novos padrões estéticos que anunciavam o Modernismo, satisfazendo, ainda, os requisitos de

rapidez na execução e de iconicidade na representação gráfica do real que, crescentemente, se constituíam como matrizes do jornalismo.

Porventura, uma das causas que levou ao desaparecimento d'O *Ocidente* terá sido mesmo uma certa incompreensão da estrutura dirigente da revista pelos ditames dos novos tempos. Na matriz genética da revista estava, efetivamente, a gravura de madeira e a revista cultivou a arte da gravura de madeira até ao fim. Mas, por um lado, o recurso às gravuras de madeira significava despesa, morosidade e menos iconicidade na representação gráfica da realidade. E o apuro artístico não significava atualidade, num tempo em que o público queria consumir notícias gráficas – e até especificamente *fotográficas* – conforme prova o sucesso da revista *Ilustração Portuguesa* no mesmo período. A relativa falta de atenção à atualidade e à fotorreportagem terá, pois, contribuído para o declínio e para a morte d'O *Ocidente* – que, aliás, nunca foi e, porventura, nunca quis ser, uma revista popular.

BIBLIOGRAFIA

- Bacot, J.-P. (2005). *La Presse illustrée au xixe siècle. Une histoire oubliée*. Limoges : Presses Universitaires de Limoges.
- Dasilva, O. (1976). *A arte maior da gravura*. São Paulo: Espade.
- Flint, K. (2000). *The Victorians and the visual imagination*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hogart, P. (1967). *The artist as reporter*. New York: Studio Vista/Reinhold.
- Martin, M. (2006). *Images at war. Illustrated periodicals and constructed nations*. Toronto: University of Toronto Press.
- Sousa, J. P. (2017). *Veja! Nas origens do jornalismo iconográfico em Portugal: Um contributo para uma história das revistas ilustradas portuguesas (1835.1935)*. Lisboa: Media XXI.
- Tengarrinha, J. (2013). *Nova história da imprensa portuguesa Das origens a 1865*. Lisboa: Círculo de Leitores.

O JORNAL DE NOTÍCIAS: TRADIÇÃO E EVOLUÇÃO PARA O MODELO DE IMPRENSA POPULAR

HELENA LIMA

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
hldlima@gmail.com

CONTEXTOS

O *Jornal de Notícias* foi um jornal político lançado no Porto em 1888, numa altura em que a cidade iniciava um período de crescimento e melhorias urbanas. Foi também o terceiro dos três jornais centenários que fizeram parte da história da cidade e o único que sobreviveu às grandes transformações da imprensa no final do século XX (Lima, 2012). A iniciativa de criar um novo jornal de perfil partidário foi tomada quando a cidade do Porto apresentava um novo dinamismo em termos de crescimento demográfico e desenvolvimento industrial. Estes fatores de modernidade eram, ainda assim modestos, e a concentração populacional nunca atingiu os níveis de Lisboa.

Apesar do crescimento urbano, as condições de vida das pessoas eram difíceis e além da pobreza, a população adulta tinha níveis altos de analfabetismo, à imagem do que se vivia no resto do país¹. O Porto modernizou-se, abriram novas ruas e construíam-se edifícios grandiosos, como o palácio das Cardosas, o palácio de Cristal ou a estação de São Bento. Contudo, faltavam infraestruturas sanitá-

¹ Segundo Ribeiro da Silva, em 1890 a taxa da população portuguesa, que acima dos 7 anos não sabia ler nem escrever era de 76%, (1993:102).

rias, iluminação e policiamento e a cidade tinha ainda, muitos traços de ruralidade... O novo urbanismo trouxe consigo os pequenos factos que seriam fonte de notícia, como os pequenos dramas passionais, acidentes, naufrágios, incêndios, cheias que passaram a constar das páginas da imprensa.

Os três principais diários do Porto, *O Comércio do Porto*, *O Primeiro de Janeiro* e o *Jornal de Notícias* fundaram-se dentro do modelo da imprensa portuguesa da segunda metade dos oitocentos. Este período conhecido foi caracterizado pela pacificação política por oposição ao período anterior. Dentro de um clima de relativa estabilidade governativa e social, desenvolveu-se a economia e foram lançadas as estruturas necessárias ao desenvolvimento que o país carecia. Um novo dinamismo que se fez sentir em diversos setores favoreceu o movimento publicista, que levou ao aumento considerável de novos periódicos, dadas também as novas condições de liberdade de imprensa. As novas publicações foram sobretudo meios de difusão de ideias, sendo caracterizadas como políticas, culturais, económicas ou outras, mas as mais características promoviam a defesa de uma ou outra organização partidária. O tempo de publicação era variável, mas a maioria tinha períodos de existência curtos, dada a falta de uma estrutura empresarial que sustentasse a periodicidade. Ainda assim, muitos destes jornais e revistas eram vendidos por assinatura e incluíam alguma publicidade.

O sistema de produção dos jornais também era limitado e só muito tardiamente as redações, para além do escritor, passaram a contratar os repórteres. Apesar da diversidade de publicações e respetivos conteúdos houve, na perspectiva do papel da imprensa portuguesa, uma dicotomia que opunha os jornalistas literatos e defensores de causas aos novos membros dos jornais, contratados para escrever notícias, numa perspectiva classista em que os conceitos de alta cultura e baixa cultura tipificam os modelos divergentes. Como refere Sousa (2017), as elites rejeitavam as publicações periódicas que não atuassem como uma arma ideológica e desprezavam os modelos de negócio, em que a posição de neutralidade face às causas políticas era uma prática comum. Intelectuais, políticos e empresários de imprensa viam esta nova linha editorial como uma decadência do jornalismo sério.

Para além das perspectivas divergentes quanto ao papel do jornalismo, o principal desafio na criação de um novo título era a sua difusão. Os jornais eram caros, vendiam-se sobretudo através das assinaturas e a sua sustentabilidade era difícil. Portugal foi profundamente marcado pela pobreza e analfabetismo, uma tendência que durou quase até o final do século xx. Durante a monarquia parlamentar, a leitura dos jornais permaneceu um privilégio dos ricos, dos políticos ou da burguesia letrada, embora este círculo tenha sido gradualmente alargado e a

difusão das publicações não estivesse limitada a quem as subscrevia e lia. Os conteúdos eram ainda lidos em voz alta em diferentes círculos sociais, sendo muitas vezes mote de debate público.

O ambiente favorável para a difusão do jornal informativo, entendido como uma iniciativa empresarial, foi a cidade, marcada pelas cadências do quotidiano, em que os acontecimentos de maior ou menor dimensão e impacto despertavam a curiosidade do público. As cidades portuguesas demoraram a adquirir esta feição vincadamente urbana, mantendo, como no caso do Porto, muitos dos costumes provincianos e rurais. O desenvolvimento tardio da vida urbana teve também como consequência uma implantação tardia do modelo de jornalismo noticioso, em que a edição do dia, efémera, era paga pela venda avulsa e pela publicidade. O primeiro jornal a adotar esta lógica de negócio, dirigido a um público amplo e com uma lógica informativa foi o *Diário de Notícias*, que começou a ser publicado em Lisboa, em 1864. Dado o exposto anteriormente, este diário foi amplamente criticado pelas elites intelectuais e políticas da época. Apesar disso, o *Diário de Notícias* rapidamente conquistou públicos e publicidade e tornou-se uma modelo de negócio e um sucesso, mas a imprensa nacional demorou ainda algum tempo a aceitar este tipo de jornalismo.

Apesar das desconfianças em relação à vocação informativa, gradualmente, os diferentes títulos nacionais começaram a incorporar notícias de acontecimentos, muitas vezes replicados de jornais estrangeiros, outras vezes factos ocorridos em Portugal, o que despertou o interesse de uma audiência mais ampla. Mas a matriz ideológica continuou a ser a dominante e o desenvolvimento do jornalismo noticioso em Portugal foi lento. A dificuldade dos meios políticos e intelectuais em aceitar mudanças perpetuou a matriz política, tornando-se um entrave ao desenvolvimento e difusão, como foi destacado por Alberto Bessa: “Nenhum d’esses jornais que deixei citados, era o que propriamente se chama popular, porque os preços da sua venda avulso não permitiam que eles se espalhassem pelo povo, sendo a sua tiragem limitada, portanto aos que commungavam nos ideaes políticos dos seus redactores.” (1904: 170).

IMPRENSA POPULAR, SENSACIONALISMO E ASPETOS CONCEPTUAIS

Na viragem do século XIX em Portugal e no período seguinte, houve uma mudança nos principais jornais políticos, que acabaram por seguir a tendência da imprensa popular internacional. As capas passaram a incluir mais notícias

em detrimento das temáticas partidárias, desenvolveram uma maior diversidade temática e incluíram ilustrações e novos tópicos mais apelativos (Campbell, 2001). Essa nova abordagem popular atraiu um público mais amplo. Artigos com “interesse humano” chegaram às primeiras páginas, assim como os eventos de grande impacto. No plano gráfico, as capas tornaram-se muito mais atraentes, o que conquistava a atenção de públicos mais diversificados. A imprensa evoluiu para um formato mais informativo, com imagens e novidades que despertavam a curiosidade dos leitores.

Esta evolução tardia parece indicar que os formatos de sensacionalismo ou jornalismo tabloide, típicos da imprensa popular anglo-saxónica do final do século XIX, não encontraram uma conjuntura favorável no caso português. Apesar disso, algumas das construções narrativas características deste fenómeno, acabaram por ser adotadas por alguns diários naciobais, como foi o caso do Jornal de Notícias. Embora não se possa afirmar que estamos perante uma imprensa de perfil editorial sensacionalista, pode-se apontar, por exemplo, a inclusão quase sistemática de *soft-news* ou *fait-divers* que de alguma forma denotam efeitos de tabloidização. Na conceptualização do também chamado *yellow journalism* destacam-se alguns elementos-chave que permitem a identificação deste formato: menos *hard news* e mais *soft news* (Kurtz, 1993, Esser, 1999, Patterson, 2000, 2003, Sparks, 2000). As notícias passaram a contar mais acontecimentos sobre a vida das pessoas comuns. Desenvolveu-se um maior interesse sobre aspetos da vida privada (Sparks, 2000). Houve um maior enfoque sobre os acontecimentos nacionais e menos noticiário internacional (McLachlan e Golding, 2000; Conboy, 2006). O formato ganhou mais importância que o conteúdo (Golding e McLachlan, 2000). Nem todas estas características são marcantes na evolução do *Notícias*, mas alguns destes traços fizeram a sua aparição no período aqui tratado.

O JORNAL DE NOTÍCIAS: DE PROJETO PARTIDÁRIO AO JORNALISMO POPULAR

O *Jornal de Notícias* adotou progressivamente a orientação editorial de cariz popular, mas esta evolução deve ser considerada dentro do devido enquadramento temporário. Significa isto que, não apresentou todas as características enunciadas pelos diferentes autores quando se referem ao modelo de sensacionalismo ou ao formato tabloide típico da imprensa anglo-saxónica atual, nem mesmo se pode comparar aos grandes jornais popular da viragem do século, como o britânico *Daily Mirror* ou o americano *The New York Journal*, quando atingiam as inigua-

láveis tiragens daquele período. Não era essa a matriz editorial do JN, nem nunca o seu formato chegou a esses extremos e muito menos os níveis de circulação, nem mesmo para os parâmetros nacionais. Salvaguardando as devidas distâncias, o JN apresentou um processo gradual, em que se pode constatar que as *soft news* e as temáticas de enquadramento mais dramático vieram a fazer parte da sua agenda diária.

O primeiro número do jornal, saído a 2 de Junho de 1888, manifestava a intenção clara de defesa da linha partidária: “O nosso jornal combate nas fileiras do partido regenerador. Nem representa qualquer individualidade, por muito que ella se imponha dentro do partido; nem favorece os agrupamentos parciaes, porque desadora qualquer fragmentação que roube a força que só uma completa unidade pode dar.” O *Jornal de Notícias* propunha-se esclarecer a opinião pública e acusava os vários periódicos da cidade de estarem ao serviço de entidades e interesses escamoteados. Criticava ainda o exercício da política, mas defendia os governos regeneradores.

A orientação editorial partidária esteve sempre presente nos primeiros anos do jornal, mas este projeto surgia num período em que a imprensa nacional se deixava já influenciar pelos formatos mais noticiosos que vingavam no estrangeiro. Por outro lado, o sistema de rotativismo típico deste período do liberalismo português estava já em declínio e a grande crise política de 1890, o Ultimato Britânico, estava já a desenrolar-se e com responsabilidades para os dois partidos que alternavam no poder.

O primeiro ano de existência do jornal caracterizou-se por ataques ao governo progressista e ao gabinete José Luciano de Castro. Dentro das temáticas políticas tratadas no artigo de fundo, as críticas à atividade governativa dos progressistas foram recorrentes e abrangeram também o rival *O Primeiro de Janeiro*, nomeadamente nas questões da defesa das possessões portuguesas em África. Até ao final do século, as questões coloniais estiveram sempre presentes na agenda política e regeneradores e progressistas, apesar dos ataques mútuos, tiveram atuações idênticas, o que não impedia que os jornais partidários não esgrimissem as debilidades da política colonial, para se atacarem entre si. Apesar dos artigos de fundo se terem mantido, o período em que o *Jornal de Notícias* insistiu nas temáticas partidárias foi necessariamente menor que o dos seus predecessores. O declínio da política rotativista pode explicar, em parte, o atenuar deste tipo de temáticas. Pode-se dizer que o JN ensaiou duas linhas narrativas, a inicial, política e defensora dos regeneradores, e uma segunda que se foi instalando gradualmente, em que o tom discursivo é dirigido a outros públicos mais amplos e, necessariamente mais popular. A inclusão de novos conteúdos do *Notícias* não foi drástica nem

repentina, resultando eventualmente também do período de transformações cidade do Porto. Assim, o JN acabou por apresentar uma simbiose de estilos e intenções. Por outro lado, dado o seu lançamento mais tardio, houve também vantagens de formato: era grande e de mais fácil leitura, permitindo também mais informação.

Inicialmente tinha quatro páginas e a primeira começava justamente pelo artigo de fundo, de carácter político. Em baixo publicava-se o Folhetim, que começou por ser uma tradução de romances estrangeiros, mas cedo deu lugar romances nacionais, que eram anunciados repetidamente em vários números. Outras temáticas eram tratadas nas páginas seguintes, sem separações ou ordem aparente: questões internacionais, notícias de agenda e outras. A segunda página seguia a mistura temática e a terceira e quarta eram total ou parcialmente ocupadas com anúncios, que rapidamente chegaram a preencher 50% do jornal. A publicidade denota a sua boa difusão, mas também o êxito em termos de negócio. O preço de lançamento era de dez reis, à imagem do Diário de Notícias, o que de alguma maneira o retirava do grupo dos jornais caros das elites. Por outro lado, o JN contou com a colaboração de figuras da intelectualidade nacional e portuense, como Pinheiro Chagas, Gomes Leal, Maria Amélia Vaz de Carvalho ou Oliveira Martins, que às segundas-feiras colaboravam na página literária. A conquista do público feminino passou também pela inclusão de uma «Crónica de Modas», notícias sobre danças da moda, acompanhadas de gravuras ilustrativas. Em 15 de janeiro de 1903, por exemplo, o *Notícias* publicava “O bakewalk”, em que a dança era explicada com gravuras. Os artigos com conselhos de beleza e o combate às rugas iniciaram uma tendência que nunca perde atualidade.

A vertente informativa contribui para a conquista de novos leitores e assim se pode entender a inclusão de reportagens que trataram os grandes acontecimentos do final do século XIX como a revolta do 31 de Janeiro, um naufrágio da barra do Douro, o Palácio de Cristal ou o início da construção da estação de S. Bento. As políticas de desenvolvimento da cidade foram também tratadas, lado a lado com a defesa dos interesses da população. Criticava-se a falta de policiamento, de transportes e de outras medidas contribuía para que a toda a vida urbana melhorasse, como a iluminação, saneamento e o fornecimento de água. As campanhas de solidariedade constaram das iniciativas do jornal na angariação de fundos para as situações mais desesperadas, estratégia comum aos vários grandes diários nacionais. As iniciativas faziam-se para auxílio de situações específicas de desespero ou campanhas como o «Natal dos Pobres».

As primeiras páginas do *Jornal de Notícias* não foram preenchidas apenas com notícias sobre a cidade. Havia também artigos com uma intenção pedagógica,

onde se condenava a linguagem vernácula, que já então ofendia os ouvidos de quem passava pelo centro urbano. Criticavam-se também as escaramuças entre gente de baixa condição e, de uma maneira geral, apontavam-se outros aspetos pouco simpáticos da vida urbana, que traduziam má-fé ou comportamentos de incivilidade, como a feira dos moços na Corujeira ou a vida dura das carquejeiras. A defesa dos interesses da cidade e da região foram temáticas recorrentes e a simpatia dos portuenses foi definitivamente conquistada depois do episódio da quarentena imposta pelas autoridades sanitárias à cidade, aquando do surto de peste que assolou o Porto, na viragem do século. A oposição do JN ao cordão sanitário imposto pelo governo levou ao aumento das tiragens que cresceram de cerca de dez para 16 mil em pouco mais de uma década, atingindo 22 mil exemplares, em 1901. Estes números eram acompanhados da frase de marketing: “o «*Jornal de Notícias*» é o diário de maior difusão do norte do paiz”.

Para além da informação séria e do debate político, o *Jornal de Notícias* inclui, desde cedo, o tom popular. Este era dado pelo romance cor-de-rosa e pelos títulos «A rir» e «Notas alegres». A ridicularização dos temas políticos teve também a sua abordagem, nomeadamente pelo aparecimento das «gazetilhas», onde pontificou Acácio Paiva, um dos jornalistas que fez também parte do período inicial do jornal. A vertente popular viria gradualmente a ser acentuada pela inclusão de outras temáticas e rúbricas, mas foram as notícias sobre acontecimentos dramáticos e o tom textual que traduzem um enquadramento mais sensacionalista.

Inicialmente, o *Notícias* começou por publicar relatos retirados de jornais estrangeiros, como foi o caso de um episódio de humor a e que foi copiado do famoso *Tit-Bits*, em que o papagaio de um capelão terá dito “ugly, ugly woman”², referindo-se à Rainha Vitória. A inclusão de notícias internacionais replicadas de outros jornais que se referiam a personalidades da realeza denota a adoção de uma linha editorial idêntica à dos jornais populares da época. “Amor de princesa”, título que parece tirado de um romance de cordel, referia-se, de facto, a um namoro fora do habitual: “Parece que não é blague, mas uma verdade incontestável, estar a princesa Victoria, filha do Príncipe de Gales, perdidamente enamorada de um simples burguês, a quem prefere a todos os príncipes, duques e aristocratas pimpolhos da velha Europa”³ Note-se aqui o termo *pimpolhos*, adejetivante e pejorativo. O interesse sobre aspetos privados (Sparks, 2000). da vida de figuras públicas passou a ser uma das características do JN nesta fase, fosse pela

² *Jornal de Notícias*, 28 de agosto de 1898.

³ *Jornal de Notícias*, 26 de agosto de 1898.

revelação deste tipo de episódios, fosse pelo enfoque quase diário em situações de maior carga emocional.

Paulatinamente, o mesmo tipo de notícias passaram a ser incluídas com maior frequência. Considerando os parâmetros de Sparks (1998) “quantidade” e “protagonismo” enquanto elementos de análise de conteúdo nos efeitos da tabloidização, o *Notícias* utilizou formatos narrativos nos quais a experiência individual imediata e os *fait-divers* foram sendo adotados de forma recorrente. A mudança gradual na agenda deste jornal indica uma intenção no sentido de mais espetacularidade e menos informação séria.

Esta tendência é ainda acentuada pela apresentação gráfica, com mais ilustrações e separação e destaque de temáticas. Os relatos de acontecimentos mais espetaculares foram acompanhados por uma mudança no discurso, que se tornou mais coloquial (Esser, 1999).

Apesar dessa transformação, do aumento dos elementos emocionais e da mudança nas narrativas jornalísticas, nunca houve um distanciamento total das notícias sérias, que cerca de uma década continuaram a ocupar parte da capa e mantinham espaço de publicação nas páginas seguintes. Essa dupla orientação editorial está também presente nos textos que apresentavam duas linhas distintas: o tom austero manteve-se nas notícias e temáticas sérias, típicas das editoriais política, internacional e economia. Em paralelo, a escrita para notícias de *fait-divers* e relatos de crimes ou factos de atualidade era muito mais de apelo às emoções e reações primárias dos leitores. Esse estilo foi patente nos relatos sobre as tragédias humanas, destacando-se a abordagem emocional, em que o sofrimento ocupava o centro do interesse público (Pensar, 2006). Os temas dramáticos adotaram narrativas com uma carga emocional muito forte, por vezes com um tom mórbido, que rompeu com o estilo austero do jornalismo tradicional do Porto.

Os protagonistas destes acontecimentos eram muito diferenciados. Replicações de jornais internacionais, figuras da nobreza e das monarquias europeias eram frequentemente personagens centrais da emotividade narrativa, justamente pelo seu destaque em termos de representação pública. Uma das temáticas com forte valor de notícia foram os ataques a vários elementos das monarquias europeias, que fizeram parte da agenda noticiosa deste período. A 3 de setembro de 1898, o JN noticiava que a imperatriz Isabel da Áustria tinha sido assassinada, por esfaqueamento. Esta notícia foi tratada com todos os detalhes, em dias sucessivos, com abundância de pormenores: “Depois de vibrar a punhalada na vítima, o assassino fugiu.” Nos diversos números, os textos eram longos, com subtítulos e pontos mórbidos, como: “O cadáver (subtítulo) da soberana, vestido

de branco e envolto num lençol foi metido num tríplice capitonado de cetim também branco”. Outro subtítulo que procurava explicar o ambiente do funeral: “O desfile do sentimento”⁴

A morte, fosse por assassinato ou por suicídio foi um tema constante. Uma notícia copiada do *Daily Telegraph* referia o julgamento de um caso que chocou a opinião pública: “Começou no tribunal de Bourg, o julgamento de Vacher, o hediondo matador de pastores, cujos crimes em tempos relatamos minuciosamente.”⁵ Dentro da mesma lógica dos crimes que chocavam e assustavam a opinião pública, deram-se também notícias sobre Jack, O Estripador.

Outra notícia de impacto internacional, o caso Dreyfus foi tratado de forma continuada em diferentes números do jornal. O suicídio do capitão Henry foi descrito minuciosamente e publicada a carta em que expunha as razões porque punha fim à vida. Este episódio foi acompanhado por uma ilustração. Estas histórias tinham um efeito forte sobre os leitores, dada a evidente carga dramática, que por vezes adotava um certo tom mórbido, que rompeu com o estilo austero do jornalismo do Porto. Além das elites europeias, o JN relatava outras desgraças, como a de uma jovem francesa: “Uma rapariga de 15 anos, engomadeira, tendo uma contrariedade resolveu matar-se. Deitou dois de uma essência e besuntou-se com o líquido.”⁶ O suicídio foi uma temática recorrente, em que as personagens eram das mais diferenciadas, abrangendo todas as classes sociais.

Os dramas humanos que chocavam a opinião pública europeia e contados a partir de jornais estrangeiros foram a inspiração narrativa que o *Jornal de Notícias* seguiu ao incluir na sua agenda e em formato de notícia ou reportagem, acontecimentos da vida do Porto e do país, onde o mesmo enquadramento emocional estava presente. Estes casos, contados com pormenor e que chocavam a opinião pública terão contribuído para o afirmar desta linha editorial popular, agora já numa dimensão nacional. Assim, uma multiplicidade de acontecimentos foram retratados e deram conta de como se podia associar os aspetos emotivos às notícias da vida quotidiana.

Esta abordagem editorial também esteve presente nas notícias sobre crimes passionais. Em regra, estes casos eram chamados à primeira página e o desenrolar dos acontecimentos era narrado com muitos detalhes, declarações dos envolvidos e por vezes com gravuras que explicavam os dramas e retratavam as personagens envolvidas. A título de exemplo, “O crime de Vila Nova de Gaia”, apresentado aos

⁴ *Jornal de Notícias*, 15 de setembro de 1898.

⁵ *Jornal de Notícias*, 21 de setembro de 1898.

⁶ *Jornal de Notícias*, 22 de dezembro de 1898.

leitores do JN como um exclusivo. A notícia teve tratamento continuado durante vários dias e os formatos discursivos e gráficos reforçaram a relevância do tema. Em dias seguidos o jornal fez e repetiu a cronologia dos acontecimentos e deu também destaque aos aspetos considerados mais importantes. Os textos estavam repletos de emoção, bem como juízos de valor, patentes pela adjetivação exagerada. O tom mórbido pôde ser identificado em vários momentos, mas a seguinte descrição é eloquente: “Entretanto o Teixeira evadia-se, o Serafim erguendo-se a escorrer sangue que lhe saía aos borbotões pelo golpe recebido, e sem poder articular mais do que uns gritos roucos, abafados pelo sangue que lhe saía às golfadas pela boca, foi cair próximo à capelita da invocação da Senhora da Piedade, que se acha erecta frente à praia (...)”⁷.

As mortes relacionadas com paixão e ciúmes eram muito tratadas pelo Notícias, que apontava a traição como justificação destes dramas, sendo os crimes muitas vezes seguidos de suicídio. Segundo a mesma lógica noticiosa, o *Jornal de Notícias* contou a história de um casal que sofreu um final muito dramático: “O namoro da morte. Detalhes trágicos. Dois tiros de revólver (em subtítulo) “É uma tragédia que emociona profundamente, pois constitui uma página do romance de amor tão impressionante como tantos que se escreveram noutros tempos.”⁸ Outra notícia do mesmo tipo: “Drama sensacional. Tentativa de assassinato e suicídio (título). O Albino, obcecado pelo ódio que intimamente nutria contra a esposa, resolveu por em prática O CRIME.”⁹ Em 1903, a temática de crimes era ainda constante, fossem nacionais e estrangeiros, sendo os ciúmes e adultério a causa dos atos tresloucados. A 22 de janeiro o jornal reportava: “Um drama de ciúme. Amores contrariados, um louco de paixão. Tentativa de assassinato e suicídio. Pormenores emocionantes (,,,) Como Henrique matou a Micas.”

Para além dos crimes, os acidentes, incêndios e julgamentos contribuíam para também despertar a atenção do público: “Dois descarrilamentos na Ponte D. Maria Pia. Grande pânico. (...) Os maquinistas viram logo do que se tratava e um grande terror os tomou. O comboio foi rodando estrepitosamente, num fragor medonho.”¹⁰ Acontecimentos deste tipo, considerados de grande impacto, eram acompanhados de gravuras, como é o caso de um fogo na Rua das Flores: “Um incêndio pavoroso. Terrível explosão numa drogaria. A cidade alarmada.”¹¹ Narra-

⁷ *Jornal de Notícias*, 17 de julho, 1900.

⁸ *Jornal de Notícias*, 4 de dezembro de 1905.

⁹ *Jornal de Notícias*, 20 de dezembro de 1905.

¹⁰ *Jornal de Notícias*, 20 de dezembro de 1905.

¹¹ *Jornal de Notícias*, 12 de junho de 1903.

tivas sobre casos sensacionais, descritos com emoção e que captavam a atenção dos leitores.

Os mesmos temas populares, sensacionalistas podem também explicar a insistência do *Jornal de Notícias* no espiritismo. Esta temática apareceu inúmeras vezes neste diário e o enquadramento dava como facto comprovado o aparecimento do espírito uma mãe que esteve na origem do salvamento da filha. A notícia era ainda ilustrada com uma gravura do centro espiritismo do Porto. O JN defendeu também uma mulher presa pela polícia e acusada de bruxaria. A justificação para a defesa foi porque quando o repórter a foi entrevistar, ela revelou-se como uma mulher educada, mas que praticava o espiritismo. Os textos sobre esta temática não eram assinados, sendo mencionado o termo “colaborador”. Num deles podia ler-se: “Este espectro parou voltado para o Sr. S. parecendo encará-lo fixamente. Em seguida, estendeu para ele o braço direito, notando os assistentes que tinha a mão decepada. O Sr. S. estendeu os braços para o espectro e soltando um grito terrível, foi recuando para o fundo da sala, onde caiu sem sentidos.”¹² Foram vários os textos do mesmo autor e os relatos apresentados como factuais, sendo que o jornal recebeu uma admoestação e teve de se retratar.

As novas narrativas foram acompanhadas por uma maior inclusão de gravuras, sobretudo a partir do início do novo século. Houve uma clara mudança nas edições de domingo, onde as capas passaram a acolher muito mais imagens do que nos outros dias da semana. Muitas destas gravuras estavam relacionadas com temas de humor. A inclusão de imagens foi também importante em pequenas narrativas ficcionais de carácter muito frívolo. No campo da ficção, um dos elementos de conquista de públicos, mas também das temáticas mais sensacionalistas, os folhetins, que eram, em regra anunciados em vários números anteriores e cujos títulos e gravuras deixavam antever o pendor narrativo.

Na primeira década do século xx, o *Notícias* publicou também fotografias na capa, em regra, quando houve situações de valor-notícia muito forte, como as grandes inundações na zona ribeirinha, aquando da visita de D. Manuel II ou da revolução republicana, sendo publicadas as fotos dos líderes do movimento. Com o tempo, o uso desta nova técnica tornou-se mais comum e foi usado para notícias diárias ou outros tópicos, mas este seria um processo que implicou a transformação e modernização do jornal. Do ponto de vista gráfico, o JN sempre se caracterizou por uma certa qualidade que fez deste jornal uma leitura agradável, com uma imagem atraente que acompanhou o tom claro das notícias.

¹² *Jornal de Notícias*, 21, maio de 1903

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos estes aspetos, ainda que incluídos de forma gradual, permitiram que o *Jornal de Notícias* conquistasse a lealdade dos leitores portuenses. O seu público, que se foi alargando, rapidamente transcendeu o círculo de difusão puramente partidária ou das elites esclarecidas, típicas de outros jornais da época. Alberto Bessa observou essa qualidade quando escreveu: “ É um jornal muito noticioso com um feitio popular, que é muito apreciado no Norte, e tem tido sempre um corpo redactorial de primeira ordem.”¹³

A opção pela linha editorial popular não foi abrupta, nem os princípios fundacionais do jornal desapareceram por completo. O JN publicou inicialmente as temáticas que interessavam ao grande público, a partir das notícias retiradas de jornais estrangeiros.

Na viragem do século, e com os investimentos e transformações na redação, a linha editorial do jornal acabou por transpor este formato narrativo para os acontecimentos que afetavam a cidade do Porto e o país. Crimes passionais, mortes, suicídios e outras situações dramáticas passaram a ser uma presença constante nas páginas deste diário. As melhorias técnicas permitiram ilustrar estes dramas tratados em continuidade, com ilustrações que levavam aos leitores os pormenores de maior impacto e as faces das personagens envolvidas. O discurso das notícias tornou-se mais próximo, mais adejetivado, apelando à emoção de quem lia.

A transformação da linha editorial do *Jornal de Notícias* encaixa-se nalguns dos aspetos enunciados anteriormente como típicos da imprensa popular e sensacionalista. Contudo, este diário não deixou de tratar as temáticas sérias nos formatos narrativos tradicionais. O JN não é um tabloide de raiz, mas agrega elementos típicos da imprensa popular do período aqui tratado. Daí a imagem de sucesso comentada por Alberto Bessa: “ Pode considerar-se hoje um jornal feito, na aceção de garantido, porque a sua extracção é grande e os seus creditos estão firmados em largos annos de existência honradamente mantida sem acrimonias ou violencias, moderadamente e diplomaticamente mesmo, de tal modo que vai agradando a gregos e a troyanos. (...) Este é o segredo de fazer jornaes, de que muito boa gente não quer convencer-se nem à mão de Deus Padre...!”¹⁴.

¹³ In “Jornaes da Minha Terra” in *O Tripeiro*, Porto, 1 de Setembro de 1937

¹⁴ In: *Jornaes da Minha Terra*, *O Tripeiro*, Porto, 1 de Setembro de 1937.

BIBLIOGRAFIA

- Bessa, A. (1904). *O jornalismo*. Lisboa: Viúva Tavares Cardoso.
- Campbell, W. J. (2001). *Yellow journalism: picturing the myths, defining the legacies*. Westport: Praeger Publishers.
- Conboy, M. (2006). *Tabloid Britain: Constructing a Community through Language*. London: Routledge.
- Esser, F. (1999). 'Tabloidization' of news. A comparative analysis of Anglo-American and German press journalism". *European Journal of Communication*, 14 (3), pp. 291-324.
- Kurtz, H. (1993). *Media Circus: the Trouble with America's Newspapers*. New York: Random House.
- Lima, H. (2012). *A Imprensa portuense e os desafios da modernização*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Mclachlan, S. & Golding, P. (2000). Tabloidization in the British Press: a quantitative investigation into changes in British newspapers 1952-1997. In Sparks, C. & Tulloch, J. (Eds.), *Tabloid tales: global debates over media standards* (pp. 75-90). Lanham: Rowman and Littlefield Publishers.
- Patterson, T. E. (2000). *Doing well and doing good: how soft news and critical journalism are shrinking the news audience and weakening democracy – and what news outlets Can do about it*. Boston: Harvard University Press.
- Pensar, A. (2006). Displaying tabloidization – Analysis of Dagens Nyheter's media coverage on the school shootings of Dunblane and the school hostage drama of Beslan. Stockholm. Stockholm University Department of Political Science. www.statsvet.su.se/mediarum/Media_and_Politics_2/PDF/Cpapers/Pensar.pdf.
- Silva, F. R. (1993). História da Alfabetização em Portugal: fontes, métodos, resultados. In Nóvoa A. & Berrio, J. R. (Eds.), *História da Alfabetização em Espanha e em Portugal. Investigações e atividades* (pp. 101-121). Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.
- Sousa, J. P. (2017). A imprensa portuguesa durante a Monarquia: das origens a 1910. In Sousa, J. P., Lima, H., Hohldfeldt, A. & Barbosa, M. (Eds.), *Uma História da Imprensa Lusófona* (pp. 13-210). Porto: Media XXI.
- Zelizer, B. (1999). Forword. In Sparks, C. & Tulloch, J. (Eds.), *Tabloid tales: global debates over media standards* (pp 40-50). Lanham: Rowman and Littlefield Publishers.

REPÓRTER X – UMA REVISTA SOB PSEUDÓNIMO

JORGE PEDRO SOUSA
(Universidade Fernando Pessoa e ICNOVA)
jpsousa@ufp.edu.pt

PATRÍCIA TEIXEIRA
(ICNOVA)
patriciaoliveirateixeira@gmail.com

INTRODUÇÃO

Por muito que já se tenha escrito sobre o repórter, escritor, cineasta e editor Reinaldo Ferreira (Sucena, 1996; Rocha, 2001; Lima, 2004; Godinho, 2009: 135-170; Fava, 2010; Lima, 2017; Lima, 2018), nascido em 1897 e falecido em 1935, mais conhecido pelo seu pseudónimo “Repórter X”, o interesse sobre a vida e obra desta figura ímpar, complexa e polémica do jornalismo português e do romance policial em Portugal mantém-se vivo. São vários os sinais da imortalidade simbólica que ele e a sua obra adquiriram. Por exemplo, em 1998, a Câmara Municipal de Lisboa organizou uma exposição sobre a vida e obra de Reinaldo Ferreira. Gonçalo Pereira Rosa (2015 73-84; 2017: 73-82) narra de dois dos episódios protagonizados pelo “Repórter X” nos seus recentes livros memorialísticos, que traçam uma bem-humorada, mas importante, história do jornalismo português, por meio da evocação de alguns dos seus casos mais marcantes. Em 2017, foi reeditado *O Mistério da Rua Saraiva de Carvalho*¹ e, em 2018, foi reeditada a novela policial *Punhais Misteriosos*².

¹ Trata-se de uma novela policial publicada por Reinaldo Ferreira, sob o pseudónimo de Gil Góis, em 1917, em jeito de folhetim, no matutino *O Século*, ao tempo o diário de maior circulação em Portugal. A edição de 2017 é antecedida por um estudo do principal biógrafo do autor, Joel Lima.

² Trata-se de uma novela policial escrita em Barcelona e publicada, por Reinaldo Ferreira, sob o pseudónimo de Edgar Duque, entre agosto e novembro de 1924, como folhetim, no matutino *Correio da Manhã*. Reinaldo Ferreira adaptou a obra ao cinema, mas o filme não sobreviveu.

Efetivamente, Reinaldo Ferreira foi – com grande probabilidade – o mais famoso repórter português de sempre. Seguramente, era o mais famoso no seu tempo. Dele disse Jacinto Godinho (2011: 10) que era “a imagem pública e simbólica do repórter em Portugal”. João Soares (1998: 5) justificou a fama alcançada pelo “Repórter X” nos seguintes termos:

Numa época em que alguns temas eram tabu e o ambiente cultural teimava em marginalizar temas, estilos e universos artísticos, Reinaldo Ferreira soube abrir caminho para a dignificação de alguns deles.

E deu à reportagem jornalística uma dimensão nova que outros (...) mais tarde seguiram e a que deram o estatuto de maioridade.

No entanto, as práticas “jornalísticas” de Reinaldo Ferreira nem sempre se colam aos valores que definem – e já então iam definindo – o jornalismo. Efetivamente, da sua fervilhante imaginação, brotaram inúmeros elementos ficcionais que, nas suas “reportagens”, ele fazia passar por verdadeiros. Um dos pioneiros do estudo da evolução da reportagem em Portugal, Jacinto Godinho (2011: 10), enfatiza-o:

O caso Reinaldo Ferreira é um bom exemplo de como foi desbaratada a credibilidade dos repórteres enquanto observadores ambulantes da vida. Reinaldo Ferreira, o Repórter X, era a imagem pública e simbólica do repórter em Portugal. A invenção de “falsas reportagens de escândalo” nas páginas da publicação que dirigia – X: *Semanário de Grandes Reportagens* – contribuiu para pôr em crise a autoridade do repórter, que reside sempre de forma frágil apenas na responsabilidade e na ética.

Tratava-se de uma visão da reportagem que já então colidia com os valores apregoados pelos repórteres³ (cf. Redondo, 193_: 39-43). Hoje, provavelmente, classificar-se-ia Reinaldo Ferreira como um produtor de notícias falsas (*fake news*), um criador de pseudofactos, alguém que se situaria na fronteira, por vezes ténue, entre o jornalismo literário e a literatura assumidamente ficcional – per-

³ Atente-se no que escreveu o jornalista e repórter Belo Redondo (193_: 39-43): “A reportagem é a arte mais nobre do jornalismo (...), a mais compensadora, porque tem maior poder de sugestão (...) sobre o leitor. A reportagem (...) suplanta a crónica porque é mais objetiva, mais real, mais dinâmica; supera a crítica, porque os seus conceitos assentam nos factos (...). Ela (...) é a fotografia animada da Vida, nos seus altos e baixos (...). Eis porque os grandes jornalistas foram sempre recrutados entre os grandes repórteres. A reportagem (...) não faz os acontecimentos: descreve-os e interpreta-os. Para dizer a vida com exatidão (...). O repórter é (...) o mais fiel intérprete da vida de hoje, porque da Vida só interessa o aspeto objetivo – a notícia (...), esta obsessão (...) pelo *facto*”.

sonagem fascinante, sem dúvida, mas dificilmente um jornalista. A sua forma de ser e fazer expô-lo, aliás, a críticas, por vezes violentas⁴ (cf. Araújo, 1931; Ferreira, 1932), dos seus coevos.

Paradoxalmente, para os seus pares coetâneos – e para a história do jornalismo português – Reinaldo Ferreira era, enquanto repórter, um jornalista. De corpo inteiro. Sucena (1996: 34-35) sustenta, nomeadamente, que Reinaldo Ferreira lançou na imprensa portuguesa “um género de reportagem à altura da sua carreira de grande repórter, criando um ambiente de *suspense* para extrair do caso determinadas ilações”. Manuel João Coutinho (2015: 37-38) salienta o carácter “inovador” das reportagens de Reinaldo Ferreira, que “influenciaram” e “mudaram” o “paradigma português de reportagem”, notando nelas a proposta de “imersividade” do leitor na narrativa, própria do jornalismo literário, embora também reconheça a “ficcionalização literária” com que o autor as “embelezava”. Igual juízo manifesta Jacinto Godinho (2009: 137):

as reportagens de Reinaldo Ferreira são de tal forma desmesuradas e invulgares, que (...) são um excesso que desafia todas as interpretações. O que é interessante no caso “Repórter X” é exatamente aquilo que nele se condena – a facilidade com que “inventa” reportagens. Só “inventa” reportagens quem domina muito bem os seus mecanismos ocultos.

Reinaldo Ferreira teve uma curta carreira, num tempo em que ainda se matizava pejorativamente a palavra repórter “neste país de literariomania jornalística” (Fonseca, 193_: 71), mas marcou a sua época. Sinal do reconhecimento que obteve entre os seus amigos e camaradas de profissão, pouco tempo após a sua prematura morte foi publicado, homenageando-o postumamente, *O Livro do Repórter X* (193_), organizado por outro famoso jornalista, seu contemporâneo, Mário Domingues. Esse livro reúne textos de vários jornalistas que se cruzaram com Reinaldo Ferreira. Embora o tom da prosa deva ser enquadrado no objetivo do livro, nele encontram-se testemunhos do impacto que teve Reinaldo Ferreira no meio jornalístico português do seu tempo. Aguiñaldo Escalreira (193_: 25-26), por exemplo, escreveu, recordando o “Repórter X”: “perdeu

4 Alfredo d’Assunção Araújo (1931), colaborador do burlão Alves Reis, acusou Reinaldo Ferreira e o seu adjunto, Mário Domingues (“O Negro da Batalha”), de terem recebido mais de 30 contos de Alves dos Reis, a fim de atacarem, na revista *Repórter X*, a posição do banco de Portugal. Idílio Ferreira (1932) criticou as reportagens “mentirosas” publicadas, pela mão de Reinaldo Ferreira e Mário Domingues, na revista *Repórter X*, da qual fora jornalista. Anuncia que iria fundar a revista *Alerta! Semanário de Todas as Reportagens* (sairiam somente 11 números, entre 5 de março e 11 de junho de 1932), para concorrer com a revista *Repórter X*.

Portugal (...) a força mais poderosa do seu jornalismo contemporâneo (...), (...) jornalista brilhante, (...) repórter do imprevisível e do sensacional (...). Todos os seus camaradas jamais conheceram (...) repórter mais vivo e interessante”. Belo Redondo (193_: 43) acrescentou que as suas reportagens “tinham um alto sentido de humanidade”. E João de Sousa Fonseca (193_: 71) realçou que Reinaldo Ferreira foi “o melhor repórter, (...) pelo exemplo da sua vida profissional e pela força do seu talento”.

Paradoxalmente, além de referências descritivas esparsas na obra *O Porto do “Repórter X”*, de Joel Lima (2004), de uma análise de Jacinto Godinho (2009: 135-170) e de uma ficha bibliográfica, da autoria de Rita Correia (2016), não existem – ou não se encontraram – estudos aprofundados sobre a revista que Reinaldo Ferreira cunhou com o seu pseudónimo, a *Repórter X* (1930-1933), nem sobre outras das revistas – de curta longevidade – que ele idealizou e editou (*Homens e Factos do Dia*, *O Jornal do Repórter X*, *X – Semanário de Grandes Reportagens*), e que serão aquelas que melhor refletirão as suas ideias sobre o jornalismo. Sobre este último argumento, idêntica perspetiva foi manifestada por vários camaradas coevos de Reinaldo Ferreira. O jornalista Aguinaldo Escaleira, por exemplo, escreveu sobre a revista *Repórter X*, que bem conheceu: foi “a mais bela criação” de Reinaldo Ferreira, “grande jornalista moderno”. E continua: “A coleção desse grande semanário vale um tesouro, porque nas suas páginas estão condensadas todas as suas grandes qualidades de repórter” (Escaleira, 193_: 34). O jornalista Mário Domingues (193_116), por sua vez, disse da revista *Repórter X* ser “a materialização gráfica do (...) espírito pleno de inquietação” de Reinaldo Ferreira. Jacinto Godinho (2009: 135) considera essa revista “a primeira publicação [portuguesa] dedicada à ‘grande reportagem’, o género da moda, então, por toda a Europa”.

O jornal *Repórter X* demonstra que o repórter é, nos inícios dos anos 30, uma figura de sucesso estabilizada e suficientemente potente para ser requisitado um pouco por todo o lado na cultura do mundo ocidental (...), (...) um fenómeno de tal forma na moda que por todo o lado existia a febre de mapear o mundo em reportagem. Como tudo o que atrai a atenção, não só se desejava conhecer os mundos ocultos que a reportagem prometia resolver (os subterrâneos da sociedade, da política), como se ansiava conhecer o próprio dispositivo oculto da reportagem (os bastidores, como era feita, quem eram os repórteres, como viviam). (...) O “pudor” ético, a “coordenada invisibilidade” do mediador, as reportagens sensacionais e atrativas, revelando escândalos, contribuíam para uma enorme curiosidade em volta dos repórteres. (Godinho, 2009: 137-138)

No entanto, Jacinto Godinho (2009: 135-170) tem da revista *Repórter X* uma perspectiva crítica. Para o autor, a *Repórter X*, enquanto instrumento da “política do espírito”, segundo a expressão que, mais tarde, António Ferro (1935; 1943) consagrou, serviu a ideologia nacionalista e autoritária que alimentou a Ditadura Nacional e o Estado Novo, ao contrapor a “imoralidade” alimentada pela I República, e da qual ainda se notariam vestígios, à ordem social e moral prometida pela Ditadura (Godinho, 2009: 135), já prenhe das ideias salazaristas. Será essa o melhor juízo sobre a revista? Poder-se-ão, sobre ela, fazer avaliações alternativas?

A pesquisa aqui apresentada pretende compensar a lacuna existente no estudo da vida e obra de Reinaldo Ferreira, analisando, em profundidade, a revista *Repórter X* a partir da hipótese de que, conforme escreveram Aguinaldo Escaleira e Mário Domingues, atrás citados, haveria uma sintonia entre a revista e a conceção que o seu editor fazia do jornalismo.

Foram objetivos da pesquisa: (1) descrever a forma e estrutura da revista *Repórter X*; (2) narrar, resumidamente, a respetiva história, a partir dos dados da própria publicação; (3) determinar, através de uma análise de conteúdo, os temas que abordou e os géneros jornalísticos a que recorreu; (4) determinar os enquadramentos dominantes sugeridos pela revista, principalmente sobre Portugal e os portugueses, por meio do desvelamento das ideias centrais e do tom do discurso e do levantamento das fórmulas retóricas que lhe subjazeram, demonstrando, por esta via, as intenções do seu promotor e outros enunciadores; (5) determinar o pensamento jornalístico de Reinaldo Ferreira, à luz do que escreveu na revista; e (6) enquadrar a aparição da revista no contexto jornalístico da época e na conceção que Reinaldo Ferreira, pela prática e pelo discurso, evidenciava ter do jornalismo. Em particular, a pesquisa procurará responder a uma questão intrigante: como e por que é que uma revista sensacionalista e nem sempre verídica como foi a *Repórter X* expunha misérias do país sem que a censura atuasse?

A metodologia adotada no estudo combinou: (1) o levantamento documental e bibliográfico, que permitiu evocar a vida e obra de Reinaldo Ferreira e relemburar o contexto histórico-cultural e jornalístico dos tempos em que a figura central desta pesquisa atuou na imprensa; (2) a análise formal descritiva da revista *Repórter X*; e (3) a análise de conteúdo do discurso, com base nos procedimentos propostos por Wimmer e Dominick (1996), Sousa (2006) e Sheufele (2008a e 2008b). A análise quantitativa do discurso assentou, conforme foi sugerido pelos quatro autores citados, na categorização das peças da revista segundo os respetivos géneros jornalísticos, com categorias definidas e descritas *a priori*, aprimoradas no decorrer do estudo; a análise qualitativa do discurso baseou-se na recuperação sistemática, permitida pela leitura de todos os números da revista, de fragmentos

do texto escrito e imagético, expressões e palavras capazes de contribuir para a escrutinação e interpretação do respetivo discurso, especialmente quando este foi protagonizado pelo próprio Reinaldo Ferreira, o que resultou numa amostra arbitrária de casos discursivos notáveis (amostragem intencional não probabilística sistemática).

Os resultados da análise do discurso da revista *Repórter X* foram interpretados em conexão com o contexto coevo, assumindo-se, na interpretação, uma perspectiva cultural, hermenêutica, e não crítica, sobre o discurso da revista. Os dados da análise do discurso contribuíram, em acréscimo, para a teorização sobre o discurso da revista a partir do seu próprio discurso – mimetizando os procedimentos da teoria fundada nos dados.

1. REINALDO FERREIRA – TRAÇOS BIOGRÁFICOS

Documentando a importância de Reinaldo Ferreira para o jornalismo português, existem abundantes dados e obras sobre a sua vida (Domingues, org., 193_; Sucena, 1996; Rêgo e Sá, coords., 1998; Rocha, 2001; Lima, 2004; Fava, 2010; Rosa, 2015 73-84; Lima, 2017; Lima, 2018; Rosa, 2017: 73-82). Não é, pois, problemático, esboçar, a partir da bibliografia, um breve apontamento sobre a biografia de Reinaldo Ferreira, incidindo no seu trabalho como jornalista. Deixar-se-ão de lado as dezenas de romances e novelas que publicou e os filmes que realizou, embora Reinaldo Ferreira, além de repórter, tenha sido um dos pioneiros do cinema em Portugal e um dos primeiros e mais prolixos escritores policiais e de mistério portugueses.

Reinaldo Ferreira nasceu a 10 de agosto de 1897, em Lisboa. Apaixonou-se pelo cinema, então emergente. Com 12 anos, em 1909, já colaborava com a revista *Mundo Cinematográfico*. Em 1914, com 17 anos, entrou no diário *A Capital*, onde fez a sua primeira reportagem, sobre um incêndio. Assinou-a como R. F. Como diz o seu biógrafo Eduardo Sucena (1996: 29), com Reinaldo Ferreira “a reportagem iria adquirir, em Portugal, uma dinâmica, um colorido, uma emoção que nunca antes conhecera”.

Reinaldo Ferreira foi, sem dúvida, personagem fascinante para os seus coetâneos e para as gentes hodiernas e um caso incrível de produtividade na literatura popular – popular, policial e de mistério, no teatro, no cinema e, claro, no jornalismo.



FIG. 1 – Reinaldo Ferreira, o “Repórter X”.

Centenas de crónicas e artigos e muitos milhares de reportagens mostram bem o seu esforço. Os seus cem volumes de todos os formatos ficaram para se avaliar o grau das suas grandes qualidades de produtor, cuja fecundidade nos deu para cima de dez mil trabalhos jornalísticos. (Escaleira, 193_: 29)

N’A *Capital*, Reinaldo Ferreira criou uma secção de crítica de cinema. Em 1917, somente com 19 anos, publicou, sob o pseudónimo Gil Goes, a sua primeira “reinaldice”, uma novela policial (não se sabe se inicialmente congeminada como uma reportagem... *ficcional*), posteriormente intitulada *O Mistério da Rua Saraiva de Carvalho*, publicada, em jeito de folhetim epistolar, n’O *Século*. Os leitores tomam-na por verdade até o jornal revelar do que se tratava. A partir daí, a sua carreira estava lançada e em crescendo, permanentemente alicerçada em várias “reinaldices” (**tabela 1**), ou seja, reportagens e outras peças cheias da livre e fervilhante imaginação ficcional do “Repórter X”, que, embora lhe tenham dado uma fama ímpar no seu tempo, se afastavam, por vezes, do valor central do jornalismo – a verdade.

TABELA 1 – Algumas “Reinaldices” do “Repórter X”

1917	Publica, n' <i>O Século</i> , sob o pseudónimo Gil Goes, a novela folhetinesca epistolar policial <i>O Mistério da Rua Saraiva de Carvalho</i> , cuja trama os leitores tomam por verdadeira até o jornal revelar a verdade. Inicialmente, poderá ter sido imaginada por Reinaldo Ferreira como uma “reportagem” sensacional... ainda que fictícia.
1917	Entrevista inventada a Mata Hari. A hipotética espia teria estado em Lisboa e, claro, Reinaldo Ferreira ter-se-ia cruzado com ela. A espia ter-lhe-ia tentado fazer revelar segredos militares portugueses (o que pressupõe, necessariamente, que o repórter seria alguém muito bem informado). (<i>O Mundo</i> , 1917)
Mata Hari em Lisboa	Antes da publicação do fantasioso relato da passagem da espiã dançarina por Lisboa (8 de novembro), Reinaldo Ferreira já tinha subscrito n' <i>O Mundo</i> uma crónica sensacional sobre “A espionagem alemã – Como e por quem ela é exercida” (31 de agosto).
1918	Relata as suas supostas deambulações por Lisboa (provavelmente, não saiu da redação) disfarçado de mendigo e faz-se fotografar disfarçado, para credibilizar a história. Aparece o seu nome por extenso – Reinaldo Ferreira – na primeira reportagem da série, intitulada “O Mendigo de Santa Justa” (28 de março de 1918). (<i>A Manhã</i> , 1918)
1918	Encenação de um assassinato de uma estrangeira numa pensão lisboeta, para provar que os donos de estabelecimentos hoteleiros encobriam os crimes aí perpetrados.
O crime da rua dos Fanqueiros	A reportagem é publicada entre 25 de setembro e 2 de outubro de 1918, n' <i>O Século</i> , sob títulos como “Lisboa sangrenta – Um crime misterioso”, “ <i>O Século</i> investiga – o mistério da rua dos Fanqueiros” e “Novas revelações – o crime da rua dos Fanqueiros”. Começa por uma alegada carta anónima enviada ao diretor do jornal denunciando um assassinio numa pensão da rua dos Fanqueiros, em Lisboa. Na segunda parte, já em jeito de reportagem no terreno, regista-se a contradição entre a dona da pensão, que dizia não ter alugado o quarto onde, supostamente, o crime ocorrera, e o guarda-noturno, que afirmava que tinha visto um casal de estrangeiros entrar na pensão. Na terceira parte, nova testemunha afirma ter indicado a pensão ao casal. A trama evolui e, na última peça, noticia-se: “O misterioso crime da Rua dos Fanqueiros / houve, realmente uma cena de sangue / Stuart Carvalhais: o assassino / Reinaldo Ferreira: a vítima.” Reinaldo Ferreira escreve que a encenação – em que ele se fantasiou de mulher e Stuart de homem (o suposto assassino) – se destinava a denunciar o silêncio sobre os crimes cometidos em hotéis e pensões pelos seus proprietários, que não queriam ver os seus estabelecimentos expostos. (<i>O Século</i> , 1918)
1918	Sob o título interrogativo “Uma tragédia de amor?”, efabula uma história de amor entre dois amantes a partir do suposto achado de dois esqueletos, lado a lado, no convento do Carmo. Insinua, na trama, a existência de uma passagem secreta entre o convento e o antigo palácio da Inquisição [atualmente, o teatro D. Maria II]. A peça mereceu honras de primeira página n' <i>O Século</i> , a 10 e 13 de outubro de 1918. (<i>O Século</i> , 1918)
1918	Diz que registou as últimas palavras de Sidónio Pais após este ser baleado: “Morro, mas morro bem. Salve-se a Pátria”. Na verdade, Ferreira não terá, sequer, presenciado o assassinato, ocorrido a 14 de dezembro de 1918. (<i>O Século</i> , 15 de dezembro de 1918)
Falsas últimas palavras de Sidónio Pais	
1919	Cobre, para <i>O Século</i> , a sublevação monárquica.
Intentona monárquica	
1921-1922	Reportagens sobre a “outra metade” de Paris, revelando a vida noturna mas também denunciando a miséria dos portugueses emigrados. Entrevistas, eventualmente fictícias, a estadistas e outras individualidades: o príncipe do Montenegro, o rei da Sérvia, o xá da Pérsia...
Trabalhando em Espanha, Bélgica e França, envia várias peças para a imprensa portuguesa	
Crónicas de Paris	

1923	O jornal <i>A Tarde</i> começa a publicar artigos sobre alegadas atrocidades cometidas em Espanha pela ditadura de Primo de Rivera, assinados por um misterioso "Repórter X". Era Reinaldo Ferreira. Para permanecer anónimo, teria assinado o texto apenas como "Repórter". Mas um rabisco a seguir a essa palavra foi confundida, por um tipógrafo, com um X. E assim nasceu o "Repórter X".
Desde Espanha	
1925	Cobre para <i>A Tarde</i> , em 18 peças, os conflitos políticos – e nas ruas – na República de Weimar. Assiste à ascensão dos nazis e ao seu controlo das ruas por meio dos <i>freikorps</i> .
Tensão na Alemanha	
1925	Anúncio da partida para a Rússia, como enviado da revista semanal <i>ABC</i> , a 19 de agosto.
1925-1926	Envia, entre dezembro de 1925 e junho de 1926, possivelmente desde Paris, 24 reportagens que o colocariam em Moscovo, para onde a revista <i>ABC</i> o tinha enviado. Nas crónicas relata supostas conversas com uma infidável série de portugueses que habitariam em Moscovo, incluindo o porteiro do Kremlin e o embalsamador de Lenine. As "crónicas da Rússia" foram, mais tarde, publicadas na coletânea <i>A Rússia dos Sovietes – Inferno? Paraíso?</i> (<i>ABC</i> , 1925)
A Rússia depois de Lenine ("Crónicas da Rússia")	
1925	Enviado pela revista <i>ABC</i> à Rússia, manda, desde Paris, uma entrevista inventada a Arthur Conan Doyle. (<i>ABC</i> , 1925)
Entrevista a Conan Doyle	
1925	Faz uma entrevista a si mesmo, na qual revela que, no auge da sua produtividade, trabalhava para onze jornais e revistas ao mesmo tempo: <i>ABC</i> , <i>O Século</i> , <i>A Tarde</i> , <i>Diário da Tarde</i> , <i>Época</i> , <i>O Mundo</i> , <i>Informação</i> , <i>O Primeiro de Janeiro</i> , <i>Diário do Minho</i> , <i>Diário dos Açores</i> , <i>Libertad</i> (Madrid)." Escreve: "Não sou funcionário público, não recebo um centavo que não seja a troca de um papel escrito. E – detalhe que muito me satisfaz – em doze anos de jornalismo nunca recebi nada do Estado nem tive essa coisa tão desejada pelos mortais: um ordenado. Faço artigos; e cada artigo vale tanto... E nada mais. Chamam-me louco por isso, mas eu assim trabalho como quero e quando quero. (...)
Reinaldo Ferreira entrevista o "Repórter X"	Juro(-lhe) que sou mandrião! Se trabalho muito é porque sou mais gastador do que mandrião." Revela que fumava, todos os dias, em média, três onças (quase 90 gramas) de tabaco francês, já que quando se acabava o tabaco parava de escrever. Dormia cinco horas. Levantava-se, habitualmente, às 9 horas e escrevia até às 13 horas, altura em que saía para entregar os artigos. A seguir tomava café e almoçava, dava voltas para "saber coisas", pelas 19 horas regressava a casa e voltava a escrever. À noite saía e escrevia. (<i>ABC</i> , 1925)
1925	Cobertura da burla de Alves dos Reis, o "falsário" das "verdadeiras" notas de 500 escudos, caso detonado pelo jornal <i>O Século</i> .
Alves dos Reis	
1926	No final de março de 1926, o corpo da atriz Maria Alves apareceu numa rua de Lisboa. Faltando a carteira e as joias da atriz, a polícia deduziu tratar-se de assalto com asfixia da vítima. Mas, n' <i>O Primeiro de Janeiro</i> , Reinaldo Ferreira apresenta uma versão alternativa, na qual deduz que o culpado seria o ex-empresário e amante da atriz – o que era verdade. Investigando, descobre mesmo que no passado do eventual assassino duas outras mulheres tinham morrido em circunstâncias misteriosas: a sua mulher e uma amante. (<i>O Primeiro de Janeiro</i> , 1926)
O assassinato da atriz Maria Alves	Dá origem ao folhetim policial <i>O Táxi n.º 9297</i> , publicado no <i>Janeiro</i> e, posteriormente, editado em livro, e a um filme com o mesmo título, dirigido pelo próprio Reinaldo Ferreira.
1926	Cobre, em Lisboa, os acontecimentos pós-28 de maio de 1926, que conduziriam à Ditadura Militar e à Ditadura Nacional.
Ditadura	
1926	Entrevista, em exclusivo, em local secreto, um membro foragido da recém-desarticulada organização criminosa e terrorista de extrema-esquerda "Falange Vermelha", conhecido pelo pseudónimo "João Estofador". (<i>ABC</i> , 1926)
Entrevista a "João Estofador"	
1927	Reportagens para <i>O Primeiro de Janeiro</i> da revolta militar contra a Ditadura. (<i>O Primeiro de Janeiro</i> , 2 a 8 de fevereiro de 1927)
Revolta contra a Ditadura	

1927	Ao serviço da revista <i>ABC</i> , cobre, em Haia, o julgamento de Marang van Ysselvere, um dos implicados na burla de Alves dos Reis, o burlão e falsário das “verdadeiras falsas notas de 500 escudos”.
O julgamento de Marang van Ysselvere	
1927	Ao serviço d’ <i>O Primeiro de Janeiro</i> , no início de 1927 revela, sensacionalissimamente, uma suposta relação, cheia de peripécias, cenas de ciúmes e violência, entre a chefe da estação de correios e telégrafos de Vagos, que aparentava ser homem, e uma médica da Palhaça. Na verdade, tratava-se de uma presumível relação lésbica entre Rita Figueira, a funcionária, e Ambrosina Leite de Almeida, a médica. (<i>O Primeiro de Janeiro</i> , 1927)
Homem ou mulher?	Deu origem ao filme <i>Rito ou Rita?</i>
1929	Anuncia, bombasticamente, n’ <i>O Povo</i> , um vespertino republicano lisboeta com o qual colaborava, que em Portugal, ao tempo da I Guerra Mundial, se tinham usado libras inglesas falsas, feitas de porcelana, pelos alemães, para pagar géneros alimentícios que, depois, seriam transportados por submarinos alemães. Denuncia que teria existido em Portugal e na Galiza uma rede de colaboracionistas da Alemanha que adquiriam os bens e disseminavam as libras falsas, enriquecendo. Diz ainda que um cambista de Valença, alcunhado “Cinco Minutos”, controlaria as operações, que envolveriam comerciantes do Porto. Misturando na trama um dos acionistas do <i>Janeiro</i> , o banqueiro Francisco Borges, do Banco Borges & Irmão, Reinaldo Ferreira acabou por ser despedido deste diário matutino. (<i>O Povo</i> , 1929)
As libras falsas	
1930	Vai a Vigo para se encontrar “secretamente” com um cúmplice da burla Alves dos Reis, o alemão Adolf Doring (nomeado como Adolf Hennies), que tinha sido condenado, à revelia, em Portugal, a oito anos de prisão. Depois de várias peripécias, um “desconhecido” entrega uma suposta carta de Hennies a Reinaldo Ferreira, numa esplanada viguesa. O momento é fotografado, para credibilizar a história. A suposta carta dizia, alegadamente, que o visado não podia conceder a entrevista porque estaria a ser seguido pela polícia.
Ainda a burla de Alves dos Reis	
1930	Cobre, em Londres, o julgamento de sir William Waterlow, da firma Waterlow & Sons, que, em boa-fé, tinha colaborado na burla de Alves dos Reis. [Reinaldo Ferreira terá estado sempre doente e regressou a Portugal fisicamente debilitado.]
Julgamento de sir William Waterlow	
1931	Publica na revista <i>Repórter X</i> uma delirante peça sobre lisboetas que viveriam no subsolo desde o terramoto de 1755. Este delírio imaginativo deu um golpe fatal à credibilidade que ainda lhe restava como repórter.
Os lisboetas das profundezas	

Em 1919, Reinaldo Ferreira deixou Portugal pela primeira vez. Instalou-se em Paris, onde começou a trabalhar para a agência de notícias Americana. Como se trabalhava numa pequena agência de notícias incumbida de fornecer notícias aos periódicos iberoamericanos sobre o que se passava no coração da Europa? O jornalista João de Sousa Fonseca (193_: 72-73), coetâneo de Reinaldo Ferreira e seu colega na agência, em Paris, revela que faziam “Traduções de comunicados, redação de notas encomiásticas ou necrológicas de personagens de alto *metequismo*, enfim, às vezes até o seu telegrama [notícia importante de produção própria enviada por telégrafo], porque para isso era aquilo uma agência (...)”.

Reinaldo Ferreira foi, então, incumbido de fundar sucursais da agência em Madrid, Barcelona e Bruxelas, cidades onde residirá e onde colaborará com a imprensa local. Regressou a Paris em 1922, para assumir a direção da agência em França. Mas nesse mesmo ano, mudou-se para Barcelona, começando, aí, a colaborar com a indústria cinematográfica, sua primitiva paixão. Em 1923, mudou-se para Madrid, mas foi obrigado a regressar a Portugal por causa dos seus escritos contra a ditadura de Primo de Rivera. Nesse ano começou uma frutuosa colabo-

ração com a revista ABC, dirigida pelo seu amigo e camarada Rocha Martins, que o enviou para a Rússia, em 1925, como enviado especial. Porém, Reinaldo Ferreira terá ficado em Paris, cidade que já conhecia bem e na qual tinha muitos contactos no meio jornalístico. Envia, então, provavelmente sem sair da capital francesa, várias “crónicas da Rússia” para a revista ABC, mais tarde inseridas na coletânea *Rússia dos Sovietes – Inferno? Paraíso?* Ter-se-ia baseado nas peças de Henri Bérau, correspondente de *Le Journal*, em Moscovo. As “crónicas” são publicadas entre 17 de dezembro de 1925 e 24 de junho de 1926. Aparentemente, Moscovo estaria cheia de portugueses, com quem o “Repórter X” se iria cruzando, entre os quais o porteiro do Kremlin e o embalsamador de Lenine. Quando regressou a Lisboa, em 1926, fez uma conferência sobre “O jornalismo na Rússia”, na sede do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa.

Em 1926, Reinaldo Ferreira mudou-se para o Porto para ingressar n’*O Primeiro de Janeiro*, dirigido pelo seu amigo Jorge d’Abreu. Mas continuou a colaborar com a revista ABC. Nesse mesmo ano, Apesar de estar em Haia, a cobrir o julgamento de um indivíduo envolvido na burla de Alves dos Reis, escreveu para o *Janeiro* peças onde criticou a morosidade da polícia e identificou o provável assassino da atriz Maria Alves, estrangulada num táxi e atirada para a rua. O assassino – o agente e amante da atriz, Augusto Gomes – terá ficado com a convicção de que Reinaldo o seguira e assistira a tudo, de tal modo a intuição de Reinaldo Ferreira se moldava aos factos, conforme revelou em entrevista concedida ao próprio “Repórter X”, na prisão do Limoeiro, já depois de ter sido preso e condenado. Nessa altura, a fama de Reinaldo Ferreira, o “Repórter X”, atingiu o pico. Fez, então, uma famosa entrevista a si mesmo, publicada na revista ABC, a 26 de agosto de 1926.



FIG. 2 – Reinaldo Ferreira entrevista o “Repórter X”. (ABC, 26 de agosto de 1926)

No Porto, ao serviço d'O *Primeiro de Janeiro*, Reinaldo Ferreira cobriu a revolta contra a Ditadura, entre 2 e 8 de fevereiro de 1927, e revelou, sensacionalissimamente, um alegado romance lésbico, cheio de peripécias e com alguma violência à mistura, entre uma funcionária dos correios e uma médica da região de Aveiro. Nesse mesmo ano, tornou-se precursor dos livros-reportagem em Portugal, com o lançamento das suas *Reportagens da Semana* (1927), em parceria com O *Primeiro de Janeiro*. No ano seguinte, foi homenageado por cerca de 200 jornalistas e personalidades da política e da economia num célebre banquete realizado no Palácio de Cristal, no Porto – mais um sinal da sua fama. Criou, então, no *Janeiro*, uma rubrica cujo título levará, futuramente, para outras publicações: “Homens e Factos do Dia”. Deu, inclusivamente, esse título à primeira revista que planeou e editou, já em 1929, ano em que também deu à estampa a revista *Jornal do Repórter X*. Ambas foram, todavia, publicações efémeras – da primeira foram publicados dois números e da segunda três números. Constituíram, de qualquer modo, ensaios para a revista *Repórter X*, que idealizou e fundou em 1930 e que constitui objeto deste artigo. Nas palavras do jornalista Mário Domingues (193_: 116), que foi chefe de redação da *Repórter X*, esta revista foi “o semanário que mais popularidade alcançou em Portugal”, alcançando rapidamente uma tiragem de 20 mil exemplares (Domingues, 193_: 118). Pelo meio, em 1932, Reinaldo Ferreira publicou um único número de uma revista intitulada *Detetive X – Semanário de Grandes Reportagens*. Nesse mesmo ano, foi internado para se desintoxicar da morfinomania. Quando se sentiu recuperado, publicou o livro *Memórias de um Ex-Morfinómano*. Entre 1934 e 1935, congeminou e dirigiu o *X – Semanário de Grandes Reportagens*.

Voltando a cair na toxicodependência, Reinaldo Ferreira morreu, prematuramente, em 1935.

2. O JORNALISMO E(M) PORTUGAL NO TEMPO DA REVISTA REPÓRTER X

A *Repórter X* esteve nas bancas entre 9 de agosto de 1930 e 7 de junho de 1933⁵. No ano do seu nascimento, publicavam-se 662 periódicos em Portugal (Ramos, 2001: 52), embora a taxa de analfabetismo rondasse 62%, segundo os censos desse ano.

À época, o jornalismo português estava em vias de domesticação, por força da censura e da propaganda. O golpe de 28 de maio de 1926 e a consequente instau-

5 Foram publicados mais alguns números (3?), talvez para garantia de título, o que aumentou, artificialmente, a longevidade da revista.

ração da Ditadura permitiram a reinstituição da censura em Portugal, ainda que à margem da lei. A Ditadura conduziu, igualmente, à extinção de vários jornais desalinhados com o novo regime, caso, por exemplo, do histórico jornal republicano *O Mundo*.

A Ditadura, inicialmente, não exerceu qualquer tipo de censura sobre os jornais. O decreto n.º 11839, de 5 de julho de 1926⁶, assegurava, mesmo, a liberdade de imprensa. Foi um período breve. A tomada do poder por Óscar Carmona, a 9 de julho de 1928, trouxe mudanças. No dia 22 de julho de 1926, os jornais publicaram uma carta assinada pelo segundo comandante da polícia de Lisboa, capitão Aníbal de Azevedo, aos diretores, comunicando que a partir dessa data era “estabelecida a censura prévia à imprensa, não sendo permitida a saída de qualquer jornal, sem que quatro exemplares do mesmo sejam presentes no Comando Geral da Guarda Nacional Republicana, para aquele fim” (Oliveira, 1973: 89). O decreto n.º 12008, de 29 de julho de 1926, publicado no *Diário do Governo* a 2 de agosto de 1926⁷, por seu lado, embora, teoricamente, assegurasse a liberdade de imprensa, no seu capítulo II, instituía a pena de suspensão das publicações responsáveis por certos crimes de liberdade de imprensa, entre outras penalidades. Foi esse o decreto regulador da atividade jornalística até à entrada em vigor da Constituição de 1933. A prática da censura continuou, sem respeito pelo preceituado legal. Inclusivamente, a partir de 1927, os serviços de censura passaram da dependência do Ministério da Guerra para a dependência do Ministério do Interior, instituindo-se a Direção-Geral dos Serviços de Censura à Imprensa. Esses serviços tinham comissões em Lisboa e Porto. No resto do país, os censores eram, normalmente, oficiais das Forças Armadas e individualidades de confiança do regime.

Ao tempo, Salazar, todo-poderoso ministro das Finanças desde 1928, tornava-se, progressivamente, senhor do regime, tendo ascendido à chefia do Governo, a 5 de julho de 1932. Impulsionada por Salazar, a nova Constituição, instituidora do Estado Novo, foi plebiscitada a 19 de março de 1933, tendo entrado em vigor a 11 de abril do mesmo ano. Previa a Constituição, dando seguimento à prática que vinha da Ditadura, que leis especiais regulariam o exercício da liberdade de imprensa (art.º 20.º, § 2.º). Essa imposição constitucional foi regulamentada pelo decreto-lei n.º 22469, de 11 de abril de 1933, que estatuiu a censura prévia à imprensa e organizou as comissões de censura. A Constituição impunha, igualmente, à imprensa, a publicação de notas oficiais (art.º 21.º). A propaganda começava a notar-se no quotidiano do novo regime, apesar do Secretariado de Propaganda

⁶ Disponível em: <https://dre.pt/application/file/154317>. Consultado a 26 de março de 2018.

⁷ Disponível em: <https://dre.pt/application/file/163555>. Consultado a 26 de março de 2018.

Nacional, congeminado por Salazar e pelo jornalista António Ferro, propagandista maior do Estado Novo, só ter sido instituído a 26 de outubro de 1933, já depois da *Repórter X* ter cessado a sua publicação regular.

Ora, se, por um lado, na primeira metade da década de Trinta, o jornalismo português era constrangido pela censura e – até certo ponto – permeável à propaganda da Ditadura, em crescendo, também não é menos certo que a sua importância aumentava enquanto veículo de informação, quer por força dos acontecimentos internos que conduziram ao Estado Novo, quer por força das tensões externas prévias à II Guerra Mundial, como a imposição de regimes autoritários em Itália e na Alemanha. A reportagem estava em alta e, em consequentemente, também os repórteres (Godinho, 2009: 135-170).

3. A REVISTA REPÓRTER X – UMA HISTÓRIA

Publicado desde agosto de 1930 e de forma relativamente regular até julho de 1933 (perfazendo um total, até aqui, de 130 números⁸), o semanário *Repórter X* foi fundado e dirigido por Reinaldo Ferreira, mais conhecido pelo pseudónimo “Repórter X”, em conjunto com o seu irmão Ângelo de Azevedo Ferreira, que assumia as funções de “Diretor-Gerente, Administrador e Editor”. Da equipa inicial faziam também parte o jornalista Mário Domingues, como chefe de redação, e o jornalista Guedes de Amorim. Esta equipa e as suas funções foram variando durante os anos em que a publicação saiu para as bancas, conforme se verá de seguida.

Logo no primeiro número (*Repórter X*, 9 de agosto de 1930, p. 3), é definido o seu principal objetivo:

Não se pretende o *Repórter X* maravilhar pela sua novidade gráfica – que não a tem. Veste democraticamente. O que pretende sim é ser lido com interesse; praticando esse jornalismo desprezado pelos madraços e pelos apáticos que é o jornalismo vida e ação; o jornalismo do acontecimento palpitante, da verdade oculta, da surpresa que emociona – o jornalismo de reportagem e de filme de semana, do comentário e da crítica – livre como as asas...”

⁸ Foram ainda publicados mais três números 131, 132 e 133 mas já de forma muito irregular. O número 132 não foi usado para análise neste trabalho, uma vez que não se encontrava disponível em formato digital no site da hemeroteca, como também não havia registo da sua existência na biblioteca municipal do Porto. Alguns números não estão disponibilizados de forma completa, nomeadamente os números 101, 103, 107, 110, 114 e 121.

Em março de 1931, Reinaldo Ferreira assumiu em exclusivo a propriedade e a direção do semanário, e o “Administrador e Editor”, Ângelo de Azevedo Ferreira, foi substituído por Pedro Santos. No mesmo ano, mas no mês de junho, a “propriedade exclusiva” do *Repórter X* passou para C. Cal (Cármem Cal, esposa de Reinaldo Ferreira), e este passou a figurar apenas como “Diretor e Editor”. Em janeiro de 1932, surgem mudanças na chefia da redação: sai Mário Domingues (saída não justificada, apenas merecedora de uma nota elogiosa). A publicação manteve-se, aparentemente, durante um mês sem chefe de redação, passando a figurar o nome de Costa Júnior a partir do número 78, de 30 de janeiro. Em outubro do mesmo ano, a propriedade passa a ser atribuída a Mercedes Cal (seria igualmente a esposa?). No início de 1933, num número sem data, o *Repórter X* passou a ser propriedade das “Edições X”, e a sua produção passou a ser fruto de duas equipas de redatores, uma em Lisboa e outra no Porto. Nesta altura, a publicação já não saía religiosamente todas as semanas, começando a apresentar algumas falhas. Entre julho de 1933 e junho de 1935 apareceriam apenas mais três números. O último, publicado a 15 de junho de 1935, apresenta uma espécie de despedida justificativa aos leitores através da seguinte nota:

“Repórter X”, propriedade da Sociedade Comercial Edições X, Lda, nada tem de comum com outro jornal que atualmente se publica na capital. Motivos superiores à nossa vontade têm impedido a regular publicidade deste semanário, mas temos sobejas esperanças de que num futuro muito próximo, possamos vencer as dificuldades que nos têm inibido de o fazer. Aqui fica, pois, o indispensável aviso e esclarecimento.”

No entanto, as dificuldades não foram vencidas e este foi mesmo o fim do semanário.

Pelo *Repórter X* passaram grandes jornalistas. A equipa de redatores e colaboradores que, ao longo dos anos, foi assegurando a produção da publicação não foi sempre a mesma. No primeiro ano, colaboraram com o jornal/revista nomes como Rocha Martins, Ernesto Belo Redondo, Américo Faria, João Paulo Freire, sob o pseudónimo de Frei Gil d'Alcobaça, Augusto Ferreira Gomes, Eduardo Frias, Artur Inês, José Maria Marques Costa Júnior, Tomás d'Almeida, Ilídio Ferreira, Guido Ruivo, César Pulimo, Armando Seródio, Iberino dos Santos, Stuart Carvalhais, entre outros. Mais tarde, outros jornalistas se associaram ao projeto, nomeadamente: Alberto Lima, António Boto, Fernando Cal, J. Vieira Alves, Hugo Rocha, Guido Severo, Santos Pereira, Alfredo Marques, Artur Portela, Álvaro Anselmo,

Jaime Brazil, Norberto Araújo, Sá Pereira, Lino Pinto, Herculano Pereira, Aragão Paiva, Octávio Sérgio, etc.

Também não foram estáticos a sede e a empresa responsável pelo grafismo e impressão: numa fase inicial, a “redação, administração e publicidade” eram em Lisboa e a oficina tipográfica (composição e impressão) ficava no Porto. Porém, cedo a situação se revelou insuficiente para garantir a consolidação e crescimento da empresa e logo que a recetividade e fidelidade do público fez aumentar as tiragens, os responsáveis pelo *Repórter X* trataram de arranjar na capital uma sede e uma oficina tipográfica. Assim, a partir do número 8 (de 27 de setembro de 1930), a redação e serviços administrativos funcionavam em Lisboa e abria-se uma delegação no Porto; por sua vez, a composição e impressão passaram a ser asseguradas pela Tipografia Silvas, situada em Lisboa.

Ao longo do ano de 1931, foram sendo anunciadas novas mudanças, usualmente justificadas pelo sucesso do jornal, não sendo, no entanto, certo que fosse esta a verdadeira razão, visto que os números não eram assim tão díspares. Em maio, a “composição e a impressão” passaram a ser responsabilidade da Empresa do Anuário Comercial (composição) e da Bertrand (Irmãos) (impressão), ambas sediadas em Lisboa, mas, logo em junho, ficou apenas a Bertrand com ambas as funções. Simultaneamente, verificava-se a mudança de local da delegação do Porto. Dois



FIG. 3 – Capa do número 1



FIG. 4 – Capa do número 31



FIG. 5 – Capa do número 99



FIG. 6 – Capa do número 104



FIG. 7 – Capa do número 123



FIG. 8 – Capa do número 135

meses depois, há novas mudanças nesta área, com a Sociedade Editorial a assumir a responsabilidade de composição e impressão. No ano de 1932, surgem mudanças logo em janeiro. Coincidindo com a entrada de um novo chefe de redação, Costa Júnior, verifica-se, também, nova alteração no espaço físico dos serviços de impressão e composição, que passam novamente para o Porto, para a Tipografia das Publicações AOV, reabrindo-se, igualmente, a delegação na capital do Norte. A partir de maio de 1932, deixa de haver referência a esta tipografia e, até ao fim do ano, vão sendo vários os espaços físicos referidos neste ponto da ficha técnica da publicação, alternando entre Lisboa e Porto: Rua da Horta Seca, em Lisboa; a Rua da Picardia, no Porto; Rua Sampaio Bruno, Porto, e Rua das Flores, Porto.

Relativamente ao design, a publicação media 23 centímetros de largura por 31 centímetros de altura. Recorria essencialmente à cor preta (texto) e as imagens eram igualmente a preto e branco. Eventualmente, era usado o vermelho ou, mais tarde, o verde e/ou azul para chamadas de atenção.

A cor [pouca] era notada essencialmente nas primeiras páginas/capas, sendo que estas foram constituídas, praticamente todos os números, por uma imagem a ocupar quase toda a página, acompanhada, por norma, por uma chamada de atenção para alguns assuntos que viriam a ser desenvolvidos nas páginas interiores. O último número, diferente de todos os outros, é composto por uma pequena imagem e publicidade em forma de texto. Atente-se nas primeiras páginas/capas abaixo que mostram precisamente as mais usuais, apenas com título, imagem e as chamadas de atenção, e a do último número, diferente de todas as outras. De notar que havia uma preocupação em que a imagem fosse sempre bastante sugestiva e espetacular.

A grande maioria dos números tinha 16 páginas, havendo uma ou outra exceção, como, por exemplo, os números 9, 20, 31,73, etc., que tinham mais, ou o último número, 135, que só tinha quatro páginas.

Como esperado dada a época em que saiu, havia, em todos os exemplares, uma nota fazendo referência ao facto de o número ter sido visado pela comissão de censura. No entanto, não deixa de ser estranho e curioso que o semanário tenha divulgado uma imagem do país contrária àquela que o Governo tentava “vender”. Como terá conseguido Reinaldo Ferreira esta proeza? A resposta a esta questão não surge diretamente nas páginas do *Repórter X*, mas algumas hipóteses podem ser tidas em conta:

- a) as temáticas que mais peças originavam eram temáticas de interesse humano, que expunham as misérias do país e deixavam de parte questões políticas, partidárias e relacionadas com as forças armadas;

- b) a censura encontrava-se ainda numa fase de consolidação e o corpo de censores era pouco instruído e tinha, no momento, outras preocupações mais pertinentes; estes não teriam também, ainda, uma ideia muito precisa do que seria para “riscar” ou não;
- c) o sensacionalismo presente nas peças nem sempre facilitava a associação do que era divulgado ao que realmente teria acontecido;
- d) o facto de a revista ser um tanto ou quanto “marginal” levava a que também não recaísse tanta atenção sobre si.

Fosse qual fosse a razão, a verdade é que, alguns anos depois, em que a Ditadura já se encontrava plenamente estabelecida e orientada, muitas das temáticas que o *Repórter X* havia divulgado sem qualquer problema, foram proibidas.

Desde o primeiro número até ao 71, de dezembro de 1931, saía aos sábados e era “posto à venda simultaneamente em todo o país”; a partir desta altura e até ao número 99, passou a sair à sexta (pelas datas, percebe-se que esta alteração no dia em que era posto à venda aconteceu no número 68, de novembro do mesmo ano). Entre os números 100 e 110, numa altura em que a periodicidade semanal não estava a ser cumprida, a publicação alterou por quatro vezes a data de saída, entre segunda, quinta, sexta e sábado. Fixou à sexta no número 110 e assim se manteve até ao final da sua existência.

Para além de ter circulação em Portugal, havia a possibilidade de serem enviados exemplares para as colónias e estrangeiro, se bem que esta informação só consta da ficha técnica a partir do número 17, de 29 de novembro de 1930.

O preço de todos os números publicados foi sempre o mesmo: 1 escudo. O último número, apesar de referir o preço, mencionava igualmente que era grátis. A assinatura variava entre os 11\$50 (trimestre), 22\$50 (semestre) e 44\$50 (ano). Para as colónias e estrangeiro, acresciam os respetivos portes e pedia-se o pagamento adiantado.

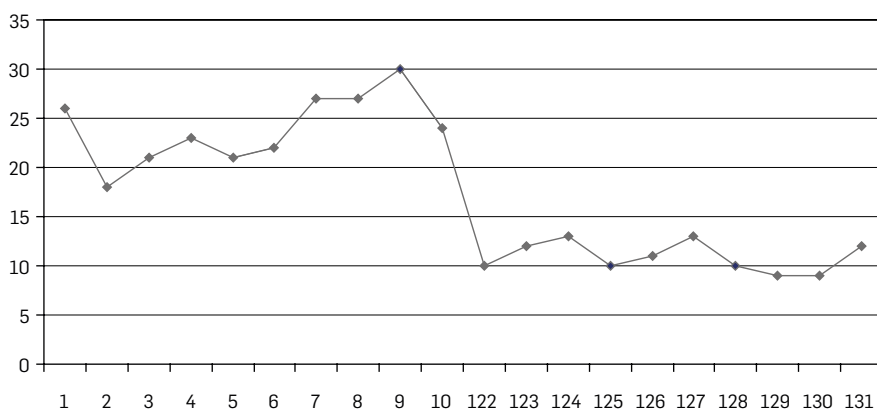
Uma das formas de subsistência da publicação eram, sem dúvida, as receitas publicitárias. Aliás, são várias as notas ao longo dos números “convidando” a que se publicite no *Repórter X*: “Anunciai no *Repórter X*”⁹. Estes começaram por surgir apenas na segunda e última páginas, mas depressa se estenderam também pelas páginas interiores. Muitas vezes, o anúncio publicitário confunde-se com um artigo jornalístico, uma vez que surge inserido no meio de outros textos noticiosos, em formato apenas textual, com uma prosa que mais se assemelha à prosa de uma notícia do que à de um anúncio publicitário. A publicidade tanto

⁹ *Repórter X*, n.º 90, 23 de abril de 1932.

podia ser a empresas/entidades externas (e era-o, a maioria das vezes) como a publicações (outras) dos jornalistas do *Repórter X*, nomeadamente do seu mentor. A publicidade específica ao *Repórter X* também existiu, mas não foi contabilizada nesta análise.

O gráfico 1 apresenta a quantidade de anúncios publicitários publicados nos primeiros e nos últimos dez números analisados.

GRÁFICO 1 – Número de anúncios publicitários por número nos primeiros e nos últimos dez números



Uma análise sumária aos dados do gráfico 1 deixa claro que, dos primeiros para os últimos dez números analisados, houve uma clara diminuição, o que terá correspondido a uma perda de receitas por parte da publicação.

4. A REVISTA REPÓRTER X – O ESTILO

Tendo sido vários os géneros cultivados pela publicação (a entrevista, a notícia, o texto de opinião, a crónica, textos de cunho mais literário, etc.), desde o seu primeiro número que o semanário se destacou principalmente pelas reportagens que publicava, uma vez que estas constituíam o grosso da revista e que se justificavam, entre outras razões, pela periodicidade (semanal) da mesma. Estas variavam no tema e eram, por norma, extensas (muitas vezes continuadas ou em série, de uns números para os outros). Eram, também, amiúde, acusadas de ser falsas ou baseadas em factos pouco credíveis. A estas acusações, respondia Reinaldo Ferreira, no número 18 de 3 de dezembro de 1930:

Quando não rigorosamente exatas em certos pormenores, são-no na essência. Por vezes, a linguagem de que as revestimos, os nomes supostos que lhes arranjam, e a sucessão melhor combinada de certos quadros, são como os vestidos e os adornos para certos corpos de mulher – embelezam-nos sem lhes alterarem a linha impecável e escultural. (...). Acontece também abordarmos um acontecimento ocorrido, por exemplo, no Norte (...). E, caso estranho, logo recebemos cartas do Sul e do centro do país felicitando-nos pela maneira admirável como focámos o caso de Fulano e Beltrano que os nossos correspondentes muito bem conheceram sob o disfarce de outros nomes e outras terras. Os casos de que eles nos falam, em boa verdade, eram para nós absolutamente desconhecidos – mas ficámo-los conhecendo, mercê de uma reportagem feliz que os fez vir à superfície.

Mais do que contar a verdade, Reinaldo Ferreira e a sua equipa preocupavam-se em desmascarar a verdade.

Assim, em peças que se diversificavam tematicamente entre crimes financeiros e de sangue, fraudes, negócios sórdidos, casos de espionagem, investigações policiais, escândalos com vultos famosos, paixões proibidas, personalidades e acontecimentos históricos marcantes e fraturantes, projeções futuristas e também dramas sociais, questões civilizacionais, horrores da guerra, catástrofes naturais e grandes desastres, revoluções, conspirações, etc., o *Repórter X* foi-se alimentando a si e alimentando os sedentos por este tipo de novidades sensacionalistas que já, na época, eram muitos.

Atente-se em alguns exemplos de peças relativas a estas temáticas:

TABELA 2 – Exemplos de peças jornalísticas dentro das principais temáticas

Tema	Número	Peça
Crimes financeiros e de sangue	Nr. 75, páginas 10 e 15 (8.01.1932)	"O sr. Conde de Sucena nega-se ao pagamento de 80 contos e manda prender o credor..."
	Nr. 94, páginas 14 e 15 (21.5.1932)	"O suplício de um padre na Inquisição de Coimbra"
Fraudes	Nr. 23, páginas 6 e 7 (10.01.1931)	"Vigaristas de alto coturno"
	Nr. 86, página 5 (25.03.1932)	"O 'negócio' da bola – Números que são verdades esmagadoras"
Negócios sórdidos	Nr.50, páginas 5 e 13 (18.07.1931)	"Os traficantes de cabeças humanas"
	Nr. 117, páginas 10 e 11 (7.04.1933)	"O carrasco da Praça da Figueira"

Tema	Número	Peça
Casos de espionagem	Nr. 2, páginas 8, 9 e 14 (16.08.1930) Nr. 72, páginas 4 e 12 (18.12.1931)	“Os 5 espias portugueses que se venderam à Alemanha durante a guerra” “O segredo da fronteira holandesa”
Investigações policiais	Nr. 18, páginas 5 e 14 (6.12.1930) Nr. 117, páginas 5 e 13 (7.04.1933)	“Mortas por envenenamento? – Dramas da emigração” “Uma burla que dura 20 anos”
Escândalos com vultos famosos	Nr. 98, página 3 (18.06.1932) Nr. 53, página 11 (8.08.1931)	“Rino Lupo, desapareceu?” “Al Capone e o seu exército”
Paixões proibidas	Nr. 31, páginas 4 e 14 (7.03.1931) Nr. 10, página 6 (11.10.1930)	“Ladrão por amor” “O Português que morreu de amor em Berlim era um dos cabecilhas da Traulitânia?”
Personalidades e acontecimentos históricos marcantes e fraturantes	Nr. 29, página 4 (21.02.1931) Nr. 51, páginas 8 e 9 (25.07.1931)	“A morte da família imperial russa” “O rapto de Greta Garbo”
Projeções futuristas	Nr. 62, páginas 5 e 12 (10.10.1931) Nr. 104, páginas 10 e 11 (7.11.1932)	“Profecias, profecias e o fim do mundo” “Em 1950 todos os criados serão homens e mulheres-mecânicos”
Dramas sociais	Nr. 55, páginas 7 e 14 (22.08.1931) Nr. 80, página 7 (12.02.1932)	“Bairros de mistério, crime e miséria” “Um fenómeno inédito – Nasceu em Portugal uma criança sem olhos”
Questões civilizacionais	Nr. 13, páginas 6 e 7 (1.11.1930) Nr. 67, páginas 10 e 15 (14.11.1931)	“Como se faz a escravatura branca em Portugal” “Dramas negros da Europa”
Horrores da guerra	Nr. 30, páginas 4, 5 e 15 (28.02.1931) Nr. 116, página 4 (31.03.1933)	Dos quinze mil espões da guerra, cinco mil foram fuzilados” “Guerra?... Paz...?”
Catástrofes naturais e grandes desastres	Nr. 37, páginas 8, 9 e 15 (18.04.1931) Nr. 49, páginas 6 e 16 (11.07.1930)	“Existem, sob Lisboa, descendentes das vítimas daquela catástrofe?” As grandes catástrofes marítimas”
Revoluções, conspirações	Nr. 123, página 10 (19.5.1933) Nr. 60, páginas 8 e 9 (26.09.1931)	“Duce, Hitler & C.. ⁹ – A reunião secreta de Roma” “Os reis no exílio”

Uma leitura dos exemplos apresentados permite, logo numa primeira análise, perceber, que havia uma preocupação em chamar a atenção do leitor logo através do título, procurando que estes fossem bastante apelativos e sensacionalistas. Percebe-se, igualmente, que cada texto era longo, ocupando duas ou mesmo três páginas das usuais 16 que o semanário tinha normalmente.

Analisando os textos a que estes títulos se referem pode aferir-se que, no fundo, no *Repórter X* procurava fazer-se um jornalismo verdadeiro, atento, escru-

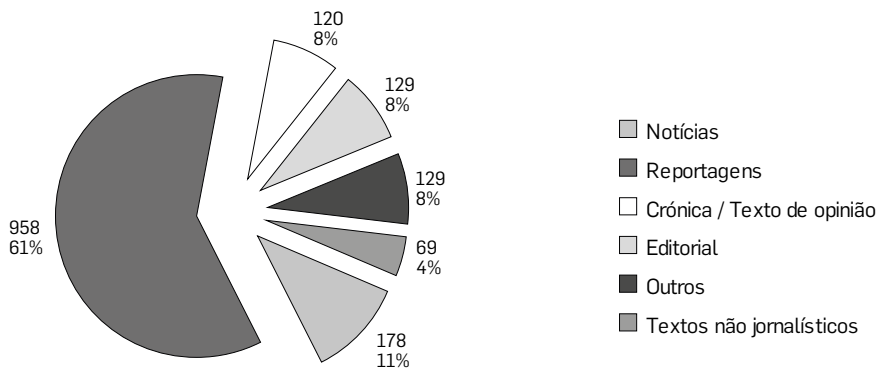
tinador e “justiceiro” que tentava mostrar a realidade tal como ela é, dando visibilidade a casos e assuntos atuais e de interesse geral, ampliando, amiúde, a sua faceta mais dramática ou malévola, e sugerindo, frequentemente uma “solução” para o “caso” apresentado, tudo numa espécie de compromisso com a sociedade e de defesa de uma sociedade melhor.

A publicação não tinha uma estrutura fixa e o seu mentor defendia uma organização dos conteúdos sem rigidez e que não comportasse secções. No entanto, estas acabaram por surgir, nomeadamente “Homens & Factos do Dia” (logo no número 1, sendo uma espécie de editorial e que surgiu em praticamente todos os números), “T.S.F. X” (criado no n.º 9), só para dar alguns exemplos.

No que diz respeito aos géneros jornalísticos, uma leitura dos vários números publicados, ainda que de uma forma diagonal, permite desde logo perceber dois aspetos: que a reportagem se destacava como género jornalístico e que a publicação guardava algum espaço para textos não jornalísticos, como contos ou novelas policiais. Assim, predefiniram-se as categorias de análise relativas aos géneros jornalísticos (de acordo com o que se destacou nesta primeira leitura) e, a partir daí, efetuou-se uma análise quantitativa. As categorias foram então: notícias, reportagens, crónicas ou textos de opinião, editoriais, outros textos jornalísticos (cartoons, entrevistas, por exemplo) e textos não jornalísticos.

Atente-se no gráfico 2 para melhor se perceber de que forma se encontravam distribuídas as peças veiculadas pelo semanário.

GRÁFICO 2 – Distribuição das peças jornalísticas por género



Uma análise ao gráfico 2 permite perceber que, de facto, a reportagem foi o género mais cultivado pelo Repórter X, apresentando mais de metade da totalidade do espaço que a publicação comportava, uns confortáveis 61%. O facto de ser

um tipo de texto longo, que permitia um maior desenvolvimento dos assuntos, que permitia escrutinar e ouvir os diferentes intervenientes, que dava espaço aos seus escritores para alguma divagação e até sensacionalismo, possibilitando-lhes uma prosa criativa e emotiva, parece ser justificativa destes valores.

Em jeito de desfecho no que à forma e estilo diz respeito, apraz-se reforçar que a matriz conceptual que esteve subjacente ao trabalho dos jornalistas do *Repórter X* e que os orientou quer ao nível da seleção das matérias, quer na forma de abordagem e de apresentação dos textos foram aquelas que aqui se referiram, temáticas atuais e de interesse geral, com tendência para o exagero e sensacionalismo, e a reportagem como género textual.

CONCLUSÕES

Este trabalho teve por objetivo biografar e documentar a vida de Reinaldo Ferreira, o *Repórter X*, bem como perceber o que já foi dito sobre a sua rica e singular, mas curta existência. Reinaldo Ferreira foi um caso incrível de produtividade na literatura popular – popular, policial e de mistério, no teatro, no cinema e, claro, no jornalismo. Através dos seus escritos, nomeadamente da revista *Repórter X*, foi possível intuir qual o seu pensamento sobre o jornalismo e sobre o jornalista. Aconselhava os novos jornalistas a fazer da sua pena “uma agulheta para desencardir as maquilhagens da hipocrisia, da hipocrisia que artificializa a honra e oculta o crime, do crime que consegue a impunidade subornando ou ferindo.”¹⁰ e referia-se ao papel do jornal e do jornalismo como tendo a função de “reporterizar”¹¹ a realidade, dando visibilidade a temas e matérias que refletissem o ambiente da época, sem maquilhagens ou subterfúgios, e indo ao encontro do que era o desejo de leitura do leitor. Acrescentava ainda que o jornal tinha uma “alta missão social”¹² e que podia ser comparado a um cidadão, pois também discutia, votava, combatia e lutava pela vida.¹³

Todo este trabalho foi sempre pautado e guiado pela contextualização da época, quer a nível histórico, quer jornalístico, com noção de que se estava perante uma publicação que se movia num panorama marcado pela censura e pela permeabilidade à propaganda oficial da Ditadura Nacional. Mesmo assim, e tendo

¹⁰ *Repórter X*, nr 9, 4 de outubro de 1930.

¹¹ *Repórter X*, nr 28, 27 de setembro de 1930.

¹² *Repórter X*, nr 52, 1 de agosto de 1931.

¹³ *Repórter X*, nr 52, 1 de agosto de 1931.

todos os seus números sido visados pela comissão de censura, o semanário conseguiu publicar matérias que não eram favoráveis à imagem que a Ditadura procurava passar do país, nem coincidentes com a política em vigor. A justificação mais plausível para o facto prender-se-á com o facto de este regime estar ainda numa fase pouco consolidada e com um corpo de censores com pouca formação e com falta de perceção sobre aquilo que lia; ou mesmo pela não compreensão do que se estava a contar, uma vez que o sensacionalismo esteve sempre presente e acabava por camuflar, das mais diversas formas, alguns dos assuntos que eram abordados. Note-se, ainda, que as temáticas divulgadas nas páginas do *Repórter X* não eram aquelas que mais faziam atuar a censura, pois estavam longe de ser uma crítica direta ao governo e/ou aos seus governantes e pouco se dedicavam, pelo menos de forma direta, a temáticas partidárias ou relativas às forças armadas do país. Assim, ao dissimular o sentido do que escreviam e ao condicionar o modo como o seu conteúdo era percecionado, os jornalistas do semanário conseguiam publicar e fazer passar pelas malhas da censura praticamente tudo aquilo que queriam divulgar.

A investigação procurou, ainda, apresentar a sua publicação mais relevante, a que curiosamente atribuiu o nome pelo qual também se denominava, *Repórter X*, descrevendo a sua história, a sua forma e os seus conteúdos, com recurso a uma análise quantitativa e qualitativa do discurso. Assim, concluiu-se que, após um primeiro ano e segundo anos auspiciosos, em que a publicação manteve a sua periodicidade, esta começou a falhar e os últimos números, com saídas muito irregulares, poderão ter acontecido apenas por uma necessidade de manter o título. No que ao estilo diz respeito, este foi fiel durante todas as semanas e anos, mantendo-se o tamanho, o preço, a organização da capa e das páginas interiores, a inclusão da secção “Homens & Factos do Dia”, que funcionava como editorial (só terá faltado uma única vez) e a inserção de publicidade (que registou uma quebra quando a publicação começou a falhar com a periodicidade).

O número de páginas pouco variou, mas ainda houve algumas edições a ultrapassar as 16 páginas habituais; o dia de saída ao público também não foi constante, tendo variado entre alguns dias da semana. Já a equipa editorial e a empresa responsável pelo grafismo e impressão variou muito ao longo do tempo, tal como os colaboradores que iam dando um contributo mais esporádico à publicação. No entanto, o eixo temático foi-se mantendo, bem como o tipo de jornalismo “justiceiro” e defensor dos valores da verdade e da liberdade, tendo sempre em vista o bem comum e uma sociedade mais justa e equilibrada. Em grandes reportagens, género jornalístico elegido por excelência, o repórter X / *Repórter X* (na sua dupla denominação) conseguiu traçar um retrato fiel do seu tempo, com

mais ou menos sensacionalismo à mistura, mas tendo sempre em mente a sede de novidades exigidos por um público, que, priorizando a realidade dos acontecimentos, não se incomodava com uns pós de dramatismo em excesso.

A morte de Reinaldo Ferreira, em 1935, ditou a morte do *Repórter X*, que, no entanto, e conforme se procurou mostrar, já há algum tempo que vinha sendo anunciada.

BIBLIOGRAFIA

- Araújo, A. d'A. (1931). *O Repórter Xiça (com X)*. Lisboa: s/e [Imprensa Beleza].
- Correia, R. (2016). *Repórter X: Semanário de Grandes Reportagens e de Crítica de Todos os Acontecimentos Sensacionais de Portugal e Estrangeiro*. Ficha bibliográfica. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/ReporterX.pdf>. Consultada em 21 de março de 2018.
- Coutinho, M. J. de C. (2015). *Jornalismo literário em Portugal e no mundo: Abordagem jornalística e técnicas da escrita*. Dissertação de mestrado em Ciências da Comunicação, especialização em Media e Jornalismo, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Domingues, M. (193_). Vinte e quatro anos de vida intensa e tumultuosa. In: M. Domingues (org.), *O Livro do Repórter X* (83-127). Lisboa: Agência Editorial Brasileira.
- Domingues, M. (org.) (193_). *O Livro do Repórter X*. Lisboa: Agência Editorial Brasileira.
- Escaleira, A. (193_). *Reinaldo Ferreira, émulo de Alberto Londres*. In: M. Domingues (org.), *O Livro do Repórter X* (23-35). Lisboa: Agência Editorial Brasileira.
- Fava, F. M. (2010). *Repórter X: O artesão do fingimento*. *Biblos*, VIII: 307-335.
- Ferreira, I. (1932). *Carta aberta aos leitores do Repórter X* [folheto avulso]. Lisboa: (s/e), 6 de janeiro de 1932.
- Ferro, A. (1935). *A Política do Espírito e os prémios literários do SPN. Discurso*. Lisboa: Secretariado da Propaganda Nacional.
- Ferro, A. (1943). *Dez anos de Política do Espírito*. Lisboa: Secretariado da Propaganda Nacional.
- Fonseca, J. de S. (193_). Rapsódia em saudade. In: M. Domingues, Mário (org.): *O Livro do Repórter X* (71-84). Lisboa: Agência Editorial Brasileira.
- Godinho, J. (2009). *As origens da reportagem – Imprensa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Godinho, J. (2011). *As origens da reportagem – Televisão*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Lima, J. (2004). *O Porto do “Repórter X”*. Porto: Campo das Letras.
- Lima, J. (2007). Reinaldo Ferreira, “Repórter X” e primeiro autor português de novelas policiais. In: Ferreira, R. (2007), *Memórias de um Chauffeur de Táxi* (7-18). Carnaxide: Livros do Brasil.
- Lima, J. (2017). Introdução. In: R. Ferreira [sob o pseudónimo Gil Góis], *O Mistério da Rua Saraiva de Carvalho. Versão integral* (7-30). Lisboa: Pim Edições.
- Lima, J. (2018). Introdução. In: R. Ferreira [sob o pseudónimo Edgar Duque] (2018), *Punhais misteriosos. Versão integral* (7-30). Lisboa: Pim Edições.
- Oliveira, M. de (1973). *Diário de um Jornalista*. Lisboa: s/e [edição póstuma do autor].
- Redondo, B. (193_). O “repórter” Reinaldo Ferreira. In: M. Domingues (org.), *O Livro do Repórter X* (37-47). Lisboa: Agência Editorial Brasileira.
- Rêgo, M. & Sá, L., coords. (1998): *Reinaldo Ferreira (1897-1935)* [catálogo de exposição]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Rocha, I. da (2001). *O Repórter X e os Futuristas*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

- Rosa, G. P. (2015). *Parem as máquinas! Glórias, peripécias e embustes do jornalismo português*. Lisboa: Parsifal.
- Rosa, G. P. (2015). *O Inspetor da Pide que morreu duas vezes e outras gaffes, triunfos e episódios memoráveis do século XX da imprensa portuguesa*. Lisboa: Planeta.
- Scheufele, B. (2008a). Content analysis, qualitative. In: W. Donsbach (ed.), *The international encyclopedia of communication*. Vol. III (967-972). Oxford: Blackwell Publishing.
- Scheufele, B. (2008b). Content analysis, quantitative. In: W. Donsbach (ed.), *The international encyclopedia of communication*. Vol. III (972-978). Oxford: Blackwell Publishing.
- Soares, J. (1998). Apresentação. In: M. Rêgo & L. Sá (coords.), *Reinaldo Ferreira (1897-1935) [catálogo de exposição]* (5). Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Sousa, J. P. (2006). *Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media*. 2.^a edição revista e aumentada. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Sucena, E. (1996): *O fabuloso Repórter X*. Lisboa: Vega.
- Wimmer, R. D. & Dominick, J. R. (1996). *La investigación científica de los medios de comunicación. Una introducción a sus métodos*. Barcelona: Bosch.

“SENTINELAS DA VERDADE” O BOLETIM DA LEGIÃO PORTUGUESA E OUTRAS PUBLICAÇÕES SALAZARISTAS NO TEMPÓ DA GUERRA CIVIL DE ESPANHA¹

ALBERTO PENA RODRÍGUEZ

Universidade de Vigo e CEIS 20 – Universidade de Coimbra
alberto@uvigo.es

Depois da fundação oficial do Estado Novo em 1933, especialmente nos momentos prévios ou durante a Guerra Civil de Espanha, surgiram em Portugal algumas publicações de carácter ultranacionalista, financiadas pelo Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) e editadas por organizações corporativas ou dependentes do Estado Novo, que tinham uma clara missão de legitimação política do regime autoritário para fomentar o consenso social e o prestígio público dos seus líderes, especialmente a figura do *chefe* Salazar (Acciaiuoli, 2013; Rosas, 2012; Matos, 2010a e 2010b; Torgal, 2009). Entre todos os meios de comunicação impressos deste período, pela sua relação ideológica, política e simbólica com o salazarismo, mas também por ser o órgão da milícia do Estado Novo, destaca o *Boletim da Legião Portuguesa* (BLP), uma publicação de discurso essencialmente anti-comunista e salazarista que era o meio jornalístico da Legião Portuguesa, fundada em Lisboa em Setembro de 1936 como reacção à Guerra Civil de Espanha (1936-1939) (Rodrigues, 1996).

¹ Este trabalho é uma versão revisada de um texto intitulado “As revistas do regime”, publicado no livro do próprio autor *Salazar, a Imprensa e a Guerra Civil de Espanha* (Coimbra: Minerva, 2007), traduzido por Clara Roldão Caldeira.

Neste contexto de emergência anti-comunista e anti-republicana em apoio ao golpe militar contra o governo da II República em Espanha, estimulado pelo discurso oficial, apareceram outras publicações relevantes de estrutura e discurso propagandístico (Pena, 2007 e 2009; Oliveira, 1988, Delgado, 1980). Entre elas destacam dois títulos: *Alma Nacional*, uma revista de cariz intelectual, de ideias integralistas e fortemente identificada com os princípios do Estado Novo e o franquismo espanhol, e *Acção. Semanário Português para Portugueses*, que estava dirigida fundamentalmente a persuadir a classe operária sobre os perigos das ideias revolucionárias, assim como as vantagens das políticas salazaristas. Através de uma análise qualitativa do discurso, este trabalho pretende analisar alguns aspectos interessantes sobre a representação da guerra espanhola e a promoção do franquismo neste tipo de títulos de ideologia salazarista, que tiveram uma grande relevância no controlo da opinião pública portuguesa e na consolidação do Estado Novo na segunda metade dos anos trinta (Garcia et al., 2017).

O Estado Novo, de facto, dispunha de numerosos satélites jornalísticos que defendiam a organização política do país e que se converteram em autênticos altifalantes do nacionalismo português, descarados promotores do salazarismo e aliados incondicionais do franquismo. Mais à frente veremos vários exemplos que nos permitem ter uma ideia do tom e da profundidade com que estas publicações assumiam a ideologia do regime e tentavam promover a adesão às suas estruturas corporativas (Cordeiro, 2011; Serapiglia, 2016, Pena e Paulo, 2016).

O ÓRGÃO DA MILÍCIA DO ESTADO NOVO: O BOLETIM DA LEGIÃO PORTUGUESA

O caso do *Boletim da Legião Portuguesa (BLP)* é um dos exemplos mais paradigmáticos das publicações de carácter ultranacionalista que se envolveram na luta propagandística a favor do movimento fascista espanhol chefiado pelo general Franco em Portugal. O *BLP* era o órgão da Legião Portuguesa, fundada oficialmente a 15 de Setembro de 1936, através da elaboração de um decreto-lei em que se sublinhava o alarmismo que vivia a sociedade portuguesa devido aos “perigos que têm corrido outros povos” no combate contra o comunismo.² Indiscutivelmente, a Legião Portuguesa nascia no calor da guerra espanhola. O seu principal impulsionador foi, justamente, o mais destacado propagandista dos rebeldes franquistas em Portugal, o capitão Jorge Botelho Moniz, que na manifestação

² Decreto-lei n.º 27058 del 30 de setembro de 1936.

anti-comunista celebrada na Praça de Touros de Lisboa no dia 28 de Agosto de 1936 recordou a trágica experiência da “fogueira” espanhola, justificando assim a criação de uma milícia portuguesa armada para impedir o avanço do “terror vermelho”. Botelho Moniz propôs uma mudança de mentalidade na juventude para que os jovens se sintam “portadores da verdade, da única verdade”. Durante o comício é aprovada uma moção de reconhecimento público ao Estado Novo e às suas forças armadas na luta contra os “odores infectos que vêm da Ásia”.³ A ordem lançada identificava o regime democrático espanhol com um foco revolucionário que podia pôr em perigo a independência nacional; era o resuscitar do antigo “perigo espanhol”, que noutra época representava o imperialismo castelhano. Para a propaganda salazarista, especialmente acentuada em publicações como o *BLP*, a vitória do governo republicano significava, praticamente, uma imediata invasão espanhola, e o triunfo rebelde era uma garantia de paz e entendimento. O director do *Boletim da Legião Portuguesa* era um dos ideólogos mais destacados do salazarismo, João Ameal (Pinto, 1995),⁴ que constata na sua revista, em Maio de 1939, o estímulo do trágico exemplo espanhol na fundação da Legião:

A Legião Portuguesa surgiu, formou-se, cresceu nos primeiros meses da guerra civil espanhola. Foi como que um erguer de lanças, neste baluarte do Extremo-Occidente, ante os perigos da investida *vermelha* no país vizinho. Representou uma espécie de nobre e ardente cruzada, aposta à ofensiva das hordas do marxismo internacional, contra as quais começavam a bater-se, num heroica temeridade, as primeiras forças agrupadas em torno do grito libertador de Franco, de Mola, de Queipo de Llano, dos chefes magníficos do 18 de Julho. Enquanto durou, na península, o choque violento dos nacionalistas de Espanha e dos agentes ibéricos da peste soviética, a Legião Portuguesa manifestou e acentuou a firme vontade de não permitir nunca, na sua terra, igual tragédia e igual batalha. Muitos dos nossos camaradas levaram o espírito de sacrifício até o ponto de marcharem para as trincheiras de Madrid, da Andaluzia, do Aragão ou do Levante – e alguns pagaram o tributo do sangue, deram a vida em holocausto aos ideais da Reconquista.⁵

3 *Acção*, ano 1, n.º 15, 05/09/1936, p. 5.

4 João Ameal foi um destacado ideólogo do Estado Novo de origem nobre e de tendência monárquica que defendeu a existência da Legião Portuguesa. Era colaborador do *Diário de Notícias*, onde publicou numerosos artigos de propaganda anti-comunista, com referências directas à Guerra Civil espanhola. Cultivou vários géneros literários e publicou numerosos livros. Foi também director da revista *Ilustração Portuguesa* e do órgão monárquico *Acção Realista*, além de manter colaboração com outros muitos jornais portugueses.

5 *Boletim da Legião Portuguesa (BLP)*, ano 2, n.º 21, Maio de 1939, p. 4.

A 18 de Dezembro de 1937, foram inaugurados os Serviços de Acção Social e Política da Legião Portuguesa, com sede no antigo Palácio do Grémio Lusitano, na rua lisboeta de Travessa de Guarda-Mor, 25, e a sua finalidade principal era o treino dos membros da milícia e a propaganda da ideologia legionária. Esta secção fundou o *BLP* em Fevereiro de 1938, com periodicidade quinzenal e mensal,⁶ ao preço de 60 centavos e com um formato Din-A-4, que facilitava a sua leitura em qualquer lugar. A publicação contava com uma equipa de colaboradores alargada, no entanto só alguns deles eram habituais nas suas páginas: Domingos João Pinto da Costa Leite ("Lumbrales"), presidente da Junta Central da Legião Portuguesa, Jorge Simões, Victor de la Fortelle, Eduardo Freitas da Costa, Manoel Araujo e o pseudónimo Gil de Roma, além do director João Ameal, eram os que concentravam toda a actividade jornalística do *Boletim*. Os seus conteúdos dispunham de secções fixas como "Ronda", "Perspectivas" ou "Directrizes", que eram uma montra fiel dos desígnios políticos da Legião Portuguesa aos seus filiados. Como é lógico, a guerra de Espanha ocupou um espaço significativo nesta publicação enquanto durou, com presença regular de informações ou comentários nas principais colunas ou na secção "Espanha", onde eram publicadas crónicas dos combates assinadas sob o pseudónimo "O Guerrilheiro" ou pelo jornalista do *Diário de Notícias*, José Augusto. A divulgação do *BLP*, segundo os próprios comunicados da publicação, era em grande escala, chegando mesmo a ter alguns números esgotados. Com certa frequência, aliás, o *BLP* difundia um apelo a todos os legionários para que divulgassem ao máximo cada exemplar da revista.

A fase avançada do conflito espanhol em que o *BPL* foi criado condicionou em grande parte o tom dos seus comentários e informações, menos alarmista e catastrófico que o da maioria dos jornais portugueses nos primeiros meses dos combates. Os seus objectivos propagandísticos, ao contrário dos da imprensa de informação geral, que pretendia justificar um apoio oficial ao movimento franquista e convencer a sociedade portuguesa, passavam por reforçar e expandir a filosofia "milicianista" e a hierarquia corporativa como garantia de independência, não só nacional mas também – e ainda que pareça estranho – individual, frente a um hipotético e "feroz" inimigo comunista. A base desta propaganda era disciplinar as massas para criar "voluntários da Ordem" – legionários virtuosos – integrados na vida quotidiana e fiéis ao Estado Novo para o ressurgimento da pátria,

⁶ O *Boletim da Legião Portuguesa* mantém periodicidade quinzenal até 15 de Janeiro de 1939. Depois, até Maio do mesmo ano, não é publicado, para reaparecer novamente como uma revista mensal, com um formato semelhante, com algumas alterações de grafismo. A principal novidade é a incorporação de ilustrações e fotografias, de que carecia na primeira fase da sua publicação.

segundo a filosofia de João Ameal.⁷ Gil de Roma afirma inclusive que os legionários deviam estar na “vanguarda” do combate propagandístico contra os “processos do comunismo”, cujos princípios fundamentais respondiam ao lema “o nome de Deus é intagível, a ideia da Pátria, sagrada, e a figura do Chefe, indiscutível.” Num dos seus discursos, dirigidos aos legionários, em Março de 1938, Salazar deixa claro que, para evitar uma guerra civil é imprescindível lutar contra a “ditadura execrável da ininteligência e da insensibilidade moral” propagada pelo comunismo. Entretanto, o colaborador José Beleza dos Santos reforça o tom, dizendo que “não basta que o legionário conheça e espalhe a *boa causa* (itálico no original), é preciso que os seus actos não desmintam nem desacreditem as palavras, atraindo a causa que estas aparentam defender.”⁸

Dentro deste contexto, a guerra espanhola era uma referência fundamental para levar a cabo o endoutrinação dos “voluntários da Ordem”. Por esta mesma razão, a direcção da publicação legionária portuguesa mantinha um intercâmbio com as publicações falangistas espanholas. Os seus conteúdos eram narrados no BLP, ao mesmo tempo que se fazia a apologia do recrutamento com artigos como o que João Ameal publicou dias antes do segundo aniversário do golpe de Estado, no qual se podia ler:

18 de Julho de 1936. 18 de Julho de 1938, quanto caminho andado nestes vinte e quatro meses de dor e de glória, de sacrifício e de exaltação, de holocausto e de triunfo!. Há dois anos Franco, os generais que o acompanhavam, as moças legiões que acorriam a dar a vida pela Espanha, representavam apenas uma esplêndida e temerária aventura. Hoje, representam mais de três quartos do território nacional, o governo legítimo e forte, o exército disciplinado e vitorioso. E dia a dia ganham novas províncias e novos louros. Celebremos a data em que se iniciou o resgate da civilização crista e ocidental. E tenhamos a esperança de que o terceiro ano da guerra seja o último – aquele em que, como se canta no hino falangista:

*“Volverán banderas victoriosas
al paso alegre de la paz...”*

Recordámos as frases anunciadoras de José António. Recordemos, a fechar, a pergunta que nos fez, em fins de 1936, outro dos melhores intérpretes da Nova Espanha, Manuel Fal Conde, chefe dos Requetés: – p “*Compreendem vocês bem, em Portugal, que se trata duma verdadeira Cruzada?*”. A nossa resposta

⁷ BLP, ano 1, n.º 2, 28/02/1938, p. 3.

⁸ BLP, ano 1, n.º 4, 01/04/1938, p. 7.

foi imediata e segura. Portugal compreendia-o plenamente – e, desde a primeira hora, os votos fraternos dos portugueses acompanhavam a epopeia magnífica dos Cruzados da Reconquista. Agora, Portugal acompanha, com a mesma sinceridade calorosa, os seus passos decididos no caminho da Vitória!⁹

A comunicação doutrinária com referências à guerra espanhola foi bastante recorrente. Além das crónicas sobre o progresso militar do conflito que, à margem das descrições absolutamente favoráveis aos rebeldes fascistas não apresentam nenhuma novidade temática nem propagandística digna de ser sublinhada, publicaram-se diversos comentários que resumiam uma marcada propaganda ideológica baseada nos acontecimentos bélicos de Espanha. Artigos como aquele publicado por Domingos Mascarenhas no número de 28 de Fevereiro de 1938, intitulado “Verdades sobre o Comunismo”, sobre a presença russa em Espanha, é uma boa prova:

Os agentes soviéticos, enviados para a Espanha vermelha pela U.R.S.S., a fim de assegurarem a eficácia da sua intervenção, podem dividir-se, consoante a sua especialidade e objectivo principal da sua missão, nos seguintes quatro grupos:

1.º) – O dos terroristas de absoluta confiança da Gugobegs (ex-Tcheka, ex-G.P.U.), que dispõem de poderes especiais. (...)

2.º) – É o grupo dos agentes e agitadores que Moscovo espalha pelo mundo com a etiqueta de diplomatas e agentes comerciais (constituído por Ovseieinko, cônsul geral da U.R.S.S. em Barcelona, especialista em guerras civis; Rosemberg, embaixador soviético; (...).

São estes, pois, alguns dos elos da cadeia oferecida à Espanha vermelha pela “não-intervenção” soviética.¹⁰

Mas, segundo o discurso editorial do *BLP*, de nada serve este exército de agentes soviéticos perante um chefe forte como o general Franco, que Domingos Mascarenhas vê como um militar “vitorioso” frente aos “vermelhos”, que admira e contempla como virtual vencedor da guerra em Junho de 1938:

⁹ *BLP*, ano 1, n.º 12, 15/07/1938, p. 5.

¹⁰ *BLP*, n.º 2, 28/02/1938, p. 9.

Qualquer pessoa a quem a paixão não cegue tem neste momento, necessariamente, a convicção de que os exércitos de Franco estão em vias de alcançar nova e retumbante vitória. Quer dizer: torna-se cada vez mais evidente que a verdadeira Espanha se aproxima em ritmo acelerado do triunfo total e definitivo. Se para o provar não bastasse o exame da situação militar, poderíamos ainda confirmar essa convicção observando o que se tem passado ultimamente nos arraiais diplomáticos e jornalísticos. O panorama disfrutado assemelha-se, sem tirar nem pôr, aos que já nos foi dado admirar sempre que se esboçaram e desenvolveram as anteriores ofensivas vitoriosas de Franco.¹¹

Mascarenhas defende incondicionalmente o líder espanhol dos ataques da imprensa internacional, principalmente francesa e inglesa, que o acusam de bombardear indiscriminadamente a cidade de Barcelona em Junho de 1938:

Não pensam noutra coisa, esses adoráveis comunistas!. Eles, que ainda há dias massacraram 2000 pessoas, especialmente velhos, mulheres e crianças, em Castellón de la Plana, não podiam deixar de estar indignadíssimos com os pobres sacrificados com os bombardeamentos dos aviões nacionalistas... É evidente, srs. tartufos!. Ninguém mesmo poderá supôr que possam ser outros os sentimentos dos seráficos marxistas valencianos! A hipocrisia humana é verdadeiramente ilimitada. Esta história dos bombardeamentos aéreos tem-nos dado nos últimos tempos novas e eloqüentes demonstrações de que é assim.¹²

O BLP, por outro lado, empreendeu uma guerra peculiar de propaganda a favor do expansionismo alemão no centro da Europa, juntamente com outros órgãos do Estado Novo, como o *Diário da Manhã* (Pena Rodríguez, 1995). A publicação legionária reconhece o direito de Hitler de ficar com a região checoslovaca dos Sudetas, reivindicada pela Alemanha para consumir a sua teoria imperialista do *Lebensraum*, e finalmente cedida após o tratado de Munique, em finais de Setembro de 1938. A origem desta campanha contra a independência da Checoslováquia estava directamente relacionada com a Guerra Civil espanhola. Quando se dá a crise, o governo português tinha cortado as suas relações diplomáticas com o Estado centro-europeu, no mês de Julho de 1937, devido à decisão checoslo-

¹¹ BLP, n.º 9, 15/06/1938, p. 13.

¹² BLP, n.º 10, 01/07/1938, p. 5.

vaca de cancelar um contrato de venda de armas a Portugal, por suspeitar que se destinavam à facção insurrecta espanhola. A lógica desta acérrima propaganda anti-checoslovaca, além de constituir uma natural reação apaixonada de orgulho nacional, baseava-se no interesse do governo português em favorecer a política complacente de Chamberlain em relação a Hitler para evitar, na altura, uma guerra continental que pudesse hipotecar uma vitória franquista em Espanha. Desta forma, Salazar pretendia desviar a atenção das ambições territoriais alemãs sobre África, onde Portugal possuía grande parte do seu império colonial. Após a vitória diplomática nazi e a invasão dos Sudetas, João Ameal celebra o acontecimento, acusando os meios de comunicação contrários à 'rendição' perante Hitler de serem agentes belicistas de Moscovo e de condenar a Europa à guerra para assim consumarem as suas ambições imperiais: "É o momento de clamar aos legionários: não esqueçam aquelas vozes insidiosas e aqueles jornais pérfidos que, nestes dias de ansiedade e alarme, se fizeram diligentes propagandistas da intriga moscovita! Não esqueçam aqueles que se desmascararam no "clima" excepcional em que vivemos – e tiveram a esperança delirante de conseguir os seus fins sombrios graças a uma hecatombe europeia. Não esqueçam, legionários!"¹³

Ao acabar a Guerra Civil espanhola, surgiram algumas vozes contrárias à continuidade da Legião Portuguesa. Esta polémica debateu-se no *BLP*, que rebateu as ofensivas a favor da dissolução da milícia. O colaborador que assinava como A. S. assinalou então que "o nosso patriotismo se não mede pelos dissabores dos vizinhos".¹⁴ À pergunta que dava título ao seu artigo "A Legião ainda é precisa?" Manoel de Araujo responde rotundamente que sim. João Ameal afirma, de facto, que a milícia é precisa para continuar com o projecto do Estado Novo: "Nascida ao calor do brazeiro espanhol, iria morrer quando, nesse brazeiro extinto, já as cinzas esfriassem? Puro engano, resultante de uma visão imperfeita e incompleta das coisas. A Legião continua. A Legião caminha para outros horizontes, avança para o cumprimento da sua missão, que é mais vasta e mais ampla".¹⁵

¹³ *BLP*, ano 1, n.º 16, 01/10/1938, p. 3.

¹⁴ *BLP*, ano 2, n.º 22, Junho de 1939, p. 19.

¹⁵ *BLP*, ano 2, n.º 21, Maio de 1939, p. 4. Sobre o mesmo assunto veja-se também: ano 2, n.º 22, Junho de 1939, p. 19, "Vencemos! Venceremos sempre!"; ano 2, n.º 23, Julho de 1939, p. 2, "A nossa luta"; ano 2, n.º 25, Setembro de 1939, p. 16, "A Legião continua"; ano 3, n.º 32, abril de 1940, pp. 14 e 15, "As críticas tolas: outro inimigo oculto"; ano 3, n.º 33, Maio de 1940, pp. 6 e 7, "Para que serve a Legião?"

A VISÃO DOS MILITARES PORTUGUESES: DEFESA NACIONAL

Defesa Nacional pode ser considerada como um órgão do salazarismo entre um amplo sector dos militares portugueses. Foi fundada em Maio de 1934 por um grupo de oficiais do Exército e da Armada, com a finalidade de “lançar sobre a Terra Portuguesa um enérgico brado de alerta, que levasse este povo, bom mas no geral apático, a quanto ocorre além-fronteiras, a reconhecer o imperioso dever de se preparar para enfrentar o perigo que hoje, mais do que nunca, paira ameaçador sobre a Integridade dos seus domínios.”¹⁶ O título da revista foi escolhido, justamente, de acordo com esta mentalidade defensiva que os fundadores pretendiam expandir na sociedade portuguesa, tentando suscitar o interesse dos cidadãos por este tema e romper as barreiras psicológicas que separavam a instituição castrense do resto da nação.

A *Defesa Nacional* contou com o apoio financeiro do governo desde Março de 1936. Na manchete da publicação se fazia constar que era uma revista subsidiada pela Presidência do Conselho através do Secretariado de Propaganda Nacional. O seu director era José Soares de Oliveira, e o editor era um dos membros do comando da Legião Portuguesa, o capitão Humberto Delgado, o administrador era Ilídio de Oliveira Barbosa e o redactor-chefe Jorge Valadas. A sua sede estava situada no número 6 da Rua Teixeira de Lisboa. Os conteúdos da revista, de periodicidade mensal e formato reduzido, provinham, fundamentalmente, das colaborações de militares, dos milicianos portugueses e outras personalidades convidadas pela direcção do órgão. *Defesa Nacional* centrava a sua atenção na estrutura organizativa, na preparação e nos exercícios militares do exército português, da Legião e da Mocidade Portuguesa, fazendo sempre finca-pé na necessidade de defender o território nacional.

Por se tratar de uma publicação mensal, não fez uma narração estritamente cronológica da guerra espanhola. Os seus artigos e reportagens ilustravam aspectos concretos da luta armada em Espanha com um forte sentido mitificador do bando rebelde, tanto nas suas colunas como nas excelentes reportagens fotográficas. Os jornalistas que mais se destacaram neste tema foram o seu redactor principal, o capitão Humberto Delgado, o também cronista do *Diário da Manhã* Jorge Simões e Luiz Vieira de Castro. Apesar dos combates do outro lado da fronteira terem mantido atentos os redatores da *Defesa Nacional*, as batalhas espanholas não foram o tema preferencial desta publicação, como aconteceu

¹⁶ Arquivo do Ministério do Interior/Torre do Tombo (AMI-GM/ANTT). M 481, C 34. Nota oficiosa n.º 298/36/R. do director de *Defesa Nacional*, J. Soares de Oliveira, ao ministro do Interior, 10/03/1936.

nos casos da *Alma Nacional* ou d' *Acção*, que veremos posteriormente. O seu maior contributo original em termos de propaganda sobre o conflito foram a inserção de reportagens fotográficas com enfoques tendenciosos sobre a guerra. Além dos retratos dos líderes e mártires rebeldes, como o general Franco ou o chefe da Falange Espanhola José António Primo de Rivera, destacam-se reportagens dos números de Janeiro, Fevereiro e Março de 1937, que reproduzem, dentro de uma mesma série fotográfica, várias dezenas de imagens sob o lema "A Espanha contra os bárbaros". Particularmente, Humberto Delgado tentou alimentar o mito do Alcázar de Toledo, publicando a experiência de uma viagem àquele lugar icónico realizada por ele em Novembro de 1936: "Bravos!, grandes bravos que honraram a Espanha, traçando na história militar dos cercos e da guerra mais um exemplo de heroísmo!", assinala no seu texto,¹⁷ que tinha outro precedente mitificador num artigo que não assinou, intitulado "Glória aos heróicos Cadetes de Toledo! Glória ao General Moscardó!", que é uma espécie de canto ao exército rebelde.¹⁸ A figura do general Franco, por seu lado, é admirada com devoção enquanto vencedor e condutor das "massas" guerreiras até à salvação: "Franco venceu. Venceu porque foi um verdadeiro chefe, o Chefe de que a Espanha precisava para seu resgate e salvação. Mas salvando a Espanha, salvou algo mais: salvou neste Ocidente extremo da Europa, a civilização cristã e latina que os novos bárbaros de Oriente sonharam subverter. Franco salvou a Espanha e a Península."¹⁹ Junto do líder espanhol, *Defesa Nacional* recordou também o papel heróico dos voluntários portugueses, os "viriatos", com uma reportagem sobre o seu regresso a Portugal em Junho de 1939 e um poema inédito de Graciette Branco.

A *Defesa Nacional*, não obstante, matizava a sua paixão pelo movimento insurgente espanhol com as reclamações sobre a vila fronteiriça de Olivença, apropriada por Espanha durante a popularmente conhecida "Guerra das Laranjas", no início do século XIX. De facto, em Maio de 1936 a revista chegou a publicar dois artigos intitulados "Olivença e o seu termo são terras de Portugal" e "Olivença", nos quais defende os históricos direitos territoriais sobre a povoação fronteiriça.

¹⁷ *Defesa Nacional*, n.º 32, Dezembro de 1936, pp. 14 e 15.

¹⁸ *Defesa Nacional*, n.º 31, Novembro de 1936, p. 15.

¹⁹ *Defesa Nacional*, n.º 61, Maio de 1939, p. 7.

A REVISTA GUARDIÃ DAS ESSENCIAS PATRIÓTICAS: ALMA NACIONAL

A revista *Alma Nacional* teve uma existência efémera e irregular, mas excepcionalmente frutífera para a propaganda franquista em Portugal, a tal ponto que a podemos considerar um meio abertamente propagandístico do fascismo espanhol em Lisboa. De qualquer forma, é preciso esclarecer que não encontramos nenhuma prova que vincule economicamente esta revista ao Estado Novo nem ao governo de Franco.²⁰ No entanto, a sua posição ultranacionalista no reconhecimento e na propaganda das instituições do regime português, com uma admiração especial pela Legião Portuguesa, autoriza a sua catalogação como uma publicação de carácter integralista, identificada com o salazarismo e os seus líderes.

A *Alma Nacional* dava continuação ao mesmo título desaparecido em Lisboa anos antes que só publicou cinco números entre Abril e Outubro de 1937. Tratava-se de uma revista ilustrada em formato tablóide e com uma excelente qualidade gráfica, cujos conteúdos mostravam um compromisso firme com a ditadura portuguesa embora com alguns artigos de tendência monárquica. A sede da *Alma Nacional* estava situada na Praça de D. Pedro IV, 93, em Lisboa. Os seus directores eram A. Sarmento Brandão e J. Duarte Costa, o seu editor, Manuel Cayolla, os seus redactores principais, o cineasta Aníbal Contreiras e Francisco Cervantes, mais o administrador, V. Duque Simões. Entre os seus colaboradores encontramos novamente a Humberto Delgado, Pequito Rebelo e numerosos militares ou legionários como o general Raúl Esteves (chefe da Missão Militar Portuguesa de Observação em Espanha), Eduardo Freitas da Costa ou Ruben de Araujo. O seu nascimento criou grandes expectativas, começando por realizar tiragens significativas, cuja distribuição alcançava as colónias portuguesas, o Brasil, a Espanha rebelde, Alemanha e Itália.²¹ O reaparecimento desta revista é inseparável dos acontecimentos de Espanha e da corrente nacionalista que atravessou todo o jornalismo português, impulsionada pela propaganda salazarista. "*Alma Nacional*" reaparece na hora própria, na hora de cerrar fileiras, na hora em que todos os verdadeiros portugueses, unidos em volta do Chefe, trabalham, cheios de patriotismo e de amor pela sua pátria por Portugal, pelo Império Português", rezava a circular dirigida pela Administração da revista a todos os comercian-

²⁰ Não obstante, a direcção de *Alma Nacional* pediu apoio financeiro ao ministro do Interior apenas no primeiro número em Fevereiro de 1937. Os proprietários da *Alma Nacional* pediam a Mário Pais de Sousa que o governo português comprasse 500 exemplares da revista. Cf.: AMI-GM/ANTT, M 486, C 40. Carta de *Alma Nacional* ao ministro do Interior, 12/02/1937. Veja-se também a nota oficiosa respondida pelo ministro n.º 135 DS/L 9 del 18/02/1937.

²¹ AMI-GM/ANTT, M 486, C 40. Circular de *Alma Nacional*, Janeiro de 1937.

tes do país, para solicitar a inserção de anúncios em Janeiro de 1937.²² As circulares da revista eram encabeçadas pelos chavões: "Assinar a revista *Alma Nacional* é contribuir para a defeza da Ordem e da Civilização" e "Conseguir assinaturas para a revista *Alma Nacional* é combater o comunismo". Através de uma dessas circulares, os directores desta publicação proclamavam publicamente a sua firme adesão ao Estado Novo enquanto justificavam a edição da revista sublinhando a urgência de empreender uma campanha contra as teorias derrotistas e o "vendaval tenebroso" da Internacional Comunista, que estava a arrasar os lares do país vizinho. Apoiados nesta ideia, pedem o apoio financeiro das diversas instituições do governo:

A tremendíssima lição de Espanha Mártir – onde se batem valerosamente os exércitos nacionalistas, que podem considerar-se a guarda avançada das nossas próprias forças patrióticas – deve conservar em contínua velada de armas os bons portugueses. E, quer seja mantendo o fogo sagrado nas trincheiras da imprensa pela difusão das ideias mais salutareis, quer em permanentes sentinelas às portas dos quartéis – o espírito que anima as forças nacionalistas combatentes é o mesmo e os perigos que se afrontam são iguais. (...) Nós, que escolhemos esta digna trincheira para a campanha da Victória – enquanto as circunstâncias nos não impuserem outra! – pedimos pouco; pedimos o auxílio material de V. Ex.^a, na medida das vossas forças, para que possamos levar por diante esta magnífica obra de propagnada que será, ao mesmo tempo, uma vigorosa afirmação de Fé. Precisamos ir junto das multidões trabalhadoras levar-lhes, em palavras repassadas de sinceridade, a luz da Verdade e arrancá-las, pela força irresistível da Razão, dos tentáculos sugadores do horrendo polvo comunista!²³

O primeiro número da *Alma Nacional* abre com uma página que mostra uma águia imperial sobre uma coroa no meio dos escudos de Portugal e Castela, simbólica radiografia que define a propaganda que encerrava nas páginas seguintes. Esta ilustração suscitou uma forte polémica entre a direcção da revista e alguns dos seus subscritores, que reagiram face ao que consideraram uma submissão e integração de Portugal em Espanha. Alguns dos que compraram exemplares da publicação devolveram-nos protestando contra esse grafismo inicial. Mas a *Alma Nacional* não se vergou às críticas, respondendo através do seu editorial, intitu-

²² AMI-GM/ANTT, M 486, C 40. Circular de *Alma Nacional*, Janeiro de 1937.

²³ AMI-GM/ANTT, M 486, C 40. Circular de *Alma Nacional*, Fevereiro de 1937.

lado "Portugal, Portugal, Portugal!" que "a ninguém reconhecemos o direito de dar lições de patriotismo." A revista justificava a primeira página pelo facto da vitória da Espanha "nacionalista" ser uma garantia para a independência de Portugal e, portanto, na luta fratricida, o nacionalismo português estava necessariamente identificado com os valores tradicionais dos rebeldes espanhóis:

Desejamos, como o deseja o Governo da Nação, como o deseja o povo português, a vitória do nacionalismo espanhol, porque ela representa a vitória da ordem contra a desordem, o triunfo da moral cristã contra as teorias dissolventes do radicalismo moscovita, que quer a desagregação das Pátrias, o desmanchar dos lares, a dissolução das famílias! (...) Com a vitória da Espanha nacionalista, com a vitória das armas de Franco, salvar-se-á a civilização ocidental e Portugal, por circunstâncias especiais, poderá prosseguir, em sossego, na sua obra de reconstrução e cimentação, aureolada, da sua independência. A Portugal cumpre a obrigação de juntar o seu esforço aos esforços daqueles que têm andado na faina de alqueivar o solo fecundo da Fé e a transformar a charneca de erros e de falcatruas num campo fértil onde cresça, viceja e floresça a paixão da Verdade. Portugal não deixará de ter a mesma alma que deu vida às hostes de D. João I e de Nuno Álvares nos feitos de Aljubarrota contra as arremetidas dos Castelhanos e em memória do que ainda se ergue imponentíssimo, como um suavíssimo cântico de epopeia, o sublime monumento da Batalha.²⁴

O seu primeiro editorial, não obstante, é uma declaração de intenções que explica o porquê desta resurreição da publicação, rendendo um leal e incondicional tributo a Carmona e Salazar, com uma homenagem ao exército e à Legião Portuguesa, instituições que acredita serem portadoras da "alma nacional" portuguesa.²⁵ Dois grandes retratos do Chefe de Estado e do Presidente do Conselho, junto com um artigo sobre ambos os líderes em que os considera regeneradores da glória histórica de Portugal, consagra a vinculação política e a identificação ideológica da revista com o regime salazarista. Sem secções definidas, os conteúdos dos cinco números publicados pela *Alma Nacional* podiam resumir-se nestes quatro tópicos: a Guerra Civil de Espanha (tema central), a Legião Portuguesa e a Mocidade Portuguesa, as teorias anti-comunistas e o império colonial.

²⁴ *Alma Nacional*, n.º 2, serie II, Março de 1937, p. 5.

²⁵ *Alma Nacional*, n.º 2, serie II, Março de 1937, p. 7.

A *Alma Nacional* realizou, durante a sua curta existência, uma intensa propaganda do franquismo, com cujos órgãos e instituições se manteve, tal como o *Boletim da Legião Portuguesa*, um permanente intercâmbio propagandístico.²⁶ Páginas inteiras, dedicadas a elogiar os méritos dos seus chefes militares ou a fazer apologia dos seus logros políticos e sociais, são a prova mais evidente do firme apoio desta revista à facção rebelde espanhola. No número inaugural de Fevereiro de 1937, a revista publica uma reportagem sobre a “obra eminentemente patriótica” realizada por Botelho Moniz desde o *Rádio Clube Português* para apoiar os rebeldes contra a Segunda República espanhola. Essa reportagem acompanha o discurso em castelhano dirigido aos insurrectos dito por Francisco Cervantes aos microfones da emissora portuguesa em nome da *Alma Nacional*. Através desta patriótica diatribe, Cervantes promove a publicação para a qual trabalha e expressa ao povo espanhol os seus fervorosos desejos do triunfo franquista na guerra:

O vosso braço, irmãos espanhóis, não necessita da nossa ajuda, porque é forte, corajoso, nobre e tem a seu lado o Deus dos Exércitos, mas vos esqueceis nunca que o nosso coração está com o vosso, ansioso no calor das batalhas, entusiasmado nas vitórias, sofredor no silêncio doloroso dos hospitais. Não vos esqueceis nunca que a fraterna e profunda amizade das Nações Peninsulares (...). Bandeira de Espanha: sangue e ouro!...Sangue dos teus heróis, ouro das tuas glórias!...Algumas más páginas escrevem os tempos que correm nesta tua épica História: as do sangue que redime, agora; muito em breve as do ouro que refulge! Bandeira de Espanha: sangue e ouro!...A revista portuguesa “Alma Nacional” deseja ardentemente ver-te brilhando ao Sol da Vitória, desde a Fronteira Portuguesa às cordilheiras dos Pirenéus, para que aí, vencido o invasor, se possa repetir Espanha, una, grande e livre, o canto heroico de Altabizkar!²⁷

A revista ultranacionalista publicou também uma entrevista extensa e exclusiva ao famoso líder da Falange Espanhola, Manuel Hedilla, realizada por Anibal Contereiras, que gozou de uma escolta de falangistas em território espanhol.²⁸ O político tradicionalista espanhol José María Lamamie de Clairac, foi também entre-

²⁶ *Alma Nacional*, n.º 2, série II, Março de 1937, p. 12. “Alma Nacional” em Vigo”. O artigo refere-se ao encontro entre o redator da revista portuguesa Francisco Cervantes com as direcções dos jornais *El Pueblo Gallego* e *Faro de Vigo*. Veja-se também: idem, pp. 22 e 23, comunicado da Câmara de Comércio espanhola em Portugal a favor dos rebeldes; na n.º 3, série II, de Abril de 1937, p. 16, há uma reportagem sobre a visita de uma delegação de voluntários à sede de *Alma Nacional*, entre outros.

²⁷ *Alma Nacional*, n.º 1, série II, Fevereiro de 1937, p. 31.

²⁸ *Alma Nacional*, n.º 2, série II, Março de 1937, pp. 8 e 9.

vistado para a *Alma Nacional* em Março de 1937, junto a uma longa reportagem sobre a organização e fundamentos teóricos da Comunhão Tradicionalista Espanhola. Contreiras publicou igualmente dois textos, com fotografias de Ribeiro Ferreira, sobre as suas experiências durante o périplo realizado por Espanha durante a guerra para filmar a longa-metragem *A Caminho de Madrid*.²⁹

A *Alma Nacional* atacou com veemência o general leal José Miaja, coordenador militar da defesa de Madrid, depois deste ter dito, numa das suas intervenções radiofónicas na *Unión Radio*, que estava disposto a chegar até Lisboa com as suas tropas para expulsar todos os fascistas da Península. A revista dedica-lhe um irónico editorial através do qual responde ao oficial espanhol do seguinte modo:

Alto lá, senhor Miajas!. Se for necessário para já, as gerações novas, irrequietas e rebeldes, conservar-se-ão dia e noite, de armas na mão, como nas incertezas de um acampamento, para conterem em respeito os batalhões vermelhos. Descanse que não passará assim. Nós sabemos que Moscovo é forte, dispõe de armas temíveis, não tem escrúpulos e *agarra-se ao seu destino, furiosamente como se gorila se agarra ao ramo da árvore que há-de manejar como uma clava* (itálico no original). Sabemos que é um inimigo terrível contra o qual é preciso lutar sem descanço, mas daí a ficarmos de cócoras diante dos quixotescos palavões de Miajas vai uma distância muito grande.³⁰

A *Alma Nacional* não resistiu muito tempo à falta de anunciantes nas suas páginas e, por fim, acabou sucumbindo à sua própria precaridade, mas durante a sua curta existência prestou um importante favor propagandístico aos franquistas, com os quais mantinha estreitas ligações. Uma boa prova disso é que o seu último número, de Outubro de 1937, foi impresso na tipografia do diário ABC, de Sevilla.

ACÇÃO, UM JORNAL PARA ADOUTRINAR OS OPERÁRIOS

O semanário *Acção*, cujo subtítulo era *Semanário Português para Portugueses*, indica o profundo sentido nacionalista que orientava a sua actividade jornalística. Era um produto editorial nascido em Maio de 1936 e incubado dentro do próprio Estado Novo, com intervenção directa do ditador português, que autorizou pes-

²⁹ *Alma Nacional*, n.º 3, série II, Abril de 1937, pp. 14 e 15, título: "A Cruzada nacionalista contra a Frente Popular"; idem, n.º 5, série II, Outubro de 1937, pp. 20 e 21, título: "A Guerra Internacional de Espanha".

³⁰ *Alma Nacional*, n.º 3, série II, Abril de 1937, p. 5.

soalmente o seu financiamento através do Ministério do Comércio e Indústria. *Acção-Semanário Português para Portugueses* era propriedade da Cooperativa de Produção Editorial "Acção" Limitada, cujos estatutos da sua fundação especificavam que "o objecto da sociedade é a edição de publicações periódicas ou avulsas de finalidade corporativista e anti-marxistas e, acessoriamente, a difusão, por meio de reuniões ou conferências, dos mesmos princípios orientadores da sua actividade editorial" (art. 2). Os responsáveis desta sociedade, António Júlio de Castro Fernandes³¹ (director-delegado), Clotário Luiz Supico Ribeiro Pinto³² e José Luis Calheiros e Meneses ocupavam posições destacadas dentro do sistema corporativo do regime. Apesar da sua dependência em relação ao governo português, teve uma existência efémera. No total, foram editados 55 números entre Maio de 1936 e Julho de 1937, e mais um em 1938. *Acção* era um órgão do corporativismo salazarista. O seu objectivo era a luta pelos direitos dos trabalhadores *portugueses* em torno dos princípios ideológicos do Estado Novo, como ideal aglutinador do pensamento e da acção nacionalista. Era dirigido aos operários portugueses, dissimulado de defensor da sua causa perante o capitalismo liberal, a democracia e o comunismo internacional. O editorial do seu primeiro número define perfeitamente esta filosofia, convocando todos os trabalhadores a participar na sua leitura: "Trabalhadores: confiai-nos as vossas dúvidas, as vossas indecisões, as vossas ambições. Estaremos convosco em todas as emergências, sempre prontos a ajudar-vos, a animar-vos, a esclarecer-vos. Contai connosco contra todas as explorações, contra todas as injustiças, contra todas as limitações. Estamos convosco, solícita, entusiástica e decisivamente: contra o capitalismo liberal. Contra o comunismo internacionalista. Contra o conservadorismo burguês..."³³ O *Acção* queria convencer os seus leitores de que a ditadura lutava incansavelmente contra a exploração laboral, que afirmava ser um dos pilares fundamentais da ideologia comunista.

A composição gráfica do semanário estava a cargo da Editorial Império e a sede da Redacção e Administração estava na Rua das Fábricas das Sedas, na

31 António Júlio de Castro Fernandes era uma das figuras mais representativas do corporativismo português na segunda metade dos anos trinta. Foi um dos fundadores do movimento nacional-sindicalista português liderado por Rolão Preto em 1932. Mas logo abandona esta corrente fascista para se integrar no regime. Distinguiu-se sobretudo pela sua acérrima defesa e propaganda do sistema corporativista, passando a ocupar a vice-presidência da Federação Nacional de Alegria no Trabalho em 1934. Foi também procurador da Câmara Corporativa e formou parte de diversos grémios. Publicou, ainda, várias obras relacionadas com a sua ideologia e vida profissional, como *O Corporativismo Fascista* (1937) e *Temas Corporativos* (1944).

32 Luiz Supico Ribeiro Pinto também era uma destacada figura del Estado Novo, de cujo governo era o Sub-secretário de Estado das Corporações.

33 *Acção*, ano 1, n.º 1, 31/05/1936, p. 5.

capital portuguesa. O seu editor era Augusto Ferreira Gomes e muitos dos seus colaboradores estavam vinculados ao Secretariado de Propaganda Nacional. Os articulistas habituais do *Acção* eram: Rodrigues Cavalheiro, Luiz Chaves, Óscar Paxeco, Augusto da Costa, Eduardo Frias, Amaral Pyrrait, Olavo de Eça Leal, Rui Casanova, Carlos Marques, Fernão Veloso, Carlos Lobo de Oliveira, Carlos Selva-gem, Domingos Mascarenhas, Abílio Pinto de Lemos, Álvaro Maia, A. de Lemos Moller, Abrantes Tavares, José Torres, Capitán José Brandão Pereira de Melo, Hugo Rocha, Fernando Teixeira, Fernando Homem Cristo, Manuel Múrias, Ramón Rodrigues, Luiz Pinto Ceelho, Redondo Júnior, João Severino, José João Anersen Leitão, António de Aguiar e Preto Pacheco. Além destes, há que incluir nesta lista o pintor Arlindo Vicente,³⁴ que foi autor de várias ilustrações anti-comunistas (entre muitas outras que realizou para este jornal sobre o abuso dos patrões sobre os operários), assim como os caricaturistas Manuel Ribeiro, José de Lemos e José Videira.

O jornal estava perfeitamente dividido em várias secções, de acordo com o designio de levar a ideologia nacionalista a todos as frentes. Na secção "Acção militar", publicavam-se diversas informações sobre a criação e desenvolvimento da Legião Portuguesa e da Mocidade Portuguesa, ou relacionadas com diversas questões estritamente militares; "Acção do Espírito" publicava, sobretudo, comentários sobre a actualidade política; na "Acção Social" dava-se conta dos feitos da organização corporativa para os trabalhadores; a "Acção directa" tratava temas relacionados com acções concretas de propaganda dos organismos corporativos do regime, centrando-se especialmente nas milícias do Estado Novo; a "Acção Económica" informava sobre os objetivos financeiros alcançados pela ditadura frente ao comunismo e outros sistemas políticos; na "Acção Imperial" defendia-se a condição imperialista de Portugal através de posições radicais, e "Variedades" era uma espécie de miscelânea onde cabiam a crítica literária, de teatro e cinematográfica. Cada secção, por sua vez, tinha os seus próprios espaços fixos. Um dos mais interessantes, pela sua propaganda furiosa contra a facção republicana espanhola foi "Sete Dias da Semana", assinada por Dutra Faria, em que se passava revista aos acontecimentos informativos mais relevantes dos últimos dias. Na secção "Acção do Espírito" também escrevia habitualmente Francisco de Paula no apartado "Livros da Minha Estante", destinado a aconselhar determinadas leituras para os compradores do jornal. Na "Acção Directa" Humberto Delgado publicava à vontade as suas teorias messiânicas, numa coluna intitulada "Chefes"; e na

³⁴ Arlindo Augusto Pires Vicente (1906-1977) foi um destacado intelectual que se transformou, com o tempo, num firme opositor do salazarismo, chegando a encabeçar o movimento de Oposição Democrática nas eleições presidenciais de 1958.

"Acção Militar" o oficial português Satúrio-Pires era uma presença regular com crónicas militares sobre a guerra espanhola, que anunciavam sempre vitórias rebeldes em todas as frentes.

O conflito espanhol ocupou um lugar preferencial na *Acção*, com uma crítica sistemática da Segunda República espanhola, que qualifica como "excrecência inútil",³⁵ enquanto via o general Franco como o representante de uma Espanha eterna, de "todas as virtudes que lhe dão a categoria de grande nação da civilização latina".³⁶ À medida que avança a guerra de Espanha, o semanário salazarista radicaliza cada vez mais os seus pontos de vista e adopta uma posição cáustica contra o governo "comunista" espanhol, que acusa de pôr em marcha a "revolução marxista". *Acção* crê que só o exército e a Falange Espanhola podem salvar a Espanha do desastre: "A Espanha salvar-se-á. Responde por ela o Exército, responde por ela a sua mocidade vibrante de entusiasmo, respondem por ela nove séculos de ordem e de heroísmo cristãos. Mas de tanto sangue que corre, de tanto sangue que correrá, ao menos uma lição preciosa se aproveita para a Espanha e para o Mundo: é de que com o comunismo não há entendimento possível."³⁷ Por isso, face aos sucessos de Espanha o órgão salazarista insiste na não-neutralidade do lado português, já que isso poderia significar sucumbir perante a Rússia. Dutra Faria, na sua coluna jornalística, repete constantemente que "O marxismo é a guerra" e o fascismo representa a paz, tal como explica num dos seus artigos:

Em Espanha, a república burguesa, democrática. maçónica – morreu. Ficaram frente a frente o marxismo e o fascismo: o fascismo do Exército, o fascismo da Guardia Civil, o fascismo da Falange Espanhola, o fascismo dos carlistas. Teme-se muito uma guerra mundial. Que não seria uma guerra civil mundial? O marxismo ameaça duplamente a paz. O marxismo é a guerra – a guerra entre as nações e a guerra dentro de cada nação. Combater contra o marxismo é pois combater pela paz. E combater contra o marxismo é combater pelo fascismo. Logo, combater pelo fascismo – mesmo pelo fascismo do Exército e da Guarda Civil – é combater pela paz. Os revolucionários espanhóis servem a causa nobilíssima da paz no Mundo.³⁸

³⁵ *Acção*, ano 1, n.º 9, 25/07/1936, p. 1, "Enquanto o sangue corre".

³⁶ *Acção*, ano 1, n.º 9, 25/07/1936, p. 3, "O caso espanhol".

³⁷ *Acção*, ano 1, n.º 10, 01/08/1936, p. 8, "Espanha sangrenta".

³⁸ *Acção*, ano 1, n.º 10, 01/08/1936, p. 8.

Acção reage contra o imperialismo ibérico que, segundo os seus editoriais, encarnava o governo republicano espanhol. Mais uma vez, o *leit-motiv* do “perigo espanhol” surge quando se verifica a fuga em massa de várias centenas de civís que, tentando escapar do criminoso avanço rebelde, em Agosto de 1936, se refugiam em Portugal para salvar as suas vidas. E muito especialmente quando, segundo o governo português, “bandidos a soldo de Moscovo” fuzilam perto de Campo Maior um oficial rebelde. O semanário português responde a estas incursões solicitando a criação de uma “frente nacional” contra o iberismo dos “comunistas”. Toda a sua propaganda estava obstinada com este argumento, mantido pela imprensa portuguesa fiel ao regime. *Acção* se orgulhava de ser “o primeiro jornal do mundo a tomar contacto efectivo com a Falange Espanhola” pelo facto do seu enviado especial, Eduardo Freitas da Costa, ter sido recebido por vários dos chefes da milícia fascista espanhola durante uma viagem realizada pelo território em poder dos sublevados em Março de 1937.³⁹

A missão jornalística de *Acção* e de outras publicações nacionalistas como *Alma Nacional* estava intimamente ligada à política do espírito do regime, ao serviço das políticas salazaristas de controlo da produção informativa e da opinião pública portuguesa dentro de um plano programado de acção propagandística desenhada pelo SPN, no que os meios de comunicação social cumpriam uma função essencial para a criação do consenso social necessário na legitimação do Estado Novo. Especificamente, no contexto da ajuda prestada pelo governo de Salazar aos insurgentes contra a democracia republicana durante a Guerra Civil espanhola, este aparelho mediático foi fundamental para dar cobertura exterior ao franquismo e adoutrinar a sociedade portuguesa com o argumento principal de que a victoria do general Franco significava uma garantia para a independência de Portugal.

BIBLIOGRAFÍA

- Acciaiuoli, M. (2013). *António Ferro. A Vertigem da Palavra: Retórica, Política e Propaganda no Estado Novo*. Lisboa: Bizancio.
- Cordeiro, C. (Coord.) (2011). *Autoritarismos, Totalitarismos e Respostas Democráticas*. Ponta Delgada: CEIS20 da Universidade de Coimbra e Universidade dos Açores.
- De la Torre Gómez, H. (1988). *La relación peninsular en la antecámara de la Guerra Civil de España, 1931-1936*. Mérida: UNED.
- Delgado, I. (1980). *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- De Meneses, F. R. (2009). *Salazar, uma biografia política*. Lisboa: Dom Quixote.

³⁹ Cf.: Idem, ano 1, n.º 43, 20/03/1937, p. 8.

- Garcia, J. L., Alves, T. e Léonard. Y. (Coord.) (2017). *Salazar, o Estado Novo e os Media*. Lisboa: Edições 70.
- Matos, H. (2010a). *Salazar. A Construção do Mito, 1928-1933*. Lisboa: Temas & Debates.
- Matos, H. (2010b). *Salazar. A Propaganda, 1934-1938*. Lisboa: Temas & Debates.
- Oliveira, C. (1987). *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: Edições O Jornal.
- Pena, A. (2007). *Salazar, a Imprensa e a Guerra Civil de Espanha*. Coimbra: Minerva.
- Pena, A. (2009). *O Que Parece É. Salazar, Franco e a Propaganda contra a Espanha Democrática*. Lisboa: Edições Tinta da China.
- Pena Rodríguez, A. (2017). *Salazar y el fascismo español. La colonia española en Portugal y el Estado Novo (1933-1939)*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Pena Rodríguez (1995). La propaganda de Salazar y la crisis de Munich. *Revista de História das Ideias*. vol. 17, pp. 439-479.
- Pena, A. e PAULO, H. (Coord.) (2016). *A Cultura do Poder. A Propaganda nos Estados Autoritários*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Pinto, A. (1995). Um ideólogo no Estado Novo: João Ameal, historiador. *Revista de História das Ideias*, vol. 17, pp. 125-165
- Rodrigues, L. N. (1996). *A Legião Portuguesa. A milícia do Estado Novo (1936-1944)*. Lisboa: Estampa.
- Rosas, F. (2012). *Salazar e o Poder. A Arte de Saber Durar*. Lisboa: Edições Tinta da China.
- Rosas, F. e Brandão de Brito, J. M. (1996). *Dicionário de História do Estado Novo*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Serapiglia, D. (Coord.) (2016). *Tempo Líbero, Sport e Fascismo*. Bolonha: Bradypus.
- Torgal, L. R. (2009). *Estados Novos, Estado Novo*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

A MEDIATIZAÇÃO DO CASO DO BISPO DO PORTO NOS JORNAIS PORTUGUESES (1958-1969) – O PODER DO JORNALISMO EM TEMPO DE CENSURA

CARLA BAPTISTA¹

ICNOVA/NOVA FCSH

carlamariabaptista@gmail.com

RELAÇÕES ESTADO NOVO, IGREJA CATÓLICA E IMPRENSA

Este capítulo analisa a cobertura jornalística do exílio e posterior regresso ao país de D. António Ferreira Gomes, bispo do Porto entre 1952-1982, no contexto das relações entre o Estado, a Igreja e a Imprensa. Em 1958, a divulgação pública não autorizada e a circulação clandestina de uma carta à qual D. António chamou um “pró-memória”, discutindo desafrontadamente os temas de uma audiência aprazada com o presidente do Conselho, abriu um conflito com Salazar e ditou o seu afastamento compulsivo em 1959. O bispo só foi autorizado a regressar e a retomar as funções eclesiásticas em 1969, durante o governo de Marcelo Caetano. Durante esses 10 anos, D. António viveu em Espanha, Itália, França e Alemanha, participou em encontros religiosos, incluindo no marcante II Concílio Vaticano, convocado por João XXI em Outubro de 1962, fez trabalho pastoral, sobretudo em Espanha (Valência) e na Alemanha, realizou inúmeros contactos internacionais e manteve-se informado sobre a atualidade nacional, recebendo amiúde visitas de amigos portugueses ligados à igreja, à política e ao jornalismo.

¹ Docente da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e investigadora do Instituto de Comunicação da Nova (ICNOVA), onde coordena o Grupo de Investigação Media & Jornalismo.

Raul Rego, ex-seminarista com o curso de Teologia concluído em 1936, mais tarde anticlerical, jornalista do *Diário de Lisboa* desde 1959 e diretor do jornal *República* a partir de 1972, foi um dos contactos privilegiados na imprensa portuguesa e é a figura chave, como veremos adiante, para compreendermos a forma como o regresso do bispo foi amplamente mediatizado em 1969. Além da óbvia natureza política, religiosa e diplomática, este caso inclui uma dimensão jornalística singular, que constitui o nosso principal foco.

O percurso de D. António Ferreira Gomes entre 1958 até ao 25 de Abril acompanha as mudanças mais significativas que ocorreram nas relações entre o poder e a imprensa na transição do salazarismo para o marcelismo. No final da década de 60 do século XX, os jornalistas portugueses estavam mais politizados, eram maioritariamente hostis ao regime e procuravam explorar as histórias potencialmente incómodas para o governo. O regresso heróico de um bispo “rebelde”, duramente castigado por discordância ideológica, era uma dessas histórias. Com exceção dos jornais fidelíssimos ao regime, desacreditados e sem influência real junto da opinião pública, a maioria das publicações soube amplificar o potencial do episódio. Fragilizar o regime e mobilizar a opinião pública contra a censura e os desmandos de poder eram objetivos de uma agenda jornalística que lavrava nos espaços vazios do poder.

D. António estava longe de ser um ilustre desconhecido e foi esse “lastro” já cultivado na imprensa que alavancou a mediatização posterior do seu caso. Devido ao seu prestígio intelectual, ao poder fático da diocese do Porto, às intervenções políticas anteriores, ao reconhecimento internacional e aos contactos que mantinha com militantes da Ação Católica Portuguesa (ACP) e com jovens católicos progressistas (os envolvimento mais determinantes neste episódio são com António Alçada Baptista, Manuela Correia, Nuno Teotónio Pereira e Francisco Lino Neto), era “uma figura nacional”, segundo Salgado de Matos (1999:39): “A partir de 1957, as intervenções de D. António na ACP e as citações que dele faz o Novidades apresentam-no como uma alternativa a Cerejeira (...) Mais do que um candidato à sucessão, aparece já como o novo chefe eclesial.”

A potencial politização da Igreja era um tema tabu cada vez menos paginável com a vontade de intervenção social e cívica expressa por círculos influentes de católicos progressistas, motivados inicialmente pela repressão da campanha eleitoral protagonizada pelo general Humberto Delgado. Segundo Salgado de Matos (1999: 29-30), as eleições presidenciais de 1958 trouxeram uma “inovação histórica”:

Pela primeira vez desde a fundação do Estado Novo, católicos, organizados enquanto tal, tiveram uma intervenção pública de crítica aos métodos

da Igreja e, indiretamente, da situação. Este facto era uma das principais dimensões da crise da «situação» que até aí beneficiara do apoio praticamente unânime dos católicos. Essa quase unanimidade é quebrada a 19 de Maio de 1958, data na qual um grupo de 28 dirigentes católicos escrevera uma carta ao diretor do diário católico Novidades para «manifestar, respeitosa, mas vivamente, a sua discordância e o seu desgosto perante a atitude assumida pelo jornal que V. Ex.^a dirige em relação à presente campanha eleitoral». Protestavam particularmente contra a falta de uma «atitude imparcial» em relação às três candidaturas presidenciais.²

Embora Salazar tivesse ficado melindrado com a divulgação clandestina do “pró memória”, a animosidade com o bispo do Porto ultrapassa a sua incapacidade para esquecer o que considerava uma afronta³. No cerne está, nas palavras do bispo registadas no pró-memória, “um problema enorme, histórico e decisivo: pode ou não pode o católico ter dimensão política? Deve ou não deve o católico ter dimensão política?”⁴

Esta dúvida, obviamente retórica, leva-o a formular a fatídica pergunta na carta em que pretende anteciper os temas a discutir no encontro aprazado com Salazar:

– Tem o Estado qualquer objeção a que os católicos (...) iniciem um mínimo de organização e ação políticas, a fim de estarem aptos, nas próximas eleições legislativas ou quando o julgarem oportuno, a concorrer ao sufrágio com programa definido e com os candidatos que preferirem?⁵

Salazar tinha todas as objeções a tal projeto. Não havia nada que mais lhe repugnassem. Segundo a Constituição de 1933, o Estado Novo estruturava-se como Estado corporativo, com um único partido político, a União Nacional, magnanimamente

2 Matos (1999). A campanha de imprensa contra o bispo do Porto como instrumento político do governo português (Setembro de 1958-Outubro de 1959). *Análise Social*, vol. XXXIV (150), 1999, 29-90. O grupo de signatários incluía, entre outros, Adérito Sedas Nunes, António Alçada Baptista, Francisco Lino Neto, João Salgueiro, Nuno Portas, Pedro Tamen, Mário Murteira, Manuela Silva, Francisco Pereira de Moura, João Bénard da Costa, João Gomes, Manuel Serra, Nuno Portas, Carlos Portas, Nuno Teotónio Pereira, Nuno de Bragança, Henrique Barrilaro Ruas e Manuel de Lucena.

3 Segundo o criador da Mocidade Portuguesa, engenheiro Francisco Nobre Guedes: “A desforra, para não dizer o prazer da vingança, fez sempre parte do rol de imperfeições do filho da senhora Maria do Resgate [nome da mãe de Salazar]”. Citado em Revista E, jornal Expresso, 18 Agosto 2018, p. 51.

4 GOMES, António Ferreira: *Pró-Memória (Carta a Salazar)*, Porto, Fundação Spes, p. 15. Disponível em: <http://www.fspes.pt/PaginadaNet/CartaSalazar.pdf>

5 Fernando Ferreira Gomes, sobrinho de D. António, disponível em https://www.snpcultura.org/id_texto_sacudiu_salazarismo.html

“aberta a toda a gente”, ou seja, esvaziada de efetiva dimensão política. O “desfasamento” de pensamento entre os dois homens inscreve-se por isso no contexto mais vasto das relações entre a Igreja e o Estado e ultrapassa o mero dissídio pessoal, embora esse ódio existisse e fosse mútuo. Numa evocação de D. António, o seu sobrinho, Fernando Ferreira Gomes, recorda como D. António nunca mais pronunciou o nome de Salazar: “Sem nunca o desrespeitar, utilizava sempre expressões como ‘o homem do poder’, o ‘autocrata’, o ‘senhor que nos governa’, o ‘antigo aluno do seminário de Viseu’, mas jamais o seu nome!”⁶

A questão política é o argumento central que explica a violência da perseguição movida a D. António, impedido pela PIDE de atravessar a fronteira portuguesa em Outubro de 1959, quando regressava das longas férias sugeridas como forma de acalmar a ira de Salazar, que foram já uma manobra para o afastar do Porto. O próprio explica estas circunstâncias, em carta preservada na Fundação SPES:

Recusada a entrada na fronteira de Valença, à ordem do ‘senhor e dono’ de Portugal, transmitida pelo Sr. Morais da PIDE, depois de ter estanciado uns dias por Vigo, por convite do Sr. Cardeal Arcebispo de Santiago (Fernando Quiroga y Palacios) (a pedido do Núncio em Madrid, tocado evidentemente de Lisboa).⁷

Nessa ocasião, D. António compreende então, talvez pela primeira vez, a extensão da gravosa medida que lhe é imposta, exclamando: “Estou exilado, civilmente exilado!”⁸

A recusa de entrada, reiterada mais do que uma vez, incluindo quando pediu para vir assistir ao funeral da mãe, falecida em Novembro de 1965, é reveladora da radicalização da posição de Salazar, que moveu uma concertada estratégia de apagamento da figura do bispo, ignorou as diligências de conciliação realizadas pela hierarquia da Igreja e, confidencialmente, através dos canais diplomáticos junto da Santa Fé, exigiu do Papa a sua destituição, chegando a ameaçar com a dissolução da Ação Católica Portuguesa (Barreto, 1996). Salazar nunca vergou na obstinada proscrição do bispo e mobilizou todos os recursos de que dispunha para forçar a sua resignação, prolongando um imbróglio religioso e político difícil de sustentar. A rutura com o bispo representou um dos momentos mais sensíveis do relacionamento entre o ditador e o seu amigo de longa data, cardeal D.

⁶ https://www.snpcultura.org/id_texto_sacudiu_salazarismo.html

⁷ A Fundação SPES foi criada por testamento por D. António Ferreira Gomes. Documento acessível em <http://www.fspes.pt/PaginadaNet/3Estouexiladocivilmenteexilado.pdf>

⁸ <http://www.fspes.pt/PaginadaNet/3Estouexiladocivilmenteexilado.pdf>

Manuel Cerejeira, já que nem um patriarca assumidamente leal ao regime podia deixar de ressentir-se da brutal ingerência na autonomia da Igreja.

O caso é exemplar do pragmatismo que Salazar imprimiu às relações do Estado com a Igreja Católica (Cruz, 1998; Simpson, 2014). A catolização consagrada em 1940 com a assinatura da Concordata e do Acordo Missionário entre Portugal e a Santa Sé foi cautelosa. A estratégia de Salazar visava tanto a eliminação dos obstáculos políticos herdados da I República (o sentimento laico e anticlerical) como a preservação do poder do Estado contra quaisquer influências, incluindo a religiosa. Uma das pedras de toque da sua governação, na base do conflito com o Bispo do Porto, foi impedir a politização da Igreja e garantir que a militância religiosa permanecia estritamente espiritual.

O “bifrontismo” típico da política salazarista no relacionamento com os sectores da sociedade visava simultaneamente pacificar e neutralizar, e não passou despercebida ao Vaticano, como fica claro na carta que Ramiro Valadão, deputado da União Nacional, escreve a Salazar em Março de 1958, na qual confia o teor de uma conversa mantida com Monsenhor Luigi Gentile, auditor da nunciatura em Lisboa: “Monsenhor pensa sobre Salazar que raramente o católico influenciou o estadista – foram 30 anos de opressão antes de 1926, seguidos de 30 anos de omissão.”⁹

A solução encontrada pela Santa Fé revela uma política que, sem hostilizar o Estado Novo, também não lhe cedeu totalmente. Nem o Papa João XXIII nem o seu sucessor, Paulo VI, renunciaram D. António, embora tenham existido pressões discretas para que renunciasse por sua vontade. Na recusa deste, e durante a sua ausência, a condução da diocese do Porto foi assegurada por D. Florentino de Andrade e Silva, bispo auxiliar desde 1954, nomeado Administrador Apostólico pelo Papa João XXIII em Outubro de 1969.

EXÍLIO E REGRESSO: EVOLUÇÃO DA COBERTURA JORNALÍSTICA

A análise comparada dos materiais de imprensa publicados em 1958 e em 1969, bem como a análise de documentação depositada nos arquivos Salazar, PIDE/DGS, Marcelo Caetano e Direção Geral dos Serviços de Censura, demonstra como o alinhamento dos jornais existente no primeiro período já não se verificava em 1969. Em 1958, a saída para o exílio, a pretexto de uma viagem “em gozo de férias”, sugerida pelo patriarca D. José da Costa Nunes, enviado do Vaticano à diocese do

⁹ AOS, PC-51-1, Caixa 564, Pasta 1.

Porto, que supunha temporária e afinal veio a durar dez anos, foram totalmente silenciadas pela ação da censura. Esse quadro hegemónico, potenciado por um rígido controlo editorial dos jornais que permitiu “apagar” do espaço público, sem explicações oficiais, o bispo que presidia à diocese mais importante do país em termos do número de católicos praticantes¹⁰, já não se verifica em 1969.

Entre Setembro de 1958 e Outubro de 1959, ocorreu, nas palavras de Luís Salgado Matos (1999), uma “campanha de imprensa” usada como instrumento político contra D. António Ferreira Gomes. Em 1969, verificou-se o oposto: uma campanha de imprensa contra o regime e a censura. Na primeira fase, foram mobilizados os jornais oficiais, designadamente o *Diário da Manhã*, órgão oficial da União Nacional, e *A Voz*, diário monárquico e católico. A posição do diário *Novidades*, propriedade da União Gráfica e ocupando o lugar de jornal oficioso do Episcopado, foi mais prudente. Não subscreveu a campanha difamatória montada para atacar D. António, mas também não acolheu a sua defesa. Dirigido na época pelo padre Ave-lino Gonçalves mas sob influência direta do Cardeal Patriarca, D. Manuel Gonçalves Cerejeira, era o mais profissional dos diários católicos. Vários jornalistas marcantes iniciaram a sua vida profissional no *Novidades*, ocupando mais tarde posições chave em jornais influentes (casos de Silva Costa e João Coito, que foram chefes de redação do *Diário de Lisboa* e do *Diário de Notícias*). No seu livro de memórias¹¹, o padre Luís de Azevedo Mafra, antigo assistente de movimentos de Ação Católica no tempo do cardeal Cerejeira, sintetiza a posição do jornal: “O *Novidades* poderia satisfazer o ‘establishment’ católico; não satisfazia, porém, os que queriam mais objetividade, independência e renovação. No aspeto político, seguia a linha conformista, senão apoiante do regime, da Igreja portuguesa.”¹²

O caso do bispo do Porto é paradigmático dos usos previstos por Salazar para os meios de comunicação social. O controle do campo jornalístico, bem como de outros espaços de debate e reflexão suscetíveis de gerarem visões diferentes e, por conseguinte, indesejável conflito institucional, revelou-se um instrumento fundamental da política de informação do Estado Novo. Nem sempre foi possível garantir a total opacidade dos assuntos e a sua invisibilidade no espaço público, mas os mecanismos discursivos que Salazar dispunha para neutralizar os adversários (não falamos da violência exercida pela polícia política) foram quase sem-

¹⁰ REZOLA, Maria Inácia. A Igreja Católica portuguesa e a consolidação do salazarismo. PINTO, António Costa, e MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (orgs.). *O Corporativismo em Português: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Lisboa: ICS, 2008, p. 256-257

¹¹ Mafra, Luís de Azevedo, *Lisboa no Tempo do Cardeal Cerejeira – Um Testemunho*, Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa.

¹² Entrevista ao jornal Público, acessível em <https://www.publico.pt/sociedade/jornal/catolicos-sustentaram-o-estado-novo-132493>

pre eficazes. Um desses recursos era a mobilização dos jornais oficiais (*Diário da Manhã*), oficiosos (*Diário de Notícias*), bem como da Emissora Nacional e da RTP, contra as vozes discordantes, seja pela campanha panfletária, seja pelo silenciamento. No epílogo deste caso, em 1969, os jornalistas desafiaram a máquina censória do regime e ganharam a batalha.

O PAPEL DE RAUL REGO

“O caso do sr. Bispo do Porto constitui um dos casos mais salientes na evolução da mentalidade portuguesa do último século e contribuiu de forma decisiva para a clarificação das relações Igreja-Estado (...) foi com o exílio do prelado português que se verificou à evidência como era daninha para a verdadeira vida espiritual, e para todo o conjunto da vida nacional, o prosseguimento da confusão de poderes e o silenciamento sistemático das gentes sobre temas que têm de ser agitados para se lhes encontrar solução”¹³. Em Maio de 1973, Raul Rego abria assim um artigo de duas páginas no jornal *República*, do qual era diretor, acompanhando uma longa entrevista a D. António Ferreira Gomes, realizada por João Gomes, igualmente jornalista daquele vespertino. Esta era a primeira conversa marcante entre “um prelado e um jornal agnóstico”, como Rego sublinha com fina ironia e constituiu um “êxito jornalístico: “A entrevista foi lida e relida (ou melhor, devorada) em todos os sectores da opinião pública portuguesa, suscitou comentários, provocou polémica. A tiragem do jornal, embora largamente aumentada, esgotou-se rapidamente.”¹⁴

Apesar de ser a primeira vez que o vetusto *República* colocava um bispo na primeira página, o diálogo entre Raul Rego e D. António tinha longas raízes, já produzia trabalhos relevantes e causara-lhe vários dissabores com a censura. A sua obstinação em acompanhar de perto a cumplicidade da Igreja Católica com o regime valeu-lhe a quarta prisão, em 1968, quando o livro *Para um diálogo com o sr. Cardeal Patriarca* foi apreendido pela PIDE e o seu autor detido e interrogado em Caxias¹⁵.

Raul Rego estava atento à evolução da situação do bispo do Porto, conhecia as pressões efetuadas por políticos liberais católicos ligados ao círculo do Porto (o mais influente dos quais foi Francisco Sá Carneiro) junto de Marcelo Caetano

¹³ Jornal *República*, 23-5-1973, p. 10.

¹⁴ Jornal *República*, 23-5-1973, p. 9.

¹⁵ Raul Rego pretendeu com este livro responder diretamente ao livro publicado por D. Manuel Carejeira em 1967, intitulado *Na Hora do Diálogo*, criticando o silêncio do cardeal patriarca sobre a censura e as prisões políticas. Terá sido o próprio cardeal a intervir pela sua libertação.

para que autorizasse o regresso do bispo e recebeu seguramente informação antecipada de que esta decisão estava iminente. No dia 1 de Maio de 1969, acompanhado por Mário Soares, visitou D. António em Alba de Tormes, em Salamanca, onde este aguardava já o levantamento da interdição de entrada em Portugal. Nessa altura, Rego escreveu para o *Diário de Lisboa*, onde era redator, três artigos sobre a viagem, uma prodigalidade que se destinava apenas a distrair a censura: dois eram sobre a história e a beleza paisagística da região e foram publicados. O terceiro, o único que interessava, intitulava-se “O caso do senhor bispo do Porto”. Colocado em prova de página no dia 10 de Maio de 1969, foi totalmente cortado pela censura.¹⁶

Raul Rego não desistiu e a 20 de Junho de 1969 escreveu no *Diário de Lisboa* a notícia sobre o regresso de D. António, publicada na primeira página e contando finalmente aos leitores a história do encontro ocorrido em Maio. Foi o início de uma vertiginosa cadeia de notícias, artigos e entrevistas publicadas em todos os diários generalistas, que transformaram a figura do bispo na personagem mediática do momento. Recorda esta saborosa vitória no *Diário Politico* (1974: 33):

“No dia 20, no *Diário de Lisboa*, saiu o retrato de D. António Ferreira Gomes na primeira página, a notícia do seu regresso e o resumo do seu caso. Duas colunas de prosa. Somente tal notícia foi cortada pela censura, após a saída do jornal... na última edição, já nem o retrato nem muitos pormenores da informação eram autorizados. Mas o facto é que a notícia, o retrato, foram uma bomba que reben-tara as costuras à prisão censória. E tanto foi assim que jornais do Porto, *Diário Popular*, *O Século* e outros, saíram no dia 21 e seguintes com fotografias e reportagens (...). A notícia estalara e não havia como trancá-la.”

Trata-se de um acontecimento marcante para a história do jornalismo português durante o Estado Novo, um dos raros episódios em que a mediatização foi decisiva para vencer as tibiezas do governo que apostava no regresso discreto do bispo e mobilizar a opinião pública para um debate que colocava o cerne num dos tabus do regime constitucionalizado por Salazar em 1933: a igreja não faz política e os católicos, enquanto tal, devem abster-se de qualquer participação política na sociedade. Que a aura de D. António Ferreira Gomes perdurasse ainda mais 4 anos, transformando a hermética entrevista sobre política e teologia, publicada no *República* em 1973, num sucesso junto dos leitores de um jornal laico e republicano, é sintomático do capital simbólico do prelado que ousara desafiar o dogma do anterior ditador.

¹⁶ PIDE, CI (1), Processo 3953.

O CASO BISPO DO PORTO E AS TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO JORNALÍSTICO

Em 1969, aquilo que Salazar mais temia, e Marcelo Caetano prolongou como princípio – o escândalo público –, aconteceu. A mediatização em torno do retorno do Bispo tornou impossível o apagado retomar de funções desejado pelo chefe de governo. Embora Marcelo Caetano tenha cedido às pressões de católicos próximos do regime, permitindo a sua vinda, como aliás de outros exilados (entre eles, Mário Soares, Maria Lamas, António H. de Oliveira Marques, António José Saraiva), a correspondência depositada no seu arquivo pessoal demonstra como esperava que D. António fosse discretamente para Fátima, aguardando longe do Porto o desfecho das negociações entre o Governo e a Santa Sé: “V.^a Ex.^a Revm..^a pode vir para Fátima, como deseja, quando quiser. Peço-lhe porém que não se dirija ao Porto enquanto a Santa Sé não resolver a situação do Administrador Apostólico.”¹⁷

D. António entrou em Portugal a 18 de Junho de 1969, atravessando a fronteira do Caia, vindo de Salamanca, onde passara os últimos dias alojado em instalações católicas em Alba de Tormes. Dirigiu-se efetivamente para Fátima, com hospedagem prevista na Casa das Dominicanas. Mas “aterrou” em cheio em pleno retiro espiritual do Episcopado português, um encontro que reunia o cardeal patriarca, arcebispos, bispos residenciais e bispos auxiliares, cuja data não ignorava, embora não tenha sido possível apurar se premeditou a vinda para coincidir com a sua realização. Em Fátima é aguardado por vários jornalistas, prevenidos da sua chegada¹⁸, entre os quais Mário Ventura Henriques, do *Diário Popular*, e Luís Rosa Duarte, de *O Século*, sendo entrevistado e fotografado. No dia 20 de Junho os jornais noticiam o regresso do bispo na primeira página. As notícias geram uma onda mediática, com praticamente todos os jornais generalistas, em particular os sedeados no Porto (sobretudo *O Comércio do Porto* e *O Primeiro de Janeiro*) a acompanharem de forma emotiva o reencontro com a família, amigos e paroquianos na aldeia natal de Milhundos, perto de Penafiel. O frenesim em torno do bispo é contínuo. Esteve sempre sob dois holofotes até 1974: o da PIDE, que continuava a segui-lo, a espiar-lhe a correspondência e a produzir relatórios semanais sobre a sua rotina; e o dos jornalistas, que acompanhavam zelosamente as suas atividades (homílias, palestras, reuniões), na esperança que surgissem mais declarações bombásticas.

¹⁷ AMC, Caixa 29, Correspondência/ Igrejas/ D. António Ferreira Gomes, Bispo do Porto, n.º 5 [Carta de Marcelo Caetano a D. António Ferreira, datada de 12/06/1969]

¹⁸ A “cacha” pertenceu ao vespertino *Capital* que publicou no dia 19 de Junho uma curta nota dando conta da chegada do bispo a Portugal.

O caso, nas suas diferentes fases, teve uma dimensão internacional. Tanto o exílio do bispo como o seu inesperado regresso foram noticiados na imprensa estrangeira, sobretudo nos meios mais sensíveis à influência dos exilados políticos portugueses. É o caso do Brasil, através do *Portugal Democrático*, jornal da oposição fundado por exilados em São Paulo, mas também a imprensa generalista destacou a história nas páginas do *Diário de Notícias*, *Última Hora* e *Estado de São Paulo*. A França foi outro país que valorizou o caso, através da agência France Press mas sobretudo do *Le Monde*, bem como do jornal católico *Informations Catholiques*. O jornal inglês *Observer* e alguns (poucos) jornais ligados a comunidades emigrantes portuguesas, como o *Luso-Canadiano*, de Montreal, além do já referido e engajado politicamente *Portugal Democrático*, foram os meios usados para atingir visibilidade internacional.

CONCLUSÃO

A análise de imprensa feita ao caso do bispo do Porto demonstra como o campo jornalístico se moveu ao longo dos dez anos que este processo atravessa. Esta é uma temporalização restrita, pois a atenção mediática existiu durante vários anos depois da plena reintegração na diocese do Porto. Durante o mandato marcelista a PIDE continuou a vigiar D. António Ferreira Gomes, sinal de que se mantinham as suspeitas sobre a sua pessoa.

O final da década de 60 do século xx coincide com uma série de transformações na paisagem humana e política das redações (Correia e Baptista, 2007). O movimento de profissionalização, rejuvenescimento e crescimento que o sector dos média vive neste período resultou numa cobertura mais interventiva e mais consciente do poder do jornalismo. A ida dos jornalistas para Fátima representou um desafio inédito às restrições dos censores sobre o prelado. É um episódio ilustrativo da força que o jornalismo pode ter num contexto de rarefação e controle de informação já que, como notou Raul Rego, uma vez publicadas, as notícias sobre D. António Ferreira Gomes provocaram o efeito de “uma bomba”, geraram banhos de multidão nos primeiros dias da sua presença em Portugal e motivaram uma discussão alargada, envolvendo jornalistas, eclesiásticos, políticos e cidadãos. Em tempo de ditadura, o Governo viu a sua estratégia desautorizada e foi forçado a reconhecer a inutilidade do voto de silêncio inicialmente imposto sobre o caso.

BIBLIOGRAFIA

- Borrat, H. (1989). *El periodico, ator politico*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- Djick, T. (2005). *Discurso, Noticia e Ideologia. Estudos na Analise Critica do Discurso*. Porto: Campo das Letras.
- Figueira, J. (2007). *Os Jornais como Atores Políticos – O Diário de Notícias, Expresso e Jornal Novo no Verão Quente de 1975*. Coimbra: Minerva Coimbra.
- Figueira, J. (2012). *O essencial sobre a imprensa portuguesa: 1974-2010*. Coimbra: Angelus Novus.
- Figueira, J. (2014). Caso Republica. A morte de um jornal cansado de lutar. In Rezola, M.I. et al. (Coord.) *A Revolução nos Media*. Lisboa: Tinta-da-china.
- Gomes, P. M. (2014). *Os Saneamentos Políticos no Diário de Notícias no Verão Quente de 1975*. Lisboa: Alêtheia Editores.
- Gomes, P. M. (2015). A Revolução de Abril e a liberdade de imprensa em Portugal: a contestação ao 'Projeto Jesuino' em 1975. *Revista Brasileira de Historia da Midia*, 4 (1): 73-84.
- Gomes, P. M. (2018). *Jornais, Jornalistas e Poder: A Imprensa que nasce na Revolução e as lutas politicas de 1975*. (Tese de Doutoramento em Historia Contemporanea não publicada). NOVA FCSH, Portugal.
- Lima, H. (2017). A Imprensa na 3.^a Republica. In Sousa, J. P. et al (Org.) *Uma Historia da Imprensa Lusófona*. Vol. II. Lisboa: Media XXI.
- Mesquita, M. (1987). O Caso Republica ou o Símbolo Destruído. *Cadernos de Imprensa*, 1.
- Mesquita, M. (1994). Os Meios de Comunicação Social. In Reis, A. (Dir.) *Portugal 20 Anos de Democracia*. Lisboa: Circulo de Leitores.
- Rebelo, J. (1994). Imagens de um pretérito imperfeito. In Mesquita, M. et al. (Orgs.) *O 25 de Abril nos Media Internacionais*. Porto: Edições Afrontamento.
- Reis, A. (1994). O Processo de Democratização. In Reis, A. (Dir.) *Portugal 20 anos de democracia*. Lisboa: Circulo de Leitores.
- Reis, A. (1999). O Partido Socialista e a defesa da democracia representativa pluralista. In Rosas, F. (Coord.) *Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976)*. Lisboa: Colibri.
- Rezola, M. I (2006). *Os militares na Revolução de Abril. O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal*. Lisboa: Campo da Comunicação.
- Ribeiro, N. (2002). *A Radio Renascença e o 25 de Abril*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.
- Seaton, J. et al. (1983). The Portuguese media in transition. In Maxwell, K. (Dir.) *The Press and the Rebirth of Iberian Democracy*. Connecticut: Greenwood Press.
- Telo, A. J. (2007). *Historia Contemporanea de Portugal. Do 25 de Abril a atualidade*, Vol. I. Lisboa: Presença.

Arquivos

Arquivo Nacional da Torre do Tombo
 Arquivo Marcelo Caetano
 Arquivo Oliveira Salazar
 Arquivo PIDE/DGS
 Arquivo SNI – Direção Geral dos Serviços de Censura
 Fundação Mário Soares

Publicações periódicas

A Capital
A Voz
Diário de Lisboa
Diário de Notícias
Diário Popular
Jornal de Notícias
O Comércio do Porto
O Primeiro de Janeiro
O Século
República

ESTRATÉGIAS NOTICIOSAS E ENQUADRAMENTOS DISCURSIVOS DA MORTE DE SALAZAR NA IMPRENSA

HELENA LIMA

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
hldlima@gmail.com

CONTEXTOS

A carreira política de António de Oliveira Salazar foi reconhecida por correligionários e detratores como determinante para a história do século xx português. Nascido em 1889, numa pequena aldeia Beirã (Vimioso, Santa Comba Dão), Salazar teve uma carreira brilhante no meio académico de Coimbra e a sua influência junto dos setores mais conservadores levaria a que se destacasse nos anos difíceis e hesitantes que se seguiram ao golpe militar do 28 de Maio de 1926 (Rosas, 1994). Seria sobretudo depois de 1930, com a vitória da facção mais conservadora dentro da ditadura militar, que a sua ação o levaria a ter o papel central no regime ditatorial, que perdurou até ao acidente que sofreu em 1968.

Desde o início do lançamento das bases do estado Novo até a sua morte, em 1970, Salazar foi a personalidade incontornável do regime que perdurou graças a um sistema político repressivo e silenciador das oposições. Meneses (2010) caracteriza a ditadura como pessoal, sobretudo no sentido em que associa o declínio físico do homem ao declínio de regime. O período que medeia a queda da cadeira e o acidente vascular que lhe sobreveio e a sua morte espelham, de alguma forma esta visão, uma vez que Salazar foi mantido num ambiente resguardado e em que acreditou até ao fim que era ainda o governante do país (Franco, 1989; Menezes, 2010).

Durante a longa carreira enquanto chefe de estado, Salazar foi, evidentemente, fonte de notícia, tendo tido, portanto, a sua morte um tratamento espetável por parte da imprensa. Foram-lhe dedicadas inúmeras páginas onde os jornais, com alguns elementos de originalidade, mas sobretudo com uma narrativa onde predominaram efeitos discursivos comuns, prestaram homenagem ao estadista, pelo recurso aos relatos biográficos, ao mesmo tempo que levaram à opinião pública a possibilidade de participar, ainda que indiretamente, nas cerimónias fúnebres organizadas pelo governo (Lima, 2016). O cerimonial revestiu-se da pompa e circunstância inerente à morte do estadista, tal como ocorreu em situações idênticas de personalidades políticas do século xx, como Kennedy, Churchill ou Palm, sendo que no caso português, a cobertura jornalística foi inevitavelmente condicionada pelo sistema censório implementado desde o início da ditadura. Contudo, olhar a cobertura da morte e exéquias de António de Oliveira Salazar à imagem do que foi estudado em relação a outros estadistas e personalidades célebres seria redutor, uma vez que embora o elemento cerimonial esteja presente neste tipo de acontecimentos e as peças jornalísticas sejam também uma forma de homenagem, no caso português há ainda a considerar a censura e o aparelho repressor que condicionaram a imprensa e o universo noticioso em Portugal, até ao fim da ditadura em 1974.

Não sendo a censura o objeto de estudo desta abordagem, seria limitador deixar de referir que a forma como o povo português “leu” as notícias da doença e morte de Salazar foi cuidadosamente vigiada por censores, pela PIDE e pelas decisões tomadas por um círculo muito restrito que detinha o poder. A censura à imprensa institui-se desde o golpe militar de 1926, mas os instrumentos criados pelo Estado Novo e o modelo de atuação não foram uniformes (Cabrera, 2017). Segundo Ana Cabrera (2017: 323-324), durante o período marcelista da ditadura o exercício da censura manteve-se, ainda que com alterações em termos de nomenclatura e funcionamento, em que o Secretariado Nacional de Informação (SNI) daria lugar à Secretaria de Estado de informação e Turismo (SEIT), cujo responsável, Moreira Baptista, lançaria a Direção dos Serviços de Censura. A esta estruturação deve ainda referir-se a saída da lei de Imprensa de 1972, que instituiu o “exame prévio”. Este ambiente de aparente alteração do regime censório não modificou, ainda segundo esta autora, a substância do aparelho repressivo, o que fica patente na forma como os diferentes jornais foram informando sobre a evolução do período terminal de Salazar, sendo várias as fontes a dar notícia, mas cabendo à SEIT um conjunto de comunicados e desmentidos oficiais (Lima, 2016).

A imprensa portuguesa foi transversalmente marcada pelos efeitos da ditadura, do regime censório e de outras pressões do aparelho repressor. António de

Oliveira Salazar exerceu pessoalmente coerção sobre os jornais, fosse através do contacto direto, fosse pela pressão financeira (Lima, 2013). O sistema de propriedade das empresas detentoras dos jornais (Cavaco, 2012) acabou por favorecer formas indiretas de condicionamento informativo, uma vez que as necessidades de modernização levaram a uma dependência da banca e a entrada do capital financeiro potenciou a pressão por parte do Estado. Por outro lado, a imprensa diária generalista portuguesa não teve um comportamento uniforme em relação a este formato repressivo. Para além da censura, a imprensa generalista diária podia ser mais alinhada com o regime e fazer deliberadamente o discurso da propaganda ou podia tentar a distância possível. Estes posicionamentos, ainda que pouco estudados em termos de elementos discursivos, estão presentes na cobertura da morte de Salazar, em que alguns diários se inserem claramente numa linha laudatória, quer pela composição noticiosa, quer pelo discurso textual e iconográfico.

O foco deste estudo não é analisar os efeitos censórios exercidos sobre os jornais na cobertura da morte de Salazar, embora seja interessante perceber o ambiente de especulação, intriga e controlo que estão, de alguma forma, patentes nos dias que antecedem aquele desfecho inevitável. Procura-se aqui, ainda que não de forma exaustiva, contribuir para uma visão de como, à luz da morte como valor-notícia, a imprensa contribui para a representação deste acontecimento. O facto de estarmos perante um estadista que durante quase quatro décadas controlou com mão de ferro os destinos do país determina a forma como o país leu e comungou deste tributo coletivo que lhe foi prestado pela imprensa. Assim, este estudo preocupa-se com os efeitos de composição elementos discursivos textuais, as representações tipificadas, tendo ainda e linha de conta os contextos específicos do momento que se vivia.

O ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL E O AFASTAMENTO DO PODER

Entre 1930 e 1970, a evolução da ditadura não pode ser vista como um todo e, nos anos 70, Portugal vivia já o declínio do regime e sofria o desgaste da Guerra Colonial.

A 3 agosto de 1968, Salazar encontrava-se de férias no Estoril, quando ao sentar-se numa cadeira de lona foi vítima de um acidente. Segundo vários relatos, Salazar manteve a normalidade da sua agenda nos dias que se seguiram. Contudo, começou a queixar-se de dores de cabeça intensas e dificuldades em escrever, acabando por ser chamado o médico. O diagnóstico não foi conclusivo, mas a equipa médica decidiu-se pela cirurgia.

Para além do círculo restrito que rodeava Salazar, também o governo e a PIDE acompanharam as decisões médicas. Contudo, a nação foi mantida na ignorância, porque havia indicações para impedir a publicação de qualquer notícia sobre o estado de saúde do ditador. Só a 7 de setembro, quase um mês depois da queda, a Emissora Nacional anunciou ao país que Salazar tinha sido operado. A 17 de setembro, o *Diário de Notícias* anunciava que “Um brusco e grave acidente vascular” levou a um estado de coma que os médicos entendiam ser irrecuperável.

Américo Tomás, a 26 de setembro, através da rádio e da televisão comunicou ao país que o presidente do conselho estaria para sempre impedido de continuar na vida política. Contra todas as expectativas, o ditador recobrou do coma e manteve um estado de relativa lucidez quase até à morte. Até ao fim, Salazar viveu num ambiente cuidadosamente protegido, embora tivesse visitas das suas amizades mais próximas, mas também de outras personalidades. A exceção a este ambiente protetor daria origem ao facto mais relevante deste período, do ponto de vista noticioso. A sua última entrevista foi concedida a Roland Faure para o *L'Aurore*, jornal que sempre teria sido favorável ao regime e talvez por isso tenha havido autorização para que fosse concedida (Nogueira, 1989; Menezes, 2010). Publicada a 7 de setembro de 1969, com o título “Salazar julga que ainda governa Portugal”, a peça de Faure punha em evidência o facto de o ditador viver na ilusão de que era ainda chefe do governo. Anos mais tarde, em entrevista concedida a José Pedro Castanheira, Roland Faure¹ relata como se apercebeu da ilusão em que Salazar viveu naquele período e que embora mantivesse muitas das suas faculdades mentais (continuou a falar fluentemente francês e estava a par da política internacional), acreditava que era ainda o chefe do governo e Marcelo Caetano apenas um seu ex-ministro, sendo Américo Tomaz o seu substituto temporário.

Sucederam-se reações na imprensa internacional e um telex da France Press que divulgava o teor da entrevista, foi interditado pela comissão de censura². O *The Times* publicou um resumo do *L'Aurore* e a revista *Time* fez sair “Portugal: the State secret” onde referia o universo de ilusão que rodeou os últimos dias do ditador: “Austere old Dictator Antonio de Oliveira Salazar is still unaware that he was replaced 15 months ago while in a deep coma following a stroke – and he may never find out. No one in Portugal has so far been able to summon up the nerve to tell the old man that his 36-year reign is over.”³

¹ *Expresso*, revista *Única*, 2 de agosto de 2008.

² Segundo Faure, os 3 mil exemplares do *L'Aurore* que chegavam diariamente a Portugal foram bloqueados e Marcelo Caetano terá ficado furioso com o realce dado à entrevista a Salazar (In: entrevista citada, *Expresso*, agosto de 2008).

³ *Time*, Dec. 19, 1969 [http://content.time.com/time/magazine/article/0,9171,941732,00.html].

O último ano de vida de Oliveira Salazar não está documentado pela imprensa e os relatos sobre o seu estado de saúde são apenas dados a conhecer por Franco Nogueira e Américo Tomás. A notícia do *L'Aurore* e os ecos que se seguiram resultaram no silenciamento em torno da vida do ditador, embora os relatos encontrados no *Diário de Notícias* deem a entender que os jornalistas da sua confiança o continuaram a visitar. O ambiente fabricado construído à sua volta ter-se-á mantido até ao surgimento de uma septicemia generalizada, a 15 de julho de 1970. Os jornais, tal como tinha ocorrido na crise de setembro de 1968, não deram de imediato qualquer notícia, sendo a primeira informação do dia 17. Segundo *O Século*, o boletim clínico foi enviado às redações pelo Ministério do Interior dando conta do agravamento do estado de saúde de Salazar: “O estado de saúde do Presidente Salazar. Ontem de manhã, foi acometido de doença infecciosa. Embora tenha melhorado, é reservado o prognóstico.” Esta informação está presente em todos os diários analisados, de uma maneira geral, publicada numa caixa de texto e com pouca informação acrescida. Nos dias seguintes, o comedimento dos jornais foi variável.

Os jornais *Primeiro de Janeiro*, *Diário de Notícias* e *O Século* publicaram os diferentes boletins clínicos, mas incluíram também informação própria, recorrendo a fontes que tinham acesso ao doente. A escassa informação oficial era complementada com outros elementos, mas não é possível determinar, com exatidão, como seriam obtidos. A mão da censura torna-se visível quando um jornal fazia o desmentido de uma notícia que não tinha sido publicada. O *Diário de Notícias*, por exemplo anunciava que a equipa médica do hospital Curry Cabral estava pronta a receber o doente. Pelo seu lado, *O Século* fazia o desmentido com “O enfermo será tratado na residência”. Segundo este artigo, por decisão tomada em conjunto com o Secretário de Estado da Saúde (não explicita quem mais participou da discussão): “António de Oliveira Salazar não sairá, em nenhuma circunstância, da residência da Rua da Imprensa, à Estrela. Assim, em face das características da evolução da doença, estão admitidas todas as hipóteses, excepto a de deixar o domicílio.”⁴

A questão de os procedimentos médicos serem realizados em casa ou no hospital deve ter sido alvo de debate nos centros de poder, dadas as notícias contraditórias e a aparente falta de consenso da equipa médica, que também transpirava para as notícias nos diferentes jornais. O resultado inicial foram as contradições, mas depois as autoridades optaram pelo envio de informações clínicas em tom quase telegráfico e assinadas pelos médicos, talvez para calar as especulações.

4 *O Século*, 21 de Julho de 1970

Este procedimento está patente nos jornais, de 21 a 27 de julho, onde se podia ler o seguinte boletim:

“Situação actual do presidente é a seguinte:

- 1) O processo infeccioso encontra-se clinicamente controlado
- 2) O aparelho cardio-vascular está compensado
- 3) A função renal encontra-se gravemente afectada com retenção azotada progressiva
- 4) Para corrigir as perturbações existentes e procurar evitar o desenvolvimento de outras, pode tornar-se necessário efectuar técnicas de depuração
- 5 O prognóstico continua, portanto, a ser grave

Assinam: Prof. Cândido da Silva, Prof. Eduardo Coelho, Dr. Jacinto Simões”

Esta publicação defensiva esteve presente nos dias que antecederam a morte de Salazar e a imprensa procurou cruzar fontes não identificadas e obter dados para além dos lacónicos boletins clínicos: “Ao fim da manhã de ontem soube-se de via oficial”, “Assim, as últimas informações obtidas junto do chefe de governo” ou “no entanto, devido a muitas outras informações desencontradas, que chegaram de vários círculos, gerou-se um clima de incerteza e preocupação”. Quando, por fim, é anunciada a morte de António de Oliveira Salazar, o facto torna-se público e o escondimento desnecessário, pondo-se, assim, fim ao ambiente de especulação.

DELINEANDO UM ENQUADRAMENTO TEÓRICO: A MORTE ENQUANTO VALOR-NOTÍCIA

Do ponto de vista do jornalismo, a morte é inegavelmente valor-notícia. Ela é entendida pelo sistema noticioso como um acontecimento dramático sendo, portanto, parte integrante da essência da história da informação noticiosa (Golding; Elliott, 1988). De acordo com Seaton (2005), a morte, enquanto acontecimento brutal e inesperado, é suscetível de se transformar em notícia e se a esta característica se acrescentar ainda o fator proeminência, tratando-se do caso de uma figura pública, o valor-notícia é inevitavelmente de maior impacto. Sendo o jornalismo uma construção da realidade, é no processo de seleção, inclusão, exclusão ou realce (Goffman, 1974), i.e., procedimentos narrativos definidos como *framing* (Goffman, 1974; Entman, 1993; Scheufele, 1999), que o enquadramento emocional se configura como parte da estratégia textual dos jornais.

A morte mediada pela divulgação nos meios de comunicação social resulta numa forma de representação coletiva de dor e homenagem, através da qual o leitor é convidado a participar. Portanto, os media através da publicitação dos ritos fúnebres trazem este tipo de acontecimentos para o domínio da esfera pública. Esta prática tem raízes profundas na história do jornalismo ocidental e os relatos da morte, enquanto elemento disruptivo estão presentes desde o início da imprensa periódica, mas ganham maior relevância com a inclusão dos valores narrativos mais emocionais da imprensa popular do século XIX (Sumiala, Hakola, 2013). Por outro lado, é também com o desenvolvimento e maior inclusão da imagem nos periódicos, que este valor-notícia ganha cada vez mais espaço e também popularidade por parte dos públicos.

As representações da morte na imprensa são muito variáveis. A morte é divulgada como elemento integrante de grandes catástrofes, acidentes, atos violentos de guerra, em que massificação retira os elementos de identificação por parte de quem lê. De outra forma, as notícias sobre o falecimento de indivíduos podem conferir um maior valor nas narrativas textuais e visuais, através de múltiplos elementos de efeitos de proximidade (Silva, Coelho, Tavares, 2013). Nestes casos a relação com a dor é mais próxima, embora muitas vezes os relatos se refiram a pessoas anónimas. Contudo, por vezes, as notícias exacerbam os efeitos de dor coletiva quando se reportam ao fim trágico de uma personalidade conhecida do grande público. Os meios de comunicação social permitem a referida participação mediada neste acontecimento e a última homenagem coletiva por parte de quem lê as notícias ou tem acesso ao acontecimento através de outros media.

A morte de um estadista configura, pois, um acontecimento jornalístico de topo da hierarquia noticiosa, sendo que esta remete para um conjunto de critérios que vão ao encontro dos valores-notícia (Hanusch 2010; Seaton 2005). Tendo em consideração, esta conceptualização, podemos entender a razão de os meios de comunicação social estarem repletos de notícias onde a temática da morte é central, mas em regra associada a outros aspetos entendidos como critérios de noticiabilidade, como violência, desastres ou factos que de alguma forma nos são dados a conhecer através de relatos melodramáticos. Para Pantti (2005), as notícias da morte serão parte de um conjunto de diferentes acontecimentos entendidos como “emocionais” e que têm ganho um espaço cada vez maior no universo informativo, remetendo para uma exposição mediática do luto no espaço público.

No caso das grandes figuras públicas, a organização da máquina noticiosa permite às audiências uma participação indireta, através da forma como se constrói a composição jornalística. Por outro lado, os processos de *framing* podem transmitir uma carga emocional, que decorre do próprio acontecimento, mas que

pode ainda ser enfatizada pelo realce, composição e pela adjetivação do discurso. A transmissão deste tipo de acontecimentos pode ser preponderante no efeito de percepção coletiva e criar uma visão que perdura no imaginário da opinião pública, como foi o caso de Kennedy e Diana, dada a dramaticidade inerente ao seu final trágico destas.

Este elemento de partilha de um ambiente emocional instituído decorre de valores simbólicos próprios e da forma como a cultura coletiva percebe e manifesta a dor. Aqui, as representações mediáticas têm uma função essencial na configuração destas percepções, contribuindo também para a criação de um sentido de comunidade (Dayan; Katz, 1999). A construção social do jornalismo contribui para a criação da memória coletiva, de valores de identidade, de consciência do grupo, num processo onde se contam histórias e constroem personagens que transcendem o campo pessoal e o efémero (Kitch, 2002). Trata-se, pois, de um universo simbólico partilhado, em que a mensagem é inerente à valoração cultural coletiva dos públicos.

No campo noticioso, a morte das figuras públicas tem sido particularmente estudada à luz das grandes transmissões televisivas ou colocando a ênfase na cobertura imagística. (Dayan; Katz, 1999; Mesquita, 2003). Tal foi, reconhecidamente, a transmissão da notícia da morte de Diana, acontecimento dramático em si mesmo, mas altamente enfatizado pela difusão das imagens de manifestação de emoção e dor nas homenagens prestadas pelos britânicos (Brown, Basil, Bocarnea, 2003). Apesar da sua espetacularidade, a cobertura da morte de celebridades não se iniciou com a princesa britânica. Revestidas de grande dramatismo podem referir-se, entre outras, também as mortes do presidente Kennedy ou do primeiro ministro sueco Olof Palm, ambos vítimas de assassinatos enquanto no exercício do poder. Neste caso, para além do valor-notícia da proeminência e do impacto, o dramatismo destes acontecimentos coloca-os no topo da hierarquia noticiosa.

A cobertura da morte de personalidades da elite não se esgota, obviamente, apenas nos casos em que a violência e o dramatismo fazem parte do valor-notícia. A proeminência destas personalidades faz que com que os ritos fúnebres tenham sido trazidos para as primeiras páginas dos jornais, numa tradição que ainda se mantém. Os jornais anglos saxónicos da primeira fase do jornalismo industrial passaram a incluir notícias de morte e destruição, o que se traduziu na passagem deste tipo de acontecimentos da esfera privada para a esfera pública (Sumiala, Hakola, 2013). A inclusão da imagem (inicialmente gravuras e depois fotografias) conferiu um maior impacto e uma leitura imediata. Este processo evolutivo da imagem na imprensa periódica teve inicialmente mais relevo nas revistas ilus-

tradas, embora a industrialização da imprensa tenha levado à sua progressiva conquista dos diários generalistas. Quanto às figuras públicas, os jornais britânicos, por exemplo, noticiaram, a morte do rei Eduardo VII, com a cobertura das exéquias. Os efeitos de homenagem foram também incluídos com a descrição da obra do homem e incluíram já um conjunto de imagens, dando início a uma estratégia editorial que viria a ser dominante nos períodos seguintes.

O estudo sobre a morte de personalidades reconhecidas pelo público é geralmente referido como “cobertura mediática”, mas é a televisão, pelas suas características, o centro de análise da maioria dos autores (Örnebring, 2004). Contudo, e também de acordo com este autor, a imprensa tem estratégias diferenciadas em termos de cobertura jornalística que introduzem discursos não tão uniformes. Os jornais, ainda que não tendo esta capacidade dramática e global, têm tradicionalmente recorrido à cobertura fotográfica enquanto elemento essencial da estratégia editorial, na medida em que a imagem complementa o texto e contribui para contar a história, sendo fundamental no processo de identificação das personagens. Para além das fotorreportagens das cerimónias fúnebres, dos momentos rituais, das manifestações públicas de luto, as fotografias permitem também fazer os enquadramentos históricos de homenagem à vida e obra das celebridades, contribuindo, assim, para os processos de construção da memória coletiva.

A morte de António Oliveira Salazar corresponde a um desses processos de um ambiente construído, em que a imprensa portuguesa contribuiu, para a criação de modelos discursivos-tipo que contribuíram, de acordo com Fernandes (2013), para efeitos de sacralização e mitificação, presentes também em elementos visuais. A relevância da cobertura da morte do ditador por parte dos jornais, deve ser entendida também à luz do momento histórico em que ocorreu, uma vez que a televisão não ocupava ainda o lugar predominante em termos de media noticiosos, nem o seu alcance em termos de público português, era ainda central no campo das audiências. A acrescer às características da limitada difusão da televisão portuguesa, há que salientar que, na época, não se vivia ainda paradigma da transmissão em direto, vulgarizado muito mais tardiamente.

Outro elemento não menos importante do marco histórico é o facto de, na altura e como foi apontado, o país viver ainda sob um regime censório que configurou, necessariamente, a forma como as notícias narraram o acontecimento, bem como todo o processo de homenagem, globalmente adotado pelos jornais. No seu estudo exaustivo sobre a morte de Salazar na imprensa portuguesa, Fernandes (2013) aponta que quase todas as publicações periódicas trataram esta temática, tendo a cobertura fotográfica desempenhado um papel central.

Segundo este autor, quer a fotografia quer o layout das primeiras páginas foram estratégias narrativas que permitiram à imprensa fazer uma cobertura visual do acontecimento, num país onde a televisão não era ainda o médium central em termos de notícias, uma vez que não chegava a todas as pessoas. Seria, portanto, a imprensa ao principal responsável pela criação desses fenómenos de participação indireta nas exéquias do ditador, mas também, dos ambientes de emoção coletiva criadas à volta da sua morte.

ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS DOS JORNAIS: ALGUNS EXEMPLOS

Este estudo preliminar centra-se nos cinco jornais generalistas nacionais diários da época, *Diário de Notícias*, *O Século*, *Jornal de Notícias*, *Comércio do Porto* e *Primeiro de Janeiro*, ficando de fora os vespertinos, embora a morte de Salazar tenha ocupado quase todas as primeiras páginas da imprensa periódica portuguesa (Fernandes, 2013). A escolha destes diários visa aferir se em termos da composição, elementos discursivos textuais e estratégias editoriais existem elementos comuns ou distintivos do ponto de vista do valor-notícia de acordo com o marco teórico anteriormente enunciado. Trata-se, portanto, de apontar padrões informativos, mas também discursivos que sejam identificáveis como constantes nos diferentes diários e verificar se existem duas formas distintas de representação do ditador. Para isso, fez-se uma leitura detalhada dos referidos jornais desde o dia 17 até 31 de julho de 1970. Como já foi referido, a fase final da doença foi vista à luz do controlo da informação. A notícia chegada aos jornais a 27 de julho, obedeceu a esta lógica centralizadora, uma vez que todos receberam a informação através do Secretaria de Estado da Informação e Turismo, onde para além do falecimento de Salazar, se informava os dias de luto nacional decretado pelo governo.

Do ponto de vista da hierarquia das notícias, a morte de Salazar anunciada a 28 de julho de 1970, constitui a notícia de primeira página em todos os jornais estudados, sendo, portanto, o topo da valoração informativa. O layout contribui também para enfatizar a importância do acontecimento. Em regra, os diários recorreram a títulos grandes, uma tarja negra e fotografias. Quase todos optaram pelo tipo grande, muito grande, de letras e menos quantidade de texto, sendo as edições a preto e branco. Maioritariamente, quase todas capas foram preenchidas na totalidade com o tema. As exceções foram o *Jornal de Notícias* e o *Comércio do Porto*. O JN reservou um espaço para a queda do helicóptero com os deputados da Assembleia Nacional, na Guiné. O *Comércio* inclui outras temáticas, embora a notícia da morte ocupasse a maior parte da capa. Nos dias seguintes e até 31 de

julho esta opção de ocupação de toda a primeira página manteve-se, com exceção de *O Comércio do Porto*, que continuou a incluir notícias diversas, nomeadamente, a visita de Américo Tomaz a São Tomé e Príncipe. *O Primeiro de Janeiro* e *O Século* também referem a publicação de uma edição especial do dia anterior, a noticiar a morte, mas não foi possível aceder a estes exemplares.

Quanto ao número de páginas dedicado a este tema, ele é muito variável de jornal para jornal, contudo, o *Diário de Notícias* e *O Século* foram os que mais espaço deram a António de Oliveira Salazar. *O Século* criou cadernos especiais dedicados à sua vida e obra. É compreensível o espaço editorial dedicado pelos matutinos portugueses à morte de Salazar, tratando-se do homem que controlou o país durante quase quatro décadas. As estratégias editoriais adotaram processos de composição em que se incluíram aspetos informativos e de agenda, procedimento normal dado tratar-se de uma figura de estado. A forma como estas abordagens se desenvolveram, bem como o número de peças traduzem diferenças decorrentes da própria natureza da diversidade da imprensa portuguesa. Os dois jornais de Lisboa dedicaram muito mais páginas a Salazar, seguidos de *O Primeiro de Janeiro*. *O Comércio do Porto*, de todos os diários o que tinha menos meios, foi o que menos espaço dedicou a esta temática. Por outro lado, os jornais da capital e o *Janeiro* evidenciaram uma maior facilidade de acesso a fontes diversificadas, o que mais uma vez se pode justificar pela estruturas das empresas e organização das redações.

A cobertura noticiosa pode ser vista segundo três momentos distintivos: a informação inicial e em que o efeito de mediatização é ainda comedido, uma vez que as visitas são exclusivas daqueles que privaram com Salazar e que podiam entrar em sua casa. *O Comércio do Porto* refere que “por amável informação de um funcionário da Direcção Geral de Segurança, os representantes da imprensa não tiveram acesso ao interior da residência de São Bento.”⁵; a transposição para o domínio público, quando as exéquias se trasladam para o mosteiro dos Jerónimos, transformando-se num cerimonial de Estado, mas sendo também notícia a primeira homenagem pública dos populares, como refere o *Primeiro de Janeiro*: “Milhares de pessoas assistiram à passagem do cortejo fúnebre do palácio de São Bento até aos Jerónimos. No solene préstito incorporaram-se as mais representativas figuras da vida nacional.”⁶; e o regresso ao domínio do homem, quando vai a enterrar em Vimioso, em “campa rasa”, um retornar às “origens humildes da terra que o viu nascer”, sendo este enquadramento mais presente no JN e no *Comércio*.

5 *O Comércio do Porto*, 28 de julho de 1970.

6 *O Primeiro de Janeiro*, 29 de julho de 1970.

Apesar desta divisão do tempo, a que podem corresponder as diferentes dimensões do homem, a mensagem dominante para quem lia os jornais era de que tinha morrido o grande estadista. Esta ideia foi transversal nos dias analisados e resulta de em todos os diários se terem multiplicado notícias de homenagem, nacionais e estrangeiras, reportagens dos diferentes momentos, personalidades envolvidas, e também esboços biográficos. As reportagens e notícias tiveram uma estratégia de remissão para a factualidade possível, com depoimento de fontes e inúmeros elementos informativos quanto às homenagens, missas, votos de pesar nacionais, constituindo-se em elementos de composição que tinham também uma dimensão geográfica, em Portugal, ilhas, colónias, mas também no plano internacional. Este tipo de informação foi excessivo e por vezes as notícias repetiam-se.

Se a homenagem ao estadista é natural e plausível, já outros elementos textuais podem ter contribuído para um exagero no efeito de homenagem, já que o discurso jornalístico foi também marcado por adjetivações e os elementos de elogio e de exaltação do ex-governante que contribuíram para enfatizar este enquadramento. Esta adjetivação esteve presente em peças jornalísticas típicas, mas foi mais evidente nas colunas de opinião e nos textos editoriais, nem sempre assinados.

A morte, em regra, tende a apresentar as qualidades da pessoa falecida e a omitir os aspetos negativos. António de Oliveira Salazar teve, como é sabido, inúmeros detratores nacionais e estrangeiros. A ideia de que de que tinha inimizades foi reconhecido nalguns dos textos, mas num dos casos, o Comércio refere um ramo de flores enviado por um seu adversário, que reconheceria assim o seu valor. Eventuais notícias negativas nacionais ou estrangeiras não se replicaram na imprensa nacional. Salazar foi representado como o pai da pátria, o salvador em diferentes momentos da sua carreira política. Os diários, como maior ou menor extensão, transmitiram uma narrativa unívoca, onde a obra do homem foi sempre enaltecida, recorrendo a efeitos narrativos diversificados.

No editorial de *O Século* podia ler-se: “Um sentimento sincero de admiração e respeito, e de reconhecimento pelas ideias, as acções e as obras de um dos maiores notáveis portugueses de todos os tempos e que foi, nesse aspecto, uma figura de forte projecção internacional. (...) Não houve no mundo, que saibamos, um caso tão extraordinário de permanência no poder, sem quebra de prestígio.”⁷ Pelo seu lado, no *Janeiro* podia ler-se: “Desaparece uma notável figura nacional que entrou na atividade política num período agitado e nela se manteve em rigorosa acção (...). Ao leme do País durante quarenta anos, encaro os problemas de frente com

7 *O Século*, 28 de julho de 1970

decisão e pertinência.”⁸. Além da abordagem textual mais ou menos comprometida, todos os jornais usaram os relatos biográficos e fotografias como estratégia de glorificação do estadista, inclusivamente com a publicação dos seus discursos. Esta projecção da figura eminente está presente desde o anúncio da morte até ao cortejo fúnebre, nomeadamente na paragem em Coimbra, onde a Universidade lhe prestou a última homenagem.

O discurso apologético foi mais presente nos dois diários de Lisboa. As páginas com elogios assinados ou não, foram muitas. O *Diário de Notícias* foi o jornal que mais páginas dedicou à morte do ditador, sendo, portanto, os textos de exaltação da obra e do homem em maior número. O enquadramento de grandeza, de figura primeira da História, foi um elemento discursivo recorrente: “Morreu o Homem que foi verdadeiramente grande. (...) Não se pode ser grande sem ter inimigos. Salazar tinha-os, mas estou em crer que mesmo aqueles que em vida se lhe opunham não deixarão agora, os que tiverem nobreza de alma, de prestar homenagem ao seu valor humano, à isenção e integridade que o esmaltavam, ao inultrapassável poder mental e volitivo e pulcritude da sua acção de conduta de homens (...).”⁹ Esta ideia de grandiosidade está também presente no texto seguinte: “Salazar foi o Chefe, foi o Guia excepcional, foi o construtor de um País que houve refazer desde os fundamentos, que foi necessário instalar num ritmo de impulso que há mais de um século se havia perdido, estiolado e sem força vital, que por lutas políticas que nem sempre atingiram a grandeza d ideal que pretendiam servir.”¹⁰

Salazar foi normalmente descrito como distante e austero, mas a dimensão discursiva de perda do pai da pátria, do refundador da nação remeteu para a ideia de luto, mas também de perda, de orfandade. Isto é, o elogio e a perda promovem o enquadramento da emotividade, um pouco contra a imagem projetada por Salazar: “A profunda emoção que a nação vive nesta hora em toda a extensão dos seus territórios, da Europa à África e ao Oriente, só é comparável às maiores sofridas no decorrer do século.”¹¹ O DN foi claramente o jornal que mais vezes usou o termo emoção, quer refletindo o momento que se vivia, quer pela experiência pessoal de quem escrevia neste mesmo texto: “Mas neste momento, a emoção turva-nos a serenidade ofusca o passado e falta-nos a perspetiva (...)”. Numa notícia do dia da morte, o jornalista do *Diário de Notícias* relata: “Para permanecer teria

⁸ Primeiro de Janeiro, 28 de julho de 1970

⁹ *Diário de Notícias*, 29 de julho de 1970

¹⁰ *Diário de Notícias*, 28 de julho de 1970

¹¹ *Diário de Notícias*, 29 de julho de 1970.

tido, porém, de dominar a emoção que me tomou, junto ao leito em que jaziam os restos mortais daquele cuja vitalidade fora finalmente vencida. Teria tido de amarfanhar o sentimento do homem, para servir os brios do jornalista.”¹² Para além destes exageros discursivos, todos os jornais procuraram também transmitir o ambiente emocional coletivo pela inclusão de inúmeras notícias da agenda dos atos solidários, como as exéquias fúnebres que se celebraram na metrópole e nas colónias e todas as manifestações de pesar de grémios, associações, camaras, universidades e demais representantes corporativos, presentes nos quatro dias de cobertura do evento. Obviamente que a exaltação da emotividade por parte dos que participaram nas cerimónias foi devidamente relatada nos cortejos fúnebres, na vigília dos Jerónimos e em Vimoso.

Os jornais tiveram também a necessidade de validar Salazar como figura de primeira grandeza reconhecida internacionalmente. Recordou- o prestígio reconhecido do ditador e a sua visão estratégica no final da II Guerra Mundial. Multiplicaram-se notícias sobre telegramas de dirigentes estrangeiros, da realeza, de membros da cúria romana, que contribuíram para esta estratégia de reconhecimento da atuação da figura do estadista. Reproduziram-se as notícias de diários americanos, franceses, espanhóis, brasileiros, argentinos, sul-africanos, e todos os que não eram manifestamente contra a ditadura. Espanha foi o país mais citado, com o envio de condolências do Generalíssimo Franco, as flores e notícias de missas, sendo o Brasil a outra nação mais solidária.

A estratégia de elogio e exaltação do grande chefe da nação perde-se um pouco no terceiro momento das cerimónias, até porque a aldeia natal de Salazar não se presta, pela dimensão, a grandes atos públicos. O último episódio de exaltação à grandeza do homem dá-se em Coimbra, para que a Universidade pudesse prestar homenagem ao seu lente. Por oposição, o funeral parece ter sido o desfecho rápido, em que as figuras de Lisboa pareciam deslocadas. Nem todos os jornais optaram por destacar o enquadramento da a origem humilde, a austeridade, a simplicidade. Os diários que maior destaque deram à cerimónia da aldeia beirã mostram o povo simples como ator, num espetáculo de dor diferente, não contida. O *Diário de Notícias* deu muito pouca relevância a este fim remoto, não publicando uma única fotografia.

¹² *Diário de Notícias*, 28 de abril de 1970.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Salazar governou Portugal durante cerca de quatro décadas, construindo um regime político ditatorial e repressor que condicionou a forma como o país se desenvolveu, ao longo do século xx. Dada a sua preponderância política, não é de estranhar a relevância da sua morte para os jornais e este facto se ter constituído em valor-notícia de primeira grandeza. Assim, a imprensa portuguesa dedicou o espaço espectável às cerimónias fúnebres, mas a cobertura jornalística não se limitou aos procedimentos habituais instituídos que a máquina informativa adota aquando da morte de personalidades públicas de relevo. Para além das estratégias editoriais, as notícias publicadas foram ainda condicionadas pelo aparelho censor.

Apesar de a censura não ser o foco deste estudo, ela é incontornável e foi particularmente notada desde que Salazar adoeceu. Nos dias que antecederam a sua morte, a sua ação foi marcada pela informação contraditória publicada, mas também pelo teor telegráfico dos boletins clínicos. A notícia do falecimento de António Oliveira Salazar foi igualmente controlada e enviada por via oficial aos jornais.

Quanto à temática da morte e tratamento jornalístico, os jornais adotaram procedimentos informativos esperados quando morrem personagens públicas importantes. Dedicaram-lhe um grande espaço editorial, recriaram elementos biográficos, reportaram as homenagens públicas e internacionais, recorreram à fotografia para complementar as narrativas e os *layouts* enfatizaram a ideia de luto. Estas características foram comuns à imprensa estudada, embora os recursos fossem variáveis de redação para redação. Alguns jornais, sobretudo os do Porto, tiveram que recorrer mais informação oficial e menos a fontes próprias. Os diários de Lisboa apresentam maior volume de notícias, mas muita da matéria impressa contribui para um enquadramento elogioso patente.

Os efeitos de composição foram também idênticos, sendo o tipo de informação e peças similares, variando, como foi visto, em função dos meios de cada redação. No caso dos jornais de Lisboa, mas mais ainda no *Diário de Notícias*, o espaço editorial e de crónica foram mais preponderantes, contribuindo para uma apologia deliberada.

Os diários portugueses destacam o enquadramento do grande estadista e salvador da pátria e, como resultado, surge outro elemento discursivo, que é o da orfandade, dor e perda, o que de alguma forma a transpõe para o domínio da esfera pública. As representações da emoção individual ou coletiva estão presentes em todos os jornais, sendo mais uma vez o DN a utilizar a emoção em

diferentes figuras narrativas, inclusivamente no discurso pessoal. A dimensão da homenagem ao estadista é dada em diferentes peças, abrangências geográficas e reconhecimento da elite governativa internacional. Este enquadramento é complementado pelas inúmeras biografias que retratam a obra do ditador. Pontualmente, o discurso dos jornais reconhece que Salazar tinha detratores, mas não há publicação de notícias críticas, o que denota o discurso condicionado.

BIBLIOGRAFIA

- Brown, W. J., Basil, M. D. & Bocarnea, M. C. (2003). Social Influence of an International Celebrity: Responses to the Death of Princess Diana. *Journal of Communication*, Vol. 53, (4), pp. 587-605.
- Cabrera, Ana (2017). A imprensa portuguesa no Estado Novo. In Sousa, J. P., Lima, H., Hohlfeldt, A. & Barbosa, M. (Eds.), *Uma História da Imprensa Lusófona* (Vol. 2) (pp. 311-384). Lisboa: Editora Media XX.
- Dayan, D. & Katz, E. (1999). *A história em directo: os acontecimentos mediáticos na televisão*. Coimbra: MinervaCoimbra.
- Entman, R. (1993). Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. *Journal of Communication*, Vol. 43 (4) pp. 51-58.
- Goffman, E. (1974). *Frame analysis: An essay on the organization of experience*. Cambridge: Harvard University Press.
- Golding, P., & Elliott, P. (1996). News values and news production. In P. Marris, S. Thornham (Eds.), *Media studies: A reader* (pp. 403-415). Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Hanusch, V. (2010). *Representing Death in the News: Journalism, Media and Mortality*. London: Palgrave Macmillan.
- Kitch, C. (2002). A death in the American Family: Myth, Memory, and National Values in the Media Mourning of John F. Kennedy, Jr.. *Journalism and Mass Communication Quarterly*, Vol. 79 (2) pp. 294-309.
- Lima, H. (2017). A «queda» de Salazar: a doença e morte do ditador na imprensa portuguesa. In Garcia, J. L. Alves, T. & Léonard Y. (Eds.). *Salazar, o Estado Novo e os Media* (pp 363-380). Lisboa: Edições 70.
- Lima, H. (2013). Meios de Censura e Formas de Condicionamento do Jornalismo na Ditadura. *Revista Media & Jornalismo* Vol. 12 (23), pp. 165-188.
- Meneses, F. R., (2010). *Salazar. Uma Biografia Política*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Mesquita, M. (2003). *O Quarto Equívoco. O poder dos media na sociedade contemporânea*. Coimbra: Edições MinervaCoimbra.
- Nogueira, F. (1989). *Salazar, O Último Combate (1964-1970)*, (Vol. 6). Porto: Livraria Civilização Editora.
- Örnebring, H. (2004). Revisiting the Coronation. A Critical Perspective on the Coronation of Queen Elizabeth II in 1953. *Nordicom Review*, Vol. 25 (2-3), pp. 175-195.
- Pantti, M. (2005). Masculine tears, feminine tears - and crocodile tears. Mourning Olof Palme and Anna Lindh in Finnish newspapers. *Journalism*, Vol. 6 (3), pp. 357- 377.
- Rodrigo L. F. (2013). *A Morte de um Ditador: O Visual e o Olhar no Funeral de António de Oliveira Salazar* (Dissertação de Mestrado não publicada). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

- Scheufele, D. (1999). Agenda-Setting, Priming, and Framing Revisited: Another Look at Cognitive Effects of Political Communication. *Mass Communication and Society* Vol. 3 (2-3), pp. 297-396.
- Seaton, J. (2005). *Carnage and the media: the making and breaking of news about violence*. London: Allen Lane.
- Silva, G., Coelho, G. S. & Tavares, L. (2013). Imagens e experiências nas notícias sobre morte. *Estudos em Jornalismo e Mídia* – Vol. 10 (2), pp. 495-513.
- Sumiala, J. & Hakola, O. (2013), Introduction: Media and death. *Thanatos*, Vol. 22/2013, <https://thanatos-journal.com/2013/12/20/thanatos-vol-2-22013-media-death/>.
- Cavaco, S. (2012). *Mercado media em Portugal no período Marcelista: os media no cruzamento de interesses políticos e negócios privados*. Lisboa: Edições Colibri.

“POR ONDE VAMOS, PORTUGAL?”: A AGITAÇÃO REVOLUCIONÁRIA DE 1975 NOS SEMANÁRIOS *EXPRESSO, O JORNAL E TEMPO*

PEDRO MARQUES GOMES¹

Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa
pedromarquesgomes@gmail.com

No verão de 1975, Portugal vivia um momento particularmente conturbado. Derubada a ditadura um ano antes, assistia-se a um confronto entre forças político-militares que defendiam projetos distintos para o futuro do país. Estava, pois, em causa a definição do tipo de regime a implementar.

Num período raro de “explosão” de acontecimentos – nas ruas, nos quartéis, nas fábricas, nos partidos, etc. – os *media* não se limitaram a noticiar. Envolveram-se e, por vezes, tomaram partido. Por isso, para uma melhor compreensão de uma realidade tão complexa como foi a do processo revolucionário nacional, é imprescindível o estudo dos conteúdos informativos então produzidos.

Neste artigo, analisamos textos jornalísticos de três semanários privados nacionais – o *Expresso*, *O Jornal* e o *Tempo* – tentando aferir de que forma estes se posicionaram no espectro político, no chamado «verão quente» de 1975.

¹ Doutorado em História Contemporânea pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, é investigador do Instituto de História Contemporânea e docente na Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa.

O AGITADO ANO DE 1975

A revolução de 25 de Abril de 1974 significou uma viragem na imprensa e no jornalismo português. Desde logo, ao pôr fim a mais de quatro décadas de censura. Depois, através das múltiplas transformações que vão ocorrendo: mudanças nas chefias, administrações e redações, na propriedade de muitos meios de comunicação social, criação de novos mecanismos de controlo e de órgãos de participação interna dos trabalhadores, entre outras.

Entre 1974 e 1975, a imprensa é o palco privilegiado de conflitos entre as forças em presença, intervindo em muitos deles. Alguns dos episódios mais emblemáticos desses anos envolvem os *media*, como os casos que vão ocorrer nos jornais *República* e *Diário de Notícias*, na *Rádio Renascença* ou a longa greve do *Jornal do Comércio* (Mesquita, 1987; Rebelo, 1994; Ribeiro, 2002; Gomes, 2014; Figueira, 2014).

Todavia, o ano de 1975 fica indiscutivelmente marcado pelos acontecimentos que envolvem a tentativa de golpe de 11 de Março², significativos em termos de alterações político-militares. É institucionalizado o poder militar, com a criação do Conselho da Revolução (CR), verificando-se, a partir daí, uma preponderância da facção militar próxima do primeiro-ministro Vasco Gonçalves (que ficou conhecida como «gonçalvista») e um crescente protagonismo do Partido Comunista (Reis, 1994; Rezola, 2006).

A 26 de maio toma posse o IV governo provisório – composto por ministros do Partido Socialista (PS), Partido Comunista Português (PCP), Partido Popular Democrático (PPD) e Movimento Democrático Português (MDP) – que significa um alinhamento político à esquerda e reflete, “no essencial, um maior controlo do MFA e do setor gonçalvista sobre o Executivo”. Segundo António José Telo, “a deriva comunista tinha alcançado o ponto máximo” (2007: 128).

Os *media* e, particularmente, a imprensa são afetados pelas mudanças político-militares em curso. Desde logo, porque, pertencendo, grande parte deles, ao setor da banca, acabam por passar a domínio Estatal, por via das nacionalizações decretadas. Ocorrem, por essa altura, várias substituições nas administrações e direções de jornais, passando a estar identificadas com as forças em presença. Um caso paradigmático a esse respeito é o do *Diário de Notícias*, à época o diário com maior tiragem, que, depois de afastada a direção próxima do Partido Socialista (José Ribeiro dos Santos e José Carlos Vasconcelos), na sequência de um plenário de trabalhadores que lhes retira a confiança, tomam posse novos diretores

² Tratou-se de uma tentativa falhada de golpe de Estado, desencadeada pelo ex-Presidente da República, general António de Spínola.

ligados ao Partido Comunista (Luís de Barros e José Saramago). Como revelam os investigadores britânicos Jean Seaton e Ben Pimlott (1983: 102), os reflexos na orientação editorial do periódico são imediatos e evidentes:

A situação mais dramática (mas, também, a mais previsível) foi a do *Diário de Notícias*, o matutino de Lisboa de maior circulação, que tinha sempre seguido as posições do antigo regime. Em 1974, o *Diário de Notícias* transcrevia fielmente os procedimentos do congresso da União Nacional Portuguesa (o partido do governo). Em abril de 1975, reportava com a mesma calma e tom referencial os encontros da central sindical comunista, Intersindical. Os mesmos jornalistas escreviam da mesma maneira, com a mesma aceitação da autoridade política prevalecente.

Em suma, refere o relatório do Conselho de Imprensa relativo a este período, é notória “a influência e a manipulação partidária na imprensa, designadamente por elementos afetos ao Partido Comunista e a organizações de extrema-esquerda”³.

Jornalistas e outros trabalhadores do setor da Informação (revisores, gráficos, tipógrafos, etc.), envolviam-se nas lutas políticas em curso, transformando os jornais, por vezes, em palcos dessas lutas. Nos plenários de trabalhadores discutia-se acesamente a orientação dos periódicos, bem como o que deveria ou não ser publicado. Esse foi, aliás, um debate que marcou os *media*: a quem caberia a função de definir a linha editorial dos jornais? Diretores e jornalistas? Ou também outros trabalhadores?

Paralelamente, emerge a ideia de um jornalismo militante, noticiando ou silenciando acontecimentos e figuras de acordo com os projetos político-ideológicos que os jornais (e os jornalistas) defendiam. Naturalmente, houve vários casos em todos os jornais, de quem, num período em que era praticamente impossível a “neutralidade jornalística”, se esforçou por a praticar. Mas, no seu conjunto, podemos dizer, citando Mário Mesquita (1994: 364), que:

o monolitismo imposto aos órgãos de informação estatizados não tinha por vocação explicar ou persuadir, mas agitar e mobilizar. O comentário, a análise, a explicação não eram os seus métodos habituais. Recorria-se, de preferência, a processos como a prosa oratória e triunfalista, a repetição

³ *A Imprensa Escrita em Portugal (abril de 1974 a Julho de 1975)*, Relatório do Conselho de Imprensa, Lisboa, 1979, p. 43.

dos chavões doutrinários, o silenciamento de acontecimentos relevantes, a transformação de boatos em notícia.

Também Helena Lima (2017: 392-393) defende que “a luta pela conquista de poder levou a inúmeras circunstâncias em que se cometeram atropelos ou que se procurou impor pela força o discurso único, particularmente no auge do gonçalvismo”. Os saneamentos políticos no *Diário de Notícias* (Gomes, 2014) ou a produção de leis que preconizavam mecanismos de censura *a posterior* (Gomes, 2015), apesar da existência de uma Lei de Imprensa (Fevereiro de 1975), considerada uma das mais liberais do mundo, são disso exemplos.

Neste contexto, novos periódicos vão surgindo, a partir de abril de 1975. Nasce, como observa António Telo (2007: 129), “um conjunto de novos jornais de várias origens, que rapidamente se afirmam com tiragens muito significativas e se tornam um exemplo de jornalismo inovador”. São, acrescenta Mesquita (1994: 379), títulos que, “abrangendo um vasto leque político, que ia da direita aos socialistas”, têm “como denominador comum o combate ao «gonçalvismo»”.

No fundo, trata-se de uma nova imprensa, privada, que apostava num tipo de jornalismo diferente do que então era, na generalidade, praticado, alcançando êxito junto dos leitores e posicionando-se, de forma clara, a nível ideológico. São criados o *Jornal Novo* (17 de abril), *O Jornal* (2 de maio), *Tempo* (29 de maio), *A Luta* (25 de agosto), entre outros. Antes, em 1973, surgira já o *Expresso*, dirigido por Francisco Pinto Balsemão (também acionista maioritário), jornalista desde a década de 1960 no *Diário Popular* e que integrava o grupo de deputados à Assembleia Nacional da chamada “Ala Liberal”, que entrara em rutura com o regime. A completar o leque de jornais privados de Lisboa, o velho *República*, criado em 1911, talvez o que melhor preconizou a oposição possível à ditadura, mas que, após o 25 de Abril, acabará por não resistir ao duro e mediático conflito que o envolve (Rebelo, 1994; Figueira, 2014).

TRÊS SEMANÁRIOS NUM PAÍS EM REVOLUÇÃO

Assumindo-se como um contraponto à imprensa estatizada e ao panorama que descrevemos sucintamente, três semanários privados – *Expresso*, *O Jornal* e *Tempo* – não alinharam pelo tom elogioso com que era frequentemente tratado o primeiro-ministro e o PCP nas páginas dos jornais (sobretudo no *Diário de Notícias* e *O Século*). Projetos jornalísticos com óbvias diferenças, importa destacar algumas das suas particularidades.

Apesar de ter pouco mais de um ano de vida, o *Expresso* chega à revolução com uma posição de destaque na imprensa, uma tiragem que ultrapassa os 100 000 exemplares (em 1975 situa-se nos 150 000) e uma influência que “residia na força dos comentários e análises, quase sempre da autoria de Marcelo Rebelo de Sousa” (Figueira, 2007: 131), subdiretor do jornal (o outro subdiretor era Augusto de Carvalho) e que virá a ser deputado à Assembleia Constituinte, tal como Pinto Balsemão (diretor), pelo PPD, entretanto fundado. As instalações do semanário foram, aliás, a primeira sede do partido.

No que respeita ao cruzamento entre jornalismo e a atividade partidária no interior do jornal e o seu reflexo nos conteúdos, as opiniões dos diretores são divergentes. Marcelo Rebelo de Sousa defende que “no *Expresso* fazia-se, naqueles momentos, mais política partidária do que jornalismo” (cit in. Figueira, 2007: 132), enquanto Pinto Balsemão contesta essa versão: “eu sempre procurei separar as duas coisas bem. Aliás, tenho dito que sempre tive mais problemas com o partido por causa do *Expresso* do que com o *Expresso* por causa do partido” (cit in. Baptista, 2012: 329).

Inspirado nos britânicos *Sunday Times* e *The Observer*, publicou artigos de opinião de políticos como Sá Carneiro, Miller Guerra, Mário Soares, Salgado Zenha e Maria de Lourdes Pintassilgo, entre outros. De formato broadsheet, saindo aos sábados, o êxito do projeto foi de tal ordem que em novembro de 1975 foi criado o *Expresso Extra*, uma edição que saía à quarta-feira. Publicava também, todas as semanas, o *Expresso Revista*, juntamente com o jornal.

De acordo com João Figueira, o periódico fundado e liderado por Balsemão, foi “a mais influente e escutada voz do centro-direita” durante o processo revolucionário e “jamais se desviou um milímetro que fosse do seu principal objetivo de luta e oposição à onda de esquerda que dominava o país” (2007: 132). Para Pinto Balsemão, não havia dúvidas quanto a quem se opunha: “os novos-ricos ideológicos, o PCP e Vasco Gonçalves foram os principais adversários políticos do *Expresso*” (cit in. Figueira, 2007: 133).

Num contexto bem diferente do da criação do *Expresso*, em maio de 1975 surge um novo semanário, partindo da ideia de alguns camaradas de profissão, que se cruzaram em várias redações (essencialmente *Diário de Lisboa*, *A Capital*, *Flama*), de criarem um “jornal de jornalistas”, independente dos poderes político e económico. Então redator do *Diário de Notícias*, José Silva Pinto escreve num dos “«linguados»” de papel amarelado que eram usados para escrever os originais” do DN, “uma pergunta muito simples: E se fizéssemos um jornal com estes gajos?”. Acompanhava-a uma lista de nomes. O recetor, o seu colega “Beça

Múrias, escreveu outra lista, na qual, curiosamente, os nomes eram quase todos os mesmos”⁴.

A partir daí as reuniões informais para organizar o projeto vão acontecendo, estabelecendo-se que 60% da empresa criada pertencia aos 15 jornalistas fundadores – que, na verdade, não tinham capital para investir, pelo que trabalharam vários meses sem receber salários para realizar as suas partes – e 40% à Casa Viva Editora, que administraria a publicidade, promoção, vendas e assuntos comerciais da empresa. O grupo de redatores teria, assim, em exclusivo, a responsabilidade de definir e escolher os conteúdos a publicar e a linha editorial. Para diretor, é escolhido, de entre os fundadores, um dos jornalistas mais populares da televisão portuguesa: Joaquim Letria.

Oficialmente, o semanário chega às bancas a 2 de maio, mas começa a ser vendido na véspera, aproveitando o feriado do dia do trabalhador. As manchetes apelativas, quase sempre da autoria de Beça Múrias, o grafismo inovador, criado por João Segurado, a aposta nas reportagens de investigação e num jornalismo interpretativo são algumas das características mais destacadas d’ *O Jornal*, que chega a atingir tiragens de 100 000 exemplares.

Era, segundo João Figueira (2012: 24 e 27), um “semanário assumidamente de esquerda, mas sem qualquer colagem partidária”, estando “longe de utilizar a prosa militante e partidariamente empenhada de outros jornais”. Nas suas páginas, escreveram figuras como Luís de Sttau Monteiro, Fernando Namora, Salgado Zenha, Marcelo Rebelo de Sousa, entre outros. Abel Manta assinava os populares *cartoons* sobre a atualidade político-militar.

Também no mês de maio surge o *Tempo*. Fundado e dirigido por Nuno Rocha (*Diário de Lisboa*), é, desde que se sabe da sua preparação, apelidado de “conservador”. Algo a que o diretor respondia, comparando-o com a imprensa internacional:

ser conservador não constitui uma ideologia mas uma atitude, frente às circunstâncias. Um jornal pode ser conservador perante sucessivos regimes, pois basta que defenda as instituições vigentes e não pugne pela sua transformação. Aí está um jornal conservador. Vejamos exemplos concretos de jornais conservadores: *Le Monde*, *Times* e *Pravda* que são dos jornais mais respeitados do Mundo⁵.

⁴ Constava nomes como os de Joaquim Letria, Afonso Praça, Pedro Rafael dos Santos, Francisco Sarsfield Cabral, Cáceres Monteiro, Santos, Fernando Gaspar e Joaquim Lobo. Cf. José Silva Pinto, “Génese de um jornal irrepetível”, in *Sítio do Clube dos Jornalistas*, 2015 [<http://www.clubedejornalistas.pt> consultado em Dezembro de 2016], p. 1.

⁵ *Seara Nova*, novembro de 1974.

A redação integrava, por um lado, jornalistas que davam ainda os primeiros passos na profissão e, por outro, alguns mais experientes, caso de José Vacondeus (diretor-adjunto) e Peixe Dias (chefe de redação), que, tal como outros, tinha exercido a profissão nas colónias africanas. É criada uma sociedade de trabalhadores, composta pelos fundadores do periódico, mas aberta a novos acionistas.

O primeiro número do *Tempo* sai a 29 de maio, destacando-se, nas suas páginas, várias rúbricas que apelavam à participação dos leitores. A sua tiragem chega aos 100 000 exemplares no verão. Entre os seus colunistas, destacava-se Vera Lagoa (pseudónimo de Maria Armanda Falcão) que recupera um espaço de opinião que durante nove anos manteve no *Diário Popular*. Textos polémicos, onde criticava duramente figuras políticas e militares e onde chega a pedir a demissão do Presidente da República e do Primeiro-ministro. Também a coluna de Manuel de Portugal, um desconhecido leitor do jornal que começa a enviar textos para a redação e que passam a ser publicados semanalmente, se destaca pelo tom crítico, nomeadamente em relação a Vasco Gonçalves.

O *Tempo* envolveu-se em várias polémicas ao longo dos meses, como quando anuncia a publicação de uma entrevista a um elemento do ELP (Exército de Libertação de Portugal), organização de extrema-direita, criada pelo antigo subdiretor da PIDE, Barbieri Cardoso, estando ligada a Spínola. O semanário “vai ocupar o espaço do centro-direita”, tendo como público-alvo “uma direita e centro de direita mais conservadora e menos intelectual e cosmopolita que aquela que lia e se mantinha fiel ao *Expresso*” (Figueira, 2012: 27 e 29).

Todos eles serão alvo de duras críticas de Vasco Gonçalves, no célebre discurso que faz em Almada, em agosto. Chama-lhes “pasquins”, “libertinos da informação”, acusando-os de estarem “interessados em isolar a classe trabalhadora” e não no “socialismo”⁶. Algo que é, só por si, revelador do impacto destes (e de outros) jornais.

O «VERÃO QUENTE» DE 1975 E A DEFESA DE LEGALIDADE DEMOCRÁTICA

Apresentados, em traços gerais, os três semanários, olhamos agora para os seus conteúdos. Contextualizando as notícias e os seus ângulos de abordagem, tentaremos compreender como estes jornais leem, criticam ou apoiam, dão relevo ou ignoram certos acontecimentos e figuras. Incluímos na nossa análise os edito-

⁶ *Expresso*, 23 de agosto de 1975.

riais (a visão do jornal), artigos opinativos (exceto as colunas fixas) e artigos informativos, embora conscientes dos cruzamentos entre os vários géneros jornalísticos, nem sempre fáceis de determinar, sobretudo num período revolucionário.

Assim, crendo que, “através do discurso, as ideologias podem ser explicitadas em parte, e assim transmitidas, normalizadas ou legitimadas” (Dijk, 2005: 114), tomamos como referência a ideia de jornais enquanto “atores políticos”, utilizada, por exemplo, por João Figueira a partir de Héctor Borrat (1989). Segundo Figueira (2007: 89), ao analisarmos o papel dos jornais como atores políticos, “estamos a dizer que eles defendiam e prosseguiram objetivos políticos precisos e que a linha editorial de cada órgão de comunicação social visava servir de suporte a essa mesma finalidade”.

Faremos, essencialmente, uma análise interpretativa dos textos jornalísticos, escolhendo para tal dois momentos representativos, em termos políticos, do «verão quente» de 1975 – o abandono do PS do IV governo provisório e a queda desse Executivo; a constituição do Diretório, a divulgação do «Documento dos Nove» e a formação do V governo provisório⁷ – e que, em nosso entender, nos ajudam a responder às seguintes questões: Foi o “combate ao «gonçalvismo” (Mesquita, 1994: 379) uma linha comum entre estes jornais? Como noticiaram a figura e ação de Vasco Gonçalves? Que futuro político defendiam para Portugal?

Após sair vitorioso nas eleições para a Assembleia Constituinte, a 25 de abril de 1975, o Partido Socialista ganha uma legitimidade democrática incontornável, que vai explorar nas semanas que se seguem. Como sustenta António Reis (1999: 56), o partido fará valer “na rua a força revelada no plano eleitoral”, uma vez que “se sentia legitimado para desempenhar um papel determinante na defesa de uma via democrático-pluralista contra a hegemonização da revolução por uma aliança entre o MFA e o Partido Comunista”.

Os episódios e confrontos multiplicam-se depois do comício do 1.º de Maio desse ano, em que o PS acusa a Intersindical de ter vedado o acesso à tribuna a Mário Soares, Salgado Zenha e Marcelo Curto, e a organização sindical – apoiada pelo PCP e outros partidos – a afirmar que os socialistas criaram um ambiente de tensão no evento, tornam evidentes as divergências entre as forças partidárias (Reis, 1994; Rezola, 2006). A este respeito, o conflito que envolve o jornal *República*, a partir de 19 de maio, é emblemático. Um episódio que, independentemente das interpretações quanto à sua origem e desenrolar – isto é, se se tratara de um conflito laboral ou político ou, porventura, com contornos de ambos – é mais um

⁷ Foram analisadas as seguintes edições dos três jornais: *Expresso* (12/7/1975; 19/7/1975; 2/8/1975; 9/8/1975; 15/8/1975); *O Jornal* (11/7/1975; 18/7/1975; 1/8/1975; 8/8/1975; 15/8/1975) e *Tempo* (10/7/1975; 17/7/1975; 31/7/1975; 7/8/1975; 14/8/1975).

acontecimento que vai opor socialistas e comunistas (e outras forças políticas e militares, mas com menor protagonismo), naquela que era uma luta mais vasta pela defesa dos respetivos projetos políticos para o futuro do país. Para António Reis (1999: 56), não restavam dúvidas, “o caso *República* será a gota que faz transbordar o vaso”.

A radicalização de posições atinge o seu ponto mais elevado, entre as acusações mútuas de PS e PCP, o desenvolvimento dos casos *República* e Renascença e a aprovação, pelo Conselho da Revolução, do «Documento-Guia de Alianças Povo-MFA» que visava, “em última análise a «instauração do poder popular»” (Rezola, 2006: 276), que levarão a um momento de rutura na coligação governamental. A 10 de julho, os ministros e secretários de Estado socialistas abandonam o Executivo, que acaba por cair. O principal motivo evocado fora o facto de não ter sido respeitada a decisão do CR de devolver o jornal *República* à sua direção e redação, tal como preceituado na Lei de Imprensa. Naturalmente, os três semanários vão noticiar os acontecimentos e, sobre alguns deles, manifestar opiniões de forma mais ou menos velada.

A 10 de julho, o grande destaque da capa do *Tempo* é a Assembleia do MFA, que se realizara na véspera e na qual fora aprovado – entre outros – o já mencionado «Documento Guia». Ao centro, uma fotografia de Vasco Gonçalves, o grande protagonista da reunião, segundo o periódico. No editorial, referia-se o tema da atualidade e é nesse texto que o periódico revela, de forma mais clara, o seu posicionamento. Para o *Tempo* era evidente o “passo à esquerda” dado na Assembleia, tal como as “claras indicações de querer forçar a velocidade do processo revolucionário, levando-o o mais rapidamente possível para o socialismo”. E que socialismo seria esse? “o socialismo cubano”, onde se encontra o “primeiro «gérmen» do poder popular”. A base do esquema cubano era agora apontada como semelhante à aliança Povo-MFA, isto é, “o Partido no poder reforça, assim, a sua autoridade, tendo uma estrutura que faz subir da organização do povo as linhas dinamizadoras da força suprema”⁸.

Se dúvidas existissem quanto à posição do *Tempo* relativamente à proposta do «Documento Guia», ela fica evidente no último parágrafo do editorial. A oposição é revelada de forma taxativa e tem como base fundamental a defesa da democracia representativa e da via eleitoral. Ao reduzir o papel dos partidos políticos e da Assembleia Constituinte, o projeto contrariava claramente aquela que era a posição assumida pelo jornal. Assim, não espanta a sua reação:

⁸ *Tempo*, 10 de julho de 1975.

Estas medidas, se reforçam a caminhada para o socialismo – e agora para o socialismo popular – não são de molde a animar aqueles que se batem ainda pela democracia quando esta se propõe obter do povo o voto da sua vontade. Este aspeto preocupa legitimamente os democratas, quaisquer que sejam os partidos em que militam⁹.

No dia seguinte, é a vez d' *O Jornal* chegar às bancas, trazendo, como seria de esperar, novidades relativamente ao semanário de Nuno Rocha. Isto porque, na noite anterior, os socialistas anunciaram a decisão de abandonar o IV Governo Provisório. Esta passa a ser a notícia do dia.

“Governo sem PS continua (até ver). PPD pede audiência a Costa Gomes”. O título, que ocupava todas as colunas da capa, antevia aquilo que há muito se especulava – a iminente queda do Executivo. Com a saída dos ministros socialistas, aventava-se, na notícia, a hipótese de atitude igual por parte dos representantes do PPD. Subtilmente, o semanário assinalava o “pluralismo” como característica dos dois partidos, o que poderia ser entendido como uma crítica, por exemplo, ao PCP e a Vasco Gonçalves que são ignorados nesta parte do texto. Escreve o jornal: “é de admitir que o PPD possa acompanhar a atitude do outro partido governamental [PS] que mais proximamente à sua posição defende o pluralismo”¹⁰.

É também feita referência à forma como a decisão do Partido Socialista é anunciada. Mário Soares obtém, neste contexto, grande protagonismo. Desde logo, porque é quem a anuncia, em primeira mão, num comício em Moscavide. A descrição feita pelo jornal afigura-se como favorável ao secretário-geral socialista, sublinhando, ainda que subtilmente, o seu carácter combativo. Falara “perante as centenas de pessoas que enchiam o pavilhão do Atlético Clube local”, num “tom emocional”, “com duras críticas ao PCP e ao MFA”, “apresentou uma panorâmica bastante pessimista da situação do país”. Os recetores da mensagem, os populares que assistiam ao comício, são referidos como “os privilegiados de Moscavide, que conheceram em primeira mão a decisão”¹¹. Uma menção declaradamente elogiosa e que deixava patente a importância histórica conferida à atitude dos socialistas, aqui na figura do seu líder.

Anunciadas no topo da capa do semanário, as explicações oficiais do Partido Socialista são apresentadas de forma integral, o que, só por si, é também signifi-

⁹ *Tempo*, 10 de julho de 1975.

¹⁰ *O Jornal*, 11 de julho de 1975.

¹¹ *O Jornal*, 11 de julho de 1975.

cativo da relevância atribuída, até porque ambos os textos ocupam a quase totalidade de uma página do jornal. Assim, na página 32 (e última), publica-se o comunicado dos socialistas anunciando a saída do governo na sequência do já referido caso do jornal *República*, apresentando-se ainda um comunicado do Secretariado Nacional do Partido Socialista, lido na Assembleia Constituinte, pelo deputado Sottomayor Cardia.

Todavia, se o PS assume grande protagonismo nesta edição d'*O Jornal*, o seu editorial está longe de lhe ser favorável. Na verdade, o texto de opinião do periódico acaba por constituir uma ampla crítica partidária, lançando ainda farpas ao MFA (embora mais subtis). Isto porque a aprovação do «Documento Guia» é apresentada como consequência da atuação dos partidos políticos, que “tardaram em revelar-se autênticas vanguardas para largos sectores da população”, assim como “adotam uma prática de decisões cupulistas, tantas vezes tomadas à revelia das bases militantes”.

Perante a “inoperância dos partidos”, a solução encontrada com o «Documento Guia» afigura-se, assim, não como algo isento de análise e até de crítica, mas como um projeto que, apresentado como uma consequência do rumo da revolução, suscita algumas dúvidas:

É evidente que a nova fórmula, se por um lado decapita a esperança de sociais-democracias, e torna obsoleta uma constituição que ainda nem sequer começou a ser discutida pelos recém-eleitos deputados, poderá resolver tudo, mas para já não resolve nada – e deixa em aberto algumas interrogações¹².

Em suma, um editorial marcado por uma certa inquietação, com críticas e questões lançadas em várias direções – e sem elogios claros e vincados – mostra também um posicionamento de certo modo ambíguo por parte d'*O Jornal* (ao contrário do que se verificou relativamente ao *Tempo*) perante a atualidade político-militar.

Um dia depois, o *Expresso*, ignorando, na capa, a saída do PS do governo, destaca a Assembleia do MFA, publicando vários artigos sobre o assunto. Não se verificam propriamente comentários aos resultados da Assembleia, mas sim, sobretudo, uma descrição da forma como decorreu o encontro e do que fora discutido.

Num texto do redator Benjamim Formigo considera-se que a aprovação do «Documento Guia» é “uma vitória da linha revolucionária, com especial relevância para as unidades operacionais do COPCON”, sendo óbvias as consequências

¹² *O Jornal*, 11 de julho de 1975.

para os partidos políticos: “a partir de agora, os partidos tradicionais tornam-se um peso morto para a revolução”. Isto porque “a criação de Assembleia Populares, preconizadas no projeto de ligação Povo/MFA, levanta desde já a inutilidade de uma Assembleia Parlamentar clássica, pois, afirmam alguns dos defensores da presente proposta, ninguém melhor que o próprio povo poderá representar”¹³. Ou seja, a leitura do jornalista incidia no facto de este novo projeto político pretender reduzir drasticamente o papel dos partidos e do parlamento. Não fica, no entanto, explícita a posição do jornalista sobre o assunto.

Quanto à figura em destaque nessa edição do semanário, ela é, sem dúvida, Mário Soares, sendo publicado um longo texto acerca da conferência de imprensa em que justificara a saída do PS do governo. Em contraste, o PCP é motivo de um artigo algo crítico. A começar no título: “Constituinte: propostas do PCP podem acentuar clivagem”. Depois, o facto de duas propostas dos comunistas – de alteração do regimento da Assembleia Constituinte – a serem recusadas, poderem levar o PCP a “abandonar talvez definitivamente a Assembleia”. Em clara oposição ao enquadramento desta notícia, é feita referência ao PPD, escrevendo-se que este “põe condições” para se manter no Executivo¹⁴. Isto é, o PCP pode criar problemas (“acentuar clivagens”) enquanto o PPD procura soluções e, para tal, “põe condições”.

Na semana seguinte, a figura em destaque na manchete do *Tempo* é Mário Soares. Com direito a fotografia e introdução à entrevista que consta no interior, o título refere-se a uma das questões então mais mediatizadas – os boatos de golpes eminentes – desta vez apresentada com uma promessa tranquilizadora: “O Partido Socialista nunca dará pretextos para se fabricar qualquer espécie de intentona”. Na introdução à entrevista, o tom elogioso ao líder partidário é notório em frases como “o político que, nesta fase, mais aglutina atenções não só dentro do País como no estrangeiro”. A relevância que lhe é conferida é ainda mais evidente: “as opiniões do secretário-geral do PS tinham que ser registadas e transmitidas aos leitores”¹⁵.

Note-se ainda que a citação escolhida para título da entrevista, no interior do jornal, tem precisamente a ver com uma questão amplamente defendida pelo *Tempo* – a importância do ato eleitoral (Soares afirmara: “não queremos chegar ao poder a não ser por via democrática”). Podemos dizer que, tanto este título, como o que consta da capa, parecem convergir no sentido de recusar a chamada “legitimidade revolucionária” ou atitudes mais radicalizadas ou extremadas, como seja

¹³ *Expresso*, 12 de julho de 1975.

¹⁴ *Expresso*, 12 de julho de 1975.

¹⁵ *Tempo*, 17 de julho de 1975.

um golpe. Porventura, porque tanto o PS como o *Tempo* tinham o objetivo comum de arredar da opinião pública essas posições, defendendo um projeto político diferente para o país. Talvez não exatamente o mesmo, mas em que confluem em algumas das questões principais, sendo óbvia a da defesa da via eleitoral e a recusa de mais golpes de Estado.

O editorial do semanário é dedicado a uma figura militar. Costa Gomes é largamente elogiado neste texto, sendo evidente a valorização da sua ação. Para o periódico, “a história há-de revelar-nos o papel que este militar de carreira, que foi sempre político (...) tem desempenhado no tumultuoso processo revolucionário português”¹⁶. É escrito que o general desenvolve um “grande esforço”, “mede cuidadosamente as situações”, “tenta pôr termos às dissensões”, sendo apresentado como o seu principal objetivo “conduzir o País pela via pacífica que todos os portugueses desejam.”

Costa Gomes é a primeira figura objeto de tratamento tão elogioso em editoriais do jornal, desde o seu primeiro número. Eventualmente, porque já se percebe o papel que o Presidente da República teria nos tempos que se avizinhavam, sobretudo tendo em conta a iminente queda do governo. Por outro lado, não é de inferior importância o facto de o semanário referir que Costa Gomes pretendia encontrar “uma plataforma que fizesse retomar o País à legalidade política”, dando a entender que o general defendia um projeto político para o país semelhante ao do jornal. Isto apesar de o Presidente ter, uma semana antes, apelado “à coesão em torno do projeto revolucionário” (Rezola, 2006: 280).

Note-se ainda que, neste editorial, o *Tempo* revela, uma vez mais, a sua posição perante os acontecimentos da atualidade política. Com a possibilidade de o PPD também abandonar o governo, o semanário é taxativo ao sustentar que Costa Gomes deveria “dissolver o IV Governo Provisório e recompô-lo de outra forma”¹⁷.

O *Jornal* chega às bancas no dia seguinte e também com o secretário-geral socialista na capa. Soares encontra-se em grande destaque no semanário, com uma longa entrevista, conduzida por Joaquim Letria, que inclui uma citação sua como título: “O PS não está na oposição”. Na mesma capa, mas com um relevo bastante mais diminuto, o ataque do PCP aos socialistas: “O PS colabora na escalada da reação”. No interior, no espaço da entrevista, Soares ocupa a quase totalidade das páginas 2 e 3, sendo o espaço restante – muito reduzido – reservado às posições manifestadas pelo PCP (através de Joaquim Gomes, membro do Comité Central) e do PPD (por Emídio Guerreiro, secretário-geral). Na mesma semana,

¹⁶ *Tempo*, 17 de julho de 1975.

¹⁷ *Tempo*, 17 de julho de 1975.

Soares em destaque – e a ser entrevistado – nas capas de dois semanários. No *Expresso*, será entrevistado por Pinto Balsemão apenas na semana seguinte¹⁸.

Com um tom preocupante, o editorial d'O *Jornal* refere-se à revolução portuguesa como estando em “perigo”. Neste texto, muito embora se sublinhem os “ataques constantes de vária ordem”, as “práticas violadoras de legalidade revolucionária” ou os “insultos”, a tónica parece ser colocada na necessidade de entendimento “entre forças que ainda há menos de um ano e meio combatiam lado a lado, às vezes até fraternalmente, contra o fascismo”. Clarificando, “não se pode agora compreender que se transformem em inimigos os que já foram, e até parece que em muitos aspetos poderiam continuar a ser, companheiros de jornada”. Uma referência aos militantes socialistas e comunistas que, antes de 1974, se empenharam na luta contra o Estado Novo.

Sublinha-se ainda a urgência de uma mudança de atitudes, deixando clara a importância conferida ao poder militar em todo o processo. Em suma, defendendo uma “ordem democrática” no sentido de que se “caminhe em paz na construção do socialismo”, O *Jornal* considera que para a prossecução desse objetivo torna-se indispensável a existência de uma união “em torno de um MFA e de um Conselho da Revolução cuja própria unidade é um elemento básico do processo”¹⁹.

Já nas páginas do *Expresso*, dá-se conta de que o comício do PS no Porto decorreu “sem incidentes” e que o “Estádio das Antas estava completamente cheio e havia muita gente nas suas imediações que não conseguira entrar”. Os socialistas dominam a manchete do periódico. Quanto à formação de um novo Executivo, o semanário de Pinto Balsemão avança que há uma “tendência crescente para governo de «Unidade Nacional»”. Finalmente, num longo artigo sobre o Partido Comunista, Vicente Jorge Silva expõe algumas das suas fragilidades. Sublinhando que “a estrutura organizativa leninista que nele sobrevive não funciona em termos eleitorais”, sintetiza:

É nestas circunstâncias que o PCP se vê confrontado já não apenas com questões fundamentais de ordem estratégica e tática, mas com qualquer coisa de ainda mais decisivo: a sua própria natureza e a sua função histórica, face a um processo que as põem, a ambas, frontalmente em causa. Entre a espada da revolução e a parede da história²⁰.

¹⁸ *Expresso*, 26 de julho de 1975.

¹⁹ O *Jornal*, 18 de julho de 1975.

²⁰ *Expresso*, 19 de julho de 1975.

Sobre esse fim-de-semana, escreve o semanário uma semana depois, não hesitando em mencionar o nome do Primeiro-ministro, de forma negativa: “atingiu o seu ponto mais alto a crise governativa, centrada na pessoa do Primeiro-ministro, general Vasco Gonçalves”²¹.

No contexto da queda do IV Governo Provisório e da consequente crise político-governamental, várias mudanças vão ocorrer nos centros de poder. As divergências entre fações militares e partidos políticos dificultavam as mais do que nunca necessárias estabilização governativa e definição de um rumo consensualmente aceite para o futuro do país.

Depois de, a 23 de julho, o conselheiro da revolução Vasco Lourenço ter dado o primeiro passo para a “contra-ofensiva” ao primeiro-ministro, sendo aprovada, em Assembleia do Exército, uma moção pedindo a sua demissão (Reis, 1994), dois dias depois Vasco Gonçalves ganha vantagem. Em Assembleia do MFA, apresenta uma proposta de constituição de um Diretório – constituído por ele próprio, pelo Presidente da República e por Otelio Saraiva de Carvalho – para o qual passariam os principais poderes do Conselho da Revolução. Na prática, tal significava “a marginalização do sector moderado do MFA”, que se recusa a compactuar com o esquema proposto (Reis, 1999: 33). Surgem, então, vários apelos (do PS, PPD e de outros) à formação de um governo de salvação nacional, que implicaria o afastamento de Vasco Gonçalves.

O Diretório – ou Troika, como também é conhecido – acabará mesmo por ser formado, mas o CR “limita-se a delegar-lhe os seus poderes e não a conferir-lhos irreversivelmente”, o que não impede a precipitação de uma “rotura entre as diferentes correntes que, há muito, se desenhavam no MFA, representando um fator central para a autonomização do Grupo dos Nove” (Rezola, 2016: 174). Com este cenário, as conversações para a formação de um novo Executivo, já iniciadas, complicam-se.

Como se disse, PS e PPD opunham-se à permanência de Vasco Gonçalves e recusam-se a integrar o V governo. Os militares moderados preparam, de imediato, um documento onde expressam as suas ideias em total rutura com o «gonçalvismo». Apresentado a 7 de agosto ao Presidente da República, o «Documento dos Nove» é, ao mesmo tempo, distribuído pelos quartéis e divulgado na imprensa, a começar pela edição, em exclusivo, do *Jornal Novo* especialmente preparada para o efeito.

Os nove oficiais do CR – Melo Antunes, Vasco Lourenço, Canto e Castro, Vítor Crespo, Costa Neves, Vítor Alves, Franco Charais, Pezarat Correia e Sousa

²¹ *Expresso*, 26 de julho de 1975.

e Castro – defendem então uma via alternativa para o país, organizando o seu documento em seis pontos fundamentais. Rejeitando as propostas tanto de «gonçalvistas» como de Otelo, os «Nove» preconizavam “uma transição gradual, uma nova via de um socialismo assente na democracia política e numa ampla base social de apoio”, refere Maria Inácia Rezola (2006: 352). Rapidamente muitos outros militares vão subscrever o projeto político, que tem como resultado imediato a suspensão dos seus autores do Conselho da Revolução, por ordem do Diretório (ainda que com a oposição de Otelo).

A partir de então “a contra-ofensiva dos Nove começa por jogar uma aliança tática com Otelo, a fim de isolar o grupo gonçalvista” (Reis, 1994: 35). Porém, mesmo fortemente contestado, Vasco Gonçalves e o seu V governo recebem luz verde do Presidente da República, tomando posse a 8 de agosto. No mesmo dia, Mário Soares publica uma carta aberta a Costa Gomes, argumentando que Portugal se encontrava “perto do abismo”, em mais uma manifestação contra o primeiro-ministro²².

A 31 de julho, o tema em destaque no *Tempo* não poderia deixar de ser o resultado da Assembleia do MFA de dia 25 (constituição do Diretório): “as duas vias possíveis para a revolução portuguesa continuam a ser as da democracia e do diretório, o que equivaleria neste caso, a uma ditadura”. Isto é, a afirmação, sem equívocos, de que o semanário se opunha à formação do Diretório. Num outro artigo – sugestivamente intitulado “os problemas da Troika” – novas críticas traduzem a mesma visão sobre os resultados da Assembleia:

Acontece, de facto, que as decisões tomadas nas últimas Assembleia do MFA, aparecem profundamente desenraizadas e desfasadas da realidade política que as condiciona. A análise das questões é efetuada por um prisma demasiado estreito que leva muitas vezes a conclusões inaplicáveis na prática, ou, pelo menos, só possíveis da aplicação através de uma alteração radical das estruturas político-sociais²³.

Mas se o Diretório é alvo de apreciação negativa pelo semanário, há uma figura que, pelo contrário, recebe elogios. Trata-se uma vez mais do Presidente da República, cujo discurso na Assembleia do MFA é descrito como “uma chamada à reflexão, um apelo à serenidade, uma análise consciente ao momento que atravessamos”. Ainda que integrando o Diretório, Costa Gomes era incluído,

²² *Jornal Novo*, 8 de agosto de 1975.

²³ *Tempo*, 31 de julho de 1975.

pelo periódico, no grupo dos “moderados” e, por isso, encontrava-se na linha política que o jornal há muito defendia. Não deixa, por isso, de aproveitar o discurso do Presidente para apontar novamente o dedo aos que se opunham a essa linha: “ninguém pode ter ficado com dúvidas de que Costa Gomes pretende utilizar o seu espírito moderativo e a influência de que goza nos meios militares para refrear os ímpetos revolucionários que alguns sectores pensam dever ser aplicados no caso português”²⁴.

No dia seguinte, chega às bancas *O Jornal* e, com ele, uma análise mais informativa do que opinativa ou especulativa acerca do “triunvirato”. O jornalista Hernâni Santos assina um texto onde expõe os diversos pensamentos em confronto acerca do tema, não indo além, do ponto de vista da sua própria interpretação dos factos, da consideração de que “será, portanto, interessante acompanhar a evolução deste regresso primitivo ao Programa do MFA, por tantos considerado ultrapassado, em face da aceleração que tomou a revolução portuguesa”²⁵.

Num outro artigo, porém, Cáceres Monteiro, partindo da constatação de que o Diretório “congrega as diversas tendências surgidas no seio do MFA e nele surgirão as contradições do nosso processo revolucionário”, acaba por levantar algumas interrogações. Na verdade, pairavam várias incógnitas acerca da sua atuação e é nisso que o semanário se centra. “Este triunvirato, que vai fazer? Criar as condições para que o proletariado venha a governar? Ou tentar desesperadamente levar a burguesia a governar ainda?”, foram algumas das questões colocadas. De qualquer forma, não é possível afirmar que existia uma rejeição deste novo órgão de poder por parte do periódico, nem sequer um tom especialmente crítico, mas tão somente uma atitude de cautela.

No *Expresso*, Marcelo Rebelo de Sousa assina um artigo de duas páginas intitulado “três longas semanas à procura dum governo perdido?”. Nele, não poupa Vasco Gonçalves, destacando as suas “contrariedades”, o seu objetivo de “permanecer primeiro-ministro” ou atribuindo-lhe “um certo maquiavelismo político”. Escreve o jornalista:

Vasco Gonçalves revelava, perante as contrariedades, duas qualidades para muitos inesperadas: – uma persistência tenaz na prossecução do seu objetivo de permanecer Primeiro-ministro, com um novo governo; – uma maleabilidade de negociação, marcada por um certo maquiavelismo político²⁶.

²⁴ *Tempo*, 31 de julho de 1975.

²⁵ *O Jornal*, 1 de agosto de 1975.

²⁶ *Expresso*, 2 de agosto de 1975.

Mais à frente, afirma a ligação entre o Primeiro-ministro e o PCP e, de algum modo, acusa-o de manipular os *media*. Para o *Expresso*, o principal apoiante do governo era, sem dúvida, o Partido Comunista:

É preciso, no entanto, não esquecer que, durante estas vicissitudes, contou sempre com o apoio indefetível do PCP, e utilizou, com larga soma de meios, os órgãos de informação oficiosos na criação de correntes emocionais favoráveis ou desfavoráveis a certas hipóteses políticas e pessoais²⁷.

Publicado um dia depois da divulgação do «Documento dos Nove» no *Jornal Novo*, *O Jornal* escolhe o assunto para a capa, incluindo fotografias de quatro deses militares (Melo Antunes, Vasco Lourenço, Vítor Crespo e Vítor Alves. No interior do periódico encontravam-se fotografias dos restantes) com o título “«moderados» do MFA tomam posição de força”. Ainda que se depreenda um apoio aos «Nove» – em parte pelo destaque que lhe dá (publica-o na íntegra) mas também por algumas opiniões veiculadas – a verdade é que o semanário não deixa de mostrar alguma apreensão quando ao futuro: “Se a proposta agora apresentada for aceite pelo Povo, esperemos que não se perca de vista a Revolução, que o mesmo Povo tem cada vez mais de pensar em fazer pelas suas próprias mãos”. No interior do jornal, Rui Pimenta explica, num texto informativo, as motivações do grupo para a escrita do documento no contexto da queda do IV governo.²⁸ Mas talvez outra passagem seja ainda mais significativa da forma como a equipa de Joaquim Letria olhava para o «Grupo dos Nove». Sugerindo que Mário Soares (e o PS) se estivesse a aproveitar politicamente da sua tomada de posição, *O Jornal* tece alguns elogios aos militares: “Nenhuma estratégia política pode justificar o aproveitamento de um documento cujo conteúdo poderá ser posto em causa, mas cujas intenções, parece-nos, possuem a dignidade e a honestidade da coragem de analisar responsabilmente as situações difíceis”²⁹.

Na semana seguinte, *O Jornal* era mais claro quanto à sua posição. Considerava – colocando mesmo em capa – o documento “a necessária pedrada no charco de uma governação que se deixou encaminhar bastante pela ficção de algumas ilhas mais ou menos bem sucedidas, dentro daquilo que poderia ser apontado

²⁷ *Expresso*, 2 de agosto de 1975.

²⁸ *O Jornal*, 8 de agosto de 1975.

²⁹ *O Jornal*, 8 de agosto de 1975.

como um esquema socialista tradicional”. Ainda assim, apelava à ação, sustentando: “só com documentos a gente não se governa”³⁰.

O *Tempo*, por sua vez, no dia 7, antes da saída do documento dos moderados, escolhe para título de capa uma frase que parecia quase combinada com o da semana seguinte. A “o país espera uma solução”³¹, junta-se “esta [o «Documento dos Nove»] é a verdadeira interpretação progressista da revolução portuguesa”, citação de Pizarat Correia publicada no dia 14. O semanário de Nuno Rocha revela-se um inequívoco apoiante da proposta e isso é perceptível, por um lado, porque escolhe para manchete uma entrevista (com fotografia) a um dos seus principais subscritores; depois porque publica, ao lado, uma notícia onde é destacada a sua aprovação em 80% das unidades do país; e, finalmente, porque o editorial é escrito de uma forma bastante elogiosa para o grupo, considerando que o texto “representa o estado de reflexão a que chegavam diversos oficiais rigorosamente identificados com os 25 de Abril e que tiveram a patriótica coragem de dizer «não» a certos aspetos da condução do governo”³².

Era também visto como uma solução para superar a crise vivida, na medida em que era “um projeto político destinado a corrigir certos desvios do programa inicial do MFA e a acompanhar constatações revolucionárias da vida prática”. Em suma, segundo o semanário, o país estava perante duas possibilidades políticas, entre as quais teria de optar:

ou implementamos o socialismo como na Rússia em 1917, através da repressão, do corte abrupto das liberdades, das perseguições, de sofrimentos e de lutas, ou implantamos o socialismo em liberdade, de acordo, aliás, com o quadro social e do mundo em 1975.³³

Quanto ao V governo, a sua durabilidade é, uma vez mais, posta em evidência. “Por quanto tempo estaremos «de passagem»?”, era a pergunta escolhida para título de um artigo não assinado. Uma pergunta que “persiste a nível nacional”, lia-se. O panorama não era, de todo, animador segundo o semanário, para o qual se vivia um “estado de efervescência”: “não se atravessa uma situação tranquila, estável, duradoura”. Mencionando que o governo é, no essencial, constituído por figuras próximas de Vasco Gonçalves, volta a referir: “os membros que constituem o pre-

³⁰ *O Jornal*, 15 de agosto de 1975.

³¹ *Tempo*, 7 de agosto de 1975.

³² *Tempo*, 14 de agosto de 1975.

³³ *Tempo*, 14 de agosto de 1975.

sente Gabinete sabem, desde já, que não esquecerão o lugar, que nem valerá a pena emitir cartões de visita, que a sua saída está, logo à partida, marcada para breve”³⁴. Sem entrar propriamente numa análise das características ou propostas do novo Executivo, o semanário opta, pelo contrário, por sublinhar repetidamente o seu carácter transitório e, por consequência, destaca a sua evidente fragilidade.

No que diz respeito a *O Jornal*, as suas páginas também divulgam as especulações em torno da formação do governo. Quer avançando com nomes e pastas que acabam por não se concretizar, quer dando conta de que se tratava de “um governo sem programa” ou ainda de figuras e partidos que recusaram integrá-lo. Mas o semanário faz também uma leitura acerca do que poderia ser a sua atuação e, por isso, não deixa de referir que, depois da formação do Diretório, o Executivo “terá um papel bastante menos importante a desempenhar do que os anteriores”. A acompanhar o artigo, duas fotografias com os militares que representavam as duas principais vias políticas em cima da mesa: Melo Antunes e Vasco Gonçalves. A legenda apontava já para novos capítulos de divergências, sabendo-se que os “moderados” preparavam um documento alternativo à política de Vasco Gonçalves. “As divergências atingiram o ponto de rutura”, lia-se em baixo das fotografias³⁵.

Uma semana depois, é o «Documento dos Nove», por um lado, e a carta aberta de Mário Soares a Costa Gomes, por outro, que dominam *O Jornal*. O V governo era já referido como sendo de “transição”³⁶, mas só na edição seguinte surge com mais propriedade. Salientadas algumas das suas primeiras medidas – nacionalização da CUF, redução do preço dos adubos, créditos concedidos às Câmaras Municipais, apoios aos “retornados” de Angola, etc. – o periódico considera que “parecem corretas”, mas coloca dúvidas quanto à sua eficácia para a superação da crise. Sendo um governo “de transição”, são “muito precárias as condições políticas” para que consiga “definir e executar um programa de fundo, global e coerente, de reconstrução económica”³⁷. Não tomando uma posição clara – a favor ou contra – o novo Executivo, nem por isso *O Jornal* deixa de salientar a sua fragilidade perante o desafio de retirar o país da crise que atravessava. Para trás ficara o “processo folhetinesco da [sua] formação”, como escreve Cáceres Monteiro³⁸.

No dia 9, como seria de esperar, o «Documento dos Nove» e o V governo provisório também dominam o *Expresso*. O tom elogioso com que a proposta dos

³⁴ *Tempo*, 14 de agosto de 1975.

³⁵ *O Jornal*, 1 de agosto de 1975.

³⁶ *O Jornal*, 8 de agosto de 1975.

³⁷ *O Jornal*, 15 de agosto de 1975.

³⁸ *O Jornal*, 8 de agosto de 1975.

militares moderados é referida é evidente, podendo aferir-se uma convergência de posições entre o jornal e os «Nove». Assim, segundo o semanário, “dando provadas de um realismo positivo, os nove signatários (...) revelam com clareza que não é apenas nos meios civis, mas também no setor militar, que se enfrentam sobretudo duas conceções de revolução, de socialismo e de sociedade”. Para as explicar, o texto coloca em oposição o «Grupo dos Nove» e Vasco Gonçalves e a fação a ele ligada:

Melo Antunes e os seus camaradas optaram e optam pela «formação dum amplo e sólido bloco social de apoio a um projeto nacional de transição para o socialismo», «construído em pluralismo político», «inseparável das liberdades, direitos e garantias fundamentais». Vasco Gonçalves e os partidários da sua linha escolheram e continuam a escolher, pelo contrário «o modelo de sociedade socialista tipo europeu-oriental». A maioria do povo português estará, embora com variantes, muito mais próxima da primeira (...) ³⁹.

Publicando, na sua revista, o «Documento dos Nove» na íntegra, o *Expresso* confere também amplo destaque à tomada de posse do novo governo, insistindo nas dúvidas quanto ao seu êxito e sublinhando que se trata de “um projeto de executivo em discordância com a maioria das forças políticas nacionais”. “Um governo provisório numa situação que se deteriora, albergando (o governo) no seu interior, os gérmenes em grande parte de obstar a tal deterioração” ⁴⁰.

É ainda publicada a carta aberta de Mário Soares a Costa Gomes defendendo um governo de salvação nacional. Tal como o *Tempo*, também o *Expresso* conferia bastante relevo à figura do Presidente da República, apesar de não concordar com o facto de ter mantido o Primeiro-ministro no poder: “uma das personalidades que tem segurado no cargo o general Vasco Gonçalves é o Presidente da República, o homem que tenta manter o equilíbrio entre os extremos” ⁴¹.

Na semana seguinte, o semanário reforça a sua opinião, sendo óbvia a profunda divergência relativamente ao novo Executivo e a Vasco Gonçalves, “já largamente contestado ao nível de alguns partidos e de largas camadas do povo”. Para o *Expresso*, os problemas permaneciam ou agravavam-se e a solução encontrada por Costa Gomes estava longe de ser a que mais se adequava às necessidades do país. Por isso, a imagem transmitida continua a ser bastante negativa:

³⁹ *Expresso*, 9 de agosto de 1975.

⁴⁰ *Expresso*, 9 de agosto de 1975.

⁴¹ *Expresso*, 9 de agosto de 1975.

Como seria de esperar, essa crise não se atenuou pelo simples facto da tomada de posse do V governo provisório. Antes pelo contrário. A própria definição de “governo de passagem” que dele foi feita pelo Presidente da República acentuou o seu carácter precário, a sua vida limitada no tempo, os seus objetivos reduzidos à mera adoção de medidas pontuais de alcance conjuntural. Portanto, a crise continua⁴².

Posto isto, a solução torna-se clara para o *Expresso*. Era necessário substituir o governo e afastar o Primeiro-ministro: “a simples formação de uma nova equipa dirigente já constituiria um fator positivo no desanuviamento das relações MFA-Povo”⁴³. Algo que acontecerá cerca de um mês depois, visto que um novo governo provisório toma posse a 19 de setembro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com todas as suas particularidades, estes três semanários foram intervenientes ativos no processo revolucionário. Constituíram-se, sem dúvida, como atores políticos e as suas páginas refletiam isso mesmo. Quanto à cobertura destes acontecimentos feita pelos três periódicos é possível constatar o protagonismo concedido ao PS (a estratégia do partido de mediatização da sua atividade tem eco nestes jornais), através, por exemplo, de entrevistas e do amplo destaque conferido ao secretário-geral socialista, Mário Soares.

Salienta-se também as críticas dos semanários, ainda que por vezes veladas, ao PCP, cuja política chega a ser relacionada com os regimes políticos cubano e chileno (substancialmente mais notória no *Tempo* e no *Expresso*). A radicalização PS/PCP não deixa de estar presente. O *Tempo* e o *Expresso* são claramente mais interventivos – e, portanto, mais subjetivos – do que *O Jornal*. O *Tempo* chega mesmo a propor, num editorial, a criação de um governo apartidário, além de criticar abertamente Vasco Gonçalves e de elogiar Costa Gomes.

O tom crítico relativamente ao Primeiro-ministro e aos seus governos é visível nos três jornais. Já quando ao «Documento dos Nove», surgem como inquestionáveis apoiantes da via nele contida, acreditando ser a melhor solução para o país naquele momento. Em suma, algo parece evidente e comum aos três títulos: todos defendiam um rumo político para o país que estava em consonância com

⁴² *Expresso*, 15 de agosto de 1975.

⁴³ *Expresso*, 15 de agosto de 1975.

o que era sustentado pelas forças vitoriosas das eleições de abril de 1975 (e, portanto, pela maioria dos cidadãos eleitores), que era claramente a via da legitimidade democrática.

BIBLIOGRAFIA

- Borrat, H. (1989). *El periodico, ator politico*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- Djick, T. (2005). *Discurso, Noticia e Ideologia. Estudos na Analise Critica do Discurso*. Porto: Campo das Letras.
- Figueira, J. (2007). *Os Jornais como Atores Políticos – O Diário de Noticias, Expresso e Jornal Novo no Verão Quente de 1975*. Coimbra: Minerva Coimbra.
- Figueira, J. (2012). *O essencial sobre a imprensa portuguesa: 1974-2010*. Coimbra: Angelus Novus.
- Figueira, J. (2014). Caso Republica. A morte de um jornal cansado de lutar. In: Rezola, M.I. et al. (Coord.) *A Revolução nos Media*. Lisboa: Tinta-da-china.
- Gomes, P. M. (2014). *Os Saneamentos Políticos no Diário de Noticias no Verão Quente de 1975*. Lisboa: Alêtheia Editores.
- Gomes, P. M. (2015). A Revolução de Abril e a liberdade de imprensa em Portugal: a contestação ao 'Projeto Jesuino' em 1975. *Revista Brasileira de Historia da Midia*. 4, 1: 73-84.
- Gomes, P. M. (2018). *Jornais, Jornalistas e Poder: A Imprensa que nasce na Revolução e as lutas politicas de 1975*. (Tese de Doutoramento em Historia Contemporanea não publicada). FCSH-NOVA, Portugal.
- Lima, H. (2017). A Imprensa na 3.^a Republica. In: Sousa, J. P. et al (Org.) *Uma Historia da Imprensa Lusófona*. Vol. II. Lisboa: Media XXI.
- Mesquita, M. (1987). O Caso Republica ou o Símbolo Destruído. *Cadernos de Imprensa*, 1.
- Mesquita, M. (1994). Os Meios de Comunicação Social. In: Reis, A. (Dir.) *Portugal 20 Anos de Democracia*. Lisboa: Circulo de Leitores.
- Rebelo, J. (1994). Imagens de um pretérito imperfeito. In: Mesquita, M. et al. (Orgs.) *O 25 de Abril nos Media Internacionais*. Porto: Edições Afrontamento.
- Reis, A. (1994). O Processo de Democratização. In: Reis, A. (Dir.) *Portugal 20 anos de democracia*. Lisboa: Circulo de Leitores.
- Reis, A. (1999). O Partido Socialista e a defesa da democracia representativa pluralista. In: Rosas, F. (Coord.) *Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976)*. Lisboa: Colibri.
- Rezola, M. I (2006). *Os militares na Revolução de Abril. O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal*. Lisboa: Campo da Comunicação.
- Ribeiro, N. (2002). *A Radio Renascença e o 25 de Abril*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.
- Seaton, J. et al. (1983). The Portuguese media in transition. In: Maxwell, K. (Dir.) *The Press and the Rebirth of Iberian Democracy*. Connecticut: Greenwood Press.
- Telo, A. J. (2007). *Historia Contemporanea de Portugal. Do 25 de Abril a atualidade*, Vol. I. Lisboa: Presença.



A edição deste livro é financiada por fundos nacionais através da
FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto
PTDC/COM-JOR/28144/2017 – Para uma história do jornalismo em Portugal.